

Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em História Social

ANAIS DO VI SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM HISTÓRIA SOCIAL

ISSN: 2317-7969

Colonialidade, Relações Sociais e Identidades

Realização:

Apoio:



Programa
de Pós-Graduação
em História



**13 a 15 de agosto de 2025
MONTES CLAROS – MG**

**Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em História Social: “Colonialidade, Relações
Sociais e Identidades”
Realizado em agosto de 2025**

UNIMONTES – Universidade Estadual de Montes Claros

Reitor: Prof. Wagner de Paulo Santiago

Vice-Reitor: Prof. Dalton Caldeira Rocha

PPGH – Programa de Pós-Graduação em História

Coordenador: Prof. Dr. Rafael Dias de Castro

Coordenadora-adjunta: Profa. Dra. Helena Amália Papa

COMISSÃO ORGANIZADORA

Rafael Dias de Castro (Coordenação da Comissão/ PPGH-Unimontes)

Helena Amália Papa (Coordenação da Comissão/ PPGH-Unimontes)

Andréa Helena Puydinger De Fazio (PPGH-Unimontes)

César Henrique de Queiroz Porto (PPGH-Unimontes)

Renato da Silva Dias (PPGH-Unimontes)

Talita Gonçalves Medeiros (PPGH-Unimontes)

Luan Gomes Meireles (Bolsista de Iniciação Científica)

COMISSÃO CIENTÍFICA

Ana Paula Silva Santana (UFAL)

André da Silva Ramos (UEMG)

Diego Omar da Silveira (UEA)

Elvis de Almeida Diana (IFNMG-MG)

Fabíula Sevilha de Souza (UFRN)

Fernando Perli (UFGD)

Fernando Nicolazzi (UFRGS)

Francisco Carlos Teixeira da Silva (UFRJ/Unimontes)

Gustavo de Souza Oliveira (UFU)

Marcelo de Mello Rangel (UFOP)

Miriam Hermeto (UFMG)

Robson Murilo Grando Della Torre (Unimontes)

Rogério Rosa Rodrigues (UDESC)

Thamara de Oliveira Rodrigues (UEMG)

Sonia Meneses Silva (URCA)

MONITORES

Caroline Vitória Oliveira Silva (Estagiária PPGH-Unimontes)

Gabriel Castro Aguiar (Mestrando - PPGH / Unimontes)

Jonas Henrique Gomes Martins (Graduando - Unimontes)

Monique Biserra Rezende (Estagiária PPGH-Unimontes)

Nicole Cristine Furtado Barbosa (Graduanda - Unimontes)

Pablo Vinicius Ferreira Silva (Graduando - Unimontes)

Yasmim Antunes Pires (Mestranda - PPGH / Unimontes)

Vitória Paula Dias Cruz (Graduanda - Unimontes)

Organização do original e Diagramação do texto

Helena Amália Papa

Pablo Vinicius Ferreira Silva

Rafael Dias de Castro

Arte Gráfica

Luan Gomes Meireles

VI Seminário Nacional de Pesquisa em História Social: Diálogos entre História Social, Colonialidade, Relações Sociais e Identidades (6.:2025: Montes Claros). Anais do evento, v. 1, 2025, Montes Claros / organizado por Helena Amália Papa et al. [realização: Programa de Pós-graduação em História Unimontes]. ISSN 2317-7969

1. Anais. 2. História Social. 3. Pesquisa. I. Título. CDD: 981

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11

TEXTOS COMPLETOS.....	14

A CASA DA JUSTIÇA EM MONTES CLAROS: TRAJETÓRIAS DE PODER, RELAÇÕES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO JUDICIÁRIO NO NORTE DE MINAS (1974-1999).....	15

George Saymon Silva de Freitas

Fabyo Henrique Rabelo Feitos

A DISPUTA PELA AUTORIDADE EPISCOPAL NO REINO DE AXUM: CONSTÂNCIO II, FRUMÊNCIO E AS RELAÇÕES DE PODER NO SÉCULO IV EC.....	24

Gabriel Castro Aguiar

A FRATURA COLONIAL DOS MODOS DE MORAR, VIVER O TERRITÓRIO E HABITAR A TERRA DE ATINGIDOS PELO DESENVOLVIMENTO.....	32

Thaísa Maria Fonseca Almeida

A HISTÓRIA INDÍGENA EM MINAS GERAIS POR UMA PERSPECTIVA ETNO-HISTÓRICA.....	42

Letícia Xavier Barbosa Albuquerque

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NOS BALANÇOS DE RECEITA E DESPESA DO IMPÉRIO DO BRASIL (1840-1889).....	51

Aparecido Pereira Cardoso

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO FUTEBOL E O REGIME MILITAR: O JOGO POLÍTICO FORA DE CAMPO NA COPA DE 1970.....	56

Henrique Petrucci Marques

A MEMÓRIA COLETIVA COREANA SOBRE “AS MULHERES DE CONFORTO” NO EPISÓDIO PRIMAVERA DA SÉRIE AMANHÃ (2022).....	66

Áquila Mylena Faria

A SEXUALIDADE COMO DISPOSITIVO: ARTICULANDO FOUCAULT AO FENÔMENO TRADWIFE E À FRANQUIA CINQUENTA TONS DE CINZA.....	76

Joyce Mariane de Araújo Cruz

A TOPONÍMIA DA MEMÓRIA: O PAPEL DE PEDRO BRAGA NA CARTOGRAFIA ORAL E ESCRITA DO POVOADO DO VAU.....	83

Valdir Macedo Neto

ANTICOMUNISMO: TIKTOK COMO FERRAMENTA POLÍTICA.....	93

Luís Gustavo Souza Fróes

AS INCIDÊNCIAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: AS AGRESSÕES E O ÓDIO AOS CORPOS FEMININOS.....	100

Ana Vitória Barbosa Queiroz

Vitória Neres Teixeira Santos

AS NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS SOBRE JOAQUIM AUGUSTO DE MOURA – BARÃO DE VILA VELHA.....	106

Elvano Caires Sousa

CEMITÉRIO DE ESCRAVIZADOS NO CAMPO DA PÓLVORA E AS PRÁTICAS FÚNEBRES NA SALVADOR OITOCENTISTA (1825–1836).....	115

Elza Elisa Pereira da Silva

CINEMA, DIREITOS HUMANOS E O ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE EXILADOS E REFUGIADOS.....	124

Paulo Roberto de Azevedo Maia

CULTURA POLÍTICA COMUNISTA, RELAÇÕES DE PODER E A EXCLUSÃO SIMBÓLICA DA MULHER NAS TRIBUNAS PARLAMENTARES (1945-1948)...	131

Danyele Nayara Santos Dias

DO FOGO DE PROMETEU À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A URGÊNCIA DE NOVOS PARADIGMAS SOBRE A INTELIGÊNCIA HUMANA.....	138

José Adalberto Cardoso

ENTRE A FEIRA E O LAR: A LONGA JORNADA DE TRABALHO DAS MULHERES FEIRANTES EM CAETITÉ - BAHIA.....	146

Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho

ENTRE A REFORMA E A RESISTÊNCIA: O SURGIMENTO DO NACIONALISMO EM JOSEON NO SÉCULO XIX.....	151

Lucas Santos Gomes

ENTRE FREYRE E BOURDIEU: RACISMO E DISCURSO NO GOVERNO BOLSONARO.....	161

Stéfane Marta Ferreira Cardoso

Gustavo Elían Siqueira Montes

ENTRE O NORDESTE E SÃO PAULO: AS TRAJETÓRIAS DOS MIGRANTES NORDESTINOS PELO NORTE DE MINAS, 1930 - 1962.....	171

Pedro Jardel Fonseca Pereira

ENTRE OS ANAIS DE TÁCITO E A DOCUMENTAÇÃO NUMISMÁTICA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A INFLUÊNCIA DE LÍVIA DRUSILA (59/58 A.C. – 29 D.C.) NA DOMUS IMPERIAL ROMANA.....	180

Giovana Ribeiro Pinto

HISTÓRIA GLOBAL E MEDICINA NO MEDITERRÂNEO DO SÉCULO XI: FUNDAMENTOS PARA UMA ANÁLISE DE TROTULA DI RUGGIERO(1050-1097) E AVICENA (980-1037).....	189

Mellissa Martins Veloso

HISTÓRIA PÚBLICA E CIBERQUILOMBISMO: DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FRENTE AO RACISMO ALGORÍTMICO E À DECOLONIALIDADE DIGITAL NO ENSINO ANTIRRACISTA.....	199

Janaina Cardoso de Mello

Marcelo de Souza Silva

IMPRENSA E GAZETA DIÁRIA FUNM/UNIMONTES: ARQUIVOS
UNIVERSITÁRIOS COMO EXPRESSÃO DAS MEMÓRIAS E DO PATRIMÔNIO
CULTURAL INSTITUCIONAL..... 209

Luís Gustavo Souza Fróes

João Olímpio Soares dos Reis

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E ENSINO DE HISTÓRIA: POR UMA
APROPRIAÇÃO CRÍTICA, ÉTICA E CIDADÃ DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS. 216

Nicolle Oliveira Barbosa

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: ARTEFATO DE EXERCÍCIO DE PODER DA
COMUNIDADE SURDA..... 226

Rosana Fróes Santos

Rosilene Aparecida Froes Santos

LUTAS E VIOLÊNCIAS A PARTIR DE TONI MORRISON E CONCEIÇÃO
EVARISTO..... 233

Luís Fernando de Souza Alves

Lucas Matheus Araújo Bicalho

MARICOTA: CORPO, SEXUALIDADE E TRANSGRESSÃO NA OBRA O
ABORTO (1893) DE FIQUEIREDO PIMENTEL..... 238

Amanda Afonso da Silva

MEMÓRIAS FEMININAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM SÃO FRANCISCO:
ENTRE DISPUTAS SIMBÓLICAS E SILÊNCIOS, O QUE FICA DAS MULHERES
QUANDO NÃO VIRAM ESTÁTUAS..... 246

Cíntia Aparecida Amaral da Silva

NARRATIVAS DE EXPOSIÇÃO NA EURÁSIA: O MOTIVO DO INFANTE
EXPOSTO..... 255

Manuel Henrique Vieira Matrangolo

O BOLSONARISMO COMO RESPOSTA À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL...
263

Rômulo Júnior Cardoso Oliveira

O DIVINO SALTO DA MORTE: A CONSTRUÇÃO DO SUÍCIDIO DE SAFO NO ROCHEDO DE LEUKADE POR OVÍDIO NASO (SÉC. IA AEC - I EC) E MIGUEL CARBONELL SELVA (1881).....	269

Nicole Cristine Furtado Barbosa

O ENSINO DE HISTÓRIA, CINEMA E DITADURA: EXÍLIO NO FILME DESLEMBRO.....	275

Thaís Monise de Lima Xavier

Paulo Roberto de Azevedo Maia

O ENSINO DE HISTÓRIA, CINEMA E DITADURA: O EXÍLIO NO FILME EM TEU NOME.....	285

Vitória Kaylany dos Santos Silva

“O LATIFÚNDIO É O DIABO”: DULCE E SALUZINHO E A LUTA POR TERRA NO NORTE DE MINAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964.....	294

Vitória Neres Teixeira Santos

O PAPEL DAS INTERSECCIONALIDADES DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL.....	301

Kárem de Castro Cardoso

O PATRONATO DA CAPELLA SCROVEGNI- PÁDUA PENÍNSULA ITÁLICA (1303-1307).....	311

Yasmim Antunes Pires

O PODER LEGISLATIVO NA PERSPECTIVA DE OSCAR DIAS CORRÊA: EMBATES COM O REGIME MILITAR (1964-1966).....	321

Samuel Davi Rocha Santos

“O PROBLEMA DOS FLAGELADOS”: OS SUJEITOS MARGINALIZADOS NAS PÁGINAS DO GAZETA DO NORTE (1939-1944).....	331

Thaissa Emanuelle Lima Duarte

O PROFESSOR-HISTORIADOR E O PÚBLICO DIGITAL: DEBATES E CAMINHOS FRENTE AOS DESAFIOS ATUAIS.....	341

Daniel Ferreira da Silva

O USO SELETIVO DA LITERATURA HELÊNICA NA FORMAÇÃO MORAL DOS JOVENS CRISTÃOS SEGUNDO BASÍLIO DE CESAREIA (SÉC. IV EC)..... 352

Vitória Paula Dias Cruz

"ORVIL" E AS DISPUTAS DE NARRATIVAS NO BRASIL PÓS-DITADURA MILITAR..... 358

Davi Emanuel Honório Fernandes

OS PROCESSOS TRABALHISTAS COMO FONTE PARA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA FÁBRICA DE TECIDOS DE BIRIBIRI.....364

Kamila Cristina de Souza

OSCAR MICHEAUX E A CONTRA-NARRATIVA CINEMATOGRAFICA EM WITHIN OUR GATES (1920)..... 371

Evelyn Thaina Fernandes Aguiar

PATRIARCADO, DITADURA CIVIL-MILITAR E HISTÓRIA DAS MULHERES: ESTUDO DE PROCESSOS CRIMINAIS SOBRE MULHERES MILITANTES POLÍTICAS NO BRASIL – 1964 A 1985..... 378

Stephanie Oliveira Afonso

POR UM RESGATE DAS MEMÓRIAS: COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM PAVÃO - MG (1974-1996)..... 387

Hênon Sousa Cangussú

QIN EM PERSPECTIVA: NARRATIVAS HISTÓRICA E FICCIONAIS..... 393

Thaís Monise de Lima Xavier

REPRESENTAÇÕES DO MUNDO ÁRABE-ISLÂMICO EM GAMES DE AÇÃO-AVENTURA DO ORIENTE MÉDIO (2011-2024)..... 403

Luiz Gustavo Soares Silva

"SALVANDO O BRASIL DO COMUNISMO": ANÁLISE DE COMO O ANTICOMUNISMO CONTRIBUIU PARA A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO (2019-2023)..... 410

Gabriel Lopes Silva

SETE VÉUS, SETE MARIDOS: GÊNERO, PODER E MATRIMÔNIO EM OS SETE MARIDOS DE EVELYN HUGO.....	419

Lucas Matheus Araújo Bicalho

Luís Fernando de Souza Alves

SILÊNCIOS QUE GRITAM: A EXPERIÊNCIA FEMININA EM O PESO DO PÁSSARO MORTO.....	425

Agnes Renne Barbosa Santos

Maria Tereza Silva Costa

UMA DESCRIÇÃO Densa DA AMARELINHA: BOLSONARISMO E A DISPUTA SIMBÓLICA PELA CAMISA DA SELEÇÃO (2018 -2024).....	431

Lucas de Lima Pinheiro

UMA HISTÓRIA SOCIAL DAS MÍDIAS ATRAVÉS DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NA HQ DA MARVEL - “GUERRA CIVIL”: PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA SOCIAL.....	440

Júlia Evangelino dos Santos

“VOCÊ CONSEGUE SENTIR O CAOS DENTRO DE MIM?”: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO EU-LÍRICO DO “PRINCEPS” NERO POR MEIO DO “DEATH METAL”	449

Pablo Vinicius Ferreira Silva

ÍNDICES.....	457

ÍNDICE DE AUTORES / COAUTORES.....	458

ÍNDICE DE INSTITUIÇÕES.....	461

APRESENTAÇÃO



*VI Seminário Nacional de Pesquisa em História Social
Programa de Pós-Graduação em História da Unimontes
Diálogos entre História Social, Ensino de História e História Pública*

APRESENTAÇÃO

É com muita satisfação que apresentamos os Anais do VI Seminário Nacional de Pesquisa em História Social, realizado entre os dias 13 a 15 de agosto de 2025, na Universidade Estadual de Montes Claros, Unimontes, Minas Gerais, Brasil. Sediamos, pela sexta vez, um seminário nacional de pesquisadores de História e áreas afins, dando continuidade a uma iniciativa do Programa de Pós-Graduação em História. O PPGH-Unimontes/MG está em funcionamento desde 2011, com o curso de Mestrado, e obteve, na última avaliação quadrienal CAPES, conceito 4 (quatro). Em 2025 iniciou o curso de Doutorado em História. O Seminário abrange a área de concentração do programa, História Social, cujas atividades permeiam as duas linhas do programa

Com o tema “Colonialidade, Relações Sociais e Identidades”, o evento atingiu os objetivos propostos de potencializar e consolidar as áreas de ensino, pesquisa e de inserção social, por meio de um itinerário metodológico e teórico de pesquisas que evidenciaram aspectos inerentes à vida em sociedade, que operam no território cultural, simbólico, político, econômico, institucional, trabalhista, das identidades e de gênero, das relações de poder, que os sujeitos estabelecem entre si, com o outro e com as instituições que regem as diversas realidades sociais.

O presente Anais, contendo 54 textos completos, é resultado das apresentações de trabalho ocorridas em Mesas Coordenadas e em Sessões Livres, desenvolvidas pelos pesquisadores que prestigiaram o evento. As atividades do seminário ocorreram em três dias, iniciando com os minicursos e oficinas e com a Conferência de Abertura, “Perspectivas da História Pública no Brasil: memória, corpo e ação coletiva”, proferida pela Profa. Dra. Juniele Rabêlo de Almeida (UFF).

No segundo dia ocorreram duas mesas redondas. Na primeira, “Narrativas e temporalidades indígenas”, tivemos as palestras ministradas pela Profa. Dra. Juciene Ricarte Cardoso Tarairiu (UFCG) e pelo Prof. Dr. Walderez Ramalho (UDESC). Na segunda mesa redonda, intitulada “Colonialidade, gênero e identidades”, as palestras foram proferidas pela Profa. Dra. Ana Carolina Barbosa Pereira (UFBA) e pela Profa. Dra. Marta Gouveia de Oliveira Rovai (UNIFAL). Ainda, ocorreram diversas sessões de apresentações de trabalhos e minicursos.

No último dia do evento, além das apresentações de trabalhos, ocorreu a mesa de número 3, “Narrativas, temporalidades e relações étnico-raciais”, com a participação dos docentes: Prof. Dr. Marcello Felisberto Moraes de Assunção (UFRGS) e Prof. Dr. Petrônio Domingues (UFS). Por fim, a conferência de encerramento foi proferida pela Profa. Dra. Patrícia Maria Alves de Melo (UFAM), com o título “Cenários da Pós-Graduação no Brasil: Dimensões da Avaliação Quadrienal 2029 e a Área de História”.

Faz-se necessário destacar que a realização do VI Seminário Nacional de Pesquisa em História Social foi possível graças ao apoio da FAPEMIG, juntamente com a colaboração e apoio dos/as professores/as do Programa de Pós-graduação em História e do Departamento de História da Unimontes, no qual muitos auxiliaram na coordenação de Simpósios Temáticos, minicursos e na mediação das palestras e mesas redondas, a todos/as os nossos sinceros agradecimentos. Agradecemos também aos discentes do PPGH e do curso de História que se dedicaram na organização e no empenho para a realização do evento.

Acreditamos que, por meio de mais uma edição do Seminário, o PPGH continua a contribuir e a consolidar-se como interlocutor no debate científico histórico em nível nacional.

Prof. Dr. Rafael Dias de Castro - Coordenador do PPGH
Profa. Dra. Helena Amália Papa - Coordenadora-adjunta do PPGH
Coordenadores da Comissão Organizadora do Seminário

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

TEXTOS COMPLETOS



A CASA DA JUSTIÇA EM MONTES CLAROS: TRAJETÓRIAS DE PODER, RELAÇÕES SOCIAIS E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO JUDICIÁRIO NO NORTE DE MINAS (1974-1999)

George Saymon Silva de Freitas¹

Fabyo Hennrique Rabelo Feitosa²

Introdução

O Judiciário, em sua materialidade e simbolismo, é um dos pilares da ordem social e política de uma nação. No entanto, sua presença e desenvolvimento não se dão de forma homogênea, refletindo as complexas e muitas vezes desiguais relações de poder entre o centro e a periferia, o capital e o interior. No Brasil, e em particular no estado de Minas Gerais, a história das instituições jurídicas em cidades-polo como Montes Claros oferece uma lente privilegiada para a compreensão dessas dinâmicas. O presente artigo debruça-se sobre a trajetória histórica, política e social da "Casa da Justiça" em Montes Claros, no período compreendido entre 1974 e 1999, para desvendar como as carências estruturais do Poder Judiciário local se transformaram em um palco de disputas e articulações políticas.

Nesse diapasão, a investigação do presente artigo transcende o simples relato cronológico de obras e mudanças de endereço. A partir da abordagem da História Social, propomos que o espaço físico do Judiciário, seus prédios, suas reformas, suas deficiências é um artefato histórico que materializa as relações de poder, as tensões sociais e o processo de construção da identidade institucional. Montes Claros, como cidade-polo do Norte de Minas, experimentou um crescimento populacional e econômico acelerado na segunda metade do século XX, consolidando-se como um centro industrial, comercial e universitário de grande influência regional. Contudo, a pesquisa revela um notável descompasso: a crescente demanda por serviços forenses não foi

¹ Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Penal e Processual Penal, Graduando em História - Unimontes. E-mail: george.freitas@edu.unimontes.br

² Bacharel em Direito, Pós-Graduado em Processo Civil, Pós-Graduando em Direito Civil e Direito Empresarial, Graduando em História - Unimontes. E-mail: fabyo.feitosa@edu.unimontes.br

acompanhada pela modernização da infraestrutura judiciária, gerando um conflito que permeou mais de duas décadas.

A pesquisa tem como ponto de partida a documentação oficial do Arquivo do Fórum de Montes Claros, em particular o Ofício nº 68/74, assinado pelo Juiz de Direito Lourenço Pimenta. Este documento, endereçado ao governo do estado, é um testemunho eloquente das condições precárias do Fórum “Gonçalves Chaves”, um prédio inaugurado em 1957 e já obsoleto. O ofício detalhou a insuficiência de salas para juízes, promotores e cartórios, a falta de espaço para advogados e testemunhas, além de deficiências graves de infraestrutura. A partir dessa denúncia inicial, a pesquisa traça um ciclo de solicitações, promessas, reformas e soluções provisórias que mobilizaram não apenas o Judiciário local, mas também o Executivo municipal, vereadores e lideranças da sociedade civil.

A relevância deste estudo reside em sua capacidade de conectar a micro-história de uma instituição local com as macro-dinâmicas do poder no Brasil. A disputa pela sede judicial em Montes Claros é um exemplo clássico da colonialidade do poder, um conceito que nos permite analisar como as decisões sobre a alocação de recursos e infraestrutura são frequentemente centralizadas em benefício de determinados centros urbanos, em detrimento de outros, mesmo quando estes desempenham um papel estratégico em suas regiões. No caso em questão, o Executivo estadual, mesmo diante da doação de um terreno de grandes dimensões pela Prefeitura de Montes Claros, optou por uma reforma pontual no prédio antigo, uma decisão que evidenciou a limitação da autonomia local diante da hierarquia institucional do Estado. A história da “Casa da Justiça” em Montes Claros, portanto, não é apenas uma história de edifícios; é uma história de disputas políticas, de afirmações identitárias e de lutas por reconhecimento e dignidade institucional.

Em termos de metodologia, a pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, combinando a história social com a análise documental e a hermenêutica institucional. Além dos ofícios e registros administrativos, o estudo se baseia na análise de jornais da época e registros fotográficos preservados no Arquivo do Fórum. Acreditamos que, ao resgatar essa memória, o estudo contribui para a valorização do patrimônio histórico-judiciário e reforça a necessidade de preservação e acesso aos

arquivos como fontes vivas da história local e regional. O objetivo principal do artigo é investigar e analisar as trajetórias de poder, as relações sociais e os processos de construção da identidade institucional do Poder Judiciário em Montes Claros, por meio da história da "Casa da Justiça" no período delimitado.

Fundamentação teórica: A lente a história social e a colonialidade do poder

A análise proposta neste artigo, centrada na trajetória da "Casa da Justiça" em Montes Claros, fundamenta-se em um diálogo interdisciplinar entre a História Social do Direito e a teoria da colonialidade do poder. Essa articulação teórica é essencial para compreender como as disputas pela infraestrutura do Judiciário local não se resumem a meros problemas administrativos ou orçamentários, mas, ao contrário, revelam profundas tensões sociais, políticas e simbólicas que moldam a identidade institucional e as relações de poder em um contexto de interiorização do Estado.

História social do direito e o judiciário como objeto histórico

A historiografia jurídica tradicional, de matriz dogmática, tende a focar na evolução das normas, dos códigos e da doutrina, tratando o direito como um sistema autônomo e desconectado da sociedade. Em contrapartida, a História Social do Direito, que emergiu com força a partir da segunda metade do século XX, propõe uma mudança de perspectiva radical. Conforme defendem autores como Thompson (1987), a história deve ser "resgatada" para o povo, e o direito deve ser analisado não apenas como um conjunto de regras, mas como um elemento intrínseco às relações sociais, às lutas de classe e às práticas cotidianas.

Nesse sentido, a "Casa da Justiça" deixa de ser apenas um prédio e se torna um objeto histórico por excelência. A materialidade da instituição (o estado do edifício, a falta de espaço, as reformas) reflete a sua posição na hierarquia social e política. A pesquisa documental, ao revelar as "entrelinhas" dos ofícios e dos debates burocráticos, permite-nos enxergar a voz dos magistrados e das elites locais que se sentiam negligenciados pelo poder central. O Judiciário, nessa perspectiva, não é apenas um aplicador da lei, mas

um ator social que reivindica seu espaço, sua autonomia e seu reconhecimento em uma complexa rede de poder.

A pesquisa sobre a Comarca de Montes Claros se alinha a essa corrente historiográfica ao buscar entender como a estrutura física do Fórum, suas carências e transformações, moldou o imaginário jurídico local e a percepção social sobre a Justiça. O Fórum "Gonçalves Chaves", com suas limitações e simbolismos, é um "lugar de memória", onde se inscreveram as marcas das disputas políticas. A reforma de 1982, imposta pelo governo estadual, não foi apenas uma obra; foi um ato político que frustrou as expectativas locais e revelou a hierarquia do poder, um tema central para a nossa análise.

Colonialidade do poder e a relação centro-periferia

Para compreender por que o governo estadual optou por uma reforma em vez de uma nova construção, mesmo com a doação de um terreno, é fundamental mobilizar o conceito de colonialidade do poder, desenvolvido por pensadores como Quijano e Mignolo (2005). Embora o conceito tenha sido originalmente cunhado para analisar as estruturas de dominação legadas pelo colonialismo europeu, ele é perfeitamente aplicável para desvendar as relações de poder no contexto brasileiro, em particular a dinâmica entre a capital (o centro) e o interior (a periferia).

A colonialidade do poder não se restringe à dominação política e econômica; ela abrange a esfera do conhecimento, do ser e das instituições. No nosso caso, ela se manifesta na forma como a decisão sobre a infraestrutura judiciária de Montes Claros foi tomada de forma centralizada e vertical, sem levar em consideração as demandas e os interesses locais. O governo de Minas Gerais, ao priorizar uma reforma pontual, impôs sua visão e sua agenda, reafirmando sua soberania sobre a autonomia local.

Montes Claros, embora uma cidade-polo, é tratada nesse contexto como uma "periferia" dentro do próprio estado. A sua luta por um novo fórum pode ser interpretada como uma tentativa de romper com essa lógica colonial, de se afirmar como um centro de poder e influência regional. A frustração expressa no jornal local em 1982, ao comparar a reforma com a situação de Uberlândia, evidencia a consciência dessa desigualdade e a luta por reconhecimento territorial. O Judiciário de Montes Claros, ao reivindicar um espaço digno,

estava, em última instância, lutando por um lugar de destaque na hierarquia institucional do estado.

Memória institucional e a identidade do judiciário

A identidade de uma instituição, conforme sugerido por Le Goff (1990) e outros historiadores da memória, é construída por meio de suas tradições, de seus rituais e, sobretudo, de suas memórias. A "Casa da Justiça" em Montes Claros não é apenas um local de trabalho, mas um espaço de memória que guarda as marcas de sua trajetória. O Fórum "Gonçalves Chaves" simboliza uma era de crescimento, de desafios e de lutas. As histórias de juízes, promotores, advogados e servidores que trabalharam em suas salas precárias compõem um acervo de memórias que constroem a identidade do Judiciário na região.

A pesquisa, ao se basear nos documentos do Arquivo do Fórum, contribui diretamente para a preservação e valorização dessa memória institucional. Ao resgatar os ofícios de 1974, as correspondências sobre as reformas e as notícias de jornal, estamos resgatando as vozes de uma época e dando visibilidade a um capítulo importante da história de Montes Claros. O artigo, portanto, serve como um "lugar de memória" para a própria instituição, reforçando seu papel histórico e seu legado para a sociedade. A valorização dos arquivos judiciais como fontes históricas e patrimoniais é uma parte crucial da nossa abordagem, pois eles são a fonte viva de um passado que continua a moldar o presente.

Metodologia

A presente pesquisa adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, combinando métodos da História Social com a análise documental. O objetivo é reconstruir e interpretar a trajetória da "Casa da Justiça" em Montes Claros (1974-1999) a partir das relações de poder e das dinâmicas institucionais que moldaram o espaço físico do Judiciário. O recorte temporal foi definido em função da primeira denúncia formal sobre a precariedade do Fórum "Gonçalves Chaves" em 1974 e se estende até o final da década de 1990, um período que engloba as principais disputas e soluções provisórias para o problema.

As fontes históricas primárias utilizadas provêm, majoritariamente, do Arquivo do Fórum da Comarca de Montes Claros/TJMG. Foram analisados os seguintes tipos documentais:

- Ofícios e correspondências: Em particular, o Ofício nº 68/74, que serviu como ponto de partida para a pesquisa, bem como outras comunicações trocadas entre magistrados locais, a Prefeitura de Montes Claros, o Tribunal de Justiça de Minas Gerais e o governo estadual. Esses documentos permitiram rastrear as reivindicações, as promessas e as decisões tomadas ao longo do período.
- Registros de doação de terreno: Documentos referentes à doação do terreno no Bairro Ibituruna pela Prefeitura, que revelam a articulação entre o poder municipal e o Judiciário local.
- Notícias de jornal: Foram consultados jornais locais da época para contextualizar a recepção das decisões governamentais pela sociedade e pela imprensa, identificando a percepção pública sobre o problema e as reações às reformas e adiamentos.

O método de análise de conteúdo, conforme as diretrizes de Bardin (2011), foi empregado para identificar temas recorrentes, categorias de análise e a retórica utilizada nos documentos. A partir da análise dos dados, foi possível contextualizá-los dentro do panorama político e social de Minas Gerais nas décadas de 1970 e 1980, período da ditadura militar e do início da redemocratização, onde a centralização do poder ainda era uma marca forte.

A pesquisa se afasta de uma abordagem puramente descritiva para adotar uma perspectiva interpretativa. A materialidade do Fórum, seus problemas estruturais e suas reformas são lidos como reflexos das relações de poder. A opção por não construir um novo prédio é interpretada como um sintoma da colonialidade do poder, que historicamente subordina as demandas do interior às decisões do centro. Assim, a metodologia adotada permitiu não apenas reconstruir a cronologia dos eventos, mas também atribuir significado histórico às ações e decisões, situando-as em um quadro teórico mais amplo. O estudo, ao valorizar as fontes do arquivo judiciário, busca reforçar a

importância desses acervos como patrimônio documental para a compreensão da história local e regional.

Resultados e discussão

A análise do acervo documental do Fórum de Montes Claros/TJMG e a contextualização histórica da política mineira no período de 1974 a 1999 revelam um cenário complexo e multifacetado, no qual a disputa pela infraestrutura judiciária local se torna um espelho das relações de poder, da colonialidade e da construção de uma identidade institucional. Os resultados da pesquisa, apresentados e discutidos a seguir, demonstram que a história da “Casa da Justiça” é, em sua essência, uma história de conflito entre o poder local e o poder central, com implicações profundas para a autonomia regional e a memória institucional.

O Ofício nº 68/74, assinado pelo Juiz de Direito Lourenço Pimenta de Figueiredo, é o documento inaugural dessa trajetória. Sua leitura revela uma situação de calamidade. O Fórum “Gonçalves Chaves”, projetado para acomodar um juiz e um promotor, já abrigava quatro juízes e três promotores, com instalações precárias, insalubres e completamente insuficientes. O documento não é apenas uma formalidade burocrática; é uma denúncia, um apelo e o primeiro passo de uma articulação política. A precisão do ofício ao detalhar a falta de salas, a superlotação e as deficiências estruturais (como a falta de saneamento) demonstra a urgência da demanda e a necessidade de uma solução definitiva, que, na visão dos magistrados locais, só poderia ser a construção de um novo prédio.

Essa mobilização encontrou um eco significativo no Executivo municipal. A gestão do prefeito Antônio Lafetá Rebello não apenas reconheceu a legitimidade da demanda, mas atuou como um ator político crucial, oferecendo um apoio concreto: a doação de um terreno de 4.000 m² no Bairro Ibituruna. Esse ato não foi meramente administrativo. Ele simboliza uma aliança estratégica entre o poder Judiciário local e o poder Executivo municipal para pressionar o governo estadual. A união dessas forças revela um desejo de autonomia e de fortalecimento das instituições locais, contrapondo-se à dependência histórica de Belo Horizonte. A doação do terreno representava a solução ideal, a materialização da esperança de que a comarca de Montes

Claros, uma das mais importantes do interior mineiro, teria, finalmente, uma sede à altura de sua relevância.

Apesar da articulação local e da oferta de uma solução, a história da "Casa da Justiça" em Montes Claros toma um rumo diferente, revelando a força da centralização do poder. O governo estadual, então sob a liderança de Francelino Pereira (1979-1983), optou pela reforma do prédio antigo em vez da construção de um novo. A decisão foi comunicada em 1982 e gerou grande frustração, como evidenciado em notícias de jornais da época. A manchete "Estado não construirá novo Fórum, vai reformar o atual" reflete a derrota das expectativas locais.

Essa decisão é o ponto central da nossa discussão sobre a colonialidade do poder. Ela demonstra que, mesmo em um contexto de intensa mobilização e de uma demanda objetiva e consensual, o poder de decisão final residia em uma instância externa ao município. O governo estadual, ao impor sua agenda, reafirmou a hierarquia política e territorial de Minas Gerais. A reforma, embora pudesse ser vista como uma solução pragmática, era, na verdade, uma medida paliativa que perpetuava a precariedade e a subordinação. Em contraste, outras cidades-polo, como Uberlândia, já contavam com uma infraestrutura judicial "exuberante", reforçando a percepção de uma negligência histórica com o Norte de Minas. A "tristeza" expressa na imprensa local era, portanto, a manifestação de um sentimento de injustiça e de uma percepção de que a região não era prioritária para o governo central.

A trajetória do Fórum de Montes Claros moldou profundamente a identidade institucional do Judiciário na região. A luta por um novo prédio, os anos de trabalho em instalações provisórias e o sentimento de abandono gerado pela decisão de reformar, em vez de construir, criaram uma memória institucional de resistência e perseverança. Os magistrados, servidores e operadores do direito que atuaram nesse período compartilhavam uma experiência de precariedade que, paradoxalmente, reforçou a coesão e o senso de pertencimento.

Em suma, os resultados da pesquisa indicam que a história do Fórum de Montes Claros é um poderoso estudo de caso para a História Social do Direito. Ela revela um Judiciário que não é um mero aplicador de normas, mas um ator

político que reivindica seu espaço, articula alianças e se choca com as estruturas de poder.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 227-278.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**. Tradução de Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS. **Arquivo do Fórum da Comarca de Montes Claros**. Montes Claros, MG. Acervo documental.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A DISPUTA PELA AUTORIDADE EPISCOPAL NO REINO DE AXUM: CONSTÂNCIO II, FRUMÊNCIO E AS RELAÇÕES DE PODER NO SÉCULO IV EC

Gabriel Castro Aguiar³

Durante o quarto século no Império Romano ocorreram inúmeras disputas político-religiosas envolvendo o cristianismo niceno e o cristianismo ariano. Tais disputas não ficaram restritas ao *limes* imperial, e podem ser compreendidas através da ordenação de Frumêncio, por Atanásio de Alexandria (296-373), como bispo do reino de Axum, norte da África. Compreende-se que a partir das disputas político-religiosas entre o Imperador Constâncio II (317-361) e o bispo alexandrino, o reino de Axum seguiu uma determinada vertente de cristianismo por influência externa de origem imperial romana.

A partir do exposto é essencial, em um primeiro momento, considerar que durante o período analisado por este trabalho percebe-se que as questões políticas do período desempenharam um papel intrínseco na formação e intensificação dos conflitos religiosos do período. Segundo Papa (2009), os Bispos buscavam legitimidade porque não havia, no período em questão, uma autoridade eclesiástica capaz de corroborar as decisões de determinado concílio. A partir disso, cabe identificar que, neste momento, não havia uma hierarquia legítima de determinados bispos sobre outros, para que pudessem determinar o que seria a *verdade* nos debates político-religiosos. A partir dessa pesquisadora, ao investigar um conflito político-religioso no século IV EC, por meio de uma dada documentação, nota-se a influência dos discursos episcopais sobre os cidadãos, conflitos entre grupos diferentes de cristianismos, neste caso, arianos e nicenos (Papa, 2009, p. 47).

As questões político-religiosas existentes nesse período entre os cristãos nicenos e arianos são cruciais para entender a implantação e desenvolvimento do cristianismo em Axum, a tortuosa trajetória do Bispo Atanásio de Alexandria e suas disputas político-religiosas com o Imperador

³ Mestrando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: aguiargabrielcastro@gmail.com

Constâncio II, influenciaram diretamente na disputa pela autoridade episcopal no Reino de Axum. Para entender tais disputas, será necessário compreender a carreira episcopal do bispo e os conflitos que participou. Atanásio começou sua carreira eclesiástica em 312 EC, como diácono do bispo Alexandre de Alexandria, e permaneceu nesse cargo até 328, quando sucedeu Alexandre como bispo. Ainda como diácono, teve a oportunidade de acompanhar seu superior no Concílio de Niceia, um dos eventos mais significativos para o processo de formação do cristianismo, ocorrido em 325, quando os debates tinham como alvo a questão cristã ariana. A tortuosa trajetória, bem como os numerosos e consecutivos exílios de Atanásio, chamam a atenção de qualquer leitor ou pesquisador atento ao tema. Segundo Jorge G. R. de Oliveira (2016, p. 39), considerando a duração de seu episcopado, Atanásio guiou os cristãos de Alexandria por aproximadamente 45 anos, sendo que, desses anos, cerca de 14 foram passados no exílio, enfrentando uma variedade de acusações, que, de certa forma, estavam todas relacionadas ao cisma meleciano ou ao arianismo.

Isto posto, é necessário fazer um recorte temporal para o período posterior à morte de Constantino, em 337 EC. Com base no que Barnes (2001) afirma, até a morte de Constantino, o cargo episcopal de Atanásio permaneceu altamente ambíguo. As decisões do Concílio de Tiro não tinham força em todas as partes do Império, portanto, Atanásio ainda era o legítimo bispo de Alexandria em vários locais. Por outro lado, o imperador o havia exilado para a Gália, onde ele foi compelido a permanecer até que o imperador decretasse o contrário.

No que tange à sucessão de Constantino e a crescente disputa político-religiosa na Antiguidade Tardia, a obra de Oliveira (2016) oferece informações sobre o período. Com a morte do imperador em 337, o Império Romano foi fragmentado e distribuído entre seus três filhos. Constantino II recebeu o controle das províncias ocidentais de Hispânia, Gálias e Britânia, onde governou até 340. Constante assumiu o domínio sobre a Península Itálica, o Ilírico e o norte da África, estendendo seu reinado até 350. Por fim, Constâncio II ficou com a porção oriental do Império, incluindo Ásia Menor, Síria e Egito, e seu poder perdurou até 361. Essa divisão não se restringiu à geopolítica; refletiu também as complexas disputas teológicas da época.

Constantino II e Constante, por exemplo, mostravam-se favoráveis à causa de Atanásio, bispo de Alexandria. Em contrapartida, Constâncio II, que controlava a crucial província do Egito, alinhou-se aos cristãos arianos, grupo que negava a divindade plena de Cristo. A dinâmica entre os irmãos culminou com o assassinato de Constantino II por Constante. Com a consolidação de poder, Constâncio II permitiu o retorno de Atanásio a Alexandria. Aproveitando a oportunidade, o bispo alexandrino convocou um sínodo em 340 com o objetivo de reverter sua condenação prévia, no entanto, sua iniciativa foi frustrada. A assembleia, em vez de reabilitá-lo, reiterou sua condenação, resultado direto das manobras político-religiosas dos arianos. A influência do Concílio de Antioquia de 339, que havia instalado Gregório da Capadócia na sede episcopal alexandrina, foi decisiva para o desfecho desfavorável a Atanásio, conforme apontado por Oliveira (2016).

Sobre o segundo exílio de Atanásio, Anatólios (2004) debate que:

[...] a deposição de Atanásio e sua substituição por Gregório da Capadócia foi facilitada pela renomeação do prefeito Filagrio, que havia assistido a comissão investigativa do Concílio de Tiro, mas havia sido substituído por outro prefeito, Teodoro, que era considerado um apoiador de Atanásio. Filagrio tomou a medida sem precedentes de publicar um édito imperial declarando Gregório da Capadócia como bispo de Alexandria. Em 23 de março de 339, Gregório entrou na cidade e assumiu à força a sé episcopal de Alexandria. O prefeito Filagrio perseguiu energicamente sua missão de apoderar-se das igrejas e entregá-las a Gregório (Anatólios, 2004, p. 13, tradução nossa).

Neste sentido, Oliveira (2016) afirma que após a morte de Gregório da Capadócia (em 345), Constâncio II cedeu à pressão de seu irmão pelo retorno de Atanásio a Alexandria, o que ocorreu apenas em torno de um ano depois, devido à “hesitação e atraso” por parte de Atanásio. Neste retorno, Atanásio passou uma década em Alexandria, sendo o período mais longo de residência ininterrupta em sua trajetória como bispo.

Conforme a análise de Frangiotti (2014), o bispado de Atanásio está intrinsecamente ligado à instável dinâmica política do Império Romano. Durante o período em que o imperador Constante estava no poder, Atanásio conseguiu consolidar sua autoridade, dedicando-se com fervor às suas atividades

pastorais e literárias. A morte de Constante em 350, no entanto, foi um golpe para a sua posição. O imperador foi assassinado por seu general, Magnêncio, que assumiu o controle da parte ocidental do Império. Este novo cenário deu início a uma tensa rivalidade com Constâncio II, que governava o Oriente. Ambos procuraram o apoio de Atanásio, cobiçando sua popularidade e a autoridade que o bispo possuía no Egito. A situação mudaria em 353, quando Constâncio II derrotou Magnêncio e se tornou o único imperador de todo o Império Romano. Sem oposição ao trono, ele pôde impor sua política religiosa de forma mais rigorosa. Alinhado ao grupo de cristãos arianos, Constâncio II retomou a perseguição aos partidários de Atanásio. Com isso, as crenças e a posição do bispo foram novamente ameaçadas, marcando o início de um período de grande dificuldade para o bispo de Alexandria.

Concordamos com Frangiotti (2014), quando o pesquisador argumenta que Constâncio II, assim como seu pai, procurou usar as estruturas do poder a favor dos cristãos arianos no intuito de estabelecer uma política que alinhava todo império de determinado ponto de vista. Entretanto, Frangiotti não problematiza as dissidências no interior do próprio arianismo, desconsiderando ser este um grupo heterogêneo, conforme apontado pela tardo-antiquista Helena Papa (2009).

Ainda segundo Frangiotti (2014), neste período, recomeçaram as perseguições contra Atanásio, mais uma vez, condenado ao exílio pelos bispos ocidentais reunidos num sínodo em Arles, em 353, e em Milão, em 355. Vale ressaltar a quantidade de concílios promovidos neste período. Para o autor, a multiplicação das reuniões eclesiais se deu a partir da entrada de Constâncio II, isto é, da política e do poder imperial no interior da fé cristã, na perspectiva ariana. A postura político-religiosa contrária aos cristãos nicenos, por parte de Constâncio II, estava se tornando mais agressiva. Conforme Anatólios (2004), nos sínodos de Arles e de Milão,

[...] a pressão imperial foi exercida sobre os bispos ocidentais para depor Atanásio e aceitar uma fórmula doutrinária contrária à doutrina nicena. Submetidos a intimidação e ameaças, os bispos em grande parte capitularam; os poucos que resistiram à coerção imperial foram depostos de seus cargos e exilados. À medida que a oposição à formulação nicena crescia sob a

tutela de Constâncio, ele se preparava para agir diretamente contra Atanásio (Anatólios, 2004, p. 20, tradução nossa).

Trata-se de um período da maior importância para a problemática desta pesquisa, visto que se dá contemporaneamente ao envio da carta 31 de Constâncio II, endereçada aos príncipes Axumitas, documento principal de análise desta investigação histórica. Nessa carta, o imperador descreve Atanásio como um homem de valores duvidosos, que enganou o povo simples por meio de ilusões e mentiras e que mereceria ser morto. O imperador, nessa mesma carta, anunciou o substituto de Atanásio: Jorge, um capadócio descrito como um "homem erudito". Embora os apoiadores de Atanásio tenham mantido o controle das igrejas em Alexandria, George iniciou uma perseguição violenta aos apoiadores de Atanásio, com auxílio do *dux Sebastianus*, descrita por Anatólios como uma política de perseguição e execução violenta aos cristãos nicenos que, mais tarde, teria causado a própria morte do Bispo Jorge pelas mãos de uma multidão egípcia (Anatólios, 2004).

Segundo Barnes (2001), quando Atanásio foi expulso de sua diocese, em fevereiro de 356, ele era uma figura isolada e com poucos apoiadores no Oriente, além de seus seguidores no Egito. Quando retornou a Alexandria, findando o período do seu terceiro exílio, em 362, o cenário político-religioso na porção oriental do Império Romano havia mudado com a chegada de um imperador não cristão ao poder. Sobre esse assunto, Barnes descreve que:

No outono de 359, seu *Sobre os Concílios de Ariminum e Seleucia* sinalizou uma mudança fundamental de atitude, pois Atanásio decidiu se aliar aos teólogos da Anatólia, que por vinte anos ele havia estigmatizado como "arianos", "fanáticos arianos," e assim por diante. Eles tinham opiniões conservadoras e aprovavam as tentativas sucessivas dos concílios orientais de definir uma via doutrinária média desde o "Concílio de Dedicção" de 341 até o Concílio de Sirmium uma década depois, e aqueles entre eles que participaram dos concílios que formularam credos haviam condenado Atanásio repetidas vezes, não apenas por causa de sua rejeição intransigente de sua teologia, mas também porque genuinamente (e com razão) acreditavam que ele era culpado de usar violência e intimidação para controlar a igreja egípcia (Barnes, 2001, p. 152, tradução nossa).

Para compreender os conflitos ocorridos no cristianismo no século IV EC, especialmente entre os nicenos, tendo como principal personagem Atanásio de Alexandria, e os cristãos arianos, Papa (2009) considera de grande importância entender as complicações nos quais essas propostas doutrinárias foram inseridas. A fim de analisar as circunstâncias do desenvolvimento da controvérsia ariana, deve-se observar o vínculo entre o Poder Imperial e as reuniões eclesiásticas ocorridas naquele contexto.

Por fim, analisar a atuação do bispo Atanásio de Alexandria e a conjuntura política na qual suas ações encontravam-se inseridas é crucial para compreender o alcance e o significado da controvérsia ariana, e como está intimamente ligadas a essas mudanças políticas. A partir dos conflitos político-religiosos entre grupos cristãos nicenos e arianos, pode-se pensar como Atanásio utilizou de sua influência na nomeação do bispo Frumêncio em Axum e o porquê da nomeação não ter se sustentado perante ao Imperador Constâncio II, exemplificada nas cartas endereçada aos príncipes Axumitas.

Apesar da nomeação de Frumêncio ser questionada pelo Imperador Constâncio II, é notável como o cristianismo que se desenvolveu em Axum foi fortemente influenciado por Atanásio e seus ensinamentos nicenos. Apesar das cartas imperiais possuírem intenção de promover um cristianismo ariano para além dos limites do Império Romano, as tentativas não tiveram sucesso, exemplificado pela falta de resposta dos Príncipes Axumitas para com Constâncio II.

A relação de Atanásio com a comunidade cristã em Axum e com seu bispo, Frumêncio, confirma não apenas o sucesso das alianças episcopais, mas também o papel desses tipos de redes no processo religioso. Esta pesquisa entende que o Bispo Atanásio levou isso em consideração ao escrever a sua *Apologia* ao imperador. Se as cartas imperiais demonstram a falta de conhecimento sobre o paradeiro de Atanásio, a inclusão das cartas imperiais pelo bispo na continuação de sua obra pode ter agravado as ameaças do imperador. Não se sabe se sua *Apologia* chegou às mãos do imperador, mas o que é consenso nas bibliografias discutidas neste trabalho, é que a relação de Atanásio com Constâncio II continuou a se deteriorar à medida que o bispo passou a criticar diretamente o imperador em seus escritos. No entanto, apesar desse conflito político-religioso direto com o

imperador, as relações entre Atanásio e a aristocracia em Axum, por meio de Frumêncio, permaneceram, construindo um cristianismo com uma influência nicena, conseqüentemente um cristianismo anti-ariano.

Referências Bibliográficas

Documentação

ATANÁSIO. Contra os pagãos; A encarnação do Verbo; Apologia ao imperador Constâncio; Apologia de sua fuga; Vida e Conduta de S. Antão. São Paulo: Paulus, 2002 (Patrística; 18).

RUFINUS OF AQUILEIA. History of Church. Tradução e notas por Philip R. Amidon (1997). Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2016 (The Fathers of the Church; v. 133), Books 10 and 11.

Obras

ANATOLIOS, Khaled. Athanasius. Londres; Nova Iorque: Routledge, 2004 (Early Church Fathers).

BARNES, Timothy David. Athanasius and Constantius: theology and politics in the Constantinian empire. USA: First Harvard University Press, 2001.

ENTRINGER, Giovanna. Violência e intolerância sob o governo de Constâncio II: As implicações sociopolíticas do arianismo. 2009. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Espírito Santo, 2009.

FRANGIOTTI, Roque. Introdução. In: ATANÁSIO. Contra os pagãos; A encarnação do Verbo; Apologia ao imperador Constâncio; Apologia de sua fuga; Vida e Conduta de S. Antão. São Paulo: Paulus, 2002 (Patrística; 18).

OLIVEIRA, Jorge Gabriel Rodrigues de. Herdeiros de Mártires: a Representação do Monaquismo Eremítico Copta em Atanásio de Alexandria e Jerônimo de Estridão (Séculos III-IV). 2016. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais., Seropédica, RJ, 2016.

PAPA, Helena Amália. Cristianismo Ortodoxo versus Cristianismo Heterodoxo: Uma Análise Político-Religiosa da Contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico (séc. IV D.C.). Orientadora: Profª Drª Margarida Maria de Carvalho. Franca: UNESP, 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista.

PAPA, Helena Amália. O ideal político-religioso niceno na defesa da divindade de Jesus Cristo: considerações iniciais sobre a visão de Gregório de Nissa (séc. IV d.C.). In: ANPUH. ANAIS DO XXVI SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. São Paulo, julho 2011.

PAPA, Helena Amália. A Autoafirmação de um Bispo: Gregório de Nissa e Sua Visão Condenatória aos Eunomianos (360-394 d.C.). Orientador: Profª Drª Margarida Maria de Carvalho. 2014. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca, SP, Brasil, 2014.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A FRATURA COLONIAL DOS MODOS DE MORAR, VIVER O TERRITÓRIO E HABITAR A TERRA DE ATINGIDOS PELO DESENVOLVIMENTO

Thaís Maria Fonseca Almeida⁴

Atingidos Pelo Desenvolvimento

Em maio deste ano (2025), no acompanhamento de um balanço parcial sobre as políticas fundiárias e destinadas a comunidades tradicionais⁵, duas questões surgiam de forma recorrente nas falas dos representantes de diversos setores de movimentos e comunidades, sendo um de ordem técnica, e outra de ordem política: a preocupação com a vida, e utópico, de preocupação com um horizonte: as condições de manutenção da vida.

Os modos de fazer, viver e criar dos povos do campo estão profundamente interligados à terra, às águas, às florestas e aos demais seres vivos, e representam uma esperança em relação à garantia de manutenção dos biomas em equilíbrio (2025, p. 9).

No dia anterior, vinte e um (21) do mesmo mês, foi aprovada pela Comissão de Meio Ambiente no Senado, três projetos de lei que fragilizam a autonomia dos guardiões dos territórios, dentre eles, o PL 2159/2021⁶, conhecida como projeto da devastação ambiental, que flexibiliza a obtenção de licenciamento. Em 2020 (dois mil e vinte), com entrada no congresso, esse projeto ficou conhecido pela fala do ex-ministro de Meio Ambiente Ricardo Salles “Precisa ter um esforço nosso aqui (...) e ir *passando a boiada*, e mudando todo o regramento e simplificando normas”⁷.

O afrouxamento das legislações ambientais, ocorridas no período da pandemia de Covid-19, se deu no ano em que conheci o livro de uma autora estadunidense - Octávia Butler⁸, narrando a trajetória de Olamina, uma garota

⁴ Doutoranda, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS). Bolsista Capes. E-mail: thaisamalmeida2016@gmail.com

⁵ Seminário e Lançamento da Nota Técnica Política Territorial, Fundiária e Ambiental no Brasil/Campanha Nacional em Defesa do Cerrado e da Via Campesina. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1pAbijUk6dg>

⁶ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/148785>

⁷ Vários veículos midiáticos reproduziram este trecho na época do acontecimento.

⁸ Butler (1947/2006) ficou conhecida por romances distópicos com personagens marginalizados na centralidade das narrativas: “I wrote *Parable of the Sower* because I was watching the world around me deteriorate. Climate change, corporate greed, growing wealth gaps, racism — it

jovem e negra, que vivendo em um futuro distópico, colapso de crises econômicas e ambientais, na fuga da sua comunidade, começa a imaginar e escrever parábolas de um novo mundo, um novo lugar. Vi na personagem de Butler (2018), um espelho daqueles que também fazem isso: construção de um horizonte de um bem viver⁹, na defesa de outros projetos de sociedades, de seus territórios. Olamina também se encontra do mesmo lado da experiência dos sujeitos que são retirados dos seus lugares, fenômeno que Paul Little (2001) reconhece como deslocamentos involuntários.

Vi Olamina em outros sujeitos que têm traçado as saídas possíveis diante de um acontecimento que localiza o compromisso do estado com o mercado, como as explorações de terras por empreendimentos. Escutei essas narrativas, quando acompanhava comunidades afetadas pelo empreendimento do Projeto HidroAgrícola Jequitaiá/PHJ¹⁰. Apesar de não estar em fase de operação, outras obras paralelas vinculadas ao projeto, e negociação de terras, têm sido realizadas, como cumprimento de condicionantes. Uma delas implementa o Posto de Atendimento Social/PAS, instituído em 2014 (dois mil e quatorze) para acompanhar os atingidos nos seus modos de vida na relação com o empreendimento.

Estive no PAS como técnica social nesse acompanhamento, na escuta de sujeitos que residem em comunidades atingidas, situadas em três municípios, no desafio de exercer a psicologia social, diante de orientações para execução de uma psicologia clínica, no auxílio aos atingidos a elaborarem o luto da perda da terra. As demandas coletivas se tratavam, nessa racionalidade, de percepções pessoais, na adoção de estratégias de controle que Nader (1994) identifica como harmonia coerciva, presente no modelo de negociação de conflitos, e executado por especialistas/profissionais representantes do estado e das empresas, com o objetivo de "oferecer mecanismos para o diálogo construtivo" .

wasn't fiction, it was my reality projected forward." Octavia E. Butler à jornalista Marilyn Meacham/ revista *In Motion Magazine* em 1998. O primeiro livro "Parábolas do Semeador" (Parable of the Sower/1993) compõe uma duologia, é escrito em formato diário, no contexto dos Estados Unidos, e foi lançado no Brasil pela editora Morro Branco.

⁹ O conceito de bem viver enquanto projeto político de sociedade pode ser encontrado nas contribuições de Arturo Escobar.

¹⁰ O Projeto prevê a construção de duas barragens para fins de turismo, geração de energia, contenção de cheias e secas, e principalmente, investimento em agricultura e fruticultura, abrange dezenove (19) municípios do Norte de MG indiretamente afetados, e três (3) municípios diretamente afetados.

Pude conviver com os sujeitos viventes dessas comunidades também como moradora, e nessa convivência que os relatos deles apontavam para quem eles eram diante do Estado, uma vez que, os documentos basilares estaduais garantidores de mínimos sociais, resguardavam mais aqueles que detinham a documentação da terra. A maioria dos moradores dos territórios rurais tinham seus contratos firmados pela via da oralidade, mas a preocupação de todos os afetados era com os seus modos de subsistência e as mudanças nos espaços que modificaram seus modos de vida - como a seca dos rios.

Vi a boiada passando nas histórias das populações tradicionais, e assisti na televisão sobre a boiada em 2021 (dois mil e vinte e um), durante a pandemia, na minha casa em uma cidade no médio Rio São Francisco, norte de Minas Gerais. Na mesma região norte-mineira onde fui atuar dois anos depois. Na minha terra, ouvia-se sobre empreendimentos como geradores de emprego, mas quem tomava as vidas das pessoas eram os coronéis e a pobreza. Em outra terra, o discurso havia chegado também via a construção de barragens que ajudariam a região a sair da pobreza. Quem sabe o valor de cada peça de terra são aqueles que se veem em cada pedaço. São nesses pedaços, que no conhecimento da academia, encontrei as categorias do morar, viver e habitar o território. Espaços de produção, reprodução e de significados.

Dos modos de morar ao habitar o mundo

As questões afetivas com o morar, viver e habitar no contexto do PHJ afeta os atingidos diante de uma *não escolha* – de ter que sair de suas terras, e de um sinal de retirada/expulsão que pode vir a qualquer momento – não há uma data ou previsão de quando, e se acentuaram no começo do ano de 2023 (dois mil e vinte e três), no mês de fevereiro, quando o estado judicializou 178 (cento e setenta e oito) propriedades que ainda não haviam sido negociadas (Diário Oficial da União, 2023). A judicialização do estado infringiu o direito de escolha, quando impôs como única via de mitigação o acordo em pecúnia, o pagamento pela propriedade. Assim, o estado adotou uma estratégia de contenção para forçar os atingidos a negociarem (no aceite ou não do depósito do valor da terra).

Alguns atingidos já conheciam ou haviam adotado algumas estratégias de busca por reivindicar seus direitos, o que nos conflitos socioambientais chamamos de "aprendizado contextual", quando o sujeito que está à margem, aprende sobre sua condição de subalternidade a partir de uma situação de exclusão, que neste caso se manifestou pela negação de direitos, logo, negação do sujeito. Assim, a judicialização de terras mobilizou os sujeitos atingidos nas relações do empreendimento com seus territórios de vida, as perdas negligenciadas, e o aparelhamento do estado (Santos, 2025).

O morar, viver e habitar neste trabalho se apresentaram como categorias estratégicas de refletir sobre a relação com o lugar, com o espaço vivo e vivido¹¹, e de denunciar o dano de empreendimentos na discussão dos conflitos socioambientais, na exposição da fratura de uma relação com o mundo. O campo de estudo relativo à cada categoria vinha sendo explorada de acordo com a área em que estava inserida. Porém, nenhum campo do conhecimento poderia, por si, abranger a complexidade desses fenômenos relacionais com a terra/território, portanto que, todas as categorias foram tratadas e refletidas dentro de uma discussão epistemológica entre diferentes áreas do conhecimento. De modo geral, as entradas analíticas me possibilitaram delimitar as relações estabelecidas com o território e os elementos envolvidos nessas relações: **modos** de morar, de **viver** o território e habitar **o mundo** (Nascimento, 2014 e 2021).

É importante localizar o morar ao habitar enquanto dimensões relacionais com um território social, no contexto da entrada dos megaempreendimentos nesses territórios, e nos diferentes modos de resistir às persistências de projetos desenvolvimentistas. Nas ciências sociais, ao ser analisado pela noção de impactos, também inclui a dimensão afetiva e simbólica - como apontado por Zhouri (2018), ao destacar que os impactos não se restringem a perdas materiais, mas afetam profundamente o tecido social e emocional das comunidades, que muitas vezes são obrigadas a abandonar suas casas, redes de convivência e territórios.

¹¹ Yi-Fu Tuan discute a natureza do espaço e do lugar enquanto experiência: "O lugar é segurança; o espaço é liberdade: somos atraídos por ambos, exigimos ambos." (TUAN, 1983, p. 3).

O território é vivido em torno de como o empreendimento compreende o território, delimitando o espaço na concepção de propriedade, consoante com a lógica de propriedade privada do estado - os territórios são negociados. E é vivido também sob uma regência da temporalidade¹² - as instituições que tornam possível a operatividade do empreendimento no controle de danos, como órgãos do estado e representantes do empreendimento e do estado, efetuam a função de sequestro do tempo na vida dos sujeitos, que antes incluía as relações de subsistência e culturais, com vizinhos, com a cidade, passa a girar em torno do empreendimento - os prazos, a morosidade das mitigações e compensações. Ou seja, o sequestro do tempo limita os sujeitos na sua relação com o espaço (Foucault, 2002).

Nos modos de morar, o território é vivido dentro da centralidade das dinâmicas com a casa, a moradia, são os espaços delimitados no rural, o que inclui elementos que circunscrevem a relação com a casa - o que o empreendimento caracteriza como benfeitorias. Mas as benfeitorias não incluem a parte do território em que todos convivem, como a biodiversidade da fauna e flora que povoam as infâncias, as memórias na criação dos filhos - relação de cumplicidade que marca a identidade de populações rurais e tradicionais. A cisão natureza e cultura como marca da modernidade também tange essas relações, já que não se trata de territórios isolados, mas como cada agrupamento comunitário lida ou reage à essa cisão, ou fratura colonial, no contexto de sua cultura local, só poder ser lida a partir de seus viventes e na história de cada lugar (Escobar, 2005; Wortmaan, 2018).

Por um lado, a fratura ambiental decorre desta “grande partilha” da modernidade, a oposição dualista que separa natureza e cultura, meio ambiente e sociedade, estabelecendo uma escala vertical de valores que coloca “o Homem” acima da natureza (Ferdinand, 2021, p. 14).

No PHJ, pude escutar histórias que mostravam o lugar da casa de origem das famílias - algumas famílias que tinham a opção de escolher por uma outra residência em área não alagada, mesmo depois de construída, elas

¹² As contribuições interdisciplinares, da antropologia, geografia e história, nas ciências sociais, vêm do esteio das referências da disciplina “Os descaminhos da resolução negociada: conflitos, povos tradicionais, violação de direitos e contra-estratégias das margens”, optativa/PPGDS/Unimontes.

não conseguiam residir na “nova casa”, por não ter sido cumprido o acordo de que as residências negociadas deveriam ser similares às de origem; essas famílias constantemente apresentavam queixas na ruptura do acordo, e apontavam diversos estresses e conflitos durante a construção da residência negociada.

O programa de reassentamentos da Indonésia implementado pelo governo nos anos 50 (cinquenta), com o objetivo de incluir os povos isolados no desenvolvimento, a partir de doação de terras, casas e outras benfeitorias a povos considerados atrasados, demonstrou várias fragilidades em sua execução, sendo uma delas a não adaptação de povos das montanhas com as casa concedidas - para manter a gratificação, os moradores utilizavam as casas de forma sazonal, enquanto residiam na maior parte do tempo nas moradias de seus territórios.

Nas relações com a casa, também podemos considerar o espaço privado da residência, e como as histórias são performadas a partir das relações sociais de gênero e raça. As relações de gênero podem ser consideradas pela maior parte dos herdeiros das propriedades, que são homens, ou administradores das mesmas - sendo possível observar também a violência doméstica silenciada no meio rural. Em Mariana, a desigualdade de gênero já se mostrava aparente desde o programa de cadastramento das comunidades afetadas após o rompimento da barragem. O programa só reconhecia os homens como chefes de famílias/propriedades, o que gerou uma série de conflitos e manifestações por parte das atingidas. No PHJ, o cadastramento é feito por propriedade - quantitativo de área alagada e impacto na produção socioeconômica. Questões específicas de gênero surgem de forma diferente em cada comunidade - em algumas encontramos protagonistas femininas vinculadas à proteção da comunidade, e que desafiam companheiros para administrar os roçados (Zhourri, Zucarelli e Vasconcelos, 2018).

As relações raciais podem ser notadas nas três categorias - morar, viver e habitar, quando consideramos os espaços das grandes fazendas, com os proprietários que já negociaram com o estado, fazendeiros e empresários brancos que pretendem continuar lucrando com o empreendimento (investimentos agropecuários e de turismo na região), e trabalhadores rurais, meeiros, posseiros e arrendatários, maioria homens negros, que têm que viver

longe das suas famílias, quando possuem famílias, para trabalhar nas fazendas, e só conseguem algumas negociações com o estado via os proprietários, seus patrões.

Os fluxos migratórios apontam para a desigualdade de raça nas espacialidades - entre os trabalhadores rurais é o mais tangível, quando limitado às condições de negociação e meios de subsistência, migram para as cidades e adoecem por terem que viver em um lugar que não se reconhecem. Já entre os posseiros, meeiros e arrendatários, a fratura colonial entre sujeitos é mais evidente, diante de denúncias de trabalho análogo à escravidão¹³ (Ferdinand, 2021).

Nos modos de “viver o território”, podemos expandir para a rede comunitária e de produção, incluindo os espaços das fazendas, da cidade, e das comunidades. São relações que alimentam a relação com a casa, seja enquanto espaço de reprodução social na composição de famílias nucleares e criação de filhos, ou enquanto espaço apenas de repouso, como no caso dos segmentos de trabalhadores rurais, ou mesmo em condições precárias de moradia, como casas de lonas, como de outros segmentos ainda mais explorados.

Os modos de “viver o território” incluem todas as relações sociais que mostram que o rural e o urbano não configuram mundos à parte, mas continuum de dois mundos. Podem ser evidenciados por meio do trabalho rural que abastece as feiras urbanas, abastece as escolas por meio do PAA/Programa de Aquisição de Alimentos, a cultura por meio das festas e artesanato, como também são abastecidos pelos órgãos públicos enquanto sujeitos de direitos, e quando têm que reivindicar desses órgãos enquanto sujeitos políticos. Os modos de “viver o território”, portanto, não se restringem também às limitações geográficas do estado nação, mas ultrapassam fronteiras a partir da produção do território (Kieling e Silveira, 2015).

Os atingidos do PHJ vivem o território a partir dos diferentes espaços acionados nesse continuum. A maioria dos que residem nas casas atingidas, abastecem as feiras locais ou abastecem o lucro dos fazendeiros proprietários,

¹³ A discussão sobre racismo e migrações não foram temáticas exploradas, dado o objetivo da disciplina. Mas foram assuntos em pauta, sobre racismo ambiental, e os fluxos migratórios surgiram enquanto fragmentos de experiências vivenciadas por todos os sujeitos atingidos pelos projetos.

muitos deles não residem nas propriedades. Os que são pequenos produtores rurais abastecem as escolas com produtos nativos e encontram dificuldades em investimentos “modernos” em suas propriedades, por serem de alto valor - a agricultura mecanizada na lógica do agronegócio é um incentivo do empreendimento por meio da assistência técnica rural para os atingidos “avançarem”, “evoluírem”. A comercialização de comestíveis, como bolos, também aparece nas feiras, preparados por atingidas, e protagonizam os concursos de pratos típicos em festas tradicionais - como na festa do milho e da mandioca e festa da abóbora.

Os espaços da cidade são acionados não somente pela via da cultura alimentar, mas também quando precisam mobilizar os órgãos públicos, como a prefeitura, diante da falta de água e descaso com as estradas de terra - em muitas delas se veem obras do empreendimento como a construção de galerias e pontes que também são geradores de conflitos do empreendimento com comunidades/entre comunidades. As associações comunitárias também surgiram, mas aparecem para mim como espaços distantes do empreendimento - algumas se encontram mais organizadas, outras ainda fragilizadas, mas é notável diferentes conflitos nos espaços do território e nesse continuum rural/urbano envolvendo bens comuns, cultura local e relações entre comunidades. Esses conflitos abrangem, ainda, a realidade sociocultural de cada comunidade, em sua relação com a urbanidade e com o empreendimento, envolvendo também a entrada de novos atores sociais com a chegada do empreendimento, que desafiam a continuidade dos lugares, nos significados que os moradores imprimem em seus territórios.

Modos de vi(ver) e habitar o mundo

Os territórios são espaços localizados no mundo e enquanto sujeitos no mundo, retornamos aos apontamentos iniciais do começo deste trabalho, da manutenção dos bens comuns. O bem comum enquanto bem de dominação sempre foi campo de disputa, por meio dos projetos de exploração de povos e de territórios. Dominação da natureza e de culturas, e que encontra no estado enquanto aliado a partir do surgimento do capitalismo.

A decisão por refletir sobre dimensões do cotidiano nas relações sociais com o território, vem do entendimento que um empreendimento afeta gerações,

um dano irreparável no tempo, pouco reconhecido pelas leis estaduais, e são nas *histórias de vidas* dos sujeitos que vivem o território que se encontra a densidade de tudo que indicadores sociais não apontam, e aponta para as contradições do estado, como a dimensão afetiva da relação com o lugar: *de viver, morar e habitar*. Portanto, este trabalho, apesar de se tratar de uma reflexão categórica, pretende explorar e refletir sobre as categorias escolhidas, no campo, entre os sujeitos, na escuta de suas histórias.

Comecei a me debruçar sobre as histórias dos lugares na cidade ribeirinha em que cresci, nessa cidade, escutei as velhas moradoras, ao mesmo instante que me surpreendi com histórias que também fiz parte. Assim, o lugar da narrativa tomou outras proporções, não somente a partir das memórias, como também na sua função social, na relação com um eu que existe em um território à margem. À margem de projetos desenvolvimentistas, como se os territórios rurais fossem sem povos, sem gentes, sem histórias, vistos apenas sob a óptica do enriquecimento via extração de recursos da natureza. Estar na margem te possibilita prestar atenção nas paisagens, que foram sendo habitadas por histórias de escravização, de trabalhos análogos à escravidão, de expulsões, de retiradas, de retirantes, e que no entre, encontra a vida: nos **modos**, no **viver** e no **mundo**.

Referências:

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. **Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, p. 133-168, 2005.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Ubu Editora, 2022.

FOUCAULT, Michel - A Verdade e as Formas Jurídicas. Rio de Janeiro: Editora NAU, 2002, p. 07-123.

KIELING, Rejane Inês; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. O rural, o urbano e o continuum urbano-rural no contexto do desenvolvimento regional. **Revista Perspectiva**, Erechim, v. 39, n. 148, p. 133-143, 2015.

LI, Tania M. Compromising Power: development, rule and culture in Indonesia. **Cultural Anthropology**, 14(3), 1999, pp. 295-322.

LITTLE, Paul E. Comunidades locais e grandes empreendimentos: impactos, conflitos e resistência sociocultural na América do Sul. Brasília: IBAMA, 2001

NADER, Laura. Harmonia Coerciva: a economia política dos modelos jurídicos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 26, 1994, pp. 18-29.

NASCIMENTO, Rafael Baioni do. O ensaio como forma e a narrativa como método: encontros com a Teoria Crítica e o feminismo negro. **Educação, Escola & Sociedade**, v. 14, n. 16, p. 1-26, 2021.

SANTOS, Antônio Bispo dos. Somos da terra. **Cicatrizes da escravidão**, v. 29075, p. 22, 2018.

ZHOURI, Andréa; OLIVEIRA, Raquel; ZUCARELLI, Marcos; VASCONCELOS, Max. O desastre no rio Doce: entre as políticas de reparação e a gestão das afetações. In.: ZHOURI, Andréa (Org.). **Mineração, Violências e Resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil**: Editorial iGuana – ABA, 2018.

ZUCARELLI, Marcos. A gestão do desastre na mineração: uma análise da mediação como tecnologia de governo. In. ZUCARELLI, M. OLIVEIRA, R. E. ZHOURI, A. (Org.) **O Desastre no Rio Doce e a Política das Afetações**. Montes Claros: Editora Unimontes, 2024.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A HISTÓRIA INDÍGENA EM MINAS GERAIS POR UMA PERSPECTIVA ETNO-HISTÓRICA

Letícia Xavier Barbosa Albuquerque¹⁴

Os Krenak

No contexto da influência do positivismo e em meio a várias disputas resultantes da ocupação e exploração territorial, que abrangia a expansão da fronteira agrícola para o interior do país e os conflitos com os povos indígenas que estavam em estado de guerra contra seus invasores, que cada vez mais adentravam seus territórios, surgiu o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN). Criado pelo Decreto nº. 8.072, em 20 de junho de 1910 durante o governo de Nilo Peçanha, subordinado ao Ministério da Agricultura esse serviço tinha como objetivo tanto proteger e integrar os índios quanto estabelecer colônias agrícolas que aproveitariam a mão de obra encontrada durante as expedições oficiais.

Os Botocudos, como são mais popularmente conhecidos, pertencem ao tronco linguístico Macro-Jê (Rodrigues, 1986), sendo caçadores e coletores seminômades com uma organização social que se caracterizava pelo constante fracionamento do grupo, pela divisão natural do trabalho e por um sistema religioso centrado na figura dos espíritos encantados dos mortos (os Nanitiong). A sua organização econômica baseava-se na caça e pesca — atividades tipicamente masculinas — e na coleta, exercida pelas mulheres. Com a sedentarização forçada pelos administradores, foi-lhes imposta a agricultura: os homens faziam a derrubada, preparavam a terra e plantavam, atividade esta dividida com as mulheres, que se responsabilizavam pela colheita (Paraíso, 1998).

Os Botocudos, considerados índios ferozes pelo colonizador, foram destacados como inimigos, levando D. João VI a declarar uma guerra justa contra eles. Nesse contexto, os discursos políticos, técnicos e literários refletiam a essência do pensamento civilizatório europeu da época. A centralidade do debate colonizador girava em torno da possibilidade da

¹⁴ Mestranda em história, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista capes. Email: Leticiaxavier3030@icloud.com

humanidade dos índios e, conseqüentemente, se poderiam ser civilizados e incluídos na sociedade.

O grupo possuía essa denominação criada pelos brancos em seus primeiros contatos e advinda de seus acessórios labiais e auriculares, botoques estes que eram feitos de madeira pintados de urucum e jenipapo com seus grafismos geométricos que representavam suas etnias. Todos estes ornamentos eram ritualísticos, marcando fases da vida do indígena ou até mesmo a hierarquia que o mesmo possuía dentro da aldeia. A cerimônia de furação da orelha ocorria quando a criança atingia a idade de sete a oito anos e os botoques iam aumentando com o passar do tempo.

Os Krenak, descendentes dos antigos “botocudos”, enfrentaram diversas investidas por parte do governo, que visavam à eliminação ou assimilação dos nativos. As primeiras intervenções estatais foram baseadas na promulgação da Carta Régia de 1808, que estabeleceu as Divisões Militares do rio Doce com o propósito de ocupar demograficamente a região e erradicar os botocudos através da decretação da guerra justa, considerados um obstáculo para o desenvolvimento econômico local. Iniciada durante o período colonial, essa política não alcançou o êxito desejado, e somente após a implementação da Estrada de Ferro Vitória-Minas (EFVM) na década de 1910 é que o vale do rio Doce passou a ter uma ocupação demográfica significativa.

A criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI)

Segundo José Mauro Gagliardi, em seu livro “O indígena e a República”, durante a transição do século XIX para o XX, a classe dominante brasileira, com base agrária e tradição escravista, enfrentou desafios para manter sua hegemonia diante de um novo contexto histórico. Esse período foi marcado por mudanças importantes que ocorreram em ritmos e tempos diferentes. Entre essas mudanças, se destacou o fim legal da escravidão, que exigiu a criação de uma nova ordem fundamentada na liberdade, porém, ainda mantendo o controle sobre o acesso à terra e à força de trabalho dos estratos sociais hierarquicamente inferiores, especialmente os libertos e seus descendentes. Era necessário encontrar formas de garantir a subordinação desses grupos mesmo após o término da escravidão.

Foi necessário estabelecer um aparato administrativo Estatal efetivo, uma vez que o sistema do Real Padroado chegou no final, havendo laicização a partir do Estado Republicano, que significou o fim do papel desempenhado pelas paróquias como "unidades administrativas mínimas" por um longo período. Paralelamente, houve uma redefinição ou surgimento de unidades administrativas eclesiásticas específicas para certos segmentos sociais.

Novas formas de participação política e construção da identidade nacional precisaram ser repensadas para se adequar a essa nova estrutura de governo, essas mudanças representaram desafios para a classe dominante, que precisou adaptar-se a esse novo contexto histórico e encontrar estratégias para manter sua hegemonia diante das transformações sociais, políticas e econômicas em curso, foi então nesse contexto que se constituiu o primeiro órgão da república voltado aos povos indígenas.

A fundação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) aparece como manifestação, no plano institucional, dessas mudanças econômicas e políticas que ocorreram nos anos antecedentes à República. A preocupação dos positivistas com a construção de uma sociedade burguesa conseguiu imprimir em certa medida uma laicidade e humanismo às relações da política com as questões indigenistas no Brasil.

No contexto em questão e em meio a vários conflitos resultantes da ocupação e exploração territorial, que abrangia a expansão para o interior do país e os conflitos com os povos indígenas que estavam em estado de guerra contra seus invasores, que cada vez mais adentravam seus territórios, surgiu o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPILTN).

A política indigenista republicana foi institucionalizada como Decreto 8.072, que estabeleceu as normas de tratamento das populações indígenas. Os objetivos gerais que nortearam a elaboração desse regimento foram dois: colocar as populações indígenas sob a égide do Estado, a fim de assegurar-lhes assistência e proteção, e tornar efetiva e segura a expansão capitalista nas áreas onde havia conflito entre índios e fazendeiros (Gagliardi, 1989).

O SPILTN unificava essas duas funções, fundamentado na ideia de que o "índio" estava em um estado transitório e que seu destino seria se tornar um trabalhador rural ou proletário urbano. Essa concepção refletia a perspectiva

assimilacionista predominante na época, que buscava a integração dos povos indígenas à sociedade nacional, ignorando e aculturando-os sendo forçadamente incluídos em uma sociedade em que se cobrava dos mesmos o dever de ser “igual” aos brancos demais.

O SPI foi estabelecido mantendo algumas continuidades em relação às premissas coloniais de assimilação. Sua abordagem e atuação foram influenciadas por doutrinas positivistas, incorporando técnicas missionárias, como a distribuição de presentes, a adoção de vestimentas ocidentais pelos indígenas e o ensino de instrumentos musicais ocidentais. Nas expedições pelos sertões, os valores de bravura, coragem, calma e disciplina militar ecoavam as imagens clássicas do explorador e do bandeirante.

“A atuação dos positivistas em defesa dos povos indígenas, os trabalhos da “Comissão Rondon”, o idealismo republicano e a forma política que a classe dominante adotou para o Brasil, foram certamente os componentes essenciais que conduziram o processo que instaurou o órgão protetor. Embora fragmentados, esses fatores podem ser visivelmente notados no discurso daqueles que, certos de que cumpriam uma missão cívica, participaram da criação do serviço de índios” (Gagliardi, 1989, p. 223-224).

A criação do SPI teve influência direta do expedicionário Marechal Rondon, um renomado militar, engenheiro e sertanista brasileiro que nos anos de 1907 a 1915 comandava a chamada “expedição Rondon” que teve como principal objetivo a exploração e mapeamento de regiões remotas do Brasil, especialmente na Amazônia e no Centro-Oeste.

Em 1918, o Serviço de Proteção aos Índios foi separado da Localização de Trabalhadores Nacionais por meio do Decreto-Lei nº. 3.454, de 6 de janeiro de 1918. No entanto, mesmo com a separação, a premissa da integração pacífica dos índios continuou sendo a base de atuação do órgão.

Durante a chamada Primeira República no Brasil, que compreendeu o período de 1889 a 1930, os povos indígenas enfrentavam uma série de condições desfavoráveis, que refletiam a colonização, a expansão territorial e a transformação social e econômica em curso. Diversas políticas indigenistas eram colocadas em pauta e execução à época. Havia no país uma política de tutela estatal formalizada no Código Civil de 1916 e na lei nº 5.484 de 27 de

junho de 1928, que estabeleceram sua relativa incapacidade jurídica e o poder de tutela ao SPI:

Art. 6º. São incapazes, relativamente a certos atos (art. 147, nº 1), ou a maneira de os exercer:

I. Os maiores de 16 e menores de 21 anos (arts. 154 a 156).

II. As mulheres casadas, enquanto subsistir a sociedade conjugal

III. Os pródigos.

IV. Os silvícolas.

§único. Os silvícolas ficarão sujeitos ao regime tutelar, estabelecido em leis e regulamentos especiais, o qual cessará a medida em que se forem adaptando a civilização do país (Código Civil, Lei 3.071, 19 de janeiro de 1916).

A lei era colocada de forma com que o Estado possuísse a tutela destes povos, considerando-os, de certa forma, “incapazes” de gerir suas próprias vidas e territórios, buscando controlar e direcionar as ações destes povos.

Ainda que com a herança e a institucionalização da política de assimilação, a problemática sobre a tentativa de aculturação dos indígenas brasileiros e toda a violência institucional do Estado em prol da implementação de tal política iria se esbarrar no “paradoxo da tutela”, na tentativa de assimilar e ao mesmo tempo mantê-los sob a tutela do Estado, colocando-os em posição de “não cidadãos”.

Pensando no discurso político de tutelar e assimilar os indígenas, envolvemo-nos na dualidade entre civilização e barbárie, o que por muito tempo e ideologias se teve como base para justificar dominações culturais e exclusões políticas. Tal binarismo se encontra a partir de um etnocentrismo cultural, ao estabelecer uma verdade entre a classe de que, se não colonizados em costumes e ideias, permaneceriam em estado de barbaridade.

Discussão teórica e metodológica

Entretanto, a realização desta pesquisa baseia-se na necessidade de preencher lacunas historiográficas sobre a atuação do Sistema de Proteção ao Índio (SPI) e suas consequências para os povos indígenas, especificamente os Krenak durante a Primeira República. Ao documentar e analisar as ações do SPI e a resposta dos Krenak, a pesquisa contribui para a compreensão das

complexas relações entre o Estado e as populações indígenas, destacando os aspectos de resistência e adaptação cultural. Essa análise é crucial para entender como as políticas do início do século XX moldaram a história e a identidade dos Krenak e de outros povos indígenas no Brasil. Buscando compreender as dinâmicas do contato do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) com o grupo étnico dos “Botocudos, a relação que se estabeleceu entre os grupos étnicos e ênicos e os resultados das políticas trazidas pelo SPI ao território ocupado pelos “Botocudos”.

Para a realização dessa pesquisa serão utilizadas fontes bibliográficas sobre os Krenak e os “Botocudos” do vale do rio Doce, bem como sobre a região do Vale do Rio Doce e sobre as políticas indigenistas no Brasil, para abordar as relações do órgão estudado com o grupo étnico se baseará nos Autos e documentos do Ministério da Agricultura e do Serviço de Proteção ao Índio, documentos estes que estão em posse do Arquivo Nacional, sendo eles de domínio público, de forma a serem dispostos a esclarecer a compilar os acontecimentos no território a partir de sua chegada em 1910 até 1930, período que compreende o conflito territorial entre o Estado e os Krenak.

A pesquisa utilizará a metodologia da etno-história para interpretar criticamente os documentos oficiais e outros registros históricos que possam surgir durante o desenvolvimento do trabalho, visto que a metodologia de pesquisa abrange uma vasta possibilidade de análises de fontes e que o trabalho está aberto para a interdisciplinaridade, visto que esta é uma metodologia que teve seu início na colaboração de diversas áreas.

Os primeiros passos da etno-história foram dados por antropólogos, mas com o passar do tempo vários historiadores e também outros pesquisadores, como, por exemplo, geógrafos e arqueólogos, passaram a se interessar pela problemática. Assim a etno-história caminhou para se consolidar como um método que congrega, principalmente, aportes da antropologia e da história, mas também e com grande importância de outras disciplinas, tais como a arqueologia e a linguística, por exemplo (EREMITES DE OLIVEIRA, 2003; ROJAS, 2008; TRIGGER, 1982), (CAVALCANTE 2011).

O termo “etno-história” é motivo de debates que buscam definir sua aceção. Inicialmente, a etno-história foi entendida enquanto campo de pesquisa da Antropologia e da História. Com o passar do tempo, passou a ser

compreendida como uma disciplina isolada. Bruce Trigger, discordando, a considerou como um método interdisciplinar, que abrange História, Antropologia, Arqueologia, entre outros (Trigger, 1973).

O presente trabalho compreende que tal termo tem seus significados em discussão e que pesquisas recentes (Katter; Lopes, 2021) buscam sua substituição por outro que melhor caracterize as intenções de seu uso. Entretanto, dada a importância da etno-história enquanto método e a ausência de terminologias ideais para substituição, esse trabalho ainda utiliza o termo.

Voltando à conceituação, deve-se lembrar que, frente a uma História positivista, cujas fontes escritas eram ainda as únicas utilizadas, tornava-se complexo o estudo sobre as populações nativas americanas, que baseiam-se na oralidade. Logo, outras fontes se tornaram indispensáveis para se compreender tais grupos. Desde o século XX, a etno-história gerou debates, principalmente após o chamamento dos povos indígenas norte-americanos no Indian Claim Act (ICA) (Rodrigues, 2011). Com essa demanda, aliada à validação da oralidade enquanto fonte de pesquisa com a Escola dos Annales, diversas disciplinas passaram a contribuir na reconstrução da história indígena (Rodrigues, 2011). Trigger, assim, considerou o conceito uma metodologia de pesquisa, que abrange dados de naturezas diversas, buscando possibilitar a reconstrução da História Indígena

Ademais, é preciso ressaltar o papel central da etno-história enquanto aliada da decolonialidade. “Bartomeu Melià aponta que a documentação colonial foi produzida sobre a perspectiva da “redução” do indígena [...] então, o método etno-histórico [...] consiste precisamente em desideologizar as fontes” (Cavalcante, 2011). Assim, de acordo com Maíra de Mello e Silva “a lógica decolonial, portanto, permite [...] experimentar a interpretação de fatos, dados e teorias, de um ponto-de-vista não hegemônico, distanciado e descompromissado com as barreiras disciplinares e não restrito à filiações teóricas” (Silva, 2018).

O objetivo é recuperar, a partir de uma perspectiva decolonial, as experiências e resistências dos Krenak, frequentemente apagadas ou marginalizadas nas narrativas e ações estatais. A interdisciplinaridade da etno-história permitirá articular dados históricos com aspectos culturais e sociais, buscando compreender não apenas os impactos das ações do SPI,

mas também as estratégias de sobrevivência e adaptação dos Krenak. A análise documental será orientada de forma a “desideologizar” as fontes, buscando evidências das dinâmicas locais e das relações interétnicas que marcaram o período estudado.

Juntamente com a metodologia da etno-história, a presente pesquisa busca atingir seus objetivos pautando-se na teoria decolonial, que consiste em adotar uma postura teórica que denuncia o poder imperial como fator determinante na criação e imposição das subjetividades, propondo uma posição que desafia e rompe com a lógica eurocêntrica dominante nas ciências humanas (Quijano, 2013)

A decolonialidade se propõe a não reproduzir narrativas moldadas pelos padrões coloniais, mas sim a recontar a história a partir da perspectiva dos sujeitos subalternizados e de suas mundividências e cosmovisões. Trata-se, portanto, de romper com os silêncios impostos pela historiografia tradicional e valorizar os elementos culturais e simbólicos que lhes são próprios e significativos, isso não significa porém apagar as marcas da colonização, mas reconhecê-las criticamente, abrindo caminho para superá-las e construir um espaço epistemológico próprio, em contraposição à hegemonia eurocêntrica que ainda predomina nas ciências.

Neste sentido, proponho trabalhar com as documentações existente sobre as ações do Sistema de Proteção ao índio e analisar de forma interdisciplinar seus impactos com as etnias do médio rio Doce a partir de uma visão decolonial e etnohistórica, de forma a fazê-lo a partir de uma perspectiva que traga luz às consequências do movimento colonizador sob os corpos e culturas dos povos subalternos do Sul Global, neste caso, dos povos indígenas do Brasil. Pensar nas interferências do Estado de forma a fazer uma historiografia que seja reflexiva a partir do impacto colonizador sob os habitantes do território e, para além de considerar as cosmovisões das etnias estudadas, abarcar na teoria uma maioria de autores e teóricos do Sul Global, especialmente da América Latina.

Referências bibliográficas

CAVALCANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa.** História (São Paulo), v. 30, n. 1, p. 349-371, 2011.

GAGLIARDI, José Mauro. **O indígena e a República.** São Paulo: Hucitec/EdUSP/Secretaria de Estado da Cultura, 1989.

KATER, Thiago; LOPES, Rafael de Almeida. Braudel nas Terras Baixas: caminhos da Arqueologia na construção de Histórias Indígenas de longa duração. Revista de História (São Paulo), 2021.

MANIZER, Henri Henrikhovitch. 1919. **Les Botocudos.** [Traduzido do russo por A. Childe.] Archivos do Museu Nacional do Rio de Janeiro, vol. XXII, p. 243-273.

PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro. **Os Krenak do Rio Doce, a pacificação, o aldeamento e a luta pela terra.** In: XIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 23-27 de outubro de 1989, Caxambu. Anais [...]. [S.l.: s.n.], 1989.

RODRIGUES, Igor Morais M. Fora das grandes aldeias: a ocupação do recôndito sítio arqueológico Vereda III. 2011. 318 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado de Minas Gerais. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2011

SILVA, Maíra de Mello. Possibilidades e Perigos da Etno-história. Revista Discente Ofícios de Clio, v. 3, n. 4, p. 53-53, 2018

SOARES, Geralda Chaves. **Os Borum do Watu: os índios do rio Doce.** Belo Horizonte: Cedefes, 1992. 198 p. Ilustrado com desenhos, fotos e mapas. Ilustrações de Berzé. Apresentação de Maria Hilda B. Par.

TRIGGER, Bruce C. **Além da história: os métodos da pré-história.** São Paulo: EdUSP, 1973.

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NOS BALANÇOS DE RECEITA E DESPESA DO IMPÉRIO DO BRASIL (1840-1889)

Aparecido Pereira Cardoso¹⁵

Desarmai uma parte da Marinha e do Exército, cortai pelas dotações imperiais, pelas aposentadorias, pelas pensões, pelas ajudas de custo, pelas verbas secretas, pelo papel das secretarias, pelo ordenado do pessoal inútil das repartições, pelo aformoseamento das cidades, pelas obras materiais que não forem indispensáveis, e se com isso não conseguirdes os milhares de contos, que deveis à instrução pública, muito pouco tereis de pedir ao imposto escolar.

Antonio de Almeida Oliveira
O ensino público, 1874

Introdução

O presente estudo investiga a política educacional do governo imperial brasileiro entre 1840 e 1889, a partir da análise de 49 relatórios de balanço e despesa, com o objetivo de avaliar o alcance do financiamento executado pelo governo de D. Pedro II. Contemporâneos apresentaram visões bastante divergentes quanto aos percentuais de investimento governamental na instrução pública. Almeida ([1889]1989, p. 296) afirmou que no período em tela, os recursos orçamentários destinados às escolas eram superiores a alguns “países mais avançados em civilização”. Ao analisar os dados financeiros compilados por Almeida ([1889] 1989), Carnielli (2000) concluiu que “o dispêndio com a instrução primária situava-se em patamares compatíveis com os atuais” e que os baixos índices de escolarização da época estavam relacionados a questões socioeconômicas “e não, primordialmente” na insuficiência de recursos (Carnielli, 2000, p. 27). Já o político e jurista Ruy Barbosa, ao analisar a destinação dos recursos públicos do ano financeiro 1881-1882, constatou que o Estado brasileiro empregou apenas 1,99% no setor, dado que não era exceção, mas regra nas demais leis orçamentárias gerais (Barbosa, 1882, p. 49). O levantamento, sistematização e análise dos dados contidos nos balanços de receita e despesa produzidos ao findar de

¹⁵ Doutorando em Educação, Universidade de Uberaba (Uniube). Bolsista SEE-MG. E-mail: apcmocmg18@gmail.com

cada exercício financeiro, é relevante na medida em que permitirá mensurar o padrão de investimento do Estado brasileiro na instrução primária e secundária, e dessa forma, delinear o perfil da política nacional direcionada ao setor.

Os trabalhos acadêmicos concernentes ao financiamento da educação pública, em sua maioria, abrangem período recente da formação histórica brasileira, com ênfase a partir da redemocratização e da Carta de 1988. Sobre o século XIX tem prevalecido a interpretação de que das verbas consignadas em orçamento foram integralmente despendidas na manutenção das escolas e remuneração do corpo docente. Almeida (1989) ao discutir as despesas com a instrução mantida pelo governo imperial, analisou os valores extraídos das peças orçamentárias, sem considerar que no decurso do ano financeiro frequentemente eram aplicados contingenciamentos e suplementação de créditos, o que alterava substancialmente o sentido original da lei de meios. Sendo assim, faz-se necessário discutir o financiamento levando-se em consideração não apenas o recurso fixado, mas os mecanismos de sua aplicação a partir da análise dos balanços de receita e despesa, de forma a comparar o previsto e o realizado, identificando os setores da instrução que foram beneficiados em detrimento de outros.

A Instrução Primária e Secundária e o Império

O artigo 179, alínea XXXII da Constituição Política do Império de 1824, garantiu “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. O direito foi regulamentado na Lei de 15 de outubro de 1827, ao determinar que nas localidades mais populosas de cada província seriam criadas escolas de primeiras letras para meninos e meninas, ficando a critério dos presidentes de província e conselhos gerais a escolha das cidades, vilas e povoações onde seriam instalados os educandários. A reforma constitucional de 1834 criou as assembleias legislativas provinciais, as quais foram atribuídas a competência de legislar “sobre instrução pública e os estabelecimentos próprios a promovê-la”, com exceção do ensino superior, que ficaria sob controle do governo imperial. A organização do ensino dada pela reforma delegou a gestão do ensino primário e secundário às províncias, cabendo ao governo central a responsabilidade pela gestão e manutenção da instrução primária e secundária no município neutro (Corte/Rio de Janeiro).

A análise pioneira de Chaia (1965) embasada nas leis orçamentárias imperiais levantou as despesas fixadas para a instrução primária e secundária entre 1840 e 1888, e com isso, traçou um comparativo com a totalidade de gastos governamentais. A “simples observação dos dados, ressalta, imediatamente, a discrepância na distribuição das verbas e o menosprezo à educação” (Chaia, 1965, p. 129). Os gastos com educação (incluído ensino superior, ordenado dos mestres da Família Imperial, academias militares, escolas primárias e secundárias etc.) atingiram a média anual de 1,80%. O custeio do legislativo e subsídios aos deputados e senadores foi de 1,52%. O recurso destinado à instrução primária e secundária apresentava “um quadro ainda mais desolador”, com média de 0,42% (Chaia, 1965, p. 129). A partir da análise de Chaia, passamos à análise dos balanços de receita e despesa com o propósito de verificar a execução da peça orçamentária no que concerne à instrução primária e secundária. Foram selecionados dez balanços, correspondendo a 20,41% dos 49 orçamentos analisados por Chaia (1965). Para a elaboração da tabela abaixo, tomou-se a arrecadação total conforme registrado nos documentos. Já as despesas eram organizadas em sete ministérios. A instrução elementar do município do Rio de Janeiro estava sob controle da pasta Negócios do Império.

Tabela 1 – Arrecadação total e despesa realizada com Instrução Pública

Exercício	Arrecadação Total	Despesa realizada com Instrução Pública	% da Despesa da Instrução sobre Arrecadação Total
1840-1841	40.129:501\$000	24:974\$122	0,06%
1845-1846	55.654:440\$326	33:584\$545	0,06%
1850-1851	34.869:089\$560	46:077\$477	0,13%
1855-1856	41.292:147\$282	80:084\$169	0,19%
1860-1861	56.121:961\$646	310:866\$779	0,55%
1865-1866	60.001:454\$603	282:252\$790	0,47%
1870-1871	97.736:559\$946	359:437\$759	0,36%
1875-1876	103.449:593\$081	813:761\$855	0,78%
1880-1881	131.274:951\$579	872:498\$062	0,66%
1885-1886	130.309:404\$730	490:587\$883	0,37%

Comparando a despesa efetivamente realizada com a receita arrecadada em dez anos financeiros, constata-se que o gasto com a instrução primária e secundária era ínfimo. Comparando as verbas fixadas nos orçamentos com os valores efetivamente despendidos, constatou-se que em 70% da amostra o gasto foi em média 89,19% do valor fixado no orçamento (gerando “sobra” ou superávit). Nos demais anos financeiros (1855-1856, 1860-1861 e 1875-1876) gastou-se 1,11%, 16,50% e 0,77% a mais que o fixado, respectivamente.

Considerações Finais

Os críticos ao regime monárquico, assim como seus principais políticos e burocratas expuseram em suas obras jurídicas a omissão do governo imperial em relação ao ensino primário e secundário a nível nacional. Omissão e descumprimento de preceito constitucional, pois a Carta de 1824 delegou ao Império a responsabilidade pela gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos. A interpretação majoritária defendia a competência concorrente, na qual as províncias e o governo central deveriam criar e manter escolas, mas o governo imperial optou por restringir sua ação ao município neutro (Rio de Janeiro). Além disso, os críticos responsabilizavam o governo central pela negligência na formulação de uma política nacional para a educação primária e secundária, e também pela falta de investimentos e ausência de um plano curricular para o país. Os resultados preliminares da pesquisa permitem concluir que “a tradição imperial” não foi “de grandes investimentos na área social”, principalmente em educação e saúde (Carvalho, 2002, p. 77).

Referências

Fontes

BRASIL. Balanço da receita e despesa do Império do exercício de 1840-1841. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1842.

BRASIL. Balanço da receita e despesa do Império do exercício de 1845-1846. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1846.

BRASIL. Balanço da receita e despesa do Império do exercício de 1850-1851. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1852.

BRASIL. Balanço da receita e despesa do Império do exercício de 1855-1856. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1858.

BRASIL. Balanço da receita e despesa do Império do exercício de 1860-1861. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1863.

BRASIL. Balanço da receita e despesa do Império do exercício de 1865-1866. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1868.

BRASIL. Balanço da receita e despesa do Império do exercício de 1870-1871. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1873.

BRASIL. Balanço da receita e despesa do Império do exercício de 1875-1876. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1878.

BRASIL. Balanço da receita e despesa do Império do exercício de 1880-1881. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883.

BRASIL. Balanço da receita e despesa do Império do exercício de 1885-1886. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1887.

Bibliografia

ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Primária no Brasil (1500-1889)**. São Paulo: PUCSP; Brasília INEP, 1989.

BARBOSA, Ruy. **Projeto nº 224. Parecer e projeto da Comissão de Instrução Pública**. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

CARNIELLI, Beatrice Laura. O dispêndio com a instrução elementar no Império. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 81, n. 87, p. 26-39, 2000.

CARVALHO, José Murilo de. **A Escola de Minas de Ouro Preto: o peso da glória**. 2. ed. Belo Horizonte, 2002.

CHAIA, Josephina. **Financiamento Escolar no Segundo Império**. Marília: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, 1965.

OLIVEIRA, Antonio de Almeida. **O ensino público**. Brasília: Senado Federal, 2003.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

A INSTRUMENTALIZAÇÃO DO FUTEBOL E O REGIME MILITAR: O JOGO POLÍTICO FORA DE CAMPO NA COPA DE 1970

Henrique Petrucci Marques¹⁶

Introdução

Esta pesquisa parte do entendimento de que o futebol, embora não tenha se originado em nosso país, tornou-se o esporte que mais simboliza a identidade nacional brasileira. Seus jogadores transformam-se em representantes das mais diversas comunidades e regiões, conferindo ao jogo um caráter de unidade em meio à pluralidade cultural que compõe o Brasil. Nesse contexto, ainda que outros agentes externos ao futebol tentem apropriar-se dessa representatividade, é no campo e na trajetória dos atletas que se consolidam os símbolos mais potentes da nação.

Nesse sentido, Galeano (2004), há povoados e vilarejos que não possuem igreja, mas em todos é possível encontrar um campo de futebol. Esse dado simbólico revela como o futebol pode ser compreendido não apenas como prática esportiva, mas também como elemento cultural e de identificação coletiva, capaz de mobilizar sentimentos e valores compartilhados. Nesse cenário, emergem interesses de diferentes agentes sociais que se relacionam e se influenciam mutuamente. Muitas vezes, esses agentes foram lideranças políticas que buscaram, por meio da popularidade do esporte, promover sua própria imagem e ampliar seu alcance junto à população.

A utilização ideológica dos meios de comunicação de massa constitui um campo fértil para a investigação científica, sobretudo quando associada a eventos de grande impacto, como a Copa do Mundo (Sales *et al*, 2024). No contexto brasileiro, essa relação torna-se ainda mais intensa, uma vez que as competições de futebol assumem relevância cultural ímpar e mobilizam intensamente a população, funcionando como espaço privilegiado para a circulação de discursos, valores e interesses.

Durante a Ditadura Civil-Militar (1964-1985), manifestações culturais foram amplamente utilizadas como instrumentos de propaganda política, e o

¹⁶ Mestrando em História pela Universidade Estadual de Montes (Unimontes). E-mail: caipirenses@gmail.com

futebol destacou-se como uma das mais eficazes. A vitória da seleção brasileira na Copa do Mundo de 1970, durante o governo Médici, foi apropriada pelo regime como símbolo de força e unidade nacional (Bicalho; Alves; Freitas; Pereira, 2024). Nesse processo, o êxito esportivo foi convertido em ferramenta de legitimação do poder, reforçando um sentimento nacionalista que buscava silenciar opositores e minimizar críticas ao autoritarismo vigente.

Esse episódio revelou o potencial do futebol como recurso político, capaz de mobilizar emoções coletivas e criar uma sensação de pertencimento que extrapola o campo esportivo. Tal apropriação não se restringiu ao período ditatorial: ao longo das décadas seguintes, diferentes governos continuaram a explorar a força simbólica do futebol como expressão de identidade nacional. Assim, o esporte consolidou-se não apenas como espetáculo de massas, mas também como arena de disputas ideológicas, onde projetos políticos encontram terreno fértil para dialogar com a população e, muitas vezes, manipular sensibilidades coletivas.

Observa-se, portanto, que o acontecimento futebolístico passou a ser percebido como um verdadeiro núcleo de construção de identidades, pois permite compreender como eventos esportivos se articulam com mecanismos de controle social. Além disso, tais acontecimentos foram frequentemente mobilizados como instrumentos capazes de justificar ou mesmo validar o sistema político vigente, refletindo a maneira como o esporte pode ser apropriado para fins ideológicos. Nesse sentido, o futebol transcende sua dimensão meramente competitiva, tornando-se arena simbólica na qual se negociam valores culturais, se reforçam sentimentos de pertencimento coletivo e se estabelecem vínculos entre o público e as instituições políticas que buscam legitimar sua autoridade.

Por meio de lemas nacionalistas, orgulhosos e, muitas vezes, agressivos, a publicidade estatal difundia a ideia de um modelo ideal de cidadão brasileiro: submisso a um governo específico e dedicado, de forma quase cega, ao projeto de desenvolvimento nacional vigente. Nesse contexto complexo, e buscando compreender com maior profundidade as dinâmicas do período, tornou-se fundamental realizar uma análise de exemplares de jornais impressos da época, permitindo o aprofundamento de diversas questões relacionadas a esse momento histórico tão controverso.

Não se pode esquecer que, em 1968, com a imposição do Ato Institucional nº 5 - considerado o mais severo entre os dezesseis Atos ocorridos durante a Ditadura Civil-Militar - o presidente passou a dispor de poderes extraordinários, incluindo o fechamento do *Congresso Nacional*, a suspensão do habeas corpus e influência direta sobre políticas estaduais. Já na década de 1970, o país registrava diversas ocorrências de tortura e prisões arbitrárias, consolidando um cenário de violência política. Nesse contexto, campanhas que estimulassem confiança e patriotismo tornaram-se instrumentos essenciais para criar um elo simbólico entre governo e população, reforçando a legitimidade do regime militar.

O futebol assumiu papel estratégico nesse processo. O técnico inicialmente escolhido pela *Confederação Brasileira de Desportos* (CBD), João Saldanha - jornalista e comentarista esportivo popular, crítico do regime - foi substituído após declarar: “o presidente escala o ministério dele que eu escalo o meu time”. Em seu lugar, assumiu Mário Jorge Lobo Zagallo, alinhado aos ideais militares, que manteve jogadores como Carlos Alberto, Rivellino, Jairzinho e Pelé, considerados por muitos a maior seleção de todos os tempos. Dessa forma, abriu-se caminho para transformar a seleção nacional, que havia sofrido a derrota humilhante de 1966, em tricampeã mundial em 1970, marcando a despedida oficial de Pelé e mantendo a expectativa nacional pelo milésimo gol do Rei do futebol.

Metodologia

Esta pesquisa, de caráter exploratório, teve como objetivo realizar uma análise bibliográfica sistemática sobre o tema, a partir da identificação de indícios de como uma manifestação cultural de grande popularidade, como o futebol, pode servir como veículo para a promoção de diferentes discursos sociais e políticos. Foram consultadas obras de autores consagrados, cujas reflexões possibilitaram compreender a complexidade da relação entre esporte, cultura e ideologia.

O estudo concentrou-se no período compreendido entre os anos de 1966 e 1971, abrangendo as fases de eliminatórias e a repercussão subsequente das vitórias da seleção brasileira, particularmente o impacto social e emocional gerado pelo êxito do chamado “Esquadrão Canarinho” na Copa de

1970. A análise buscou identificar não apenas os acontecimentos esportivos em si, mas também os efeitos de sua divulgação, interpretação e apropriação simbólica, considerando o futebol como espaço de circulação de valores culturais, sentimentos de pertencimento e instrumentos de consolidação de discursos ideológicos.

Resultados

No contexto do uso político da Copa do Mundo FIFA de 1970 pelo Governo Militar do Brasil, sob a presidência de Emílio Garrastazu Médici, a admiração pela seleção foi estrategicamente apropriada como ferramenta de propaganda. O sucesso da equipe nacional serviu para criar um ambiente de otimismo e credibilidade em torno do projeto idealizado pelos militares, reforçando uma coesão social que contribuía para silenciar os abusos e crimes cometidos durante a ditadura.

A figura de Médici foi cuidadosamente construída como representante do cidadão comum brasileiro, aproveitando-se do fato de ser um torcedor entusiasta, cuja emoção se identificava com a paixão popular pelos gols e vitórias. Nesse processo, a *Associação Especial de Relações Públicas* (AERP) desempenhou papel fundamental, produzindo materiais publicitários e matérias jornalísticas que consolidassem uma narrativa nacionalista e unificadora, legitimando, assim, a posição de poder do regime militar.

A empolgação coletiva do povo, a conquista do tricampeonato mundial e a imagem do general Médici erguendo a taça Jules Rimet foram elementos simbólicos que reforçaram o sentimento de nacionalismo promovido pelo regime, apresentando-o como salvaguarda do Brasil contra o comunismo e contra aqueles que contrariavam, segundo a visão da elite governante, a moral e os bons costumes.

Para Guterman (2006, p. 66):

tratava-se de uma oportunidade única não só de explorar politicamente o sucesso do Brasil no campo esportivo mas de mostrar que as manifestações populares que se seguiram à conquista do tricampeonato eram a melhor prova de que o país vivia sob um regime democrático.

Nesse período, considerado o mais sangrento da Ditadura Militar, a ideia de um Brasil como potência mundial em breve foi acompanhada de um

patriotismo exacerbado, no qual qualquer crítica ao regime era percebida como oposição à própria nação. A contribuição do elenco da seleção brasileira de futebol foi estrategicamente utilizada pelo governo, uma vez que os jogadores demonstravam disciplina, habilidades técnicas e dedicação à defesa de uma causa nacional, simbolizando posturas de verdadeiros patriotas. Esse recurso esportivo ajudou a consolidar o período conhecido como o “Milagre Brasileiro”, contribuindo para a manutenção do governo militar por mais de quatorze anos e deixando marcas profundas, algumas das quais ainda repercutem na sociedade contemporânea.

Segundo Barros (1992), os anos iniciais do governo Médici foram marcados por conquistas e sensações de progresso, reforçando a percepção de que o país estava no rumo certo. No campo econômico, esse período foi caracterizado pelo chamado “milagre econômico”, que se traduziu no crescimento da riqueza nacional até 1973, acompanhado de intensa urbanização e aumento do consumo.

Como bem destacam Agostino (2002, 2006, p. 158):

Grudado no radinho de pilham foram várias as vezes em que o presidente se arriscara a frequentar estádios lotados, não raro sendo anunciada a sua presença pelos auto-falantes. Promovia-se assim uma importante estratégia de propaganda da Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), no sentido de transformar o presidente em Torcedor Número 1 da nação, articulando os êxitos futebolísticos à imagem de Brasil-Potência que o governo se esforçava em difundir.

Esse crescimento econômico diminuiu o desemprego, devido ao desenvolvimento industrial nacional, porém, segundo Barros (1992), esse suposto “milagre econômico” não chegou até as camadas mais populares e mais pobres, que ainda sofriam com desigualdade social e o descaso por parte do governo. Posto isso, no entendimento de Barros (1992, p. 60-61):

Surgiram, assim, os famosos *slogans* ufanistas “Você constrói o Brasil!”, “Ninguém Segura Mais Este País”, “Brasil, Conte Comigo”, e o mais fascista deles: “Brasil Ame-o ou Deixe-o”, criado logo após a decretação da pena de banimento perpetuo para presos políticos.

Para Barros (1992, p. 61), o indivíduo era chamado a renunciar a prerrogativas fundamentais de cidadão, especialmente a liberdade e o direito à

opinião, em prol do poder absoluto do Estado, buscando, assim, garantir segurança para sua família e preservação de seu patrimônio. Nas obras consultadas nesta pesquisa, observa-se que a ideia central veiculada pelo regime consistia no incentivo ao nacionalismo e no amor à pátria, estratégias que tinham como objetivo injetar na população a legitimidade de um projeto de país idealizado pelos governantes.

Nesse processo, construía-se também um modelo de cidadão brasileiro “comum”, caracterizado por disciplina, habilidades técnicas e atitudes guiadas pela emoção e pela fé, promovendo a internalização de valores alinhados ao projeto estatal e fortalecendo o vínculo simbólico entre população, esporte e identidade nacional.

Discussões

Na pesquisa realizada, foi possível identificar simbologias que o governo militar se apropriou em benefício próprio, em um processo comparável à alienação, estabelecendo uma ligação simbólica entre a população e a modalidade esportiva. A valorização política da seleção e a identificação positiva da população com o presidente Médici contribuíram para criar uma harmonia no imaginário popular, capaz de silenciar, em grande medida, os exílios, as torturas e a censura ocorridos durante o regime.

A publicidade oficial construiu, assim, um ambiente de esperança e projeção de um futuro promissor, exaltando os feitos governamentais enquanto mascarava realidades econômicas e sociais, especialmente para os segmentos mais pobres, em um governo não legitimado por eleições populares que buscava consolidar sua permanência no poder.

Nesse contexto, a utilização exaustiva da música “Pra Frente Brasil!”, tema da Copa do Mundo de 1970, constitui um exemplo emblemático da fusão entre governo, população e esporte, configurando-se como uma verdadeira simbiose ideológica que reforçava a identidade nacional e a legitimação política do regime.

Noventa milhões em ação
Pra frente Brasil, do meu coração,
Todos juntos, vamos pra frente Brasil
Salve a seleção!!!
De repente é aquela corrente pra frente,

parece que todo o Brasil deu a mão”
Todos ligados na mesma emoção, tudo é um só coração”
Todos juntos vamos pra frente Brasil!
Salve a seleção!
Todos juntos vamos pra frente Brasil!
Salve a seleção!
Gol! (Gustavo, 1970).

Desde o início da canção, percebe-se a tentativa de representar toda a população brasileira por meio de apenas onze jogadores em campo, sugerindo que o engajamento da torcida se alinharia aos objetivos de desenvolvimento nacional estabelecidos pelas lideranças políticas.

Na letra da música, observa-se uma tática clara de linguagem patriótica, que constrói a seleção como símbolo de orgulho do povo brasileiro e, ao mesmo tempo, como promessa de um país melhor, vinculando esporte, emoção coletiva e legitimidade política em um único discurso nacionalista.

De acordo com Damo e Oliven (2014, p. 38):

Além da tensão estrutural instaurada entre um “eu” e um outro”, dramatiza-se a questão da representação, pois a disputa, no espectro do esporte de espetáculo, é sempre entre “alguém que me representa” (portanto, um outro) contra “aquele que representa o outro” (com o perdão do silogismo, o outro do outro).

Os clubes de futebol sempre simbolizaram um pertencimento social com características específicas, demandando dos torcedores uma grande lealdade. Desde a infância é algo percebido e utilizado como atividade de lazer ou entretenimento.

O Futebol nacional gera a ideia simbólica de nossa pátria contra outros países. Como muito bem destaca Damo e Oliven (2014, p33):

O futebol não é apenas uma das modalidades que compõem a constelação esportiva. Salvo algumas exceções, ele é o esporte nacional, não apenas o mais praticado e assistido, mas também o eleito para dramatizar os dilemas coletivos.

É interessante salientar que o presidente Getúlio Vargas também se aproveitou do fascínio gerado por uma Copa do Mundo em 1938 para promover a sua atuação populista, visto que após o Golpe de 1930 viu-se em

um país desconexo no que se referia a questões culturais e econômicas, percebendo assim percebeu que reunir multidões por meio das emoções geradas por manifestações populares estimularia um sentimento unificador e nacionalista, o que consequentemente legitimaria seu poderio.

É importante lembrar que, durante as fases de eliminatórias da Copa do Mundo, foi instituído o AI-5 (Ato Institucional nº 5), que sufocou praticamente todos os direitos de livre manifestação dos brasileiros contrários aos propósitos do governo militar, apenas alguns meses antes da posse de Emílio Garrastazu Médici.

Médici assumiu a presidência em uma situação emergencial, sem processo democrático ou popular, o que lhe conferiu a necessidade de cativar a população e construir uma imagem de liderança política legitimada pelos cidadãos. Nesse sentido, procurou aproximar-se do público por meio de um linguajar simples, frequentemente utilizando o pronome “nós” ao comentar sobre a seleção ou os jogadores, quebrando protocolos e apresentando-se como uma liderança popular, identificada com a paixão nacional pelo futebol.

A apropriação das vitórias em campo pela seleção brasileira de 1970 foi utilizada estrategicamente para mascarar, de forma simbólica e enganosa, um período de opressão e complexidade social. Essa narrativa midiática transmitia a aparência de prosperidade e felicidade generalizada, enquanto, nos bastidores, a elite emergente do país se beneficiava economicamente, a inexistência de políticas sociais se mantinha e aumentavam os arrochos salariais.

Com forte cobertura da imprensa, o sucesso esportivo tornou-se um instrumento de legitimação do regime militar, promovendo uma imagem de êxito e coesão nacional, ao mesmo tempo em que pessoas desapareciam ou eram torturadas, evidenciando flagrantes desrespeitos aos direitos humanos e a profunda contradição entre a propaganda oficial e a realidade vivida pela população.

Considerações finais

A figura do torcedor ávido, próximo do povo, contribuiu para a promoção de um sentimento de brasilidade entre os cidadãos comuns, sendo reforçada por uma propaganda amplamente veiculada em jornais, revistas, rádios e

televisão. O presidente Médici influenciava diretamente a formação da seleção brasileira, assumindo um papel simbólico de “pai da nação”, preocupado em proteger a moral do país e consolidar a unidade nacional.

Nesse mesmo período, episódios como o sequestro dos embaixadores norte-americano Charles Burke Elbrick, japonês Nabuo Okushi e suíço Giovanni Enrico Bucher pelos guerrilheiros evidenciaram a utilização de prisões políticas como moeda de troca, revelando práticas ilegais e abusivas que eram sistematicamente negadas pelo regime. O Brasil vivenciava um período de incertezas institucionais e buscava mecanismos de distração e coesão, rememorando, em certa medida, a lógica da política do “pão e circo” da época do Império Romano.

No entanto, não se pode ignorar o papel positivo de inúmeros atletas, clubes e torcidas nacionais que atuaram em causas sociais relevantes, seja na luta contra a fome, o racismo ou em prol da inclusão de pessoas com necessidades especiais. Tais ações evidenciam o potencial emancipatório do esporte e enfraquecem a visão do futebol como mero instrumento de manipulação de massas.

O futebol, portanto, é um campo naturalmente marcado por tensões, contradições e conflitos, e não deve ser demonizado. Ao contrário, ele se configura como uma instituição de expressão popular e de arte, capaz de promover o protagonismo de minorias e fomentar ideias democráticas de cidadania, mostrando seu poder simbólico e social muito além das disputas em campo.

Referências

AGOSTINO, Gilberto. **Vencer ou Morrer**: Futebol, Geopolítica e Identidade Nacional. Rio de Janeiro: FAPERJ: Mauad. 2022.

BARROS, Edgard Luiz de. **Os Governos Militares**. 2ª edição. São Paulo: Contexto, 1992.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza; FREITAS, Andreia Luciana Ribeiro de; PEREIRA, Ester Liberato. O filho que foi pai: memórias e xadrez na cidade de Montes Claros/MG na década de 1980.

Pensar a Prática, Goiânia, v. 27, 2024. DOI:

<https://doi.org/10.5216/rpp.v27.79985>. Disponível em:

<https://revistas.ufg.br/fef/article/view/79985>. Acesso em: 5 set. 2025.

DAMO, Arlei Sander; OLIVEN, Ruben George. **Mega Eventos Esportivos no Brasil**: Um olhar antropológico. Campinas, SP: Armazém do Ipê, 2014.

Galeano, Eduardo. **Futebol ao Sol e à Sombra**. 3ª edição. Porto Alegre: L & P, 2004.

GUSTAVO, Miguel. **Pra Frente Brasil**. Composição: Miguel Gustavo. Interpretação: Os Incríveis. Lançamento: 1970.

GUTERMAN, Marcos. **O futebol explica o Brasil**: o caso da Copa de 70. 2006. 140 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006.

SALES, Jéssica Fagundes; BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza; MARQUIOLI, Stefany Reis; DUARTE, Carlos Gabriel Pereira; VIEIRA, Guilherme Carvalho. SOB O COMANDO DA BOLA: O FUTEBOL COMO FERRAMENTA DE PODER NA DITADURA PINOCHETISTA. *In: II Congresso Internacional de Educação e Inovação. Montes Claros, MG. Anais (on-line)*. Montes Claros: Unimontes, 2024. Disponível em <https://congresso2024.unimontes.br/anais/b6393449-08ed-40dd-a7df-a28ae944472e> . Acesso em: 05 set. 2025.

A MEMÓRIA COLETIVA COREANA SOBRE “AS MULHERES DE CONFORTO” NO EPISÓDIO *PRIMAVERA* DA SÉRIE *AMANHÃ* (2022)

Áquila Mylena Faria¹⁷

A colonização japonesa na Península Coreana durante os anos 1910 a 1945 ainda é um assunto que resulta em disputas entre Coreia do Sul e Japão que frequentemente resgatam o passado colonial em suas negociações diplomáticas. A própria construção da identidade sul coreana está diretamente ligada a aspectos referentes a esse passado, tais como o sentimento anti-japonês e a propriedade *Han* que é um componente específico da memória coreana.

O *han* é um componente difícil de traduzir. Segundo Kim (2017), ele é um sentimento coletivo de dor e injustiça acumulados ao longo do tempo e que está emaranhado em aspectos culturais que mobilizam uma solidariedade horizontal, uma vez que, enquanto povo coreano, experienciaram e acumularam as dores do passado traumático. O passado colonial é um dos alimentadores do *han* que é manifestado na vida cotidiana e na arte sul coreana, inclusive em filmes e séries.

Dessa forma, a partir de um episódio da fonte cinematográfica sul coreana intitulada *Amanhã* cuja produção ocorreu em 2022, o presente trabalho propõe a realização de uma análise da construção da memória sul coreana sobre o sistema de escravização sexual militar, conhecido como “Mulheres de Conforto”. O sistema em questão operou de 1932 a 1945 na colônia sob administração do governo Imperial Japonês. Para isso, as discussões serão conduzidas a partir da análise de uma cena do episódio 13 chamado *Primavera* que abordam o Monumento pela Paz que homenageia a memória das vítimas.

Sabendo que obras cinematográficas podem resgatar acontecimentos passados para construir uma questão do presente, abordamos o contexto político de 2013 até 2022 – ano de lançamento- pois a obra se insere em um histórico de debates anteriores acerca do reconhecimento desse crime colonial

¹⁷ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista Capes. E-mail: mylenafaria7@hotmail.com

e a forma com a qual os governos conduziram suas relações políticas com o Japão.

Dessa forma, o objetivo principal desse trabalho se pauta em analisar como produções cinematográficas também carregam discursos e ideologias que dialogam com o seu contexto de produção. Por isso, partimos da hipótese de que há a construção de uma narrativa que aponta para a disputa pela memória desse acontecimento e que busca promover uma identificação no presente utilizando o *han*. No campo político, consideramos que esses discursos podem se deslocar de acordo com o interesse em questão, o que influencia ora o resgate dos crimes coloniais como uma demanda a ser reconhecida e julgada; ora como um passado a ser esquecido e superado dependendo da pressão exercida.

Apresentação da fonte e seu contexto de produção

A fonte utilizada se trata do episódio intitulado *Primavera* que está presente na série de tv sul coreana chamada *Amanhã*. A série foi produzida e lançada no ano de 2022 e possui uma narrativa dramática com toques de fantasia ao mesmo tempo em que aborda problemas sociais presentes no cotidiano dos coreanos.

Abordaremos uma cena do episódio *Primavera* lançado no dia 13 de maio de 2022, cuja história envolve o passado traumático das mulheres vítimas de escravidão sexual militar implementada pelo Império japonês durante o período colonial na península coreana. O sistema foi eufemisticamente chamado de “mulheres de conforto” em uma perspectiva de que as mulheres – inclusive menores de idade – raptadas e enganadas pelo governo japonês, iriam fornecer conforto aos soldados no projeto expansionista do Japão pela Ásia. Sua sistematização ocorreu em 1937 e durou até o fim da Segunda Guerra Mundial e (Hicks, 1995, p. 107; Soh, 1996, p. 1226).

A história se refere a de uma personagem que interpreta uma das sobreviventes. Gravado por uma perspectiva sul coreana acerca do crime, o episódio é apresentado como uma injustiça ainda não resolvida devido ao fato de não ter sido devidamente reconhecido pelo Japão que não atendeu as demandas das sobreviventes. Dessa forma, focaremos na cena em que o Monumento Pela Paz é retratado na narrativa. Esse monumento representa a

memória das vítimas e a memória coletiva carregada pelo *han* e aponta para uma vigília e espera pela retratação japonesa.

A série foi exibida pela emissora MBC (*Munhwa Broadcasting Corporation*) em 2022 e seu lançamento oficial ocorreu em 1º de abril do mesmo ano. Acredita-se que os debates políticos e sociais do contexto da série influenciaram sua produção. Um deles está diretamente ligado a questão das “mulheres de conforto” que é justamente a retomada do passado colonial nas relações entre Japão e Coreia do Sul.

Embora esses conflitos sejam datados desde o fim da dominação japonesa na península, realizaremos um breve panorama das políticas de três presidentes que governaram entre 2013 e 2022. Nesse período abordado, decisões importantes foram tomadas e a mobilização da memória coreana se fez muito presente. Os governos sul-coreanos adotaram posturas distintas frente ao passado colonial e à questão das “mulheres de conforto”, influenciando o contexto da série *Amanhã*.

Em 2015, sob a presidência de Park Geun-hye, foi firmado um acordo diplomático com o Japão sobre o tema, sem a participação das vítimas, o que gerou forte reação pública e comprometeu sua credibilidade, pois a presidente havia estabelecido que o reconhecimento por parte do Japão era um pré-requisito para a melhoria das relações diplomáticas (Snyder, 2016, p.106-107; Dias, 2025, p. 22 e 27).

Moon Jae-in, seu sucessor, buscou revisar o acordo, adotando uma postura mais protetiva às sobreviventes, embora tenha reconhecido sua legalidade em 2021 por pressão internacional (Dias, 2025, p. 28, 29 e 31). Já Yoon Suk-yeol, eleito em 2022, adotou um discurso conciliatório com o Japão, favorecido por interesses industriais, evitando críticas explícitas ao passado colonial.

Consideramos, portanto, que o episódio *Primavera*, lançado três dias após sua posse, foi influenciado por esse cenário político e a disputa pela memória, evidenciando o *han* coletivo e a demanda por justiça histórica a partir do uso da linguagem cinematográfica.

Discussão teórico-metodológica

O enfoque teórico-conceitual utilizado é uma articulação da interação entre produções cinematográficas e a memória. A construção de uma série

dialoga diretamente com a forma de construção fílmica, por esse motivo analisaremos a cena a partir do olhar cinematográfico. Sabendo disso, ao analisarmos uma fonte cinematográfica, partimos do pressuposto de que ela contém um discurso e uma representação ideológica. Dessa forma, ainda que baseados em acontecimentos reais, se trata de um discurso produzido e manuseado de acordo com as intenções de quem o produz (Xavier, 2005, p. 14).

Elementos como cenário, iluminação, enredo, diálogos, posicionamentos, planos, montagem, locais de representação serão entendidos como uma linguagem própria dessa fonte audiovisual e, a partir dela, a produção comunicará sua ideia. Para compreendê-la, dois estudiosos do cinema nos auxiliaram com seus conceitos acerca dos elementos que a compõe, sendo eles, André Bazin (1985) e Ismail Xavier (2005).

Ao olhar para a totalidade de um filme, devemos compreender seu processo de produção como uma série de sequências – partes menores da película – que são divididas em cenas. As cenas serão divididas em planos que, posteriormente, serão conectados (Xavier, 2005, p. 27). Compreender a estruturação da decupagem, destrinchando o “como” a produção audiovisual nos diz algo, é um caminho para podermos compreender o que ela quer nos dizer, visto que o ordenamento das cenas visa atingir uma sensação e identificação (Bazin, 1985, p. 71-72).

Assim, busca-se compreender como foi realizada a mobilização da memória coletiva sul coreana acerca do sistema de conforto e qual discurso é manifestado no episódio. Para este efeito, analisaremos os elementos da memória a luz da teoria de Pollak (1989), pois o autor aponta para o irrompimento de memórias subterrâneas frente a discursos dominantes e que costumam subverter o silêncio em momentos de crise. Isso gera um conflito entre memórias concorrentes, como por exemplo, no caso das “mulheres de conforto” e o Estado Sul Coreano que disputam a memória com o Japão ao resgatarem o passado colonial (Pollak, 1989, p.4).

Segundo Snyder (2016, p. 106 e 108), esse conflito pode ser entendido também como uma questão de identidade nacional sul coreana, uma vez que a atuação japonesa na Península Coreana causou um sentimento anti-japonês em que a Coreia do Sul se identifica como vítima enquanto o Japão é visto

como o agressor histórico. Essa questão dialoga diretamente com as reflexões de Pollak acerca do processo de irrompimento dessas memórias clandestinas no debate público e disputa pela narrativa (Pollak, 1989, p. 5).

Tomemos essas reflexões no caso das “mulheres de conforto”. Influenciadas pelo processo de redemocratização da Coreia do Sul e outros fatores uma das vítimas deu seu testemunho público. O depoimento de Kim Hak-Sun quebrou o silêncio de quase 50 anos e impulsionou outras vítimas a contarem suas experiências. Além disso, também inspirou a criação de um movimento de reparação na Coreia do Sul que ainda cobra o reconhecimento formal, um pedido de desculpas oficial e uma indenização para as vítimas (Soh, 1996, p. 1230).

O silenciamento se influi entre as vítimas que, frente a uma lembrança traumática, ao medo e a culpa preferem esconder aquilo que consideram constrangedor. No entanto, ele pode ser quebrado em um momento propício quando encontram uma escuta. Ou seja, esse silêncio pode ser deslocado a partir da conjuntura identificando “a que ponto o presente colore o passado” (Pollak, 1989, p. 6, 7 e 8).

De mesma forma “A organização das lembranças se articula igualmente com a vontade de denunciar aqueles aos quais se atribui a maior responsabilidade pelas afrontas sofridas” (Pollak, 1989, p. 7) passando do estágio do “não-dito” para o estágio de reivindicação da memória. No caso coreano, essa memória traumática do passado colonial - e aqui se inclui a memória do sistema de mulheres de conforto - se articulou com a própria construção da sua identidade nacional.

Sua articulação é voltada para tentativas de reforçar sentimentos de identificação e pertencimento, podendo ser conscientes ou não, mas que produzem uma memória enquadrada em certos discursos e referências fornecidos historicamente que são revisitados para manter certa coesão interna dessa identidade (Pollak, 1989, p. 9-10).

Nesse cenário, houve o surgimento de um sentimento muito específico de sua memória que se articula com a cultura coreana e se expressa também na produção artística: a propriedade *han*. De acordo com Kim,

Em vez de descartar o *han* como nada mais do que uma construção social, defino o *han* como um afeto que encapsula a dor da memória histórica – a memória do trauma coletivo passado – e que se torna racializado/étnico e ligado à nação (Kim, 2017, p. 257).

Enquanto uma parte da população o encara com um conceito ultrapassado, outra parte o entende como uma característica e raiz da cultura coreana. Ele pode estar contido tanto na dimensão coletiva quanto na individual e implica uma transmissão intergeracional que acumula o *han* da geração passada (Kim, 2017, p. 254, 255 e 256).

Segundo a autora,

Han é a palavra para tristeza em reação à injustiça histórica contra aqueles que se identificam como coreanos. *Han* é um exemplo de como a história é internalizada nos indivíduos e, ao mesmo tempo, cria conexões horizontais de empatia e identificação (Kim, 2017, p. 274).

Portanto, sabendo da existência dessa propriedade essencialista na construção da memória coreana, a análise das cenas abordará a expressão do *han* em sua composição.

Análise da cena

A partir da construção cinematográficos presentes na cena, identificamos elementos da memória sul coreana e de sua propriedade *han* voltado para o passado colonial no qual a questão das “mulheres de conforto” se insere. O testemunho das vítimas em 1991, deu força as cobranças e resultou na criação de um movimento de reparação composto por diversos setores da população que iniciaram marchas em protesto.

Dessa forma, todas as quartas-feiras desde 1992, há uma marcha até a embaixada japonesa em Seul. Ao final, as demandas das vítimas são lidas em voz alta. Em 2011, quando realizaram a marcha de número 1000, o Conselho Coreano doou ao movimento de reparação uma estátua chamada “Monumento da paz”. Essa estátua foi colocada em frente à embaixada japonesa em Seul e foi feita a partir dos depoimentos das vítimas cujos elementos abordaremos no decorrer da análise da cena (Azenha, 2017, p. 44).

Dito isso, consideramos que o discurso cinematográfico é capaz de reordenar e de construir uma realidade social, não a partir do reflexo da realidade vivida, mas pela seleção de fragmentos dela. Os fragmentos são dispostos e transmitidos de uma forma a gerar identificação, uma vez que se trata de valores que já se encontram socializados. Dessa forma, realizamos a análise da seguinte sequência.

IMAGEM 1: Fotogramas do episódio 13 de *Amanhã*, 2022. Dir.: Kim Tae-Yoon e Seong Chi-wook (55min33s – 56min02s)



A cena se inicia em um plano americano focado da cintura para baixo de uma figura humana, mas o foco se dá em suas mãos colocadas uma sobre a outra de forma respeitosa enquanto segura um girassol. É possível perceber um pedaço da cadeira que compõe a escultura, imediatamente a frente. Acreditamos que a escolha pelo girassol visa passar uma mensagem de esperança, uma vez que é uma flor conhecida por seguir o Sol e, por esse motivo, interpretamos que é uma metáfora que faz alusão a luz que guia a saída da escuridão.

A flor também é uma ligação ao nome do episódio que transmite uma ideia de florescimento após um período de inverno. Percebe-se também a falta de algo representado pela cadeira vazia, simbolizando as mulheres que não sobreviveram. Além disso, representa também a falta de justiça e convida a sentar-se, ouvir e juntar-se a ela na busca (Kolden; Tadler, 2022).

Em seguida a cena segue sob o plano geral abordando o ambiente ampliado, mostrando que o personagem está localizado ao ar livre, em uma praça com transeuntes caminhando em um dia aparentemente comum. A

ampliação para o ambiente permite que se identifique o local de forma implícita, devido ao fato de a sua localização ser emblemática, pois é sabido que o monumento está em frente à embaixada japonesa em Seul. Também devemos atentar que outras estátuas foram dispostas em locais públicos e cercados por transeuntes, reforçando a ideia contida na cena que se refere a presença dessa memória dolorosa no cotidiano dos coreanos.

A sequência caminha novamente para o personagem depositando a flor em um memorial e se ajoelhando em seguida enquanto segura as mãos da estátua em um plano médio que aponta a interação do personagem com a cena. Pode-se observar que as mãos da estátua estão cerradas, isso representa uma postura de determinação (Kolden; Tadler, 2022). Já a forma com que as mãos do personagem estão pousadas em cima das da estátua, transmite uma postura de acolhimento e apoio as sobreviventes que persistem na luta e respeito a memória das vítimas que já se faleceram e que são representadas pela cadeira vazia que pode ser vista ao fundo.

Em seguida a câmera foca no rosto do personagem Choi Joon-woon localizado um pouco abaixo da altura da estátua o que interpretamos como uma construção de respeito frente às vítimas. Na cena é possível ver o pássaro no ombro da estátua, o que identificamos como uma associação a paz e liberdade que as vítimas aguardam, pois ainda não foram libertadas de seu *han* que agora se une ao *han* do personagem.

Com um aspecto triste, Choi promete se lembrar do crime e da luta das “mulheres de conforto” e em seguida ele se levanta, fecha os olhos e de cabeça baixa faz um pedido ou oração. Há um poste azul localizado ao meio e que divide a cena simetricamente, sendo que do lado direito o jovem personagem está localizado em pé em postura respeitosa, enquanto do lado esquerdo se encontra a estátua e um painel com o nome de várias vítimas. Dessa forma, pode-se interpretar uma promessa sendo feita entre as gerações. Momento esse em que o episódio conduz ao sentimento de identificação em que o *han* mais se manifesta.

Isto é, frente a injustiça histórica contra as pessoas que se identificam como coreanos e que são marcados pela tristeza desse passado, há a criação de conexões horizontais, independentemente se são homens ou mulheres e produzem identificação e empatia por esse passado comum. Acredita-se que

essa cena, busca criar esse sentimento de identificação em quem assiste para que o crime não caia no esquecimento através da transmissão dessa memória traumática.

Considerações finais

Conforme discorrido neste artigo, o sentimento *han* da população coreana que possui caráter mobilizador alicerçado no ressentimento coletivo em torno do trauma, por vezes se choca com estratégias políticas que buscam melhorar a relação com o Japão. Frente a esses conflitos, consideramos que a cena analisa carrega consigo um viés de denúncia acerca do crime e uma mensagem que carrega o *han* e o transmite para as gerações futuras. Nesse sentido, consideramos que há uma tentativa de gerar identificação e reforçar a narrativa da memória coletiva coreana acerca do passado colonial em que o Japão ainda é seu agressor, uma vez que não assume sua responsabilidade de uma forma satisfatória para a população coreana.

Referências

AZENHA, Tatiana Sofia Fonseca. **Para além do silêncio: O sistema de conforto e o papel dos movimentos feministas na questão das mulheres de conforto na coreia do sul (1905-2015)**. 2017. 97 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, Porto, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10400.14/26745>. Acesso em: 01 ago. 2025.

BAZIN, André. A evolução da linguagem cinematográfica. In: BAZIN, André. **O Cinema: ensaios**. São Paulo: Brasiliense, 1985. Cap. 7. p. 01-326.

DIAS, Maurício Luiz Borges Ramos. The foreign policy of South Korea towards Japan: the colonial past in the contemporary dynamics of the park geun-hye, moon jae-in, and yoon suk-yeol administrations. **Oasis Observatorio de Análisis de Los Sistemas Internacionales**, Colombia, v. 2025, n. 41, p. 19-42, 2025. Semestral. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9855679>. Acesso em: 01 ago. 2025.

KIM, Sandra So Hee Chi. Korean 'Han' and the postcolonial afterlives of 'The beauty of sorrow'. **Korean Studies**, v. 41, p. 253–279, 2017. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/44508447>. Acesso em: 01 ago. 2025.

KOLDEN, Ariane; TADLER, Enrico. **Uma estátua que fala**. 2022. Instituto do Leste Asiático, Departamento de Estudos Japoneses. Disponível em:

<https://www.gkr.uni-leipzig.de/orientalisches-institut/aktuelles/detailsseite-aktuelles/artikel/militaer-trostfrauen-die-friedensstatue-in-leipzig>. Acesso em: 01 ago. 2025.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos: Memória**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/issue/view/306>. Acesso em: 01 ago. 2025.

SNYDER, Scott. A. South Korean identity under Park Geun-hye: Crosscurrents & choppy waters. In G. Rozman (Ed.), **Joint U.S.-Korea academic studies: Rethinking Asia in transition: Security intentions, value gaps, and evolving economic relations**. pp. 103-112, 2016. Korea Economic Institute of America. Disponível em: <https://keia.org/publication/south-korean-identity-under-park-geun-hye-crosscurrents-choppy-waters/>. Acesso em: 01 ago. 2025.

SOH, Chunghee Sarah. The Korean "Comfort Women": Movement for Redress. In **Asian Survey**, Berkeley, v. 36, n. 12, p. 1226–1240, dez. 1996. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2645577>. Acesso em: 01 ago. 2025.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**. 3ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

A SEXUALIDADE COMO DISPOSITIVO: ARTICULANDO FOUCAULT AO FENÔMENO *TRADWIFE* E À FRANQUIA CINQUENTA TONS DE CINZA

Joyce Mariane de Araújo Cruz¹⁸

Introdução

A sexualidade, entendida por Foucault como um dispositivo de poder que é atravessada pelas subjetividades, discursos e instituições como o Estado e a Igreja, deve ser analisada enquanto uma categoria cultural e social, perpassada por práticas individuais e coletivas. Nesse sentido, a franquias Cinquenta Tons de Cinza (2015), mais notadamente Cinquenta Tons Mais Escuros (2017) e Cinquenta Tons de Liberdade (2018), revelam como a sexualidade continua sendo um campo discursivo de regulamentação e disputa, assim como o fenômeno contemporâneo das *Tradwife*¹⁹, movimento surgido nas redes sociais com o objetivo de resgatar uma estética de feminilidade tradicional e submissão feminina.

A partir das reflexões de Foucault, é possível problematizar de que maneira as normas de sexualidade e gênero são produzidas, naturalizadas e reiteradas pelos conteúdos midiáticos, os quais frequentemente impulsionam um contra-ataque conservador frente às conquistas e liberdades alcançadas pelas mulheres.

O dispositivo da sexualidade atravessa os corpos e moldam comportamentos por meios de discursos, produção de saberes e técnicas sobre os corpos, dessa forma, em contraponto à Hipótese da repressão, Foucault argumenta que mais do que reprimido, o sexo foi regulamentado pela produção de normas e verdades sobre é considerado ideal e legítimo em termos de afetividade e desejo. Para o autor “O sexo não é uma realidade oculta que o poder tenta reprimir; é um elemento que o poder produz, incita, organiza e regula (Foucault, 2022, p. 98).

¹⁸ Mestra em História Social

¹⁹ Abraçando as diferenças biológicas entre homens e mulheres, as Tradwifes defendem papéis de gênero que implicam uma divisão entre a vida pública e a privada, pela qual os homens detêm o poder social e político, enquanto as mulheres são, em grande medida, relegadas ao espaço doméstico, como esposas e mães (Sykes & Hopner, 2022, tradução minha a partir do original em inglês com auxílio de tradutor automático).

Partindo desse pressuposto, podemos compreender como a Indústria Cultural e os Movimentos Sociais Contemporâneos, representam a atualização desses dispositivos, ao tensionarem ou reafirmarem determinados papéis de gênero. Assim, tanto o movimento *Tradwife*, ao promover ideais de submissão feminina e centralidade do casamento, quanto a narrativa de Cinquenta Tons Mais Escuros e Cinquenta Tons de Liberdade, que erotizar relações hierárquicas de controle e submissão femininas, podem ser lidos como exemplos de como a sexualidade continua sendo mobilizada para reforçar padrões normativos e sustentar determinadas formas de poder.

O Fenômeno *Tradwife*

O retorno ao conservadorismo revela-se como um mecanismo recorrente de manutenção das hierarquias sociais: a cada avanço conquistado por grupos minoritários e historicamente marginalizados, instaura-se uma reação que procura não só fragilizar tais direitos, mas também anular os processos de emancipação que ameaçam a ordem tradicional de poder.

Esses ataques operam tanto de modo explícito, na forma de violência física, assédio e feminicídio, quanto de modo sutil, por meio de dispositivos discursivos que se apresentam como “senso comum” e, assim, tornam-se naturalizados no âmbito social. Quando se pensa sob a ótica das mulheres, observa-se que tais mecanismos atuam simultaneamente: de um lado, pela violência direta que busca disciplinar seus corpos; de outro, pela produção de narrativas que legitimam e normatizam um pretenso “papel natural” e “biológico” de cuidadoras, donas de casa e mães. Susan Faludi, no livro *O contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres* (2001) afirma que:

Considerados em conjunto, entretanto, todos estes códigos e bajulações, estes murmúrios e ameaças e mitos, levam irreversivelmente numa única direção: tentar mais uma vez prender a mulher aos seus papéis “aceitáveis” - seja como filhinha de papai ou criaturazinha romântica, seja como procriadora ativa ou passivo objeto sexual (Faludi, 2001, p. 21).

Nos últimos anos, o movimento das *Tradwives* (esposas tradicionais em tradução livre) tem ganhado destaque, especialmente nas redes sociais. Nesse espaço, mulheres compartilham suas rotinas focadas no lar, na maternidade e

na importância do marido como provedor. Além de ser um estilo de vida, muitas defensoras afirmam que esse retorno a papéis de gênero rígidos é uma decisão deliberada em resposta às pressões do mundo atual, caracterizado pela busca constante por produtividade e independência.

Cabe ressaltar que por trás das imagens atrativas de vestidos floridos, cor de rosa, receitas caseiras de bolos e pães, além da aparente harmonia familiar em lares “perfeitos”, o movimento provoca discussões acaloradas sobre até que ponto essa “escolha” é realmente livre ou é resultado de discursos conservadores que tentam reinterpretar a submissão feminina como liberdade.

O movimento das *Tradwife* também poder ser visto através da percepção foucaultiana de biopolítica. A forma como o poder regular corpos, vidas, povos, define quais podem viver e quais devem ser eliminados. Essa racionalidade do poder ultrapassa a lógica da soberania tradicional que muito mais do baseada no direito de matar, instaura práticas e discursos que buscam “fazer viver” e “deixar morrer”.

Uma das mais maciças transformações do direito político do século XIX consistiu, não digo exatamente em substituir, mas em completar esse velho direito de soberania – fazer morrer ou deixar viver – com outro direito novo, que não vai apagar o primeiro, mas que vai penetrá-lo, perpassá-lo, modificá-lo, e que vai ser um direito, ou melhor, um poder exatamente inverso: poder de “fazer” viver e de “deixar” morrer (Foucault, 2022, p. 289).

Nesse aspecto, os discursos das esposas tradicionais definem que a mulher submissa, dedicada ao marido, cuidadora dos filhos e dependente de um provedor são as únicas que podem ter uma vida legítima e valorizada (ou seja, *fazem viver* esse ideal). Por outro lado, invisibiliza, marginaliza e deslegitima qualquer outra forma de existência feminina como por exemplo: mulheres LGBTQIA+, mães solas, negras, as que não podem *escolher* não trabalhar, as que não se encaixam no padrão heteronormativo de corpo e orientação sexual. Elas são as consideradas fracassadas, “desviantes” e, portanto, devem ser eliminadas (*deixar morrer*).

Cinema, poder e conservadorismo

Na obra *História da Sexualidade- A Vontade de Saber* (2022), Foucault destaca que o poder não tenta abafar o sexo, mas o utiliza como ferramenta de atuação (Foucault, 2022, p. 11). Tal visão é essencial para entender que os filmes em questão não só exibem atos sexuais, mas também criam e tornam comuns certas regras sociais. A sexualidade mostrada nos filmes elencados, age como um meio de padronização, onde a vontade feminina é limitado à ideia de se render e precisar do outro emocionalmente.

Os filmes *Cinquenta Tons Mais Escuros* (2017) e *Cinquenta Tons de Liberdade* (2018) são exemplos de produções, objetos de críticas, devido às suas representações de relacionamentos abusivos, controle sobre as mulheres, e de masculinidades que reforçam conceitos de binarismo de gênero e violência. Baseados em livros literários de grande sucesso, os mesmos alcançaram um grande público, apesar dessas problemáticas.

Os dois longas continuam a saga iniciada por *Cinquenta Tons de Cinza* (2015)²⁰, cuja história é baseada no romance da escritora britânica *E.L. James* e conta a história de Anastasia Steele (Dakota Johnson), uma jovem universitária que entrevista o empresário rico e misterioso Christian Grey (Jamie Dornan) para o jornal da universidade. Após a entrevista, Anastasia começa a sentir uma forte atração por Christian, e ambos desenvolvem um relacionamento. Entretanto, o empresário é adepto de práticas sexuais que envolvem o estilo BDSM (Bondage, Disciplina, Dominância e Submissão)²¹. É um filme que explora temas complexos de relacionamentos, violência de gênero, desejo e controle, e gerou controvérsia e debate sobre sua representação de sexo e BDSM.

²⁰ Para melhor compreensão indico os seguintes artigos e dissertação: D.N.A - A dilatação narrativa na adaptação da literatura no cinema contemporâneo. Relações entre o filme *Cinquenta Tons de Cinza* (*Fifty Shades of Grey*, 2015) e o livro *Memória Impura* (2012), de Roberto Gustavo Reiniger Neto; *A Representação D'a Bela E A Fera Em Cinquenta Tons De Cinza: Um Estudo Comparado Das Adaptações Para O Cinema*, de Leandro de Sousa Almeida e Valéria Andrade, Magali, de M. Delly; e *A Trilogia Cinquenta Tons de Cinza: Uma Análise da Literatura de Massa para Mulheres*, de Ana Carolina Eiras Coelho Soares e a minha dissertação de mestrado intitulada: *Relações de Gênero no Cinema Hollywoodiano: Reflexões a partir do Filme Cinquenta Tons de Cinza* (2015), (2023) de Joyce Mariane de Araújo Cruz.

²¹ Mais do que os estímulos físicos, as relações BDSM incluem situações de dominação e submissão em contextos consensuais, praticadas por adultos e regidas por um conjunto de regras relacionadas à sanidade, segurança e consensualidade, representadas pela sigla "SSC" (São, Seguro, Consensual) (Facchini, Silva, 2018).

Em *Cinquenta Tons Mais Escuros* (2017)²², a sequência de *Cinquenta Tons de Cinza*, Anastasia Steele tenta recomeçar sua vida depois de terminar com Christian Grey. Apesar disso, ela acaba se envolvendo novamente com o empresário, que promete deixar suas práticas de dominação de lado e se abrir emocionalmente. Entretanto, o casal enfrenta novos desafios como a ex-submissa de Christian que reaparece e o chefe manipulador de Anastasia, além das dúvidas internas da mocinha sobre independência e confiança. O filme aprofunda a relação romântica e sexual dos protagonistas, misturando elementos de suspense, drama e erotismo, enquanto continua explorando temas como poder, controle e desejo.

Apesar de Anastasia demonstrar maior autonomia em relação ao primeiro filme, sua subjetividade ainda é construída a partir da fascinação e do desejo de Christian, reafirmando o papel da mulher como objeto passivo de prazer, descrito por Laura Mulvey,(1975), conforme a autora: “Na tradição do cinema narrativo clássico, a mulher é simultaneamente exibida e erótica, para o personagem masculino na história e para o espectador masculino que está assistindo” (Mulvey, 1975, p. 33).

Em *Cinquenta Tons de Liberdade* (2018)²³, o filme que encerra a saga, vemos os protagonistas, casados e tentando equilibrar, desejos, a necessidade de controle, por parte dele e a busca pela independência na nova vida a dois, além de uma maternidade não planejada. Christian continua tentando impor seus desejos e autoridade sobre as escolhas de Anastasia, enquanto ela luta por liberdade dentro do casamento. Existe um perigo que serve para passar um certo suspense à história do filme, representado pelo ex-chefe de Anastasia e que funciona como um contraponto violento reforçando Christian como “protetor” e “salvador”, o que “justifica” sua vigilância constante sobre Anastasia.

A análise à luz de Foucault revela que *Cinquenta Tons Mais Escuros* e *Cinquenta Tons de Liberdade* são mais do que meras narrativas de entretenimento: constituem dispositivos de poder que atuam na normatização da sexualidade e no reforço de papéis tradicionais atribuídos às mulheres.

²² Lançado em 9 de fevereiro de 2017 o filme arrecadou US\$ 381.545.846 segundo o IMDB (site que agrega notas e valores sobre os filmes). IMDB, 2025.

²³ Lançado em 8 de Fevereiro de 2018, arrecadou US\$ 371.985.018 segundo o site IMDB. IMDB, 2025.

Dessa forma, evidencia-se como o cinema pode funcionar como um campo privilegiado de disputa entre liberdade e controle, desejo e normatividade.

Conclusão

A análise de *Cinquenta Tons Mais Escuros* e *Cinquenta Tons de Liberdade* demonstra como o cinema pode funcionar como um dispositivo de poder, nos termos foucaultianos, ao naturalizar práticas e discursos que reforçam a submissão feminina sob a aparência de escolhas individuais ou de “liberdade”.

A trajetória de Anastasia Steele, que aparentemente transita da curiosidade erótica à realização pessoal, evidencia, na verdade, uma reconfiguração conservadora de gênero: sua plenitude é apresentada como alcançada no casamento, na maternidade e na adequação a um papel tradicional de esposa. Essa lógica se aproxima do ideário *Tradwife*, que ressurgiu em redes sociais como uma resposta conservadora às conquistas feministas, pregando a centralidade da mulher no lar e a retomada de uma identidade feminina atrelada ao cuidado, à docilidade e à obediência.

Assim, pode-se afirmar que esses discursos não apenas naturalizam práticas de submissão e idealizações afetivas, mas também reiteram a lógica de vigilância e de sujeição do corpo feminino às expectativas sociais. Foucault (2022, p. 101) observa que “o poder não é uma instituição, e tampouco uma estrutura; não é uma certa potência de que alguns estariam dotados: é o nome que se empresta a uma situação estratégica complexa em uma sociedade determinada”.

Sob a ótica de Foucault, esse movimento não deve ser interpretado como um simples retorno ao passado, mas como a atualização de dispositivos de sexualidade e de biopolítica que, ao mesmo tempo em que oferecem a promessa de realização e ordem, produzem e reforçam relações assimétricas de poder. O que está em jogo, portanto, não é apenas a representação cultural de uma história de amor, mas a consolidação de discursos que funcionam como mecanismos de controle social.

Desse modo, ao articular os filmes ao fenômeno *Tradwife* e à perspectiva foucaultiana, torna-se possível compreender como o conservadorismo se reinscreve no imaginário contemporâneo, transformando a

sexualidade feminina em terreno estratégico para a manutenção da norma e da intencionalidade política.

Referências

FACCHINI, R. (2013). **Praticamos SM, repudiamos agressão: Classificações, redes e organização comunitária em torno do BDSM no contexto brasileiro**. Sexualidad, Salud y Sociedad, Revista Latinoamericana, (14), 195-228. doi: 10.1590/S1984-64872013000200014

FALUDI, Susan. **Reação: A guerra não declarada contra as mulheres**. Tradução de Lúcia Brito. Rio de Janeiro: José Olympio, 2001.

FOLEY, James (Direção). **Cinquenta Tons de Liberdade** [filme]. Roteiro de Niall Leonard. Produção: Michael De Luca, E. L. James, Dana Brunetti e outros. Universal Pictures; Focus Features; Perfect World Pictures, 2018. 105 min. Produzido nos Estados Unidos.

FOLEY, James (Direção). **Cinquenta Tons Mais Escuros** [filme]. Roteiro de Niall Leonard. Produção: Michael De Luca, Dana Brunetti, Marcus Viscidi e outros. Universal Pictures; Focus Features; Perfect World Pictures, 2017. 118 min. Produzido nos Estados Unidos.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. Tradução de Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. São Paulo: Paz e Terra, 2022.

IMDB. **Cinquenta Tons de Liberdade (2018)**. Disponível em: <https://www.imdb.com/pt/title/tt4477536/>.

IMDB. **Cinquenta Tons Mais Escuros (2017)**. Disponível em: <https://www.imdb.com/pt/title/tt4465564/>.

MULVEY, Laura. **Prazer visual e cinema narrativo**. In: XAVIER, Ismail (org.). O olhar e a cena. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SYKES, S., & HOPNER, S. (2022). **Tradwives and the politics of femininity in the digital age**. *Journal of Gender Studies*, 31(4), 456–470. <https://doi.org/10.xxxxx>

A TOPONÍMIA DA MEMÓRIA: O PAPEL DE PEDRO BRAGA NA CARTOGRAFIA ORAL E ESCRITA DO POVOADO DO VAU

Valdir Macedo Neto²⁴

A toponímia, o estudo dos nomes de lugares, transcende a mera catalogação geográfica para se constituir como um campo fértil para a investigação da memória social e das identidades culturais. Longe de ser um elemento estático na paisagem, o nome de um lugar é uma construção histórica e cultural, um repositório de experiências, narrativas e significados que se acumulam ao longo do tempo. Tais nomes, muitas vezes enraizados em eventos, personagens ou características ambientais, funcionam como "marcadores de memória", ancorando o passado no presente e revelando as percepções e as realidades vividas por uma comunidade. No contexto de comunidades rurais, onde a oralidade frequentemente precedeu e conviveu com a escrita, a toponímia adquire uma relevância ainda maior, servindo como uma cartografia viva das tradições, dos mitos e da própria história.

Este artigo propõe-se a explorar o papel singular de Pedro Cordeiro Braga (1917-2000), morador do Povoado do Vau, distrito de Diamantina, Minas Gerais, na preservação e na "cartografia" da memória social de sua comunidade, através da toponímia. Pedro Braga, apesar de sua pouca educação formal, destacou-se como narrador oral, escritor em verso e prosa, e guardião da memória local. Sua obra, especialmente os cadernos de escritos e os relatos orais, revela uma profunda conexão entre os nomes de lugares e as histórias que ele obteve por meio da tradição oral de seus pais e avós.

A pesquisa que fundamenta este artigo teve início com a "descoberta" dos cadernos de Pedro Braga em 2014, apresentados por seu filho, José de Evaldo Braga, conhecido por todos como Zé Braga. Esses registros manuscritos, produzidos entre 1988 e 1997, em uma comunidade predominantemente oral e com comunicação precária com o mundo exterior, chamaram a atenção pela dedicação de um homem simples em documentar

²⁴ Mestrando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: eu@netomacedo.com

a história e as tradições de seu povoado.

O problema de pesquisa central que este artigo busca responder é: como a toponímia, mediada pelas narrativas de Pedro Braga, reflete as tensões entre o passado e o presente da comunidade?

Para abordar essa questão, o artigo tem como objetivo analisar a presença e o significado dos topônimos nos relatos orais e escritos de Pedro Braga, explorando como esses topônimos funcionam como marcadores de memória, ancorando eventos históricos, lendários e míticos no território físico e simbólico do Vau. Acerca dos topônimos, sabe-se que:

são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem (...). Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer seus valores (Faggion et al., 2008, p. 278).

A relevância deste estudo reside em sua contribuição para a história local do Vale do Jequitinhonha, ao dar voz a narrativas e perspectivas muitas vezes marginalizadas pela historiografia tradicional. Assim, a pesquisa assume uma perspectiva "vinda de baixo" (Portelli, 2016, p. 150), priorizando a história local e as vozes dos moradores comuns. Portelli destaca a interseção entre memória e história, reconhecendo que as memórias individuais e coletivas são parte importante da construção da história.

A compreensão da toponímia no contexto da memória social exige um arcabouço teórico que transcenda a simples etimologia dos nomes de lugares. Para além de sua função nominativa, "a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes" (Dick, 1990, p. 19). Assim, os topônimos atuam como camadas de significados inscritas no território que revelam a complexa interação entre o espaço geográfico e a experiência humana ao longo do tempo.

Maurice Halbwachs argumenta que as lembranças individuais são construídas e mantidas dentro de "quadros sociais da memória" (Halbwachs,

2004, p. 09), nos quais o espaço, com seus nomes e marcas, desempenha um papel fundamental na ancoragem e na transmissão dessas lembranças. A toponímia, portanto, não é apenas um inventário de nomes, mas um arquivo cultural dinâmico que reflete a história, as crenças e as identidades de um grupo. Ao nomear um rio, ou um morro, a comunidade não só identifica um local, mas também narra uma história, um evento, um significado que se deseja perpetuar (Dick, 1996, p. 12).

Neste sentido, a toponímia se entrelaça com a metodologia história oral, que, segundo Alessandro Portelli, diferencia-se por seu enfoque na subjetividade e na experiência individual dos narradores. A história oral permite acessar "verdades diferentes", não necessariamente factuais, mas psicologicamente corretas, revelando as percepções e os significados que os eventos adquirem na memória coletiva (Portelli, 1997, p. 31). As "incoerências e contradições" nas narrativas orais não devem ser vistas como falhas, mas como oportunidades para compreender como as memórias são reinterpretadas e adaptadas, refletindo as crenças e a imaginação cultural de uma comunidade. Complementarmente, para Jacques Le Goff, a memória oral é uma interação dinâmica entre passado e presente, onde a emoção e a interpretação são centrais (Le Goff, 1990, p. 437), papel crucial desempenhado por Pedro Braga na narração oral de histórias e na escrita dos cadernos que permitem que a memória da comunidade seja compartilhada. Assim, os topônimos, quando transmitidos oralmente, tornam-se veículos dessa memória, carregados de sentidos que vão além de sua mera referência geográfica.

A atuação de Pedro Braga, ao registrar esses nomes e suas histórias, demonstra uma compreensão intuitiva dessa simbologia dos topônimos, conectando o microterritório do Vau a um universo de memórias e tradições mais amplas.

Pierre Nora, com sua distinção entre *lugares de memória*, oferece uma perspectiva complementar. Para Nora, a memória se manifesta em locais, objetos ou eventos que se tornam símbolos de uma herança coletiva e que são investidos de significado por uma comunidade que sente a necessidade de se lembrar:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. (...) se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis (Nora, 2012, p. 13).

Embora Nora foque em locais de memória institucionalizados ou mais amplos, sua ideia pode ser adaptada para a toponímia local, onde cada nome de lugar se torna um micro "lugar de memória" para o Povoado do Vau, carregando consigo uma narrativa que a comunidade escolhe preservar. Pedro Braga, ao compilar essas histórias toponímicas, age como um artesão desses "lugares de memória" em escala local.

A metodologia empregada neste artigo se baseia na análise de fontes primárias e secundárias, com destaque para a rica produção de Pedro Braga. O "Caderno nº 06", em particular, será objeto de escrutínio, por ser o mais extenso e sistemático em seus registros históricos do Vau. A análise dos escritos de Braga será complementada por uma entrevista realizada com o próprio narrador em 1988, pelo pesquisador Reinaldo Martiniano Marques.

A obra de Pedro Braga é permeada por topônimos que não são apenas referências geográficas, mas verdadeiros marcadores da memória local que dão vida ao passado no presente da comunidade. Cada nome de lugar em suas narrativas carrega consigo um conjunto de significados, eventos e experiências que a comunidade escolheu lembrar e perpetuar. Um dos exemplos mais emblemáticos é a "Serra do Rela-Pôpa". Braga narra a origem desse topônimo através da trágica história de um escravo que, para escapar da crueldade de seu senhor, Manoel Teotônio, e de seus "pedestres", preferiu descer a serra "enfiando pra serra abaixo, até esbarrar dentro do rio":

esse senhor era muito cruel com seus escravos. Então, os escravos dele (...). Ele mandava sair à procura daqueles mais rebeldes e costumava mandar matar. (...) Inclusive, lá na serra onde ficou com o nome de Serra do Rela-Pôpa, tava escondido um desses escravos. E o pedestre descobriu lá no alto da lapinha. (...) ele, quando se viu agredido pelo pedestre, sem jeito de escapular, o único caminho que ele

preferiu foi sentar nessa serra lisa. Sentou e desceu enfiando pra serra abaixo, até esbarrar dentro do rio. Mas chegou dentro do rio já quase morto porque as carne ficou toda agarrada lá. Aí acabou que ele teve que entregar já quase morto e acabou ficando essa... assim... essa resolução dele que preferia descer sentado... não adiantou, né? Ele morreu sempre (Entrevista com Pedro Braga em 1988, realizada por Reinaldo Martiniano Marques).

O ato desesperado do escravo, que teve sua carne "toda agarrada lá", resultou em sua morte. Braga registra a história tanto oralmente quanto por escrito em seu Caderno nº 06, onde a descreve com detalhes vívidos, confirmando a permanência do nome em função do evento: "Está esta serra como prova. Ela devi ter mais di cem metros di campo" (Braga, Pedro. Caderno nº 06, 1988, p. 114-115). Essa narrativa encapsula uma história de resistência e sofrimento, integrando-se ao patrimônio cultural do Vau. A toponímia, nesse caso, é o testemunho da violência da escravidão e da memória de um corpo martirizado. No trecho acima, palavras e práticas que remetem ao período da escravidão no Brasil, como "pedestre" e "trazer as orelhas cortadas", aparecem e ancoram as narrativas do orador à realidade histórica que permeava as vivências dos escravizados e seus senhores (MOURA, 2004, p. 152). O uso da palavra pedestre no texto de Braga conecta diretamente o leitor à prática de captura de escravos fugitivos. A outra prática bruta evocada por Braga, "trazer as orelhas cortadas", demonstra uma fidelidade à realidade cruel da escravidão no Brasil, quando práticas de mutilação eram empregadas como forma de controle.

Outro topônimo carregado de significados profundos é o "Acaba-Mundo" Associado a um certo "senhor Vidigal" e a uma tentativa de mineração de diamantes no rio Jequitinhonha. O nome faz referência a um desastre no qual, após grandes esforços para desviar o curso da água, um estouro inesperado do cerco teria matado muitos escravos que estavam no canal (Braga, Pedro. Caderno nº 06, 1988, p. 130).

Rodolfo Lautner Júnior, professor da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, narra essa história com base nos relatos de Pedro Braga, Segundo ele, em 1961, uma família de mineradores tentou explorar esse local, construindo um desvio com cimento e pedra para secar o poço. Após muito esforço de maquinário pesado e investimento, ao

alcançarem o fundo, encontraram apenas ferramentas antigas, ossadas humanas e poucos diamantes, mal o suficiente para cobrir os custos. A explicação para isso, ainda segundo Lautner, veio de Pedro Braga, que dizia que, supostamente, senhores de escravos já haviam explorado a área (Entrevista com Rodolfo Lautner Júnior em 2018). Utilizando mão de obra escravizada, eles conseguiam estourar rochas com fogo e água fria e criavam canais rudimentares para desviar o curso do rio.

Em uma fotografia de 1868, capturada por Augusto Riedel²⁵, revela-se que a lavra de diamantes do senhor Vidigal era, de fato, um canal, confirmando o relato de Pedro Braga, realizado 120 anos depois da tomada da fotografia. Nela, podemos ver a estrutura canalizada que segue ao longo do rio Jequitinhonha. A fotografia de Riedel mostra o processo de "tiragem de cascalho" na lavra de Vidigal, permitindo-nos visualizar o cenário descrito por Braga. Isso reforça a conexão entre as histórias orais e a realidade da mineração de diamantes no século XIX. Nas histórias narradas por Braga, o sr. Vidigal tenta expandir sua riqueza com o trabalho dos escravizados, mas acaba fracassando na empreitada. O desastre no "Acaba- Mundo" surge como a punição inevitável. Isso pode refletir o desejo da comunidade de relembrar os erros do passado e exibir como a natureza (ou o divino) retribui de forma implacável a ganância e a crueldade.

A violência e o conflito também deixaram suas marcas na toponímia do Vau. Pedro Braga relata o assassinato de um estrangeiro, o "Englez", a mando de um certo senhor "Cadete Gerônimo", que se irritou com um elogio à beleza de sua esposa:

em obicervação a formuzura daquela mulher, eli dissi pelo seu companheiro "desdi que estou no Brasil ainda não tinha visto mulher Bonita como esta". Ouvindo estas pronunçia do emglez, esti Cadeti Geronimo, indo ao fundo di seu quintal que si achava diverssos cativos capinando oldenou que pegaçi as armas e fouçi atalhar o Englez e o matassi na subida di um morro (Braga, Pedro. Escritos. Caderno nº 06, 1988, p. 96).

²⁵ Augusto Riedel, fotógrafo alemão que acompanhou a expedição liderada pelo duque de Saxe, dom Luís Augusto de Saxe-Coburgo-Gota, genro do imperador Pedro II, ao interior do Brasil em 1868. Link: <https://bit.ly/Lavra-diamantes-Vidigal-1868>. Acesso em 19/08/2025.

A emboscada resultou na morte do estrangeiro, e o evento gerou dois topônimos: o “Morro do Atalho”, onde ocorreu a emboscada, e o “Mato da Bota”, local onde teriam permanecido as botas do inglês caído. A persistência desses nomes (“ficou o nomi di origem ate houji”) é, para Braga, um testemunho da permanência dos acontecimentos do passado no território. Essa narrativa, que mostra o uso de escravos como instrumentos de violência pelos senhores, ilustra como a toponímia não apenas registra fatos, mas reflete as dinâmicas de poder e a brutalidade que permeavam as relações sociais na região. A existência de estrangeiros na área diamantífera é, inclusive, confirmada por relatos de viajantes como Sir Richard Francis Burton (1983, p. 306)., explorador e geógrafo britânico, que nos conta em sobre um certo sr. Thomas Piddington, da Cornuália, que “há trinta e dois anos veio como mineiro e, durante o período de uma geração, não mais viu sua mulher e seus filhos”. Ou de quando parou para se hospedar em um rancho e seus anfitriões “riram-se desdenhosamente quando souberam que eu era inglês. ‘Se isso for verdade’, perguntaram, ‘como se explica que você não conheça o Nicolau, seu patrício?’ (Burton, 1983, p. 315).

Outras fazendas e propriedades são citadas por Braga, como a “Fazenda do Ó” e a “Fazenda do Delgado”. Segundo o narrador do Vau, estas propriedades estiveram associadas a Joaquim de Paula, figura que surge em registros do século XIX que serviram como documentação para reconhecimento de Santa Cruz, distrito distante 5km do Vau, como comunidade quilombola remanescente de escravizados (Leite et al., 2019, p. 10).

A história de Joaquim de Paula está associada às narrativas sobre a exploração de diamantes e o uso de trabalho escravizado na região. Braga também evidencia que os escravos eram a principal força motriz por trás da construção da riqueza dos senhores de terra, quando destaca como o trabalho escravo foi fundamental para erguer as cercas e muros que delimitavam as fazendas, estruturas que simbolizavam a propriedade e a acumulação de poder econômico pelos grandes senhores de escravos:

Nas proçimidades di Vau foi criada outras como a fazenda do Delegado, fazenda do Senhor Joaquin. Ainda o Sítio retiro

do Senhor Vidigal. Todas esta fazenda foram cercadas di
valo e muros tudo feito pelo braço cativo. Nós revirou
soflimentos sendo único alimento era bola di feijão com angu
uma para cada escravo sem direito repetição (Braga, Pedro.
Caderno nº 06, 1988, p. 02. Grifo nosso).

Pedro Braga nos conta que as riquezas dos senhores foram edificadas às custas de enorme sofrimento e exploração, uma vez que os escravizados trabalhavam sob condições brutais, com alimentação escassa. Ao expor essa realidade, Braga reconhece a importância do negro escravizado na economia e na estrutura social do período.

Outro ponto geográfico conhecido até hoje no Vau é a “Cruz da Luzia”. Pedro Braga narra, tanto na voz quanto na modalidade escrita, o trágico episódio de uma escrava que, após tentar fugir de um outro escravizado que a cobiçava, é atacada por ele e, por fim, acaba assassinada. O local do crime, segundo a comunidade, permanece marcado até hoje por uma cruz conhecida como “Cruz da Luzia” (Braga, Pedro. Caderno nº 06, 1988, p. 108), situada entre o Vau e Santa Cruz.

O caso de Luzia também aparece de maneira recorrente durante entrevistas na comunidade quilombola de Santa Cruz, em uma pesquisa sobre práticas de cuidado compartilhadas por mulheres quilombolas no Alto Jequitinhonha, sendo considerada um dos mitos fundadores da comunidade (Eiterer et al., 2024, p. 21). A narrativa, transmitida oralmente por gerações na comunidade, retrata Luzia como uma mulher negra que resistiu aos abusos do fazendeiro, e não de outro escravizado, como nos contou Pedro Braga, recusando-se a submeter-se às violências impetradas pelo seu senhor.

Ajustes como esse, feitos à história narrada, acontecem frequentemente em histórias que são transmitidas oralmente, onde os personagens e eventos podem ser ajustados para refletir moralidades, relações de poder e dinâmicas sociais presentes na época. A mudança do agressor — de um senhor de escravos para outro escravizado — pode refletir uma tentativa de evitar o confronto direto com a figura do senhor em uma comunidade ainda marcada pelas desigualdades e resquícios de poder senhorial. Independentemente, este relato em específico mostra que a história de Luzia permanece viva, integrada ao imaginário e à geografia do

povoado.

A toponímia, nesse sentido, revela a cartografia econômica, simbólica e social da região, onde a posse da terra e a acumulação de riquezas estavam intrinsecamente ligadas à violência e à exploração dos cativos. Este estudo, ao mergulhar nos topônimos registrados Pedro Braga, abre diversas avenidas para futuras pesquisas. Aprofundar a análise comparativa entre os topônimos presentes nos cadernos de Braga e os mapas históricos da região, ou investigar a persistência e ressignificação desses nomes na oralidade contemporânea do Vau, seriam caminhos promissores. Além disso, a relevância do trabalho de Braga transcende o âmbito local, servindo como um estudo de caso inspirador para a compreensão da agência de indivíduos em contextos de transição cultural.

Referências

BURTON, Richard Francis. **Viagens aos planaltos do Brasil: Minas e os mineiros**. Tradução de Américo Jacobina Lacombe. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1983.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e antroponímia no Brasil. Coletânea de estudos**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo: 1554 – 1987**. São Paulo: Annablume, 1996

EITERER, Carmem Lucia; SILVA, Paula Cristina Silva; MIRANDA, Shirley Aparecida de. **Práticas de cuidado compartilhadas por mulheres quilombolas no Alto Jequitinhonha**. Cadernos CIMEAC, [S. l.], v. 14, n. 1, p. 16–40, 2024. DOI: 10.18554/cimeac.v14i1.7570. Disponível em: <https://bit.ly/4k8kGD2>. Acesso em: 17 maio. 2025.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. **Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização**. In: Métis: história e cultura. v. 1, n. 1 (2002). Caxias do Sul: Educs, 2008

HALBWACHS, M. **Los Marcos Sociales de la Memória**. Rubí (Barcelona): Anthropos Editorial, 431 p., 2004.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. 1924. Tradução de Bernardo Leitão. Campinas, SP. Editora da UNICAMP (Coleção Repertórios). 1990.

LEITE, Matheus de M. G.; PINTO, Shara G. S.; ZANON, Márcia C. G.; RIBEIRO, André T.; BERNARDO, Jonathan M. **Territórios quilombolas e**

emancipação humana: a reconstrução da estrutura agrária brasileira a partir do reconhecimento de direitos étnicos. In: CBEU, Natal, 2018. Anais... Natal: CBEU, 2019. Disponível em <http://bit.ly/45FX7LH>. Acesso em 09/09/2024.

MARQUES, Reinaldo Martiniano. **Quem conta um ponto aumenta um ponto.** Coleção Quem Sabe Faz. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. **Entre Memória e História: A Problemática dos Lugares.** Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 26 maio. 2025.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente.** In: Projeto História. São Paulo (14) fevereiro, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como arte da escuta.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

RIEDEL, Augusto. **Lavra de diamantes do Sr. Vidigal no rio Jiquetinhonha: tiragem de cascalho.** 1868-1869. 1556 x 1378 pixels. Disponível em: <https://brasilianafotografica.bn.gov.br/brasilliana/handle/20.500.12156.1/317>. Acesso em: 10/09/2024.

Entrevistas

Pedro Cordeiro Braga, 71 anos. Entrevista concedida em 1988 a Reinaldo M. Marques.

Rodolfo Lautner Júnior, 86 anos. Entrevista concedida a Valdir Macedo Neto em 2018.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ANTICOMUNISMO: TIKTOK COMO FERRAMENTA POLÍTICA

Luís Gustavo Souza Fróes²⁶

O comunismo constitui um modelo político e socioeconômico que se contrapõe ao capitalismo, propondo a construção de uma sociedade baseada na igualdade. Entre suas principais características está a ausência do Estado, concebida como etapa final de um processo conduzido pelo proletariado, no qual o objetivo central é a igualdade entre os trabalhadores.

Karl Marx é um dos principais teóricos a tratar do comunismo. Em suas análises sobre o trabalho na linha de produção, ele descreve o homem como uma mercadoria inserida no sistema capitalista. Conforme Marx (1848, p. 10), “O modo de produção da vida material domina, em geral, o processo da vida social, política e espiritual em geral”.

O exemplo mais expressivo da tentativa de implementação do comunismo foi a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Edward Hallet Carr (1985), em 1917. *Antes y después (La revolución rusa)*, discute a transição entre o regime czarista e o contexto revolucionário russo, caracterizado pela insatisfação popular e pelo fortalecimento de grupos revolucionários. Após a Revolução, a URSS passou a ocupar lugar de destaque no cenário internacional, promovendo reformas sociais profundas, a coletivização da agricultura e a nacionalização das indústrias.

A partir desse cenário, torna-se necessário considerar também o anticomunismo. Uma das passagens mais célebres do Manifesto Comunista afirma: “Um fantasma ronda a Europa – o fantasma do comunismo” (MARX, 1848, p. 1). Esse “fantasma” se consolidou como elemento simbólico em diferentes países, sobretudo nos Estados Unidos, principal potência capitalista do período. Assim, o comunismo passou a ser associado, em diversas ocasiões, a uma ameaça, sendo frequentemente utilizado como recurso político para mobilizar e influenciar a população.

No Brasil, segundo Motta (2013), as principais ondas de temor ao “perigo vermelho” ocorreram entre 1935 e 1937, de 1946 a 1948 e de 1961 a

²⁶ Graduando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista BicUni (UNIMONTES). E-mail: gustavosouzafroes@gmail.com

1964. Esses momentos de maior mobilização anticomunista contribuíram para a legitimação dos dois principais golpes autoritários do século XX no país.

No século XXI, observa-se a permanência desse imaginário. Durante o governo de Jair Bolsonaro, o discurso anticomunista voltou a ser mobilizado, com a alegação de que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva poderia conduzir o Brasil ao comunismo. Tal retórica contribuiu para a intensificação da polarização política e, após o término do mandato de Bolsonaro, foi parte do contexto que culminou na invasão das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023, ação financiada por grupos golpistas que expressavam forte rejeição à possibilidade de um governo identificado, ainda que de forma distorcida, com ideias comunistas.

A análise proposta centra-se no Brasil contemporâneo, com destaque para o período do governo de Jair Bolsonaro, em que o discurso anticomunista foi instrumentalizado como recurso de mobilização política. O objetivo é compreender como o comunismo se mantém como representação social, ainda hoje empregado para influenciar práticas políticas, justificar mobilizações populares e, em alguns casos, sustentar projetos autoritários, como já ocorreu durante a ditadura militar de 1964 a 1985.

A forma como o comunismo é representado na sociedade contemporânea constitui objeto relevante para a pesquisa acadêmica, pois permite compreender os fatores que explicam sua permanência como um “fantasma” político ainda hoje mobilizado em discursos e estratégias de poder. De acordo com levantamento realizado pelo Datafolha em 1º de julho de 2023, 52% dos brasileiros entrevistados afirmaram temer que o país se torne comunista. Esse dado evidencia a necessidade de investigar as origens desse medo, que pode estar relacionado a processos de desinformação. No contexto atual, marcado pela ampla difusão da internet e pelo consumo acelerado de conteúdos em plataformas como o *TikTok*, circulam frequentemente notícias falsas e interpretações distorcidas de conceitos políticos, contribuindo para a consolidação de percepções equivocadas acerca do comunismo.

Durante a pandemia, o *TikTok* se consolidou como um fenômeno global. A proposta de vídeos curtos, de até 15 segundos, levou os usuários a consumir cada vez mais conteúdo em menos tempo. Esse formato dinâmico se transformou rapidamente em uma nova ferramenta de comunicação de massa,

alcançando simultaneamente milhões de pessoas e exercendo forte poder de influência sobre elas.

Esse impacto não se limitou ao entretenimento: o ambiente político também foi diretamente afetado. No Brasil, nesse mesmo período, inúmeros usuários ganharam visibilidade na plataforma e se tornaram criadores de conteúdo digital. Entre esses, não estavam apenas artistas, dançarinos ou atores, mas também figuras ligadas ao debate político, que passaram a usar a rede para difundir suas ideias e conquistar público.

Como destaca Thompson (2002, p. 1), em *A Mídia e a Modernidade – Uma Teoria Social da Mídia*: “Por um lado, é importante sublinhar que os meios de comunicação têm uma dimensão simbólica irreduzível: eles se relacionam com a produção, o armazenamento e a circulação de materiais significativos para os indivíduos que os produzem e os recebem.” Trazendo essa reflexão para o contexto atual, é possível perceber o quanto os conteúdos que circulam no *TikTok* impactam milhões de pessoas, mesmo quando não há garantias de veracidade, abrindo espaço para a disseminação de *fake news*.

Neste trabalho, as fontes analisadas são vídeos do *TikTok* publicados entre 2020 e 2022, com foco no perfil de Nikolas Ferreira, político do PL que, antes de ser deputado federal por Minas Gerais, já atuava como vereador. Ele utiliza a plataforma para difundir conteúdos de caráter político-ideológico, tratando de temas como religião e política, além de realizar críticas a partidos de esquerda e a governos latino-americanos.

Nikolas mantém uma rotina de aproximadamente três vídeos por dia, nos quais ataca em curtos intervalos diferentes alvos, como a comunidade LGBTQIA+, o movimento feminista e adversários políticos. Com frequência, edita falas do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para insinuar que iniciativas contra *fake news* equivalem a projetos de censura. Soma-se a isso a recorrente comparação entre o Brasil e a Venezuela, reforçando um discurso alarmista. Assim, grande parte de sua produção visa difundir desinformação e narrativas falsas a seu público.

Cabe lembrar que a prática das *fake news* não é exclusiva da era digital. Como aponta Ricardo Mendonça, “[...] as fake news podem ser encontradas em quase todas as épocas da Europa Ocidental” (Mendonça, 2023, p. 9). Dessa forma, vemos que a difamação de personagens históricos e a circulação de

informações falsas são recorrentes ao longo da história; as redes sociais, porém, potencializaram esse processo ao permitir o compartilhamento instantâneo em escala global. O próprio Mendonça reforça essa ideia ao dizer:

A dinâmica de operação das plataformas digitais e a reprodução social de vieses objetificados em algoritmos mostram que esses processos não são meramente escolhas comportamentais individuais, mas se ligam a fenômenos mais amplos de reconfiguração da forma como lidamos com informações. Seja por meio de curtidas, compartilhamentos ou buscas, os robôs de plataformas digitais teriam papel relevante na proliferação de *fake news* (Mendonça, 2023, p. 8).

Exemplo disso é um vídeo publicado por Nikolas Ferreira em 15 de dezembro de 2023, também replicado no *Instagram*, no qual cita Olavo de Carvalho: “não é que o comunismo é um grande ideal que se perverteu, ele é uma perversão que se vendeu como grande ideal” (Nikolas Ferreira, Sou comunista, e daí, TikTok, 15 de dez. 2023). No mesmo material, ele associa o comunismo à perseguição religiosa e ao fim das igrejas, ainda que os registros históricos mostrem que as experiências políticas que se inspiraram em Marx sempre resultaram de adaptações a contextos específicos, e não da aplicação integral de sua teoria.

Esse discurso se relaciona com a análise de Motta, que afirma: “No momento em que o comunismo passou a ser percebido como um perigo sério para a Igreja, ele também começou a ser anatematizado como, ‘cria de Satanás’, do mesmo modo que a Reforma ou o perigo turco [...]” (Motta, 2013, p. 75). No vídeo citado, Nikolas explora justamente esse imaginário religioso, transformando o comunismo em uma metáfora demoníaca para conquistar seu público, majoritariamente evangélico. Em suas palavras

[...] Agora você entendeu porque estes comunistas querem que vocês achem que o comunismo não passa de uma fantasia , pois é, geralmente o diabo não chega com um tridente e vermelho, vermelho até que chega, mas chega com uma foice e martelo e com aspecto de amor, não seja mais enganado, o comunismo mata[...] (Nikolas Ferreira, Sou comunista, e daí, Tiktok, 15 de Dezembro, 2023).

Por fim, como ressalta Thompson (2002, p. 2): “Mas se comunicação é uma forma de ação, a análise da comunicação deve se basear, pelo menos em parte, na análise da ação e na consideração do seu caráter socialmente contextualizado.” Nesse sentido, o conteúdo de Nikolas Ferreira não apenas mobiliza seus 6,2 milhões de seguidores diretos, mas se amplifica por meio do compartilhamento em outras redes, ampliando ainda mais o alcance de suas mensagens.

Baseado nos autores e nas fontes que foram apresentadas, nós deduzimos que neste período do governo de Jair Bolsonaro ocorreu outra onda do anticomunismo, utilizando do comunismo como manobra política para amedrontar e manipular os eleitores a ir contra um fantasma que não nos ameaça. Conseguimos refletir o quanto as redes sociais têm um papel extremamente importante dentro da nossa sociedade atual, capaz de mover, informar e desinformar a população.

Diante disso, conseguimos ver o poder dessas *fake news* no 8 de janeiro 2023, neste dia, aconteceram atos golpistas chamados até de Intentona Bolsonaro, onde vários eleitores do Bolsonaro foram movidos por este medo do Partidos dos Trabalhadores (PT) entrar no poder e instaurar o comunismo, com medo das notícias falsas vinculadas ao que seria trago pelo governo Lula, como comer cachorro, crianças recebendo kit gay, o Brasil se tornar uma nova Venezuela, entre outras.

O Nikolas Ferreira utiliza das suas redes sociais de maneira totalitária e extremista, querendo levantar questões idiotas, mas falando como se fossem sérias e passando desinformação para um público de 6,2 milhões de seguidores, além de que, a análise neste artigo é voltado para o comunismo e anticomunismo no Brasil remetendo as redes sociais e seu poder dentro da sociedade brasileira atual, mas se passarmos um minuto a mais no perfil do deputado nas redes sociais vemos *fake news* de tudo quanto é forma, inclusive nos últimos dias antes de submeter este artigo vemos outra vez ele utilizando da desinformação para manipular e amedrontar a população.

Dito isso, evidenciando o trabalho na análise das fontes, vemos o apelo do mesmo com questões religiosas e perseguição, isso, sem contar com utilização do uso da falta de liberdade expressão, analisamos que ele utiliza destes discursos extremistas para atingir uma camada da população que é

trabalhador utilizando, muitas vezes, discursos populistas e que não fazem sentido com a mesma imagem que ele passa dentro dos projetos de lei apresentados pelo mesmo, de propostas às emendas à constituição estadual e na avaliação de propostas de outros deputados.

Ademais, acredito que analisar fontes de um tempo tão presente se torna um desafio bastante atraente, avaliar que hoje em dia com a globalização em seu auge, os meios de contato com a informação mudaram, antes o melhor meio para se estudar o que a sociedade pensava era os jornais, porém, hoje as redes sociais e o que consegue furar bolhas é que são o que a sociedade mais concorda, discorda ou pensa parecido. Desse modo, com as redes sociais também em seu auge, é possível notar vários criadores de conteúdo trazendo informações falsa e verdadeiras, tentando enganar o público que o acompanha, com falas polêmicas que acabam ganhando grande destaque dentro dessas redes.

Referências

Carr Edward Hallet, 1917. **Antes y después (La revolución rusa)**. España, Editorial Sarpe, 1985.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **O manifesto comunista**. 5.ed. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999. 65p.

KORYBKOW, Andrew. **Guerras Híbridas - das revoluções coloridas aos golpes**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular 2018

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). 2000. 315 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Econômica, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

THOMPSON, John Brookshire; BRANDÃO, Wagner de Oliveira; AVRITZER, Leonardo. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. 261 p. ISBN: 9788532620798.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino et al. **Fake News e o Repertório Contemporâneo de Ação Política**. DADOS, Rio de Janeiro, vol.66 (2): e20200213, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/M47Czv8v8HzwQ6DKjBqJvjg/>. Acesso em: 24 de fev. de 2025.

Folha de São Paulo. Datafolha: 52% acham que Brasil corre o risco de virar comunista. 01 jul. 2023. Disponível em: [virar-comunista.shtml](#) Acesso em 15 dez. 2024.

FERREIRA, Nikolas. **Sou comunista, e daí.**[@nikolasferreiradm]. 15 dez. 2023. [Vídeo]. TikTok. Disponível em: <https://vm.tiktok.com/ZMkTnMXPk/> . Acesso em 15 dez. 2024.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

AS INCIDÊNCIAS DA VIOLÊNCIA DE GÊNERO: AS AGRESSÕES E O ÓDIO AOS CORPOS FEMININOS

Ana Vitória Barbosa Queiroz²⁷

Vitória Neres Teixeira Santos²⁸

Introdução

Esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento no âmbito do Observatório Norte Mineiro de Violência de Gênero da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, e se concentra na análise das diferentes violências sofridas por corpos vítimas de feminicídio no período de 2015 a 2025 no Brasil, através de notícias extraídas do portal G1. A partir desse estudo, buscamos identificar os padrões de violência nos feminicídios extraídos do referido portal de notícias. Ademais, objetivamos detectar as tendências recorrentes nos assassinatos, analisando como os infratores direcionam a violência a símbolos da feminilidade ao cometer o crime.

Nesse sentido, utilizaremos autores para demonstrar que os ataques não são aleatórios, mas atravessados por construções sociais e culturais que definem o corpo da mulher como território de poder. Segundo a pesquisadora Judith Butler, a violência física contra corpos femininos funciona como mecanismo de reafirmação das normas de gênero, enquanto para o autor Michel Foucault o corpo é regulado e disciplinado por diferentes dispositivos de poder. Dessa maneira, investigar as partes do corpo mais atingidas não se resume a apenas contabilizar agressões, mas entender como tais marcas expressam simbolicamente a tentativa de manter hierarquias de gênero. Nesse estudo, a análise das reportagens do portal G1 permite evidenciar este apontamento de maneira concreta, uma vez que demonstra a recorrência das agressões dirigidas a regiões historicamente associadas à feminilidade, como rosto, seios e pescoço.

²⁷ Graduanda em História na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: anaaqueirozz23@gmail.com

²⁸ Graduada em História na Universidade Estadual de Montes Claros. E-mail: vitorianeres24@gmail.com

Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir da seleção de reportagens no Portal G1 de Notícias, pertencente ao Grupo Globo, e criado em 2006, com o objetivo de divulgar notícias não apenas nas mídias tradicionais, mas também nas digitais. A busca foi realizada a partir das seguintes palavras-chave utilizadas estão: feminicídio; mulher; violência; agressão e G1. O recorte temporal definido foi de três de janeiro de 2015 a dois de maio de 2025, a partir da sanção da Lei do Feminicídio, nº 13.104/2015, aprovada em nove de março de 2015. Neste estudo, foram analisadas 70 notícias, sendo aplicada a ferramenta de busca do próprio portal e também a do Google, buscando reportagens com abrangência nacional. Cabe ressaltar, que a coleta desses dados foi feita no período de vinte e cinco de março a quatro de maio de 2025.

Ao analisarmos essas matérias, identificamos padrões de violência nos feminicídios extraídos do referido portal de notícias. A partir disso, compreendemos, que os agressores, muitas vezes, miram em partes específicas do corpo feminino não por acaso, mas porque são historicamente marcados como centrais de feminilidade da mulher. É importante salientarmos que a análise aqui realizada, parte da forma em que o site em questão retrata essas notícias selecionadas, a partir da nossa percepção. Desse modo, entendemos que os atos violentos contra os corpos vítimas de feminicídio não são apenas físicos, visto que o corpo feminino ainda se trata de um território político e socialmente vigiado, logo a violência física direcionada a ele não é aleatória, mas carregada de sentidos simbólicos que reforçam estruturas históricas de poder sobre os corpos das mulheres.

Nuvem de palavras

Como discutido anteriormente, a partir da análise das reportagens coletadas no Portal G1 percebemos um padrão em relação ao corpo das vítimas de feminicídio. Através do levantamento e estudo dos casos, identificamos que em grande parte dos crimes o corpo da mulher é desfigurado, em locais como o rosto, pescoço, seios, pernas e mãos que são vistos historicamente como centrais de feminilidade. Nesse sentido, para melhor exemplificar a discussão desenvolvida neste estudo, de que essa

Para o desenvolvimento da Nuvem de Palavras utilizamos o conteúdo de todas as reportagens coletadas que foram utilizadas na análise. Cada texto jornalístico sobre feminicídios, extraído das fontes previamente selecionadas, foi processado para remover elementos irrelevantes, como pontuação e palavras de alta frequência *stopwords*, e então foi incluído no conjunto de dados que passou por análise. Esse conjunto completo foi analisado de forma integrada, o que significa que as palavras mais frequentes em todas as reportagens coletadas, somadas, formaram a base para a criação da nuvem de palavras.

[illegible]

Fonte: Observatório Norte-Mineiro de Violência de Gênero. 2025

A partir da visualização do conjunto de palavras é possível identificar os locais do corpo mais atingidos e os tipos de agressões mais recorrentes contra as mulheres nos crimes de feminicídio, indicando que tais práticas não são aleatórias, mas socialmente estruturadas.

Desenvolvimento da pesquisa

A base teórica utilizada neste trabalho se fundamenta a partir das análises de autores como Butler, uma vez que ela destaca, como a violência física contra o corpo da mulher não é aleatória, mas uma tentativa de reafirmar normas de gênero violentamente. Nesse sentido, a perspectiva proposta pela autora é fundamental para esta pesquisa, pois permite compreender que as agressões contra a mulher não se reduzem a atos isolados de brutalidade individual, mas se inserem em uma lógica social mais ampla, na qual o corpo feminino é constantemente vigiado, regulado e punido quando não corresponde às expectativas normativas de gênero. Cabe ressaltar que:

“Com efeito, “referir-se” ingênua ou diretamente a tal objeto extradiscursivo exigirá sempre a delimitação prévia do âmbito extradiscursivo. E na medida em que ele é delimitado, o discursivo estará delimitado pelo próprio discurso do qual pretende se libertar. Essa delimitação, que muitas vezes é representada como um pressuposto não teorizado em qualquer ato de descrição, marca uma fronteira que inclui e exclui, que decide, por assim dizer, o que vai e não vai ser o caráter do objeto ao qual então nos referimos. Essa marcação terá alguma força normativa e, de fato, alguma violência, pois só pode construir mediante apagamento; ela só pode delimitar algo pela imposição de determinado critério, um princípio de seletividade” (Butler, 2019, p. 33).

Nesse excerto, a autora quis exemplificar como definir corpos é sempre um ato político, que inclui alguns e exclui outros, exclusão essa que é marcada pela violência. Assim, a utilização de Butler como referencial teórico neste estudo nos possibilitou interpretar as incidências físicas da violência de gênero não somente como lesões materiais, mas como mecanismos de controle simbólico que reforçam desigualdades históricas.

Além da teórica mencionada, lançamos mão das leituras e análises dos conceitos propostos por Foucault, pois ele destaca como o discurso não é apenas um reflexo, mas também um objeto de luta e poder. Isso se dá ao fato

de que o discurso não manifesta somente o desejo, mas também o seu próprio objeto (Foucault, 2019). Os feminicidas, ao perceberem que sua liberdade e poder estão ameaçados, sentem a necessidade de subjugar suas vítimas como forma de reafirmar superioridade. Percebemos nas notícias retiradas do portal, que em grande parte dos crimes o corpo da mulher é desfigurado, tirando a feminilidade da vítima. O crime é a reafirmação para os homens de que eles possuem poder sobre o corpo da mulher.

Deste modo, ao refletir sobre as teses dos autores, percebemos que, mesmo que partam de referenciais divergentes, suas contribuições se complementam. Foucault compreende o corpo como um objeto disciplinado e controlado por dispositivos de poder e Butler o problematiza e o compreende a partir das normas de gênero. Apesar dessas convergências, ambos corroboram com a questão central desta pesquisa, uma vez que entendem a violência sobre o corpo feminino como forma de reforçar e reproduzir o poder patriarcal. Além disso, os autores não compreendem essa violência como um acidente, mas sim como parte de um sistema que garante a manutenção da ordem social e das hierarquias de gênero.

Considerações Finais

Por fim, compreendemos que os padrões de violência nos feminicídios identificados e extraídos do Portal G1 de Notícias não são aleatórios, pois carregam sentidos simbólicos que reforçam estruturas históricas de poder sobre os corpos das mulheres. A partir disso, apontamos que determinados grupos de homens ao perceberem sua liberdade ameaçada sentem a necessidade de subjugar suas parceiras, uma vez que o crime é a reafirmação para eles de que possuem poder sobre o corpo da mulher.

Dessa forma, ao evidenciar as representações simbólicas presentes nos corpos das vítimas, este trabalho contribui para o aprofundamento da reflexão histórica sobre a violência de gênero, demonstrando que tais práticas não se restringem à materialidade dos crimes, mas se articulam a um sistema mais amplo de poder patriarcal e mecanismos de controle simbólico que reforçam questões sociais e culturais. Nesse sentido, entendemos a urgência de reconhecer a violência de gênero como um fenômeno estrutural e persistente.

Referências

AGÊNCIA BRASIL. *Brasil registra 1.450 feminicídios em 2024, 12% a mais que ano anterior*. 14 mar. 2025. Disponível em: agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2025-03/brasil-registra-1450-feminicidios-em-2024-12-mais-que-ano-anterior. Acesso em: 8 jul. 2025.

GUIAR, P. A.; ASSUNÇÃO, R. P.; MAIA, C. **Notícias de feminicídios na internet durante a pandemia da COVID-19: comentários, percepções e comoção**. In: WOLFF, C. S. (org.). et al. *A internet como campo de disputas de gênero*. Florianópolis: Cultura e Barbárie, 2024.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). *Feminicídios em 2023*. Dossiê Direitos Humanos – Instituto Patrícia Galvão, março 2024. Disponível em: dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/dados-e-fontes/pesquisa/feminicidios-em-2023-forum-brasileiro-de-seguranca-publica-2024/. Acesso em: 8 jul. 2025

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* / Michel Foucault ; tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. — São Paulo: Edições Loyola, 2019. — (Leituras filosóficas)

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*, tradução Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

Observatório Norte-Mineiro de Violência de Gênero, 2025

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

AS NARRATIVAS MEMORIALÍSTICAS SOBRE JOAQUIM AUGUSTO DE MOURA – BARÃO DE VILA VELHA²⁹

Elvano Caires Sousa³⁰

INTRODUÇÃO

Este artigo propõe uma reflexão sobre as narrativas memorialísticas, buscando identificar e discutir sua relevância para o conhecimento histórico. Analisa-se a forma como os autores ressaltam a figura de Joaquim Augusto de Moura em suas obras, bem como outros acontecimentos que marcaram sua trajetória.

As narrativas memorialísticas configuram-se como contribuição significativa à historiografia, por oferecerem uma perspectiva subjetiva dos eventos históricos e ampliarem a compreensão do passado a partir de experiências individuais e recordações que frequentemente não se encontram nos documentos oficiais ou em outras fontes tradicionais. Nesse sentido, ao abordar a trajetória do Barão de Vila Velha, torna-se possível perceber como tais registros não apenas preservam lembranças familiares e locais, mas também reforçam a construção da memória coletiva sobre personagens que exerceram papel de destaque no Alto Sertão da Bahia³¹.

Joaquim Augusto de Moura nasceu em 1828, na Vila Minas do Rio de Contas³². Suas origens remontam a uma tradicional família baiana, de linhagem política e abastada: os “Mouras e Albuquerque”. Segundo Jorge Amado (2010,

²⁹O fazendeiro Joaquim Augusto de Moura recebeu o título de Barão de “Vila Velha” em razão de sua ligação com a vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, a qual passou a ser conhecida que ficou conhecida após a transferência do título de vila para a então arraial dos Creoulos. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/livramento-de-nossa-senhora/historico>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

³⁰ Mestrando em História Social – (PPGH), Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Bolsista: CAPES - E-mail: elvanohistoria@gmail.com

³¹ NEVES, define o Alto Sertão da Bahia da seguinte maneira: “geralmente definem a região de modo pouco precisa, física ou socioeconomicamente, como área que se pretende delimitar, com critérios parciais da espacialidade, que recortam a base física: região semiárida, demarcada por fenômenos climáticos, região do sertão, caracterizada pela morfologia da vegetação, região do Alto Sertão da Bahia, referenciada na posição relativa ao curso do Rio São Francisco na Bahia e ao relevo baiano, que ali projeta para maiores altitudes”(NEVES, 1998, p. 22).

³²Para melhor entendimento sobre o histórico da vila, consulte: Enciclopédia dos municípios brasileiros - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Volume XXI, Rio de Janeiro – 1958.

p.12), “aí nasceram os Castros, os Canguços, os Mouras e os Medrados, donos do sertão”³³, reafirmando a posição de famílias que se destacavam pelos padrões de riquezas no Alto Sertão Baiano.

O futuro Barão de Vila Velha era filho de Martiniano Moura e Albuquerque e de Francisca Joaquina de Carvalho, ambos oriundos de famílias tradicionais e influentes na região. Pelo lado paterno, era neto do Capitão Martiniano José de Moura Magalhães e de Maria Efigênia da Rocha e Albuquerque; já pelo lado materno, descendia do fazendeiro Timóteo Spínola de Sousa e de Ana Maria de Carvalho³⁴. Embora residissem na vila Minas do Rio de Contas, onde Joaquim Augusto de Moura contraiu matrimônio com Carlota Joaquina de Moura e Mattos, a família possuía extensas propriedades rurais, entre elas a “Fazenda D’Alagôa”, também chamada de “Lagoa do Thimotheo”, que deu origem ao povoado denominado São Timóteo³⁵, atual distrito de Livramento de Nossa Senhora, antiga Vila Velha.

Para compreender como a memória local contribuiu para a construção da imagem do Barão de Vila Velha e de sua família, apresentamos a seguir, as obras de cunho memorialístico que serão analisadas neste artigo, acompanhadas de uma breve descrição biográfica de seus autores: *História de Livramento – a terra e o homem*, de Mozart Tanajura; *Os tempos idos, nunca esquecidos*, de Gonçalo Manoel da Silva; e *Livramento é de Nossa Senhora*, de Raimundo Marinho dos Santos e Eduardo Lessa Guimarães.

Mozart Tanajura, natural da cidade de Livramento de Nossa Senhora, dedicou-se sua vida ao magistério e ao jornalismo. Ele destaca que seu livro é importante para a historiografia local, pois é o “fruto de investigações históricas realizadas pelo autor desde sua época de estudante e professor em sua terra natal”. Essa literatura busca narrar os principais acontecimentos da história da cidade de Livramento de Nossa Senhora desde seu surgimento, no século

³³Na obra, “ABC de Castro Alves” (1941), o autor Jorge Amado faz referências as famílias da elite do sertão da Bahia, sobretudo ao conflito envolvendo as família Moura e Albuquerque e os Canguços.

³⁴ Documentos de cunho judicial, disponível no APMRC. Seção: Judiciário. Séries: Testamento. Francisca Joaquina de Carvalho - Tabelionato de Notas (1867- 1872) E – 16; P. 03 – Cx: 02. / Seção: Judiciário. Séries: Inventários. Martiniano Moura e Albuquerque e Francisca Joaquina de Carvalho CX: 77 – MÇ:150 DOC:883 FLS: 37 E:03 P: 01. 1847.

³⁵Área rural de São Timóteo é um dos distritos mais antigo do município de Livramento de Nossa Senhora, povoado este que fica distante da sede 48,3 km. Disponível em: <https://www.livramentodenossasenhora.ba.gov.br/site/dadosmunicipais>. Acesso em: 13 de outubro de 2021.

XVIII, abordando aspectos da história regional, o homem, da terra e da sociedade local.

Gonçalo Manoel da Silva, nascido em 1930, era natural do distrito de Itanagé, no município de Livramento de Nossa Senhora. Sua obra é repleta de narrativas que, conforme ele próprio afirma, o tornam um “hábil contador de causos”. Suas lembranças abrangem desde as histórias da “gente humilde” até os relatos sobre aos senhores fazendeiros do sertão baiano.

Raimundo Marinho dos Santos, também natural da cidade de Livramento de Nossa Senhora, é bacharel em Comunicação e em Direito pela Universidade Federal da Bahia. O coautor, Eduardo Lessa Guimarães, igualmente natural de Livramento de Nossa Senhora, é licenciado em Filosofia pela Unicamp e bacharel em Direito pela Universidade Federal da Bahia. Segundo os autores, a obra, baseada em diversas fontes oficiais e não oficiais, apresenta narrativas e registros de memórias, além de depoimentos das pessoas mais velhas da sociedade livramentense, abordando desde os “modo de vida”, até o surgimento da cidade de Livramento de Nossa Senhora.

A partir dessa breve apresentação biográfica dos autores das literaturas memorialistas analisadas neste artigo, busca-se compreender o personagem o Barão Joaquim Augusto de Moura por meio das narrativas por eles produzidas.

A relevância das narrativas memorialistas na historiografia

Com o surgimento da Nova História, abriram-se novas possibilidades de interpretação, com diferentes modalidades de análise que passaram a privilegiar os sujeitos sociais. Essa abordagem ampliou o olhar sobre a experiência humana, os processos de diferenciação e individualização dos comportamentos identitários, coletivos e sociais, trazendo novas formas de explicação histórica.

Segundo Le Goff (1996, p. 423), “a memória, como propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas”. Nesse sentido, a atenção às memórias possibilitou o enfoque em novas fontes históricas, permitindo que a história fosse narrada a partir de vivências cotidianas e das vozes antes silenciadas pela “história positivista”, o que ampliou a

compreensão de eventos históricos e de seus impactos nas diferentes camadas da sociedade.

Diante disso, destacam-se as obras de memorialistas locais, em sua maioria produzidas com o propósito de resgatar e registrar a história de seus municípios. Embora não sejam elaboradas por historiadores, essas obras reúnem acontecimentos e lembranças que, do ponto de vista das comunidades assumem caráter histórico e são reconhecidos localmente como contribuições relevantes para a preservação da memória. Nesse contexto, Pollak (1989, p.11) observa que “as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade”.

As narrativas memorialistas, ainda que não sigam métodos acadêmicos, desempenham papel fundamental na preservação e valorização da memória sobre o personagem do Barão de Vila Velha. Os autores aqui analisados, por serem conterrâneos de Joaquim Augusto de Moura, descrevem-no com riquezas de detalhes, conferindo a seus relatos um valor expressivo. Assim, essas fontes tornam-se valiosas para a compreensão de contextos históricos, aos mesmo tempo em que dialogam com a historiografia.

Ao refletir sobre a narrativa histórica, Rüsen (2001, p.58) destaca que ela e a forma de configurar o sentido das experiências humanas por meio de uma construção que conecta aos eventos em uma sequência temporal. Ainda segundo o autor, “o homem vai além, também em perspectiva temporal, do que é o caso para si e para seu mundo; ele vai, por conseguinte, sempre além do que experimenta como mudança temporal, como fluxo ou processo do tempo”.

Dessa forma, as obras memorialistas contribuem para preencher lacunas da historiografia oficial, trazendo à tona histórias que, de outra forma, poderiam ser esquecidas. Esses trabalhos ampliam o entendimento histórico ao incorporar perspectivas e vozes locais, enriquecendo a narrativa coletiva. Reconhecer a importância dessas produções significa valorizar todas as formas de memória – acadêmicas ou não - na construção do conhecimento histórico.

Nesse sentido, Nora (1993, p.09), afirma que “a memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado”. O autor complementa:

A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações (Nora, 1993, p.09).

Assim, obras memorialistas permitem o detalhamento de personagens e contextos históricos, estabelecendo uma ponte entre a memória viva das comunidades e a história formal. Essas conexões garantem que as particularidades dessas narrativas não se percam com o tempo. Os percursos adotados neste trabalho, portanto, buscam estabelecer um diálogo entre memória e narrativa histórica, com o objetivo de compreender, a partir das narrativas memorialísticas, como a preservação das lembranças acerca do Barão Joaquim Augusto de Moura permanece viva no imaginário de seus conterrâneos.

O Barão de Vila Velha nas narrativas memorialistas

Faz-se necessário compreender as contribuições das narrativas memorialistas para a construção da memória e da narrativa em torno do personagem de Joaquim Augusto de Moura, o Barão de Vila Velha. Nesse sentido, alguns questionamentos orientam a análise: de que maneira as obras memorialísticas descrevem o Barão de Vila Velha e os acontecimentos locais nelas relatados? Além disso, existem divergências entre as narrativas apresentadas pelos diferentes autores?

A presença do Barão Joaquim Augusto de Moura é recorrente nas três obras memorialistas analisadas, cujos autores, seus conterrâneos, registram informações relevantes sobre esse personagem que permanece na memória coletiva ou individual, seja daqueles que residiram no povoado, seja por meio dos relatos transmitidos. Essas obras ressaltam aspectos de sua vida, suas contribuições para a comunidade e sua trajetória até ser agraciado com o título de nobreza, evidenciando como a memória local contribuiu para a valorização de sua imagem histórica.

Ao abordar a fundação da cidade de Livramento de Nossa Senhora e sua relação com as Minas do Rio de Contas, os memorialistas ressaltam as contribuições dos bandeirantes paulistas e dos colonizadores portugueses, que

se fixaram na região e deram origem às atuais cidades. Para Santos e Guimarães (1995, p.16), o surgimento de Livramento é controverso e transmitido oralmente de geração em geração. O certo, porém, é que a cidade se originou da busca de metais preciosos. Segundo os autores, “a memória fixar-se a partir da ascendência portuguesa, que trouxe para Livramento não só a escravatura, mas também os traços finos, como o estudo da língua francesa, técnicas agrícolas e de construção.

O memorialista Mozart Tanajura (2003, p.31) apresenta duas versões sobre a origem do povoado natal do Barão de Vila Velha. A primeira relata que a antiga Vila de Nossa Senhora do Livramento, depois de chamada Vila Velha, teria surgido em uma fazenda de gado denominada *Jurema*, onde se estabeleceram ranchos de vaqueiros. A segunda versão associa o surgimento do povoado à descoberta do ouro no leito do rio e ao consequente crescimento de um núcleo urbano em meados de 1715.

Gonçalo Manoel da Silva (2000, p.38), por sua vez, recorre à memorialista Helena Lima para afirmar que o povoado chamava-se inicialmente Vila Velha, fundado em 1724 pelo Coronel Pedro Barbosa Leal, mas posteriormente transferido para Rio de Contas devido à proximidade com as minas de ouro.

Percebe-se que, embora em versões distintas, os memorialistas convergem ao descrever a origem de Livramento de Nossa Senhora vinculada à exploração aurífera desde o século XVII. Diante dessas afirmações, evidencia-se que as terras onde viveu a família do Barão de Vila Velha estavam inseridas em um contexto de prosperidade econômica e expansão territorial. Assim, a análise das obras memorialistas revela não apenas a trajetória individual do Barão, mas também a formação e evolução de uma comunidade marcada pela busca de riquezas e pelo estabelecimento de legitimação de poder.

Para compreender a importância de Joaquim Augusto de Moura, torna-se indispensável considerar contexto econômico em sua família estava inserida. A prosperidade e influência dos Moura e Albuquerque estavam diretamente ligadas às dinâmicas econômicas do sertão baiano durante o Segundo Reinado.

Nesse sentido, Gonçalo Manoel da Silva (2000, 51-52) destaca que o Barão de Vila Velha, genro de José Matos, remodelou a filarmnica local, modernizando os instrumentos e contratando o regente Eduardo Garrido, de Cachoeira. Em outro episódio narrado pelo autor, afirma-se que o Barão teria levado sua filarmnica, composta por 40 músicos escravizados, em viagem de recreio  Europa com a família.

Santos e Guimarães (1995, p.57) também ressaltam a relevância econômica do Barão ao descreverem a “Casa do Barão”, localizada no povoado de São Timóteo, cuja origem remonta ao século XVII. Segundo os autores, “o nome barão deve-se ao Barão de Vila Velha (Joaquim Augusto Vasconcelos Bittencourt), que habitou o imóvel em meados do século XIX”. Ainda segundo memorialistas, a cidade de Livramento conserva vestígios da “gloriosa era do ouro”, perceptíveis nos casarões coloniais que, apesar do estado precário, testemunham o modo de vida opulento de seus antigos moradores.

Essas narrativas também ressaltam a importância da minerao para a região. Um exemplo mencionado é Timóteo Spínola, morador da “Casa do Barão” e considerado responsável pelo envio de quatro toneladas de ouro para Londres no século XVII (Santos e Guimarães, 1995, p.60).

Outro ponto de destaque nos textos memorialistas refere-se aos núcleos familiares que contribuíram para a formao populacional de Livramento. Santos e Guimarães (1995, p.23) registram que a diversidade de famílias que se instalaram na região ainda pode ser observada na atualidade, e que “não se verifica, desse modo, um domínio familiar único”, dado que as terras eram abundantes de forma relativamente pacífica.

Mozart Tanajura (2003, p.67), por sua vez, dedica um capítulo ao tema “Genealogias das principais famílias”, ressaltando as trajetórias de importantes grupos familiares do Alto Sertão da Bahia, entre eles os Albuquerque, Moura e Miranda. Nesse contexto, Tanajura apresenta a genealogia do Barão de Vila Velha como descendente de:

Martiniano Moura e Albuquerque e Francisca Joaquina de Carvalho Vasconcelos, filha do portugu Timóteo Vasconcelos. Do matrimônio nasceram três filhos: Joaquim Augusto, futuro Barão de Vila Velha; Ana Amália de Moura

Vasconcelos, casada com o Major Francisco Vasconcelos Bitencourt; e Maria Florinda de Moura e Albuquerque, casada com Faustino Fogaça de Souza (2003, p.123).

As literaturas analisadas, portanto, percorrem desde o surgimento da cidade e o desenvolvimento econômico regional até a atuação de famílias tradicionais. Ao mesmo tempo em que revelam a trajetória do Barão de Vila Velha, elucidam também a formação de uma comunidade marcada pela busca de riquezas e pela atuação de famílias abastadas do Alto Sertão da Bahia. Desse modo, evidencia-se a influência da família Moura e Albuquerque no contexto social e econômico regional, destacando-se a relevância da memória memorialista na construção da história local e na perpetuação de legados familiares.

Considerações

As literaturas memorialísticas ganharam espaço na historiografia a partir das transformações metodológicas e teóricas possibilitadas pela Nova História. Essa nova forma de compreender e escrever História trouxe mudanças significativas, desafiando a hegemonia da vertente positivista e documental. Nesse contexto, as narrativas memorialísticas, produzidas por não-historiadores, passaram a ser reconhecidas como fontes relevantes para a construção do conhecimento histórico.

Com a emergência da história oral como possibilidade legítima de pesquisa também contribuiu para o reconhecimento das fontes memorialísticas. Historiadores passaram a utilizar e valorizar as memórias coletivas e as narrativas orais na preservação da história local e cultural. Desse modo, as obras memorialísticas – fundamentadas em relatos orais ou recordações pessoais – beneficiaram-se desse reconhecimento e foram incorporadas como fontes relevantes para o registro da memória coletiva.

Embora as obras de caráter memorialístico frequentemente apresentem um teor subjetivo e pessoal, elas são valorizadas pelo potencial de oferecer detalhes singulares acerca de eventos históricos. A historiografia contemporânea reconhece que a subjetividade, presente em sua estrutura, não compromete necessariamente a veracidade, mas, ao contrário, pode proporcionar uma visão mais íntima e complexa da história. Tais narrativas

revelam aspectos da vida cotidiana, das tradições culturais e dos contextos sociais que muitas vezes não se encontram nos documentos oficiais.

As obras dos memorialistas analisadas neste estudo, que abordam o personagem de Joaquim Augusto de Moura, o Barão de Vila Velha, permitem compreender como essas narrativas oferecem informações valiosas sobre sua trajetória e sobre o contexto histórico de sua comunidade. Ao detalhar tais contribuições, tornam-se fontes inestimáveis não apenas para a preservação da memória local, mas também para a ampliação da compreensão historiográfica sobre o período em questão.

Fontes

Literaturas memorialistas

GUIMARÃES, Eduardo Lessa, SANTOS, Raimundo Marinho. **Livramento é de Nossa Senhora**. Empresa Gráfica da Bahia. Primeira Edição – Salvador -Bahia, 1995.

SILVA, Gonçalo Manoel. **Os tempos idos, nunca esquecidos**. Projeto Gráfico e DTP. Bahia, 2000.

TANAJURA, Mozart. **História de Livramento: A Terra e o Homem**. Ed. Secretaria da Cultura e Turismo. 430 pgs. Bahia: Salvador, 2003.

Referências

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: Textos em História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

FRANÇOIS, Etienne. **A fecundidade da História Oral**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (Orgs.). Usos e abusos da História Oral. P. 3-13. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Uma Comunidade Sertaneja: Da Sesmaria ao Minifúndio (Um Estudo de História Regional e Local)**. Editora da Universidade Federal da Bahia; Feira de Santana: Universidade Estadual de Feira de Santana, 1998.

NORA, Pierre. **Entre a memória e a história. A problemática dos lugares**. Projeto história, São Paulo, v. 10, 1993.

POLLAK, Michel. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos. Vol. 5, nº 10, p. 200-212: Rio de Janeiro, 1992.

Rüsen, Jorn. **Razão Histórica: Teoria da História: Os Fundamentos da Ciência Histórica**. Tradução de Estevão de Resende Martins - Brasília: Editora da UnB, 2001 – 194p

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

CEMITÉRIO DE ESCRAVIZADOS NO CAMPO DA PÓLVORA E AS PRÁTICAS FÚNEBRES NA SALVADOR OITOCENTISTA (1825–1836)

Elza Elisa Pereira da Silva³⁶

Introdução

Os sepultamentos na capital eram um tema que mobilizava a sociedade da província de Salvador no século XIX, desde os indivíduos com condições financeiras para garantir o enterro nos adros ou arredores de igrejas e capelas até senhores de escravizados que recorriam à Santa Casa de Misericórdia para solicitar o enterramento de cativos mortos em suas propriedades. Na obra *A morte é uma festa* (1991), João José Reis explica como a influência do catolicismo sobre a morte estava profundamente ligada a costumes e às relações sociais entre os habitantes da cidade. O elevado índice de mortalidade era causado tanto pelas epidemias constantes quanto pelo intenso tráfico de escravizados.

Muitos inquilinos do Campo da Pólvora eram negros novos que não sobreviviam à quarentena anterior ao desembarque dos tumbeiros; por exemplo, foram enterrados 113 africanos trazidos no navio *Alexandre*, de Domingos José de Almeida Lima e Antônio Ferreira Coelho (Reis, 1991, p. 197).

Nesse contexto, este trabalho busca analisar as práticas funerárias destinadas à população escravizada e marginalizada entre os anos de 1825 e 1836, com foco no Cemitério do Campo da Pólvora, um espaço periférico da cidade que, embora fundamental, permanece invisibilizado na memória coletiva soteropolitana. A investigação apoia-se na análise de fontes primárias pertencentes ao acervo da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, especialmente os chamados “livros de bangues”, e em bibliografia especializada sobre escravidão, religiosidade e morte no Brasil oitocentista, com destaque para autores como João José Reis e Hebe Mattos.

Parte-se da hipótese de que os rituais de sepultamento, mesmo realizados em condições precárias, constituíram práticas simbólicas de

³⁶ Mestranda em História Social pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: elzaelisa1984@gmail.com

resistência, afirmando uma identidade historicamente negada aos sujeitos escravizados. Além disso, propõe-se refletir sobre o papel dos registros funerários na compreensão das relações de poder e exclusão social presentes nas instituições religiosas, como a própria Santa Casa, que mediava os ritos de morte na cidade.

A morte exercia um papel de delimitação social. Como o sepultamento estava associado à mentalidade católica, do século XVII até meados do século XIX era comum o enterramento dentro das igrejas, pois a ideia de salvação estava diretamente ligada ao papel social do indivíduo e à tradição cristã sobre a finitude da vida. Ser sepultado dentro do templo era considerado condição essencial para a salvação da alma. No imaginário religioso católico da época, o sepultamento em solo sagrado representava estar sob a proteção da Igreja até o Juízo Final, conforme destaca Reis (1991).

As cerimônias em torno do cadáver cessavam após o enterramento, exceto nos casos de transladação de ossos. Mas ter sepultura em território sagrado não era suficiente para alcançar o reino de Deus; era necessário pensar especificamente na alma (Reis, 1991, p. 203).

Ser enterrado fora da igreja evidenciava a posição social do indivíduo. O sepultamento no Cemitério do Campo da Pólvora assumia também um caráter punitivo-pedagógico: revoltosos, como os líderes da Revolta dos Malês, movimento liderado por negros, em sua maioria livres e muçulmanos, também eram sepultados nesse local.

A Santa Casa instituiu o Cemitério do Campo da Pólvora para nele enterrar os cadáveres de indigentes e escravos. Os livros de registros de enterramentos de escravos, acervo histórico da Santa Casa, são importantes documentos do período da escravidão, possivelmente os únicos existentes no Brasil (Costa, 2003, p. 47).

Na Salvador oitocentista, os marginalizados eram enterrados no Cemitério do Campo da Pólvora, localizado na freguesia de Santana. Embora esta apresentasse características habitacionais, estava afastada do centro administrativo da cidade. Na época, Salvador contava com cerca de 60 mil habitantes, majoritariamente negros escravizados, responsáveis por grande

parte da dinâmica urbana. Desde o porto, na cidade baixa, até os limites da cidade alta, a população negra desempenhava funções essenciais à manutenção da vida urbana. Os africanos trazidos para Salvador contribuíram significativamente para a formação social e cultural da cidade, trazendo consigo influências de diversas regiões do continente africano. Esses indivíduos não apenas supriam a força de trabalho, mas também desempenhavam o papel de catalisadores da cultura local.

Para os enterramentos, a Santa Casa fornecia os chamados “banguês”, uma espécie de mortalha utilizada na acomodação dos corpos, que eram sepultados em covas rasas. Essas mortalhas podiam ser adquiridas mediante pagamento pelos senhores de escravos ou, em alguns casos, oferecidas de forma filantrópica, garantindo um mínimo de dignidade aos rituais fúnebres dos marginalizados.

Em 1863, a Santa Casa instituiu uma liteira específica para funerais de escravizados, também chamada “banguê”, cuja utilização implicava o pagamento de uma taxa pelos senhores responsáveis (Wood, 1981, p. 172). Essa prática evidencia as dimensões econômicas e sociais que permeavam os ritos fúnebres dos cativos, demonstrando que, mesmo na morte, as desigualdades e distinções sociais persistiam.

Este trabalho parte da análise do papel do Cemitério do Campo da Pólvora e dos registros dos livros de banguês como ferramentas para a preservação da memória dos indivíduos sepultados. A partir do exame desses documentos, sob tutela da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, e de bibliografia especializada, busca-se compreender as práticas funerárias e suas implicações sociais no contexto baiano do século XIX.

Cemitérios em disputa: poder religioso, higienismo e a morte dos marginalizados

O Cemitério do Campo Santo foi inaugurado em Salvador em 1836, com o objetivo de impedir que os sepultamentos continuassem a ocorrer dentro das igrejas. Essa mudança foi impulsionada pelos movimentos higienistas, originados na Europa e amplamente difundidos ao longo do século XIX, que chegaram à província da Bahia por meio do fluxo marítimo e das intervenções do Império.

No Rio de Janeiro, o processo de urbanização já havia sido iniciado logo após a chegada da família real, em 1808. Por ordem da corte, que demandava condições mínimas para o funcionamento de uma “cidade civilizada”, essas reformas também influenciaram a capital baiana. Ao longo da primeira metade do século XIX, Salvador passou por transformações urbanas significativas.

Com a inauguração do Campo Santo, os cemitérios começaram a ser ressignificados como espaços de devoção e memória coletiva, deslocando para fora das igrejas a função simbólica que antes lhes era exclusiva. No entanto, essa mudança provocou forte resistência da população soteropolitana: pouco após sua abertura, o Cemitério do Campo Santo foi destruído, reflexo do temor e da rejeição à ideia de não ser enterrado em solo eclesiástico. A recusa popular em aceitar os novos espaços funerários revela o impacto simbólico da separação entre morte e Igreja. Era impensável, para muitos, não repousar próximo a Deus no descanso eterno. Tal resistência também evidencia um embate entre o poder civil, que promovia reformas sanitárias e modernizantes, e o poder religioso, que até então monopolizava os ritos da morte.

Nesse contexto, a Igreja não reconhecia oficialmente o Cemitério do Campo da Pólvora como espaço legítimo de sepultamento, pois isso significaria conferir certo grau de cidadania religiosa e social à população negra e escravizada ali enterrada. Essa recusa fazia parte de uma disputa simbólica: ao não legitimar o Campo da Pólvora, a Igreja preservava a exclusividade de seus espaços sagrados e, ao mesmo tempo, reforçava a exclusão dos grupos marginalizados.

Como aponta Costa, o cemitério “ocupava uma pequena área murada” de 16 braças portuguesas de frente por 24,5 de fundo, o equivalente a aproximadamente 1.896,28 metros quadrados. A análise de fontes primárias revela que, com o crescimento urbano e o consequente aumento dos óbitos, o Campo da Pólvora passou a ser também percebido como um problema de saúde pública.

Segundo indícios históricos, o cemitério pode ter começado a funcionar ainda no século XVII, possivelmente durante a invasão holandesa à capital baiana, o que teria contribuído para o estigma do local como um espaço de esquecimento e exclusão. A escolha do Campo da Pólvora como local de

sepultamento de negros e indigentes evidencia um projeto simbólico de apagamento social, tanto em vida quanto após a morte.

Em seus quase dois séculos de existência, o Campo da Pólvora ficou também conhecido como Campo dos Mártires, por ter sido o local de fuzilamento de líderes de diversas revoltas ocorridas em Salvador, sejam de caráter abolicionista ou separatista. Esses movimentos foram frequentemente suprimidos com extrema violência, como destaca Reis (2003).

A materialidade do esquecimento: escravizados, banguês e o Campo da Pólvora

O Cemitério do Campo da Pólvora também representava uma importante fonte de receita para a Santa Casa de Misericórdia da Bahia. Essa instituição católica, de natureza eclesiástica, destacava-se por administrar um cemitério destinado a indivíduos considerados não cristãos, uma prática pouco comum para o período, especialmente diante do monopólio religioso sobre os ritos de morte.

Não se tem informação precisa sobre como e quando a Santa Casa passou a ser proprietária do terreno onde estabeleceu o cemitério. Sabe-se, entretanto, que o cemitério é muito antigo. Existe no arquivo histórico da Santa Casa um acervo de 31 livros de registros de enterros ocorridos no período de 1685 a 1853, sem indicar o local exato de sepultamento de muitos indigentes que morriam no Hospital da Caridade da Santa Casa, e muitos cadáveres de escravos foram enterrados no Cemitério do Campo da Pólvora, como registram as anotações existentes naquele arquivo histórico (Costa, 2023, p. 44).

Recentemente, em análises de fontes primárias conduzidas pelo Centro de Memória da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, um documento chamou atenção por apresentar detalhes sobre um processo denominado “Termo de Resolução”, datado de 1749. Trata-se da abertura de um inquérito interno pela Santa Casa para apurar um possível desvio de recursos por parte do capelão do Banguê, o padre João Manoel de Barros Soto Maior. A leitura minuciosa desse registro revela informações valiosas sobre o processo e os dados levantados à época, oferecendo um olhar mais aprofundado sobre a administração dos rituais funerários e os conflitos internos da instituição.

Estando em Mesa Redonda o Irmão Provedor, o Capitão André Marques, Cavaleiro professo na Ordem de Cristo, comigo Escrivão e mais Irmãos Consultores da Mesa, foi proposto pelo dito Irmão Provedor que por justas causas, que a moveram a indagar a forma da arrecadação e cobrança que se fazia das esmolas dos escravos que se enterravam, achara ter principiado (sic) o Padre Capelão do Banguê João Manoel de Barros Soto Maior a fazer o assento dos Escravos, que se enterravam no esquife dele em 14 de julho de 1741, e pelos assentos que se acham feitos nos livros até 31 de dezembro de 1743, que são dois anos, cinco meses e dezessete dias, se mostra ter enterrado mil trezentos e sessenta e nove Escravos (Capelão do Banguê (1749), L.15, F.22V).

Além da suspeita de desvio de recursos, o documento oferece outras informações significativas, como o fato de que os “banguês”, mortalhas utilizadas nos sepultamentos, eram pagos por meio de esmolas. Esses valores, ao que tudo indica, eram recolhidos e administrados por agentes responsáveis, o que demonstra uma preocupação concreta, por parte de certos sujeitos históricos, com o sepultamento digno de escravizados e de outros indivíduos marginalizados, muitas vezes por meio de pagamentos antecipados ao capelão do Banguê.

Outro aspecto que chama a atenção no “Termo de Resolução” é a forma como a Santa Casa, por meio do tabelião da Mesa, se refere aos escravizados sepultados no Cemitério do Campo da Pólvora. A linguagem utilizada no registro permite observar não apenas a terminologia corrente da época, mas também os enquadramentos simbólicos e sociais impostos a esses indivíduos mesmo após a morte.

O zelo de enterrar-se pelo amor de Deus os Escravos que fossem de pobres, ainda que não tivessem com que satisfazer os 400 réis à Casa, (se não) deve regular por resolução nem lei, que mandasse estabelecer a dita quantia, mas sim pela representação que se lhe tinha feito do (pouco) com que a Casa ficava para suprir as despesas que a Casa fazia e também por outro incidente que sobre este particular houve os párocos pelo estímulo que lhe resultou de se tirar as freguesias da (sua jurisdição?)
(Capelão do Banguê (1749), L.15, F.22V).

O interesse da Santa Casa por esses enterramentos pode ser compreendido à luz do fato de que, para muitos, os negros escravizados eram

“validados” como seres humanos pelo próprio ato de serem sepultados. Dentro da lógica cristã vigente à época, esses indivíduos eram frequentemente desumanizados, sendo vistos como “seres sem alma”. Nesse contexto, o sepultamento, ainda que em condições precárias, com os corpos enrolados em panos chamados bangues, representava, para os agentes envolvidos, a forma mais próxima possível de expressão do amor divino e de inserção mínima desses sujeitos na ordem espiritual cristã.

Não nos detemos aqui em uma análise aprofundada do referido documento, pois ele exige um estudo mais detalhado e comparativo com outras fontes da época, de modo a garantir um cruzamento de informações rigoroso. Ainda assim, sua existência evidencia não apenas a relevância do Cemitério do Campo da Pólvora como espaço simbólico, mas também a importância dos mecanismos de arrecadação mantidos pela Santa Casa de Misericórdia da Bahia para a sustentação de seus serviços funerários.

Considerações finais

Ainda é necessário aprofundar o tema, à medida que as informações sobre o Cemitério do Campo da Pólvora e as características dos sepultamentos de negros, indigentes e revoltosos nesse espaço, não oficialmente institucionalizado como cemitério, continuam sendo levantadas. Embora a Santa Casa de Misericórdia da Bahia tenha organizado esses enterramentos por meio de uma receita estruturada, com registros que incluíam nomes, nação de origem e o valor pago pelo banguê (mortalha utilizada no sepultamento), a documentação disponível ainda apresenta lacunas significativas.

Ser enterrado fora da igreja, sobretudo na primeira metade do século XIX, era um indicativo claro de exclusão social, moral e religiosa. Essa prática representava a ruptura do vínculo entre o indivíduo e a comunidade cristã, carregando consigo um forte peso simbólico. Com o avanço das reformas sanitárias e urbanas, esses valores passaram por um processo de reconfiguração, embora resistências culturais tenham persistido por muitas décadas.

Tradicionalmente, os cemitérios funcionam como espaços de preservação da memória dos que partiram, com lápides que registram nomes, datas e, por vezes, inscrições evocativas. No caso dos sepultados no Campo

da Pólvora, no entanto, não havia qualquer identificação visível nas covas rasas: nem os nomes africanos de origem, nem os nomes cristãos atribuídos pelos senhores. A única menção a esses indivíduos encontra-se nos livros de bangues, nos quais seus nomes figuram como parte da contabilidade da receita gerada para a Santa Casa de Misericórdia.

Como resultado do percurso metodológico adotado, foi possível construir este documento, cujo principal ganho consiste em sistematizar um recorte histórico pouco explorado e em indicar caminhos para futuras pesquisas. Resgatar esses nomes por meio de uma investigação mais aprofundada permite abrir espaço para uma reflexão social relevante sobre a dignificação desses corpos, que foram sepultados sem qualquer vestígio material de respeito ou identidade.

A documentação do Campo da Pólvora evidencia uma fissura na memória social brasileira ao revelar a presença histórica e contínua da população negra nos espaços urbanos, inclusive nos destinados à morte.

Referências

CAPELÃO DE BANGUE. **Termo de resolução, 1749, Livro 15, Folha 22V.** Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Salvador, BA.

COSTA, Paulo Segundo da Costa. **Campo Santo: Resumo histórico.** Salvador: Contexto e Arte Editorial LTDA, 2003.

REIS, João José. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do Século XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

REIS, João José. **Rebelião escrava no Brasil: a história do levante dos malês em 1835.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

REIS, João José; SILVA JR., Carlos da (orgs.). **Atlântico de dor: faces do tráfico de escravos.** Cruz das Almas, BA: Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

RUSSELL-WOOD, A. J. R.; DUARTE, Sérgio. **Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1500-1755.** Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA. **Livro de tombamento dos bens e imóveis da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, n. 241, 1865.** Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Salvador, BA.

SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DA BAHIA. **Livro do Banguê, vol. 27**, 5 ago. 1838. Arquivo Histórico da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, Salvador, BA.

WOOD, A. J. R. (Presumido autor da citação) **Fidalgos e Filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1500-1755**. Brasília: Universidade de Brasília, 1981.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

CINEMA, DIREITOS HUMANOS E O ENSINO DE HISTÓRIA: ENTRE EXILADOS E REFUGIADOS

Paulo Roberto de Azevedo Maia³⁷

Introdução

Essa pesquisa tem a preocupação de pensar no cinema e suas representações sobre exilados e refugiados. Os estudantes brasileiros do ensino básico têm um certo distanciamento com o tema, apesar do exílio ser uma experiência não tão distante do ponto de vista temporal, já que foi uma realidade durante a ditadura civil-militar brasileira. Nem todas as pessoas conhecem essa situação, e esse tema acaba não sendo muito aprofundado no ensino de história. Por outro lado, a presença de estrangeiros buscando melhores condições de vida no Brasil é exemplo de refugiados que podem ser vistos nos dias de hoje. Mesmo assim, o tema não é recorrente tanto em livros didáticos quanto nos planos de aula. No que diz respeito à produção cinematográfica, existem alguns filmes que têm essas temáticas no centro das preocupações dos cineastas. A partir dessa percepção é que levanto algumas questões para pensar filmes como obras autorais que se lançam ao resgate de memória e têm potencial de estimular a discussão de valores humanitários e democráticos relacionados ao exílio e ao refúgio. Mas como, de fato, a experiência dos exilados e refugiados é tratada pelos cineastas? É motivo de um estudo mais elaborado ou acaba sendo um momento isolado dentro da temática da repressão? A violência neles contidos alcança status de espetáculo ou é problematizada na perspectiva dos direitos humanos? Motivado por questões como essas é que quero pensar em alguns filmes do cinema mundial e suas possíveis aplicações no ensino de história.

A proposta é entender, através da análise filmica, o quanto o cinema é importante na preservação da memória coletiva, na busca por justiça e na criação de modelos que possam ser universalizados em termos conceituais para que os alunos possam valorizar a democracia e os direitos humanos. Trata-se de pensar como o cinema é capaz de refletir sobre o ser humano e

³⁷ Doutor em História, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Email: paulomaia@cchla.ufpb.br

seus direitos universais tal qual são estabelecidos na Carta da ONU de 1948 e também de pensar em como ele pode levar adiante as representações. Por isso, a ideia de privilegiar essas temáticas que ocorrem em tempos de autoritarismo, miséria ou de guerra.

Entre exilados e refugiados

Para dar início a essa pesquisa é necessário fazer a distinção entre exilados e refugiados. O primeiro está ligado a questões de natureza política e é típico de momentos de autoritarismo, já o segundo está associado à fuga por conta da miséria, da guerra e de outros fatores que impedem indivíduos de se estabelecerem de forma livre e digna.

Do ponto de vista legal, existe uma diferenciação de reconhecimento da situação. Segundo a Convenção de Genebra de 1951, refugiado é aquele que, “temendo ser perseguido por motivos de raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social ou opiniões políticas, encontra-se fora de seu país e não pode ou não quer voltar por causa desse temor” (ONU, 1951). A definição é precisa e usada pelo Alto Comissariado de Refugiados das Nações Unidas. A situação do exilado é diferente, embora a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, artigo 14) reconheça o direito de uma pessoa que se encontra perseguida em seu país poder pedir asilo político, não há uma definição universal.

A historiadora Denise Rollemberg em *Exílio: entre raízes e radares* (1999), aborda a história dos exilados brasileiros, no período de 1964 a 1979, sob diversos ângulos: parte de uma contextualização histórica para pensar questões políticas, mas também de caráter pessoal ao analisar os relatos de pessoas que tiveram o exílio como parte de suas vidas. Houve uma tentativa de alcançar o emocional através do resgate de trajetórias, vivências, lutas, conflitos e até mesmo as contradições, as atividades militantes, de trabalho, de estudo, em momentos diversos. Apresenta um painel geral da condição de vidas de pessoas que deixaram o Brasil, usando a expressão de João Bosco, “Num rabo de foguete”.

O sociólogo palestino Edward Said, em seu artigo *Reflexões no Exílio* (2000, p. 47), faz uma discussão a partir da sua própria condição de exilado e define o exílio como um “estado descontínuo do ser”, o que ocorre devido a

relação de distanciamento com a terra de origem e o seu passado. Essa afirmação propõe a experiência do exílio enquanto violência interna do indivíduo que ao ser deslocado do seu país, de forma compulsória, passa a sofrer pressões psicológicas. Distante de uma visão romantizada, muito comum quando se pensa em exílio, o autor atribui ao exilado a condição de uma vítima da transgressão dos direitos humanos.

O exílio, ao contrário da tortura que é mais facilmente reconhecida como um ato de violência, tem componentes de violação interior muito mais sutis, mas altamente agressivos o que justifica a afirmação de Denise Rollemberg: “O exílio é uma experiência heterogênea, vivida em função de uma série de variáveis, inclusive dos traços de personalidade de cada um” (Rollemberg, 2007, p. 1) e reforça ao afirmar que “As memórias no exílio e do exílio brasileiro dos anos 1960 e 1970 são memórias de estranhamento, desenraizamento, sofrimento, perdas, luto, dor, confusão, loucura, morte” (Rollemberg, 2007, p. 2).

Hannah Arendt considera a questão dos refugiados um problema de natureza de identidade e de afirmação política. O drama em questão não é que os refugiados sejam apátridas e estão privados de liberdade ou do direito de buscar uma vida melhor, mas o fato de que eles não estão integrados a nenhuma comunidade de forma categórica, “sua desgraça não é não serem iguais perante a lei, mas o fato de não existirem mais leis para eles” (Arendt, 1989, p. 331). Nesse sentido a filósofa aponta para a ideia de que o apátrida vive a situação de lutar pelo “direito de ter direitos”, ou seja, “um direito a pertencer a algum tipo de comunidade organizada” (Arendt, 1989, p. 333).

Arendt argumenta que, ao fim da primeira guerra mundial, milhões de pessoas se tornaram apátridas e refugiadas e isso significou, na prática, a perda da cidadania. A Declaração dos Direitos do Homem, de 1948, fala em direitos universais e inalienáveis, mas esses direitos são conferidos a aqueles que possuem o status de cidadão de um Estado-nação e, portanto, excluem uma grande parcela de pessoas. Ela conclui que antes de outros direitos fundamentais como a liberdade de expressão e o direito à vida, existe um que se torna uma pré-condição para os outros: o direito de pertencer a uma comunidade política (Arendt, 1989, p. 333).

Nesse sentido, é possível fazer a distinção entre o exilado e o refugiado. O primeiro perde seu lugar na comunidade nacional, mas pode fazer parte de um grupo que lhe confere a ideia de pertencimento e consegue manter sua condição de agente ativo do processo político de seu país, mesmo a distância. Sua condição de perseguido político é individual e nominal. O exilado foi perseguido por atos que ele praticou e contrariam o regime vigente em seu país. É considerado um perigo para o regime. A própria condição de exilado é um ato político. O refugiado não pertence a nada, não é visto como indivíduo e, em geral, está associado a uma perseguição em massa, sem nomenclatura e que está ligada ao seu grupo étnico ou religioso. Ele não tem uma identidade clara, pois assume o status de vítima de uma situação na qual ele não tem voz própria, ele é o refugiado que precisa da ação de organizações internacionais para ser ouvido.

Os filmes

A escolha dos filmes a serem analisados está ancorada no enredo de cada um que propõe discussões distintas, ou seja, o tema do exílio será problematizado através da análise dos filmes *Persepolis* (2007) de Marjane Satrapi e Vincent Paronnaud e *Cabra Marcado para morrer* (1984) de Eduardo Coutinho. A questão dos refugiados será analisada nos filmes *As Nadadoras* (2022) de Sally El Hosaini, *Flee* (2021) de Jonas Poher Rasmussen e *A Boa Mentira* (2014) de Philippe Falardeau.

Em *Persepolis* (2007) temos a história de Marjane Satrapi desde sua infância na qual vive a experiência da mudança de vida com a implantação do Estado teocrático islâmico no Irã, o que a leva a contestar um regime de violações aos direitos humanos e a iniciativa de seu pai de mandá-la para a Áustria num exílio voluntário. A vida na Europa é descrita sem a romantização típica de quem imagina que o velho continente representa um lugar de modernidade e bem-estar social, ao contrário, ela vive uma experiência de isolamento e estranhamento cultural. O retorno ao Irã demarca a dificuldade daqueles que não reconhecem seu país de origem enquanto seu. O filme questiona o lugar do sujeito no mundo e a questão do exílio e do refúgio.

Flee (2021) acompanha a história de “Amin Nawabi”, um homem que sai do Afeganistão e, ainda menino, vai para a Rússia e depois para a Dinamarca.

Amin e sua família são enganados por traficantes de pessoas. Ele tenta atravessar fronteiras europeias escondido em caminhões, contêineres e em barcos clandestinos. O filme problematiza a questão do deslocamento geográfico e cultural e discute o drama do estranhamento constante dos refugiados.

O filme *As Nadadoras* (2022) apresenta o tema do refúgio de forma direta ao mostrar a saga de duas irmãs sírias, Yusra e Sara Mardini, nadadoras de elite do país, que saem da Síria devido ao perigo da guerra e vão para a Alemanha. A travessia do mar Egeu em um barco inflável leva as irmãs a terem que se jogar no mar e nadar puxando o barco com vários refugiados. Temos nessa obra mais uma oportunidade de reflexão sobre como o cinema retrata a fuga, o sentimento de não pertencimento e a adaptação ao novo país.

A *boa mentira* (2014) narra a vida de crianças que sobreviveram a guerra civil e viveram anos em campos de refugiados. Durante a guerra nos anos 1980 e 1990, milhares de crianças foram forçadas a fugir a pé, enfrentando a fome, a violência e a morte. Essas crianças ficaram conhecidas como os "Meninos Perdidos do Sudão". Muitas delas ganharam refúgio nos Estados Unidos. O filme mostra a trajetória de quatro crianças que vão para os Estados Unidos e todo o estranhamento cultural que elas vivem no novo país. É uma discussão sobre a violência que sofrem os refugiados, o poder da adaptação e das dificuldades de integração em um novo mundo.

Cabra Marcado para morrer foi dirigido por Eduardo Coutinho em 1964. Junto com seus companheiros de UNE, resolveu fazer um filme contando a história da morte de João Pedro Teixeira, líder camponês da cidade de Sapé na Paraíba e um dos criadores das Ligas Camponesas. As filmagens foram interrompidas por conta do golpe de 1964. Passadas quase duas décadas, Eduardo Coutinho volta para a Paraíba para procurar os antigos participantes do filme e faz um documentário que se tornou um clássico do cinema político brasileiro com o mesmo título. O tema do exílio interno é um dos seus grandes destaques.

O cinema a serviço da História

A proposta de pesquisar narrativas fílmicas com o tema do exílio e do refúgio nos faz tentar apreender as variações das representações do passado

feitas pelo cinema para demonstrar as estratégias narrativas de alguns cineastas para pensar os direitos humanos através de variações simbólicas. A constituição da linguagem do cinema faz com que os filmes possibilitem exercícios mentais mais complexos, pois o poder de convencimento daquilo que assistimos está na qualidade da argumentação e do tratamento das imagens no processo de montagem. Os filmes possuem um caráter paradoxal já que “por um lado, nos fornecem uma perspectiva única de aspectos do mundo e, por outro lado, facilmente nos manipulam através da construção de uma espécie de ilusão” (Ferro, 1992, p.24).

Se essa dualidade existe, também é verdade que a narrativa cinematográfica pode despertar a memória tanto no plano privado quanto no público. As experiências individuais são reforçadas nos aspectos intimistas que têm a ver com a história de vida de cada espectador e, por outro lado, podem evocar um passado, a história vivida ou mesmo desconhecida e estabelecer um vínculo com a contemporaneidade ao problematizar questões sociais e ações arbitrárias de violência que podem levar a interpretações e reinterpretações. Quando pensamos no cinema que retrata os períodos autoritários, estamos diante do seu potencial em promover uma reflexão crítica acerca do papel que ele pode ter no fortalecimento da memória em termos de pensar uma sociedade mais justa e democrática, e isso é que revela o potencial do tema para o ensino de História.

O poder de representação simbólica do cinema pode proporcionar momentos de intensa reflexão acerca de conceitos básicos de direitos humanos para alunos do curso de graduação em licenciatura em história. Pensar os problemas sofridos pelos exilados e refugiados em filmes de diferentes nacionalidades significa propor um suporte teórico e histórico para estudantes de graduação que muito contribuirá para a formação profissional em um tema que ainda não foi discutido o suficiente.

Referências

ARENDT, Hannah. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *História e Análise de Textos*.

In Domínios da História: Ensaio de Teoria e Metodologia. RJ: Editora Campus, 1997.

CARNES, Mark C. (Org.). **Passado imperfecto: a história no cinema**. Rio de Janeiro: Record, 1997, p. 307.

FALARDEAU, Philippe (Dir.). **A boa mentira**. [The Good Lie]. Estados Unidos: Alcon Entertainment; Black Label Media, 2014. 1 filme (110 min.), son., color.

FERRO, Marc. **Cinema e História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOBBSBAWM, Eric J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOSAINI, Sally (Dir.). **As nadadoras**. [The Swimmers]. Reino Unido: Working Title Films; Netflix, 2022. 1 filme (134 min.), son., color.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Maria Lucia Machado. 5. ed. Campinas: Editora UNICAMP, 2003.

RASMUSSEN, Jonas Poher (Dir.). **Flee**. [Flugt]. Dinamarca: Final Cut for Real; Sun Creature Studio; Vivement Lundi!, 2021. 1 filme (89 min.), son., color. Animação/documentário.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. São Paulo: Editora Record, 1999.

SATRAPI, Marjane; PARONNAUD, Vincent (Dir.). **Persépolis**. [S.I.]: 2.4.7. Films; The Kennedy/Marshall Company; Sony Pictures Classics, 2007. 1 filme (95 min.), son., color.

SAID, E. Reflections on exile. In: **Reflections on exile and other essays**. Cambridge: Harvard University Press, 2000, pp. 173-186.

TUMAY, MURAT; MUTLU, İsmail. Human Rights in Films: **A Thought Experiment on a Theoretical Basis**. *Human Rights Review*, n. 15, p. 49-61, 2018.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

CULTURA POLÍTICA COMUNISTA, RELAÇÕES DE PODER E A EXCLUSÃO SIMBÓLICA DA MULHER NAS TRIBUNAS PARLAMENTARES (1945-1948)

Danyele Nayara Santos Dias³⁸

“Exaltamos a mulher pela missão sublime que exerce como mãe e educadora dos filhos, e por seu papel insubstituível no seio do lar” (Anais da Constituinte, 1946, p. 1234). Proferida por Maurício Grabois, deputado federal eleito pela legenda do Partido Comunista Brasileiro, o PCB, no período da abertura democrática de 1946, a declaração sintetiza a maneira como parte dos comunistas concebiam o papel feminino: uma figura exaltada, porém delimitada ao espaço doméstico e maternal. Evidencia-se que o elogio, travestido de reconhecimento, opera como mecanismo de enquadramento. A hipótese levantada é de que o PCB, mesmo convocando mulheres à militância, moldava o comportamento feminino com base em relações de poder e hierarquias de gênero.

A chave analítica de Pierre Bourdieu ajuda a iluminar esse funcionamento:

O poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível que só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (Bourdieu, 1989, p. 11).

E, de modo convergente:

A violência simbólica é aquela forma de violência que se exerce não pela força física, mas através de meios simbólicos, sobretudo comunicação e conhecimento, ou melhor, desconhecimento. Ela é exercida com a cumplicidade tácita dos que a sofrem, porque se apresenta como natural e legítima” (Bourdieu, 1999, p. 45).

À luz dessas passagens, compreende-se que o discurso de Grabois deixa de ser um gesto isolado de cortesia para revelar-se como uma forma de dominação naturalizada: ao enaltecer a mulher como mãe e educadora,

³⁸ Mestra – Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes)

reconhece-se menos sua cidadania do que a sua função social subordinada à família e à moralidade.

Aqui, utiliza-se o discurso como fonte histórica, seguindo a análise de Durval Muniz, que aponta o discurso como:

Fala ou oração feita para dada audiência, podendo ser escrita ou dita de improviso, tendo ficado registrado de alguma forma, seja através da memória daqueles que a ouviram, ou presenciaram, seja através de sua versão original, quando por escrito, seja através de sua reprodução veiculação e repercussão através dos distintos meios de comunicação social: o jornal, a revista, o rádio, a televisão, a internet, a fotografia, etc. (Albuquerque Jr. 2009, p.223-224).

A Assembleia Constituinte de 1946, no contexto da redemocratização do Brasil pós Vargas, contou com a presença comunista reforçada (14 parlamentares, entre eles Grabois, Carlos Marighella, João Amazonas e Jorge Amado), além de um senador (Luís Carlos Prestes). Nenhuma mulher foi eleita embora o sufrágio feminino estivesse garantido desde 1932. O contraste com 1934 é eloquente: a médica paulista Carlota Pereira de Queiroz foi a única mulher a integrar aquela Constituinte. Como analisa Paula Soares:

A eleição de Carlota não significou a quebra das barreiras políticas de gênero. Sua presença, embora emblemática, foi lida como exceção, como representação feminina individualizada, mais vinculada à caridade e ao campo da saúde do que a um espaço político autônomo das mulheres. (Soares, 2021. p. 87).

Em 1946, o precedente não se consolidou: a ausência de mulheres foi estrutural, e não mero acaso eleitoral. À luz de Scott, para quem o gênero constitui forma primária de significar as relações de poder, esse vazio, somado ao enquadramento das mulheres como “mães exemplares”, evidencia a naturalização de hierarquias. Para Scott, o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais e forma de significar relações de poder, e não sinônimo de “sexo biológico”. O conceito refere-se às normas, expectativas e papéis que uma sociedade atribui às pessoas com base no sexo que lhes foi designado (Scott, 1995, p. 86).

Sendo assim, neste trabalho, defende-se que discursos como o de Grabois não devem ser lidos como opiniões individuais, mas como expressão de códigos coletivos que fazem parte de uma cultura política: a cultura política comunista.

O estudo do comunismo como cultura política é capaz de oferecer um ângulo de abordagem fértil. De fato, conforme Motta (2013), o comunismo é um fenômeno importante tanto pela influência que exerceu à esquerda, estimulando a produção de ideias e projetos políticos, assim como inspirando a produção cultural e as artes, quanto por seu impacto à direita, através da bandeira do anticomunismo.

Segundo Serge Bernstein, as culturas políticas surgem nos momentos de crise como resposta da sociedade para os grandes problemas, e se inscrevem nas gerações (Bernstein, 1998. p. 355). Para ele: “A cultura política constitui um conjunto coerente em que todos os elementos estão em estreita relação uns com os outros, permitindo definir uma forma de identidade do indivíduo que dela se reclama” (Bernstein, 1998, p. 350).

Rodrigo Motta salienta que:

Uma definição adequada para cultura política (...), poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (Motta, 2009, p. 21).

Acredita-se que esses fatores auxiliam na compreensão das múltiplas facetas do político, no qual a origem de certas formas de ação ou comportamento não se explica somente pela escolha racional do indivíduo, mas também pela influência de valores e paixões, bem como pela força da tradição ou do costume. Nesse quadro, compreende-se que a exaltação da mulher no espaço doméstico funciona como código simbólico da cultura política comunista do período — cultura marcada por disciplina, hierarquia e centralidade da luta de classes. Sendo assim, este estudo examina como a cultura política comunista se manifestou nas tribunas parlamentares entre 1945 e 1948, período em que o PCB foi novamente colocado na ilegalidade e os

mandatos foram cassados, focalizando as representações da mulher e os mecanismos de exclusão simbólica.

Ainda na análise das fontes da Assembleia Constituinte de 1946, apresenta-se o discurso proferido em 13 de maio de 1946, pelo deputado comunista baiano, Carlos Marighella que vincula a emancipação feminina ao trabalho produtivo:

A mulher só se libertará verdadeiramente quando participar, em igualdade com o homem, da produção. Enquanto depender economicamente, estará sujeita à opressão. É preciso, portanto, integrá-la no trabalho produtivo e organizá-la nas fileiras do Partido” (Anais da Constituinte, 1946, p. 210).

Pelo excerto verifica-se que a posição de Marighella é progressista ao destacar a igualdade no mundo do trabalho, mas reduz a opressão de gênero ao econômico, silenciando dimensões simbólicas e culturais. Como aponta Dias (2018, p. 72), trata-se de um limite recorrente da cultura política comunista: a incorporação tutelada da militância feminina, nos marcos da disciplina partidária e da luta de classes, não como pauta autônoma.

Já em 11 de outubro daquele mesmo ano, o deputado comunista João Amazonas reconhece o avanço do voto feminino, mas o subordina a essa tutela partidária:

O voto feminino representa um passo importante na consolidação da democracia. Mas é dever do Partido orientar politicamente as eleitoras para que não se deixem influenciar pelas forças reacionárias” (Anais da Constituinte, 1946, p. 1542).

Percebe-se neste trecho que a cidadania é admitida, porém condicionada, confirmando o que Scott (1995) conceitua como gênero enquanto relação de poder: o direito existe, mas sua legitimidade depende da “orientação” masculina e/ou partidária.

A imprensa comunista transborda essa mesma gramática. Em 17 de maio de 1946, o *Tribuna Popular* relata uma sabatina realizada com Carlos Marighella com mulheres baianas, na qual ele aponta o feminismo como um falso movimento que se diz disposto a emancipar as mulheres, um movimento de mulheres contra os homens e que era reacionário. Ele aponta que “o único

caminho para uma verdadeira libertação das mulheres é aquele que consiste em procurar organizarem-se e buscarem o povo nos bairros mais abandonados das cidades” (Tribuna Popular, 17/05/1946, p.4).

Demonstra-se nos trechos analisados que quando se tratava das mulheres, os comunistas reconheciam que haviam avanços formais, bem como admitiam as lutas e conquistas femininas, entretanto, dentro de alguns limites. Ao mesmo tempo que eram progressistas, procuravam encaixar as mulheres em padrões e comportamentos ideais dentro da cultura política comunista.

A transformação de mulheres em símbolos, e não em sujeitos políticos, aprofunda a exclusão simbólica. Em 15 de junho de 1945, o *Tribuna Popular* publicou que:

Leocádia Prestes, mãe de Luiz Carlos Prestes, é exemplo de abnegação e coragem. Como madre heroica, sustentou a causa revolucionária mesmo nas horas mais difíceis, inspirando os comunistas de todo o Brasil” (Tribuna Popular, 15/06/1945).

É plausível supor que a homenagem reconhece a figura de Leocádia, mas a vincula ao prestígio de seu filho, Luiz Carlos Prestes. O poder simbólico elencado por Bourdieu opera ao impor uma visibilidade maternal como natural, deslocando a mulher do lugar de agente para o de metáfora (BOURDIEU, 1989, p. 11). Esse tipo de representação reforça a subordinação, ancorando a identidade feminina no capital simbólico masculino.

A leitura de Berstein ajuda a compreender por quê: culturas políticas são sistemas simbólicos que organizam crenças, mitos e imagens. No repertório comunista, a maternidade heroica cumpre função legitimadora, ao mesmo tempo em que limita a mulher ao papel de emblema (Berstein 1998, p. 352).

Com base na análise das fontes apresentadas e na leitura cruzada de discursos parlamentares e imprensa, foi possível concluir que a exclusão simbólica das mulheres integrou a cultura política do PCB no imediato pós-Estado Novo. Grabois, Amazonas e Marighella, cada qual a seu modo, expressam um código compartilhado: a mulher pode ser exaltada, reconhecida e convocada, contanto que permaneça tutelada.

Se, por um lado, a imprensa oficial do PCB reiterou a hierarquia de gênero, por outro, os periódicos femininos evidenciaram seus limites. Como

aponta Soares (2021), nessas publicações mulheres comunistas ou ligadas à esquerda apareciam com maior autonomia — falando de si, pautando demandas próprias e ocupando espaços de direção —, deslocando o foco exclusivo do lar para sindicalismo, educação e participação política.

Dessa forma, este estudo demonstra que o silêncio sobre as mulheres nas tribunas comunistas não foi mero esquecimento, mas opção política que hierarquizou agendas e relegou a pauta de gênero a segundo plano. Ao não reconhecer a mulher como sujeito político autônomo, esse silêncio operou como instrumento de exclusão simbólica, reforçando papéis tradicionais e legitimando uma hierarquia de gênero no interior da cultura política comunista.

Referências

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. Discursos e pronunciamentos: a dimensão retórica da historiografia. In: Pinsky, Carla Bassanezi e Luca, Tânia Regina de (Orgs). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

ANAIAS DA ASSEMBLEIA NACIONAL CONSTITUINTE (1946–1947). *Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946–1947. (Sessão de 05 set. 1946, p. 1234; sessão de 13 maio 1946, p. 210; sessão de 11 out. 1946, p. 1542).

BERSTEIN, Serge. “A cultura política”. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François (org.). *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998. p. 349–365.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **A imprensa periódica como fonte para a história**. São Paulo: Contexto, 2007.

DIAS, Danyele Nayara Santos. “**Como age um verdadeiro deputado do povo e do proletariado?**”: a cultura política comunista expressada por meio da trajetória parlamentar de Carlos Marighella (1945–1948). Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **A cultura política comunista, alguns apontamentos**. In: _____(org.). *Comunistas Brasileiros, cultura política e produção cultural*- Belo Horizonte: UFMG: 2013.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia.** In: _____(org.): Culturas Políticas na História: Novos Estudos. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917–1964).** São Paulo: Editora Perspectiva, 2013. *(confira se é esta a obra citada no corpo do texto; ajuste ano/edição se necessário).*

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71–99, 1995.

SOARES, Paula. **A questão feminina no PCB (1925-1956). As mulheres na cultura política conunista.** Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Belo Horizonte, 2021.

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, **17 maio 1946**, p. 4. *(Sabatina com Carlos Marighella e crítica ao “feminismo”).*

TRIBUNA POPULAR. Rio de Janeiro, **15 jun. 1945.** *(Homenagem a Leocádia Prestes; “madre heroica”).*

DO FOGO DE PROMETEU À INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: A URGÊNCIA DE NOVOS PARADIGMAS SOBRE A INTELIGÊNCIA HUMANA

José Adalberto Cardoso³⁹

Introdução

Neste trabalho, discutiremos a relação entre o ser humano e a técnica e como essa relação tem afetado e modificado o que concebemos como “inteligência” ao longo da história ocidental. Na teogonia de Hesíodo, nos é apresentado o semideus Prometeu que, por amar os homens mais do que os outros deuses, compadeceu-se da fragilidade humana diante da necessidade de sobreviver e enfrentar as intempéries e a brutalidade da natureza. Enquanto os animais eram dotados de força, garras e outros recursos de defesa, ao homem não fora concedida nenhuma capacidade física que o favorecesse. Em um gesto de compaixão, Prometeu oferece o fogo aos homens, para que desenvolvessem a técnica e, por meio dela, criassem ferramentas capazes de auxiliá-los na luta contra as adversidades naturais (Hesíodo, 1991).

Nesse arquétipo da mitologia grega, o poeta Hesíodo identifica e revela aquilo que pode ser visto como a causa primeira da sobrevivência do *Homo sapiens* em relação a outras espécies de homínídeos com as quais coexistiu: a íntima relação entre os seres humanos e a tecnologia. Essa relação não apenas moldou as ferramentas necessárias para enfrentar as dificuldades impostas pela natureza, como também contribuiu para forjar a própria identidade humana.

Em nosso cotidiano, essa relação permanece evidente. Ao identificarmos uma pessoa, não nos limitamos ao seu nome próprio, que isoladamente pouco revela sobre quem ela é, mas recorremos a uma identidade técnica, carregada de significados sociais. Essa identidade é construída a partir das habilidades de manusear instrumentos, aplicar conhecimentos tecnológicos e transformar a natureza. Nessa perspectiva, a inteligência humana é frequentemente reduzida à capacidade de abstrair,

³⁹ Mestre em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: Historiaunimonted2016@gmail.com

planejar e executar transformações materiais, atribuindo-se a ela um valor quase exclusivamente funcional.

Nossa forma de responder à pergunta “quem somos?” muitas vezes passa pela capacidade de dizer “o que fazemos”. Ao perguntarem “quem é aquela pessoa?”, respondemos prontamente: “é um professor”, “é uma enfermeira”, “é um pedreiro”. Assim, a atividade produtiva, a capacidade de transformar a natureza e a habilidade técnica associada à transformação tornam-se elementos centrais da nossa identidade. A condição, denominada por Hanna Arendt como uma “identidade produtiva” (*Homo faber*), constituiu-se como uma das realidades mais evidentes e inquestionáveis ao longo dos diferentes modos de produção da história humana (Arendt, 1997).

No contexto neoliberal, essa associação entre “inteligência” e “produção” é intensificada. Produtores e consumidores tornam-se figuras interdependentes, e o ser humano, com sua capacidade cognitiva e técnica, é posto como um ativo desse sistema, classificado como “capital humano”. Esse capital deve ser treinado e, sobretudo, mensurado, seja por testes psicométricos, seja por avaliações escolares padronizadas (Harvey, 2008).

É nesse ponto que a crítica de Stephen Jay Gould e Pierre Bourdieu se torna central. Gould, ao desmontar a pretensa objetividade das medições de QI e da craniometria nos séculos XIX e XX, revela como essas práticas, sob o manto da ciência, serviram para legitimar hierarquias raciais e sociais (Gould, 2014). Bourdieu, por sua vez, demonstra como a escola atua na reprodução das desigualdades por meio da violência simbólica, naturalizando vantagens e desvantagens que decorrem de capitais culturais desigualmente distribuídos (Bourdieu, Passeron, 1970). Ambos convergem ao denunciar que não existe neutralidade técnica quando o instrumento de medição está a serviço de uma ordem social desigual.

Essa aproximação teórica é fundamental para compreender como, no Brasil, as atuais métricas educacionais e os discursos meritocráticos reciclam antigas formas de exclusão. Apesar das mudanças terminológicas e dos avanços científicos, subsiste a mesma lógica: transformar a inteligência, um fenômeno complexo, social e histórico, em um dado objetivo, mensurável e hierarquizante, adaptado às necessidades de um sistema produtivo que, no

neoliberalismo, exige e valoriza sujeitos que possam ser classificados, ranqueados e otimizados como recursos econômicos.

Diante desse panorama, a questão central que orienta este trabalho é: de que maneira o conceito de inteligência foi historicamente mobilizado como instrumento de regulação, exclusão e legitimação de desigualdades, sobretudo a partir da consolidação do ideário meritocrático nas políticas públicas? Essa pergunta parte do pressuposto de que a inteligência, longe de ser uma categoria neutra e puramente técnica, foi e continua sendo atravessada por interesses econômicos, disputas ideológicas e práticas de distinção social.

Tal perspectiva exige um olhar histórico que permita compreender como conceitos originados em contextos científicos específicos, muitas vezes marcados por pressupostos biologizantes e deterministas, foram apropriados e ressignificados no âmbito educacional, adquirindo novas roupagens, mas preservando funções estruturais de hierarquização. Ao mesmo tempo, busca-se problematizar como o avanço das avaliações padronizadas e das métricas internacionais, especialmente nas últimas décadas, reforçou uma compreensão estreita e mensurável de inteligência, convergente com os princípios da racionalidade neoliberal.

Inteligência, técnica e produção na modernidade

A história da modernidade é inseparável da história da técnica. O desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo a partir das Revoluções Industriais, inaugurou um novo paradigma: a inteligência humana passou a ser identificada, cada vez mais, com a capacidade de calcular, planejar e dominar a natureza por meio do trabalho. O *Homo faber*, descrito por Arendt, tornou-se o ideal de sujeito moderno: racional, produtivo e orientado para transformar o mundo matéria (Arendt, 1997).

Essa concepção de inteligência, profundamente vinculada ao desenvolvimento econômico, não pode ser dissociada do contexto histórico em que surgiu. A industrialização não apenas transformou a economia, mas redefiniu os parâmetros de valor social. O trabalhador passou a ser medido por sua eficiência, disciplina e capacidade de se adaptar às exigências da produção em série. Nesse cenário, a inteligência foi reduzida a uma competência funcional, instrumentalizada em favor da produtividade.

Esse processo teve implicações diretas na educação. A escola moderna, organizada segundo princípios de racionalidade e eficiência, foi concebida como espaço de formação de sujeitos adaptados ao mercado de trabalho. As disciplinas, os currículos e as formas de avaliação foram estruturados para atender às demandas da economia industrial. Nesse sentido, a inteligência foi transformada em “capital humano”, conceito que, embora ganhe força no século XX, já estava implícita no modo como a educação moderna se articulava às necessidades produtivas.

A emergência das métricas de inteligência

No final do século XIX e início do século XX, a tentativa de medir e classificar a inteligência consolidou-se com os primeiros testes psicométricos. Alfred Binet, criador de um dos primeiros testes de QI, buscava identificar dificuldades de aprendizagem, mas seu instrumento logo foi apropriado em outros contextos, adquirindo funções que extrapolavam a pedagogia (Gould, 2014).

A mensuração da inteligência ganhou força em meio a um ambiente científico marcado pelo positivismo e pelas teorias raciais. O QI, transformado em número, passou a legitimar hierarquias sociais e raciais. Supostamente objetivo, o índice servia para reforçar desigualdades históricas, ao naturalizar diferenças produzidas por condições sociais.

Para Gould, a história das ciências da mente é permeada por tentativas de quantificação que, sob a aparência de neutralidade, carregavam pressupostos ideológicos. A craniometria, a frenologia e, posteriormente, os testes de QI revelam o mesmo padrão: a busca por fundamentar desigualdades sociais a partir de critérios biológicos e mensuráveis (Gould, 2014).

Essas práticas não ficaram restritas ao passado. As atuais avaliações em larga escala, como o PISA, o SAEB e o ENEM, por exemplo, ainda que não utilizem diretamente o conceito de QI, mantêm a lógica de reduzir a inteligência a indicadores numéricos. Tais métricas, frequentemente vinculadas a políticas meritocráticas, reproduzem desigualdades ao ignorar as diferenças de capital cultural e social entre os estudantes (Bourdieu, Passeron, 1970).

Inteligência, neoliberalismo e meritocracia

Com a ascensão do neoliberalismo, especialmente a partir da década de 1980, a noção de inteligência como capital humano tornou-se central. Nesse paradigma, cada indivíduo é visto como empresário de si mesmo, responsável por investir em sua própria formação e por maximizar suas competências. A escola, nesse contexto, transforma-se em espaço de treinamento de habilidades úteis ao mercado, e a inteligência é reconfigurada como recurso econômico.

David Harvey observa que o neoliberalismo opera não apenas como política econômica, mas como racionalidade que se infiltra em todas as esferas da vida (Harvey, 2008). Assim, a inteligência deixa de ser compreendida como fenômeno humano complexo e passa a ser avaliada em termos de produtividade, eficiência e retorno econômico. O mérito, então, é apresentado como critério justo e objetivo, mas, na prática, serve para legitimar desigualdades.

Essa lógica encontra ressonância nas políticas educacionais brasileiras. A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/1996) e, posteriormente, dos Planos Nacionais de Educação, observa-se uma crescente valorização das avaliações externas e do controle por indicadores. O discurso da qualidade, muitas vezes, esconde a padronização e a mensuração estreita da inteligência, ignorando dimensões como criatividade, sensibilidade e criticidade.

As críticas da neurociência e das ciências cognitivas

Se para Gould, a tradição psicométrica reduziu a inteligência a índices numéricos, a neurociência e as ciências cognitivas têm apontado para sua complexidade. António Damásio, em obras como *O erro de Descartes*, demonstra que a inteligência não pode ser dissociada das emoções. O raciocínio lógico é indissociável de processos afetivos que orientam nossas decisões e nosso comportamento (Damásio, 1996).

Da mesma forma, Miguel Nicolelis argumenta que a singularidade da inteligência humana reside na plasticidade cerebral e na capacidade de cooperação social, elementos que não podem ser replicados integralmente por máquinas. Essas contribuições reforçam a ideia de que a inteligência é histórica, biológica, cultural e relacional (Nicolelis, 2020).

A teoria das inteligências múltiplas, de Howard Gardner, também contribui para romper com a visão unidimensional. Ao reconhecer diferentes formas de inteligência, linguística, lógico-matemática, espacial, musical, corporal-cinestésica, interpessoal e intrapessoal, Gardner amplia o debate, mostrando que reduzir a inteligência a um único parâmetro é empobrecer sua natureza (Gardner, 2000).

Inteligência artificial e novos desafios

O avanço da Inteligência Artificial (IA) inaugura uma nova etapa na reflexão sobre inteligência. Desde Alan Turing, com a formulação do “teste de Turing”, até os atuais sistemas de aprendizado de máquina, a questão sobre se as máquinas podem “pensar” desafia as concepções tradicionais.

Modelos probabilísticos, como os atuais sistemas de IA generativo, mostram capacidades impressionantes de linguagem e raciocínio. No entanto, como critica Noam Chomsky, essas tecnologias não produzem conhecimento real, mas apenas replicam padrões estatísticos. Falta-lhes intencionalidade, consciência e historicidade, características que marcam a inteligência humana (Chomsky, 2023).

O risco, entretanto, é que a sociedade naturalize a equivalência entre inteligência humana e artificial, reforçando ainda mais a tendência de reduzir a inteligência a cálculo e eficiência. Isso pode intensificar processos de exclusão e precarização, especialmente no mundo do trabalho, onde máquinas passam a ocupar funções antes atribuídas ao ser humano.

A urgência de novos paradigmas educacionais

A educação, diante desse cenário, precisa ser repensada. A manutenção de práticas avaliativas que reduzem a inteligência a índices de desempenho não é compatível com a complexidade do fenômeno humano. É urgente superar o paradigma produtivista e abrir espaço para concepções que integrem razão, emoção, criatividade, cultura e historicidade.

Inspirados em Bourdieu, Gould, Damásio e Nicoletis, defendemos que a inteligência deve ser compreendida não como atributo individual fixo, mas como construção social, cultural e biológica. As políticas públicas precisam

considerar essa complexidade, evitando reforçar desigualdades sob o manto da meritocracia.

Nesse sentido, a escola deve ser espaço de desenvolvimento integral, capaz de valorizar diferentes formas de inteligência e promover a equidade. Somente assim será possível enfrentar os desafios do presente, em que a técnica, como no mito de Prometeu, continua a oferecer possibilidades, mas também riscos de desumanização.

Considerações finais

Ao percorrer a trajetória histórica do conceito de inteligência, observamos que ele nunca foi neutro. Desde a antiguidade até a era da inteligência artificial, a inteligência foi definida e redefinida segundo os interesses de cada época. No neoliberalismo, ela se converte em capital humano, instrumento de regulação e exclusão.

Diante disso, torna-se fundamental recuperar a dimensão humana da inteligência, compreendendo-a como fenômeno que envolve razão, emoção, história e cultura. Mais do que medir, classificar ou ranquear indivíduos, a educação deve promover condições para que cada sujeito desenvolva suas potencialidades em diálogo com a coletividade. Assim, retomamos o mito de Prometeu: o fogo, símbolo da técnica, pode iluminar ou destruir. A responsabilidade de nossa geração é decidir se a inteligência, humana ou artificial, será usada para aprofundar desigualdades ou para construir uma sociedade mais justa e solidária.

Referências

ARENDT, Hanna. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1970.

CHOMSKY, Noam; ROBERTS, Ian; WATTERS, Josh. **The false promise of ChatGPT**. The New York Times, 2023.

DAMÁSIO, António. **O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1996.

GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente**: a teoria das inteligências múltiplas. Porto Alegre: Artmed, 2000.

HESÍODO. **Teogonia: A Origem dos Deuses**. Estudo e tradução de Jaa Torrano. São Paulo: Iluminuras, 1991.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo**: História e Implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

GOULD, Stephen Jay, **A falsa medida do homem**. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

HARARI, Yuval Noah. **Sapiens**: uma breve história da humanidade. São Paulo: L&PM, 2015.

NICOLELIS, Miguel. **O verdadeiro criador de tudo**. São Paulo: Planeta, 2020.

NICOLELIS, Miguel. **O cérebro autônomo**: do entendimento das funções cerebrais à construção de novos paradigmas. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ENTRE A FEIRA E O LAR: A LONGA JORNADA DE TRABALHO DAS MULHERES FEIRANTES EM CAETITÉ - BAHIA

Jumara Carla Azevedo Ramos Carvalho⁴⁰

Introdução

A feira constitui-se como um espaço plural, dinâmico, no qual diferentes sujeitos, práticas e temporalidades se entrelaçam cotidianamente. Mais do que um local de comércio, é também um cenário de encontros, conversas, manifestações artísticas, trocas culturais e narrativas de memórias. Nesse ambiente diversas trajetórias se cruzam, contribuindo não apenas para o sustento familiar e/ou pessoal, mas também para a economia local. Como observa Braudel (1998, p. 6), a feira configura-se como “um centro natural da vida social”, revelando-se, ao mesmo tempo, um lugar de trabalho, redes de sociabilidades, disputas, identidades, formas próprias de resistência e pertencimento.

É nesse contexto que se inscreve a trajetória das mulheres feirantes, cujo trabalho, também, sustenta e organiza o cotidiano da feira, na Praça do Mercado, em Caetité, Bahia. A análise desse cotidiano inserido em atividades econômicas de caráter público, revela um ambiente marcado por desigualdade de gênero, precarização das condições laborais, reprodução de hierarquias sociais e extensas jornadas de trabalho dentro e fora da feira. Ao mesmo tempo, essas mulheres acumulam responsabilidades domésticas e familiares, assumindo, em muitos casos, a função de provedoras na luta diária pela sobrevivência.

O cotidiano e o trabalho das mulheres feirantes

“Eu trabalhei na feira por quase trinta e dois anos. Iniciei por necessidade. Porque a gente chegou para aqui com esses meninos tudo para estudar. Não tinha outro meio para ajudar. Aí eu comecei a fazer bolo em casa e entregava nos bares. Depois eu mudei para salgados [...] entregando no bar muito

⁴⁰ Doutoranda em Desenvolvimento Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: jumaracarla@yahoo.com.br

tempo. Depois eu resolvi ir para a feira, colocar barraca na feira⁴¹”.

O fragmento acima evidencia a trajetória de dona Hilda de Carvalho Silva como feirante. Ao mudar para Caetité com a família ela utilizou dos saberes culinários, na arte de fazer bolos e salgados em casa e entregar nos bares da cidade como uma forma inicial de ajudar no sustento da casa e na criação dos filhos que se encontravam em idade escolar. Depois resolve colocar barraca na feira e permanece nesse espaço por quase trinta e dois anos.

A decisão de atuar na feira não se apresenta como um projeto planejado, mas como uma necessidade de gerar renda para o sustento familiar. Essa estratégia⁴² de sobrevivência acionada diante das responsabilidades com a educação dos filhos fez com que a mãe, dona Hilda, também acumulasse funções domésticas ao longo de todos esses anos em que estava na feira trabalhando. O relato ilustra não apenas a sobrecarga de trabalho, mas também a agência feminina, expressa na capacidade de transformar habilidades cotidianas em fonte de renda, reorganizando o tempo e o espaço a partir de demandas familiares. Assim, a feira emerge não só como um espaço econômico, mas também como território de resistência, de construção de pertencimento e de redefinição dos papéis de gênero na dinâmica local.

No caso das mulheres feirantes a realidade se manifesta na dupla — ou até múltipla — jornada, em que o labor na feira se iniciava ainda de madrugada: “Tinha vez que eu chegava três horas da manhã, quatro horas” como afirma a colabora: Carmelita Maria de Jesus Ramos⁴³ e suas funções eram acrescidas entre o vender e o cuidar, como narra a feirante Hildete de Carvalho Souza⁴⁴: Levava estas crianças para lá e por lá eu fazia comida e vendia. Ia para feira mais eu”. Essas ações revelam-se como múltiplas práticas

⁴¹ Entrevista concedida por dona Hilda de Carvalho Silva, em 4/02/2022.

⁴² Segundo Certeau (1998, p. 99) a estratégia é o “cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio e ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças”.

⁴³ Entrevista concedida em: 02/05/2022.

⁴⁴ Entrevista concedida em: 04/05/2022.

são reapropriadas pelas mulheres no espaço da feira, recriando-o e ressignificando-o para além da lógica da produção socioeconômica dominante.

Essas funções acarretaram desde cedo redes de sociabilidades entre os familiares, principalmente entre as filhas mais velhas que “ajudavam” a mãe a “olhar” os outros irmãos: “As meninas já era grandinha. Elas que me ajudava. Um olhava o outro. Era uma escadinha, 11 filhos, gêmeos e tudo. É! Foi uma luta, mas graças a Deus eu venci, nunca faltou nada⁴⁵”. Com uma prole de onze filhos era preciso dividir as tarefas reforçando a “persistente” divisão sexual do trabalho – as mulheres cabiam as funções do lar e do cuidado – a esfera reprodutiva e aos homens – a esfera produtiva.

No entanto, é evidente que a família participou ativamente das tarefas rotineiras, abrangendo mulheres, homens e crianças marcando presença no mercado público e reforçando as conexões interpessoais estabelecidas entre eles. Sendo assim, a inserção das mulheres no espaço público não eliminou as desigualdades estruturais que marcam suas vidas: ao contrário, acumularam-se sobre elas a sobrecarga de tarefas, expressando as contradições sociais de gênero e de classe em um espaço de visibilidade do trabalho feminino, mas também do trabalho informal.

Analisar o trabalho feminino em setores informais, percebidos como alternativas precárias de trabalho onde estes sujeitos estão expostos as mais diversas situações de preconceito, discriminação, desigualdade e vulnerabilidade é ao mesmo tempo dar visibilidade a essas feirantes que ao saírem do espaço privado se libertavam dos “rótulos de mulheres submissas e senhoras do lar” (Perrot, 1998) e se inseriam em locais públicos – a exemplo da feira, em Caetité – Bahia, em busca de trabalho e estratégias de sobrevivência como forma de garantir o sustento familiar e/ou pessoal, a autonomia e os recursos financeiros oriundo do seu trabalho como feirante perpassando por uma análise interseccional que “considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente” (Collins; Bilge, 2021, p. 15) a partir dos estudos produzidos através das narrativas orais.- história oral de vida.

⁴⁵ Hildete de Carvalho Souza. Entrevista concedida em: 04/05/2022.

Nessa perspectiva, a história oral constitui-se como “um campo aberto à produção de conhecimentos sobre diferenças” (Meihy; Ribeiro, 2011, p. 28). Nessa direção, é sobre essas diferenças instituídas na feira livre que analisaremos o cotidiano e o trabalho, contado a partir de diferentes sujeitos e de diferentes histórias, visto que: “Esses ‘eus’ podem se inscrever socialmente por meio de suas histórias até então pouco expostas e, dessa forma, evidenciar personalidade política, atuação social, cultural e econômica” (Meihy; Ribeiro, 2011, p. 28). Logo, neste estudo, a História Oral de vida norteará a pesquisa, que, conforme José Carlos Sebe Meihy (1996, p. 147), “trata-se da narrativa do conjunto da experiência de vida de uma pessoa” ela possibilita a percepção de aspectos mais subjetivos das experiências das colaboradoras, por isso representa o retrato oficial das depoentes. Nesse sentido, ainda conforme Meihy (1996, p. 148), “a ‘verdade’ está na versão oferecida pelo narrador, que é soberano para revelar ou ocultar casos, situações e pessoas”. Essas histórias serão contadas por meio das narrativas orais das feirantes, através de entrevistas semiestruturadas. Por isso, faz-se necessário conhecer, convencer, sem coagir, e ainda informá-los sobre a pesquisa e o retorno que o estudo trará para os conhecimentos produzidos em torno do trabalho e do gênero.

Possíveis considerações

Conclui-se, até aqui, que o trabalho das mulheres feirantes em Caetité, Bahia, é atravessado por múltiplas funções, que exigiram delas não apenas resiliência, mas também a criação de estratégias próprias de organização do tempo e do espaço, construídas e partilhadas, ao longo dos anos, entre familiares, colegas e fregueses. Apesar dos inúmeros desafios, essas mulheres formaram redes de apoio, compartilharam saberes e desenvolveram práticas de resistência que possibilitaram sua permanência na feira por mais de três décadas. Nesse percurso, enfrentaram dificuldades estruturais, instabilidade financeira, ausência de reconhecimento de direitos trabalhistas, condições adversas de trabalho, informalidade, desigualdade de gênero e diferentes formas de violência, somada a uma jornada de trabalho extensa entre a feira e a casa. Ao mesmo tempo em que, reafirmaram a centralidade do trabalho feminino, garantindo não apenas o sustento familiar, mas também contribuindo de maneira significativa para a economia local e para a configuração social da

feira. Por se tratar de uma pesquisa em andamento, novas análises poderão aprofundar a compreensão sobre as dinâmicas sociais, históricas e econômicas que envolvem a atuação dessas mulheres, bem como os sentidos de agência, pertencimento e resistência que constroem a partir de suas trajetórias.

Referências

BRAUDEL, Fernand. **Os jogos das trocas**. V. 2. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2011.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

MEIHY, J. C. S. B.; RIBEIRO, S. L. S. **Guia Prático de História Oral**. São Paulo: Contexto, 2011.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de História Oral**. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros**. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

SANTOS, Paulo Henrique Duque. **Cidade e Memória: Dimensões da Vida Urbana – Caetité 1940-1960**. Dissertação (Mestrado em Memória Social) - UNRIO, Rio de Janeiro, 2001. 194f.

ENTRE A REFORMA E A RESISTÊNCIA: O SURGIMENTO DO NACIONALISMO EM JOSEON NO SÉCULO XIX

Lucas Santos Gomes⁴⁶

Introdução

O nacionalismo e o processo de construção de uma identidade nacional foram centrais para a criação do mundo contemporâneo. Logo, vários estudos e pesquisas são feitas visando entender esse fenômeno, porém, tem se tornado cada vez mais importante repensar esses trabalhos fora da visão clássica eurocentrista, que acaba não sendo suficiente para explicar o surgimento do nacionalismo fora do mundo ocidental. Sendo assim, o caso da península coreana apresenta suas especificidades frente ao modelo tradicional de compreensão do nacionalismo.

Por quase toda metade final do século XIX e a virada do século XX, o reino de Joseon passou por um intenso processo de transformação sociopolítico, causado principalmente pelas influências imperialistas na península feitas por estados como o chinês, japonês e russo. Como diz Kim Key-hiuk, a política exclusivista coreana foi encerrada a força pelo Japão em 1876, no tratado de Ganghwa, que abriu os portos de Joseon para o mundo moderno (Kim, 1980). Nesse contexto, grupos reformistas e de resistência surgiram, com os ideais de reestruturar a política e a sociedade Joseon, modernizando o reino e resgatar a independência da península frente as ameaças imperialistas.

Desse modo, esse texto tem como objetivo analisar o surgimento do nacionalismo coreano no século XIX, considerando a visão reformista e a resistência ao imperialismo promovida pelos grupos da elite política, bem como pelas camadas populares. Para isso, foi necessário o diálogo com estudiosos do nacionalismo como Gellner, Fanon e Anderson, permitindo fazer leituras sobre o surgimento do nacionalismo como produto da modernidade, da luta anti-imperialista e do uso de simbolismos e linguagem vernacular. Desse modo, partimos da hipótese que a construção de identidade coreana e o nascimento

⁴⁶ Mestrando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: lsantosgomes30@gmail.com

do sentimento nacional não ocorreu por causa de homogeneidade cultural presente na península coreana, mas sim como fruto de um sentimento de luta contra a dominação estrangeira, assim como um desejo de modernizar o reino de Joseon.

Discussão Teórica

Para a realização deste escrito, foi necessário embasar-se em vários autores que escreveram sobre o surgimento do nacionalismo e a formação de estados nacionais. Ademais, como a hipótese de que o nacionalismo coreano surgiu como um movimento de resistência às ações imperialistas, é importante o debate com autores que formularam sobre o anticolonialismo e o nacionalismo como movimento de resistência.

Segundo Ernest Gellner, o surgimento do nacionalismo está diretamente ligado ao estabelecimento da sociedade industrial, pois a sociedade agrária não seria um campo propício ao advento do sentimento nacionalista, já que “gera unidades políticas mais pequenas ou maiores do que as fronteiras culturais indicariam” (Gellner, 1983, p.60). o autor continua dizendo que muito raramente um estado dinástico que era composto por uma única língua ou cultura foi produzido pelas sociedades agrárias (Gellner, p.60), mas esse era o caso da península coreana durante o reinado da dinastia de Joseon, como dito por Shin Gi-wook:

A Coreia, ao contrário de outros países, manteve por muito tempo uma comunidade política coesa dentro de uma fronteira territorial estável, com uma burocracia agrária bem estabelecida. Além disso, a Coreia teve uma nação étnica, protonacional ou histórica bastante homogênea, se não uma nação no sentido moderno, durante séculos (Shin, 2006, p.18).

O reino de Joseon, diferentemente da maior parte dos exemplos de sociedades agrárias citados por Gellner, manteve por séculos uma relativa convergência cultural e política (Gellner, p.60), com uma língua, uma burocracia agrária centralizada e um território estável. No entanto, essa homogeneidade não resultou, por si só, no surgimento de um nacionalismo, pois o sentimento nacionalista coreano emerge apenas em um contexto posterior de crise e ameaça externa, quando determinados grupos passam a

mobilizar essa identidade cultural como instrumento de reforma e resistência, como o próprio Gellner afirma:

Mas o nacionalismo, embora se apresente como o despertar de uma força antiga, oculta e adormecida, na realidade não o é. É consequência de uma nova forma de organização social baseada em culturas profundamente interiorizadas e dependentes da educação, cada uma protegida pelo seu respectivo Estado (Gellner, p.69).

No caso coreano, entretanto, essa "nova forma de organização social" não se dá a partir da industrialização ou da formação de um Estado nacional moderno, e sim como resposta ao imperialismo e à colonização, sendo o nacionalismo instrumentalizado como movimento anticolonial.

Segundo Gellner "O nacionalismo está também relacionado com os processos conhecidos como colonialismo, imperialismo e descolonização." (Gellner, p. 63), o que é inserido no contexto da península coreana no final do século XIX. Contudo, é em Frantz Fanon que é possível pensarmos em uma análise da resistência ao imperialismo como forma de nascimento de um movimento nacionalista. Por mais que Fanon tenha escrito sobre lutas anticoloniais na África após a segunda guerra mundial, sua tese pode ser estendida para o reino de Joseon. Sobre a luta anticolonial e o nacionalismo, Fanon diz "Que o combate anticolonialista não se inscreve sem dificuldade numa perspectiva nacionalista, é precisamente o que a história nos ensina" (Fanon, 1968, p.123), ou seja, os grupos de resistência a dominação japonesa na Coreia, como o clube da independência e o exército dos justos, ao lutarem politicamente ou até militarmente pela soberania coreana, acabaram por construir as bases de um discurso nacionalista. Ainda que essas organizações não partissem, inicialmente, de um projeto nacionalista plenamente estruturado nos moldes do Estado-nação moderno, como ressalta Fanon, a luta contra o colonizador inevitavelmente desperta e reforça a consciência nacional. O enfrentamento ao domínio imperial japonês, portanto, proporcionou o terreno necessário para que a identidade coreana fosse mobilizada como um instrumento de resistência e, posteriormente, como um projeto de afirmação nacional. Assim, o nacionalismo coreano surge não apenas como reação à ameaça de ocupação estrangeira, mas também como um processo de

reorganização social e cultural frente ao risco da aniquilação da própria identidade.

As análises de Benedict Anderson sobre a língua, em seu livro *Comunidades Imaginadas*, também são fundamentais para compreender o nascimento do nacionalismo na Coreia, sobretudo no período de transição do século XIX para o XX, quando ocorre a substituição gradual do uso do mandarim pelo Hangul (coreano). Esse processo representou mais do que uma mudança linguística: tratou-se de uma afirmação cultural e política, na medida em que o idioma vernacular passou a ser um dos principais símbolos da identidade nacional coreana e da resistência à dominação estrangeira. Segundo Anderson “[...] as línguas antigas línguas administrativas eram apenas isso: línguas usadas pelo e para o funcionalismo, e para a sua própria conveniência interna (Anderson, 2008, p.77), ou seja, não havia uma imposição do mandarim como língua oficial da dinastia de Joseon, mas sim seu uso como linguagem da burocracia da elite yangban e sua relação com o império chinês, assim o coreano passa a ser utilizado na imprensa pelos grupos reformistas como uma forma de criar uma identidade coreana frente as ameaças estrangeiras.

Dessa forma, diante das discussões apresentadas, é possível perceber que o surgimento do nacionalismo na Coreia não pode ser compreendido apenas a partir das teorias clássicas que o vinculam ao advento da industrialização, como propôs Ernest Gellner. Nesse sentido, a leitura de Frantz Fanon oferece uma chave interpretativa mais adequada, ao enfatizar o nacionalismo como resposta histórica à opressão imperialista. Complementarmente, as reflexões de Benedict Anderson sobre as “comunidades imaginadas” ajudam a entender como a preservação e o fortalecimento da língua coreana desempenharam papel central nesse processo. Assim, o nacionalismo coreano não surgiu de uma força latente ou de uma tradição contínua, mas foi construído a partir da experiência histórica de colonização, da resistência cultural e da necessidade de reafirmar a soberania simbólica e política do povo coreano frente à ameaça do apagamento identitário.

O Nacionalismo Coreano em Construção

Após a abertura forçada do reino de Joseon pelos Império do Japão em 1876, uma crescente influência de ideias vindas da ilha ao lado, mas também do ocidente, penetrou dentro da península, e entre elas estava a noção moderna de Estado-Nação e nacionalismo. O autor Michael Robinson constata que os primeiros movimentos que se assemelham ao nacionalismo surgiram por volta de 1860, sendo coordenados por membros da elite da dinastia de Joseon, como uma forma de revitalizar o governo e manter a autonomia política e cultural (Robinson, 2014, cap.1). Contudo, após 1880, o autor comenta que:

uma nova elite progressista surgiu se opondo a essa abordagem. Os progressistas também desejavam preservar a autonomia política coreana, mas suas visões sobre o que constituía a nação e quais meios eram necessários para atingir esse objetivo eram profundamente diferentes (Robinson, 2014, cap.1).

Dessa maneira, logo nos primeiros anos de interferência externa no reino de Joseon, membros da elite coreana começaram a desenvolver um sentimento nacional, como forma de evitar mais intervenções estrangeiras e fortalecer o estilo de governo tradicional da península. Porém, o contato com as ideias ocidentais, parte dessa elite vai entender que para o fortalecimento do estado coreano, era necessário reformas que possibilitassem a criação de um estado-nação (Robinson, 2014, cap.1).

Por mais que as elites é que dominassem o debate sobre o nacionalismo naquele período, não significa que a população geral, especialmente a camponesa, estivesse alheio ao surgimento de um sentimento nacional. Após 1876, a presença de missionários, comerciantes e de tropas militares passaram a ser frequentes na península, o que levou ao descontentamento da população, que passou a ver as ações estrangeiras como uma ameaça a sociedade (Robinson, 2014, cap.1). A rebelião Tonghak de 1894-95 é um dos marcos do sentimento anti-estrangeiro e, para Robinson, um marco do nascimento do nacionalismo de massa na Coreia (Robinson, 2014, cap.1).

A primeira ação de um grupo protonacionalista em Joseon foi em 1884, no chamado golpe de Kapsin. Um grupo progressista, conhecido como Kaehwadang, insatisfeitos com a lenta modernização do estado coreano, viam no Japão um exemplo a ser seguido, e com apoio de tropas japonesas,

tentaram dar um golpe de estado. Entretanto, com ajuda da dinastia Qing, o governo coreano evitou retomou o controle e depois de três dias o golpe foi desmantelado. Robinson aponta que a justificativa patriótica dos golpistas ficou em cheque ao aliarem-se com agentes japoneses (Robinson, 2014, cap.1), porém, Shin Gi-wook nota que durante o conturbado período do final do século XIX, junto com a crescente nacionalista, também existia os chamados pan-asianistas, que de acordo com Shin “Para eles, a cooperação e a solidariedade entre a raça amarela, e particularmente os povos da China, Japão e Coreia, seriam necessárias para defender não apenas a região, mas a própria Coreia” (Shin, 2006, p.30-31). Portanto, os participantes do golpe de Kapsin ainda estavam inseridos dentro do nacionalismo, mas diferentemente da elite conservadora, eles tinham uma visão alinhada ao transnacionalismo, observando uma espécie de irmandade entre os estados do leste asiático, que juntos se modernizariam frente ao ocidente. Desse modo, as primeiras visões nacionalistas em Joseon, ainda que tivessem um sentimento anti-estrangeiro, estavam mais focados em uma modernização política e social do reino, como forma de alcançar o patamar japonês e ocidental. Assim podemos dizer que essa primeira onda nacionalista é possível de encaixar nas análises de Gellner, pois o sentimento nacional aparece quando uma elite quer estabelecer um estado moderno capitalista.

Após a crise do golpe de Kapsin, Joseon passou 10 anos sob vigilância chinesa, até que em 1904-05, a rebelião Tonghak e a guerra sino-japonesa tiveram início, marcando novas ações do sentimento nacionalista coreano. Shin diz que:

Os nacionalistas coreanos aceitaram a premissa básica de um sistema mundial moderno de nações-estado e o princípio darwinista social do mundo como uma arena de lutas entre nações e raças. No entanto, na opinião deles, o mundo atual era uma arena de luta entre o imperialismo e o nacionalismo, e não entre raças (Shin, 2006, p.35).

Sendo assim, o nacionalismo coreano vai ser dominado a partir da década de 1890 por um sentimento anti-imperialista e de resistência as ações coloniais, principalmente as do Império Japonês. Entretanto, é importante

ressaltar que o pensamento pan-asianista e o nacionalismo, por mais que fossem antagônicos, coexistiram durante os anos de crise do reino de Joseon.

Antes da virada do século, duas grandes representações do nascimento do nacionalismo coreano surgem, a rebelião Tonghak e o clube da independência. Como dito no tópico anterior, o movimento Tonghak teve início na população camponesa, que descontente com o governo e com o aumento da presença de estrangeiros, pressionaram por reformas políticas e sociais, visando melhorar a vida da população e evitar a interferência estrangeira. Segundo Robinson, apesar de poder ser classificada apenas como um conservadorismo anti-estrangeiro, ela possui características únicas que a transformam em um movimento patriótico, como o autor constata:

Representou uma reação em massa às amplas mudanças na vida rural provocadas pela intrusão do capitalismo na forma de corretores de arroz japoneses, comerciantes chineses e comerciantes ocidentais. Também sinalizou a insatisfação em massa com a aparente incapacidade do governo coreano de impedir a invasão política e econômica estrangeira (Robinson, 2014, cap.1).

Além disso, mesmo após a derrota da rebelião, o pensamento Tonghak não deixou de existir, influenciando grupos nacionalistas, como o Exército dos Justos, que levaram a luta armada contra o Japão após o início da ocupação japonesa em 1905 (Robinson, 2014, cap.1).

Logo após a derrota da rebelião Tonghak e o início das reformas Kabo, um movimento da elite progressista e reformista foi criado, o clube da independência (Dongnip Hyeophoe), porém diferentemente do Kaehwadang, o clube não tinha interesse em nenhum tipo de ligação com o Japão ou nações estrangeiras, pois a visão do clube era “O caminho para a força nacional residia na manipulação dos símbolos nacionais para incentivar o apoio público patriótico ao governo, bem como na reforma do sistema político seguindo o modelo ocidental do Estado-nação (Robinson, 2014, cap.1). Com a crise que o reino de Joseon enfrentava, o principal ideal do clube era a independência coreana frente a interferência imperialista de impérios como japonês e o russo. Liderados por So Jae-pil, o clube passou a comunicar com tanto a elite reformista quanto com a população geral, buscando conseguir a maior

quantidade de apoio possível. De acordo com Robinson, o clube ganhou notoriedade entre a população, mas também entre o governo, recebendo aprovação do Imperador Gojong (Robinson, 2014, cap.1). Porém, nem toda ação do clube foi bem vista pela elite e governo de Joseon, pois, junto com a criação do clube, So Jae-pil criou o jornal “O Independente” (Dongnip Sinmun), onde ele escrevia sobre os ideais do clube e pedia reformas políticas e a luta contra a influência estrangeira em Joseon (Robinson, 2014, cap.1). So, publicava os jornais em coreano (Hangul), que por mais que fosse a língua falada no reino, a utilizada pela classe yangban e pela corte era o mandarim, causando desconforto entre a elite e o clube. Segundo Robinson, a utilização do Hangul como a língua do jornal era para facilitar o acesso das massas ao jornal, consequentemente contribuindo para o desgosto da elite para o clube e o jornal. O Clube da independência, que no início recebeu apoio real, foi encerrado por volta de 1898, pois as ideias de So e do clube passaram a serem vistos como antimonárquicos, como diz Robinson “Os conceitos de monarquia constitucional e transição para um governo representativo estavam presentes nos escritos do clube” (Robinson, 2014, cap.1). Mesmo com sua pequena duração, o clube da independência foi extremamente importante para a política e para o surgimento de um sentimento de identidade nacional na península coreana, consoante com o que Robinson cita “A ideologia e as táticas do Clube da Independência marcaram o advento do nacionalismo moderno na Coreia” (Robinson, 2014, cap.1).

Desse modo, percebemos que após o fracasso do golpe de Kapsin e o aumento das ações imperialistas no reino de Joseon, um forte sentimento anticolonial e anti-imperialista tomou conta dos ideais de certos grupos. Além disso, a maneira que o clube da independência e o jornal independente utilizaram dos simbolismos e da língua vernacular como uma forma de criar um sentimento nacional de identidade coreana frente aos avanços estrangeiros, podemos dizer que o nacionalismo coreano teve seu advento no final do século XIX, como forma de reformar a política do reino frente ao novo mundo que a Coreia foi inserida, mas principalmente, como instrumento de luta anti-imperialista frente aos impérios que o cercavam, como o Chinês, o Russo e o Japonês.

Considerações Finais

Como demonstrado, a análise do surgimento do nacionalismo coreano no final do século XIX evidencia como o período possui grande complexidade, especialmente pela presença de diversos acontecimentos históricos. Dessa forma, percebemos que o nacionalismo em Joseon apareceu primeiro como um projeto de reforma política e social, porém, o sentimento anti-imperialista é que vai alavancar o nascimento de um sentimento nacional moderno na península coreana.

As teorias e análises escritas por Gellner, Fanon e Anderson nos permite compreender os conceitos sobre o surgimento do nacionalismo. Enquanto para Gellner o nacionalismo é um produto do capitalismo e do surgimento na modernidade das sociedades industriais, Fanon apresenta uma leitura vinculada a luta anticolonial e o nacionalismo como resistência à ocupação estrangeira. Já Anderson contribui com a análise da cultura impressa e do uso da língua vernacular, como forma de criação das “comunidades imaginadas” e da identidade nacional.

Desse modo, o Clube da Independência e o movimento Tonghak, indica como que o nacionalismo na península coreana surge em um contexto histórico de crise, com movimentos de reforma se encontrando com a luta pela resistência e autonomia coreana frente as ações imperialistas. Assim, o nacionalismo na Coreia não surgiu como uma continuidade natural da homogeneidade cultural existente no período dinástico, mas como um movimento ativo e construído historicamente, resultado das pressões externas e das contradições internas vividas pelo reino de Joseon na virada do século XIX para o XX.

Referências

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GELLNER, Ernest. **Naciones y nacionalismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

KIM, Key-hiuk. **The Last Phase of the East Asian World Order**: korean, japan and the chinese empire, 1860-1882. Los Angeles: University of California Press, 1980.

ROBINSON, Michael Edson. Modern Korean Nationalism. In: ROBINSON, Michael Edson. **Cultural Nationalism in Colonial Korea, 1920–1925**. Seattle: University of Washington Press, 2014. p. 232.

SHIN, Gi-wook. **Ethnic Nationalism in Korea**: genealogy, politics, and legacy. Stanford: Stanford University Press, 2006.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ENTRE FREYRE E BOURDIEU: RACISMO E DISCURSO NO GOVERNO BOLSONARO

Stéfane Marta Ferreira Cardoso⁴⁷

Gustavo Elian Siqueira Montes⁴⁸

Os usos do racismo estrutural como uma das plataformas de bolsonaro

A noção de que o Brasil é um país marcado pela interação harmoniosa entre diferentes grupos foi amplamente difundida ao longo do tempo, especialmente por meio das obras de Gilberto Freyre. Freyre (1900-1987) foi um importante sociólogo e antropólogo brasileiro, amplamente reconhecido por sua obra *Casa-Grande & Senzala*, publicada em 1933, na qual analisou a formação social e cultural do Brasil. Além dessa, o escritor teve outras produções como: *Sobrados e Mucambos*, *Ordem e Progresso* e *Interpretação do Brasil*, que tiveram grande importância para os estudos sobre a sociedade brasileira (Campos, 2023). Portanto, este trabalho analisa como o governo Bolsonaro utilizou e distorceu essa ideia, associando-a a um discurso conservador que nega o racismo e reforça estigmas. Com base na teoria de Pierre Bourdieu, propõe-se uma leitura que identifica as estratégias simbólicas e os mecanismos sociais que sustentam esse discurso político.

No contexto do governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o mito da democracia racial foi fortalecido e ressignificado por meio de discursos politicamente incorretos e de um populismo reacionário que nega debates sobre desigualdade racial e direitos das minorias. Consequentemente, o governo se apropriou de discursos e narrativas que desconsideram as desigualdades raciais e promovem uma visão de Brasil sem conflitos raciais. Um exemplo dessa postura é a declaração do ex-presidente sobre caso de racismo no futebol, em que minimizou a gravidade do ocorrido ao afirmar:

— Tem racismo? Tem. Mas não dessa forma — afirmou, completando em outro momento: — Você lembra de um jogo de futebol? Era um goleiro do Santos, lá em Porto Alegre. Santos e Grêmio. Era o Aranha. E tinha uma loira com outro

⁴⁷ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista Capes. E-mail: stefanemartafferreira@gmail.com

⁴⁸ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: ogustavoelian@gmail.com

afrodescendente do lado falando a mesma coisa. Xingando o Aranha. Ela foi enquadrada como racismo. Pô, no estádio, eu sei que você não deve fazer isso. Mas do lado estava um coro criticando o Aranha que levaram a vida dessa menina pra desgraça. Não estou defendendo a menina, mas a forma como foi tratado o assunto não é o correto, é o exagero⁴⁹.

Neste trecho, Bolsonaro subverte o papel do algoz, vitimizando a autora do delito de racismo, quando atenuou a gravidade do preconceito ao se considerar o lugar onde a responsável pela injúria estava. Esse tipo de discurso é um exemplo claro de como o Governo Bolsonaro usava a retórica para difundir ideias de maneira massiva por meio das mídias, com o objetivo de moldar e consolidar a percepção pública.

Além disso, para compreender essa estratégia discursiva, é relevante considerar as contribuições de Pierre Bourdieu, que aponta a existência de formas sutis de dominação, exercidas por meio de mecanismos simbólicos. A chamada violência simbólica ocorre quando os valores e perspectivas dos grupos dominantes são apresentados como universais e legítimos, sendo aceitos de forma acrítica pelos grupos subordinados (Bourdieu, 1990, p.163). No caso do bolsonarismo, a repetição de enunciados como “o Brasil não é racista” ou “todos são iguais” desconsidera os efeitos históricos da desigualdade racial e opera na produção de um imaginário que naturaliza essas assimetrias, dificultando seu reconhecimento enquanto problema social.

Em vista disso, para entender como esses discursos são construídos e como influenciam a forma como as pessoas percebem a realidade, é importante considerar a análise do discurso. Essa análise parte da ideia de que a linguagem não é neutra e que o modo como falamos está ligado à história e aos interesses de quem constrói os discursos. Conforme descreve Eni Orlandi no livro *Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos*:

Cada um tem sua especificidade. Por outro lado, a Análise de Discurso pressupõe o legado do materialismo histórico, isto é, o de que há um real da história de tal forma que o homem faz história mas esta também não lhe é transparente. Daí, conjugando a língua com a história na produção de sentidos, esses estudos do discurso trabalham o que vai-se chamar a forma material (não abstratamente como a da linguística) que é uma forma encarnada na história para produzir sentidos: esta

⁴⁹<https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/09/bolsonaro-faz-piadas-de-cunho-machista-e-di-z-queracismo-nao-existe-da-forma-como-falam-no-brasil.ghtml>. Acesso em 29 de mar. 2025.

forma é portanto linguístico histórica (Orlandi, 2012, p.19).

Isso quer dizer que a linguagem está conectada ao contexto histórico e, a mensagem, portanto, não pode ser compreendida por si, sozinha. Por isso, os discursos não apenas refletem a realidade, mas ajudam a construir e decodificar, dando significado ao mundo que nos cerca. Quando o governo minimiza o racismo e diz que algumas punições são exageradas, ele corrobora a retórica de democracia racial, atenuando o racismo, o que deslegitima a necessidade de políticas públicas para combater o problema.

Nesse processo, como observa Pierre Bourdieu (2003, p. 155–156), os discursos circulam em campos sociais como a política, a religião e a mídia, onde diferentes grupos disputam o poder de definir o que deve ser reconhecido como legítimo. A repetição de enunciados como a defesa da “família tradicional” ou a negação do racismo revela estratégias simbólicas que buscam naturalizar determinadas visões de mundo, favorecendo os interesses dos grupos dominantes e marginalizando outras perspectivas.

Mediante essas informações, setores da população, como grupos conservadores religiosos, especialmente evangélicos, ruralistas, militares, policiais, empresários liberais e grupos de direita nas redes sociais, recebiam e reproduziam as informações consumidas, funcionando como uma espécie de “caixa de ressonância” onde esses receptores replicavam convicções como, a defesa da “família tradicional”, a negação do racismo e uma espécie de “patriotismo seletivo”. Ademais, esse processo não se limita apenas ao consumo de informações, mas está ligado a um sistema que contribui para a perpetuação do racismo. Como Silvio Almeida aponta, a construção do imaginário racista depende de um sistema de justiça seletivo e de uma ideologia que naturaliza a desigualdade racial, tornando-a “normal” para grande parte da sociedade.

No contexto político, a indiferença diante das desigualdades, tanto no campo econômico quanto social, reforça essa visão excludente e discriminatória, onde as práticas racistas se tornam insensíveis ou “comuns” na experiência cotidiano (Almeida, 2019, p.43). O “patriotismo seletivo”, nesse sentido, também faz parte de uma ideologia que exclui certos grupos da construção da identidade nacional, ao mesmo tempo em que a defesa de uma

“família tradicional” ressoa com as normas conservadoras que operam para marginalizar aqueles que não possuem uma mesma visão.

Além disso, o discurso político, conforme aponta Bourdieu, possui um efeito performativo: ele não apenas descreve a realidade, mas a constrói (Bourdieu, 1990, p. 156). Quando Bolsonaro afirma que o racismo no Brasil é exagerado ou inexistente, ele busca impor essa leitura como legítima. Assim, o discurso não só interfere na forma como a sociedade percebe o problema, mas também influencia diretamente as ações (ou omissões) do Estado diante das desigualdades raciais (Bourdieu, 2003, p. 14).

Essa reprodução de percepções, muitas vezes por meio de estratégias discursivas, é evidenciada por Charadeau em *Uma teoria dos sujeitos da linguagem*, que aborda como a utilização de fórmulas explícitas pode impactar a relação entre quem emite o discurso e quem o recebe.

Enfim, a análise de algumas sequências interacionais permite evidenciar que, cada vez que o EU utiliza uma fórmula explícita (eu ordeno, eu prometo, eu permito, etc.), Tudo se passa, do ponto de vista da estratégia discursiva, como se a validade da relação contratual fosse colocada em dúvida, mesmo quando todas as condições são aparentemente previstas para produzir o efeito performativo. Um patrão que queria expulsar de seu escritório um funcionário que ali veio para fazer um consentimento, diria: "Saia daqui, agora!" Se o funcionário não o fez, o patrão poderia exigir: "Eu estou mandando o senhor sair! (Charadeau, 2001, p.35).

O governo Bolsonaro, ao afirmar que “não existe racismo no Brasil” e que “todos somos iguais”, adota uma estratégia semelhante com a descrita por Charadeau (2001). Jair Bolsonaro utiliza essas declarações como uma forma de afirmar uma perspectiva oficial, como se fosse uma “regra” que deveria ser aceita. Nesse sentido, essa ideia se relaciona ao exemplo do patrão que precisa reforçar sua autoridade para garantir que uma ordem seja obedecida. O então governo tentou fazer com que a população aceitasse a ideia de uma sociedade sem racismo, ignorando as evidências de desigualdade racial.

Em a *Invenção das tradições*, Hobsbawm e Ranger (2008, p.9) afirmam que a “tradição inventada” se refere a um conjunto de práticas, muitas vezes regulamentadas por normas aceitas, que possuem um caráter ritual ou simbólico. Essas práticas têm como objetivo transmitir valores e

comportamentos através da repetição, gerando uma sensação de continuidade com o passado, geralmente relacionada a uma história escolhida para esse fim. No caso da democracia racial no Brasil, essa “tradição inventada” serve para reforçar a ideia de uma sociedade harmoniosa e sem tensões raciais, mesmo diante das desigualdades históricas e estruturais que persistem. A construção dessa narrativa de unidade e convivência pacífica entre as raças é, assim, uma estratégia para naturalizar as diferenças e desigualdades raciais, criando um falso senso de continuidade e superação dos conflitos raciais, quando, na realidade, eles continuam a impactar as populações negras de forma profunda e sistêmica.

Nesse processo, observa-se a atuação da violência simbólica, conforme conceituada por Pierre Bourdieu. Trata-se de uma forma de dominação sutil, porém eficaz, que se manifesta quando determinados grupos impõem sua visão de mundo como se fosse a única legítima, fazendo com que essa perspectiva seja aceita pelos demais como algo natural e universal. Segundo o autor, “essa violência acontece quando um grupo impõe sua cultura como se ela fosse a única certa ou natural, fazendo com que os outros acreditem nisso também” (Bourdieu, 1990, p. 163–164). No caso brasileiro, a ideia de democracia racial funciona como um mecanismo simbólico que mascara as desigualdades, ao projetar uma imagem de harmonia racial que, embora amplamente reproduzida, oculta e legitima a permanência do racismo estrutural.

Em 2018-2022 se via nas mídias e nas ruas a exaltação de vários símbolos nacionais, como a bandeira brasileira e o hino nacional, que serviam como mecanismos para reforçar valores conservadores. Nessa premissa, um exemplo marcante dessa valorização foi durante a comemoração do 7 de setembro em 2022, quando o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro fez vários discursos, dentre esses o mais notável foi:

O que está em jogo é a nossa liberdade, é o nosso futuro, e a população sabe que ela é aquela que nos dá um norte para as nossas decisões. Então, a todos do Brasil, compareçam às ruas. Dá tempo ainda. De verde e amarelo, as cores da nossa bandeira. Pra festejar e comemorar a terra onde vivemos, uma terra prometida⁵⁰.

⁵⁰Disponível

em: https://www.cnnbrasil.com.br/politica/desfiles-atos-pro-governo-e-discursos-debolsonaro-como-foi-o-7-de-setembro/#goog_rewarded. Acesso em: 27 de fev. de 2025.

Diante do exposto, Bolsonaro faz um apelo à bandeira verde e amarela e utiliza a expressão “terra prometida”, construindo uma imagem romantizada e idealizada do Brasil. Ao associar o país a uma nação forte, unida e com um futuro brilhante, ele apaga simbolicamente os conflitos e desigualdades históricas que ainda marcam profundamente a sociedade brasileira, especialmente as desigualdades raciais. Segundo Rossi (2004. p.2), a constante vivência de opressão e sofrimento não leva à perda da esperança ou à dissolução dos laços sociais. Ao contrário, essa experiência impulsiona a criação de movimentos messiânicos e de libertação, com o propósito de criar um paraíso próprio.

Bolsonaro se apropria dessas características messiânicas como estratégia política para engajar a população em uma visão idealizada do Brasil, onde as dificuldades históricas, como o racismo estrutural, seriam supostamente superadas por um “novo tempo” sob sua liderança.

Essa narrativa reforça uma “tradição inventada” que tenta mostrar o Brasil como um país unido e sem conflitos entre raças, mesmo com todas as desigualdades que ainda existem. Usando símbolos do país e da religião, o bolsonarismo cria a ideia de que o Brasil já foi salvo e vive em paz, o que acaba escondendo os problemas reais e desvalorizando as denúncias de racismo, como se elas não fizessem mais sentido. Rossi destaca que:

O messias, seja ele qual for, vem cumprir a plenitude da expectativa das pessoas. Realiza de modo pleno o conceito transcendental do seu momento. Às vezes pensa-se que todos os messianismos estão rompidos (políticos, sociais, eclesiásticos) e, assim, o ser humano atual não teria onde encontrar a satisfação de suas necessidades (Rossi, 2004. p.2).

Partindo disso, é possível perceber como Bolsonaro utilizou elementos do discurso messiânico para se apresentar como o único capaz de restaurar o país e conduzir o povo a um novo tempo. Além disso, os apoiadores de Bolsonaro frequentemente recorrem a passagens bíblicas em suas declarações, reforçando a percepção messiânica do presidente. Uma expressão recorrente é: “Estaremos sempre ao lado do nosso eterno

presidente Jair Messias Bolsonaro⁵¹, isso passa a ideia de que ele foi escolhido para uma missão especial. Porém, ao construir essa imagem idealizada de liderança e de nação, o discurso esconde os problemas reais do Brasil, como o racismo estrutural. Ao invés de reconhecer as desigualdades que afetam principalmente os negros, esse tipo de fala dá a impressão de que o país já superou esses conflitos, apagando as vozes e lutas de quem continua sofrendo com a exclusão.

Ademais, outro discurso do ex-presidente que reforça o ideal de “tradição inventada”, como propõe Hobsbawm, pode ser observado em declarações onde ele apresenta o Brasil como uma nação naturalmente harmoniosa, na qual diferentes grupos sempre conviveram em paz. Ao sugerir essa imagem de unidade racial, ele contribui para apagar os conflitos históricos e as desigualdades estruturais, inserindo seu discurso. O título da matéria “Bolsonaro diz que tensões entre raças no Brasil são importadas e alheias à nossa história”⁵², divulgado pelo Jornal Nacional, traz em seu conteúdo:

O Brasil tem uma cultura diversa, única entre as nações. Somos um povo miscigenado. Brancos, negros e índios edificaram o corpo e o espírito de um povo rico e maravilhoso. Em uma única família brasileira podemos contemplar uma diversidade maior do que países inteiros. Foi a essência desse povo que conquistou a simpatia do mundo. Contudo, há quem queira destruí-la, e colocar em seu lugar o conflito, o ressentimento, o ódio e a divisão entre raças, sempre mascarados de ‘luta por igualdade’ ou ‘justiça social’. Tudo em busca de poder.

Nesse sentido, a fala de Bolsonaro na matéria do *Jornal Nacional* pode ser relacionada ao conceito de “tradição inventada”. A ideia de que o Brasil é um país sem conflitos raciais e que a harmonia entre diferentes grupos sempre existiu faz parte de uma construção simbólica que é utilizada com o intuito de reforçar uma identidade nacional criada/idealizada. Segundo Hobsbawm e Ranger (2008, p.14)), as tradições podem ser criadas ou adaptadas a partir de elementos antigos, e no caso do discurso de Bolsonaro, ele retoma a narrativa

⁵¹ Disponível em: https://www.instagram.com/pauloschuhvereador/reel/DG0Mt_yx2dk/. Acesso em 07 de mar. de 2025.

⁵² Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2020/11/21/bolsonaro-diz-que-tensoesentre-racas-no-brasil-sao-importadas-e-alheias-a-nossa-historia.ghtml>. Acesso em: 27 de fev. de 2025.

da miscigenação pacífica como um ponto importante da identidade brasileira, ignorando a problemática das desigualdades e tensões históricas, assim, o objetivo desse discurso é justamente atender interesses específicos, como deslegitimar movimentos sociais que lutam por justiça racial.

Essa estratégia mobiliza o que Pierre Bourdieu chama de dominação simbólica, uma forma de violência invisível que é aceita pelos dominados como legítima. As pessoas passam a aceitar certas regras e comportamentos como se fossem naturais, mesmo quando mantêm desigualdades. É por meio dessa dominação simbólica que a elite consegue manter seu lugar de privilégio (Bourdieu, 2003, p. 246). Assim, ao deslegitimar as lutas por igualdade racial como manifestações de ressentimento ou manipulação política, o discurso de Bolsonaro impõe uma visão de mundo que naturaliza a hierarquia racial existente e preserva uma ordem social excludente sob a aparência de harmonia nacional.

Em vista disso, no poema “*O Outro Brasil Que Vem Aí*” Gilberto Freyre imagina um Brasil onde as pessoas, independentemente de sua cor ou classe social, podem trabalhar juntas para construir um país mais justo e unido. O autor descreve esse cenário ao afirmar: “mãos todas de trabalhadores, pretas, brancas, pardas, roxas, morenas, de artistas, de escritores, de operários, de lavradores, de pastores” (Freyre, 2003, p.4-5). Freyre descreve um Brasil onde as profissões e as regiões são mais importantes que as divisões raciais, e todos têm a chance de contribuir para a sociedade.

Portanto, ao relacionar essa perspectiva ao discurso de Bolsonaro, percebe-se que ambos utilizam a ideia de harmonia racial, mas de formas diferentes. Freyre imaginava um futuro onde todos estariam integrados sem conflitos, enquanto Bolsonaro usa essa noção para afirmar que não existe racismo no Brasil e ignorar os problemas sociais atuais. Ainda como destaca Freyre:

Nem as relações sociais entre as duas raças, a conquistadora e a indígena, aguçaram-se nunca na antipatia ou no ódio cujo ranger, de tão adstringente, chega aos ouvidos de todos os países de colonização anglo-saxônica e protestante. Suavizou as aqui o óleo lúbrico da profunda miscigenação, quer a livre e danada, quer a regular e cristã sob a vitória dos padres e pelo incitamento da Igreja e do Estado (Freyre, 2003, p.231).

Diante disso, tanto a passagem de Gilberto Freyre quanto a fala de Jair Bolsonaro ressaltam a miscigenação como um elemento central da identidade brasileira, constando que a diversidade racial no Brasil contribuiu para a criação de uma cultura única. Ambos compartilham a mistura entre brancos, negros e indígenas como algo positivo, que ajudou a formar um povo único, com uma convivência pacífica entre diferentes raças.

Diante do exposto, embora a ideia de “democracia racial” tenha sido amplamente defendida por Gilberto Freyre, é necessário questionar como essa visão ainda impacta as relações raciais no Brasil hoje.

Considerações Finais

A análise do uso político do mito da democracia racial no governo Bolsonaro (2019–2022) permite compreender como narrativas antigas sobre a suposta harmonia entre raças foram reatualizadas em chave conservadora, de modo a negar a existência do racismo estrutural no Brasil. Se, em Gilberto Freyre, a miscigenação era apresentada como um traço fundador da identidade nacional, em Bolsonaro essa perspectiva é instrumentalizada para justificar a ausência de políticas públicas efetivas contra a desigualdade racial e para deslegitimar movimentos sociais que denunciam a persistência do racismo.

Ao articular símbolos nacionais, discursos messiânicos e estratégias de violência simbólica, o bolsonarismo construiu um imaginário em que a desigualdade racial aparece como irrelevante ou mesmo inexistente. Esse movimento se enquadra no que Pierre Bourdieu identifica como dominação simbólica, na medida em que impõe uma visão de mundo que naturaliza hierarquias sociais e culturais, transformando-as em algo supostamente “normal” e “universal”.

Conforme destacou Silvio Almeida, o racismo estrutural não é apenas um conjunto de preconceitos individuais, mas um sistema que organiza práticas, instituições e valores. Nesse sentido, a recusa em reconhecer o problema reforça sua permanência, já que dificulta tanto a formulação de políticas públicas inclusivas quanto a mobilização social para enfrentá-lo.

Por fim, ao se apropriar de uma tradição inventada (Hobsbawm e Ranger), que insiste em um passado de convivência pacífica e em uma

identidade nacional marcada pela diversidade harmoniosa, o governo Bolsonaro fortaleceu um discurso que encobre conflitos, silencia desigualdades e minimiza a experiência histórica de exclusão vivida pela população negra. O resultado é a perpetuação de um imaginário que dificulta o reconhecimento do racismo como problema estrutural, mantendo, assim, um ciclo de invisibilização e naturalização das desigualdades.

Em síntese, os usos políticos da democracia racial no bolsonarismo demonstram que a luta contra o racismo no Brasil não se restringe ao enfrentamento de práticas discriminatórias explícitas, mas passa pela disputa de narrativas, símbolos e sentidos.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Silvio. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019. Disponível em: <https://sites.ufpe.br/enegrecer/wp-content/uploads/sites/146/2023/01/ALMEIDA-Silvio-Racismo-estrutural-Livro-2019.pdf>. Acesso em: 26 abr. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. **Uma teoria dos sujeitos da linguagem**. In: MARI, Hugo et al. (Org.). *Análise do discurso: fundamentos e práticas*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso – FALE/UFMG, 2001. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-teoria-os-sujeitos-da.html>. Acesso em: 2 mar. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 48. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, [s.d.]. Disponível em: https://gruponsepr.wordpress.com/wp-content/uploads/2016/10/freyre_gilberto_casa_-_grande_senzala.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

FREYRE, Gilberto. **Interpretação do Brasil: aspectos da formação social brasileira como processo de amalgamento das raças e culturas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a democracia racial**. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). *A construção da identidade no Brasil: racismo e identidade negra*. São Paulo: Ática, 1999. p. 9-125.

ROSSI, Luiz Alexandre Solano. **O messianismo e a construção do paraíso na história**. *Revista Aulas*, Dossiê Religião, n. 4, p. 14, abr./jul. 2007. Disponível em: https://unicamp.br/~aulas/Conjunto%20I/4_10.pdf. Acesso em: 7 mar. 2025.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ENTRE O NORDESTE E SÃO PAULO: AS TRAJETÓRIAS DOS MIGRANTES NORDESTINOS PELO NORTE DE MINAS, 1930 - 1962

Pedro Jardel Fonseca Pereira⁵³

“Ao chegar à primeira cidade [Montes Claros] pudemos desde logo constatar o grande número de trabalhadores alli concentrados” (O Observador, 1939, p. 55). Esse é um trecho retirando do relatório realizado pelo major Lima Camara, presidente do Conselho de Imigração e Colonização (CIC), após uma visita ao Norte do Estado de Minas Gerais, o documento menciona ainda que: “Homens, mulheres e crianças, maltrapilhos, sem dinheiro, sem casa, sem alimento, alguns mendigando para não morrerem de fome” (O Observador, 1939, p. 55). Situação essa que foi se configurando, a partir da década de 1930.

Um fluxo de deslocamento que, segundo a fonte, praticamente não cessava: “A massa humana, ora em conta-gottas, ora em caudal, mas ininterruptamente” (O Observador, 1939, p. 54). Um contexto que evidencia precárias condições de vida, segundo a imprensa local, “era um quadro vivo impressionante de dantesco aspecto: a miséria, a prostituição, as crianças atacadas de paralisia infantil, deitadas a beira da estrada, os tuberculosos ao relento, e a peste campeando livremente” (Gazeta do Norte, junho de 1939). Através desse relatório, o então presidente do Conselho de Imigração e Colonização, classificara Montes Claros, como “zona flagelada”, como outras que existiam nos Estados da região Nordeste.

Ainda segundo o Observador (1939, p.530: “No Estado de Minas Geraes existem dois pontos de concentração dos retirantes. Montes Claros, “porteira do mundo”, e Pirapora (vide “O rio S. Francisco)””. Aquela primeira, que no início dos anos de 1930 contabilizava cerca de 8.000 habitantes, via chegar quase que diariamente cerca de 500 “retirantes”, da própria região e outros estados. Além dos milhares de indivíduos que já se encontravam praticamente “amontados” em seu acanhado e desestruturado espaço urbano. Sem saneamento, como a água via tubulação para as residências, faltava rede de

⁵³ Doutorado em História Social, Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Bolsista Capes. Email: pedrojardelpereira@gmail.com

esgoto, a energia elétrica incipiente, e nas ruas ainda não havia chegado nenhum tipo de pavimentação. Essa realidade de concentração de migrantes também foi identificada em outras cidades do Norte de Minas, com o prolongamento da linha férrea, como Pedra Azul.

Em relação à origem desses migrantes, eles eram de regiões, como do próprio Norte de Minas, Estado da Bahia, especialmente da Chapada Diamantina e região central. Isso não era restrito, se deslocavam para Montes Claros, também aqueles oriundos de outros estados. Quanto ao fluxo de trabalhadores que desembarcavam em Pirapora, entre eles constavam, “Sergipe, Alagoas, Ceará, Piauí, Pernambuco” (O Observador, 1939, p. 53). Ocorria também a mobilidade desses, entre essas cidades e até outras, geograficamente localizadas às margens do São Francisco, como, por exemplo, Januária, mas num contingente bem menor.

Alguns autores são fundamentais para pensarmos as bases teóricas deste estudo. A exemplo de: *Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-1966)*, de Paulo Fontes; *Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951): Economia e Sociedade*, de Cláudia Alessandra Tessari; Julio Cesar Zorzenon Costa. No âmbito da região destacamos os seguintes estudos: *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964* de Edi de Freitas Cardoso Junior. Empreendemos também um estudo introdutório sobre o tema intitulado: *“A legião dos rejeitados”: trabalhadores retidos pela política de controle da migração em Montes Claros–MG, na década de 1930*.

Essas obras são essenciais para o entendimento do contexto político, social e econômico, das relações de trabalho da população do Nordeste e de onde se deslocavam grande parte dos grupos que migravam no período, especialmente, no que se refere aos grupos que passavam por Montes Claros.

Em relação às fontes utilizamos, o *Gazeta do Norte*, *Revista do Conselho de Imigração e Colonização* e *O Observador Econômico e Financeiro*. Nesse sentido, Heloisa de Faria Cruz e Maria da Cunha Peixoto (2007, p. 258) ponderam que “todo documento é suporte de prática social, e por isso, fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/na intencionalidade histórica que o constitui”. Assim como: “Transformar

um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador que supõe seu tratamento teórico e metodológico” (Cruz; Peixoto, 2007, p. 258).

A ação de migrar, neste período, era quase sempre marcado por diversos enfrentamentos e inseguranças, que surgiam já no início do deslocamento, principiado até mesmo a pé, caminhando pela vegetação da região de onde partiam. Muitas das vezes até sem estradas, como foi retratado na literatura nos seguintes termos: “Atravessando a caatinga, sobre as pedras, os espinhos, as cobras, os lagartos, para frente, indo para São Paulo. [...] Durante meses atravessam a caatinga” (Amado, 2009, p.44). Já no que diz respeito aos meios de transporte, o caminhão pau-de-arara foi intensamente utilizado nesse deslocamento. Onde eram improvisados bancos de tabua de madeira sem encosto e com uma simples lona alocada em cima da carroceria. Assim seguiam, misturados a seus poucos pertences pessoais que levavam consigo. Uma das questões também destacável é em relação aos constantes acidentes com os veículos que os transportavam, inclusive com fatalidades. O próprio Gazeta do Norte fez menção a esse tipo de episódio nas vias sem estrutura na vinda para Montes Claros.

No trem de ferro as condições alcançavam um nível ainda mais alto de precariedades. Seguiam comprimidos, pois num espaço reservado para conduzir 96 pessoas, “empilhavam” 480 passageiros. Os vagões usados no transporte do gado bovino eram improvisados para carregar os trabalhadores. Quando percebiam que esses transportariam os migrantes, os funcionários da estação sequer se davam ao trabalho de abastecer com água os carros. As crianças desidratadas, desnutridas e doentes não aguentavam a espera e na própria estação pereciam. Aquelas um pouco mais resistentes embarcavam, porém, muitas também não concluíam a travessia. Sem deixar de mencionar os abortos que ocorriam devido às condições da viagem. Os adultos se atiravam pela janela do trem diante do desespero da fome e a sede. (Revista de Imigração e Colonização, ano, n.º p 251). Importante ressaltar que:

A Estrada de Ferro Leste Brasileira tem ramificações de trilhos em todo o interior nordestino, como Propriá, Capela, Paulistana, Joazeiro, Bomfim. Alagoinhas, Mundo Novo, Catuissana, Feira de Santana, Itaíba, Mapele, Itaeté e

Caculé. Alcançadas estas pontas de trilhos por caminhões, ônibus, carroças, balsas e vapores e mesmo a pé, convergem os retirantes obrigatoriamente para Montes Azul (RCIC, n.º 2, p. 87, 1952).

O inquérito estatístico que forneceu essas informações foi produzido na década de 1950, contudo, sabemos que a ferrovia era uma realidade anteriormente a esse período nessa região.

Nos navios a vapor que navegavam pelo Rio de São Francisco, no percurso de Juazeiro/Bahia a Pirapora, a conjuntura não era diferente. Viajavam também juntos aos animais, como os porcos conduzidos por comerciantes. A comida era escassa e nada nutritiva, banheiros quase inexistentes. As crianças eram as primeiras a serem afligidas pela desnutrição. É incalculável quantas vezes as águas do “Velho Chico” foram improvisadas como cemitério onde eram lançados os corpos dos infantis, padecidos e até mesmo adultos (Amado, 2009). O contexto de maneira geral era marcado pela, fome, sede, doenças, incertezas, medos. Uma expressão usada por Augusta Molinari (2017, p. 2), resume bem essa conjuntura, “vidas suspensas”, essa é a realidade do migrante no curso da travessia. Lembrando que na maioria das vezes, o pouco dinheiro e provisões, como um bocado de farinha e carne seca levados consigo, eram extremamente racionados até acabar, o que não demorava acontecer.

A travessia ainda oferecia outras situações, que colocam esses trabalhadores migrantes em vulnerabilidade, que era a atuação dos aproveitadores de plantão, sempre prontos a agir. Como, por exemplo, os comerciantes que aumentam os preços das mercadorias dos armazéns, com gêneros alimentícios, de modo a lucrarem. Os donos de hospedarias cobravam altos valores diante da intensa demanda. Em Monte Azul, por exemplo, chegavam ao extremo de cortar as árvores próximo da estação, e proibir que se acendessem fogueiras no período da noite, no intuito de que os migrantes não tivessem onde se abrigarem e se aquecerem. Forçando-os a terem que recorrer as “racharias” precárias, que funcionavam como hospedagem alugadas.

Devido ao prolongamento da ferrovia, no sentido sul do estado da Bahia, a partir da década de 1950, a cidade de Pedra Azul, no Norte de Minas,

também se tornou um ponto movimentado de embarque para os migrantes. O jornalista Luiz Fernando Maria Teixeira não só visitou esses locais na região, como fez a viagem com os migrantes. A partir dessa experiência, ele produziu um "inquérito estatístico", que foi publicado na Revista do CIC. O jornalista afirma ter entrevistado: "191 chefes de famílias retirantes, 132 esposas, 75 homens solteiros, 71 agregados e inúmeras crianças, totalizando o volume de 868 pessoas desajustadas [...] chefes de trem, agentes, chefes de estação e inspetores de tráfego" (RCIC, n.º 2, p. 86, 1952). E consta ainda que "o autor visitou as cidades-chave do problema: Corinto, Montes Claros e Monte Azul, percorrendo 2.800 quilômetros de estradas de ferro, inclusive viajando em companhia dos flagelados" (RCIC, n.º 2, p. 86, 1952).

Entre os aspectos que o relator destaca, avulta-se a ausência de uma estrutura adequada nos vagões do trem da EFCB, incluindo a insegurança alimentar, uma vez que os alimentos [farnéis] enviados pelo CIC, além de serem insuficientes, eram distribuídos apenas em Montes Claros. As condições da viagem também foram registradas por outra fonte nos seguintes termos:

Não é só o desconforto natural dos carros de segunda, na duração da viagem, mas também a aglomeração nesses vagões desprovidos de água, de instalações sanitárias, dos menores requisitos de higiene. Por mais fartos que sejam, os farnéis distribuídos em Montes Claros pelo Conselho de Imigração têm de ser insuficientes, é claro para alimentarem os trabalhadores durante tão longa viagem. Aquelles que possuem algum dinheiro, podem adquirir alimentos nas estações atravessadas pelo trem — e disso vivem moleques de cada parada, com seus tabuleiros de pastéis, doces, bananas (O Observador, 1939, p. 58).

Na conclusão do citado inquérito realizado pelo jornalista, eram precárias tanto as condições do transporte nos trens como a estrutura de atendimento nas estações, principalmente em Monte Azul. Diante da quantidade de pessoas viajando, os vagões, por exemplo, eram insuficientes. A conclusão do inquérito publicado na época foi que "desemparelhada para servir, razoavelmente, a clientela de hábito, que utiliza vários meios para chegar até ali, não pode dar vasão em proporções idênticas. Daí o congestionamento da cidade" (RCIC, n.º 2, p. 88, 1952). Os migrantes

chegavam dispostos a viajar no mesmo dia para São Paulo, entretanto, a EFCB não dispunha de um número de vagões para atendê-los.

A insegurança nos vagões do trem é ressaltada pelo “inquérito estatístico”, que empregou o termo “animalizada” para se referir às tais condições: “Viajam em grupos de 480, em carros cuja capacidade é de 96 pessoas e é tal o aperto que são forçados a cumprir, de forma as mais anti-higiênicas, suas funções fisiológicas, as composições [...] exalam mau cheiro insuportável” (RCIC, 1952, n.º 2, p. 88). Quando ocorria um acidente com os trens da EFCB, a empresa de transporte providenciava a baldeação dos outros passageiros, deixando os migrantes para trás. Em alguns casos chegavam a percorrer a pé até a próxima cidade, cerca de 50 quilômetros, como foi citado pelo CIC (RCIC, 1952, n.º 2, p. 91).

Importante lembrar que, O CIC se eximia de qualquer responsabilidade com os migrantes neste contexto citados, pois para o órgão o maior culpado era os aliciadores de mão de obra e as próprias empresas de transporte. Mas os fatos evidenciam também a insegurança enfrentada pelos migrantes durante a travessia, sobretudo as crianças.

A insegurança sanitária, com a qual se depararam os migrantes, se intensificou a ponto de o relator do CIC ter encontrado na região o chefe da Delegacia Sanitária Regional Minas Gerais. O profissional sanitário estava realizando uma viagem de inspeção, a qual ele afirmou ser aquele um contexto propício para um surto epidêmico de “consequência desastrosa”. Além de ter diagnosticado a presença das seguintes doenças: “casos de lepra, febre tifóide, disenteria bacilar e três casos de tracoma em fase aguda” (RCIC, n.º 2, p. 89, 1952). O que demonstra que as autoridades governamentais tinham consciência dos fatos, mas poucos intervieram para amenizá-las. Ao contrário, quanto maior for a gravidade das condições sanitárias em que os migrantes se encontravam, mais intensificava o processo de triagem.

Ao chegar em Montes Claros, os migrantes que desejassem recorrer aos serviço de migração e seus recursos, precisavam submeter-se a triagem médica, e apenas os sadios eram autorizados a seguir viagem com destino a São Paulo. O excerto seguinte extraído do jornal local esclarece sobre esse processo: “São muitos caminhões que aqui chegam diariamente, abarrotados de flagelados que são despejados no prédio da antiga Escola Normal” (Gazeta

do Norte, 1939, p. 10). Logo após: “recebem alimentação e são submetidos a rigoroso exame médico” (Gazeta do Norte, 1939, p. 10). Na verdade, não era exatamente na ordem mencionada anteriormente, que os procedimentos de atendimento ao migrante ocorriam. Em outras reportagens publicadas pela mesma imprensa é elucidativo e não deixam dúvidas que a hospedagem e a alimentação eram apenas para aqueles que eram “aprovados” pelos critérios de seleção médica. Como podemos perceber no trecho seguinte: “É uma desumanidade abandonar nas ruas de uma cidade, cegos, aleijados, tracomatoso, [tracoma], beócios, papudos e outros doentes sem casa, sem abrigo, sem pão, quando podia perfeitamente socorrê-los” (Gazeta do Norte, 1939, p. 09).

Quando precisava recorrer a um abrigo, mesmo quando pago, o migrante também enfrentava desafios. As pousadas eram alugadas a preços exorbitantes. Para aqueles que podiam arcar com a hospedagem com um valor acessível, existiam as pensões escuras localizadas as margens do Rio Vieira, em Montes Claros. Com alguma influência e alguns “tostões” era possível conseguir a sombra de algum telheiro. Alguns moradores aproveitam a ocasião para locar até mesmo as sombras das árvores que existiam na frente das suas residências (O Observador, 1939, p. 55). Àqueles que não disponham de nenhuma moeda restavam improvisar, “acampados próximo da catedral em construção, praças, abrigados sob as arvores”. Inclusive, convivendo ao lado dos animais, que aguardavam o embarque nos currais da Estação (Gazeta do Norte, 1936, p.09). Uma visível insegurança.

Sobre a triagem médica é preciso esclarecer que controle do fluxo migratório tinha como objetivo evitar que as diversas doenças, inclusive as endêmicas, chegassem ao Estado de São Paulo. O próprio trabalhador sertanejo era visto, da parte daqueles encarregados da política migratória, como um sujeito portador de moléstias contagiosas, fracos físico/biologicamente. Por isso compunham a equipe de recrutadores de mão de obra, a figura do médico (Revista de Imigração e Colonização, 1952, n.º, p. 221). O que pode ser constatado, a partir do fato de que quando chegavam em São Paulo, os migrantes eram submetidos a novos exames médicos, ao ser constatado qualquer inadequação, eles eram embarcados no trem novamente e mandados de volta para Montes Claros. O que os colocavam novamente na

mesma situação enfrentada antes, ou seja, retidos e impossibilitados de se deslocarem devidos as estratégias de controle praticada pelo governo (Gazeta do Norte, 1939).

Não é apenas, entretanto, a questão do controle realizado nos Posto de Triagem, que inviabilizava a continuidade da viagem e a retensão de migrantes. Ocorriam também entraves e desentendimentos entre o próprio governo e as empresas recrutadoras de mão-de-obra no que diz respeito, a liberação dos recursos financeiros que custeavam o deslocamento dos trabalhadores. Em alguns períodos os mesmos ficavam suspensos e o contingente de migrantes retidos na cidade aumentava ainda mais. Na década de 1930, por exemplo, em vários momentos aparece essa inconstância na liberação dos subsídios para a captação de mão de obra de maneira efetiva. E mesmo quando esse encargo foi assumido pelo governo, ocorriam problemas nesse sentido. Os recursos destinados também não eram suficientes para atender toda multidão que aguardava pelo embarque.

Outro fator que pode ser atribuído a esse processo foi o fato dos próprios agricultores paulistas reclamar da escassez de trabalhadores e cobravam do governo providencias. (Tessari; Costa, 2019). Inclusive, essa afirmação, demonstra que os migrantes, quando favorecidos com o bilhete de passagem, alimentação e abrigo, não estavam recebendo nenhuma “benevolência” do governo, que os “socorriam”, na sua atual condição de “retirantes/flagelados”. Ao contrário, existia uma extensa demanda e exigência por mão de obra, nas regiões as quais eles eram direcionados. Embora durante a viagem as condições eram precárias e assistência do governo era ínfima, mesmo sendo um dos incentivadores do deslocamento.

Referências

AMADO, Jorge. **Seara Vermelha**; posfácio de Nelson Pereira dos Santos. - São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. **Experiência e poder na urbe em expansão**: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964. 2008. 204 f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na Oficina do Historiador**: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dez. 2007. Disponível em: <<https://https://encurtador.com.br/aqr49>>. Acesso em: 13 dez 2021.

FONTES, Paulo Roberto Ribeiro. **Comunidade operária, migrações nordestinas e lutas sociais**: São Miguel Paulista (1945 – 1966). Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

Gazeta do Norte. Anos: 1930 a 1962. Centro de Pesquisa e Documentação Regional (CEPEDOR) Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes.

O Observador Econômico e Financeiro. Rio de Janeiro, Ano IV, n. 47, fev. 1939^a, p. 54. Disponível em: <http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=123021&pagfis=6220>. Acesso em: 22 mar. 2020.

PEREIRA, Pedro J. Fonseca. **“A legião dos rejeitados”**: trabalhadores migrantes retidos e marginalizados pela política de mão-de-obra em Montes Claros/MG, na década de 1930. Revista Cantareira, v. 34. 2021. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/44211>>. Acesso em: 22 maio 2022.

Revista de Imigração e Colonização. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=143030&pagfis=3930>.

TESSARI, Cláudia Alessandra; COSTA, Julio Cesar Zorzenon. **Ação estatal, negócios e migração inter-regional no Brasil (1935-1951)**. Economia e Sociedade, Campinas, v. 28, n. 2 (66), p. 513-540, maio/ago. 2019.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ENTRE OS *ANAI*S DE TÁCITO E A DOCUMENTAÇÃO NUMISMÁTICA: CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE A INFLUÊNCIA DE LÍVIA DRUSILA (59/58 A.C. – 29 D.C.) NA *DOMUS* IMPERIAL ROMANA

Giovana Ribeiro Pinto⁵⁴

Lívia Drusila viveu aproximadamente entre os anos de 59/58 a.C. e 29 d.C. e foi uma das figuras femininas mais influentes de sua época. Destacou-se por sua atuação no cenário político durante os primeiros anos do Principado após se tornar imperatriz, período que abrange os governos de seu segundo marido, Otávio Augusto (27 a.C. – 14 d.C.), primeiro imperador de Roma, e de seu filho, Tibério (14 d.C. – 37). Pertenceu à prestigiosa *gens* Cláudia, uma família famosa e influente do Império. Seu primeiro casamento foi com Tibério Cláudio Nero, também descendente dessa família, com quem teve seus dois únicos filhos, Tibério Nero e Nero Cláudio Druso. Somente em 38 a.C. que Lívia casou-se com Otávio, com quem inaugurou a dinastia Júlio-Cláudia alguns anos depois.

Sua imagem foi registrada em diversos documentos antigos, assumindo diferentes facetas conforme o tipo de registro em que aparece. Pensando nisso, buscamos investigar a atuação pública de Lívia Drusila junto à *domus* imperial. Realizamos uma análise comparada entre a obra *Anais* de Tácito e a evidência numismática cunhada no Principado de Tibério, atentando-nos às peculiaridades das representações de sua imagem em cada uma dessas documentações. Almejamos alcançar uma compreensão mais ampla sobre sua figura, pois no primeiro gênero documental, Lívia, com frequência, é apresentada de forma pejorativa, como uma mulher ambiciosa, com comportamentos inadequados e maldosos. Já no segundo, uma mulher com boas virtudes, sendo uma ilustração de matrona ideal. Ambas as representações, negativas e positivas, nos revelam a influência exercida pela imperatriz. Nesse sentido, buscamos examinar esses documentos em suas intencionalidades e simbologias.

⁵⁴ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista CNPq. E-mail: giovanaribeiro19@gmail.com

Lívia esteve inserida no contexto de transição da República para o Principado romano, momento marcado por transformações em diversas esferas da sociedade, que abarcaram desde questões políticas à religiosas e morais. A mudança de sistema de governo ocorreu a partir de um longo e complexo curso de centralização política, iniciado na Península Itálica e estendido às demais regiões do Mediterrâneo. Embora tenha sido um projeto imperial estabelecer padrões culturais entre a população, não houve uma integração e unificação econômica e cultural plena, especialmente entre as camadas populares (Guarinello, 2006, p. 14, 16, 17). Essa tentativa de uniformização foi um projeto adotado no início do Principado, mas que permaneceu inacabado (Guarinello, 2014, p. 298).

Esse cenário de intensas mudanças projetou possibilidades de transformação que não se restringiram a centralização do poder nas mãos do imperador, se estendendo a outras esferas da vida, inclusive no que diz respeito a participação feminina na sociedade. As mulheres, principalmente aquelas pertencentes a *domus*⁵⁵ imperial, passaram a ocupar posições de destaque, tendo em vista que:

[...] a *domus* adquire preponderância na medida em que, na constante disputa entre as casas, as *domus*, como unidades familiares ligadas por meio da agnação, cognação, casamentos e adoções, eram tidas como símbolos de *status* político e social, principalmente quando se trata da aristocracia romana (Azevedo, 2011, p. 52).

Alianças entre casas passaram a ser frequentes durante o Principado. Isso ocorria por meio de casamentos e adoções ou laços clientelares. Nessas circunstâncias, as mulheres desenvolviam importantes funções, gerando descendentes e estabelecendo redes de contato com outras famílias, como salientado por Azevedo: “a fundamental importância política da *domus* durante o Principado fez com que tais atividades femininas adquirissem preponderância na esfera política, inclusive no âmbito do patronato” (Azevedo, 2011, p. 52). As obrigações femininas não se limitavam à esfera doméstica, isso significa que o

⁵⁵ O termo *domus* possui diversos significados e em algumas ocasiões combina mais de uma de suas acepções. As definições aqui utilizadas referem-se a um grupo residente de uma casa, incluindo parentes e escravos. E a amplo grupo familiar: agnatos, cognatos, ancestrais e descendentes (Azevedo, 2011).

envolvimento delas em questões políticas era frequente e nem sempre foi visto como transgressão (Azevedo, 2011, p. 53).

Assim, no início do Principado a *domus* adquire destaque político, tornando-se difícil estabelecer uma divisão clara entre o público e privado. Os títulos conferidos a Otávio, como *Augustus* e *pater patriae* (pai da pátria), possibilitaram essa mudança na administração, tornando questões antes consideradas privadas em públicas. Durante o Império houve uma “ressignificação da relação entre público e privado” (Azevedo, 2017, p. 85), de modo que a *domus* augustana se apropriou de prerrogativas de interesse público. Consequentemente, as pessoas que a integravam passaram a exercer funções políticas, incluindo as mulheres.

Lívia, por exemplo, desempenhou um papel importante na construção e legitimação do Império, já que sua imagem foi usada e projetada em estátuas como exemplo de matrona, assim como foi fundamental na legitimação dos herdeiros de Otávio Augusto (Oya, 2020, p. 148). Além dela, os demais membros da família transformam-se em peças-chave do governo, sendo representados na arquitetura como uma forma de demonstrar o poder da família imperial (Azevedo, 2017, p. 76).

As imperatrizes da dinastia Júlio-claudiana passaram a desfrutar de uma participação mais ativa na vida pública. Elas geravam os descentes, estabeleciam redes de contato com outras famílias por meio do Patronato (Azevedo, 2011, p. 52), além de influenciarem seus maridos em eventos políticos (Bélo, 2017, p. 80). Tácito, por exemplo, cita que Lívia acompanhava Otávio em viagens de negócios (Tácito, *Anais*, 3.34). Contudo, essa participação da imperatriz na vida pública de Roma não foi vista de forma positiva por ele.

No episódio em que Augusto exila Agripa Póstumo para a ilha Planásia, Tácito sugere o envolvimento de Lívia, alegando que ela teria o persuadido a tomar tal decisão: “Tal era a arte por que esta mulher se havia apoderado do espírito do velho Augusto que ao único neto, que já só lhe restava, Agripa Póstumo, fez desterrar para a ilha Planásia” (Tácito, *Anais*, 1.3). Além disso, o autor cita os títulos que o Senado os quis conferir, como de mãe da pátria, assim como o acréscimo ao título de Tibério como “filho de Júlia”, mas que foram recusados por Tibério, que alegou ser adequado moderar as honras

concedidas a uma mulher (Tácito, *Anais*, 1.14). Essa situação nos indica o quanto Lúvia possuía prestígio e era uma matrona admirada, considerando que o imperador ocupava o cargo de maior destaque na sociedade e, portanto, a denominação “filho de tal mulher” não era algo comum.

Lúvia também é frequentemente acusada na obra de Tácito de estar envolvida em assassinatos, sendo colocada como uma mulher ambiciosa que buscava garantir a sucessão do trono imperial a Tibério. A morte de Gaio, neto de Augusto, é atribuída a ela. O autor argumenta que ao eliminar Gaio, a sucessão do Império estaria garantida ao seu filho (Tácito, *Anais*, 1.3). O autor também sugere seu envolvimento na morte de Augusto: “Enquanto se faziam estas e outras reflexões, ia-se aumentando a doença de Augusto, e não sem suspeitas de ser ajudada pelas maldades da mulher” (Tácito, *Anais*, 1.5), e posteriormente na morte de Agripa Póstumo:

[...] antes é mais natural que Tibério e Lúvia, esta pelos ciúmes de madrasta e aquele por medo, apressassem os dias de um moço que lhes era odioso e, além disso, suspeito por ter injúrias que vingar (Tácito, *Anais*, 1.6).

Não sabemos se essas acusações possuem fundamentos, mas de algum modo revelam a participação de Lúvia nos trâmites políticos da época.

Para além disso, é importante destacarmos o modo como Tácito descreve Lúvia, como uma mulher má, uma madrasta que se deixava conduzir pelo ciúme, uma mulher que se apoderou do espírito do marido e o influenciou a exiliar o único neto que lhes restava. Percebemos que sua figura é repetidamente associada a características negativas, aspecto comum na representação de personagens femininas na obra de Tácito.

Segundo Sarah Azevedo, a utilização de estereótipos retóricos e sociais⁵⁶ na composição das personagens femininas pelo autor foi recorrente. Essa estratégia de escrita foi usada como uma ferramenta de auxílio para construir a imagem – positiva ou negativa – de governantes a quem as mulheres imperiais estavam associadas (Azevedo, 2011, p. 66).

⁵⁶ A autora entende como estereótipos retóricos modelos discursivos conhecidos pelo público e que podem ser usados na caracterização de personagens, reforçando aspectos positivos ou negativos. Quanto aos estereótipos sociais, são entendidos como “modelos de conduta orientados por valores morais, e também evidenciam padrões ideais ou avessos.” (Azevedo, 2011, p. 66).

A presença dessa estratégia de escrita fica evidente no momento em que Tácito cita uma sequência de ações ambiciosas e violentas tomadas por Augusto para alcançar o poder. Ele o acusa de ter usurpado o consulado contra a vontade do Senado, de ter usado as armas que seriam para combater Marco Antônio para subjugar a própria República e de ter enganado Antônio e Lépido com alianças falsas (Tácito, *Anais*, 1.10). Seguidamente ele menciona:

Nem se esqueciam de seus crimes domésticos: do escândalo com que havia roubado a Tibério Nero sua própria mulher e do ludíbrio com que tinha consultado os pontífices para decidirem se o matrimônio seria legítimo, não tendo ainda ela parido, mas estando só pejada. Imputavam-lhe o luxo de [...] Védio Polião e, para remate de tudo, os crimes de Lúvia, mãe fatal para a república e madrasta ainda mais fatal para a casa dos Césares (Tácito, *Anais* 1.10).

Tácito trata ainda o casamento de Lúvia e Augusto como um escândalo, alegando que ele teria raptado Lúvia grávida para casar-se com ela e, logo após, atribui à imperatriz as caracterizações de “mãe fatal” e “madrasta ainda mais fatal”. Lúvia é posta como uma figura destrutiva tanto para o Estado quanto para a casa imperial.

Considerando os estudos de Azevedo (2011), levantamos a hipótese de que as caracterizações atribuídas à Lúvia estão associadas à imagem que o autor busca passar sobre Augusto. Portanto, elas exercem uma função retórica na narrativa, pois as menções negativas acerca do imperador estão acompanhadas pelas de sua esposa, que aparecem logo em seguida.

Se em Tácito predomina a imagem negativa de Lúvia, as moedas, ao contrário, projetam uma ilustração positiva da imperatriz. Para além de sua função econômica, esses artefatos cumpriam papel propagandístico, pois circulavam com facilidade, inclusive para regiões afastadas do Império, e possuíam uma linguagem mais inteligível, uma vez que a imagem era mais facilmente interpretada do que o grego e o latim (Ando, 2000, p. 212).

Nesse sentido, a arte e arquitetura imperial também desempenhavam um papel ideológico, de modo que as moedas operavam como estratégias simbólicas que faziam parte dessa ideologia, trazendo ilustrações que reforçavam a legitimidade do sujeito que estava no comando do Estado (Ando, 2000).

Alinhado a isso, a representação das mulheres da família imperial deveria reportar a imagem de um governo próspero. Eram usadas igualmente para exaltação da figura dos imperadores, por isso a forma como eram ilustradas tinha como finalidade enaltecer virtudes e a moral dos governantes (Bélo, 2020, p. 279).

Outro aspecto que merece atenção refere-se às homenagens recebidas pelas mulheres como forma de agradecimento a doações feitas por meio do patronato, que incluía estátuas, moedas e placas indicando seus nomes. Nesse sentido, a documentação numismática pode nos dar indícios da atuação pública dessas mulheres. Contudo, Bélo ressalta que as legendas das moedas não estabelecem relação entre a cunhagem de suas figuras e o patronato, podendo revelar mais sobre seu teor propagandístico em favor do imperador (Bélo, 2020, p. 264-265).

Bélo destaca que Lúvia, devido a sua posição como esposa de imperador e posteriormente como mãe, exerceu poder tanto no âmbito político, como no patronato, o que a tornou a mulher da família Júlio-claudiana mais bem representada, já que recebeu diversas homenagens como forma de agradecimento a suas doações. Isso certifica a existência da carreira pública de Lúvia (Bélo, 2022, p. 82).

Em relação à cunhagem de sua imagem em moedas, Bélo destaca sua conexão com o meio religioso, sugerindo que o envolvimento da imperatriz em questões políticas pode ter sido viabilizado por meio da religiosidade, já que sua associação a divindades como *Salus* (Salvação), *Iustitia* (Justiça) e a virtudes como *Pietas* (Piedade) parece ter sido frequente:

A “institucionalização” da mulher romana, ligada à religião, pode ter feito com que o político se camuflasse pelo religioso, abrindo espaço para a agência de Lúvia e lhe garantindo um lugar de atuação” (Bélo, 2022, p. 103).

Nesse sentido, o contexto religioso serviu como um canal de inserção das mulheres de elite na esfera política, já que na sociedade romana a política institucional era um local reservado ao masculino.



Anverso: Busto de mulher (Lívia) drapeado, velado com diadema. Latim: *PIETAS* (Piedade).
 Reverso: S[enatus] C[onsultum]. Inscrição: DRVSVS CAESAR TI AVGVSTI F TR POT ITER.
 Tradução: Druso César, filho de Tibério Augusto, detentor do poder tribunicio pela segunda vez.⁵⁷

A associação a *Pietas*⁵⁸ na moeda acima, datada de 22 – 23 d.C., denota boas virtudes. Sobre o significado da ilustração, Bélo aponta que o véu e o diadema demonstram aspectos ligados a *pudicitia*⁵⁹ e a Vesta, retratando o cumprindo de seu papel como matrona romana. Ela aparece sem a presença masculina, mas com a referência ao seu neto, Druso, no reverso. (Bélo, 2022, p. 92). Além disso, a concepção de privilégios reservados apenas às Virgens Vestais a Lívia, como a possibilidade de andar de *carpentum*, foi uma forma de “institucionalizar” suas atividades e atos dentro do Estado” (Bélo, 2022, p. 97). Assim, Bélo aponta que Lívia, com sua agência e prestígio, estabeleceu novas fronteiras entre o público e privado, além de redefinir a noção do doméstico, já que suas intervenções transcenderam o campo tradicionalmente considerado feminino (Bélo, 2022, p. 104).

Desse modo, destacamos como esses objetos manifestam o prestígio e honra que essas figuras possuíam. Mesmo que seja difícil ter evidências concretas sobre a recepção dessas moedas e das imagens femininas no geral, a quantidade e longevidade⁶⁰ das representações de Lívia expressam uma aceitabilidade. Alguns dos indícios mencionados pela autora são o símbolo de

⁵⁷ A moeda encontra-se disponível em: <https://www.acsearch.info/search.html?term=Livia&category=1&en=1&de=1&fr=1&it=1&es=1&ot=1&images=1&currency=usd&order=0>, acesso em: 06 /05 /2025.

⁵⁸ *Pietas* (piedade) era um “conceito romano que envolvia uma responsabilidade tanto aos deuses quanto à família.” (Bélo, 2022, p. 91).

⁵⁹ Segundo Azevedo, *pudicitia* é um conceito exclusivamente romano e estava relacionado à integridade e à pureza de crianças, jovens, mulheres casadas e livres. “A *pudicitia* era uma virtude que indicava integridade moral e física” (Azevedo, 2017, p. 45-46).

⁶⁰ As representações de Lívia permaneceram mesmo após sua morte, além de sua imagem ter sido reportada pelo imperador Cláudio em 41 a.C. para fortalecer seu vínculo com a casa imperial (Bélo, 2022, p. 98).

anuência do Senado, demonstrando sua autorização na cunhagem, assim como as moedas cunhadas em províncias do Leste e Oeste e outros gêneros representativos (Bélo, 2020, p. 267).

Entendemos que tanto as representações positivas quanto as negativas de Livia revelam sua influência e atuação pública. Contudo, o estudo de figuras femininas em contextos remotos exige cautela diante das documentações disponíveis, uma vez que não dispomos de vestígios produzidos por elas próprias, mas apenas representações concebidas a partir de uma ótica masculina ou por construções simbólicas muitas vezes vinculadas a instituições de poder, como no caso das moedas. Ainda assim, embora carregadas de intencionalidades e simbologias distintas, essas documentações evidenciam o envolvimento da imperatriz no âmbito político, atestando seu prestígio e carreira pública.

Bibliografia:

Fontes:

TÁCITO. **Anais**. Tradução: José Liberato Freire de Carvalho. Edições Colibri, Lisboa: 2022.

Referências:

ANDO, Clifford. **Imperial Ideology and Provincial Loyalty in the Roman Empire**. California: Universidade da Califórnia, 2000.

AZEVEDO, Sarah L. **Consilium muliebre ac deterius (Tac. Ann., XV, 54, 4):** As personagens femininas e a construção da imagem imperial no principado de Nero. Mariana: UFOP, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2011 (dissertação de mestrado).

_____. **O adultério, a política imperial, e as relações de gênero em Roma**. São Paulo: USP, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017 (tese de doutorado).

BÉLO, Taís P. As moedas das mulheres imperiais. **Mare Nostrum**, ano 2020, v. 11, n. 1.

_____. Livia e a “Institucionalização” da Mulher Romana. **Heródoto**, Guarulhos, v. 7, n. 2, p. 79-107, 2022.

GUARINELLO, Norberto L. **Ensaio sobre História Antiga**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

_____. **Império Romano e nós.** In: SILVA, G. V; MENDES, N. M. Repensando o Império Romano. Rio de Janeiro: Mauad; Edufes, 2006, p. 13-19.

OYA, Goretti G. *La imagen de Livia Drusila en la escultura del territorio bético en época alto imperial.* **Revista de Historia Antigua**, n. 44, p. 130-159, 2020.

HISTÓRIA GLOBAL E MEDICINA NO MEDITERRÂNEO DO SÉCULO XI: FUNDAMENTOS PARA UMA ANÁLISE DE TROTULA DI RUGGIERO(1050-1097) E AVICENA (980-1037)

Mellissa Martins Veloso⁶¹

1.Introdução

Durante muitos anos, a historiografia sobre a Idade Média permaneceu restrita a uma perspectiva eurocêntrica, que limitava as investigações e reforçava estereótipos. No entanto, tem-se observado um movimento historiográfico que desloca um olhar reflexivo para uma região específica desse período: o Mediterrâneo medieval. Segundo Almeida e Della Torre (2019), essa região assume um local protagonista e de articulação entre os mais diferentes povos que habitavam os continentes ao seu redor, se tornando um espaço de relações conflituosas, harmônicas e influentes. A partir dessa abordagem, o período deixa de ser visto como homogêneo e passa a ser compreendido como um espaço de intensa circulação de saberes e de conexões interculturais entre diferentes povos. É nesse contexto que esta pesquisa propõe recuperar e analisar as contribuições de duas figuras médicas centrais do século XI: Trotula di Ruggiero (1050-1097) e Avicena (980-1037). A proposta envolve o estudo de suas principais obras médicas, Sobre as doenças das mulheres e Cânone da Medicina, levantando a análise das interações possíveis entre esses textos, bem como as disputas que permeiam suas produções e recepções.

A obra associada à figura de Trotula, médica ligada à Escola de Salerno no século XI, constitui uma das principais referências sobre o conhecimento médico voltado à saúde das mulheres na Idade Média. Segundo Green (2001) embora haja controvérsias sobre a autoria dos tratados que compõem o chamado *Trotula Ensemble*, seu conteúdo reflete práticas ginecológicas e obstétricas difundidas na tradição médica salernitana, incluindo receitas, diagnósticos e terapias que mesclam saberes formais e informais. A figura de Trotula representa uma memória histórica feminina que resistiu às tentativas de

⁶¹ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista CNPQ. E-mail: mellissamartinsveloso@gmail.com

apagamento em uma medicina posteriormente dominada por homens e pela institucionalização universitária.

Avicena, ou *Ibn Sina*, foi um pensador persa que viveu entre os séculos X e XI e tornou-se uma das figuras centrais na consolidação do conhecimento médico no mundo islâmico e, posteriormente, na Europa. Para Gruner (1973), sua principal obra, o *Cânone da Medicina*, sistematiza conhecimentos greco-romanos, árabes e persas em uma síntese que abrange desde princípios de diagnóstico até farmacologia. Estruturado em cinco livros, o *Cânone* influenciou profundamente o ensino da medicina, sendo utilizado como manual de referência por séculos. A abordagem de Avicena revela um esforço não apenas de preservação, mas também de reelaboração crítica do saber antigo e demonstra a amplitude intelectual do mundo islâmico na Idade Média.

Portanto, se faz necessário compreendê-los em suas possíveis interseções e na circulação de saberes médicos e culturais que perpassa fronteiras geográficas, linguísticas e religiosas. Nesse sentido, o objetivo geral deste trabalho é refletir sobre essas trocas e interações a partir da perspectiva da história global, ampliando o entendimento sobre a pluralidade do conhecimento médico no século XI.

2. Reflexões sobre o referencial teórico da pesquisa

Os três principais eixos que orientam a construção deste trabalho estão ancorados nos significados atribuídos à medicina durante o período medieval, no referencial teórico-metodológico da história global e na compreensão do Mediterrâneo enquanto espaço cultural específico naquele contexto. Esses eixos articulam-se de forma a permitir uma análise mais ampla e complexa das práticas médicas, considerando tanto a circulação entre diferentes povos quanto as dinâmicas socioculturais que atravessavam essa região pluricultural. Ao integrar essas três dimensões, busca-se lançar luz sobre a maneira como o conhecimento médico foi constituído e transmitido em uma perspectiva que ultrapassa fronteiras.

A abordagem da História Global permite repensar regiões como o Mediterrâneo não como espaços isolados, mas como zonas de intercâmbio e transformação. Embora o termo "global" possa sugerir uma ambição de abarcar todo o planeta, como ressalta Sebastian Conrad (2016, p. 24), essa perspectiva

não exige uma cobertura total. Ao contrário, ela se interessa por espaços delimitados desde que analisados com atenção às conexões e às estruturas globais que os influenciam. Nesse sentido, o Mediterrâneo medieval pode ser interpretado não apenas como um mar europeu, mas como um entreposto de fluxos culturais, religiosos, econômicos e científicos que envolviam o norte da África, o mundo islâmico, o Império Bizantino e a Europa.

Marcelo Cândido da Silva (2020) em “A História Global antes da Globalização” contribui para esse entendimento ao definir a História Global como uma forma de pensar a história que privilegia as conexões entre sociedades, objetos e pessoas, especificamente em períodos longevos. Sob essa lente, o Mediterrâneo deixa de ser visto como um cenário secundário e passa a ser valorizado como um espaço de articulação entre mundos diversos, onde a interação entre diferentes tradições médicas, por exemplo, moldou práticas e conhecimentos que transcenderam fronteiras religiosas e linguísticas. Assim, a História Global oferece ferramentas para compreender como experiências regionais, como as da Escola de Salerno ou das traduções árabes-latinas, só podem ser plenamente entendidas quando inseridas em tramas mais amplas de contato e interdependência.

Desde a análise aprofundada de Fernando Braudel (1983) sobre o Mediterrâneo, tornou-se evidente que essa região se caracterizava por uma notável diversidade territorial, cultural e econômica. Essa diversidade abrangia desde as cidades portuárias situadas nas costas europeias, africanas e árabes até os territórios mais interiorizados da bacia mediterrânica. Ele afirma que já no século XI, havia um intenso fluxo de pessoas e mercadorias, que transformava o Mediterrâneo em um espaço de circulação intercontinental. O autor destaca, por exemplo, a importância estratégica das rotas marítimas entre a Sicília e o Norte da África para a manutenção de conexões entre diferentes continentes desde a Idade Média (Braudel, 1983, p.136). Ou ainda, ao dizer que cada região mediterrânica era responsável por um tipo específico de produção, como o trigo, a lã ou as ervas medicinais, o que fomentava um sistema de trocas dinâmico e interdependente (Braudel, 1938, p.140). Ele dedica atenção ao comércio de ervas medicinais na ilha de Chipre, evidenciando não apenas o interesse oriental pelos saberes médicos, mas

também a maneira como a influência muçulmana se infiltrava nos contextos intelectuais ocidentais do século XI (Braudel, 1983, p. 174).

Além disso, o autor ainda cita a relevância da cidade de Salerno, um dos territórios centrais da presente pesquisa. Sua importância não derivava apenas da produção de conhecimento, mas também de seu papel nas feiras regionais e de sua posição estratégica como cidade portuária, como apresentado pelo autor, o que reforça a ideia de redes transatlânticas de comércio e circulação (Braudel, 1983, p. 426).

Desse modo, o Mediterrâneo configurou-se como um espaço plural e fértil para a construção de saberes híbridos. Como afirma Petra Sijpesteijn (2019) em seu capítulo “O Suq Mediterrâneo: Comércio e trocas ao redor do Mediterrâneo (600–1200)”:

Conforme produtos, ideias e pessoas se moviam ao redor do Mediterrâneo, gostos, condições, preferências e necessidades causavam forte impacto, possibilitando o surgimento de formas culturais partilhadas, mas ao mesmo tempo, regionalmente distintas. A fragmentação regional foi resultado do engajamento político e econômico que afetava o grau de entrelaçamento cultural que era verificado na cultura material, bem como no sistema de rotas e nos vetores ao longo dos quais a interação ocorria. [...] Isso não se devia tanto às conexões que ocorriam junto as barreiras ideológicas, mas sim ao fato de que governantes poderosos e bem-sucedidos ofereciam estabilidades, meios e visão para o desenvolvimento material. Suas cortes e capitais atraíam comerciantes, artesãos e eruditos.[...]. Esse ímpeto imperial, que visava demonstrar superioridade por meio da emulação ou da apropriação de formas culturais de poderes rivais assim como da expressão de uma identidade imperial partilhada ao redor do Mediterrâneo, permitiu surgimento de projetos [...], bem como do patrocínio de estudos e projetos literários linguísticos. Os fluxos subsequentes de bens e de pessoas atraída por proezas políticas e econômicas, faziam com que as rotas, os portos e os locais de trocas comerciais também fossem geralmente usados por viajantes vindos de outras localidades (Sijpesteijn, 2019, p. 182-183).

Portanto, a medicina no período medieval era uma das áreas do saber mais valorizadas, sobretudo por seu papel fundamental na qualidade de vida das pessoas. Como afirma Verger (1999, p.47) embora fosse praticada por estudiosos com formação acadêmica, também era exercida por curandeiros e indivíduos experientes no uso de ervas medicinais e saberes empíricos. O

autor ainda diz que a medicina era compreendida como uma disciplina superior e ganhou grande prestígio nos últimos séculos da Idade Média. Ainda assim, não se tratava de um campo homogêneo ou completamente institucionalizado, era um domínio plural, permeado por saberes transmitidos oralmente entre gerações e profundamente influenciado por tradições culturais e religiosas, especialmente nas regiões do Mediterrâneo. A diversidade de povos que coexistiam nesse espaço geográfico contribuía diretamente para a variedade de práticas médicas.

No século XI, o campo médico ainda não estava plenamente delimitado. Quando compreendida como ciência, a medicina institucionalizada tendia a excluir práticas periféricas, como as dos curandeiros, que frequentemente eram considerados apenas artesãos. Verger aponta:

Menos numerosos ainda que os teólogos eram, na sociedade medieval, os médicos, pelo menos se entendermos por médicos aqueles que houverem feito estudos completos e adquirido graus universitários, excluídos tanto os curandeiros, os magos e outros empíricos, quanto os barbeiros e os cirurgiões, considerados, sobretudo esses últimos, como simples artesãos, fosse pela formação, fosse pela prática. Para dizer a verdade, a medicina teve certa dificuldade para se fazer reconhecer sua plena dignidade de ciência. Ela ainda não constava das classificações do saber entre os séculos XII e XIII [...] No entanto, os mestres da escola de Salerno e, depois, de Bolonha, Pádua, Montpellier e Paris rapidamente admitiram o estatuto científico da medicina. [...] Além disso, adotando uma deontologia exigente e subordinando a preocupação com a saúde corporal à própria saúde da alma, os médicos souberam bem se colocar ao abrigo das críticas dos teólogos (Verger, 1999, p. 48-49).

Neste sentido, com o avanço da relevância dos saberes, a Escola Médica de Salerno passou a ocupar um papel de destaque. Primeiramente, por ter estabelecido uma estrutura própria voltada aos estudos médicos, mas também por estar inserida em um contexto cultural no qual havia intensa troca de conhecimentos entre povos latinos, islâmicos, bizantinos e africanos. Como observa Souto (2014, p.31), a própria lenda de fundação da escola já simboliza essa diversidade de saberes, ao associar sua origem a médicos vindos de diferentes regiões do Mediterrâneo. Trotula di Ruggiero, figura emblemática ligada à escola salernitana, foi formada em uma tradição médica que valorizava

a prática do cuidado, independentemente de suas origens culturais. Além disso, Salerno destacou-se como centro de tradução de importantes textos médicos árabes e africanos, contribuindo significativamente para a consolidação do saber médico europeu. Textos como o Trotula, o *Articella* e o *Regimen Sanitatis Salernitanum* foram utilizados por séculos, não apenas pela riqueza de conteúdos, mas também pela autoridade que carregavam ao serem associados à escola. Como aponta Souto (2014, p. 38), Constantino, o Africano, um dos principais intelectuais da escola, teria traduzido cerca de 22 obras médicas para o latim, colaborando decisivamente para a difusão do conhecimento médico no Ocidente. Verger (1990, p. 24-25) em seu livro “As Universidades da Idade Média” afirma que houve uma série de traduções em massa de textos árabes para o latim no início do século XII, dentre eles o próprio texto Avicena se encontrava, o que alimenta a probabilidade de circulação poucos anos antes.

Dessa forma, a articulação entre os conceitos de medicina no período medieval, mediterrâneo e História Global é fundamental para a compreensão das fontes centrais desta pesquisa: os escritos de Avicena e os tratados atribuídos a Trótula. O entendimento da medicina como um campo do saber permeável, diferente de outras áreas, permite enxergar como os saberes médicos circularam entre diferentes culturas, línguas e tradições ao longo da Idade Média, especialmente na região em debate.

3. Possibilidades de análise em trotula e avicena

A abordagem do Mediterrâneo enquanto espaço plural e dinâmico torna-se essencial para contextualizar a circulação e a produção desses textos. A medicina aparece, nesse contexto, como um dos campos privilegiados de conexão entre o mundo islâmico e o cristão latino. Avicena, com sua formação profundamente influenciada pelas tradições greco-arábicas, tornou-se uma autoridade médica cujos escritos circularam amplamente tanto no Oriente quanto no Ocidente medieval. Por sua vez, os textos atribuídos a Trotula, oriundos do ambiente médico de Salerno, uma cidade portuária e mercantil estrategicamente posicionada, revelam ecos diretos dessas conexões.

Essa perspectiva conectada se evidencia por meio de diversos vestígios internos às fontes. O uso, nos textos da autora, de substâncias medicinais

oriundas do Norte da África e do Oriente, assim como a menção a mulheres sarracenas como referências de prática médica, indica a apropriação de práticas e saberes árabes no seio da medicina latina. Da mesma forma, a circulação da figura e do pensamento de Avicena em regiões do Oriente conectadas comercialmente com a Península Itálica sugere que suas ideias já estavam no ambiente salernitano mesmo antes de sua tradução integral para o latim no século XII. Ainda que a tradução sistemática do Cânone da Medicina seja posterior, é natural admitir que seu conteúdo já estivesse parcialmente acessível por meio de intermediários como Constantino, o Africano, no final do século XI.

Outro indício significativo dessa circulação se dá no plano formal: é possível observar, em certos textos de Trotula, uma aproximação estrutural com a obra de Avicena. A maneira metódica como as doenças femininas são classificadas, descritas e tratadas sugere que a autora tomou como modelo a organização sistemática presentes, em especial no Cânone. Essa semelhança revela não apenas a circulação de conteúdo, mas também de formas de ordenar e legitimar o conhecimento médico, até mesmo através de fés distintas:

No momento em que DEUS, autor do universo, na primeira formação do mundo distinguiu os seres de acordo com suas espécies, separou por singular virtude o gênero humano acima das outras criaturas. A este, de fato, além da condição dos outros seres animados, deu a liberdade da razão e do intelecto. [...] Porque as mulheres são por natureza mais frágeis que os homens, nelas as doenças abundam com mais frequência, sobretudo em torno dos órgãos reservados à função natural. [...] Por tal motivo, eu, tendo compaixão pela sua desventura e particularmente impulsionada pela solicitação de uma certa senhora, comecei a ocupar-me diligentemente das doenças que muito frequentemente molestem o sexo feminino (Di Ruggiero, 2018 p. 35).

Ou ainda:

Em primeiro lugar, agradecemos a Allah pela excelência da ordem de Sua criação e pela abundância de Seus benefícios. Suas misericórdias estão sobre todos os profetas. 2. E em seguida, posso dizer que é a pedido de um de meus amigos muito especiais, a quem me sinto muito ligado considerem que preparei este livro sobre Medicina, expondo suas leis gerais e

particulares em toda a extensão necessária e, ainda assim, com a devida brevidade (Avicena, 1973, p.22).

Com isso, adotar a História Global como referencial permite compreender essas fontes não como expressões isoladas de tradições locais, mas como fragmentos de um tecido intelectual mais entrelaçado. A análise conjunta de Trotula e Avicena revela uma medicina construída a partir de múltiplas tradições inserida em um Mediterrâneo que funcionava como espaço de tradução e apropriação de saberes. Sendo assim, um campo de conhecimento profundamente marcado pelas conexões. Pois, a partir da própria perspectiva global que os dois objetos de pesquisa se tornam permeáveis entre si.

Por meio da medicina que ambos exercem e do contexto em que estão inseridos, torna-se possível analisar como as sociedades da época lidavam com um tema central: a saúde. Os saberes médicos permitiam, uma possível superação de preconceitos que em outras esferas sociais, ainda persistiam. Apesar dos conflitos sociais e das tensões religiosas, a medicina parecia oferecer um terreno mais propício ao intercâmbio de ideias, ainda que houvesse resistências. Para exemplificar, há o fato de Trotula evitar citar diretamente autores árabes, ou como Avicena opta por se afastar de certas tradições ocidentais por meio de reflexões filosófico-religiosas. Contudo, ainda se observa uma convergência notável em termos de práticas, descrições anatômicas e proposições terapêuticas nas obras. Seria ingênuo supor que autores de tamanha importância, cujo desejo era o de verem suas obras ressoarem e serem compreendidas por diferentes públicos, não buscassem em fontes diversas formas para aprimorar seus próprios escritos. A História Global nos permite identificar essas nuances que nem sempre são explícitas, mas que revelam como rupturas culturais podiam ser, simultaneamente, profundas e superficiais. Nesse sentido, os conflitos sociais e as disputas por legitimidade intelectual também se ancoravam em um intenso trabalho de apropriação e reelaboração científica sobre os mesmos temas.

A leitura que tanto Trotula quanto Avicena fazem de Hipócrates e Galeno revela não apenas uma compreensão profunda e semelhante desses autores clássicos, mas também um uso estratégico de suas ideias para o

desenvolvimento de teorias próprias. Mais do que uma simples recepção de saberes antigos, ambos se apropriam desses referenciais para construir suas abordagens específicas diante da medicina. Essa apropriação não se limita ao campo do intercâmbio intelectual no Mediterrâneo, mas também se insere em um debate mais amplo sobre a construção do saber médico e da autoridade intelectual que esses autores buscavam consolidar. Nesse sentido, os dois autores estavam empenhados em aprimorar não apenas seus argumentos e diagnósticos, mas também em legitimar suas práticas e discursos dentro de um campo que exigia relevância.

4. Considerações finais

Desse modo, ao analisar a produção médica pretendida neste trabalho, observa-se como as categorias Mediterrâneo, Medicina e História Global se entrelaçam de forma produtiva. O Mediterrâneo não é apenas um espaço geográfico, mas um terreno simbólico de trocas e tensões culturais. A Medicina emerge como um campo onde barreiras religiosas, culturais e de gênero podiam ser, ao menos parcialmente, transpostas em nome da eficácia e da autoridade. Já a História Global, enquanto perspectiva analítica, permite compreender essas dinâmicas para além das fronteiras locais, revelando reinterpretações que constituem uma rede mais ampla e complexa de saberes. Ao unir esses três eixos, a pesquisa propõe uma leitura que reconhece tanto os conflitos quanto as convergências, as continuidades e as rupturas, oferecendo uma compreensão mais plural, situada e relacional da medicina medieval.

Fontes

DEPLAGNE, Lucia C.; SIMONI, Karine (org.). **Trotula di Ruggiero: Sobre as doenças das mulheres**. Tradução de Alder Ferreira Calado e Karine Simoni. Tubarão: Copiart; Florianópolis: UFSC/DLLE/PGET, 2018.

GRUNER, O. Cameron (org.). **The Canon Of Medicine Of Avicena**. Nova York: Ams Press Inc., 1973.

Referências

ALMEIDA, Néri de Barros; DELLA TORRE, Robson (orgs.). **O Mediterrâneo medieval reconsiderado**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2019.

CONRAD, Sebastian. **What is Global History?** Princeton: Princeton University Press, 2016.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II.** 2. ed. São Paulo: Editora Pioneira, 1990. 2 v.

GREEN, Monica H. **The Trotula: An English Translation of the Medieval Compendium of Women's Medicine.** Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2001.

SIJPESTEIJN, Petra M. **O sūq mediterrâneo: comércio e trocas ao redor do Mediterrâneo (600–1200).** In: ALMEIDA, Néri de Barros; TORRE, Robson da (org.). *O Mediterrâneo medieval reconsiderado.* Campinas: Editora da Unicamp, 2019. p. 153–196.

SILVA, Marcelo Cândido da. **Uma história global antes da globalização? Circulação e espaços conectados na Idade Média.** *Revista de História*, São Paulo, n. 179, p. 1–19, 2020.

SOUTO, António de Azevedo Meyrelles do. (Trad.). **Escola Médica de Salerno,** Lisboa: By the Book, 2014.

VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média.** Bauru: EDUSC, 1999.

VERGER, Jacques. **As universidades na Idade Média.** São Paulo: Editora Unesp

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

HISTÓRIA PÚBLICA E CIBERQUILOMBISMO: DESAFIOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL FRENTE AO RACISMO ALGORÍTMICO E À DECOLONIALIDADE DIGITAL NO ENSINO ANTIRRACISTA

Janaina Cardoso de Mello⁶²

Marcelo de Souza Silva⁶³

Introdução

A Inteligência Artificial (IA) na contemporaneidade tem aprofundado debates sobre impactos éticos, sociais e políticos, especialmente no se refere às desigualdades raciais reproduzidas por sistemas automatizados. Estudos recentes apontam a persistência do racismo algorítmico, manifestado em vieses discriminatórios em tecnologias de reconhecimento facial, filtros de seleção e decisões automatizadas, que perpetuam estruturas coloniais de exclusão (Noble, 2018; Benjamin, 2019).

A crítica à neutralidade dos algoritmos demanda uma abordagem decolonial das tecnologias, articulando saberes periféricos e epistemologias não hegemônicas na disputa pela justiça digital (Mignolo; Walsh, 2018).

Nesse contexto, o conceito de ciberquilombismo, cunhado por Tarcízio Silva (2022), propõe uma insurgência negra no ambiente digital, com a criação de redes de resistência, produção de conhecimento e proteção de comunidades racializadas frente às opressões tecnológicas.

Na ótica da História Pública, essa discussão amplia-se ao considerar como os usos sociais da história (mediados por plataformas, narrativas e inteligências artificiais) podem contribuir para a visibilização de memórias negras, a crítica à colonialidade algorítmica e a promoção de práticas educativas antirracistas.

Sendo assim, esse texto tem como objetivo geral: Investigar de que forma a abordagem decolonial das tecnologias, aliada ao conceito de ciberquilombismo, pode orientar a História Pública mediada por Inteligência

⁶² Docente na Universidade Federal de Sergipe (UFS). Bolsista Produtividade CNPq/DT-2, E-mail: janainamello.ufs@gmail.com

⁶³ Docente na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). E-mail: marcelo.silva@uftm.edu.br

Artificial, de modo a promover a visibilização de memórias negras e práticas educativas antirracistas no ambiente digital.

Partindo-se da indagação: “de que maneira a integração entre Inteligência Artificial, História Pública e ciberquilombismo pode atuar na preservação e difusão de memórias negras, contribuindo para práticas de justiça social e educação antirracista em ambientes digitais?”

Propõe-se, assim, uma reflexão crítica sobre o papel da IA na produção de desigualdades e a construção de metodologias públicas e interativas que articulem tecnologia, memória e justiça social no ambiente digital.

Ética na IA: história, tecnologias e seres humanos

A Inteligência Artificial (IA) constitui um campo de investigação da Ciência da Computação e da Engenharia de Software dedicado à criação de algoritmos, modelos e sistemas capazes de planejar ações para atingir objetivos, executar tarefas de maneira autônoma, sem intervenção humana, e desempenhar funções cognitivas tradicionalmente atribuídas à mente humana (Garcia, 2020; Zawacki-Richter, 2019 *apud* Trindade; Oliveira, 2024, p. 6).

Todavia, a expansão da Inteligência Artificial (IA) contemporânea impõe debates importantes sobre seus impactos éticos, sociais e políticos. Central a essa discussão é a reprodução de desigualdades raciais por sistemas automatizados, um desafio que exige reflexão profunda e ação.

Quadro 1 – Agenda crítica da IA

Impactos Éticos	Implicações Sociais	Desafios Políticos
Aprofundar a discussão sobre a responsabilidade moral da IA	Analisar como a IA remodela as interações humanas e estruturas.	Investigar o poder da IA na governança e na distribuição de recursos

Fonte: Elaboração própria, 2025.

Nesse sentido, para além de um uso puramente instrumentalizado, é preciso pressionar às empresas e organismos políticos por uma regulamentação que restrinja seus danos sociais, e para isso reivindicar a responsabilidade moral da IA, ou seja, das *Big Tech* que definem sua linguagem de programação; bem como os processos de interação “formativa” com humanos, de modo à evitar uma dependência cognitiva da máquina; assim

como aprofundando a compreensão sobre os poderes de manipulação midiática e interferências em sistemas políticos e econômicos (quadro 1).

Estudos de Noble (2018) e Benjamin (2019) confirmam a persistência do racismo algorítmico, revelado em vieses discriminatórios em diversas tecnologias. Tecnologias Discriminatórias: 1) Reconhecimento facial com falhas de identificação; 2) Filtros de seleção em plataformas de emprego; 3) Decisões automatizadas em sistemas de crédito e justiça.

Tais caracterizações demonstram o quanto do racismo estrutural nas sociedades são absorvidos e, em larga escala digital, reproduzidos com um maior potencial de “criminalização” indevida de grupos historicamente minorizados.

Desafiando a Neutralidade dos Algoritmos

A suposta neutralidade dos algoritmos é, portanto, um mito. Isso posto que os sistemas de IA são produtos de decisões humanas, repletos de vieses que exigem uma abordagem decolonial.

Quadro 2 – Resistência Ética à IA colonial

Saberes Periféricos	Epistemologias Não Hegemônicas	Justiça Digital
Integrar conhecimentos e perspectivas das margens.	Valorizar formas de conhecimento diversas e subalternizadas.	Promover equidade no acesso e uso das tecnologias digitais.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

A abordagem decolonial requer apropriação dos recursos digitais e seu manejo pelas periferias, possibilitando à ela reestabelecer novos espaços de resistência e reconfiguração digital, inserindo suas próprias visões de mundo, de modo a ampliar a diversidade epistemológica e estética, assim como, exigindo o acesso democrático e viável aos *hardwares* e *softwares* que favoreçam não apenas o “uso”, mas também a educação digital necessária para a “conversão da linguagem”, principalmente em códigos abertos (quadro 2).

Conforme Mignolo e Walsh (2018), essa articulação é vital para contestar a colonialidade do poder tecnológico e lutar por uma internet mais justa e inclusiva.

O conceito de Ciberquilombismo, proposto por Tarcízio Silva (2022), é uma resposta insurgente à dominação digital. Ele representa a criação de espaços digitais de resistência e afirmação negra. Um “metaverso” da comunidade negra, capaz de fortalecer os valores, estética e gerar renda e aprendizado digital que propicie uma educação antirracista e combata o racismo.

Entende-se, portanto, o “ciberquilombismo” como a organização e articulação de comunidades negras no ambiente digital para resistência, produção de conhecimento e proteção contra a opressão tecnológica e o racismo estrutural (Barros; Silva, 2023; Brito, 2023; Franco, 2022; Franco; Eichler, 2022).

Esta abordagem estratégica visa fortalecer comunidades racializadas no ambiente digital. Pois, estar fora desse ambiente é ceder mais espaço aos agentes político-econômicos de dominação e opressão.

Quadro 3 - Pilares do Ciberquilombismo

Redes de Resistência	Produção de Conhecimento	Proteção de Comunidades
Construção de alianças e movimentos contra o racismo digital.	Criação e disseminação de narrativas e pesquisas antirracistas	Desenvolvimento de estratégias para mitigar danos e opressões tecnológicas.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

O ciberquilombismo oferece um arcabouço para a atuação proativa e empoderadora no enfrentamento das iniquidades digitais. Isso porque seu foco está nas alianças contra o racismo digital; em narrativas e pesquisas antirracista e em estratégias que reduzam os danos dos aparatos tecnológicos (quadro 3).

História Pública e IA: Uma Conexão Essencial

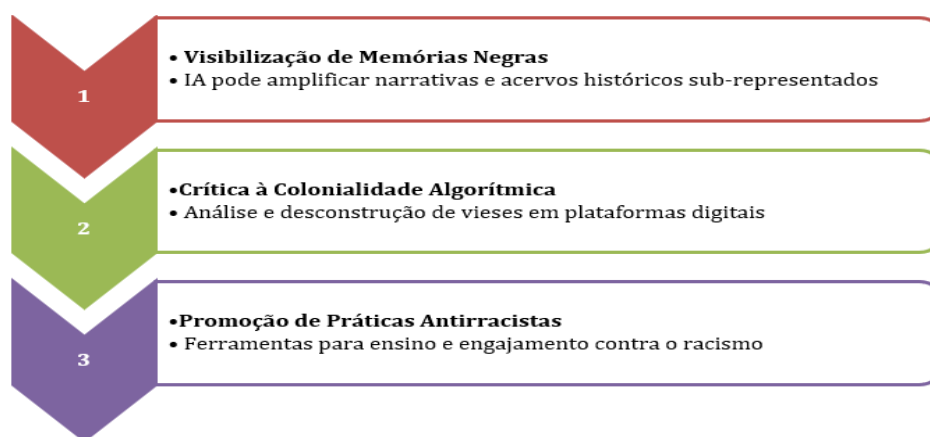
A História Pública emergiu nos Estados Unidos, na década de 1970, como resposta à crise de inserção acadêmica, sendo concebida por Robert Kelley, na Universidade da Califórnia em Santa Barbara, com a finalidade de preparar historiadores para atuar em espaços extramuros universitários, especialmente em órgãos governamentais, políticas públicas e setores

corporativos. Nesse momento inicial, havia menor ênfase na preservação patrimonial e em instituições culturais. A partir dos anos 1990, entretanto, o campo passou por uma redefinição, ampliando-se para uma concepção de “história para, sobre e pelo público”. Esse movimento valorizou a comunicação do conhecimento histórico a audiências não acadêmicas, a participação social e a atuação em museus, arquivos e parques, sendo mais bem acolhido em contextos internacionais, onde havia maior disposição dos historiadores em difundir suas pesquisas para públicos amplos do que em ocupar funções estatais ou empresariais (Cauvin, 2019).

A História Pública, ao se encontrar com as tecnologias de IA, nesse ainda breve século XXI, expande seu potencial de ação na sociedade, tanto sob a operação de historiadores em espaços de guarda de documentação histórica (arquivos, bibliotecas, museus etc.) quanto professores de História que têm diante de si o dilema de ensinar a reflexão sobre fontes históricas frente os dispositivos de Inteligência Artificial Generativa (IAG).

Nesse contexto, lida-se com dados estatísticos que consideram produções do Norte Global, deixando à margem ou na invisibilidade as produções intelectuais concebidas por historiadores e suas narrativas históricas do Sul Global. Especificamente povos originários e afrodescendentes terminam sendo ainda mais excluídos nesse panorama, uma vez que a própria academia latino-americana, e especialmente a brasileira, vinculou-se em sua longevidade as narrativas eurocentradas.

Figura 1 – IA como amplificadora do antirracismo



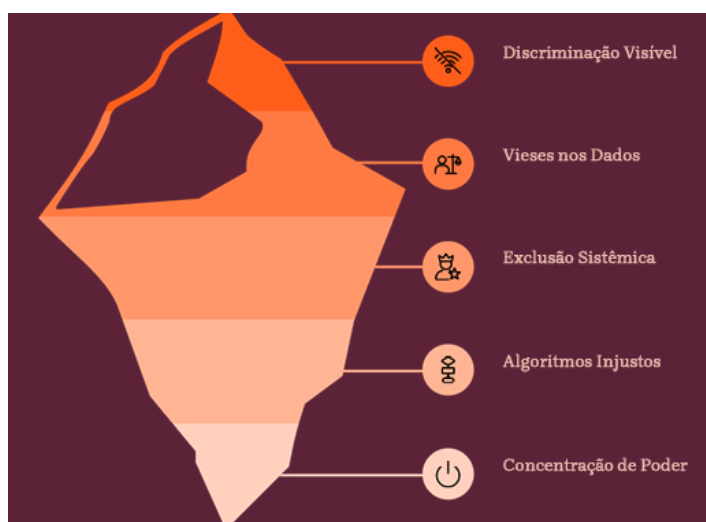
Fonte: Elaboração própria, 2025.

A mudança de rumo, tanto nos Projetos Pedagógicos de Curso das universidades, quanto nos programas curriculares da Educação Básica, precisa transformar os recursos da IA em amplificadores de narrativas e memórias dos povos negros, criticando os padrões de colonialismo algorítmico e promovendo práticas antirracistas pelo viés da educação digital de qualidade, responsabilidade e resistência criativa e autônoma (fig. 1).

O Papel Crítico da IA na Produção de Desigualdades

É fundamental que a IA seja vista como um campo que, se não houver intervenção crítica, pode reforçar divisões. Por isso a diversidade étnica, de gênero, orientação sexual, ecológica, precisa compor os quadros de fiscalização da ética em IA nas *Big Tech*, assim como integrar suas equipes de programação.

Figura 2 – As várias camadas dos problemas da IA



Fonte: Elaboração própria, 2025.

A metáfora do *iceberg* (fig. 2) permite compreender as múltiplas camadas dos problemas da Inteligência Artificial: na superfície, observa-se a discriminação visível em usos cotidianos, mas em níveis mais profundos emergem vieses nos dados que alimentam os sistemas, processos de exclusão sistêmica que determinam quem é representado ou silenciado, algoritmos que reproduzem injustiças estruturais e, na base, a concentração de poder em grandes corporações que controlam infraestrutura, conhecimento e acesso às

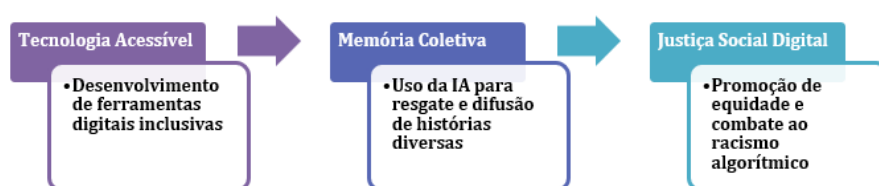
tecnologias. Essa estratificação evidencia que os desafios da IA não se restringem a falhas técnicas, mas envolvem dimensões éticas, políticas e sociais interconectadas, exigindo abordagens críticas e interdisciplinares.

Corrobora-se a premissa de que conceito de decolonialidade, antes mesmo de ser associado à tecnologia, revela-se incômodo tanto para pessoas brancas quanto não brancas, sobretudo para as primeiras, devido à dificuldade de se reconhecerem como parte do problema que hoje se denomina “racismo algorítmico”. Essa resistência persiste e, mesmo diante de boas intenções e posturas críticas no desenvolvimento de projetos e ferramentas tecnológicas, acaba reforçando formas de continuidade da colonização algorítmica (Hora, 2023, p. 67).

Metodologias Públicas e Interativas

Propomos a criação de metodologias que articulem tecnologia, memória das comunidades negras e justiça social. Essas metodologias são essenciais para transformar o ambiente digital em um espaço de aprendizado antirracista e decolonial, posto que tratam da “inclusão” pelo desenvolvimento e não somente recepção de ferramentas digitais, do uso da IA para a diversidade das narrativas históricas e da busca pela equidade e combate ao racismo (fig. 3).

Figura 3 – Eixos de uma metodologia digital antirracista



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Dessa forma, se trata de viabilizar ações que contemplem: 1) uma “Cartografia Digital da Memória Afrodescendente” onde os constroem um mapa interativo, utilizando ferramentas como Google My Maps, ArcGIS ou QGIS, para registrar locais de importância histórica e cultural das comunidades negras locais (quilombos, terreiros, espaços de resistência); 2) uma “História Oral Digitalizada”, na qual haja a gravação de relatos de lideranças comunitárias negras, artistas, professores e moradores mais velhos, transformados em

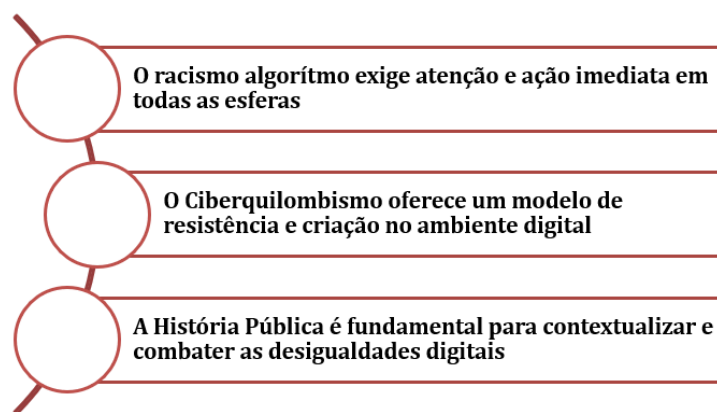
podcasts ou vídeos com edição colaborativa feita por estudantes; 3) uma “Gamificação da Resistência Negra” com o desenvolvimento de jogos digitais simples (Scratch, RPG Maker, Unity) baseados em episódios de resistência negra, como quilombos, revoltas e trajetórias de personalidades negras; 4) uma “Robótica com Narrativas Afro-brasileiras” com Oficinas de robótica educacional nas quais os robôs são programados para contar histórias da cultura afro-brasileira ou dramatizar cenas históricas (ex.: Zumbi dos Palmares, Maria Firmina dos Reis, Etelvina Amália de Siqueira); 5) um “Museu Virtual das Comunidades Negras”, onde ocorre a criação de um acervo digital multimídia (3D, fotografias, áudios, documentos) acessível *online*, elaborado por estudantes em parceria com comunidades.

As metodologias propostas dialogam diretamente com a História Pública ao promoverem a construção e a circulação de narrativas históricas em linguagens acessíveis e participativas, aproximando comunidades negras, escola e sociedade. Iniciativas como a cartografia digital, a história oral em formato multimídia, a gamificação da resistência, a robótica com narrativas afro-brasileiras e os museus virtuais configuram práticas que democratizam o conhecimento histórico e valorizam memórias coletivas, ampliando a representatividade e combatendo silenciamentos. Assim, ao articular tecnologia, memória e justiça social, essas ações reafirmam o caráter da História Pública como um campo comprometido com a mediação cultural, a inclusão social e a valorização da pluralidade de vozes históricas.

Reflexões Finais: O Futuro Antirracista da IA

A jornada para uma IA verdadeiramente justa e decolonial é complexa, mas necessária se há de fato um desejo por uma sociedade mais equilibrada em termos sociopolíticos, econômicos e culturais.

Figura 4 – Resistência digital por associações em 3 fases



Fonte: Elaboração própria, 2025.

O futuro do ensino antirracista e da decolonialidade digital depende da nossa capacidade de moldar a IA de forma ética e inclusiva. Para isso, a resistência digital precisa lançar mão da IA em três fases: 1) atenta ao racismo algorítmico e atua em sua reconfiguração, 2) o ciberquilombismo como protagonismo negro no universo da *internet*, 3) a História Pública trazendo o contexto das desigualdades e associando-o à luta por uma sociedade mais justa (fig. 4).

Analisar a IA sob uma ótica crítica significa desvelar como seus sistemas podem perpetuar e aprofundar desigualdades existentes, indo além das manifestações superficiais.

Busca-se a construção de tecnologias de IA que reconheçam e enfrentem os vieses históricos, sociais e culturais que estruturam o racismo. Isso implica desenvolver algoritmos transparentes e auditáveis, criados a partir de equipes diversas e com participação ativa de comunidades historicamente marginalizadas no processo de concepção e uso das ferramentas. Além disso, exige-se uma pedagogia tecnológica comprometida com a justiça social, na qual a IA não apenas reproduza dados, mas contribua para a valorização de memórias, identidades e culturas plurais.

Assim, a tecnologia pode deixar de ser instrumento de perpetuação de desigualdades para se tornar aliada na construção de sociedades mais inclusivas, democráticas e equitativas.

Referências

BARROS, Thiane Neves; SILVA, Tarcizio (Org.). **Griots e tecnologias digitais**. Brasília, DF: Instituto Brasileiro de Pesquisa e Análise de Dados - IBPAD: Desvelar, 2023.

BENJAMIN, Ruha. **Race After Technology**: Abolitionist Tools for the New Jim Code. Cambridge: Polity Press, 2019.

BRITO, L. L. **Ciberquilombo**: autopreservação, reterritorialização e sociabilidade negra no Twitter. 2023. 229 f. Tese (Doutorado em Comunicação). Goiânia: Faculdade de Informação e Comunicação, Universidade Federal de Goiás, 2023.

CAUVIN, Thomas. The rise of Public History: an international perspective. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 11, n. 23, p. 8-28, maio/ago. 2019.

FRANCO, Nelza Jaqueline Siqueira. **Ciberquilombismo** - negras e negros no espaço digital: perfis digitais pretos performando saberes, memórias, acolhimento e letramento racial. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação; Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.

FRANCO, Nelza Jaqueline Siqueira; EICHLER, Marcelo Leandro. Tecnodiscursos que emergem de perfis ciberquilombistas: um olhar aos espaços negros digitais e aos discursos que de lá reverberam. In: **Anais do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. João Pessoa: Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação/ UFPB, 2022.

HORA, Nina da. Inteligência local, soberania digital e soberania de dados. In: PENTEADO, Cláudio; PELLEGRINI, Jerônimo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.) **Plataformização, Inteligência Artificial e Soberania de Dados**: Tecnologia no Brasil 2020-2030. São Paulo: Ação Educativa, 2023. p. 61-72

MIGNOLO, Walter D.; WALSH, Catherine E. **On decoloniality**: Concepts, analytics, praxis. Duke University Press, 2018.

NOBLE, Safiya Umoja. **Algoritmos da opressão**. Como o Google fomenta e lucra com o racismo. Santo André: Rua do Sabão, 2021.

SILVA, Tarcizio. **Racismo algorítmico**: inteligência artificial e discriminação nas redes digitais. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2022.

TRINDADE, Alessandra Stefane Cândido Elias da; OLIVEIRA, Henry Poncio Cruz de. Inteligência artificial (IA) generativa e competência em informação: Habilidades informacionais necessárias ao uso de ferramentas de IA Generativa em demandas informacionais de natureza acadêmica-científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 29, Fluxo Contínuo, 2024: e-47485.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

IMPrensa E GAZETA DIÁRIA FUNM/UNIMONTES: ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS COMO EXPRESSÃO DAS MEMÓRIAS E DO PATRIMÔNIO CULTURAL INSTITUCIONAL

Luís Gustavo Souza Fróes⁶⁴

João Olímpio Soares dos Reis⁶⁵

A imprensa nacional tem sido, com frequência, objeto de análise em diversos espaços acadêmicos, servindo como fonte para compreender aspectos da cultura, da economia, da política, da educação e dos costumes. Partindo dessa perspectiva, nossa investigação concentra-se no estudo dos periódicos, valorizando grupos sociais que, dentro de uma tradição positivista, chegaram a ser considerados de pouca relevância. Também buscamos destacar o papel da imprensa educacional, alinhando-nos à proposta de Thompson (2012), que defende uma “história vista de baixo”. Do mesmo modo, a Escola dos Annales contribui para essa abordagem ao reforçar a importância das micro-histórias e ao abrir espaço para a chamada “Nova História”, responsável por transformar, na primeira metade do século XX, a forma como se entendem as fontes e os objetos de pesquisa histórica.

No campo da Arquivologia compreendemos o arquivo como um conjunto documental acumulado no decorrer das atividades de indivíduos ou instituições, públicas ou privadas, independentemente de sua natureza ou suporte (Brasil, 1991). Esses documentos, produzidos e recebidos diariamente, atendem a diferentes demandas administrativas e sociais. Quando não há gestão documental adequada, apesar das controvérsias, é fundamental que outra instituição assuma a responsabilidade de preservá-los, garantindo sua correta organização e evitando perdas. Nesse sentido, a Diretoria de Documentação e Informação (DDI) da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) representa um espaço fundamental, pois concentra tanto documentos institucionais da Universidade quanto registros da administração

⁶⁴ Graduando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista BicUni (UNIMONTES). E-mail: gustavosouzafroes@gmail.com

⁶⁵ Doutorado em Educação, Universidade Nacional de Brasília (UNB). E-mail: joao.luciene.reis1996@gmail.com

pública local, do Fórum da cidade e de jornais de circulação regional e estadual.

Identificamos que, parte significativa da imprensa montes-clarense se encontra preservada no acervo da DDI/Unimontes. Entre os títulos salvaguardados estão o Correio do Norte (1884–1891), primeiro jornal do Norte de Minas, e a Gazeta do Norte (1918–1962). Para esta pesquisa, contudo, privilegiamos a hemeroteca Gazeta Diária Funm/Unimontes (1962–2007). Ao examinar esses periódicos, percebemos que o discurso jornalístico está sempre atravessado por interesses específicos, funcionando não apenas como canal de informação, mas também como mecanismo de construção de memória (Barros, 2019), capaz de interferir em decisões coletivas e individuais.

Nesse mesmo sentido, Tânia Regina de Luca e Ana Luíza Martins afirmam que, “A nação brasileira nasce e cresce com a imprensa. Uma explica a outra. Amadurecem juntas” (Luca; Martins, 2008, p. 8), evidenciando a dimensão histórica e formadora desses periódicos na sociedade brasileira.

A Funm/Unimontes foi criada com o propósito de integrar regionalmente o Norte de Minas ao ensino superior. Sua fundação está associada a um sentimento regionalista que consolidou Montes Claros como centro de uma vasta região, historicamente afastada dos grandes polos urbanos. Esse sentimento foi determinante para a constituição da Funm, posteriormente transformada na Unimontes, que se materializou como uma universidade voltada à integração regional (Caleiro; Pereira, 2002).

Dessa forma, a instituição passou a desempenhar um papel de destaque não apenas no campo educacional, mas também como agente de transformação social e econômica do Norte de Minas Gerais. Enquanto espaço de produção científica e difusão de conhecimento, a Universidade consolidou uma trajetória marcada por essa vocação integradora, aspecto que pode ser observado e confirmado por meio da análise de sua presença na imprensa ao longo de sua história.

Utilizamos o jornal, tanto como fonte quanto como objeto de análise, com o intuito de compreender sua subjetividade e função social, entendendo-o como um agente de formação e educação. A combinação dessa análise com outros documentos mostrou-se indispensável para captar as interconexões entre educação, política, economia, cultura e sociedade, reconhecendo a

imprensa como um instrumento de poder. Seguindo Barros (2019), adotamos procedimentos metodológicos voltados a questões essenciais como: quem enuncia?; de qual lugar fala?; e com quais objetivos?

O *corpus* selecionado corresponde a recortes do periódico Gazeta Diária Funm/Unimontes, sistematizados em ordem cronológica e por temáticas diversas. O propósito foi examinar de que modo a Unimontes, enquanto instituição educacional, aparece representada na imprensa regional e qual sua relevância para o desenvolvimento do Norte de Minas. Barros (2019) ressalta que esse tipo de investigação exige considerar não apenas o público leitor, mas também o produtor, o editor, o proprietário e os diferentes níveis de influência que participam da elaboração de uma notícia.

A análise demonstra que os jornais atuam como formadores de opinião, moldando a percepção coletiva e, em alguns casos, reproduzindo ou distorcendo informações de acordo com os interesses de determinados grupos (Luca; Martins, 2008). O conjunto de materiais selecionados, voltados especificamente para temas relacionados à Funm/Unimontes, revela como o discurso jornalístico pode reforçar perspectivas políticas, sociais e educacionais em contextos específicos.

Verificamos ainda que, como ocorre em grande parte das pesquisas de análise do discurso da imprensa, esse tipo de fonte permite compreender os movimentos historiográficos como fenômenos sociais, passíveis de múltiplas interpretações a depender dos contextos. O estudo das matérias sobre a Unimontes evidencia a centralidade da educação no Norte de Minas, tanto para o crescimento regional quanto como fenômeno social que impacta vidas e memórias. Nesse cenário, a Universidade se apresenta como agente de integração territorial, cuja atuação demanda políticas públicas voltadas à transformação da realidade em que está inserida.

A investigação sobre a trajetória da Funm/Unimontes por meio da imprensa possibilita, especialmente aos estudantes de graduação em cursos como História, Pedagogia, Geografia, Ciências Sociais, Serviço Social, Administração, Sistemas de Informação, Gestão Pública e Letras/Português, o contato com fontes diversificadas, fundamentais para a produção de narrativas históricas consistentes.

A relevância social desta pesquisa, vinculada ao projeto “Formação do arquivo da FUNM/Unimontes: de uma massa acumulada de documentos à preservação da memória institucional”, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e desenvolvido na DDI, está no fato de evidenciar que, mesmo diante de possíveis manipulações no discurso da imprensa, a Unimontes se configura como elemento fundamental para o desenvolvimento regional. Dessa forma, o estudo reforça a importância da Universidade como instituição formadora e transformadora nos sertões das Gerais.

Para este estudo, selecionamos recortes que trazem a FUNM/Unimontes mencionada em periódicos regionais, corroborando seu papel estratégico para o Norte de Minas, especialmente enquanto promotora do desenvolvimento econômico, social e político de Montes Claros e municípios vizinhos. Um exemplo está registrado em O Jornal de Montes Claros de 17 de setembro de 1970:

Nove universitários da Faculdade de Filosofia e da de Direito seguiram para Januária (5) e Salinas (4) na tarde de ontem. Nas duas cidades, vão fazer levantamento socioeconômico e educacional, a pedido do Ministério da Educação e Cultura, que prepara plano de ação conjunta para 51 municípios mineiros (O Jornal de Montes Claros, 17 set. 1970).

Esse tipo de iniciativa demonstra como a Universidade contribuiu para transformar a realidade regional, aproximando-se da sociedade por meio de ações de caráter extensionista, dimensão que continua sendo fundamental para a Instituição. Ainda hoje, a Unimontes se destaca pelo atendimento à comunidade, seja por meio de programas sociais, ligas acadêmicas ou do projeto de extensão “Unimontes Solidária”, que consolida o compromisso da Entidade com cidadania e solidariedade.

Outro marco relevante refere-se à implantação de um hospital universitário, que passou a atender grande parte da população de Montes Claros e do Norte de Minas, ao mesmo tempo em que ampliou a qualidade da formação dos novos profissionais da saúde. Sobre isso, o jornal O Globo destacou em 28 de setembro de 1970: “(...) meta prioritária do Programa de Valorização Sindical estabelecido pelo presidente da República - e oferecerá

sua estrutura, que inclui um hospital, para execução do plano na região” (O Globo, 28 set. 1970).

Torna-se evidente a relevância de uma instituição pública de ensino superior na região, não apenas pela formação acadêmica, mas pelo impacto direto em áreas como saúde, assistência social e desenvolvimento comunitário. Embora a catalogação completa das fontes relacionadas às ações da Unimontes ainda esteja em andamento, o material já disponível comprova sua forte influência sobre a economia, a cultura e a vida social do Norte de Minas.

A análise desse conjunto documental segue as orientações metodológicas de José Barros de Assunção (2019), que enfatiza a necessidade de observar não apenas o conteúdo consumido pelo leitor, mas também os agentes envolvidos na produção jornalística: quem escreve, quem edita, qual a posição do proprietário do veículo e em que medida o material pode sofrer manipulação. Essa perspectiva é basilar para compreender a imprensa como objeto de pesquisa.

Do mesmo modo, acompanhamos a reflexão de Rejane Rodrigues (2013), ao reconhecer a imprensa não apenas como fenômeno social de caráter imaginário, mas também como espaço de memória. Nesse sentido, a investigação da relação entre a Universidade, a cidade e a região, por meio da imprensa e de outros documentos, exigem aprofundamento para que se possa entender, em sua totalidade, o impacto do ensino superior e das práticas extensionistas nas comunidades do Norte de Minas.

Além disso, ao refletirmos sobre a relevância da Universidade para o Norte de Minas, é possível ampliar o olhar para diferentes perspectivas: o acesso da população a uma educação superior pública e de qualidade, próxima de suas casas, e o compromisso dos estudantes, tanto os atuais quanto os egressos, em devolver à sociedade parte do investimento recebido, fortalecendo os vínculos regionais.

A atuação contínua nos arquivos da Instituição, aliada ao envolvimento de graduandos de múltiplos cursos, evidencia como os documentos assumem um papel essencial na validação da história. Eles permitem compreender que as memórias compartilhadas pela comunidade são, na verdade, registros de acontecimentos concretos, multifacetados e, muitas vezes, pouco explorados. Por esse motivo, torna-se indispensável um esforço coletivo, em âmbito

nacional, para garantir a preservação documental, já que a perda desses registros pode significar também o enfraquecimento da própria identidade histórica e cultural.

A Unimontes, cuja missão institucional é contribuir para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país, com foco especial no Norte de Minas, consolidou-se como elemento de integração regional por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. Para atender a essas demandas, incorporou em sua estrutura organizacional, em 1994, a Diretoria de Documentação e Informação (DDI), com a finalidade de resguardar a memória da universidade e do território onde está inserida (Universidade Estadual de Montes Claros, 2025). Apesar da relevância desse trabalho, a falta de recursos tem limitado as iniciativas na área. Desde 2001, entretanto, a DDI conseguiu ampliar suas ações com o apoio de projetos financiados pela FAPEMIG e por investimentos institucionais. Graças a essas iniciativas, acervos importantes como do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário de Montes Claros, receberam tratamento técnico, digitalização e microfilmagem.

Ainda assim, a documentação referente à antiga FUNM, atual Unimontes, encontra-se em situação delicada, necessitando de medidas urgentes de preservação. Enquanto os documentos correntes garantem o funcionamento das atividades administrativas, os de caráter intermediário e permanente apresentam entraves que dificultam a tomada de decisões e a resolução de problemas. Nesse contexto, a DDI tem se destacado pelo empenho em criar condições para que a Universidade cumpra uma de suas funções mais relevantes: tornar-se um polo de produção científica. Além disso, a Diretoria se responsabiliza pela conservação de acervos fundamentais para a história de Montes Claros e do Norte de Minas, que servem como fonte constante para pesquisas acadêmicas.

Entre esses conjuntos, sobressai o Fundo FUNM/Unimontes, composto por documentos manuscritos e impressos que registram a trajetória da instituição desde 1962 até a atualidade. Trata-se de um patrimônio documental que exige atenção especial e cuja preservação se mostra particularmente pertinente diante da “Chamada FAPEMIG 04/2023”. O acervo da DDI adquire, assim, múltiplas dimensões: social, ao resguardar a memória da educação superior; cultural, por conservar saberes e práticas formados pela experiência

educacional; jurídica, ao oferecer suporte para decisões administrativas; acadêmica, por viabilizar pesquisas; e institucional, ao garantir a organização da documentação da Unimontes.

Referências

BARROS, José d'Assunção. **Fontes históricas:** introdução aos seus usos historiográficos. São Paulo: Editora Vozes, 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991.** Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8159.htm. Acesso em: 03 set. 2025.

CALEIRO, Regina; PEREIRA, Laurindo. **Unimontes:** 40 anos de história. Montes Claros, MG: Ed. Unimontes, 2002.

MARTINS, A. L.; LUCA, T. R. (Org.) **História da Imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2008.

NORA, P., & AUN KHOURY, T. Y. (2012). Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, 10. Recuperado de <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/>. Acesso em: 20 fev. 2025.

O GLOBO. **Diretoria de Documentação e Informações) da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes.** Montes Claros, MG, 28 set. 1970.

O JORNAL DE MONTES CLAROS. **Diretoria de Documentação e Informações – Unimontes.** Montes Claros, MG, 17 set. 1970.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** 2 ed. Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

THOMPSON, E.P. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos.** org. NEGRO, Antonio Luigi; SILVA, Sergio. 2 ed.: Campinas, SP: Editora Unicamp, 2012.

RODRIGUES, Rejane. **Memórias em disputa transformando modos de vida no sertão e na cidade.** Jundiaí: Ed. Paco Editorial, 2013.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS. **Nossa história.** Disponível em: <https://unimontes.br/apresentacao/historico/>. Acesso em: 03 set. 2025.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GENERATIVA E ENSINO DE HISTÓRIA: POR UMA APROPRIAÇÃO CRÍTICA, ÉTICA E CIDADÃ DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS

Nicolle Oliveira Barbosa⁶⁶

Introdução

A História Social da Inteligência Artificial não iniciou com o ChatGPT, mas remonta aos anos 1950, com o pioneirismo de Alan Turing, o Workshop de Dartmouth e os subsequentes avanços e retrocessos da área, passando pelo MIT, Harvard e outros centros de pesquisa e desenvolvimento.

No Ensino de História, promover o uso crítico das tecnologias digitais pelos discentes é essencial para a formação de uma cidadania mais reflexiva, capaz de articular teoria e prática. As Inteligências Artificiais Generativas (IAG) não devem ser compreendidas apenas como tecnologias educacionais, ou como ameaças ao ensino, mas como dispositivos que, se bem utilizados, podem favorecer pedagogias para a autonomia, a ética e o pensamento crítico. Suas funcionalidades extrapolam os limites da educação, oferecendo possibilidades de aplicação.

Por isso, este texto parte da seguinte questão: Como as Inteligências Artificiais Generativas (IAG) podem ser incorporadas ao Ensino de História de modo crítico e ético, de forma a fortalecer a autonomia discente, o pensamento reflexivo e a formação cidadã, evitando tanto o tecnodeterminismo quanto a rejeição acrítica das tecnologias digitais?

O objetivo geral busca: investigar de que maneira o uso pedagógico das Inteligências Artificiais Generativas pode contribuir para práticas de ensino de História que valorizem a autonomia, a ética e o pensamento crítico, com foco na formação docente e discente para a apropriação consciente dessas ferramentas no processo educativo.

A pesquisa segue uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória, fundamentada na História Social da Inteligência Artificial e em referenciais da didática histórica crítica. Para alcançar seu propósito, adotam-se os

⁶⁶ Licencianda em História, Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: nicolleoliveira@academico.ufs.br

procedimentos de revisão bibliográfica sistemática sobre IA e Ensino de História; análise documental de políticas e práticas educacionais relacionadas às tecnologias digitais; além do desenvolvimento de metodologias e práticas educacionais que favoreçam a apropriação consciente, crítica e responsável dos dispositivos por parte de docentes e discentes, fortalecendo os processos formativos (Fadel, 2024).

Defende-se que é imprescindível investir na formação docente para o uso ético e consciente dessas tecnologias, de modo a permitir que os(as) estudantes também se apropriem delas. É necessário, ainda, manter a centralidade de um ensino ativo, em que a IAG seja uma aliada, mas não o núcleo do processo formativo. Retoma-se, portanto, a valorização do pensamento crítico, muitas vezes ofuscado pelas promessas das tecnologias emergentes.

A História Social da Inteligência Artificial

A trajetória da Inteligência Artificial (IA) é mais longa do que muitos imaginam. Diferente da percepção popular de que a IA começou com o ChatGPT, suas raízes remontam a meados do século XX.

Em 1950, Alan Turing já explorava conceitos sobre máquinas pensantes. Este matemático, nascido em 23 de junho de 1912, em Paddington, Londres, estudou no King's College, em Cambridge, e depois, em Princeton, nos EUA, tendo posteriormente se deslocado para Manchester onde esteve envolvido no projeto de criação de uma “máquina pensante” (Lagercrantz, 2017, p. 47; Santo, 2019).

A pesquisa de Alan Turing em criptografia, que lhe permitiu decifrar os códigos da máquina Enigma durante a Segunda Guerra Mundial (mantida em sigilo até a década de 1990) constituiu marco para o desenvolvimento da computação e da IA. Pois, ao questionar se as máquinas poderiam pensar, Turing antecipou reflexões sobre aprendizado automático, defendendo que a possibilidade de um sistema modificar suas próprias instruções seria o caminho para tal avanço. Dessa perspectiva emergiu o “jogo da imitação”, mais tarde conhecido como “Teste de Turing”, publicado em 1950, no qual uma máquina seria considerada inteligente se conseguisse simular respostas a ponto de enganar um interlocutor humano. Essa formulação inaugurou um paradigma de

investigação sobre o comportamento inteligente das máquinas, orientando pesquisas subsequentes em IA e estimulando avanços notáveis em processamento de linguagem natural e em sistemas conversacionais (Jackson, 2024).

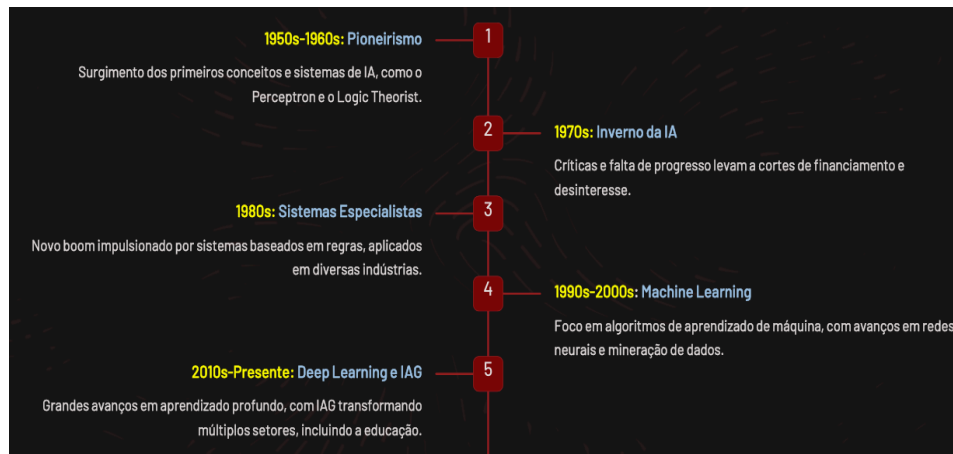
O Workshop de Dartmouth (1956) é frequentemente citado como o marco inicial do campo da inteligência artificial. Partiu da elaboração, em 1955, de uma proposta detalhada para um projeto de pesquisa de verão sobre inteligência artificial tendo por objetivo: simular aspectos da inteligência humana em máquinas, como linguagem, abstrações e resolução de problemas. Frente a isso, identificava-se sete áreas-chave de pesquisa, incluindo computadores automáticos, redes neurais e auto-aprimoramento. A proposta também incluiu os perfis dos quatro organizadores (C.E. Shannon, M.L. Minsky, N. Rochester e J. McCarthy), suas propostas de pesquisa individuais, e um orçamento solicitado à Fundação Rockefeller. Anexou-se ainda uma lista de pessoas interessadas no problema da inteligência artificial, indicando um interesse crescente e uma rede de colaboração em formação na época (McCarthy; Minsky; Rochester, 1955).

Mas, a história da IA é marcada por períodos de grande otimismo, seguidos por “invernos da IA”, quando diminuía financiamento e interesse devido às expectativas não atendidas (fig. 1). Isto porque após o pioneirismo pouco se avançou, primeiro com o “modelo *Perceptron*”, desenvolvido pelo cientista Frank Rosenblatt, configurando como uma introdução à compreensão inteligível de como funciona uma rede neural em termos matemáticos (Data Science Academy, 2025).

E nos anos de 1955 e 1956, o programa de computador “*Logic Theorist*” (LT) escrito por Allen Newell, Herbert Simon e J. C. Shaw atuou na demonstração de teoremas do Cálculo Proposicional. A atividade de prova consistia em determinar uma sequência de operadores, entendidos como regras do próprio cálculo, capazes de transformar os enunciados iniciais no teorema que se pretende demonstrar. O LT organizava a tarefa em etapas específicas: (1) aplicação de um operador a um objeto; (2) modificação de um objeto com vistas a reduzir a diferença em relação a outro; e (3) avaliação da distância existente entre o objeto transformado e o objetivo final a ser alcançado (Teixeira; Gonzales, 1983, p. 48).

Eram as primeiras experimentações em linguagem de programação buscando viabilizar a IA. Porém, em 1970, houve o “inverno da IA” com a falta de resultados significativos no campo e o abandono de investimentos. Em 1980, os “sistemas especialistas” reativam o interesse a partir de *softwares* com objetivo de simular o raciocínio de um “*expert*” em determinada área de conhecimento.

Figura 1: Linha do Tempo dos avanços e recuos no desenvolvimento da IA



Fonte: Elaboração própria, 2025.

Nos sistemas especialistas, os mecanismos de aprendizagem permitem a incorporação de novos fatos e regras a cada utilização, graças à estrutura modular da base de conhecimento, possibilitando inserir ou excluir elementos sem comprometer a lógica geral. O motor de inferência combina procedimentos de raciocínio progressivo e regressivo. No raciocínio progressivo, o usuário fornece informações que acionam o processo de busca, levando o sistema a percorrer a base de conhecimento em busca de fatos, regras e heurísticas adequados até alcançar a solução. Já no raciocínio regressivo, o sistema parte de uma hipótese conclusiva, muitas vezes sugerida pelo próprio usuário, e verifica sua validade por meio da base de conhecimento. A interação é mediada por uma interface flexível, que permite estruturar consultas e registrar o caminho percorrido pelo sistema, denominado trace, essencial para o processo de explanação. Este, por sua vez, consiste em apresentar ao usuário as razões e os procedimentos que fundamentaram a solução encontrada, oferecendo elementos para avaliar sua pertinência e decidir pela adoção ou não da resposta fornecida pelo sistema (Mendes, 1997).

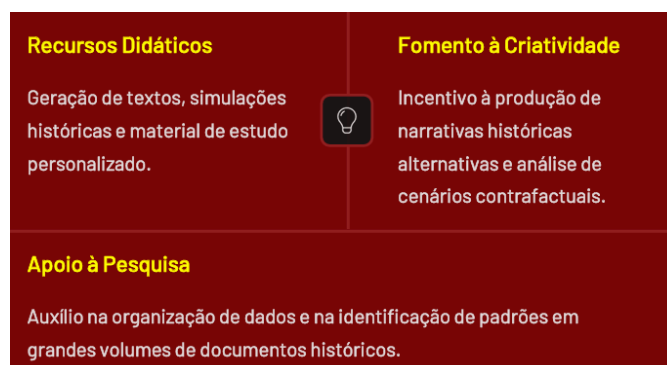
Entre 1990 e os anos 2000, a partir de um maior acesso à internet e com isso a constituição de grandes volumes de dados que podiam ser processados como treinamento o aprendizado de máquina dos algoritmos assumiu a centralidade no campo da IA, com avanços em redes neurais e mineração de dados. E de 2010 até a época atual, com o armazenamento em nuvens de um volume ainda maior de informações, o aprendizado profundo passa a utilizar redes neurais multicamadas para executar tarefas (Ludermir, 2021, p. 90).

IAG no Ensino de História

As IAG distinguem-se pela capacidade de produzir novas informações a partir de grandes conjuntos de dados previamente existentes. Ao serem treinadas com extensas bases de dados, aprendem padrões de construção que lhes permitem criar conteúdos inéditos, mas estruturalmente semelhantes aos originais. Nesse contexto, destacam-se as redes neurais generativas adversariais (GANs), compostas por duas redes: a geradora, responsável pela criação de dados, e a discriminadora, que avalia sua qualidade. Ambas operam em um ciclo contínuo, no qual a geradora aprimora seus resultados a partir do *feedback* da discriminadora, até que os dados alcancem elevado grau de consistência. Diferentemente das abordagens tradicionais de aprendizado de máquina, que dependem de dados anotados manualmente, as IAG podem identificar padrões e agrupamentos de forma autônoma e aprender em ambientes baseados em recompensas, ampliando sua aplicação (Spadini, 2023).

As Inteligências Artificiais Generativas (IAG) oferecem um vasto leque de possibilidades para o ensino de História, transcendendo a mera função de ferramenta educacional.

Figura 2: Possibilidades de uso da IA no Ensino



Não se pode perder de vista a crítica ao contexto do capitalismo de plataforma e do colonialismo de dados, centralizados em grandes empresas de tecnologia (Google, Amazon, Facebook, Apple, Microsoft) que usam algoritmos para modular comportamentos e coletar dados massivamente. Essa materialidade da IA, seus custos ambientais e trabalhistas, ressaltam a urgência de regulações democráticas para proteger a soberania de dados e evitar a precarização do trabalho e dos serviços públicos (Penteado; Pellegrini; Silveira, 2023).

O campo educacional, em suas diferentes etapas, tem passado por intenso processo de digitalização e plataforma, marcado pela adoção de ambientes como Google Suite, Google for Education e Microsoft em instituições públicas e universitárias. Tal movimento é frequentemente interpretado como uma forma de privatização interna da educação pública. Esses sistemas, ao mesmo tempo em que organizam processos, também instauram práticas de vigilância sobre docentes e discentes, impondo padrões de julgamento moral e substituindo a mediação pedagógica humana por mecanismos algorítmicos de recompensa e punição. Nesse contexto, o uso dessas tecnologias pode comprometer a formação crítica, favorecendo uma semiformação caracterizada pela substituição da experiência vivida por informações fragmentadas e desarticuladas (Penteado; Pellegrini; Silveira, 2023; Zuin, 2021).

A formação educacional crítica, ética e cidadã no uso das tecnologias digitais pelos discentes é essencial para a adoção de um posicionamento mais reflexivo e ativo frente à imersão cada vez maior dessas tecnologias digitais na educação, no mundo do trabalho e das relações socioculturais (Quadro 1).

Quadro 1 – Ações de uma Educação Crítica, Ética e Cidadã

Pensamento Crítico	Cidadania Digital	Autonomia
Desenvolver a capacidade de questionar fontes geradas por IA, compreendendo seus vieses e limitações	Promover o uso responsável e ético das ferramentas digitais, combatendo a desinformação e da paráfrase sem indicação de fontes, atentando contra os direitos autorais	Capacitar estudantes a usar a IAG como um suporte, não como um substituto para a análise e reflexão individual

Fontes: Elaboração própria, 2025.

Zuin (2021) adverte que o uso acrítico da IA e das plataformas digitais, guiado por uma lógica de mercado e eficiência, pode levar a uma diluição da ética, transformando relações complexas em sistemas de controle baseados em algoritmos. Sua preocupação central é a perda da capacidade humana de julgamento moral, de pensamento crítico e de construção de relações autênticas e éticas na sociedade.

Já Arruda (2024) vê a IA generativa como uma força transformadora com grandes potencialidades para a educação, especialmente na personalização e acessibilidade, mas alerta para a necessidade de uma abordagem crítica e reflexiva que priorize o vínculo humano, a ética e o protagonismo da educação no desenvolvimento e regulamentação dessas tecnologias.

Os autores convergem na ideia de que a IA, se não for abordada com uma profunda reflexão crítica e ética, e se não for “humanizada” ou submetida ao controle humano consciente, pode levar a uma simplificação perigosa das relações sociais, à precarização do trabalho docente e a uma perda da capacidade crítica e formativa na educação. Ambos apelam à participação mais ativa e consciente dos educadores e da sociedade na definição dos rumos dessas tecnologias (Zuin, 2021; Arruda, 2024).

É imprescindível investir na formação docente para que professores e professoras norteiem os estudantes no uso ético e consciente dessas tecnologias (Fadel et al., 2024).

Figura 3: Formação Docente para o Século XXI

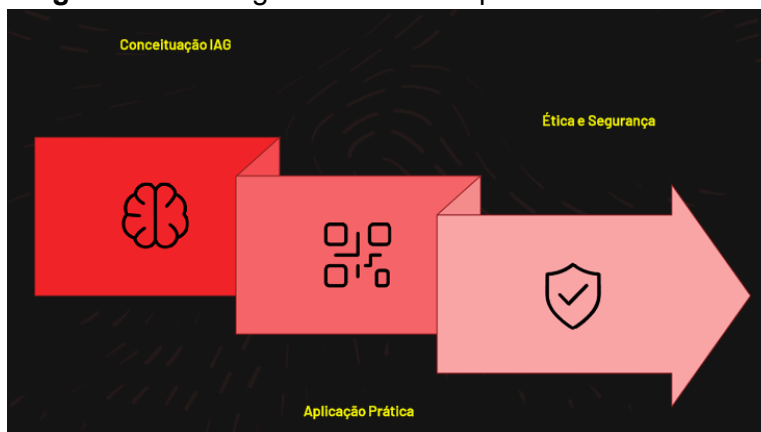


Fontes: Elaboração própria, 2025.

A IAG deve ser uma aliada, mas não o núcleo do processo formativo. Manter o ensino ativo é fundamental no desenvolvimento de habilidades essenciais como: 1) Discussão e Debate: promovendo o diálogo sobre as perspectivas históricas geradas pela IA; 2) Análise Crítica: incentivando a validação de informações e a identificação de vieses em conteúdos digitais; 3) Resolução de Problemas: utilizando a IAG como ferramenta para investigar problemas históricos complexos.

Desse modo, é fundamental desenvolver abordagens que favoreçam uma apropriação consciente, crítica e responsável das ferramentas de IAG por docentes e discentes, fortalecendo os processos formativos. Entendendo que essa concepção perpassa a devida pesquisa/estudo para a apropriação científica da conceituação de IAG em seus campos multidisciplinares (computação, linguística, direito, filosofia, sociologia, história); a aplicação prática no que diz respeito à compreensão de como as IA funcionam (linguagem de programação, algoritmos) e os princípios éticos e ações de segurança digital (fig. 4).

Figura 4: Abordagens de IAG nos processos formativos



Fontes: Elaboração própria, 2025.

Sob esse aspecto as possibilidades de um futuro melhor na percepção educacional só irão se concretizar através da defesa de uma abordagem crítica, participativa e soberana em relação às tecnologias digitais e à Inteligência Artificial (IA). Por isso o reforço na necessidade de enfrentar o “colonialismo digital” e a “alienação técnica” por meio de políticas públicas que valorizem o conhecimento local, a infraestrutura pública e uma educação que

promova a consciência tecnopolítica (Penteado; Pellegrini; Silveira, 2023; Unesco, 2022).

Conclusões e Próximos Passos

A Inteligência Artificial Generativa configura-se como um recurso estratégico para a inovação no ensino de História, desde que utilizada de forma crítica, ética e orientada à formação cidadã. Nesse sentido, destaca-se a necessidade de reafirmar o pensamento crítico como eixo principal, não sendo eclipsado, mas fortalecido pelas possibilidades tecnológicas. Igualmente, a formação continuada de docentes e discentes revela-se indispensável para uma atuação consciente no cenário digital, enquanto o ensino ativo deve manter a centralidade do processo pedagógico, tendo a IAG como catalisadora, e não substituta, da aprendizagem. Por fim, a pesquisa e o desenvolvimento de novas metodologias tornam-se fundamentais para consolidar práticas responsáveis e socialmente comprometidas com o uso dessas tecnologias emergentes.

Referências

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Inteligência Artificial Generativa no contexto da transformação do trabalho docente. **EDUR**, Educação em Revista. 2024; 40:e48078. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/WMcSGNHJbgMKzh3WgTh4MSb/?format=pdf&lang=pt>, acesso em: 30 ago. 2025.

DATA SCIENCE ACADEMY. **Capítulo 6: O Perceptron – Parte 1**. In: Deep Learning Book Brasil. 2025. Disponível em: <https://www.deeplearningbook.com.br/o-perceptron-parte-1/>, acesso em: 20 jul. 2025.

FADEL, Charles et al. **Educação para a era da Inteligência Artificial**. São Paulo: Fundação Santillana, 2024.

JACKSON, Amber. Alan Turing: A Strong Legacy That Powers Modern AI. **AI Magazine**, 07 jun. 2024. Disponível em: <https://aimagazine.com/machine-learning/alan-turing-a-strong-legacy-that-powers-modern-ai>, acesso em: 10 jul. 2025.

LAGERCRANTZ, David. **A morte e a vida de Alan Turing**. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.

LUDERMIR, Teresa Bernarda. Inteligência Artificial e Aprendizado de Máquina: estado atual e tendências. **Estudos Avançados**, 35 (101), 2021, p. 85-94.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ea/a/wXBdv8yHBV9xHz8qG5RCgZd/?format=pdf&lang=pt>, acesso em: 22 jul. 2025.

MCCARTHY, J; MINSKY, M. L; ROCHESTER, N. **A Proposal for the Dartmouth Summer Research Project on Artificial Intelligence**. 31 ago. 1955. Disponível em: <http://jmc.stanford.edu/articles/dartmouth/dartmouth.pdf>, acesso em: 20 jul. 2025.

MENDES, Raquel Dias. Inteligência Artificial: Sistemas Especialistas no gerenciamento da informação. **Ci. Inf.**, 26 (1), jan. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0100-19651997000100006>, acesso em: 22 jul. 2025.

PENTEADO, Cláudio; PELLEGRINI, Jerônimo; SILVEIRA, Sérgio Amadeu da (org.) **Plataformização, Inteligência Artificial e Soberania de Dados: Tecnologia no brasil 2020-2030**. São Paulo: Ação Educativa, 2023.

SANTO, José Carlos Espírito (Ed.). **Alan Turing**. Cientista Universal. Minho: UMinho, 2019.

SPADINI, Allan Segovia. O que é IA Generativa? A importância e o uso das Inteligências Artificiais como ChatGPT, MidJourney e outras. **Escola Inteliência Artificial Alura**, 03 abr. 2023. Disponível em: <https://www.alura.com.br/artigos/inteligencia-artificial-ia-generativa-chatgpt-gpt-midjourney?srsId=AfmBOopXY7BRNOi1bnlyKiiXQanECwHuR2e7NTfeVZGfsHkcoLdiPPIW>, acesso em: 25 jul. 2025.

TEIXEIRA, João de Fernandes; GONZALES, Maria Eunice Quilici. Inteligência artificial e teoria de resolução de problemas. **Trans/Form/Ação**, São Paulo, 6: 45-52, 1983.

UNESCO. **Recomendação sobre a Ética da Inteligência Artificial**. Paris: Unesco, 2022.

ZUIN, Antônio A. S. Inteligência Artificial e formação danificada: aprendizagem profunda e ética rasa entre professores e alunos. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 37, e80158, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/N3RTmG6XkFTHFhbm4LcfCMy/?lang=pt&format=pdf>, acesso em: 30 ago. 2025.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: ARTEFATO DE EXERCÍCIO DE PODER DA COMUNIDADE SURDA

Rosana Fróes Santos⁶⁷

Rosilene Aparecida Froes Santos⁶⁸

Introdução

O contexto social vê-se permeado por relações de poder, nessa seara emerge a resistência de grupos minoritários, dos quais destacamos o coletivo surdo que tem como característica principal o uso da Libras (Língua Brasileira de Sinais). Nesse sentido, esta comunicação objetiva refletir sobre a Libras como artefato de poder da Comunidade Surda. Para o desenvolvimento deste trabalho são apresentados artefatos culturais do povo surdo, dentre os quais se destaca o artefato linguístico, à luz dos pressupostos apresentados, pela autora surda Karin Strobel, na obra *As Imagens do outro sobre a cultura surda* (2008), bem como as ideias de Michel Foucault (1972; 1999; 2004), acerca do poder e das relações de poder.

Fundamentos Teóricos

No contexto atual, deparamo-nos com coletivos que têm como premissa a luta pelo respeito às suas especificidades, dentre esses coletivos podemos evidenciar a Comunidade Surda, que por meio da Cultura Surda produzem narrativas de resistência frente ao processo de colonização imposto pelos ouvintes durante séculos, denominado *ouvintismo*, termo esse derivado de *ouvintização*, que sugere “[...] uma forma particular e específica de colonização dos ouvintes sobre os surdos. Supõe representações práticas de significação, dispositivos pedagógicos etc. em que os surdos são vistos como sujeitos inferiores” (Skliar, 1997, p. 7).

Em detrimento dessa visão ouvintista, emerge a perspectiva cultural do sujeito surdo, na qual “[...] ser surdo é uma questão de vida. Não se trata de uma deficiência, mas de uma experiência visual. Experiência visual significa a

⁶⁷ Doutoranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: rosa.froes@yahoo.com.br

⁶⁸ Doutora em Estudos Literários, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: rosyfroes2015@gmail.com

utilização da visão, (em substituição total a audição), como meio de comunicação” (Perlin; Miranda, 2003, p. 218). Assim, o conjunto de características que definem o surdo e sua comunidade constitui a Cultura Surda, que diz respeito às particularidades visuais e linguísticas, que possibilitam ao surdo expressar e apreender o mundo, bem como os artefatos culturais, que segundo Karin Strobel “[...] não se referem apenas a materialismos culturais, mas àquilo que na cultura constitui produções do sujeito que tem seu próprio modo de ser, ver, entender e transformar o mundo” (2008, p. 37), dessa forma, a Cultura Surda compreende o território de relações simbólicas que possibilitam ao surdo, e sua comunidade, constituir e modificar sua identidade.

Pensando nos territórios do povo surdo e os movimentos que o circundam, podemos elucidar a autora surda Karin Strobel e seus escritos a respeito da Cultura Surda, nos quais são apresentados os artefatos culturais do povo surdo: Experiência Visual, Linguístico, Literatura Surda, Vida Social e Esportiva, Artes Visuais, Política e Materiais, que a partir de agora serão explanados.

O artefato cultural Experiência Visual tem como pressuposto a forma que o sujeito surdo percebe as informações e o mundo, a percepção visual se torna a principal via de recepção de informação e comunicação do surdo, em substituição à audição,

[...] os sujeitos surdos, com a sua ausência de audição e do som, percebem o mundo através de seus olhos, tudo o que ocorre ao redor dele: desde os latidos de um cachorro – que é demonstrado por meio dos movimentos de sua boca e da expressão corporeo-facial bruta – até de uma bomba estourando, que é óbvia aos olhos do sujeito surdo pelas alterações ocorridas no ambiente (Strobel, 2008, p. 39).

O aspecto visual se destaca dentre as especificidades do povo surdo por ser o canal de diálogo entre o sujeito surdo e o mundo, é por meio da visão que o povo surdo capta informações e se constitui, diferentemente dos ouvintes que têm como canal de comunicação a audição e a fala, com isso evidencia-se o traço distintivo entre a Comunidade Surda e a comunidade ouvinte.

O artefato cultural Familiar tem papel fundamental no processo de

desenvolvimento do sujeito, uma vez que é por meio das interrelações que se concretizam no âmbito familiar que o sujeito surdo irá se descobrir, bem como constituir-se como sujeito a partir dos valores culturais, éticos e morais que o circundam. Nas relações familiares onde há filhos surdos evidenciam-se duas situações, na primeira os pais surdos servem de exemplo e as relações mútuas estimulam o seu desenvolvimento identitário, já na situação oposta, com pais ouvintes, o ideário ouvintista sobrepõe à Cultura Surda e os filhos surdos são vistos como “problema”, onde os mesmos são forçados a desenvolver a oralização e viverem como ouvintes. Na história dos surdos são recorrentes as práticas de rejeição à surdez e à Língua de Sinais pelas suas próprias famílias, ou seja, a prática ouvintista, por meio da marginalização social, rejeição da Língua de Sinais, imposição da oralização, dentre outras ações que marcam a relação de poder no interior do corpo social, ou seja, na família.

A Literatura Surda compõe os artefatos culturais do povo surdo por servir de instrumento de representatividade e valorização cultural, uma vez que seu objetivo é mostrar à sociedade as vivências e memórias dos sujeitos surdos por meio de publicações criadas no âmbito da Comunidade Surda.

A literatura surda refere-se a várias experiências pessoais do povo surdo que muitas vezes, expõe as dificuldades e ou vitórias das opressões ouvintes, de como se saem em diversas situações inesperadas, testemunhando as ações de grandes líderes e militantes surdos e sobre a valorização de suas identidades surdas (Strobel, 2008, p. 56).

Com isso, o artefato cultural Literatura Surda não se traduz em simplesmente criar ou contar histórias, mas sim como tática de resistência do povo surdo, na luta pelo poder e o lugar de fala.

O artefato cultural Vida Social e Esportiva evidencia as atividades culturais organizadas pelo povo surdo e para o povo surdo que acontecem em sua maioria em associações, esse artefato se caracteriza por impulsionar reflexões a respeito da identidade cultural dos surdos, criação de espaços de lazer e esportivos, bem como a criação de órgãos representativos dos surdos que se constituem como espaços de construção e organização de lutas. Assim, esse artefato é de grande valor para a Comunidade Surda, por favorecer espaços variados de discussão sobre as especificidades do povo surdo, bem

como a organização de estratégias que visam o reconhecimento e o fortalecimento da Cultura Surda em diversos ambientes, onde até então prevalece à cultura ouvinte como suprema e detentora do poder.

O aspecto visual é a principal forma de percepção do mundo pelo sujeito surdo, com isso o artefato cultural Artes Visuais compreende desenhos, pinturas, esculturas, teatro e outras formas que objetivam demonstrar as revoltas, discriminações, lutas e empoderamento cultural do povo surdo. Nesse cenário, as artes visuais se concretizam como instrumentos de luta e militância da Comunidade Surda em prol do seu reconhecimento cultural.

O artefato cultural Materiais diz respeito a vários elementos que surgiram por meio das transformações que se fizeram necessárias ao povo surdo, tendo em vista a sua especificidade visual, como exemplo desse artefato tem-se “[...] o TDD (Telephone Device for the Deaf), instrumentos luminosos como a campainha em casas e escolas de surdos, despertadores com vibradores, legendas closed-caption, babá sinalizadores etc.” (Strobel, 2008, p.76). Tais artefatos têm como objetivo favorecer a acessibilidade do sujeito surdo em contextos diversos, tendo como intuito fundamental possibilitar a emergência de relações simbólicas e, por conseguinte, a constituição identitária e o exercício de poder.

Finalizando a exposição dos artefatos, tem-se o artefato linguístico, que se estabelece como a principal marca da Comunidade Surda, a Língua de Sinais reconhecida como primeira língua dos surdos é responsável por propiciar aos mesmos a comunicação e a representatividade frente à comunidade ouvinte. Sendo a língua o quesito necessário para a efetivação das relações entre indivíduos de um determinado grupo, os surdos não terem o sentido da “audição” utilizam as mãos e a visão para expressar e receber informações, inicialmente as conversas se davam via gestos caseiros, mímicas e expressões corporais que ao se transformarem em objetos de estudos propiciaram o surgimento das línguas de sinais, que atualmente são vistas como

[...] uma das principais marcas da identidade de um povo surdo, pois é uma das peculiaridades da Cultura Surda, é uma forma de comunicação que capta as experiências visuais dos sujeitos surdos, sendo que é essa língua que vai levar o surdo

a transmitir e proporcionar-lhe a aquisição de conhecimento universal (Strobel, 2008, p. 44).

A Língua de Sinais alcançou seu *status* linguístico devido às investigações desenvolvidas nos Estados Unidos, pelo linguista William Stokoe por volta dos anos de 1960, tais estudos descobriram e comprovaram que as línguas de sinais possuem estruturagramatical própria diferente das línguas orais e que podem ser analisadas nos diversos níveis linguísticos como qualquer outra língua oral. Com isso, pode-se compreender a relevância da Língua de Sinais para o povo surdo, é por meio da língua que o sujeito tem a possibilidade de reivindicar os seus direitos e se representar.

O exposto é corroborado por Michel Foucault (1999, p. 115), ao afirmar que na “[...] prática do direito, nesse direito formulado noutra língua, [...] eu chamaria o ‘sofrimento linguístico’ daqueles que não podem se defender juridicamente em seu próprio idioma”, ou seja, quando o sujeito não tem acesso ao seu idioma lhe é dificultado reivindicar seu direito, assim o artefato linguístico do povo surdo garante-lhes autonomia na luta por seus direitos por possibilitar o uso da sua própria língua, corroborando assim com o pensamento de Foucault sobre a prática do direito: “Queremos um direito que seja nosso, um direito que se formule em nossa língua, que seja unificado por baixo, a partir da lei comum que se opõe aos estatutos régios” (1999, p. 115).

Nesse contexto, a língua constitui-se como instrumento de poder, onde “[...] os signos arbitrários da linguagem e da escrita dão aos homens o meio de assegurar a posse de suas idéias e de comunicá-las aos outros, assim como uma herança sempre avolumada das descobertas de cada século” (Turgot *apud* Foucault, 1999, p. 132). Dito isso, adentramos nas reflexões propostas por Michel Foucault, acerca do poder que permeia as relações sociais.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles (Foucault, 2004, p. 193).

A partir do exposto, é possível depreender que o poder não se encontra em um ou outro sujeito, o poder passa por eles, e no contexto da Comunidade Surda, o poder se concretiza por meio da Língua de Sinais. O sujeito surdo ao fazer uso da sua língua para se comunicar com seus pares no âmbito da Comunidade Surda, propicia com que essa comunidade se autorrepresente e exerça o poder frente à comunidade ouvinte, que, historicamente, impôs o apagamento da cultura surda por meio do não reconhecimento da Língua de Sinais.

Metodologia

Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica qualitativa, por meio das ideias de Karin Strobel (2008) sobre Comunidade Surda, cultura surda e artefatos culturais, com foco no artefato linguístico, bem como as perspectivas de Michel Foucault (1972; 1999 e 2004) acerca de poder e relações de poder.

Resultados e discussão

A partir das reflexões engendradas elucidou-se que os artefatos culturais do povo surdo como constituintes de narrativas oriundas dos surdos na busca por espaços de expressividade, possibilitam a emergência de territórios de exercício de poder, com vistas não somente a apresentar suas especificidades, mas, sobretudo modificar comportamentos sociais. Nesse sentido, tem-se o artefato linguístico, uma das principais marcas da cultura surda, que corresponde ao uso da Língua de Sinais como meio de expressão e apreensão de mundo, ações essas que, para além de constituir o sujeito surdo, constitui e fortalece as idiossincrasias da Comunidade Surda, potencializando relações de poder enraizadas na sua língua.

Assim, os artefatos culturais do povo surdo significam muito mais que possibilidades de autonomia na vivência cotidiana. A partir da reflexão acerca do território simbólico e o movimentos dele provenientes, percebe-se que tais artefatos propiciam os processos de territorialidade e multiterritorialidade, o que reverbera na constituição identitária, individual e coletiva, e o exercício de poder frente à comunidade majoritariamente ouvinte.

Conclusão

Por meio das discussões estabelecidas, foi possível compreender os artefatos culturais que constituem a Cultura Surda. Assim, os artefatos Experiência Visual, Linguístico, Literatura Surda, Vida Social e Esportiva, Artes Visuais, Política e Materiais estabelecem-se como elementos que demarcam as relações sociais dos sujeitos surdos. Contudo, cabe destacar o artefato Linguístico, no Brasil a Libras, como principal instrumento de exercício de poder, e ao estabelecer-se como meio de comunicação das pessoas surdas, configura-se como elemento propulsor de relações sociais, possibilitando que o sujeito surdo não somente integre redes de poder, mas, sobretudo, seja ativo no exercício do mesmo.

Referências

FOUCAULT, Michel. *A Microfísica do Poder*. São Paulo: Graal, 1972.

FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. Tradução de Salma Tannus Muchail. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção tópicos).

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 23. ed. São Paulo: Graal, 2004.

PERLIN, G. e MIRANDA, W. *Surdos: o Narrar e a Política*. Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos, n. 5, p. 217-226, Florianópolis, 2003

SKLIAR, Carlos. *Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos*. Porto Alegre: Mediação, 1997.

STROBEL, K. *As imagens do outro sobre a cultura surda*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

LUTAS E VIOLÊNCIAS A PARTIR DE TONI MORRISON E CONCEIÇÃO EVARISTO

Luís Fernando de Souza Alves⁶⁹

Lucas Matheus Araújo Bicalho⁷⁰

Introdução

A pintura *The False Mirror* (*O espelho falso*), de René Magritte (1929), traz um céu com nuvens refletido em um grande olho. O olhar, que evoca a ideia de um eu interior, olha para fora. O olhar que vê também é olhar visto. O tema dos olhos que veem, experimentam e testemunham, também são olhos que recebem olhares. Os efeitos e ações conectados aos olhares para fora e para dentro se fazem presentes, por exemplo, nos livros *Olhos d'água*, de Conceição Evaristo (2018), e *Beloved* (*Amada*), de Toni Morrison (2004). Diante disso, objetiva-se aqui apresentar partes das duas obras que evidenciem as temáticas das violências e das lutas testemunhadas por meios dos olhares. A metodologia aqui assumida é qualitativa, sendo a pesquisa realizada a partir de uma revisão bibliográfica (Gil, 2002).

Toni Morrison: vida e *Amada*

Nascida Chloe Ardelia Wofford (18 de fevereiro de 1931 – 5 de agosto de 2019), Toni Morrison foi uma escritora estadunidense que, em 1988, ganhou o *Prêmio Pulitzer*, por conta do livro *Amada* (1987). No ano de 1993, recebeu o prêmio Nobel de Literatura em 1993 (Observer Voice, 2024). No livro em questão, Morrison (2004) traz uma história ambientada no pós-guerra civil americana. O romance traz uma família de ex-escravos que mora em uma casa assombrada por um espírito. A narrativa tem conexão com a vida de Margaret Garner, uma escrava que saiu do estado escravista de Kentucky para o estado livre de Ohio em 1856. Em 1850, quando oficiais do exército dos Estados Unidos invadiram a cabana em que ela estava, a mulher estava tentando matar seus filhos, para que eles não fossem devolvidos à escravidão.

⁶⁹ Universidad de Jaén (UJA). E-mail: luisf3@gmail.com

⁷⁰ Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). bicalholucas7@gmail.com

No livro de Morrison, a ex-escrava Sethe, junto de sua filha Denver, mora na 124 Bluestone Road, em um lugar assombrado pelo que elas acreditam ser o fantasma da filha mais velha que Sethe matou. Com a presença da Amada, filha que não mais estava viva, essa mãe dá todo o seu tempo e dinheiro para agradar o fantasma e tentar explicar suas ações. Denver pede ajuda à comunidade negra e mulheres vão à casa para exorcizar a Amada. Em resumo, arrasada com o desaparecimento do fantasma, Sethe, em remorso, afirma que a Amada era a melhor coisa que lhe tinha acontecido. Com o passar do tempo, os que conheceram aquela que desapareceu gradualmente passam a esquecê-la, até que seus vestígios desapareçam.

Conceição Evaristo: vida e *Olhos d'água*

Maria da Conceição Evaristo de Brito nasceu em Belo Horizonte, no ano de 1946, e é uma linguista e escritora brasileira. Seus escritos incluem poesia, romance, conto, ensaio e literatura comparada (Literafro, 2024). No livro *Olhos d'água*, publicado em 2014, a autora traz uma coleção com quinze contos, que se passam em favelas e ruas, com pobres e vítimas da violência urbana. As histórias apresentam mulheres negras ou homens com a vida e destinos apoiados em mulheres. O conto *Olhos d'água*, mesmo nome do livro, trata da volta à terra natalícia e lida com a busca por respostas sobre o passado (Evaristo, 2018).

Não é só leitura, é ação...

Essas duas produções têm um tom de denúncia, ser ouvinte não é algo autorizado (Werneck, 2018). É necessário se levantar contra a violência e desumanização. O que está em questão é a valorização e politização da vida, é o decidir sobre a vida relevante e aquela que não o é, e toda sociedade fixa tais limites (Agamben, 2002; Žižek, 2002), indicando o que pode ser indigno de viver, aquilo que é julgado refugio (Bauman, 2005). Essas pessoas tendem a ser consideradas um problema e/ou obstáculo. Por conta disso, é considerada por certos indivíduos como desprovidos de valor. Matá-lo, então, não é um crime, nem uma violação de direitos humanos (Agamben, 2002; Bauman, 2005).

Temas comuns e semelhantes

No que concerne a questões comparativas, o escopo da delimitação está sobre o capítulo um de Evaristo, já que ele leva o mesmo título do livro, sintetizando bem temas presentes no decorrer dos outros capítulos. Quanto à produção de Morrison, a opção é pelo capítulo um e dois, uma vez que se trata de escrito demasiado longo.

Os olhos

O tema dos olhos atravessa o texto de Evaristo e acompanha temáticas como memória e rememorar, estando também presente em Morrison. Em Evaristo é possível encontrar aquela que, tomada pelo desespero por não lembrar da cor dos olhos de sua mãe, resolve tudo deixar tudo e, no dia seguinte, voltar à cidade onde nasceu, em busca do rosto de sua mãe, fixar o seu olhar no dela, para nunca mais esquecer da cor de seus olhos (Evaristo, 2018).

Em Morrison, por sua vez, Sethe fala daquilo que alguém deixa voltar em sua lembrança. O leitor contempla, em um dado momento uma descrição que contempla os olhos fechados de Sethe, um rosto que não é considerado tão atraente. É possível que seus olhos deixassem certas pessoas em guarda e agitadas. Sem os olhos, aquele rosto feminino era suportável, dizia respeito a um rosto possível de manejar. Além daqueles olhos fechado, também havia a boca e era bonita (Morrison, 2007).

A temática dos olhos encontra paralelos em diversos tipos de literatura, como é o caso referente a um dito do primeiro século da presente era, o qual sustenta a tese de que os olhos são como uma lâmpada do corpo. Aquele que tem olhos bons, tem um corpo iluminado. Por outro lado, aquele cujos olhos são maus, tem um corpo tenebroso (Bíblia, 2009).

Pobreza

Os dois livros também são semelhantes na tônica do pouco ter e possuir. Em Morrison, ter uma casa assombrada, ruim, era melhor do que não ter uma. O pouco possuir, em Evaristo, é notável na menção feita a meninas terem que ganhar roupas antes dos meninos, por causa de seus respectivos seios que começam a brotar. Isso vem junto da questão da memória também,

porque as linhas da autora registram uma pessoa que lembrava de algumas histórias da infância de sua mãe, que nasceu em um lugar perdido no interior de Minas, onde crianças andavam nuas até bem grandinhas.

Quem diz isso, também fala de outras histórias da infância de sua mãe, histórias essas que se confundiam com as de sua própria infância. Ela se lembra das muitas vezes que sua mãe cozinhava, mas o cheiro que subia daquela panela era como se cozinhasse ali apenas o desesperado desejo de alimento de cada membro da família (Evaristo, 2018).

Indo para Morrison, o leitor se depara outra vez com a casa. Em uma das conversas, um personagem diz que a mulher deveria se mudar dali, como se ter uma casa fosse pouca coisa, como uma blusa ou uma cesta de costura, relativamente fácil de abandonar ou dar de presente quando bem entender. Para quem nunca teve uma casa, aquela, apesar dos pesares, era muito. Ter que se deslocar de um lugar, para ali viver, já tinha sido muito (Morrison, 2007). O pouco ter também, portanto, aparece nos dois escritos, bem como em partes que tratam sobre cozinhar e ter um desespero por alimento.

Escravidão

As mulheres que estão no escopo deste trabalho eram consideradas rainhas e princesas africanas em sua terra de origem. Em momentos que emerge esse tema, há uma ideia de um passado antes da escravidão, quando, no continente africano, pessoas podiam ser parte da realeza. Depois disso, por conta da escravidão, ser realeza é apenas uma brincadeira empregada para tirar a atenção da realidade e da miséria. Em Evaristo, encontra-se uma mulher é descrita assentada em seu trono, um pequeno banco de madeira. Felizes, a filha via a mãe.

As duas colhiam flores cultivadas em um pedaço de terra ao redor do barraco em que viviam. As flores eram distribuídas de modo solene nos cabelos, braços e colo da mãe. Diante dela, filhos faziam reverências a essa senhora e a ela batiam cabeça. As filhas, princesas, em volta dela, cantavam, dançavam e sorriam. Naquela época, conta a filha, ela entoava louvores às ancestrais, que desde a África vinham arando a terra com suas próprias mãos, palavras e sangue (Evaristo, 2018). Em conexão a essas ideias de um passado, Morrison (2007), em sua epígrafe, usa as palavras *sessenta milhões*

e *mais*, o que é uma referência a escravos levados para a América. Por meio dessas questões, é possível notar um passado presente de escravidão.

Considerações

A partir de breves comparações e dados apresentados, foi possível notar que as duas obras aqui abordadas têm pontos de contato comuns. São obras que falam de olhos, pobreza, escravidão, religião e família. Também, tratam de violência e reação à violência, com foco na questão da subjetividade de indivíduos. Antes de tudo, também são textos que tratam do olhar que testemunha e passa por tudo isso.

Referências

AGAMBEN, G. **Homo Sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

BAUMAN, Z. **Vidas desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**: Almeida revista e atualizada. João Ferreira de Almeida. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2009.

EVARISTO, C. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

LITERAFRO. Conceição Evaristo. Disponível em: <http://www.letras.ufmg.br/literafro/autoras/188-conceicao-evaristo>. Acesso em 22 jun. 2024.

MAGRITTE, R. **The false mirror**. 1929. Óleo sobre tela. 54 x 80,9 cm.

MORRISON, T. **Amada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

MORRISON, T. **Beloved**: a novel. New York: Vintage Books, 2004.

OBSERVER VOICE. Toni Morrison: Wordsmith Of The Human Experience. Disponível em: <https://observervoice.com/18-february-remembering-toni-morrison-on-birth-anniversary-14532/>. Acesso em: 22 jun. 2024.

WERNECK, J. Introdução. In: EVARISTO, C. **Olhos d'água**. 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas Míni, 2018.

ŽIŽEK, S. Are we in a war? Do we have an enemy? **London Review of Books**, v. 24, n. 10, 2002.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

MARICOTA: CORPO, SEXUALIDADE E TRANSGRESSÃO NA OBRA O ABORTO (1893) DE FIQUEIREDO PIMENTEL

Amanda Afonso da Silva⁷¹

A *Belle Époque* europeia, que se estendeu do final do século XIX ao início do XX, foi marcada por avanços tecnológicos e transformações culturais. No Rio de Janeiro, recém instaurada capital da República, esse período se manifestou de forma particular: enquanto a elite local adotava os ideais europeus, as camadas populares enfrentavam uma modernização excludente.

Nesse cenário, surgiu *O Aborto* (1893), de Alberto Figueiredo Pimentel. A obra não só escandalizou a sociedade por seu conteúdo sexual explícito, mas também se tornou um fenômeno editorial, vendendo mais de 6.000 exemplares em poucos meses (O Paiz, 1893). Embora pouco conhecido atualmente, Pimentel atuou ativamente como cronista e ficcionista na capital fluminense, demonstrando notável versatilidade em sua obra, que abrange desde romances naturalistas polêmicos até literatura infantil (Mendes, 2023).

Lançado pela Livraria do Povo, o livro começou a circular como folhetim no periódico *Província do Rio*, mas sua publicação foi interrompida pois a redação considerou o conteúdo inadequado para o público, como relatado pelo próprio Pimentel em seu "Prefácio Indispensável". O lançamento da obra ocorreu em um momento em que o Rio de Janeiro se consolidava como o principal polo do mercado editorial do Brasil, com infraestrutura, profissionais e leitores concentrados na cidade.

Ao cabo de meia dúzia de números, em vista de reclamações diárias sem conta, devolução de assinaturas, cartas anônimas, etc., a redação julgou bom mudar palavras, suprimir cenas e descrições e, mais tarde, suspender-lhe a publicação. E, nesse tempo, como fora primitivamente escrito, achava-se expurgado dos vocábulos que pudessem malsoar aos castíssimos ouvidos dos poucos leitores da praia... Grande! (Pimentel, 1893, p. 25).

O trecho evidencia o conflito entre a liberdade criativa do autor e os códigos morais do século XIX. A suspensão da publicação como folhetim, após

⁷¹ Graduada em Letras Português, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
E-mail: amandaafonsosilva21@gmail.com

um processo de "limpeza" textual, foi criticada pelo autor, que usou a expressão irônica "castíssimos ouvidos dos poucos leitores da praia" (Pimentel, 1893, p. 25) para denunciar o moralismo da elite do Rio de Janeiro. Esse episódio ilustra a tensão entre o projeto estético naturalista, que buscava a representação crua da realidade, e os limites impostos pelo mercado editorial da época. A obra, cujo título remete ao Artigo 200 do Código Criminal do Império, que tratava de infanticídio e aborto, demonstrava uma ousadia ainda maior para a época.

Apesar da interrupção do folhetim, Figueiredo Pimentel publicou a história em livro, com o final que desejava. O romance, foi um sucesso imediato, vendendo mais de 6.000 exemplares em poucos meses e sendo considerado um *best-seller*. A campanha de marketing no jornal *O Paiz* associava a obra ao Naturalismo de Zola (1840-1902) e a Paul Bonnetain (1858-1899), escritor francês processado por sua obra de teor erótico. Em seu prefácio, Pimentel defende o caráter científico da narrativa, afirmando que o enredo era um evento real. Na dedicatória, o autor se equipara a outros escritores naturalistas e expressa não se incomodar com possíveis críticas que classificassem sua obra como pornográfica ou imoral.

Agora, pouco me importa que ele seja pechado de pornográfico, imoral, bandalho. Para mim, será até uma honra e uma glória: Emílio Zola, Eça de Queiroz, Aluísio Azevedo, Pardal Mallet – todos os naturalistas – para este público besta, que lê os Serões do convento e vê operetas, são também pornográficos, imorais e bandalhos (Pimentel, 1893, p. 23).

Para lançar o livro, o editor Pedro Quaresma, da ousada Livraria do Povo, orquestrou uma forte campanha de marketing que explorou o teor sexual e a associação da obra com o Naturalismo. Essa estratégia provou ser altamente eficaz, pois o lançamento coincidiu com o auge do “Caso Abel Parente”, uma polêmica pública sobre métodos contraceptivos e interrupção da gravidez que mobilizava o Rio de Janeiro. A sincronia entre o conteúdo do romance e esse debate contribuiu para que a obra se tornasse um fenômeno editorial.

A produção literária de Alberto Figueiredo Pimentel é marcada por elementos característicos do Naturalismo, como a vulgaridade, o cotidiano

trivial e a sexualidade explícita. A protagonista, Maricota, é uma figura ousada e transgressora para o Brasil do século XIX, especialmente em relação à sua sexualidade e aos costumes sociais. O autor abordou temas controversos como adultério, interrupção voluntária da gravidez e autoerotismo, assuntos que, até os dias de hoje, seriam considerados temas de debates acalorados.

Com o enredo supostamente baseado em fatos verídicos, o romance narra a história de Maricota, uma jovem de Rio Bonito, no Rio de Janeiro, cuja vida é transformada pela falência do negócio de seu pai, Joaquim Rodrigues, um hoteleiro. Desestabilizado pela concorrência do suntuoso "Grande Hotel Mendonça", o Sr. Rodrigues muda-se com a família para Niterói, a capital da província. Na nova cidade, Maricota se encanta com a vida e as novas amizades, influenciando-a a ingressar na Escola Normal, mesmo sem ter o ofício de professora como vocação.

A rotina da família Rodrigues é alterada pela chegada de Mário, sobrinho do Sr. Joaquim Rodrigues e estudante de farmácia. O rapaz, encantado pela prima, desperta nela o desejo de tê-lo como companhia. A vida da família transcorre com tranquilidade e os negócios prosperam, diante disso, o Sr. Rodrigues convida o sobrinho a morar em sua casa, uma oferta economicamente vantajosa para Mário, mas que o faz temer a proximidade excessiva com a prima. Nesse período, a família também passa a receber as visitas de Leopoldo Cordeiro, um advogado rico de 54 anos, descrito como um "velho libertino" e "mulato" que, apesar das aparências, nutre intenções ocultas em relação a Maricota.

Apesar de aparentar generosidade, o Dr. Leopoldo Cordeiro planejava endividar Mário, financiando-lhe a farmácia e arranjando seu casamento com Maricota, para, no futuro, tê-la como amante. Enquanto isso, o desejo entre os primos cresce, intensificado pelos momentos que compartilhavam nas aulas particulares. Em uma dessas noites, Mário se aproxima de Maricota para consolá-la após ter sido ríspido, e o contato físico desperta uma forte atração entre os dois, levando-o a abraçá-la ternamente, sentindo-se excitado com a proximidade da prima.

Após acalmar Maricota e recolher-se, o jovem não consegue dormir, tomado pela "empolgação do corpo". Ele decide ler *A Carne* (1888) de Júlio Ribeiro, um romance naturalista. No entanto, ao invés de acalmá-lo acaba por

“excitar-lhe o organismo, desesperando-lhe a sensualidade, aculeando-se os desejos” (Pimentel, 1893, p.83). Quase adormecido, Mario se surpreende ao ver a prima adentrar o seu quarto e, sem resistir a presença de Maricota, a toma para si:

Vestida apenas com uma camisa de linho rendada na gola, mostrando o colo, os seios túrgidos, as pernas nuas quase até os joelhos, deixando entrever as formas opulentas, a barriga meio empinada, os quadris largos, a carne exuberante, Maricota Rodrigues parecia antes uma estátua. Mário sentiu-se mal, com febre, atordoado, ao mesmo tempo deslumbrado pela beleza da moça. Invadiu-lhe de súbito um grande desejo de cópula, preso de uma potência desenfreada, com o pênis teso, ereto, repuxando a colcha. Era tarde. Todos dormiam em casa. Tinha em seu quarto uma mulher bonita, apetitosa, que o amava loucamente, a ponto de vir procurá-lo, desatinada. E fazia esforços para não se erguer rapidamente, e sem que ela pudesse evitar, agarrá-la, atirá-la ao chão, num ímpeto brutal, selvagem, despedaçar-lhe a camisa, e gozá-la nos espasmos do prazer delirante. [...] Conteve-se, entretanto. Então a rapariga, sempre serena, apoiando a mão direita no colchão, inclinou-se, fazendo saltar os seios rijos, turgentes, pela gola larga da camisa, e deu-lhe um beijo na testa (Pimentel, 1893, p.84-85).

A cena de iniciação sexual de Maricota, é um "clímax naturalista" que, sob uma análise crítica, expõe as tensões do patriarcado brasileiro do século XIX. A protagonista, ao contrário da moralidade da época, compreende a experiência como algo natural e sem culpa. Ela manifesta sua surpresa com a fuga de Mário, e, entediada com a vida monótona, encontra nos livros da biblioteca do rapaz uma forma de explorar sua própria sexualidade. A leitura de obras como *O Homem*, de Aluísio de Azevedo, e *Naná*, de Zola, ensinam a Maricota o que a historiadora Monteleone (2023) descreve como grandes imoralidades.

O enredo avança para uma sequência de eventos trágicos, a começar pela morte da mãe de Maricota e do irmão recém-nascido, o que leva à falência de seu pai. Pressionada pelas circunstâncias, a jovem aceita a proposta de ser amante do advogado Leopoldo em troca de uma vida de luxo, embora o relacionamento não inclua relações sexuais. A partir de então, Maricota mantém uma vida dupla, tendo Mário como seu amante secreto. A gravidez

indesejada decorrente dessa relação consensual entre os primos, leva a uma decisão fatídica, um aborto que causa a morte da jovem Maria Rodrigues.

Com um final moralista, a breve e transgressora vida de Maricota termina aos dezessete anos, marcada pela ousadia e pela tragédia. Seu desejo de conhecer a Corte jamais se concretizou, assim como sua tentativa de viver a sexualidade livremente, sem sofrer as duras consequências impostas pela sociedade.

Com um foco em funções corporais, na representação realista das relações físicas e na abordagem sociológica, *O Aborto* incorpora os pilares do Naturalismo, tornando-se um caso exemplar do movimento no Brasil. No final do século XIX, a imprensa carioca, que já era um importante meio de comunicação, modernizou suas técnicas de impressão, aumentando seu alcance e capacidade de formar opinião. Nesse contexto, as críticas literárias passaram a influenciar significativamente a recepção das obras.

Magalhães de Azeredo, em sua coluna na *Gazeta de Notícias*, criticou duramente o romance de Pimentel, classificando-o como "pseudoliteratura, industrial e pornográfica" (Azeredo, 1893, p.1) e negando qualquer valor artístico à obra. Em contrapartida, Coelho Neto, sob o pseudônimo de Caliban, publicou uma resenha elogiosa no jornal *O Paiz*, na qual defendeu a corajosa abordagem da sexualidade feminina na narrativa. Apesar das críticas e das controvérsias, o sucesso comercial de *O Aborto* demonstrou a popularidade da obra.

Alinhada aos movimentos sociopolíticos globais, a formação do Brasil se deu em um modelo de estratificação social rígida, com notáveis disparidades culturais. Como terra colonizada com o intuito de gerar lucros ao mercantilismo português, a sociedade que se formou era favorável à exploração de mão de obra escravizada.

Em sua obra *Mulher: do destino biológico ao destino social*, Maria Beatriz Nader aponta que o "caráter exploratório da colonização portuguesa" e o estabelecimento da escravidão foram responsáveis por criar "diferenças no relacionamento entre brancos e negros, mas também criaram limites entre os sexos e a vidas das mulheres de elite, brancas pobres, negras livres ou não" (Nader, 2001, p. 72).

O sistema escravista não só criou diferenças raciais, mas também estabeleceu barreiras entre os sexos e as diferentes classes de mulheres, como as da elite, as brancas pobres e as negras, fossem elas livres ou não. Esse pensamento moralista, que reduz a honra feminina à castidade, é violentamente desafiado por Figueiredo Pimentel em seu livro, onde Maricota — uma jovem sexualmente liberta e leitora de romances "proibidos" — rompe com o arquétipo da mulher virtuosa. Desde o início do livro, a protagonista é descrita como distante do ideal de pureza feminina da época. Ela lida com questões do corpo e da sexualidade de forma natural, comentando abertamente sobre assuntos considerados delicados para moças.

A descrição de Maricota como "leviana em excesso, namoradeira" (Pimentel, 1893, p. 35) ecoa o pânico moral da época diante de mulheres que reivindicavam autonomia sobre o próprio corpo. Essa representação revela uma personagem consciente de seus desejos e indiferente às normas sociais oitocentistas.

O envolvimento de Maricota com seu primo não apenas desafia as convenções de gênero, mas também atrai para a personagem represálias ficcionais e críticas externas à obra. A cena em que a jovem toma a iniciativa de ir ao quarto de Mário para ter sua primeira experiência sexual, inverte os papéis, transformando-a de objeto passivo em sujeito do próprio desejo.

Azeredo, em sua crítica sobre o livro, afirma que é inconcebível que uma jovem solteira entrasse no quarto de um homem. Até mesmo Coelho Neto, que implicitamente fez certa propaganda para o romance de Pimentel, destaca esses que seriam comportamentos inadequados para época:

Há cenas que fariam corar o sol se o astro tivesse a fortuna ou a desgraça de conhecer as letras do alfabeto - a linguagem é de uma espontaneidade violenta – não há um circunlóquio, não há uma frase velada as coisas são ditas claramente, sem rebuço, com todos os fff e rrr, com todos os rrr principalmente (O Paiz, 1893, p. 1).

Maricota, por ser mulher, é julgada por explorar sua sexualidade. Busca o prazer de forma direta, sem devaneios românticos, inibições ou a necessidade de justificativas. Seu corpo não é um templo sagrado, nem um pecado, é simplesmente seu, e ela o usa com naturalidade.

Após a sua primeira relação sexual, a protagonista muda de atitude, tornando-se “ainda mais desembaraçada” (Pimentel, 1893, p.91), no romance, Mario possui um baú com uma coleção de romances “inapropriados”, a jovem depara-se com estes textos e os lê, escondida da mãe, aprendendo “coisas completamente ignoradas, e reparando em vários episódios que não compreendia bem, mas onde pressentia grandes imoralidades.” (Pimentel, 1893, p.92), subvertendo a leitura passiva esperada de mulheres, transformando a curiosidade em ferramenta de autonomia sobre o próprio corpo e desejo.

Órfã de mãe e com o pai mergulhado na loucura, Maricota aceita a proteção do Dr. Leopoldo – o “Bode Velho” – e se instala na residência por ele oferecida. Embora recuse a intimidade física com o homem mais velho, ela mantém um relacionamento com Mario, seu amante secreto. Deslumbrada pelas leituras “indecorosas”, ela sonha em “ser uma prostituta célebre”, imaginando manipular os homens ricos da cidade e se tornar a mulher mais requisitada da época, onde os maiores poetas e artistas frequentariam sua casa (Pimentel, 1893).

Em suma, Maricota rompe com o modelo feminino idealizado no século XIX, desafiando a moralidade conservadora de sua época. Embora marginalizada e duramente criticada pela sociedade conservadora da época, a obra de Figueiredo Pimentel, se destaca por sua audaciosa crítica às contradições sociais, de gênero e de poder do final do século XIX. A personagem principal, Maricota, subverte a noção de feminilidade ao confrontar a repressão moral e religiosa de seu tempo. Ela se revela uma figura transgressora e sexualmente curiosa, com ambições que vão além do espaço doméstico, desafiando o patriarcado e as normas sociais que limitavam o papel da mulher.

Apesar de Maricota ser uma personagem transgressora que desafia a hipocrisia social e a moralidade do século XIX, seu destino trágico pode ser lido como um desfecho moralista, no qual ela “paga” por suas transgressões. Essa ambivalência demonstra que, mesmo com a audaciosa representação de uma mulher sexualmente livre, o autor não se desvincula completamente do moralismo didático da época, evidenciando como até mesmo escritores progressistas estavam sujeitos aos limites de seu tempo. Assim, a trajetória da

protagonista serve como um testemunho das tensões e possibilidades da representação feminina na literatura brasileira oitocentista.

Referências

AZEREDO, Carlos Magalhães de. Homens e livros. O aborto. Rio de Janeiro, **Gazeta de Notícias**, 3 de julho de 1893. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/103730/per103730_1893_00169.pdf. Acesso em: 25 jul. 2025.

MONTELEONE, Joana. **Figueiredo Pimentel, o Zola da Praia Grande: erotismo e pornografia em O aborto (1893)**. Itinerários, Araraquara, n. 56, p. 277-290, jan./jun. 2023. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/18150/16278>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MENDES, Leonardo. **O Zola da Praia Grande: Figueiredo Pimentel e o naturalismo**. In: PIMENTEL, Figueiredo. O aborto. Estabelecimento do texto e organização de Leonardo Mendes e Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2015 [1893], p. 7 14.

NADER, Maria Beatriz. **Mulher do destino biológico ao destino social**. 2. ed. rev. - Vitória: EDUFES/CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS, 2001.

NETO, Coelho. O AB... (por Figueiredo Pimentel). Rio de Janeiro, **O Paiz**, 26 de março de 1893. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1893_03976.pdf. Acesso em: 28 jul. 2025.

PIMENTEL, Figueiredo. **O aborto**. Estabelecimento do texto e organização de Leonardo Mendes e Pedro Paulo Garcia Ferreira Catharina. Rio de Janeiro: 7Letras, 2023 [1893].

O PAIZ. Rio de Janeiro, n. 04001, p. 6, 21 abr. 1893. Disponível em: https://memoria.bn.br/pdf/178691/per178691_1893_03973.pdf. Acesso em: 15 jul. 2025.

PORTO, Mariana Martins. O aborto (1893), de Figueiredo Pimentel: um romance esquecido. **Revista Letras**, [S. l.], v. 100, 2020. DOI: 10.5380/rel.v100i0.68573. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/68573>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MEMÓRIAS FEMININAS E PATRIMÔNIO CULTURAL EM SÃO FRANCISCO: ENTRE DISPUTAS SIMBÓLICAS E SILÊNCIOS, O QUE FICA DAS MULHERES QUANDO NÃO VIRAM ESTÁTUAS

Cíntia Aparecida Amaral da Silva⁷²

Introdução

A cultura está diretamente relacionada à identidade de uma população, permitindo que os indivíduos se reconheçam como parte de uma comunidade específica, seja por ancestralidade ou pela interação cotidiana. Os modos de vida, assim como as memórias são fundamentais na formação pessoal e moral dos sujeitos, devido ao seu caráter social, favorecendo a ampliação de suas potencialidades, sobretudo na sociedade em que estão inseridos.

As manifestações tradicionais de uma comunidade representam vivências e/ou expressões, tanto materiais⁷³ quanto imateriais⁷⁴, frequentemente chamadas de patrimônio cultural⁷⁵. Essas manifestações são significativas devido ao seu vínculo com lugares ou elementos de memórias, gerando um sentimento de pertencimento (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL, 2012).

Durante certo tempo o patrimônio cultural, era voltado, principalmente para construções e aspectos físicos como esculturas e monumentos e mantinha uma lógica excludente e patriarcal. Entretanto, com a promulgação da constituição foi possível repensar seus limites, e esse conceito foi ampliado, possibilitando o reconhecimento e salvaguarda dos bens de natureza imaterial (BRASIL, 1988). Tendo a diversidade como ponto de partida reflexivo, esse fato

⁷² Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista Capes. E-mail: cintiaap2410@gmail.com

⁷³ O conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm> Acessado em: 08/07/2025.

⁷⁴ São as expressões artísticas, práticas sociais, rituais e atos festivos; nos conhecimentos e práticas associados à natureza e ao ambiente, são as técnicas artesanais tradicionais, entre outros (INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS)

⁷⁵ O conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remete à história, à memória e à identidade desse povo (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL).

expandiu o debate, abrangendo grupos historicamente marginalizados como mulheres e pessoas negras, possibilitando que suas manifestações cotidianas e saberes tradicionais fossem reconhecidos como patrimônio cultural de natureza imaterial.

A cidade de São Francisco localizada no estado de Minas Gerais e banhada por um dos rios brasileiros mais importantes “o rio São Francisco” ou como é popularmente conhecido “Velho chico”, apresenta tradições e memórias da população local, incluindo festas tradicionais consideradas bens imateriais e edificações vistas como bens materiais. Entretanto, essas manifestações estão diretamente ligadas a diversos interesses e posicionamentos sociais, políticos, econômicos e culturais.

O estudo parte da observação de que o patrimônio cultural material do município evidencia uma lógica de apagamento da presença das mulheres, valorizando majoritariamente figuras masculinas. Ao analisar essa realidade, tornou-se necessário investigar quais memórias femininas são representadas na cidade. Na ausência de representações materiais visíveis tomemos exemplos no patrimônio imaterial, em memórias locais que apesar de não oficialmente reconhecidas contemplem referências femininas. Essa discrepância evidencia que o patrimônio cultural é um campo de constantes disputas, onde nem todas as memórias têm o mesmo valor simbólico ou visibilidade social.

A relevância desta pesquisa está em evidenciar o silenciamento imposto às mulheres ao longo da história e como o campo cultural também não esteve isento desse processo. Ainda assim, mesmo ausentes de bustos e estátuas, elas permanecem presentes na cidade por meio de seus saberes, práticas e narrativas. Reconhecê-las como produtoras de cultura é um passo fundamental para torná-las protagonistas de sua própria história e valorizar suas contribuições na construção do patrimônio das futuras gerações, ainda que essas presenças não sejam visíveis nos espaços públicos.

Entre fontes e vozes: caminhos metodológicos para alcançar memórias

A partir da análise de inventários e registros de bens culturais, realizados pela Prefeitura Municipal de São Francisco, assim como a secretaria de cultura e do patrimônio responsáveis por essa atividade, juntamente com as narrativas

orais, será possível averiguar quais manifestações culturais vinculadas às mulheres foram reconhecidas e valorizadas na cidade de São Francisco.

A pesquisa utilizará a História Oral, com ênfase nas contribuições de Portelli (2016) que a celebra como arte da escuta e valorização de uma narrativa subjetiva como forma de inscrever memórias historicamente marginalizadas. As orientações de Le Goff (1992) sobre o processo seletivo da memória, sobretudo a relação do documento/monumento será considerada. Isso articulado a discussão de gênero como categoria útil de análise com a filósofa Joan Scott (1990) juntamente com a historiadora Michele Perrot (2005), que detalha sobre os silêncios da história em relação as mulheres.

Essa dinâmica de trabalho permite evidenciar tanto a presença quanto a ausência de bens patrimoniais ao analisarmos os registros e inventários existentes na cidade. Por meio deles, é possível compreender as relações de poder que orientam quais manifestações culturais são mais reconhecidas e valorizadas, bem como observar de que forma as mulheres aparecem nesse processo.

A análise revela a seletividade da memória no reconhecimento oficial dos bens culturais, apontando para quais documentos, monumentos e manifestações foram preservados. Nesse contexto, a incorporação da história oral torna-se uma estratégia essencial para ampliar o reconhecimento e dar visibilidade a memórias silenciadas, sobretudo as femininas.

Os inventários e os registros de bens patrimoniais são fundamentais, pois eles contemplam informações importantes sobre as manifestações, desde o que se trata cada uma, até o estado de preservação desses bens, permitindo a análise e identificação dos bens culturais da região, materiais e imateriais, bem como a compreensão de informações referente ao processo de salvaguarda.

Ao articular esses registros com a história oral, especialmente de mulheres ligadas às práticas culturais locais, busca-se inscrever novas memórias nos debates patrimoniais, reconhecendo suas vozes e experiências. O uso adicional da fonte oral vai permitir uma análise mais rica das mulheres que praticam essas manifestações imateriais, sobretudo a trajetórias delas e o sentimento de pertença na realização destas atividades.

Ao analisar a forma como o patrimônio cultural tem representado ou silenciado as mulheres em São Francisco, é necessário compreender como as relações de gênero estruturam essas escolhas simbólicas. O que é lembrado ou esquecido não é neutro, mas responde a lógicas históricas de poder inseridas em um sistema de significado que atribuem sentidos diferentes às experiências masculinas e femininas.

A partir da reflexão de Joan Scott (1990), é possível compreender que o lugar ocupado pelas mulheres na vida social não é determinado simplesmente pelas atividades que elas realizam, mas sim pelo significado social atribuído a essas atividades dentro de contextos históricos e relações de poder concretas. Essa perspectiva é central para este trabalho, pois evidencia que o apagamento das mulheres do patrimônio cultural material como monumentos, bustos ou edificações tombadas não se dá pela ausência de contribuição, mas sim por uma desvalorização simbólica do que é considerado digno de ser preservado.

O diálogo entre gênero e patrimônio cultural exige uma reflexão que inclua todas as pessoas. Quando a cidade, enquanto espaço social, apresenta poucas ou nenhuma referência às memórias femininas, toda a população é prejudicada, pois deixa de vivenciar uma perspectiva promotora de diversidade e de uma sociedade democrática, livre de exclusões e discriminações.

Assim, gênero e patrimônio cultural se configuram como campos de disputa no e sobre o espaço urbano, entendido como lugar de transformação, onde agentes culturais enfrentam múltiplos contextos multiculturais e diferentes formas de desigualdade (Fraga, 2020).

Patrimônio Cultural e memórias femininas: Quais e de quem?

A memória, entendida como a construção social das lembranças coletivas, é sempre atravessada por relações de poder que definem o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido. Segundo Michael Pollak (1989), existe um tipo específico de memória, denominada memória enquadrada, que se refere àquelas lembranças organizadas e legitimadas socialmente, frequentemente reforçadas por instituições como a escola, o Estado, os museus e os monumentos.

A memória é fator central no entendimento da constituição de um patrimônio cultural, pois são as memórias que dão sentido a ele, quando reconhecidas por um coletivo, elas se transformam em uma memória social, garantindo sentimento de pertença e identidade, se tornando legítima quando inventariada e tombada. Apesar disso memórias que não possuem o selo de reconhecimento não deixam de ser menos importantes, ao contrário são tão fundamentais quanto as reconhecidas, pois caracterizam um cenário de disputa e principalmente resistência.

Pensar a memória como patrimônio, nesse sentido, é reconhecer que existe uma escolha política de memória, o que se esquece ou se silencia representa uma disputa, entre memórias dominantes e narrativas subalternizadas que emergem. Onde o que se preserva e celebra socialmente também denuncia o que se cala e se apaga (Pollak, 1989).

Nesta perspectiva o diálogo entre gênero e patrimônio cultural, com ênfase nas memórias de mulheres, perpassa uma análise historiográfica em que a mulher durante muito tempo foi relegada ao silêncio. Consequentemente no setor cultural ela também não esteve isenta, durante muito tempo o patrimônio privilegiava apenas figuras masculinas e grandes edificações associadas a religiosidade como únicas dignas de preservação. Enquanto grupos minoritários, como mulheres, pessoas negras e dentre outros não figuravam nos registros oficiais, permanecendo sempre a margem.

A autora Hilda Jaqueline de Fraga, no artigo “Gênero no patrimônio: por uma decolonialidade das políticas de salvaguarda”, faz uma crítica profunda às políticas de patrimônio cultural sob a lente do pensamento decolonial. A autora mostra que as políticas de preservação do patrimônio cultural foram criadas dentro de uma lógica eurocêntrica, que valoriza o homem branco, cristão e europeu como sujeito da história. Isso fez com que as mulheres, principalmente negras, indígenas, quilombolas e periféricas, fossem apagadas da memória oficial, mesmo sendo responsáveis por práticas culturais fundamentais. Com base em autores como Aníbal Quijano, Rita Segato, Lugones, ela propõe pensar o patrimônio a partir de uma lógica decolonial: isso significa romper com a ideia de que apenas os saberes europeus são legítimos, valorizando saberes e práticas de mulheres e comunidades subalternizadas (Fraga, 2020).

Nessa direção, o presente estudo objetiva analisar os patrimônios da cidade de São Francisco, sobretudo os que referenciam mulheres, são memórias femininas que não estão visíveis nos espaços públicos da cidade, mas existem e estão além dos monumentos, nas práticas cotidianas, nas danças tradicionais, que se fazem presente na escrita, nos modos de saber e fazer transmitidos oralmente. Essas memórias não anulam o silêncio no setor material, mas torna essas mulheres presentes e visíveis na cidade.

A história oral, enquanto metodologia que valoriza a escuta e a experiência vivida, representa, nas palavras de Michelle Perrot (2005), uma espécie de revanche das mulheres. Diante disso, a história oral surge como uma ferramenta poderosa de resgate, capaz de romper com esse silenciamento e reinscrever as mulheres como protagonistas de suas próprias narrativas. Trata-se de um gesto de reparação e de resistência, que desafia a lógica patriarcal da historiografia tradicional e dá lugar à multiplicidade de memórias, especialmente aquelas que foram, por muito tempo, relegadas à sombra.

A autora exemplifica como o feminismo questionou esse silêncio, conforme destacado no trecho:

Enfim, o feminismo desenvolveu uma enorme interrogação sobre a vida das mulheres obscuras. Tornar visível, acumular dados, instituir lugares de memória (arquivos de mulheres, dicionários...) foram preocupações de uma história das mulheres em pleno desenvolvimento, por cerca de quinze anos. E na falta de testemunhos escritos, procurou-se fazer surgir o testemunho oral. Interrogou-se sobre o papel das mulheres nos acontecimentos públicos, por "exemplo, a Resistência onde a ação das mulheres, dissimulada na trama do cotidiano - uma sacola de compras, uma xícara de chá - foi muitas vezes considerável, bem como sua existência particular na sociedade comum. Inicialmente as mulheres manifestaram muitas reticências e seu pudor abrigava-se atrás do pretexto de sua insignificância (Perrot, 2005, p.42).

A autora destaca que, a partir desse movimento, houve uma preocupação crescente em tornar visíveis as experiências femininas que estavam à margem da história tradicional para suprir a ausência de fontes escritas sobre essas mulheres, recorreu-se à história oral como alternativa metodológica, buscando ouvir diretamente seus testemunhos e experiências.

Perrot (2005) também chama atenção para o fato de que muitas mulheres inicialmente hesitavam em contar suas histórias, acreditando que suas vidas eram "insignificantes". Esse "pudor", segundo ela, servia como um escudo contra a exposição, refletindo o quanto as mulheres foram levadas, historicamente, a não se verem como protagonistas ou agentes históricos.

Podemos citar como exemplo algumas manifestações importantes para a cidade, não somente por serem realizadas em sua maioria por mulheres, mas porque são memórias atravessadas por simbologias étnico-raciais. A feitura do cordão sagrado realizada por mulheres no quilombo pena branca é um desses exemplos, a representação foi registrada pelo catálogo do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais- IEPHA. Esse registro é fruto do cadastramento de práticas culturais ligadas ao período da quaresma e semana santa, ocorrido em 2023 que aderiram de maneira significativa a essa ação e, se mobilizaram para apresentar suas referências religiosas e culturais (INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS, 2023).

A comunidade quilombola Buriti do Meio é outro exemplo, situada no distrito de Vila do Morro, no município de São Francisco, região Norte de Minas Gerais. É reconhecida como uma comunidade remanescente de quilombo pela Fundação Cultural Palmares desde 2004, o que assegura sua preservação cultural e a proteção dos direitos do território para a comunidade (CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA, 2010). Ela apresenta em sua maioria manifestações realizadas por mulheres, desde o artesanato local até as danças tradicionais.

Entretanto, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ainda, não concedeu o título de Patrimônio Cultural à comunidade. Apesar dessa questão, a comunidade possui um valor simbólico significativo, sendo reconhecida na cidade de São Francisco, que perpassa seu reconhecimento formal, devido a riqueza dos potes de barro e as danças características da comunidade. A matriarca Dona das Neves é uma mulher bastante conhecida na comunidade e na região norte-mineira em geral, suas narrativas conseguem abarcar toda a comunidade.

A escritora Generosa Solto, é uma figura pertinente para a pesquisa, autora de obras que abordam os ritos e mitos do rio São Francisco,

especialmente o livro “Eu nunca vi não... só vejo falar”, ela consegue explorar de maneira literária as narrativas orais nas barrancas do rio (Solto, 2004). Apesar de não ser a única escritora da cidade, seus escritos são interessantes porque apresentam a riqueza da cultura na região, especificamente como a oralidade está presente no imaginário dos San-franciscanos.

As entrevistas serão fundamentais como uma maneira de ouvir essas mulheres e como elas se sentem representadas no patrimônio cultural da cidade, possibilitando compreender suas memórias, percepções e experiências a partir de uma escuta sensível. A partir dessas fontes, será possível identificar como o patrimônio tem sido construído e reconhecido oficialmente, além de valorizar as narrativas femininas como fontes legítimas de conhecimento e pertencimento.

Considerações parciais sobre gênero e Patrimônio em São Francisco

A cidade configura-se como um espaço fundamental para a construção da memória individual e coletiva. Suas representações carregam marcas de disputas locais que, muitas vezes, resultam na negligência de certas manifestações, em especial quando relacionadas às questões de gênero. Esse processo decorre dos conflitos internos presentes no próprio território, em que diferentes grupos disputam a hegemonia na pluralidade de aspectos que compõem a cidade. Assim, observa-se que o modo como os espaços urbanos e rurais se estrutura, está intimamente ligado às experiências e vivências das pessoas que ali residem.

A escuta atenta e o reconhecimento do valor epistemológico da fala das mulheres de São Francisco permitem construir um corpus de fontes que se inscreve contra a lógica monumentalista do patrimônio. Em vez de estátuas ou bustos, são as vozes, as palavras, os gestos e os escritos dessas mulheres que se tornam testemunhos históricos.

Utilizando a história oral juntamente com a análise documental de inventários do patrimônio imaterial, busca-se compreender quais memórias femininas existem na cidade que fazem referência as mulheres. O estudo contribui em especial nos dias de hoje para o debate sobre diversidade, democracia cultural e justiça de memória, reforçando a importância do

reconhecimento das mulheres como sujeitos históricos e culturais ativos. Pois em uma democracia, o gênero deve ser considerado resultado.

Agradecimentos

Agradecemos a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO ELOY FERREIRA DA SILVA. Cedefes. Buriti do Meio. Belo Horizonte, 2010.

FRAGA, Hilda Jaqueline. **Gênero no patrimônio**: por uma decolonialidade das políticas de salvaguarda. Campus Jaguarão, RS. Disponível em: https://www.ciipc2020.rj.anpuh.org/resources/anais/13/ciipc2020/1624019425_ARQUIVO_8658f0c76e68285905a68730876b6a5b.pdf. Acesso em: 11 nov. 2024.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Patrimônio Cultural Imaterial**: para saber mais. Texto e revisão de Natália Guerra Brayner. 3 ed. Brasília, DF: Iphan, 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1992, p. 387- 440.

MINAS GERAIS. Secretaria de Estado de Cultura e Turismo; INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS (IEPHA-MG). **Catálogo celebrações e ritos da Semana Santa em Minas Gerais**. Belo Horizonte: SECULT; IEPHA-MG, 2023.

PERROT, Michelle. Introdução. In; **as mulheres ou os silêncios da história**. Bauru: EDUSC, 2005, p. 9-26.

<https://drive.google.com/file/d/1rhPVPg7HXtBY53plo3jXybR88SGeTUg1/view?usp=sharing>

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SOLTO, Maria G. F. **Eu nunca vi não... só vejo falar**. Mitos e Ritos da Narrativa Oral nas Barrancas do São Francisco. 1º ed. Rio de Janeiro: Eclesiarte Editora, 2004.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

NARRATIVAS DE EXPOSIÇÃO NA EURÁSIA: O MOTIVO DO INFANTE EXPOSTO

Manuel Henrique Vieira Matrangolo⁷⁶

Histórias nas quais um recém-nascido é abandonado se repetem nas mais diversas culturas. Elas seguem um padrão reconhecível: o Motivo do Infante Exposto. Se trata de um motivo literário presente em narrativas de exposição, histórias sobre o abandono intencional e o subsequente resgate de crianças recém-nascidas, comumente envoltas em profecias e, em sua maioria, integrando histórias maiores, tipicamente biografias de heróis. A sequência típica da narrativa é a seguinte: há uma profecia que prevê o nascimento de uma criança que alterará o status-quo; uma figura de poder teme o nascimento da criança e busca impedi-lo, porém a mãe engravida mesmo assim; a mãe, temendo pela segurança do filho, ou a figura de poder, buscando eliminá-lo, expõe o infante à morte certa, lançando-o em um rio ou deixando-o em um local ermo, como uma floresta ou uma caverna; contrariando as expectativas, por sorte ou intervenção divina, a criança sobrevive e é adotada, vindo a realizar grandes feitos. É fundamental observar o caráter intencional da exposição, aspecto central desse tipo de história, assim como a idade das crianças, já que crianças mais velhas compõem um tipo de narrativa diferente (Lewis, 1980, p. 197).

A presente análise é fundamentada na monografia *O Nascimento do Herói Eurasiático: o Motivo do Infante Exposto a partir de uma perspectiva morfológica* (Matrangolo, 2023) e se preocupa unicamente com a presença do Motivo durante a Antiguidade, onde só pôde ser observado em fontes eurasiáticas, onde é encontrado em histórias de diferentes povos distribuídos pelo continente, de Roma à China. Existem narrativas de exposição no Egito, porém os exemplares preservados são posteriores ao período de maior contato com gregos e romanos, sendo versões atualizadas de histórias mais antigas que não continham o Motivo (Redford, 1967, p. 219–221). Dessa forma, associado ao fato que, em períodos anteriores à intensificação das influências greco-romanas, os egípcios estavam em constante interação com povos do

⁷⁶ Bacharel em História, Universidade de Brasília (UnB). E-mail: manuelmatrangolo@gmail.com

Oriente Próximo dentre os quais diversas histórias contendo o Motivo circulavam ao menos desde o século XVI AEC, levanta-se a hipótese de que o Motivo do Infante Exposto possa representar um fenômeno particular eurasiático.

A abordagem tem como base os métodos de análise morfológica de Vladimir Propp (2001). Em resumo, o método consiste em decompor as histórias em seus elementos fundamentais, as funções, que representam as ações realizadas pelos personagens da narrativa. O número de funções é limitado e elas se organizam segundo uma sequência de acontecimentos regida por regras particulares, permanecendo a mesma mesmo que as funções não estejam todas presentes. Podem ocorrer alterações na sequência das funções, mas estas também seguem regras específicas e determináveis e não compõem novos eixos de composição, isto é, não representam novas estruturas morfológicas, mas oscilações idiossincráticas frente ao modelo único do Motivo.

Ao todo, foram identificadas dez funções do Motivo do Infante Exposto: *previsão*; *proibição*; *concepção*; *ocultamento*; *descoberta*; *nascimento*; *preparação*; *exposição*; *proteção*; e *resgate*. Dentre estas, *proibição-concepção* e *ocultamento-descoberta* constituem pares de funções, de modo que suas manifestações nas histórias estão interligadas. Há também dois outros elementos morfológicos que não constituem funções, que tem como propósito acrescentar detalhes às tramas. Estes são: *situação inicial* (α) e *enalthecimento* (β), que pode ser inicial (β_i) ou final (β_f).

Essas funções podem ser agrupadas em três blocos: *Gestação*, contendo *previsão*, *proibição* e *concepção*; *Abandono*, englobando *ocultamento*, *descoberta* e *nascimento*; e *Acolhimento*, em que estão a *preparação*, *exposição*, *proteção* e *resgate*. A posição das funções não é estática, podendo desviar-se, porém tais desvios são limitados ao interior de seus respectivos grupos. A posição dos grupos também não é fixa, podendo ser reordenados ou ocultados em certas narrativas. Novamente, tais alterações representam idiossincrasias, não constituindo novos eixos de composição.

Uma vez estabelecida a estrutura geral, é possível detalhar as funções específicas de cada etapa, iniciando pelas que compõem o grupo *Gestação*.

A *previsão*, representada pela letra-símbolo A, equivale ao anúncio de um nascimento que trará grandes mudanças. Esse anúncio pode se dar por meio da divinação ou por meio da simples expectativa. Um exemplo seria a história do nascimento de Rômulo e Remo, em que Amúlio teme que os filhos de sua sobrinha viessem a usurpar o trono que tomara de seu irmão.

A *proibição* (B) representa a imposição de obstáculos ao nascimento do herói. Os obstáculos podem tomar a forma de regras excepcionais, impostas com o propósito específico de impedir o nascimento do herói; ou de regras pré-existentes, como no caso da história de Karna, em que as regras relativas à virgindade feminina impediam que a princesa Kunti se deitasse com Surya, o deus sol.

A *concepção* (C) apresenta a futura mãe ficando grávida com o herói. Ela pode se dar através da transgressão das regras previamente impostas em B; ou acontecer sem uma proibição, tal qual ocorre na história de Cybele, em que a criança é fruto de uma união legítima.

No Abandono, temos as funções de menor detalhamento, sendo primariamente determinadas pelo teor da trama, não sendo incomum que sua presença esteja reduzida a poucas palavras. O *ocultamento* (D) narra a tentativa da mãe de esconder a gravidez; a *descoberta* (E) apresenta o momento em que se descobre que a mulher está grávida; e o *nascimento* (F) representa o nascer do herói.

A primeira função do Acolhimento é a *preparação* (G), onde são tomadas as medidas que antecedem a exposição do infante. Elas tomam a forma da confecção do receptáculo no qual a criança será exposta; da seleção de um responsável por realizar a exposição; ou na designação de guardas para assegurar a morte do infante após a exposição. Um exemplo da terceira manifestação pode ser encontrado na história de Agátocles, em que Carcino determina que o infante Agátocles seja exposto e então ordena homens a vigiá-lo de modo a certificar-se de sua morte.

Na *exposição* (H), função central do Motivo, é narrado o momento da exposição do infante. Essa exposição pode se dar na água, lançando a criança em rio, mar ou outro corpo d'água; ou em uma região erma, selvagem, tal qual uma caverna ou uma floresta, como ocorre com Íon, que é abandonado por Creusa na caverna em que Apolo a estuprara.

A *proteção* (I) corresponde à intercessão a favor do infante, o momento em que ele é protegido e nutrido, garantindo sua sobrevivência. Essa intercessão pode ser um intermédio divino, seja ele direto ou indireto, por meio da alocação de um agente que proteja a criança; ou tomar a forma de um comportamento anormal de animais no entorno da criança, tal qual na história de K'um-mo, que fora alimentado por pássaros e lobos após ser abandonado em um campo.

Por fim, há o *resgate* (J), função na qual o infante é encontrado e acolhido. Tal qual I, ele pode se dar através da intervenção divina, tanto levando algum indivíduo até o infante como levando o infante ao indivíduo; pelo acaso, sendo a criança resgatada pela sorte de alguém a encontrar; ou ser o infante resgatado pela pessoa que ordenou sua exposição, como acontece na história de Hiero, em que seu pai o resgata após seus adivinhos tomarem sua sobrevivência à exposição como um presságio positivo.

As funções e os demais elementos morfológicos podem ser sintetizados na seguinte tabela:

Função / Elemento	Símbolo	Descrição
Situação inicial	α	Introduz o contexto antes da narrativa principal.
Enaltecimento	β_i / β_f	Exaltação inicial (β_i) ou final (β_f), destacando feitos e virtudes do herói.
Previsão	A	Anúncio de um nascimento que trará grandes mudanças (por profecia ou expectativa).
Proibição	B	Imposição de obstáculos ao nascimento do herói (regras excepcionais ou pré-existentes).
Concepção	C	A mãe engravida do herói, seja por transgressão da proibição ou por união legítima.
Ocultamento	D	Tentativa de esconder a gravidez.
Descoberta	E	Revelação de que a mulher está grávida.
Nascimento	F	O herói nasce.

Preparação	G	Medidas que antecedem a exposição (receptáculo, escolha de responsável, guardas).
Exposição	H	O infante é abandonado em rio, mar, floresta ou outro espaço ermo.
Proteção	I	Intercessão que garante a sobrevivência do infante (divindade, animais, agentes humanos).
Resgate	J	O infante é encontrado e acolhido (por acaso, intervenção divina ou até pelo responsável da exposição).

De modo a demonstrar a morfologia aplicada a episódios específicos, comparemos três histórias contendo o Motivo do Infante Exposto: Sargão, Atalanta e K'un-mo. Antes disso, porém, é relevante destacar algumas questões de cunho material e formal. A Lenda de Sargão ou a Lenda do Nascimento de Sargão (George, 2007; Speiser, 1974), como ficou conhecida a história composta pela tradução de fragmentos datados de c. XII-VII AEC, é uma narrativa assíria escrita na forma de uma autobiografia. A história do nascimento de Atalanta (3.9.2) está presente na obra Biblioteca de Pseudo Apolodoro (Cabral, 2013, p. 108; Frazer, 1921), um compilado de narrativas gregas datado de entre os séculos I e II EC. Por fim, a história de K'un-mo pode ser extraída do *Shiji* ou Registros do Historiador (Gonçalves, 1971, p. 88; Sima, 1961, p. 271), obra de Sima Qian que narra a história chinesa até o momento de sua escrita, entre os séculos II e I AEC, mais especificamente de um excerto que Sima Qian cita dos diários de viagem de Zhang Qian, diplomata e explorador, escritos no século II AEC, durante sua estadia na Ásia Central a serviço da Dinastia Han. Portanto, as histórias abrangem um amplo horizonte geográfico, cultural e temporal.

A Lenda de Sargão é um dos exemplares que mais se aproximam da manifestação ideal do Motivo, contendo sete das dez funções. Escrita na primeira pessoa, ela começa com um *enaltecimento* (β i), seguido pela *situação inicial* (α), com Sargão se introduzindo como rei da Acádia e percorrendo acerca de suas relações familiares e com a região. Relata, então, que sua mãe, a alta sacerdotisa, o concebeu – temos aqui *proibição* (B) e *concepção* (C). A

presença do *ocultamento* (D) é debatível, visto que ao relatar o *nascimento* (F) seu caráter sigiloso é enfatizado, porém é o *nascimento* que é dito ocorrer em segredo, não havendo menção ao período da gravidez propriamente. A seguir, há a *preparação* (G), em que Sargão é colocado em um cesto selado com betume antes de ser lançado ao rio – *exposição* (H) –, onde segue o curso da água até ser encontrado por Akki – *resgate* (J). A trama é finalizada com outro *enaltecimento* (βf), relatando grandes feitos atribuídos a Sargão. Portanto, a Lenda de Sargão pode ser representada da seguinte forma: $\beta\alpha$ BC F GHJ βf (ou $\beta\alpha$ BC DF GHJ βf , caso se opte por considerar o *ocultamento* como presente na narrativa).

A história de Atalanta nos apresenta um exemplo de ausência de um grupo de funções, não contando com a Gestação. A narrativa começa com a *situação inicial* (α), descrevendo a genealogia da heroína, seguida pelo *nascimento* (F), a única função do grupo Abandono na história. Temos, então, a *exposição* (H), com Atalanta sendo deixada na mata, onde ela é amamentada por uma urso durante a *proteção* (I) até seu eventual *resgate* (J) por caçadores. Logo a seguir, tem-se o *enaltecimento final* (βf), relatando que, quando adulta, Atalanta preservava sua virgindade e andava sempre armada, se tornando uma caçadora e guerreira habilidosa. Desse modo, a narrativa pode ser representada por: α F HIJ βf .

Por fim, temos a história de K'un-mo, um dos menores exemplares do Motivo, apresentando apenas o Acolhimento. A narrativa abre com a *situação inicial* (α), onde a descendência de K'un-mo é brevemente apresentada, sendo seu pai o líder de um povo atacado pelos Xiongnu, uma confederação de povos nômades que habitavam as estepes da Ásia Central. Segue-se a *exposição* (H), sendo K'un-mo abandonado no campo após seu pai ser morto por uma ofensiva Xiongnu, porém ele é alimentado por pássaros e lobos – *proteção* (I) – e então resgatado – *resgate* (J) – pelo Chanyu, o líder dos Xiongnu, que considera sua sobrevivência um sinal de caráter divino. Antes de dar sequência à jornada de K'un-mo, quando se torna chefe do povo de seu pai, o relato destaca sua habilidade em batalha uma vez que se torna adulto – *enaltecimento final* (βf). O Motivo na história de K'un-mo pode ser descrito por: α HIJ βf .

Observando as três histórias, é possível notar que, apesar de suas particularidades, as narrativas apresentam também similaridades nas estruturas de seus enredos. Essas similaridades, porém, quando observadas do ponto de vista morfológico, não são meras coincidências, mas representam uma conexão estrutural entre as histórias. Desse modo, enquanto os personagens e os contextos nos quais estão inseridos se alteram de acordo com a tradição na qual um determinado enredo se insere, as ações tomadas por esses personagens, as funções, apresentam uma estabilidade considerável, sofrendo apenas alterações pontuais.

Assim, o Motivo do Infante Exposto, ao ser analisado morfológicamente, revela-se como uma estrutura narrativa estável, que atravessa séculos e culturas distintas na Antiguidade eurasiática. Mais que o conjunto de coincidências superficiais – uma profecia, um rio, um animal protetor –, essas histórias partilham um conjunto de funções estruturais que conduz os heróis desde sua gestação até a realização de seu potencial, perpassando contextos, línguas e tradições mesmo diante de omissões e adaptações. Essa constância estrutural indica que, apesar das diferenças locais, há um núcleo narrativo comum que responde a necessidades simbólicas particulares a Eurásia, visto a ausência do Motivo no Egito antes da intensificação do contato com os Gregos e Romanos, apesar das interações com povos do Oriente Próximo cujas tradições incluíam o Motivo em narrativas importantes. Ao mesmo tempo, as variações permitem perceber as idiosincrasias de cada sociedade em que o Motivo se faz presente, constituindo uma chave para compreender como as sociedades da Antiguidade construíam figuras heroicas e legitimavam suas trajetórias dentro de seus respectivos universos simbólicos.

Referências

CABRAL, Luiz Alberto Machado. **A Biblioteca do Pseudo Apolodoro e o estatuto da mitografia**. Doutorado—Campinas: Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), 2013.

FRAZER, James George. **Apollodorus, Library, book 3, chapter 9, section 2**. Disponível em: <<https://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Apollod.+3.9.2&fromdoc=Perseus%3Atext%3A1999.01.0022>>. Acesso em: 11 jun. 2023.

GEORGE, Andrew R. **The Birth-Legend of Sargon**. Disponível em: <etana.org/node/578>. Acesso em: 9 out. 2023.

GONÇALVES, Ricardo Mário. A viagem de Chang Ch'ien e o início do controle chinês da rota da seda. *In*: PAULA, Eurípedes Simões de (Ed.). **Portos, rotas e comércio**. São Paulo: FFLCH-USP, 1971. p. 79–105.

LEWIS, Brian. **The Sargon Legend: a study of the Akkadian text and the tale of the hero who was exposed at birth**. Cambridge, MA: American Schools of Oriental Research, 1980.

MATRANGOLO, Manuel Henrique Vieira. **O nascimento do herói eurasiático: o motivo do infante exposto a partir de uma perspectiva morfológica**. Monografia—Brasília: Universidade de Brasília (UnB), 21 dez. 2023.

PROPP, Vladimir I. **Morfologia do Conto Maravilhoso**. Brasília: CopyMarket.com, 2001.

REDFORD, Donald B. The Literary Motif of the Exposed Child (Cf. Ex. ii 1-10). **Numen**, v. 14, n. 3, p. 209–228, nov. 1967.

SIMA, Qian. The Account of Ta-yüan. *In*: WATSON, Burton (Ed.). **Records of the Grand Historian of China**. Tradução: Burton Watson. New York, London: Columbia University Press, 1961. p. 264–289.

SPEISER, Ephraim Avigdor. The Legend of Sargon. *In*: PRITCHARD, James Bennett (Ed.). **Ancient Near Eastern texts: relating to the Old Testament**. 3rd edition with supplement ed. Princeton, N.J: Princeton University Press, 1974. p. 119.

O BOLSONARISMO COMO RESPOSTA À CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

Rômulo Júnior Cardoso Oliveira⁷⁷

A presente pesquisa analisa o governo de Jair Bolsonaro como expressão da crise estrutural do capital, a partir da teoria de István Mészáros (2011), que a compreende como um processo histórico de esgotamento do sistema capitalista em sua capacidade de reprodução social. Diferentemente das crises cíclicas ou conjunturais, que se resolvem por ajustes temporários, a crise estrutural é contínua, global e permanente, comprometendo não apenas a economia, mas também as instituições políticas, as práticas sociais e a própria cultura.

Nesse cenário, o bolsonarismo surge como resposta regressiva do capital diante de seus limites históricos, articulando neoliberalismo, autoritarismo e destruição das instituições democráticas. Assim, não se configura como um desvio da democracia, mas como o aprofundamento de sua deterioração, na medida em que a ordem burguesa, em colapso, só consegue se manter por meio de mecanismos cada vez mais excludentes e violentos.

Nesse sentido, o presente estudo objetiva analisar o governo Jair Bolsonaro como expressão da crise estrutural do capital. Para isso, utiliza-se a categoria teórica “crise estrutural do capital”, articulando-a com o neoliberalismo e o neofascismo contemporâneo.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa adota uma abordagem qualitativa de natureza teórico-crítica, fundamentada no materialismo histórico-dialético. Essa perspectiva permite apreender a realidade em sua totalidade, compreendendo que o fenômeno do bolsonarismo não pode ser reduzido a causas conjunturais ou explicações meramente eleitorais, mas deve ser interpretado como parte de um processo histórico mais amplo de crise e reorganização do capital.

O procedimento técnico consistiu em análise bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos do marxismo crítico, além de documentos oficiais,

⁷⁷ Mestrando em Desenvolvimento Social (PPGDS), Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista FAPEMIG. E-mail: romulojroliveira@gmail.com

relatórios institucionais e publicações acadêmicas recentes. A escolha metodológica orientou a interpretação crítica da conjuntura brasileira, permitindo articular categorias teóricas com a análise concreta do Estado e da sociedade.

A categoria “crise estrutural do capital”, desenvolvida por Mészáros (2011), fornece um instrumental teórico fundamental para a compreensão do cenário político brasileiro. A crise estrutural, trata-se de uma crise que, diferentemente das de natureza cíclica, afeta o conjunto das relações sociais e se manifesta em todas as dimensões da vida: econômica, política, ambiental, cultural e militar. Essa crise decorre da incapacidade do sistema capitalista de manter a autorreprodução ampliada de suas estruturas, uma vez que suas contradições internas se acumulam sem possibilidade de superação.

O capital, ao mesmo tempo em que expande suas fronteiras, intensifica suas próprias contradições, deslocando-as para novas esferas e territórios, mas sem resolvê-las. Segundo Meszáros (2011), trata-se de um colapso do metabolismo social do capital, no qual as funções vitais do sistema se tornam incontroláveis, impossibilitando sua estabilidade de longo prazo.

Esse processo se torna visível a partir da década de 1970, quando a mundialização do capital, a desregulamentação financeira e o avanço da lógica neoliberal consolidaram um padrão de desenvolvimento marcado pela precarização das relações de trabalho, pela expropriação de direitos sociais e pela devastação ambiental. A partir desse período, a crise passa a revelar um viés abertamente destrutivo, em que a sobrevivência do sistema depende da destruição de formas anteriores de organização social e da imposição de uma racionalidade estritamente econômica (Alves, 2004).

Nesse quadro, o Estado assume papel central: longe de representar apenas uma esfera de mediação neutra, ele atua como instância de contenção das forças sociais, garantindo a reprodução ampliada do capital mesmo à custa da erosão de sua legitimidade. A própria política democrática, tal como consolidada no século XX, torna-se disfuncional para a reprodução do capital, abrindo espaço para o fortalecimento de práticas autoritárias (Alves, 2004).

No Brasil, a crise estrutural encontrou uma forma específica de manifestação. Os governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016) buscaram conciliar políticas sociais redistributivas, que resultaram em

significativa redução da pobreza e da desigualdade, com a manutenção dos interesses do capital. Programas como o Bolsa Família, a valorização real do salário-mínimo e a ampliação do crédito popular promoveram a ascensão de uma parcela significativa da população ao consumo. Entretanto, essa ascensão não significou transformação estrutural, mas apenas a integração parcial das classes populares ao mercado, sem enfrentar os fundamentos da desigualdade social brasileira. Quando as condições internacionais e internas de crescimento econômico se deterioraram, as contradições desse modelo de conciliação se tornaram evidentes (Anderson, 2011).

As manifestações de junho de 2013 foram um marco desse processo de desestabilização institucional. Inicialmente centradas na luta contra o aumento das tarifas de transporte, rapidamente se ampliaram para incorporar uma multiplicidade de pautas, muitas das quais expressavam demandas difusas e até contraditórias. Embora tenham revelado insatisfações legítimas de setores da juventude e da nova classe trabalhadora, também abriram espaço para a reorganização de grupos conservadores, que encontraram nas ruas e nas redes sociais um terreno fértil para disseminar pautas antipartidárias, antipetistas e moralistas. Parte dessa insatisfação esteve ligada ao ressentimento da classe média tradicional diante da perda de privilégios relativos e do acesso das camadas populares a espaços historicamente elitizados (Singer, 2018; Pinto, 2019).

A partir de então, a crise política se intensificou. A Operação Lava Jato desempenhou papel decisivo ao criminalizar seletivamente lideranças políticas ligadas ao campo progressista, combinando espetacularização midiática e seletividade jurídica. O *impeachment* de Dilma Rousseff, em 2016, foi conduzido em meio a um processo de desgaste institucional e contou com forte apoio de setores empresariais, midiáticos e do sistema de justiça. Embora travestido de legalidade, o *impeachment* representou uma ruptura institucional que abriu caminho para a inflexão neoliberal (Singer, 2018).

O governo de Michel Temer aprofundou a agenda de austeridade, promovendo o congelamento dos gastos sociais por vinte anos (Emenda Constitucional nº 95/2016) e a reforma trabalhista de 2017, que precarizou direitos históricos da classe trabalhadora. Essas medidas revelaram que o golpe parlamentar não se limitava à destituição de uma presidenta, mas

integrava uma reconfiguração estrutural do Estado em benefício do capital financeiro (Singer, 2018).

Foi nesse terreno que se consolidou a ascensão de Jair Bolsonaro. Sua candidatura, construída a partir de um discurso moralista, autoritário e antipetista, capturou sentimentos de ressentimento e desesperança social. Oriundo das Forças Armadas e com longa trajetória como deputado federal, Bolsonaro se apresentou como figura “antissistêmica”, embora fosse produto do próprio sistema político. Sua campanha mobilizou intensamente as redes sociais, com destaque para o uso massivo do *WhatsApp*, e se apoiou na disseminação de *fake News* que associavam a esquerda ao comunismo, à Venezuela e à corrupção. Ao mesmo tempo, contou com o apoio estratégico do mercado, representado pelo economista Paulo Guedes, defensor de uma agenda ultraliberal, e das igrejas neopentecostais, que reforçaram a base moral e religiosa do bolsonarismo (Solano, 2019; Deo, 2019).

O bolsonarismo, no entanto, não se reduz à figura de seu líder. Como categoria analítica, ele designa um fenômeno político mais amplo, enraizado em valores autoritários, moralistas e neoliberais. Conforme destaca Sena Júnior (2019), trata-se de uma nova forma de governabilidade, que busca reconfigurar o Estado em termos punitivistas, patrimonialistas e antidemocráticos, instrumentalizando o medo, o ressentimento social e o antipetismo.

Essa lógica de poder se sustenta em um bloco histórico que articula Forças Armadas, mercado financeiro, mídia hegemônica, sistema de justiça e igrejas neopentecostais, todos comprometidos com a destruição de direitos sociais e a contenção das demandas populares.

Diante desse quadro, conclui-se que o governo Bolsonaro não constitui uma anomalia ou desvio da ordem democrática, mas sim a forma específica assumida pela crise estrutural do capital no Brasil. Ele representa a deterioração da democracia liberal em sua fase avançada, quando as mediações tradicionais já não conseguem garantir a hegemonia da burguesia e esta recorre a expedientes autoritários e regressivos.

Mais do que um governo, o bolsonarismo configura um padrão de governabilidade autoritário que expressa o esgotamento histórico da ordem burguesa. Como observa Mészáros (2008; 2011), a superação da crise

estrutural exige uma ruptura radical com os fundamentos do sistema capitalista, pois todas as alternativas que se limitam a reformá-lo apenas adiam ou intensificam suas contradições.

Assim, enfrentar o bolsonarismo implica compreender que ele é funcional ao capital em crise e que sua superação não virá apenas da crítica moral ou jurídica a seus excessos, mas de um projeto político capaz de oferecer alternativas emancipatórias ao metabolismo destrutivo do capital. Isso exige mobilização popular, crítica radical e a construção de formas de sociabilidade baseadas na emancipação do trabalho, na racionalidade democrática e na valorização da vida. O bolsonarismo, longe de ser um episódio isolado, deve ser entendido como parte de um movimento histórico global de regressão autoritária, que somente poderá ser enfrentado por meio da superação da lógica capitalista em sua totalidade.

Referências

ALVES, Giovanni. Crise da globalização e lógica destrutiva do capital: notas sobre o sócio- metabolismo da barbárie. **Katálysis**, Florianópolis, v. 7, n. 1, p. 31-44, jan./jun. 2004. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/6912>>. Acesso em: 13 de jun. 2025.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. *Novos Estudos Cebrap*, 91, novembro 2011, p. 23-52.

DEO, Anderson. Sobre Golpes de Estado e Saúvas. **Marxismo 21**, 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Anderson-Deo-Sobre-Golpes-de-Estado-e-Sa%C3%BAvas.pdf>>. Acesso em: 09 de fev. 2025.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural necessita de mudança estrutural** (discurso). Salvador, 13 jun. 2011. Disponível em: <http://www.cristinapaniago.com/yahoo_site_admin/assets/docs/Conferencia_Meszáros_UFB_A_2011.201160029.pdf>. Acesso em: 08 de mai. 2025.

MÉSZÁROS, István. O desafio e o fardo do tempo histórico. **Política e Sociedade**. v. 7 n. 13. p. 17-33. 2008. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/21757984.2008v7n13p17/8596>>. Acesso em: 08 de dez. de 2024.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. Campinas, São Paulo: Boitempo, 2011.

PINTO, Celi. A trajetória discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015). In: SOLANO, Ester; ROCHA, Camila. (Org.). *As Direitas nas Redes e nas Ruas: a crise política no Brasil*. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 21-48.

SENA JUNIOR, Carlos. Significado e natureza do governo Bolsonaro e perspectivas da esquerda. **Marxismo 21**. 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Carlos-Zacarias-de-Sena-J%C3%BAnior-Significado-e-natureza-do-governo-Bolsonaro-.pdf>>. Acesso em: 09 de mai. de 2025.

SINGER, André. **O lulismo em crise**: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: **Democracia em risco?**: 22 ensaios sobre o Brasil hoje. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 261-273.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O DIVINO SALTO DA MORTE: A CONSTRUÇÃO DO SUÍCIDIO DE SAFO NO ROCHEDO DE LEUKADE POR OVÍDIO NASO (SÉC. IA AEC - I EC) E MIGUEL CARBONELL SELVA (1881)

Nicole Cristine Furtado Barbosa⁷⁸

A figura da poeta Safo de Lesbos constitui atualmente um complexo emaranhado de representações e recepções feitas ao longo dos tempos, sendo sua imagem constantemente revivida e ressignificada por discursos literários e visuais. Safo nasceu em Mitilene, localizada na costa leste da ilha de Lesbos, por volta dos séculos VII e VI AEC, o que hoje reconhecemos como período grego arcaico, e foi onde tornou-se conhecida pela produção de suas poesias líricas – ou mélicas, cantadas em locais públicos sob acompanhamento geralmente de uma lira. A produção de seus versos ganharam notoriedade mesmo após sua morte, principalmente no que diz respeito às discussões suscitadas por eles; o teor da lírica sáfica tem como característica principal as fortes menções ao amor, desejo e erotismo cantados pela poetisa, e destinados à jovens e mulheres. Os sentimentos do eu lírico sáfico são demasiadamente aflorados em suas melodias, e explorados constantemente pela poeta; perda, dor, anseio e devoção estão presentes na maioria de suas páginas preservadas durante os séculos.

O presente recorte utiliza de dois tempos históricos para comparação da recepção de Safo e sua representação através da arte, em primeiro momento, nos poemas, e em segundo, em obras pictóricas. A primeira parte desta pesquisa diz respeito à análise da *Safo Ovidiana*, construída na 15ª *Heroide*, escrita pelo poeta romano Públio Ovídio Naso por volta dos séculos I AEC e I EC. A coletânea *Heroides* exemplifica o projeto poético do autor ao reunir epístolas fictícias atribuídas a heroínas da mitologia, que, por meio de uma voz feminina assumida pelo poeta, expressam o sofrimento, a expectativa e a memória de experiências amorosas marcadas pela ausência ou pelo abandono. Sua obra constitui uma coleção de elégias de caráter epistolar (Vansan, 2016) que foram divididas em duas séries; a primeira diz respeito a 15

⁷⁸ Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista de iniciação científica - FAPEMIG. E-mail: nicolefurtado1983@gmail.com

cartas fictícias escritas por heroínas da mitologia – claro, com uma exceção – destinadas a seus amantes distantes. Já na segunda, casais das lendas, como Páris e Helena, trocam correspondências amorosas. Como atestado por Jaqueline Vansan (2016) Ovídio, no lugar de utilizar fontes puramente míticas, buscou em obras de autores já consagrados, os personagens e a matéria para escrever as Heroides. Desse modo, nas palavras da autora, figuras que antes habitavam a épica, a tragédia ou a poesia são transportadas para o distinto mundo elegíaco. Isto é, Ovídio não toma apenas seus nomes, mas busca representar características marcantes de cada personagem

O ponto a nos interessar na obra de Ovídio está presente na décima quinta carta, intitulada “*De Safo à Faón*”. A epístola XV se destoa do restante da obra ao atribuir a autoria fictícia a uma figura histórica — Safo de Lesbos — em vez de uma personagem mítica, como o restante das cartas. A epístola de Safo, como sugerida o nome, é endereçada ao jovem Faon, uma figura de origem lendária, posteriormente inserida na tradição biográfica tardia da poetisa. Nessa composição, Ovídio dramatiza o sofrimento amoroso de Safo, atribuindo-lhe uma paixão não correspondida e explorando seu desespero a mercê de um Eros que a levaria ao suicídio no *rochedo de Leukade*.

Para esta construção específica da décima quinta epístola, a historiadora francesa Sandra Boehringer, em sua obra *Homossexualidade Femina Na Antiguidade Grega E Romana*, nos apresenta o que viria a ser denominado como metamorfose literária, fenômeno capaz de transformar definitivamente a personagem histórica de Safo numa mulher (personagem) mítica e irreal. É importante destacar aqui como esse “flerte” com os mitos de Safo, ou o deslize da poeta para mitologia, não se caracteriza como exclusividade da poesia romana, pois, mesmo na Grécia tal tendência já havia começado (Boehringer, 2022). Deste modo, ainda para a historiadora, a própria narrativa do amor de Safo pela personagem mítica de Faón, o desfecho, o salto de Safo em Leukade, retoma lendas e mitos filosóficos antigos que acentuam essa *desrealização da personagem histórica*.

No segundo momento desta pesquisa, nossas análises estarão concentradas no século XIX, mais especificamente na figura do autor Miguel Carbonell Selva e sua obra de 1801, intitulada “Safo” ou “A morte de Safo”. Carbonell foi um pintor catalão de sua época, cuja trajetória artística insere-se

no contexto do academismo espanhol e do romantismo tardio europeu. Sua produção caracteriza-se principalmente pela abordagem de temas históricos, literários e mitológicos, em consonância com a tendência oitocentista de revisitar a antiguidade clássica a partir de uma perspectiva moralizante e estética. A tela escolhida representa a poetisa de Lesbos no momento que antecede seu salto do rochedo de Leukade, episódio lendário difundido pela tradição literária greco-romana, sobretudo através de Ovídio nas *Heroides*. A cena traduz a leitura oitocentista de Safo como uma figura essencialmente trágica, marcada pela paixão impossível pelo jovem barqueiro Faon. Como atesta Gregory Nagy (2020), o texto de *Heroides* 15 é evidentemente a principal fonte de inspiração para as pinturas do século XIX, e há muitos detalhes nessas pinturas que correspondem intimamente aos detalhes imaginados na arte verbal do poema.

O último ponto desta pesquisa diz respeito à convergência entre os dois artistas: o rochedo de Leukade. Qual a importância de sua preservação nas recepções oitocentistas? Apesar de tratarmos inicialmente da análise de apenas um quadro, o entendemos como parte de um conjunto das representações melancólicas suicidas de Safo. Visto que, em um curto período de tempo, mais de cinco obras retratando sua tragédia foram pintadas.

Buscaremos aqui não apenas identificar a recepção da poética suicida da Safo Ovidiana em comparação com pintura feita por Carbonell Selva, mas também analisar a própria recepção dos mitos a respeito do rochedo branco de Leukade, sua simbologia e o caráter religioso que este carrega em suas narrativas. Algumas perguntas a respeito do assunto acabam nos norteando durante a pesquisa, qual a importância da representação de sua morte em Leukade? Quais significados implícitos esta escolha carrega? A partir da tradição literária, especialmente em autores como Estrabão, Menandro e posteriormente Ovídio, o rochedo de Leukade foi progressivamente reinterpretado. O que antes era rito religioso coletivo transformou-se em símbolo de cura do amor. Segundo essas narrativas, aqueles que sofriam por paixões não correspondidas poderiam libertar-se ao lançar-se do penhasco, transferindo parcialmente a dimensão sagrada do salto para uma experiência subjetiva e emocional.

Se analisarmos essa extensa tradição a respeito do lugar, desde Homero à Ptolomeu Chennos, encontraremos fortes menções às divindades do panteão grego ligadas a fama e criação do lugar. Entre todas as narrativas, uma em particular ganha maior destaque em nossas futuras análises: O salto de Afrodite. Antes a Menandro ligação alguma se tinha entre as figuras de Safo e Faon, menos ainda alguma correspondência da poetisa a respeito de Leukade. É a partir da peça *The Leukadia*, do poeta cômico grego, que uma história sobre Safo pulando no mar por amor a Faón ganha forma. No entanto, algo semelhante ocorre na narrativa de Afrodite e Adonis. Nas palavras do gramático Ptolomeu Chennos:

Assim, aqueles que se lançaram do topo do rochedo foram, segundo consta, libertados de seu amor e, por essa razão, após a morte de Adônias, Afrodite, segundo consta, vagou por aí procurando por ele. Ela o encontrou em Argos, uma cidade de Chipre, no santuário de Apolo Erítio, e o levou consigo após lhe contar o segredo de seu amor por Adônias. Apolo a levou até o rochedo de Lefkada e ordenou que ela se jogasse do topo; ela obedeceu e se libertou de seu amor. Quando ela perguntou o motivo, Apolo lhe disse, ao que parece, que, como adivinho, sabia que Zeus, ainda apaixonado por Hera, havia se sentado naquele rochedo e se libertado de seu amor (Chennus apud Szwajcer, *Nouvelle Histoire*).

A partir disso, novas indagações se fazem presentes, desta vez relacionada ao binômio Safo-Afrodite. Se Afrodite, segundo as fontes, teria sido a primeira a se atirar de Leukade, o que faz Safo com a fama dessas representações? O mais importante, quando Phaon, figura que encontra convergência entre as lendas ao ser identificado como amante/amado da deusa do amor, se liga à sua imagem?

A metodologia adotada para esta pesquisa está baseada na análise de conteúdo qualitativa, bem como uma análise comparativa entre a fonte primária de Ovídio e nosso objeto de pesquisa, o quadro de Carbonell. Aliada a isto, contaremos com técnicas de análise iconográfica para interpretação e leitura crítica da pintura.

Referências:

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1979.

BOEHRINGER, Sandra. **Homossexualidade feminina na Antiguidade grega e romana**. Editora Unifesp, 2022.

CARBONELL SELVA, Miguel. **Death of Sappho, 1881**. Narrative Painting, publicado em 27 mar. 2020. Disponível em: <https://narrativepainting.net/miguel-carbonell-selva-death-of-sappho-1881/> . Acesso em: 2 set. 2025.

FLORES, Guilherme Gontijo. **Safo**: fragmentos completos; edição bilingue. São Paulo: Editora 34, 2020.

LEFÉVRE, François. **História do mundo grego antigo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

LEITE, Letícia Batista Rodrigues. **Sobre os fragmentos poéticos de Safo de Lesbos e ideias da existência de uma voz feminina**: reflexões sobre História, Linguística e Literatura. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MUNIZ, Fernando. **Sappho**: Poesia e Ethós. Phoênix, v. 7, p. 149-162, 2001.

NAGY, Gregory. **Death at sunset for Sappho**. Classical Inquiries, 04 set. 2020. Disponível em: <https://classical-inquiries.chs.harvard.edu/death-at-sunset-for-sappho/> . Acesso em: 2 set. 2025.

NAGY, Gregory. **Phaethon, Sappho's Phaon, and the White Rock of Leukas**: "Reading" the Symbols of Greek Lyric. In: Greek Mythology and Poetics. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1992. Cap. 9, p. 223–262. Disponível em: <https://chs.harvard.edu/chapter/chapter-9-phaethon-sapphos-phaon-and-the-white-rock-of-leukas-reading-the-symbols-of-greek-lyric-pp-223-262/> . Acesso em: 2 set. 2025.

PARADA, Carlos. **Underworld and Afterlife**. Greek Mythology Link, retratando mitologia grega — texto disponível em acervo digital. Site "Greek Mythology Link" (coleção de mitos recontados por Carlos Parada), publicado em 1997 pela Maicar Förlag. Disponível em: <https://www.maicar.com/GML/Underworld.html> . Acesso em: 2 set. 2025.

PTOLÉMÉE CHENNUS. **Nouvelle Histoire** [texto grego e tradução francesa]. In: Bibliothèque de Photius (cód. 190). Texto digitalizado por Marc Szwajcer. Disponível em: <https://remacle.org/bloodwolf/erudits/photius/ptolemee.htm> . Acesso em: 2 set. 2025.

SANTOS, Juliana Magalhães dos. **Eros no oîkos**: relações de gênero e representações da espacialidade e da sexualidade feminina em Atenas do século V a.C. 2018. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

VANSAN, Jaqueline. **A Puella Na Elegia De Ovídio**. 2021. 161 p. Tese (Doutorado em Estudos Literários) – Universidade Estadual Paulista (Unesp), Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara. 2021.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O ENSINO DE HISTÓRIA, CINEMA E DITADURA: EXÍLIO NO FILME DESLEMBRO

Thaís Monise de Lima Xavier⁷⁹

Paulo Roberto de Azevedo Maia⁸⁰

Deslembro incertamente. Meu passado / Não sei quem o viveu.
Se eu mesmo fui, / Está confusamente deslembado / E logo
em mim enclausurado flui. / Não sei quem fui nem sou. Ignoro
tudo (Pessoa, 1990).

O poema Deslembro de Fernando Pessoa dá o nome ao longa de Flávia Castro de 2018. A protagonista “deslembada” se chama Joana, que vive na França há anos após o desaparecimento político do seu pai e o exílio de sua mãe. De volta ao Brasil após a Lei da Anistia de 1979, Joana é forçada a lembrar o seu passado e quem mesmo ela é. Essa não é uma tarefa fácil em meio a um cenário político que se recusa a reconhecer o assassinato do seu pai nas mãos do Estado.

Joana pode ser uma personagem fictícia, mas, como chamam Costa e Castro (2015), os “filhos da causa” possuem experiências muito similares em relação ao exílio no exterior e o retorno ao Brasil. A Ditadura Civil-Militar (1964-1985) os rasgou da terra natal e os lançou para uma terra longínqua. Nesse sentido, Rollemberg (1999) foi fundamental para pautar a problemática do exílio, a qual ela descreve como “uma mutilação da parte do ser humano que mais dói: mutilação no sentido da biografia individual e da história coletiva” (Rollemberg, 1999, p. 19). Todavia, diferentemente de seus pais, as crianças tinham pouca, se muita, dimensão do que estava acontecendo. A própria premissa do filme foi baseada na busca por respostas e dificuldades enfrentadas no exílio pela cineasta Flávia Castro, cuja família também foi forçada ao exílio.

Como, então, resgatar sua memória no momento que o Brasil caminhava para a redemocratização? *Deslembro* se dedica a compreender a

⁷⁹ Graduanda em História, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: thaistmx@gmail.com

⁸⁰ Doutor em História, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: paulomaia@cchla.ufpb.br

memória confusa e traumática da adolescente em meio a conflitos típicos da idade e a complexa readaptação ao Brasil. Ao término da jornada da personagem no filme, a justiça não é feita, mas Joana aprende sobre a sua própria história e a história do país.

Com essa pesquisa, nosso objetivo é compreender o impacto do exílio durante a Ditadura e a representação do seu retorno no filme *Deslembro*. Para além das imagens impactantes de comemorações para os exilados em aeroportos brasileiros, precisamos direcionar nosso olhar para a forma que esse retorno é sentido no dia a dia dos anistiados, especialmente no seio familiar dessas famílias militantes.

Um ponto importante para a elaboração desse trabalho é a ausência de um número significativo de bibliografia acerca dos filhos dos exilados e, também, como foi o seu retorno ao Brasil. Como resultado, essa pesquisa utiliza de fontes não abundantes e pretende evidenciar a necessidade de se aprofundar nessa problemática.

No Brasil, o acerto de contas com o passado de ditadura (1964-1985) não está concluído. A radiografia dos atingidos pela repressão política ainda está por ser completada. Prevaecem a ocultação dos acontecimentos, a negação do direito à verdade e de acesso à justiça, o que limita a articulação e a transmissão da herança daqueles anos de violência (Teles, 2010, p. 252).

Quando somos introduzidos à protagonista de *Deslembro*, Joana, ela considera o Brasil como o local em que direitos humanos são constantemente violados. Ela sabe que o seu pai, Eduardo, foi morto por causa das ações do Estado e sua mãe, Ana, teve que fugir às pressas pelo mesmo motivo. Mesmo com a Lei da Anistia, ela não quer sair de Paris e implora, descartando seu passaporte privada adentro, para não voltar ao Brasil. É tudo em vão: Joana deixa sua casa colorida em Paris para um apartamento frio e cinza no Rio de Janeiro. Suas roupas escuras refletem seu estado de espírito: ela está cabisbaixa, depressiva e, mesmo que não saiba ainda, em luto.

A experiência de Joana não é singular. Lobato e Sarmento-Pantoja (2019), ao reunir testemunhos de pessoas que passaram pela mesma situação, trazem o seguinte relato: “Sobre o retorno do exílio ao Brasil, a testemunha

afirma que não conseguiu ser feliz: “Eu era aquela que estava sempre de cara fechada. E isso me era cobrado: ‘Por que você é tão tristonha?’” (Lobato; Sarmiento-Pantoja, 2019, p. 8). Não é de se estranhar, afinal, elas tinham sido rasgadas do país que lhes era familiar a fim de voltar para o lugar que mataram seus pais.

No caso da nossa protagonista Joana, a conhecemos já na adolescência⁸¹, inserida em um prédio em Paris com outros imigrantes e com melhores amigas de longa data. Em desabafos emocionais, ela utiliza o francês, embora também fale fluentemente o português e o espanhol. É algo em que se difere dos outros membros da sua família, que preferem falar no seu idioma materno. Joana saiu do Brasil muito jovem e, portanto, tinha poucas memórias da terra natal nesse momento.

Ademais, sua família não foi só afetada pela ditadura brasileira, mas também pela chilena. Enquanto moravam no país, a mãe de Joana se apaixonou pelo revolucionário Luís e, junto com o filho dele, Paco, fugiram de lá após o golpe militar de 11 de setembro de 1973. Antes de deixarem Paris, Joana, cabisbaixa, pergunta ao seu padrasto se ele trocaria a França pelo Brasil mesmo se não estivesse casado com Ana. Luís, esquerdista ferrenho, diz que sim, pois a América Latina é o seu lar. Esse sentimento de pertencimento não é sentido por Joana.

Podemos destacar dois relatos que dialogam diretamente com os sentimentos de Joana: “[A viagem] ao exílio alcançou um destino utópico, isto é, um local ideal, o desejo utópico de cidade, onde seria possível viver em segurança e liberdade. Esse sentimento não fora sentido pela sobrevivente no Brasil” (Lobato; Sarmiento-Pantoja, 2019, p. 7). Ademais, o sentimento de estranhamento em relação ao Brasil também é destacado por Costa e Castro (2015):

O lugar a partir do qual falam nossos entrevistados é muito peculiar. Para muitos deles, o exílio acontece, na prática, quando retornam ao Brasil. Afinal, vários foram muito novos para outros países e quase não têm lembranças do Brasil, antes da saída (Costa; Castro, 2015, p. 11, grifos nossos).

Assim como os relatos anteriores, no retorno ao Brasil Joana não se sente segura, tampouco em casa. Para ela, a Lei da Anistia ainda não era uma

⁸¹ Sua idade nunca é confirmada no filme.

grande conquista. Sua ânsia por Paris fazia com que ela contasse os dias e horas desde que deixou o seu antigo lar. Em uma conversa com outro adolescente que também foi forçado ao exílio junto a sua família, Joana demonstra toda a sua estranheza pelo Brasil, ao que veste roupas inadequadas para o calor, lê um livro em francês e se distancia voluntariamente de todos os outros.

Todavia, é ao lado de sua avó paterna, Lucia, que Joana começa a conhecer seu próprio passado. Mesmo lidando com o luto constante, a personagem ainda desperta a alegria em Joana em meio à sua melancolia. Lucia também fala abertamente sobre a morte do filho Eduardo, pai de Joana, e do papel do Estado nessa injustiça. É algo a qual Joana não está acostumada, pois o luto de sua mãe a impede de conversar com a filha sobre esse assunto. Lobato e Sarmiento-Pantoja (2019) destacam como essa falta de informação era prejudicial às crianças:

De acordo com Viñar e Viñar (1992), muitas famílias evitaram falar das causas do exílio, da prisão e da tortura, na falsa esperança de poupar o sofrimento dos filhos. Com a recusa de informações, “retira-se da criança a possibilidade de se situar em sua própria história; bloqueia-se o seu acesso a um conhecimento que permitiria a elaboração de uma situação que ela viveu e que marcou seus pais. (VIÑAR; VINÑAR, 1992, p. 72). Neste contexto, a “criança permanece estrangeira ao seu passado e à sua cultura” (VIÑAR; VINÑAR, 1992, p. 72). A narrativa ficcional em análise aponta em vários momentos os prejuízos advindos dessa forma de apreender a experiência do exílio. Decerto, a sobrevivência no exílio é regida em torno da compensação das perdas e, por isso, “o exílio jamais se configura como o estado de estar satisfeito, plácido ou seguro” (SAID, 2003, p. 59). No entanto, a compreensão da história impõe a possibilidade de sobreviver a partir de outra perspectiva de vida (Lobato; Sarmiento-Pantoja, 2019, p. 13).

Para além do exílio vivido, a realidade como filha de um desaparecido político assusta Joana quando é forçada a encará-la. Na escola, todos seus colegas falam animadamente da futura viagem à Ouro Preto. Joana partilha do entusiasmo e conta à sua mãe na cozinha fria do apartamento no Rio de Janeiro. A conversa outrora leve torna-se tensa quando a adolescente lembra que é necessário entregar à escola a certidão de óbito do pai. Com os ombros tensos e a iluminação fraca refletindo seu luto, Ana revela que o falecido

marido não possui atestado de óbito por ser um desaparecido político e que tentará conversar com a escola para que a filha possa ir mesmo sem o documento.

Forçada de repente a lembrar o porquê de ter se exilado durante todos esses anos, Joana abandona o português para confrontar sua mãe em francês. Como sabem que o seu pai realmente estava morto se não têm atestado de óbito? O que é um desaparecido político? Por que sua mãe nunca fala sobre ele? Ana se recusa a responder e luta contra as lágrimas.

Joana permanece sem respostas e no Rio de Janeiro, incapaz de se juntar aos seus colegas devido à ausência da certidão de óbito. Para além de privá-la de um pai e da sua terra natal por anos, a Ditadura a roubou até mesmo de um simples passeio escolar.

Mais tarde, Joana traz esses questionamentos à sua avó. Na sala aconchegante de sua casa colorida, um contraste extremo com o apartamento de tons cinzas de Joana, Lucia revela um caderninho com todas as informações que possui sobre a prisão do seu filho. Aquele simples caderno era fruto de muitos anos de questionamentos, dúvidas, entrevistas e dor. Todavia, a partir do que reuniu era claro: Eduardo fora executado e o Estado tinha acobertado a morte tão bem que até hoje a família não recuperou o seu corpo. O pai de Joana era, portanto, um desaparecido político. O caderno não era a única coisa que Lucia havia guardado, recortes de jornais a respeito de desaparecidos políticos também faziam parte da sua coleção. Em um cartaz do Comitê Brasileiro pela Anistia, as letras garrafais clamam: “Pelo fim imediato de todos os processos políticos, pelo fim da repressão e da Lei de Segurança Nacional⁸²”.

Por fim, o que as famílias devem continuar fazendo, diz Lucia, é continuar procurando seus desaparecidos políticos e lutando para que o Estado reconheça seus crimes.

Após anos de desconhecimento, Joana finalmente passa a compreender as emoções complexas que surgem como família de um desaparecido político:

⁸² Doutrina que pregava a “defesa” do Estado contra perigos internos e externos (resumidamente, os comunistas) acima dos próprios direitos dos seus cidadãos (Borges, 2010).

A inexistência de um corpo ou de uma notícia a respeito da morte aumentava o desespero dos familiares, tornando impossível o esquecimento. O silêncio introduzido pelo terror do desaparecimento cria uma situação sem um fim, perpetuando a tortura que é vivenciar a ausência de seus corpos e de informações. “A não existência de um momento único de dor e de obrigações morais sobre o morto, associada ao desconhecimento das formas de morte, constitui uma nova figura: a da privação da morte. A categoria desaparecido representa esta tripla condição: a falta de um corpo, a falta de um momento de luto e a falta de uma sepultura”. Mata-se a morte, faz-se “[...] reinar a morte da morte, infectando com isso a vida, que perde assim todo sentido outro que a força pura”. Ao tornarem anônima a morte, roubaram da morte o significado de desfecho de uma vida realizada, informando que nem a morte pertence ao desaparecido e que ele não pertenceria a ninguém (Teles, 2010, p. 269, grifos nossos).

Aos poucos, Joana vai se adaptando ao Brasil e, conseqüentemente, suas roupas e sua casa vão ficando mais claras e cheias de vida. Todavia, alguns dramas familiares começam a borbulhar. Dentre eles, a ausência expressiva do seu padrasto. Enquanto sua mãe tenta balancear as duras penas o trabalho com a criação das crianças — para além de Joana, o enteado chileno Paco e o filho dos dois nascidos em Paris, Leon —, Luís acredita que a Lei da Anistia é só o começo e quer ajudar ferozmente à libertação da América Latina dos governos totalitários, especialmente na sua terra natal, o Chile. Em meio aos seus esforços revolucionários, ele começa a passar cada vez mais tempo longe da família e chega até mesmo a faltar ao aniversário do filho caçula. O pior ainda iria por vir: tinha sido decidido que Luís voltaria ao Chile na clandestinidade para auxiliar na luta contra Pinochet.

Em seu estudo a respeito da memória dos filhos dos exilados, Costa e Castro (2015) deixam isso claro:

Ambos – adultos e crianças – sofreram com a perseguição. Os adultos puderam ter o reconhecimento social deste fato, com a proclamação do estatuto de perseguido político. As crianças, que viveram essa história em outra fase de sua existência, sequer tiveram o reconhecimento da dor e a legitimação social de exilados, apenas meros acompanhantes, filhos de exilados. Não por acaso, todos os entrevistados, no primeiro contato, estranharam o fato de nos interessarmos pela memória deles e não a de seus pais. Dar voz a quem nunca falou sobre o tema publicamente permitiu que os entrevistados pudessem gerenciar essa memória tão dolorosa e trazer olhares inéditos sobre o tema (Costa; Castro, 2015, p. 26, grifos nossos).

Em meio a toda essa trama, Joana passa a lembrar do seu passado, diferentemente do seu estado anterior de “*deslembro*”. Em cortes dramáticos e de natureza intimista, o filme busca adentrar as memórias por muito esquecidas de Joana. Nelas, Joana relembra sua vida antes do exílio: seus pais caminhando juntos, a boneca que levava para todo lugar, seu pai vivendo escondido na clandestina e sendo obrigado até mesmo a trocar de nome, o tiro que sua mãe levou durante a atuação militante contra a Ditadura, a saída do Brasil. Ao longo de suas andanças pelo Rio de Janeiro, Joana também consegue encontrar a casa em que sua família se escondeu.

É a partir de uma série de discussões que finalmente Joana e Ana discutem o que levou à morte de Eduardo. Como Fernando Pessoa chama em seu poema, o eu lírico está “confusamente deslembado”. Joana, em meio às turbulências da adolescência e do retorno ao Brasil após o exílio, possui memórias conflitantes a respeito do que levou à morte do seu pai: ela acreditava que era a culpada, por tê-lo chamado pelo nome de batismo ao invés do nome utilizado durante a clandestinidade. Ana assegura que não é sua culpa, que outra pessoa, submetida à tortura, acabou denunciando o esconderijo de Eduardo.

Quanto a outras memórias recém-despertadas por Joana, como a fuga do Brasil, Ana as esclarece. Embora uma memória não tenha sido fruto da imaginação de Joana: sua mãe realmente levou um tiro enquanto atuava na militância política. Em uma conversa cheia de lágrimas e que flutua entre o francês e o português, mãe e filha finalmente conseguem falar francamente sobre um momento tão traumático de suas vidas e sobre Eduardo, cuja memória ambas tentaram suprimir durante anos por causa do luto. Tal conflito de memórias também é objeto de estudo de Lobato e Sarmento-Pantoja (2019):

Assim, uma questão central nesta abordagem é o entendimento de que alguns eventos testemunhados pelos filhos não foram diretamente experienciados por esta geração, dessa forma, o ato de “‘lembrar’ torna possível o deslocamento entre lembrar o vivido e ‘lembrar’ narrações ou imagens alheias e mais remotas no tempo” (SARLO, 2007, p. 90). Para Basile (2019), a experiência da infância tem sua particularidade porque se relaciona com duas memórias. “Às vezes, porém, coincidem e se misturam, se cruzam, são difíceis de demarcar” (BASILE, 2019, p. 33, tradução nossa). De acordo com a pesquisadora, a natureza da

memória da segunda geração está na tensão existente entre a memória dos pais e a memória dos filhos (Lobato; Sarmento-Pantoja, 2019, p. 5, grifos nossos).

O filme se encerra com a família se despedindo de Luís, que está partindo em direção ao Chile. No retorno para casa, Joana se lembra do seu pai biológico, Eduardo, assassinado na luta contra uma ditadura; diferentemente de seus irmãos mais novos, que não entendem o risco que Luís passará, mãe e filha permanecem sérias. O destino de Luís é incerto, afinal, a ditadura chilena permaneceria no poder por mais uma década.

Em sua obra magistral sobre o exílio, Rollemberg (1999) expõe as diversas dificuldades às quais os exilados políticos foram forçados a se adaptar. Existem outras obras acerca desse período da história brasileira escritas pelos próprios exilados, a exemplo do livro *Memórias do exílio: Brasil (1964-19??)*, organizado por Cavalcanti e Ramos. Todavia, não temos tamanha expressão de bibliografia — que já é deficitária neste tema específico — sobre as crianças que partiram para terras longínquas junto às suas famílias. Ademais, pouco sabemos sobre como foi sua readaptação em um país a qual deixaram tão jovens.

Deslembro traz essa perspectiva não tão explorada a fim de confrontar não só a memória da protagonista, mas do Brasil como um todo. Diferentemente do eu lírico de Fernando Pessoa no poema *Deslembro*, Joana deixa de ignorar “tudo” a fim de montar o quebra-cabeças do que aconteceu com seu pai. Assim, a personagem e os telespectadores descobrem juntos o que é um desaparecido político e a angústia que tal condição provoca em sua família. Juntos, Joana e a audiência testemunham algumas das muitas brutalidades cometidas pelo Estado contra seus próprios cidadãos através dos olhos vulneráveis de uma criança.

Para além dos confrontos da memória de Joana, é possível observar também as diversas facetas do exílio — outro crime do Estado, cujas consequências deveriam ser melhor estudadas — e seus efeitos não só durante o próprio exílio, mas no seu retorno. Joana é forçada a voltar à uma terra a qual não possui amor tampouco familiaridade; em momentos de emoção, ela fala em francês, seus amados livros são em francês, suas músicas favoritas também não são cantadas em português e suas roupas não são

adequadas ao clima tropical. A contragosto, Joana é forçada a se adaptar ao país que matou o seu pai. No término do filme, embora segura no Brasil, é possível que Joana ainda perca outro pai nas mãos de outra ditadura.

Cabe ressaltar novamente que o impacto do exílio é subestimado nas gerações mais novas que a experienciaram. Nesse sentido, fica evidente a necessidade de maiores estudos a seu respeito através da História Oral por exemplo (Rollemberg, 2010). Em meio a esse cenário, o ponto de vista de *Deslembro* é célebre por seu ponto de vista singular, sendo um objeto de estudo por si só para além dos escassos testemunhos que temos sobre os “filhos da causa”.

Referências

BORGES, Nilson. A Doutrina de Segurança Nacional e os governos militares. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4), p. 13-42.

COSTA, Marcelo Henrique da; CASTRO, Ricardo Vieira Ives de. Os filhos da causa: memórias de filhos de exilados do regime militar (1964-1985). Trivium: **Estudos Interdisciplinares**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 188-216, 2015.

DESLEMBRO. Direção: Flávia Castro. Produção: Imovision. Brasil: Imovision, 2019. (97min), som., color.

LOBATO, Ladyana dos Santos; SARMENTO-PANTOJA, Tânia Maria Pereira. Testemunho da experiência da infância no exílio e sua representação no conto infanto-juvenil *Meninos sem Pátria*, de Luiz Puntel. *Margens - Revista Interdisciplinar*, v. 13, n. 21, p. 54-69, dez. 2019.

NAPOLITANO, Marcos. Fontes audiovisuais: a história depois do papel. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2008, p. 235-290.

PESSOA, Fernando. **Poemas de Álvaro de Campos**. Edição crítica de Cleonice Berardinelli. Lisboa: Imprensa Nacional, 1990.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. São Paulo: Record, 1999.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Org.). **O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. (Coleção O Brasil Republicano, v. 4), p. 43-92.

ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história.** São Paulo: Paz e Terra, 2010.

TELES, Janaína de Almeida. Os familiares de mortos e desaparecidos políticos e a luta por “verdade e justiça” no Brasil. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Org.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira.** São Paulo: Boitempo, 2010.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O ENSINO DE HISTÓRIA, CINEMA E DITADURA: O EXÍLIO NO FILME EM TEU NOME

Vitória Kaylany dos Santos Silva⁸³

Introdução

A discussão acerca da utilização do cinema em sala de aula tem se intensificado cada vez mais no campo da história, não apenas como um recurso didático, mas principalmente como uma linguagem historiográfica. É imprescindível reiterar que a correlação entre cinema e história neste trabalho guiou os rumos que a pesquisa tomou, e tornou os debates a respeito do cinema mais próximo do ensino de história. Para começar esse debate o Historiador Robert Rosenstone afirma em seu livro ‘A história nos filmes, os filmes na história’ que apenas palavras não cumprem totalmente a tarefa de compreender a linguagem cinematográfica, a partir desse princípio podemos considerar que a utilização de outros elementos sensoriais além dos diálogos dentro do cinema enriquecem o modelo narrativo.

Rosenstone afirma que para o historiador tipo “Dragnet” o cinema é apenas entretenimento, uma distração dos assuntos sérios, e que os filmes históricos/dramáticos são apenas uma ferramenta para vender ingressos. Subvertendo essa mentalidade, quando propõe-se uma análise de um filme como “Em Teu nome”, propõe-se também uma nova forma de se olhar para a sétima arte, uma forma que vislumbra também a proposta pedagógica que o filme pode ter. Afinal, o que esse filme nos ensina sobre o exílio, tema este tão pouco debatido dentro e fora da academia?

Em primeiro lugar, é de extrema importância ressignificar o que é o exílio e sua distinção da condição de refugiado. O termo exilado vem da antiga prática de banimento, quem não foi banido pode sempre voltar ao “lar”, o exilado permanece sempre deslocado. Para Edward Said, o exílio é de certo modo indissociável do nacionalismo, o exilado é separado de suas raízes e de seu passado. Todos os nacionalismos se fundam, em uma retórica de heróis e vilões, marcos históricos quase religiosos e controversos. O nacionalismo é

⁸³ Graduanda em História, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: vitoriakaylany@gmail.com

uma declaração de pertencer a um lugar, a um povo, a uma herança cultural. O exilado só percebe o “seu” lugar quando não está mais nele. O nacionalismo que emerge no exílio manifesta-se precisamente pela ausência da língua, das pessoas, da cultura e da música.

Já o refugiado, ganhou um significado diferente no século XX, vindo desse modo de um outro lugar social. Para a autora Hannah Arendt no seu livro “Nós, os refugiados” a definição de refugiado se modificou por causa da segunda guerra e do holocausto, nas palavras dela:

Um refugiado costuma ser uma pessoa obrigada a procurar refúgio devido a algum acto cometido ou por tomar alguma opinião política. Bom, é verdade que tivemos que procurar refúgio; mas não cometemos nenhum acto e a maioria de nós nunca sonhou em ter qualquer opinião política radical. O sentido do termo “refugiado” mudou connosco. Agora “refugiados” são aqueles de nós que chegaram à infelicidade de chegar a um novo país sem meios e tiveram que ser ajudados por comités de refugiados (Arendt, 2013, p.7).

Enquanto o exilado é alguém que foi banido ou afastado de sua pátria, muitas vezes por questões políticas ou ideológicas, mantendo um vínculo identitário com suas raízes, o refugiado moderno, como descrito por Hannah Arendt, é uma figura mais complexa. O refugiado não é necessariamente alguém com opiniões políticas radicais ou que cometeu um ato específico, mas sim uma pessoa que foi forçada a deixar seu país, muitas vezes por circunstâncias de guerra ou perseguição, e que chega a um novo lugar sem meios e sem um lugar de pertencimento claro. O exilado sente a ausência de sua cultura de origem, enquanto o refugiado luta para encontrar um novo lugar no mundo, perdendo seu status de cidadão e sua identidade nacional.

A partir desses pontos, podemos identificar muitas questões dentro do filme em teu nome, e apesar de ser um filme relativamente simples, onde o exílio vai ser apresentado nas partes finais do longa, percebemos o exílio presente desde seu início, seja na música tema “Deixando o Pago”, seja na prisão dos guerrilheiros. Em certo momento vemos Boni, personagem principal, chegando em casa após uma ação do seu grupo guerrilheiro e em sua casa esta acontecendo uma festa, no fundo ouvimos essa musica. na própria música percebemos citações como:

(...)
Fui aumentando a distância
Deixar o rancho da infância
Coberto pela neblina
Nunca pensei que minha sina
Fosse andar longe do pago
E trago na boca o amargo
Dum doce beijo de china

(...)

E ver que o mundo é pequeno
E que a vida não vale nada

(...)

Falam muito no destino
Até nem sei se acredito
Eu fui criado solito
Mas sempre bem prevenido
Índio do queixo torcido
Que se amansou na experiência
Eu vou voltar pra querência
Lugar onde fui parido (Vitor Ramil, 1997).

A música "Deixando o Pago" do compositor Vitor Ramil expressa de forma visceral o sentimento de exílio. As estrofes analisadas revelam a dor e a melancolia de quem foi forçado a se afastar de suas raízes. A linha "Nunca pensei que minha sina fosse andar longe do pago" ecoa a ideia de banimento e deslocamento, uma condição imposta e não escolhida. O eu-lírico percebe o valor de sua "querência" (terra natal) justamente pela ausência, sentindo o "amargo" de estar longe do que lhe é familiar e amado. Essa experiência de separação é o que define o exilado: ele só compreende a dimensão de seu "lugar de origem" quando não está mais nele. A música, portanto, ilustra a essência do exílio: a saudade da língua, das pessoas, da cultura ("doce beijo de china") e, sobretudo, a esperança, quase uma promessa, de retorno, como expresso em "Eu vou voltar pra querência, lugar onde fui parido", o que reforça a ligação indissolúvel do exilado com a sua pátria.

A prisão como um elemento que determinará o exílio

Já na prisão, Boni em uma cena onde é barbaramente torturado, o delegado PS senta ao lado desse e fala de sua família, Boni aparenta reflexão

e percebe o tom de ameaça velado. Apesar de Boni permanecer em silêncio, a ameaça o leva a uma profunda reflexão. Ao retornar para a cela, ele conversa com o Professor, líder de seu grupo guerrilheiro, e demonstra uma ruptura com seus ideais revolucionários. Ele passa a questionar se vale a pena sustentar a luta em detrimento da segurança de sua família.

Essa mudança de perspectiva se intensifica com a chegada de Cecília - sua namorada - à prisão, acompanhada por seu cunhado. Boni questiona a razão da visita de Cecília, ao que ela responde que veio para provar que os companheiros dele estavam errados e que continuaria a vê-lo. A partir daí, Boni percebe que o risco já não se limita à sua família, mas também à mulher que ele ama. Essa conscientização marca o início do processo de exílio em sua mente, pois a segurança de seus entes queridos se torna mais importante do que seus ideais revolucionários, levando-o a abandonar a luta e se afastar de sua pátria.

Com a notícia do sequestro de um embaixador suíço e a possível possibilidade de exílio, um soldado deixa Boni escrever uma carta para sua família em segredo. O filme utiliza a técnica da sobreposição de imagens para mostrar o grande abismo entre a vida de Boni e a de sua família. Enquanto Boni está em um ambiente escuro e fétido, passando fome e implorando por comida, sua família desfruta de um jantar com a mesa farta. Embora a casa pareça um ambiente de tranquilidade, ela se mostra vazia, revelando o custo emocional da ausência de Boni. A cena reforça o preço que ele paga por sua escolha pela luta armada.

Na cena seguinte, o delegado, Boni e um major tem um diálogo na sala do delegado, nesse momento, o major faz uma afirmação amarga, dizendo: “Você poderá andar pelos 5 continentes, mas nunca poderá encontrar sua pátria, o Brasil continuará aqui, mas para os brasileiros que amam esse país”. A fala representa não apenas a negação da “brasilidade” de Boni, mas também antecipa seu destino. A carta é narrada no final dessa cena, e diz:

Vou embora, para algum lugar que não sei, por mais longe que seja vou para me manter vivo, vivo para encontrar vocês e rir-mos muito, bebermos cerveja, fazermos churrasco, viver novamente com amigos, como uma família. Não peço perdão pelo que fiz, porque talvez fizesse tudo de novo, só peço compreensão para você Cecília, meu amor, tô cumprindo

minha promessa de sobreviver, para ser feliz ao teu lado (Nascimento, 2009, 00:46:21).

A carta de Boni é um elemento crucial que amarra os temas do filme, especialmente a dualidade entre o sacrifício pessoal e a perda familiar. A análise do texto revela três pontos centrais que se entrelaçam e dão profundidade ao personagem: a esperança diante de um destino incerto, o idealismo que justifica as ações passadas e o amor incondicional pela família. Com a notícia do exílio, a promessa de Boni em sua carta de “ir para algum lugar que não sei, para me manter vivo, vivo para encontrar vocês” contrasta diretamente com a amarga fala do major. Enquanto o militar tenta desumaniza-lo e negar sua “brasilidade” ao afirmar que ele jamais encontrará sua pátria, a carta de Boni mostra que sua verdadeira pátria não é um local geográfico, mas sim emocional e familiar. Para ele, o que o mantém vivo não é o Brasil, mas a promessa de reencontrar sua família, a esperança é a força que o move em meio ao exílio.

Além disso, a declaração de que ele “não pede perdão pelo que fez, porque talvez fizesse tudo de novo” é o ponto central da carta, demonstrando que, apesar de todo o sofrimento e da distância da família, ele não se arrepende de suas escolhas. Essa frase resgata o idealismo que motivou sua entrada na luta armada, reforçando a ideia de que o sacrifício pessoal foi justificado por uma causa maior. Por fim, a carta se dedica à sua amada Cecília, com a promessa de que está “cumprindo sua promessa de sobreviver, para ser feliz ao teu lado”. Essa é a manifestação máxima de seu amor. Ele não sobrevive apenas por si mesmo, mas para cumprir uma promessa feita a ela. Esse amor é o que o conecta com sua humanidade e com sua real “brasilidade”, que não está no território, mas nos laços familiares e afetivos que ele busca preservar.

O exílio enquanto experiência cinematográfica

O exílio no Chile revela o início de um novo tipo de luta. A fotografia, agora clara e tranquila, contrasta com as tensões internas do grupo. Boni, com a chegada de Cecília, expressa um desejo de recomeçar, de se dedicar à família, mas é questionado pelo professor. Ele responde relatando o peso das

suas escolhas e do sofrimento vivido. A tristeza do exílio também se manifesta em Lenora, que confessa ao professor seu desejo de morrer. Sua desilusão representa o lado mais cruel do exílio, a desistência, enquanto Boni busca um novo sentido.

Essa dualidade se intensifica em uma sequência visual poderosa. Enquanto Lenora, relata os horrores da tortura, o filme intercala a cena com a imagem de Cecília em trabalho de parto, em uma fotografia branca e angelical. A narrativa de dor de Lenora, que se sente “morta” e “deslocada”, é contraposta com o nascimento de uma nova vida, simbolizando a esperança. A cena foca no rosto de Lenora, transmitindo sua fragilidade, enquanto o nascimento de seu filho mostra a busca de Boni por um novo propósito.

Com o golpe militar no Chile, a narrativa ganha um novo peso. Boni e Cecília, agora uma família, revivem o trauma da perseguição. A fotografia azulada e turva da cena de Boni correndo para a embaixada argentina simboliza a tensão e o medo que ele sente. Depois de uma passagem breve e tensa na Argentina, eles se encontram na Argélia. Aqui, a fotografia é clara - representando um ambiente seguro - mas Cecília se sente insegura por não poder trabalhar. A nova vida de Boni se torna um novo exílio, dessa vez para Cecília, que precisa se adaptar a um país estranho e que mulheres não têm os mesmos direitos que seu país de origem.

O ponto de virada surge na França, onde eles finalmente se sentem parte do mundo novamente. Uma carta de Boni a família é lida enquanto cenas do cotidiano dos exilados se intercalam com cenas da família no Brasil. Nela, Boni fala sobre a felicidade de ter a família por perto e a tristeza de não ter se despedido de sua sogra. Ele também conta que finalmente vai poder estudar e que está participando do comitê de anistia. O exílio finalmente está dando chances de um recomeço a Boni.

No final da narrativa, o filme revela o destino de todos os personagens. A trágica morte de Lenora, que se suicida em Amsterdã, contrasta com a perseverança de Boni e Cecília, que finalmente conseguem o visto para o Brasil. O professor, que não se sente mais em casa em lugar nenhum, decide não voltar. E na cena final, Boni, agora um homem real, afirma em voz alta: “Um dia me perguntaram o que eu faria se encontrasse com uma pessoa que me torturou? Eu não sei...mas com certeza eu não mudaria de calçada”. Sua

fala, que encerra o filme, é a prova final de que as escolhas e o sofrimento daquele período impactaram vidas reais.

Como o filme se relaciona com a bibliografia

A narrativa do filme, ao mergulhar na experiência do exílio, ecoa de maneira profunda as reflexões da historiadora Denise Rollemberg. O exílio, como um desenraizamento, é o fio condutor que explica as crises de identidade e a perda de referências dos personagens, conforme aponta a autora. O grupo de exilados no Chile, por exemplo, não encontra um refúgio, mas sim um estranhamento em relação à nova sociedade, que os infantiliza e subverte a imagem que tinham de si mesmos, como a recusa do Professor em trabalhar em um país que não era o seu ou o vazio que se instala em Lenora. A narrativa ilustra essa "crise de identidade" através de atitudes distintas, como o abandono da luta por parte da Lenora, em contraste com a perseverança de Boni e Cecília, que, por serem mais jovens e com "menos bagagem" acumulada, demonstram a flexibilidade mencionada por Rollemberg, adaptando-se para construir uma nova vida.

A cena de Lenora revivendo a tortura através de suas palavras enquanto Cecília dá à luz é a representação visual perfeita do que Rollemberg descreve como a sobreposição do país de origem ao de destino. A mente de Lenora permanece aprisionada no passado, tornando o exílio uma extensão do sofrimento, um lugar da perda de identidade. Essa dor psiquiátrica, que culmina no suicídio de Lenora, é um dos aspectos mais trágicos e precisos da narrativa, refletindo a associação que a historiadora faz entre o exílio e a perda de si.

Além das crises internas, a narrativa aborda os desafios práticos do exílio, como a batalha pelos documentos. A dificuldade de Boni e sua família em obter visto em diferentes países e a perseguição que os levam ao "exílio dentro do exílio" ilustram as peculiaridades da ditadura brasileira. A "má fama" que o regime difundia sobre os exilados, identificando-os como "terroristas", criava barreiras migratórias e reforçava a falta de segurança, já que as próprias polícias dos países que os acolhiam mantinham contato com a polícia política brasileira. O filme demonstra essa ansiedade quando Boni caminha pelas ruas do Chile como se ainda estivesse sendo vigiado.

A narrativa, portanto, é um espelho das reflexões de Denise Rollemberg. Através dos destinos de Boni, Lenora e do professor, o filme demonstra que o exílio foi uma experiência multifacetada: um período de luta por um recomeço e, ao mesmo tempo, de constante lembrança de um passado traumático. A perseverança de Boni e a desistência do professor e de Lenora não são apenas escolhas pessoais, mas sim reflexos do peso de um exílio que, para alguns, era um vazio sem fim, e para outros, a promessa de uma nova vida, mesmo que a pátria, como diz o professor, jamais fosse encontrada novamente.

Conclusão

O filme "Em Teu Nome" se põe como uma poderosa ferramenta historiográfica, subvertendo a visão de que filmes dramáticos são apenas entretenimento. A narrativa utiliza elementos sensoriais e simbólicos para ir além das palavras, proporcionando uma compreensão mais profunda do exílio. O filme não apenas ilustra o conceito de exílio como uma condição de banimento e desenraizamento, mas também a diferença da condição de refugiado, mostrando como o exilado, mesmo longe, permanece ligado a uma pátria que só percebe a sua totalidade na ausência. A música "Deixando o Pago" e a fala do major na prisão reforçam a ideia de que a identidade nacional e a pátria de Boni não estão no território, mas sim nos laços familiares e afetivos que ele tenta preservar.

O filme desvenda as múltiplas camadas do exílio, revelando crises de identidade e a dificuldade de adaptação. A luta por documentos e a estigmatização como "terroristas" demonstram a crueldade do regime, que perseguia os exilados mesmo no exterior. As experiências de Lenora e do professor, que sucumbem à dor ou se sentem eternamente estrangeiros, contrastam com a resiliência de Boni e Cecília, que, mesmo diante das adversidades, encontram forças para recomeçar. A cena final, com o Boni da vida real afirmando que não mudaria de calçada ao encontrar seu torturador, encerra a narrativa com a impactante verdade de que o exílio não foi apenas uma experiência política, mas um processo que moldou a vida e as visões de mundo de muitos brasileiros.

Referências

- ARENDT, Hannah. **Nós, os refugiados**. Covilhã: Universidade da Beira Interior, 2013.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**, São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. **Versões e ficções**. 2018.
- REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo & SÁ MOTTA, Rodrigo Patto. **O golpe e a ditadura militar – 40 anos depois (1964-2004)**. Bauru (SP): Edusc, 2004.
- ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares**. São Paulo: Editora Record, 1999.
- ROLLEMBERG, Denise; FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **Esquerdas revolucionárias e luta armada**. 2013.
- ROSENSTONE, Robert A. **A história nos filmes, os filmes na história**. 2010. p. 13 a 54.
- SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio: e outros ensaios**. Editora Companhia das Letras, 2003. p. 46 a 60.

“O LATIFÚNDIO É O DIABO”: DULCE E SALUZINHO E A LUTA POR TERRA NO NORTE DE MINAS DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR DE 1964

Vitória Neres Teixeira Santos⁸⁴

Dulce Gonçalves Pereira ou Dulcia Gonçalves de Araújo foi a esposa de Salustiano Gomes Ferreira, um posseiro⁸⁵ de terra do norte de Minas que protagonizou um embate contra militares na região. Ela nasceu por volta do ano de 1942⁸⁶, provavelmente na região de Varzelândia, no Norte de Minas. Os registros sobre sua vida são deveras escassos, mas contar sua história é honrar a memória de uma mulher que defendeu o marido e os filhos contra as garras da ditadura, entregando sua integridade física e mental a fim de proteger a localização do marido. Salustiano Ferreira Gomes, mais conhecido como Saluzinho, nasceu no município de Varzelândia, norte de Minas Gerais, em 1917. Aos 16 anos de idade, Saluzinho se muda para o Paraná, com a promessa de terras devolutas e férteis, e vive lá por 19 anos. Na década de 1960, ele retorna para sua região de origem para tomar posse das terras que pertenciam ao seu pai. A região passava por uma série de expulsão de posseiros de terra neste período, processo chamado de grilagem, e Saluzinho tinha conhecimento disso (Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017).

Para entender como se deu o confronto de Saluzinho com os militares, primeiro é preciso tomar conhecimento do que estava ocorrendo na região de Varzelândia no mesmo período. Em 1959, a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) começa a atuar não só na região nordeste do Brasil, mas também no norte de Minas Gerais. A região mineira foi incluída na área de atuação da SUDENE por ser considerada parte do “Polígono das Secas” e por ter clima e economia parecidos com os do nordeste. Sua atuação foi ambígua, pois teve impactos positivos e negativos na região. Ela desenvolveu a infraestrutura da região, com a construção de

⁸⁴ Graduada em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: vitorianeres24@gmail.com

⁸⁵ Posseiro de terra é quem tem a posse da terra, mas não o seu domínio.

⁸⁶ Digo “por volta” porquê os dados que tenho constam o ano de seu falecimento e a idade em que isso ocorreu.

estradas, barragens e eletrificação, incentivou a agropecuária, construiu açudes e sistemas de irrigação a fim de combater a seca e fortaleceu o desenvolvimento de centros urbanos, como o de Montes Claros, por exemplo (Mascarenhas; Neto, 2023). Porém, a autarquia federal privilegiou empresas de fora, deixando de lado os pequenos produtores locais, além de ter provocado o desmatamento e esgotamento dos recursos hídricos. Ela também marginalizou as comunidades locais, muitas vezes a removendo de seus territórios, além de que essas populações tradicionais — como os indígenas, quilombolas e camponeses — continuaram à margem da sociedade, pois o desenvolvimento promovido não se distribuiu igualmente. Além do que a economia da região na época não era pautada no capitalismo, eles produziam para subsistência. E com a chegada da SUDENE, mudou toda a configuração da população local, que teve de se adequar a nova economia (Ribeiro, 2023).

Outro acontecimento importante para o ocorrido com seu Saluzinho foi o Projeto Jaíba, que foi implementado em 1966, que concedeu a posse aos pequenos produtores que estavam assentados na região de Varzelândia, e não só isso, mas também promovia o desenvolvimento da agricultura moderna na região por meio de sistemas de irrigação. Seu objetivo era garantir o acesso à agricultura a pequenos produtores de terra (Ribeiro, 2023).

Não menos importante, em 1964 foi instaurada a ditadura civil-militar no Brasil. Pode-se pensar que as regiões afetadas se resumem basicamente às grandes metrópoles e regiões metropolitanas, porém, esse pensamento é bastante equivocado. O caso de Saluzinho é a prova da atuação da ditadura e de seus aliados na vida dos posseiros de terra da região, e da violência que o Estado tratou os habitantes locais e ainda defendeu quem os maltratou.

Esses três fatos interferiram diretamente no ocorrido de Saluzinho, já que a posse de terra foi concedida através do Projeto Jaíba, a região passava por incentivos de desenvolvimento pela SUDENE, que mudou de forma significativa sua configuração e tudo isso durante a ditadura militar. Além do mais, a concessão de terras a esses agricultores se dá num momento anterior ao golpe militar, e quando este acontece, a perseguição a posseiros e terra aumenta, já que eles eram vistos como subversivos e rebeldes, e se temia que comessem uma guerrilha. O processo de grilagem dessas terras era

frequentemente defendido pelo estado, e como tentativa de resistência, já que os camponeses reagiam de forma violenta a essas investidas (Ribeiro, 2023).

Em 1964, havia acontecido um violento despejo dos posseiros de terra, e em 1967, ele volta a ocorrer; nesses despejos, cerca de duzentas famílias foram expulsas de suas terras, a mando do coronel Georgino Jorge de Souza. O conflito de Saluzinho se deu com o advogado Oswaldo Antunes, em 1967, que era também seu vizinho. O ocorrido se deu quando um capataz do advogado, de nome Jerônimo, diz a Saluzinho para ter cuidado com Oswaldo Antunes, pois o advogado tinha testa de ferro⁸⁷. O posseiro então responde que se o dr. Oswaldo Antunes tinha testa de ferro, ele tinha uma marreta de aço para o fazendeiro (Campos, 2014). O capataz vê isso como uma ameaça, e a conta para o fazendeiro, que começa a tramar contra Saluzinho. Então, no dia 17 de novembro de 1967, o posseiro acorda e escuta sua esposa, Dulce, conversando com alguém, quando sai para ver quem é, é questionado se seria Saluzinho, e quando responde que sim, recebe uma enxurrada de tiros. Saluzinho entra em casa antes de ser atingido, e sendo um exímio atirador, consegue acertar um funcionário de Oswaldo Antunes e o policial militar que o acompanhava, Luiz Barral (Ribeiro, 2023).

O problema era que Saluzinho não sabia quem o atacara, mas sabia que certamente voltariam, então ele foge para uma gruta próxima a sua casa, levando consigo uma garrucha, um revólver (deixado para trás pelo grupo) e uma cabaça d'água, e manda que sua esposa e seus filhos façam o mesmo, se escondendo na casa do tio da mulher, o sr. Marçal. Os militares logo encontram Dulce, e ordena que eles retornem para sua casa. Lá, torturam Marçal em um pau de arara e a mulher com uma palmatória improvisada. Ela se nega a contar o paradeiro do marido (Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017). Aos jornalistas, Dulce contou que

O sargento pegou uma tábua de bater sabão, me chamou de sem vergonha, ladrona e criminosa e bateu muitos bolos em minha mão. [...] No outro dia, eles vieram outra vez, Jerônimo também. [...] Dulce relatou aos jornalistas que da segunda vez, apanhou o dia inteiro e que um dos policiais tocou seu corpo e disse que mataria seu marido e ficaria no lugar dele. Ela disse

⁸⁷ O posseiro diz isso pois apesar da influência do fazendeiro Oswaldo Antunes, demonstrava coragem, mostrando que não iria se acovardar se um conflito ocorresse.

ainda que só não contaria mais sobre as violações que sofreu pois ficaria “avexada” (Comissão da Verdade de Minas Gerais-COVEMG, 2017, p. 108).

Pelos relatos de Dulce, pode-se perceber que ela provavelmente foi violentada. Um de seus filhos diz também que a mulher teve seus seios queimados. Ela era uma mulher muito simples, e esse tipo de violência, para ela, ‘feria sua honra’ (Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017).

Os policiais se dirigiram para a gruta onde Saluzinho se escondia e atiraram contra ele, que revida, e acaba acertando outro policial. O caso então se torna conhecido, ganhando certo destaque na mídia, isso se dá muito em parte pelo motivo do advogado Oswaldo Antunes era dono do Jornal de Montes Claros. Na região, Saluzinho ficou conhecido como sendo extremamente violento e agressivo, sendo usado até mesmo para ameaçar crianças que faziam estripulias. A notícia chegou às grandes capitais, e os principais veículos de notícia apoiavam os costumes liberais-conservadores e temiam que um conflito social surgisse no país, noticiaram o ocorrido entre Saluzinho e os militares, propagando as notícias de forma fortemente enviesada, já que, temendo que a população tomasse a ação do posseiro como exemplo, se revoltasse e criasse movimentos de resistência principalmente entre os outros posseiros e pequenos produtores rurais, que eram vistos como subversivos à época (Alves, 2024).

Saluzinho resiste na gruta por 5 dias, mesmo com as tentativas dos militares para tirá-lo de lá. Depois da primeira investida, quando Saluzinho fere os policiais, é mandado para lá um batalhão com 40 militares, que tentaram de tudo: tentaram incendiar a gruta e até jogaram dinamite lá dentro, mas ele resistiu bravamente durante 5 dias, as marcas dos tiros ainda permanecem na gruta. O camponês não foi atingido pela dinamite, mas ficou surdo com ela. Usaram também um lançador de bomba de gás, que foi lançado várias vezes contra ele, mas não conseguiram o tirar de lá. Na tentativa de que o posseiro se entregasse, levaram sua mulher para ser torturada na frente da gruta, para que ele ouvisse e se rendesse; porém, por conta da surdez causada pela bomba, ele nada ouviu (Comissão da Verdade em Minas Gerais, 2017).

Após os 5 dias, e várias tentativas de negociação, ele finalmente se rendeu — sendo vencido pela fome, sede e cansaço do por qualquer outro

motivo —, os militares se identificaram — até porque, até o momento, Saluzinho não sabia com quem estava lutando — e disseram que não iriam matá-lo. Pela repercussão do caso, quando capturaram o posseiro, desfilaram com ele por toda Montes Claros, “exibindo-o como um troféu. A polícia divulgava que havia prendido o maior bandido da história do Norte de Minas.” (COVEMG, 2017, p. 108-109). Devido a sua fama de violento e perigoso, Saluzinho passou por várias prisões, esteve inclusive no Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Belo Horizonte. Lá, teve contato com militantes de movimentos sociais, que o ensinaram a ler (COVEMG, 2017). Saluzinho afirmava recorrentemente que “o latifúndio é o diabo”, expondo sua insatisfação contra o sistema opressor que lhe tirou tudo (Zangelmi; Queler, 2020).

Enquanto Saluzinho estava preso, Dulce, sua esposa, acabou falecendo em decorrência das torturas. Dulce foi vítima do Estado e de seus agentes, sofreu tamanha violência que acabou não resistindo e falecendo, e tudo o que ela desejava era defender seu marido. Na COVEMG, consta que a causa de sua morte é uma incógnita, podendo ter sido causada pelas torturas sofridas por ela ou pelo despejo dos posseiros de suas terras. O relato de sua vida e morte ocupa menos de uma página do documento; 42 anos de vida foram resumidos a menos de uma página. Ao final do escrito sobre sua morte, diz: “A Covemg não conseguiu avançar nessas linhas investigativas, mas recomenda o prosseguimento das pesquisas sobre este caso” (Covemg, 2017, p. 166). Podemos encaixar sua história num memoricídio, já que, segundo Lívia Ferreira (2022), “a palavra Memoricídio é um neologismo que logo de cara nos parece aproximar as ideias de memória e homicídio, em uma definição mais superficial, teria o sentido de “assassinato” ou “extermínio” da memória” (Ferreira, 2022, p. 22). Tentaram apagar sua história, o motivo de sua morte e quem a causou. E quem a causou, viveu “boa vida”, tendo exercido forte influência no Norte de Minas. Enquanto Dulce morreu sob o esquecimento, não se tendo registro nem ao menos de seu nome real, local ou ano de nascimento. Em entrevista concedida a Dayrell para produção do documentário Rebeldia no Sertão, seu filho Daniel, diz que a história de seu pai, todos conhecem, mas a que mais o choca é a de sua mãe, que sofreu muito. Ele diz ainda que “meu pai foi pra história “né”, teve o nome propagado em muitos meios de comunicação,

vai na internet tem a história dele lá completa “né”, mas a da minha mãe não tem” (Dayrell, 2019, min. 9:51). Mariângela, outra entrevistada para o documentário diz que “porque eu acho que ela sofreu mais, eu acho que ela sofreu mais. Porque ela “tava” vendo tudo que tava acontecendo ali, ela “tava” sendo a maior vítima da história “né”, porque o esposo dela “tava” protegido, ela por ele ficou desprotegida” (Dayrell, 2019, min. 10:34).

Saluzinho perdeu sua esposa, sua terra e sua dignidade, viveu o restante de sua vida sendo explorado por grandes fazendeiros. Dulce perdeu sua vida, não tendo direito nem mesmo de ter sua história conhecida, sua memória preservada, como tantos outros posseiros que também morreram pelas mãos do Estado ou de seus agentes por ele apoiados e incentivados. Apesar de não ter exercido militância ativa contra a ditadura, resistiu pelo que acreditava: o direito à terra e à vida de seu marido. Movida pelo afeto, resistiu o quanto pôde, o quanto aguentou, morreu tentando proteger quem amava. Contar sua história é honrar uma memória à muito tempo esquecida, mas lembrada por seus filhos. Essa é uma tentativa de revivê-la, para mostrar que se eles ainda estão aqui, nós também estamos, existindo e resistindo à um estado que até os dias de hoje subjuga e exclui os mais necessitados.

Referências

ALVES, Luís Fernando de Souza. “**Posseiro Bom é Posseiro Morto**”: Coronel Georgino e conflito agrário de Cachoeirinha no Norte de Minas Gerais. Dissertação de Mestrado em Sociedade, Ambiente e Território - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2024. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/79394> Acesso 15 de junho de 2025

CAMPOS, Leonardo Álvares da Silva. **Saluzinho**: luta e martírio de um bravo. Belo Horizonte: D’Plácido, 2014.

FERREIRA, Livia. **Memoricídio**: em busca de um conceito. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia e Documentação) - Instituto de Arte e Comunicação Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022.

GOVERNO DO ESTADO. **Comissão da Verdade em Minas Gerais**: Relatório/Governo do Estado. - Belo Horizonte: COVEMG, 2017.

MOREIRA, Hugo Fonseca. “**Se For Pra Morrer de Fome, Eu Prefiro Morrer de Tiro**”: O Norte de Minas e a formação de lideranças rurais. Dissertação de

Mestrado em Sociologia - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em:
<https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/11574> Acesso em 15 de junho de 2025.

RIBEIRO, Sady. **Intelectuais Orgânicos no Sertão Norte-Mineiro** - os conflitos de classe e disputas por narrativas no caso Saluzinho (1967). Trabalho de Conclusão da Especialização Lato Sensu - Questão Agrária, Ambiental e Territórios, Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2023.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à Brasileira: 1964-1985** A Democracia Golpeada à Esquerda e à Direita. São Paulo: Leya, 2014.

ZANGELMI, José Arnaldo; QUELER, Jefferson José. **“O Latifúndio é o Diabo”**: apontamentos sobre a inusitada trajetória de Saluzinho. Tempo, Niterói, v. 27, n. 3, p. 605-628, set.-dez., 2021. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2021v2706> Acesso em 15 de junho de 2025

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O PAPEL DAS INTERSECCIONALIDADES DE RAÇA, CLASSE E GÊNERO NA CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO TRABALHO DOMÉSTICO NO BRASIL

Kárem de Castro Cardoso⁸⁸

O emprego doméstico surge no Brasil como uma herança escravocrata, assim, possui uma longa e complexa história marcada por profundas desigualdades sociais, econômicas e raciais. Ele foi estruturado a partir de relações de poder desiguais, num cenário em que a figura da mulher negra desempenhou e desempenha um papel central, inicialmente na condição de escravizada e, posteriormente, como trabalhadora marginalizada no mercado de trabalho formal.

Conforme a historiadora Rosana de Jesus dos Santos (2009, p. 15), as trabalhadoras domésticas foram apontadas ao longo da história como sujeitos inferiores, assim, tanto seus corpos quanto seu trabalho poderiam ser apropriados por terceiros. A historiadora compreende que o trabalho doméstico é concebido como uma função naturalmente feminina, próprio da aptidão biológica que, supostamente, a mulher possui para o exercício do cuidar.

Ao entender o trabalho doméstico como uma extensão natural das habilidades femininas, são reforçados estereótipos de gênero que limitam o reconhecimento desse trabalho como uma profissão digna e merecedora de direitos iguais. Este ponto de vista é perpetuado tanto pela sociedade quanto pelas políticas públicas, que frequentemente negligenciam a importância de garantir condições justas e seguras para as trabalhadoras domésticas.

Por estar vinculado à figura feminina, o trabalho doméstico mesmo na sociedade contemporânea é desvalorizado e tratado como informal, caracterizado por baixos salários, longas jornadas de trabalho e a falta de direitos trabalhistas reconhecidos pela sociedade em geral, conforme apontado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). “Quanto à doméstica, ela nada mais é do que a mucama⁸⁹ permitida, a da prestação de bens e

⁸⁸ Mestranda em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista CAPES. E-mail: karemdecastrocardoso@gmail.com

⁸⁹ Refere-se às mulheres negras escravizadas que eram responsáveis pelo serviço doméstico.

serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzales, 1984, p. 226).

A pesquisadora e ativista Lélia Gonzales (1984), antes mesmo de o termo interseccionalidade existir, já argumentava que as mulheres negras no Brasil enfrentam uma dupla opressão: o racismo, vindo do período da escravidão no Brasil, e o sexismo, crença na existência de um gênero superior (no caso, o gênero masculino). Essa dupla discriminação seria o cerne da condição das mulheres negras, colocando-as em uma posição de vulnerabilidade e marginalização.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (Gonzales, 1984, p. 224).

Lélia Gonzalez (1984), ao refletir sobre a intersecção entre racismo e sexismo argumenta que a forma como entendemos esses fenômenos depende do lugar social que ocupamos, e que, no Brasil, o racismo é um sintoma profunda de uma ‘neurose cultural’⁹⁰. Para a autora as experiências das mulheres negras não poderiam ser compreendidas apenas pela lente do racismo ou do sexismo isoladamente, mas, sim pela combinação dessas duas formas de opressão. As trabalhadoras domésticas negras encontram-se na intersecção de múltiplas formas de opressão, resultando em uma tripla discriminação: de classe, raça e gênero. Essas mulheres não apenas lidam com a exploração econômica, mas também enfrentam estigmas raciais e sexistas que permeiam o cotidiano de suas atividades.

⁹⁰ Para Lélia Gonzalez, a “neurose cultural” é um conceito que descreve os efeitos psicológicos e sociais do racismo na sociedade brasileira. Gonzalez utiliza esse termo para explicar como o racismo está profundamente enraizado na cultura brasileira, tornando-se uma espécie de “doença” que afeta a maneira como as pessoas percebem e se relacionam com questões de raça.

A mulher negra, elemento no qual se cristaliza mais a estrutura de dominação, como negra e como mulher, se vê, desse modo, ocupando os espaços e os papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. A “herança escravocrata” sofre uma continuidade no que diz respeito à mulher negra. Seu papel como trabalhadora, grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas, e que permaneça como trabalhadora nas áreas rurais (Nascimento, 2021, p. 53-54).

A pesquisadora e ativista Beatriz Nascimento (1976) entende que a mulher negra ocupa uma posição central nas dinâmicas de dominação social, sendo duplamente marginalizada tanto por sua raça quanto por seu gênero. A herança do período escravocrata no Brasil continua a influenciar a vida dessas mulheres, perpetuando sua subordinação na sociedade contemporânea. Mesmo após a abolição da escravidão, o legado escravocrata continua a determinar as trajetórias de vida das mulheres negras, mantendo-as em papéis de subordinação econômica e social.

Pelo caráter patriarcal e paternalista da sociedade, atribui-se à mulher branca o papel de esposa do homem, mãe dos seus filhos e dedicada a eles. Desse modo, seu papel é assinalado pelo ócio, sendo amada, respeitada e idealizada naquilo que esse ócio representava como suporte ideológico de uma sociedade baseada na exploração do trabalho [e da pessoa] de uma grande camada da população. A mulher negra, pode ser considerada uma mulher essencialmente produtora, com um papel semelhante ao do seu homem, isto é, dotada de um papel ativo. Antes de mais nada, como escrava, ela é uma trabalhadora, não só nos afazeres da casa-grande (atividade que não se limita somente a satisfazer os mimos dos senhores, senhoras e seus filhos, mas também produtora de alimentos para a escravaria) como também no campo, nas atividades subsidiárias do corte e do engenho (Nascimento, 2021, p. 52).

Nascimento (1976) aponta a diferença fundamental nas atribuições sociais e econômicas entre a mulher branca e a mulher negra dentro da sociedade colonial. A mulher branca, por ser esposa do homem branco e mãe de seus filhos, ocupava uma posição idealizada, sendo resguardada das atividades produtivas e amparada pela estrutura de poder vigente. Essa era a figura feminina símbolo do lar e do cuidado, mas sua posição de privilégio estava sustentada pela exploração de outras mulheres, em especial as negras.

A mulher negra era a figura essencialmente produtora, desempenhando um papel ativo na dinâmica social e econômica, ao contrário do ideal feminino atribuído às brancas.

No contexto da escravidão, sua força de trabalho foi explorada tanto nas tarefas domésticas da casa-grande quanto na produção agrícola, desafiando a dicotomia entre a mulher ociosa e homem trabalhador. A mulher negra, assim, compartilhava com o homem negro o fardo do trabalho forçado, o que a inseria diretamente nas engrenagens da exploração econômica, contribuindo para a manutenção da riqueza e do poder dos senhores de escravos. Esse contraste revela a complexidade das relações de gênero e raça no Brasil escravocrata, onde o papel das mulheres negras era essencial para o funcionamento da sociedade, embora invisibilizado e desvalorizado.

O conceito de interseccionalidade surge como uma ferramenta teórica fundamental para compreender as desigualdades sociais que atravessam múltiplas dimensões, como raça, classe e gênero. A partir dos estudos da advogada Kimberlé Crenshaw, que cunhou o termo em 1989 no contexto do movimento de mulheres negras nos Estados Unidos.

A associação de sistemas múltiplos de subordinação tem sido descrita de vários modos: discriminação composta, cargas múltiplas, ou como dupla ou tripla discriminação. A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do 'desempoderamento' (Crenshaw, 2002, p. 177).

A interseccionalidade entende como múltiplos sistemas de opressão, como racismo, patriarcalismo e opressão de classe, interagem e criam desigualdades estruturais. Ao invés de analisar essas discriminações de forma isolada, a interseccionalidade captura como essas opressões se sobrepõem, impactando de forma específica indivíduos que ocupam posições em várias categorias marginalizadas simultaneamente, como mulheres negras. Além

disso, ela busca evidenciar que as desigualdades não podem ser explicadas apenas por uma única categoria, mas são o resultado da sobreposição de múltiplos eixos de opressão, que afetam de maneira diferenciada as pessoas de acordo com sua posição social.

Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge, no livro “Interseccionalidade” (2021) apontam que a interseccionalidade não é apenas um conceito, mas uma prática política com raízes nos movimentos de mulheres negras, que denunciavam como seus problemas eram invisibilizados tanto pelo feminismo hegemônico (que priorizava as questões de gênero das mulheres brancas) quanto pelos movimentos negros (que centralizavam a pauta racial a partir da experiência masculina).

Ao focar raça, gênero, idade e estatuto de cidadania, a interseccionalidade muda a forma como pensamos emprego, renda e riqueza, todos os principais indicadores de desigualdade econômica. Por exemplo, as diferenças de renda que acompanham as práticas de contratação, segurança no trabalho, benefícios relativos à aposentadoria, benefícios relativos à saúde e escalas salariais no mercado de trabalho não incidem da mesma maneira sobre os grupos sociais. Pessoas negras, mulheres, jovens, residentes de zonas rurais, pessoas sem documentos e pessoas com capacidades diferentes enfrentam barreiras para ter acesso a empregos seguros, bem-remunerados e com benefícios. Muitos desses grupos vivem em áreas duramente afetadas por uma economia global em transformação e por ameaças ambientais. [...] A discriminação no mercado de trabalho, que empurra algumas pessoas a empregos de meio período e salários baixos, sem horas fixas e sem benefícios, ou que as torna estruturalmente desempregadas, também não incide da mesma maneira sobre os grupos sociais (Collins; Bilge, 2021, p. 35).

No contexto brasileiro a análise de Patrícia Hill Collins e Sirma Bilge (2020) é especialmente pertinente para compreender o lugar ocupado pelas trabalhadoras domésticas, majoritariamente mulheres negras, em uma hierarquia laboral historicamente racializada e sexualizada. Essas mulheres enfrentam múltiplas barreiras de acesso a empregos formais e protegidos, sendo frequentemente empurradas para ocupações informais, mal remuneradas, sem garantias previdenciárias e com jornadas instáveis, assim como descrito no trecho. Essa precarização não é acidental, mas resultado direto de um sistema que combina a herança escravocrata com a negligência

de políticas públicas que promovam a mobilidade social e a equidade racial e de gênero. Assim, a interseccionalidade permite não apenas descrever essa desigualdade, mas também explicá-la a partir da sobreposição de opressões estruturais que tornam o trabalho doméstico uma das expressões mais evidentes das injustiças históricas no Brasil.

No que tange o papel do gênero no contexto das intersecções, é fundamental entender a dinâmica de poder que estrutura as relações sociais, especialmente no que se refere ao trabalho doméstico. Segundo a historiadora Joan Scott, o gênero não deve ser entendido apenas como uma categoria descritiva ou identitária, mas como uma ferramenta de análise histórica que revela as desigualdades e as relações de poder que permeiam as sociedades. “O gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (Scott, 1989, p.21). Assim, o gênero está diretamente ligado à forma como o trabalho, especialmente o trabalho doméstico, é desvalorizado e associado a um papel feminino subordinado, tornando-se uma dimensão crucial da opressão interseccional.

O trabalho doméstico, tradicionalmente associado ao espaço privado e ao papel da mulher, está no centro da análise de gênero, sendo historicamente desvalorizado tanto social quanto economicamente. Ele pode ser entendido como uma das formas mais antigas de exploração do trabalho feminino, além disso, essa forma de trabalho foi e ainda é profundamente marcado pela naturalização da divisão sexual do trabalho, onde mulheres, especialmente as mulheres negras e de classes populares, são colocadas em uma posição de subalternidade e invisibilidade social.

Há que se buscar nos produtos dos papéis sociais dos escravos de ambos os sexos, como objetivações materiais que são destes papéis, a participação diferencial que uns e outros, inconscientemente, tiveram no solapamento da sociedade de castas. Na medida em que a exploração econômica da escrava, consideravelmente mais elevada que a do escravo, por ser a negra utilizada como trabalhadora, como mulher e como reprodutora de força de trabalho, se fazia também através de seu sexo, a mulher escrava se constituía no instrumento inconsciente que, paulatinamente, minava a ordem estabelecida, quer na sua dimensão econômica, quer na sua dimensão familiar (Saffioti, 1969, p.90).

A Socióloga Heleieth Saffioti (1969) destaca o papel das mulheres escravizadas como instrumentos inconscientes na subversão da ordem social e econômica da sociedade escravocrata, ao serem exploradas de forma intensa tanto no trabalho quanto na reprodução, apontando como as interseções de gênero e raça estão interligadas no que concerne a divisão do trabalho. A autora sublinha que a exploração da mulher negra era tripla: como trabalhadora, como mulher e como reprodutora, o que contribuiu para minar, ainda que lentamente, como bases do sistema de castas. A partir do pensamento de Saffioti (1969) é possível compreender que naturalização da divisão sexual do trabalho perpetua a subalternidade e a invisibilidade dessas mulheres, tanto na época da escravidão quanto na contemporaneidade.

Sob a égide da escravidão, vemos variados degraus de proteção institucional oferecidos às mulheres brancas abastadas, às mulheres brancas trabalhadoras e pobres e às mulheres africanas escravas. As mulheres brancas pobres gozavam de algumas poucas proteções das quais gozavam as mulheres brancas de classes mais altas. Além disso, o status das mulheres negras era fundamental para manter todas as mulheres brancas em seus devidos lugares. Controlar a fertilidade das mulheres negras era, também, fundamental para a continuidade da escravidão, já que crianças nascidas de mães escravas eram, elas também, escravas (Collins, 2015, p. 21-22).

No que tange ao contexto de classe, Patricia Hill Collins (1989) argumenta que as intersecções de raça, gênero e classe estruturam o que ela chama de "matriz de dominação"⁹¹, onde as experiências das mulheres negras não podem ser compreendidas apenas pela somatória de opressões, mas por uma complexa rede de relações sociais que produzem diferentes formas de resistência e agência. A colonização operava de maneira diferenciada na vida das mulheres, dependendo de sua raça e classe social. Enquanto as mulheres brancas abastadas eram protegidas pelas instituições, as mulheres brancas pobres gozavam de algumas poucas proteções, mas ainda assim estavam em

⁹¹ A Matriz de Dominação, conceito fundamental desenvolvido por Patricia Hill Collins, é uma chave teórica central em sua obra e na teoria da interseccionalidade. Trata-se de um modelo que explica como diferentes sistemas de opressão se entrelaçam e operam de forma simultânea e interdependente, moldando as experiências sociais e produzindo desigualdades estruturais.

uma posição superior às mulheres negras escravizadas, que eram totalmente desprovidas de direitos.

A opressão das mulheres negras, especialmente através do controle de sua fertilidade, era fundamental para o sistema escravocrata, uma vez que os filhos nascidos de mães escravas também eram escravizados, garantindo a continuidade do sistema. Esse controle serve não apenas para perpetuar a escravidão, mas também para manter a posição racial e de gênero, e garantia que todas as mulheres brancas, independentemente de sua classe, permanecessem em uma posição de relativa superioridade em relação às mulheres negras.

No contexto brasileiro contemporâneo, a desvalorização do trabalho doméstico, exercido majoritariamente por mulheres negras e de baixa renda, é um exemplo concreto de como essas intersecções operam. A persistência de condições precárias, a informalidade e a baixa remuneração dessas trabalhadoras refletem não apenas a desigualdade econômica, mas também o racismo estrutural e o machismo enraizados na sociedade brasileira, e em especial em cidades interioranas.

No estudo intitulado “O trabalho Doméstico 10 anos Após a PEC das Domésticas”, do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (DIEESE) e publicado pela revista “Estudo e Pesquisa”, analisou as principais mudanças e permanências verificadas após dez anos da aprovação da Emenda Constitucional nº 72, de abril de 2013, popularmente conhecida como ‘PEC das Domésticas’.

A Lei das Domésticas, como passou a ser chamado o novo estatuto legal da profissão, é considerada uma “segunda Lei Áurea”, pois assegurou às trabalhadoras uma série de direitos que os demais trabalhadores já possuíam, como isonomia salarial, jornada de trabalho de 44 horas semanais, proteção contra a demissão sem justa causa, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), seguro-desemprego, estabilidade para a gestante, seguro contra acidente de trabalho, reconhecimento das convenções e acordos coletivos, entre outros (Dieese, 2023, p.2).

A PEC regulamentou a profissão de empregados domésticos, garantindo-lhes um regulamento com leis trabalhistas e novas regras que devem ser cumpridas pelos empregadores. A LC150/2015, por sua vez, serviu

para regulamentar a PEC de 2013, que dá aos empregadores domésticos os mesmos direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores urbanos e rurais regidos pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Os avanços proporcionados pela aprovação da Emenda Constitucional nº 72, promoveu uma transformação significativa no reconhecimento jurídico e social do trabalho doméstico no Brasil. Marcada por uma histórica exclusão dos direitos garantidos, o emprego doméstico passou a contar com um rol de garantias fundamentais, como jornada limitada, adicional noturno, FGTS, seguro-desemprego, proteção contra despedida arbitrária e possibilidade de acordos coletivos.

A medida enfrentou práticas exploratórias arraigadas em estruturas de desigualdade racial, de gênero e de classe, que durante séculos relegaram essas mulheres a condições precárias e desprotegidas. Assim, a PEC representa um marco na luta por justiça social e dignidade, ao estabelecer uma base legal para que essas trabalhadoras tenham acesso a condições mínimas de segurança, valorização e cidadania no exercício de suas funções.

Por fim, conclui-se que o trabalho doméstico no Brasil é fruto de uma longa trajetória de exclusões, marcada por relações sociais estruturadas nas interseccionalidades de raça, classe e gênero. Ao longo da história, essas categorias atuaram de forma entrelaçada para posicionar as mulheres negras em papéis subalternos, especialmente no âmbito do cuidado e da manutenção do lar alheio, um espaço privado profundamente atravessado por desigualdades.

A análise empreendida neste trabalho evidenciou que a naturalização da figura da mulher negra como trabalhadora doméstica é uma herança direta do passado escravocrata, que, mesmo após a abolição, perpetuou-se por meio da informalidade, da precarização e da negação de direitos fundamentais. Nesse contexto, a interseccionalidade mostrou-se uma ferramenta teórica indispensável para compreender como múltiplas opressões operam simultaneamente, produzindo uma realidade de vulnerabilidade específica para essas trabalhadoras.

Assim, este trabalho conclui que a superação das desigualdades no trabalho doméstico requer mais do que mudanças legais. É necessário enfrentar as raízes estruturais do racismo, do sexismo e da desigualdade de

classe que moldaram, e ainda moldam, a divisão social do trabalho no Brasil. Para isso, torna-se urgente a implementação de políticas públicas comprometidas com a equidade, a criação de mecanismos de proteção efetiva e o fortalecimento das organizações que representam essas trabalhadoras, a fim de transformar em realidade o que hoje ainda permanece como promessa de cidadania.

Referências

BRASIL, Instituto de Geografia e Estatística (IBGE) – **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua)** – Dados 4º trimestre de 2023.

COLLINS, Patricia Hills. Ema direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: **Reflexões e Práticas de Transformação Feminista**. Org. Renata Moreno. Cadernos Sempreviva, 2015.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, nº 1, p. 171-188, 2002.

DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas**. Estudos e Pesquisas, nº 106, abril de 2023.

DOS SANTOS, Rosana de Jesus. **Corpos Domesticados**: A violência de gênero no cotidiano das domésticas em Montes Claros- 1959 a 1983. Dissertação(mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Departamento de História, 2009.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: **IV Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: ANPOCS, 1984.

RATTS, Alex (Org.). Beatriz Nascimento: **Uma história feita por mãos negras**. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Ed. Quatro Artes, 1969.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma categoria útil para uma análise histórica. Tradução: Maria Betânia Ávila e Cristine Dabatt. Recife: SOS Corpo. 1989.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O PATRONATO DA CAPELLA SCROVEGNI- PÁDUA| PENÍNSULA ITÁLICA (1303-1307)

Yasmim Antunes Pires⁹²

A Baixa Idade Média é reconhecida como um período marcado por mudanças políticas, culturais e sociais, a historiografia destaca que estas foram acompanhadas por uma significativa renovação espiritual e artística. Georges Duby (Duby, 1999, p.14) descreve essa fase como um momento de transformações aceleradas. Nas representações visuais, os séculos XII e XIII assistem uma verdadeira diversificação, difusão e produção de imagens no Ocidente Medieval. A imagem cristã assumiu um papel de destaque dentro das práticas espirituais. Bajjani (Bajjani, 2009, p.15) destaca que a ideia de o Deus invisível se tornar, através da imagem, visível, parte da compreensão de que Cristo é humano, desse modo, o seu aspecto humano poderia ser representado.

A Península Itálica, nesta esteira, passava por intenso dinamismo, impulsionado especialmente pelo processo de formação das cidades. Com o poder em disputa, a burguesia emergente reforçava o monopólio das rotas comerciais com o Oriente, acumulando dinheiro e poder, o que possibilitou que as cidades desenvolvessem suas características mercantis e, também artísticas.

O surgimento de artistas célebres vai ao encontro de uma rica burguesia emergente que, para manifestar a sua riqueza e posição social, tornou-se consumidora e patrocinadora dos pintores. Melo (Melo, 2027, p.14) afirma que, antes de se tornar consumidora, esta classe burguesa já representava um papel fundamental no meio artístico, uma vez que comercializavam as obras e propiciaram maior rapidez na transmissão de técnicas e estilos, isto é, foram essenciais na vulgarização da pintura, sustentando o crescimento do comércio da arte. Tendo em vista esse contexto de maior urbanização, o mecenato ocorre principalmente para legitimação social, para que as famílias ocupassem uma posição de prestígio, ao estimular a produção de imagens.

⁹² Mestranda em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Bolsista Fapemig. E-mail: yasmimantunespires@gmail.com

Como posto, os consumidores dessas imagens eram, em sua maioria, pertencentes à burguesia em ascensão, que, nessa esfera de devoção privada, adquiriam pequenos quadros para compor os seus altares domésticos (Argan, 2003, p. 391). Inseridas nesse contexto de estímulo à devoção privada, muitas famílias encomendaram ícones para os seus altares particulares. Quírico (Quírico, 2015, p.89) afirma que a popularização dos painéis possibilitou a aquisição por um número expressivo de católicos, visto que eram mais acessíveis que um afresco. As encomendas se davam até mesmo após a morte daquele que encomendava:

Essas imagens poderiam resultar de uma encomenda em vida, mas também da destinação testamentária de parte do espólio para a realização de uma pintura ou escultura de caráter devocional em alguma igreja: são as chamadas imagens *pro anima*, que tinham uma finalidade básica: a perpetuação da memória do defunto visando à mitigação de suas penas no Purgatório. Em geral, era especificado não somente o tema – normalmente o santo pelo qual o falecido tinha particular devoção – como também o local exato em uma igreja determinada em que a pintura deveria ser feita (Quírico, 2015, p.89).

Aqueles que encomendavam os murais tinham a intenção de que, diante da imagem do seu santo de devoção, os seus entes pudessem rezar por sua alma, a modo de reduzir as suas penas e estes conseguissem a salvação. Amparando-se em Bacci, Quírico (Quírico, 2015, p. 90) afirma que estudos realizados sobre a prática testamentária nos séculos XIII e XIV indicam que o número de imagens encomendadas poderia superar em muito o espaço disponível nessas igrejas. Assim posto, imagina-se que houvesse uma renovação periódica dessas pinturas com o tempo, seja porque a devoção a determinado santo houvesse diminuído – e a sua imagem, portanto, poderia ser substituída pela de outra figura santa cuja popularidade houvesse aumentado no mesmo período –, seja porque alguém, ao escrever um testamento mais recente, tivesse determinado o pagamento de uma soma mais vultosa para a realização de sua pintura devocional no mesmo local.

Nascido em Florença, de origem camponesa, Giotto de Bondone era pintor e tornou-se discípulo de Cinni di Pepo, mais conhecido como Giovanni Cimabue. Ao escrever a biografia de Giotto, Vasari observa que Cimabue o

conheceu ainda quando criança e, quando formou a sua escola de afrescos em Roma (1280), Giotto o acompanhou e auxiliou em obras importantes. Santos (Santos, 2017, p. 132) pontua que em Roma, Giotto se destacou, e tal destaque o colocou na posição de precursor do Renascimento, para alguns, para outros, ele foi o último dos grandes artistas da Idade Média. No medievo, a iconografia privilegiava a figuração de cenas religiosas sem ligação com o homem ou com o mundo que o circuncidava. Giotto destacou-se por figurar o religioso ligado ao homem (que estava intimamente ligado à espiritualidade inovadora do período). Além de apresentar novas técnicas para a “nova arte”, o pintor une o sacro ao humano e reveste a sacralidade de humanidade.

Em linhas gerais, por conta da efervescência comercial, parte desses nobres viviam nesses dois mundos: o da burguesia e o da nobreza. A família Scrovegni estava inserida nesse contexto. Enrico Scrovegni, nascido na cidade italiana de Pádua, era o nono filho de Reginaldo Scrovegni e sucedeu o pai nos negócios da família, que consistia em investimentos, tornando-se um rico banqueiro padovano (Frugoni, 2005, p.8). Com criação católica, Enrico Scrovegni, já na vida adulta, integrou-se na Ordem dos Cavaleiros de Maria Gloriosa (ordem constituída por clérigos e casados, que era o caso de Enrico) cujo intuito principal era a difusão do culto à Virgem Maria (Bagni, 2016, p. 87).

Tendo em vista uma construção biográfica, Maschio (Maschio, 2021, p.24) acredita que o desejo de construção de uma capela seria uma maneira de Enrico sobrepor seus parentes e criar uma imagem que o afastasse da figura de um usurário e repousasse sobre outra, a de um nobre caridoso. Há de ser considerado que a cidade de Pádua possuía uma aristocracia urbana com raízes militares. Laura Jacobus (Jacobus, 2008, p. 27) afirma que esta não era a origem da família Scrovegni, o que explica o esforço empregado para impressionar os habitantes da cidade.

Durante sua vida, Reginaldo almejava alcançar uma posição política condizente com seu status econômico. Após seu falecimento, Enrico, seu filho, foi herdeiro desse objetivo e se comprometeu em concretizá-lo por meio de iniciativas ousadas. Entre essas, destacam-se seus dois casamentos com mulheres de famílias aristocráticas italianas e a aquisição de terreno onde se situava a antiga arena romana. Esses empreendimentos, marcados pela imponência e esplendor, tinham como propósito evidente causar impacto tanto

nos habitantes quanto nas figuras de autoridade, na esperança de que tal estratégia lhe garantisse uma posição política e social vantajosa (Pisani, 2011, p. 64).

Assim, em 6 de fevereiro de 1300, Enrico Scrovegni comprou o terreno da Arena do nobre Manfredo di Guecillo Dalesmanini (?-1311), que vendeu os seus terrenos por conta de dívidas. Antes de chegar às mãos da família Scrovegni, a Arena já estava em ruínas. Gennari (Gennari, 1804, p.89) afirma que, durante a alta Idade Média, o anfiteatro caiu em desuso, seu espaço chegou a ser utilizado como uma pedreira e era citado nos documentos da época como *fabbrica*. Em 1090, Henrique IV (1367-1413) doou a propriedade ao bispo de Pádua, que a repassou à família Dalesmanini e, em 1300, Enrico o comprou.

A construção de uma capela partiu, a princípio, da autorização eclesiástica local, que na época, concedida pelo bispo Ottobono dei Razzi, permitiu que Enrico construísse uma capela privada⁹³. A contratação de Giotto para ornamentar a capela (que já era bem conhecido nesta época, por conta da menção de Dante na obra *Divina Comédia* de Dante-1304-10), evidenciou que sua construção viria a contradizer aquilo que tinha sido combinado com o bispo. Diante desse cenário, Maschio (Maschio, 2021, p.20) chama atenção para a hipótese de que a presença de Giotto e de outros artistas já sinalizava que a decoração seria suntuosa.

Chegado o tempo de ornamentar a capela, os afrescos foram escolhidos. Os afrescos da *Cappella degli Scrovegni* aproximavam-se do tema no qual a igreja foi dedicada. O acordo estabelecido entre pintor e cliente deviam sempre ser registrado em contratos. Duby (Duby, p. 193) aponta que esses contratos eram minuciosos constavam o preço do trabalho e os prazos de entrega, quantidade de material, os pormenores da execução, e sobretudo, o tema geral da obra, a ordenação da composição, a escolha das cores, a disposição das personagens, os gestos, as técnicas empregadas.

Tendo em vista o intento de causar reflexão sobre salvação, a capela contou com uma narrativa que refletisse os vícios e as virtudes. De um lado, a

⁹³No século XIII e XIV, a construção de capelas privadas tornaram-se um verdadeiro fenômeno. Tendo em vista a mudança na espiritualidade da época (como discutido no capítulo I) essas capelas evidenciavam a devoção pessoal e o prestígio das famílias que as construíam. Sobre tal fenômeno, ver Baxandall, 1988.

narrativa dos vícios, de outro, a narrativa das virtudes. Na entrada, o afresco representando o juízo final, isto é, levando a compreensão de que o homem pode tender para um dos lados da Cappella degli Scrovegni, seja para os vícios ou para as virtudes e que tais caminhos o levarão para o juízo final.

A temática do Juízo Final faz parte de uma tradição, Quírico (Quírico, 2021, p.60) observa que a mesma se insere na inter-relação da decoração do espaço sagrado, em que as narrativas dos Antigo e Novo Testamentos culminam com a representação do Juízo Final. Nos afrescos da Capela Scrovegni, narram-se as vidas da Virgem e do Cristo.

A ambiciosa construção de Enrico era justificada como sendo uma reparação pelos pecados de usura cometidos pelo seu pai, Reginaldo (Baxandall,. Desse modo, a grandeza da decoração devia expressar a caridade e recusa do pecado por meio da representação da Virgem Maria, no qual haveria de salvar a alma do seu pai. A família de Enrico era conhecida na cidade de Pádua por suas atividades monetária. Reginaldo Scrovegni, o seu pai, foi até mesmo citado por Dante Alighieri n'O Inferno devido a sua peculiar avareza. Frugoni (Frugoni, 2005, p. 8), ao trazer as citações sobre Reginaldo, observa que ele foi descrito como um usurário no inferno, uma vez que se aproveitava das famílias. Como exposto no capítulo II, uma das intenções que Enrico carregava na construção da capela, era dedicá-la à Virgem em reparação aos pecados de usura do pai.

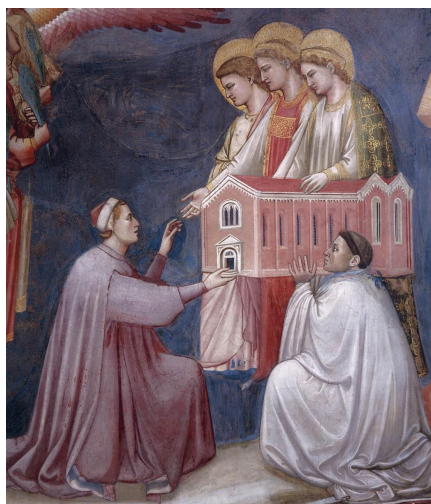
Fernandes e Maschio (Fernandes, Maschio, 2017, p.12) afirmam que Enrico nunca deixou por escrito o motivo que o levou a construir a capela, mas em seu testamento externou o desejo que os filhos a mantivessem como patrimônio da família. As autoras defendem a possibilidade de que Enrico estivesse querendo evitar, para si próprio, um destino semelhante, afinal ele também partilhava do mesmo “pecado”, embora em menor grau. O temor a respeito do destino póstumo das almas se fazia muito presente neste contexto religioso. Com o advento do purgatório no século XII, foi popularizado que todos aqueles que passassem por ele, iria para o céu, no entanto, essa saída fica cada vez mais condicionada à intercessão dos vivos ou – ao mais tardar – ao julgamento no dia do Juízo Final. Desse modo, aqueles que cometeram pecados vislumbraram aliviados uma alternativa para livrarem suas almas da condenação eterna.

Para além desse caráter espiritual, muito burgueses valiam-se do patrocínio de grandes obras. Impulsionado pela pressão do movimento econômico, do poder monetário, esse novo grupo que emergia tendo recursos financeiros, mas sem autoridade na comuna, valia-se de práticas propagandistas. Esses patrocínios, que outrora eram exercidos pela nobreza, passaram a ser “plano de carreira” para os burgueses, visto que quiseram também revestir-se das suas virtudes. Posto isso, dentre os afrescos pintados por Giotto, um deste é foco da nossa citação. Intitulado de *Juízo Final*, o afresco apresenta-nos um elemento que revela a intenção da imagem, a de redenção da alma de Enrico. Nele, o Cristo centralizado é rodeado por figuras santas, no inferior do afresco, é descrito a escolha dos eleitos, isso é, de um lado é retratado aqueles que conquistaram o Paraíso, do outro, àqueles condenados ao Inferno.



Juízo Final, 1303-1305, Afresco sobre parede, aprox. 8 x 9 m. Capela Scrovegni, Pádua. Foto: Artweb

Na esquerda da imagem – onde estão os eleitos –, Enrico Scrovegni é retratado ajoelhado ofertando a capela à Virgem Maria. Podemos inferir que a capela ofertada seria a boa obra que o garantiria a expiação dos seus pecados e a intercessão mariana.



Detalhe- Juízo Final, 1303-1305, Afresco sobre parede, aprox. 8 x 9 m. Capela Scrovegni, Pádua. Foto: Artweb

Logo, a imagem virtuosa e caridosa de Enrico é o que o afresco pode inferir. Maschio (Maschio, 2021, p. 13) afirma haver um consenso de que a personagem central feminina vestida de vermelho seja Maria, pois está com as mesmas vestes no mesmo afresco em que é retratada. A autora considera que sobre as figuras (uma feminina e outra, masculina) ao lado da Virgem, há uma discordância sobre quem seriam esses seres celestes. O referido afresco do Juízo Final era o último a ser visto quando o visitante saía da Capela Scrovegni, devido a sua localização.

Desse modo, o patrono escolheu estrategicamente o afresco para ser representado, uma vez que a sua caridosa imagem seria lembrada por aquele que ali passasse. Ao analisar o mapa de localização dos afrescos da capela, percebe-se que “a disposição dos afrescos são arquitetados de uma forma que evidencia ao longo do caminho um cenário de contrastes. O desespero é destinado para aqueles que foram condenados e a promessa divina de esperança, para os que têm fé seguindo determinados preceitos” (Freitas, 2021, p. 63), sendo este último, o espaço onde Enrico foi representado.

A política de imagem com fins autocelebrativos de Enrico reforça uma comum prática dos usurários, uma vez que para o usurário a única salvação é restituir aquilo que é mal adquirido, por isso há uma necessidade em construir essa imagem de benfeitor, deixar claro em seu testamento que a igreja deve ser preservada, assim como sua vontade de lá fazer seus restos mortais. Visto que, não é considerado um penitente sincero se não restituir aquilo que

extorquiui indevidamente (Le goff, 2004, p. 40). Freitas, amparada na análise de Chiara Frugoni, afirma que “mais do que um nobre preocupado em expiar os pecados de usura de seu pai, Enrico, foi um político estratégico e inteligente”(Freitas, 2021, p. 59).

A partir disso, o afresco Juízo Final nos leva a pensar em conceitos de identidade visual, com regras e preceitos condizentes para esses grupos, bem como “os seus intentos em estabelecer essas dinâmicas por meio de uma memória imagética” (Freitas, 2021, p. 70). O caráter propagandístico das imagens do período, remetia um uso da imagem como identidade de algo. As pinturas de infâmia destinavam-se principalmente aos que possuíam alguma “fama” a zelar.

A figura representada tinha, na imagem, um mecanismo de comunicação e de representação do que o atravessa e o constitui como sujeito, assim a produção de pinturas permitia que a representação do seu objeto ultrapassasse os limites de seu tempo e do lugar social e espacial que ocupava. Menezes afirma que as imagens não têm sentido em si, isto é, imanentes. É a interação com as mesmas que produz sentidos, mobilizando atributos para dar existência social a sentidos e valores e fazê-los atuar.

Para Russo (Russo, 2011, p. 45), as imagens servem como instrumentos da arte da memória, sendo interpretadas e compreendidas pelo observador, que constroi seu significado a partir dessa interação. Nesse sentido, o autor propõe o conceito de “imagem-presença”, segundo o qual a imagem possui autonomia e não depende de outras referências para ser entendida. Russo destaca que os sentidos atribuídos às imagens são mutáveis, isto é, seus significados e simbolismos não são fixos, permitindo constantes ressignificações. A imagem, portanto, reflete as dinâmicas de poder e os mecanismos sociais, evidenciando os múltiplos fatores que influenciaram a sua produção.

Na esteira do desenvolvimento social da memória, a representação de Enrico Scrovegni evidencia a intensificação de representação pública de personagens envolvidos em questões morais e sociais, a pintura podia assumir uma função redentora. No caso de Enrico Scrovegni, a encomenda dos afrescos da Capela Arena em Pádua, especialmente a cena em que ele é retratado oferecendo a igreja à Virgem Maria, revela uma tentativa de

reconstrução de imagem diante da memória de seu pai, Reginaldo Scrovegni, um conhecido usurário.

O patronato de Enrico carrega um esforço intencional de patrocinar uma obra duradoura e de elevado valor simbólico e espiritual. A escolha de Giotto como artista e a riqueza iconográfica da capela demonstram que Enrico buscava associar sua imagem à piedade e à devoção mariana, utilizando a arte como instrumento de legitimação e reparação social. Como destaca Ortalli (Ortalli, 2020, p. 91), ainda que o gesto tenha uma dimensão pessoal, possui também forte caráter propagandístico, onde a imagem funciona como símbolo de identidade e afirmação moral diante da comunidade.

Referências

AUTIZI, M. B. **Storia di Padova: città d'Europa dalle origini alle soglie del Duemila**. Bologna: Atesa, 1991.

CITTADELLA, G. **Storia della dominazione Carraresi in Padova**. Padova: Tipi del Seminario, 1842.

DERBES, A.; SANDONA, M. **The usurer's heart: Giotto, Enrico Scrovegni and the Arena Chapel**. Philadelphia: Pennsylvania University Press, 2008.

DUBY, G. **O 'Renascimento' do século XII: audiência e patrocínio**. In: Idade Média, idade dos homens: do amor e outros ensaios. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

DUBY, G. **História artística da Europa**. A Idade Média. Tomo I. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

ECO, U. **Arte e beleza na estética medieval**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
FRUGONI, C. **Gli affreschi della Capella Scrovegni a Padova**. Turim: Einaudi, 2005.

JACOBUS, L. **Giotto and the Arena Chapel: art, architecture and experience**. Michigan: Harvey Miller Publishers, 2008.

LE GOFF, J. **A bolsa e a vida: economia e religião na Idade Média**. Lisboa: Teorema, 1987.

MASCHIO, M. **O patronato de Enrico: Giotto e os afrescos da Capella degli Scrovegni a serviço de uma nova imagem social e política (Itália, séc. XIV)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2021.

PISANI, G. **I volti segreti di Giotto: le rivelazioni della Cappella degli Scrovegni**. Treviso: Editoriale Programma, 2011.

QUÍRICO, T. **Devoção por imagens: pinturas e culto privado na Itália entre os séculos XIII e XV.** Campinas: Figura, 2015.

RUSO, Daniel. **O conceito de imagem-presença na arte da Idade Média.** Revista de História. São Paulo, n. 165, 2011.

SOUZA, V. B. **Os impactos causados pelo surgimento das ordens mendicantes no catolicismo do século XIII.** Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2017.

STUBBLEBINE, J. H. (ed.). **Giotto: The Arena Chapel Frescoes.** New York: W. W. Norton & Company, 1995.

ZAMPIERI, G. **La cappella degli Scrovegni in Padova: il sito e l'area archeologica.** Milão: Skira, 2004.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O PODER LEGISLATIVO NA PERSPECTIVA DE OSCAR DIAS CORRÊA: EMBATES COM O REGIME MILITAR (1964-1966)

Samuel Davi Rocha Santos⁹⁴

Introdução

O presente trabalho tem como objetivo analisar as memórias e os discursos do intelectual e político mineiro Oscar Dias Corrêa, investigando suas percepções e interpretações da política brasileira na década de 1960. Busca-se compreender o papel do Poder Legislativo como chave interpretativa fundamental para a visão de Corrêa sobre a conjuntura política em que atuou, de modo a favorecer uma compreensão mais clara de seu pensamento político. Para tanto, utilizamos como fontes os discursos proferidos por Oscar Dias Corrêa na tribuna da Câmara dos Deputados, à entrevista autobiográfica concedida por Corrêa à Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) entre 1994 e 1995 no âmbito do projeto *Memória Política de Minas* sendo publicada no ano 2000, além o depoimento concedido por Corrêa ao historiador Alisson Mascarenhas Vaz, incluído no livro *Duas visões da política mineira: depoimentos de Oscar Dias Corrêa e Pio Soares Canedo*, publicado em 1997.

Inserido no escopo dos estudos de História Política, este trabalho toma como aporte teórico René Rémond e a obra por ele organizada, *Por uma História Política*, publicada no final da década de 1980 e reconhecida como um marco no processo de renovação dessa área, caracterizado pelo autor como o “renascimento da História Política”. Tal renovação, como aponta Marieta de Moraes Ferreira (1992), foi possibilitada pelo contato da História com outras disciplinas, como a ciência política, a sociologia, a linguística e a psicanálise, o que abriu novos campos e trouxe novos aportes (Ferreira, 1992, p. 267). Nesse contexto interdisciplinar, destacam-se, por exemplo, os estudos políticos vinculados à cultura especialmente a noção de cultura política, evocada por Serge Berstein. Com a incorporação de novos objetos e referenciais teóricos, as memórias e os discursos, utilizados em nosso trabalho, passaram a constituir fontes relevantes para o trabalho do historiador.

⁹⁴ Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista FAPEMIG. E-mail: samuel.davi@edu.unimontes.br

Nessa toada, as memórias devem ser observadas enquanto um fenômeno dinâmico, as recordações e lembranças passam por diversas e constantes reelaborações, sempre influenciadas pelo meio social e pelo momento histórico em que o sujeito está inserido, ou seja, influenciadas pelo presente. Essa perspectiva implica que o historiador trate a memória com cautela, adotando “cuidados que devem ir desde uma clara conceituação de memória e de História, que evite considerar as memórias um discurso mais verdadeiro, mais próximo do que teria sido a ‘verdadeira história’ em contraponto à ‘história oficial’, até uma mais clara definição de métodos” (Albuquerque, 2007, p. 228), de modo a reconhecer tanto o valor quanto os limites da memória como fonte para a investigação histórica.

Do mesmo modo, os discursos precisam ser entendidos em sua dimensão subjetiva. Como destaca Eni Orlandi, “a palavra discurso, etimologicamente, tem em si a ideia de curso, de percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se o homem falando” (Orlandi, 2005, p. 1). Nessa perspectiva, a análise das falas de Corrêa na Câmara dos Deputados será conduzida a partir da “configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes” (Orlandi, 2005, p. 66), o que implica selecionar e delimitar cuidadosamente os trechos que efetivamente integrarão a investigação.

Dessa forma, propomos analisar as memórias e os discursos de Oscar Dias Corrêa, com o objetivo de compreender e interpretar suas percepções sobre a política brasileira na década de 1960, especialmente no que se refere ao golpe de 1964, às justificativas apresentadas para sua deflagração e à primeira fase do regime militar. O recorte temporal da investigação se estende até 1966, ano que marca o término de sua atuação parlamentar. Corrêa, inicialmente um entusiasta do movimento de 1964, abandona a vida pública nesse período, declarando-se “traído” pelos rumos assumidos pela chamada “revolução”.

Desenvolvimento

Nascido em 21 de fevereiro de 1921 na cidade de Itaúna/MG, Oscar Dias Corrêa atuou em diferentes campos sociais (Bourdieu, 2004, p. 20), foi advogado, professor universitário, escritor, Ministro do Supremo Tribunal

Federal (STF) e etc. Entretanto, destacamos no presente trabalho a sua atuação no campo político, marcado por sua vinculação à União Democrática Nacional (UDN), partido que fez parte desde sua fundação no ano de 1945, permanecendo até a extinção do mesmo em 1965, com o Ato Institucional nº2 que determinava a adoção do sistema bipartidário já durante o Regime Militar iniciado em 1964. Corrêa foi eleito deputado estadual constituinte em 1947, atuando por duas legislaturas, na sequência, foi eleito deputado federal em 1955, atuando por três legislaturas, onde alcançou a vice-liderança e posterior liderança da UDN na Câmara dos Deputados. Foi ainda secretário-geral do partido e pertenceu à chamada “Banda de Música” da UDN, grupo de deputados que se destacaram por sua atuação na condição de opositores no âmbito da Câmara dos Deputados.

Durante a década de 1960, Oscar Dias Corrêa teve atuação de destaque na chamada “Banda de Música” da UDN, consolidando-se como um dos parlamentares mais expressivos na oposição ao governo de João Goulart. À época, chegou a ser classificado como um dos “arautos do anticomunismo” (Benevides, 1981, p. 233).

A ascensão de João Goulart à chefia do Poder Executivo, após a renúncia de Jânio Quadros em 25 de agosto de 1961, eleito com o apoio da UDN, gerou entre os udenistas um clima de intenso receio. Para eles, Jango representava exatamente os grandes males que combatiam: o varguismo e o comunismo. Ao relembrar sua atuação e suas percepções sobre o governo de João Goulart, tanto na entrevista concedida à Assembleia Legislativa de Minas Gerais quanto no depoimento ao historiador Alisson Mascarenhas Vaz, Oscar Corrêa afirmava que Jango não possuía condições de exercer a Presidência da República, por carecer de “preparo intelectual [e] político” (Minas Gerais, 2000, p. 585). Segundo ele, “Jango não era confiável e não tinha rumo certo: era um despreparado para exercer a presidência da república, um homem com muitos problemas [...] de forma que não merecia confiança” (Vaz, 1997, p. 186).

Para além do moralismo que em parte orientava sua oposição sistemática a Goulart, destaca-se o forte teor anticomunista presente tanto nos discursos da época quanto em suas memórias. Nesse sentido, Corrêa atribuíu a Goulart e a seus aliados a intenção de instaurar uma “República Sindicalista”, expressão que, como observa Jorge Ferreira (2024, p. 138), constituía uma

adaptação à realidade brasileira do “peronismo” argentino, caracterizado pela estreita relação entre governo e movimento sindical. Essa perspectiva é reiterada nas lembranças de Oscar Corrêa ao comentar as chamadas Reformas de Base propostas por Goulart, em suas próprias palavras:

No momento em que o João Goulart começou a tentar realizar as chamadas reformas de base e assumiu de novo o controle político, percebeu-se que sua vocação, na verdade, era repetir o modelo do Getúlio. Ele queria, de certa maneira - e abertamente se dizia isso -, estabelecer no Brasil uma república sindicalista (Minas Gerais, 2000, p. 588).

Nesse contexto, Oscar Corrêa recorda que os sindicalistas pressionavam os congressistas pela aprovação das Reformas de Base: “Eram as reformas no voto ou na marra. Ameaçava-se o Congresso Nacional: se ele não votasse as reformas em tanto tempo, seria atacado, dissolvido, seus membros seriam postos na rua. Ameaçava-se o Congresso de todas as formas” (Minas Gerais, 2000, p. 588). Na interpretação do político udenista, João Goulart e seus aliados agiam de forma subversiva, ameaçando a democracia brasileira e, em especial, as instituições democráticas, com destaque para o Poder Legislativo.

Em discurso proferido na Câmara dos Deputados em 1963, Corrêa enfatizou que o Legislativo seria o verdadeiro representante do “povo brasileiro” (Diário do Congresso Nacional, 1963, p. 3093), estabelecendo um contraste entre o Parlamento — que expressaria a totalidade da nação — e os sindicatos, que representariam apenas setores específicos da população. Assim, sua concepção do papel do Legislativo constitui uma chave interpretativa fundamental para compreender tanto seu pensamento político quanto sua atuação parlamentar.

Diante do cenário de radicalização, Corrêa tornou-se um dos grandes entusiastas do movimento de 1964. Seu apoio justificava-se pela convicção de que João Goulart colocava em risco as instituições democráticas ao buscar implantar uma “República Sindicalista”, conduzindo o país, em sua visão, a passos largos rumo à “cubanização”. Esse temor ganhou força no imaginário anticomunista a partir da Revolução Cubana de 1959, em plena Guerra Fria. Corrêa aponta que: “Eu digo que a Revolução de 1964 foi uma

contra-revolução para impedir a implantação da república sindicalista do Jango” (Minas Gerais, 2000, p. 623).

O movimento de 1964 foi deflagrado em 31 de março com a mobilização de tropas militares. Em 11 de abril, o general Humberto de Alencar Castelo Branco foi eleito Presidente da República por meio de eleição indireta, inaugurando efetivamente o regime militar que perduraria por 21 anos. À época, contudo, parte dos apoiadores do movimento, entre eles Oscar Corrêa, não imaginavam sua longevidade, acreditando que as eleições previstas para 1965 ocorreriam normalmente.

Embora a associação de João Goulart ao comunismo tenha sido usada para deslegitimá-lo e justificar o golpe de 1964, não há comprovação documental dessa ligação. Goulart, líder do PTB com orientação trabalhista, viu a esquerda ser generalizada como subversiva durante a polarização da Guerra Fria, ignorando a diversidade e a heterogeneidade dos grupos à esquerda.

Após o golpe de 1964 e a posse de Castelo Branco, o novo governo buscou legitimar-se diante das Forças Armadas, das elites e das camadas médias, sustentando a narrativa da ameaça comunista e projetando uma imagem de regime democrático alinhada aos interesses dos Estados Unidos durante a Guerra Fria.

Cláudio Beserra de Vasconcelos (2013) analisa esse processo de legitimação, especialmente no período que vai da deposição de João Goulart até a promulgação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em dezembro de 1968. Segundo o autor, embora se tratasse de uma ditadura, os militares buscaram construir bases de legitimidade política mediante a preservação, ainda que limitada, das instituições democráticas, sobretudo do Poder Legislativo.

Logo após a tomada do poder, a frente civil-militar demonstrou a sua composição marcada pela heterogeneidade. Como lembra Vasconcelos, havia uma disputa entre “moderados, linhas-duras e nacionalistas radicais divergiam em relação ao *quantum* de democracia a ser preservado da ordem anterior” (Vasconcelos, 2013, p. 334). Para os militares moderados, vinculados à corrente castelista, era fundamental preservar uma imagem democrática do regime, pois somente assim seria possível obter o apoio necessário das elites e da classe média.

Nesse sentido, Vasconcelos destaca que “a corrente moderada [...] acreditando que precisava legitimar o seu projeto de dominação e reforma institucional junto a estas parcelas da sociedade, investiu considerável energia política na obtenção deste assentimento” (Vasconcelos, 2013, p. 334). Isso significa que, desde o início, a ditadura brasileira incorporou elementos democráticos como parte de uma estratégia de poder, diferentemente de outras experiências autoritárias latino-americanas, como as da Argentina e do Chile, nas quais não houve a mesma preocupação com a preservação institucional.

Observando o processo de legitimação do regime por parte dos militares, a manutenção do Congresso Nacional em funcionamento, embora esvaziado de prerrogativas, foi uma peça-chave desse processo. De acordo com o autor, “a ditadura de classe instaurada no Brasil em 1964 permitiu a sobrevivência do Legislativo, pois, em uma relação de custo/benefício, acreditava-se que o ganho de legitimidade [...] seria maior do que o preço a pagar pelas derrotas que ele poderia impor ao governo no plenário” (Vasconcelos, 2013, p. 344).

Essa preservação tinha dupla função: conferir aparência democrática e manter um canal de negociação política. Como aponta Vasconcelos, “visando a implantação de um novo sistema de dominação, a legitimação do novo regime junto a setores da sociedade assumiu importância crucial para o Executivo militar” (Vasconcelos, 2013, p. 345).

É nesse contexto que se intensifica o embate de Oscar Dias Corrêa com os militares no poder, em especial com o presidente Castelo Branco. Em seus discursos da época e em suas memórias, Corrêa denuncia que o Poder Executivo extrapolava suas funções, comprometendo o pacto federativo e suprimindo a autonomia do Legislativo. Como afirma: “a União passou a ser dona do país” (Vaz, 1998, p. 198). Em sua leitura, o Executivo não apenas enfraqueceu os governos estaduais, mas, sobretudo, anulou o papel do Parlamento.

Um longo discurso proferido por Corrêa em 1966 evidencia essa crítica. Segundo ele, o Legislativo havia sido reduzido a uma condição de anulação, “obrigando os Deputados a uma posição de mera fantasia” (Diário do Congresso Nacional, 1966, p. 5192). Essa “mera fantasia” resultava da postura ambígua do Executivo, que, diante de derrotas no Congresso, ora buscava

negociação e conciliação, ora recorria ao arbítrio. Este se materializava por meio de instrumentos autoritários — atos institucionais, atos complementares e decretos-leis — que, na prática, suprimiam as prerrogativas do Legislativo.

A que fim, Sr. Presidente, a que triste fim chegamos neste País, onde os poderes da República quando na mão do onisciente Sr. Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco, todos se enfrentam e todos se anulam. O Legislativo Sr. Presidente: Aí estão os atos institucionais, os atos complementares, os decretos-leis, os que não o digam, as restrições ao poder de legislar deste Parlamento, obrigando os Deputados a uma posição de mera fantasia [...] Falam que o próximo pleito obedecerá à lei. Mas que lei? E o presidente? A lei que fizemos neste Parlamento, em vigor, ou a lei que amanhã o Presidente da República fará num ato complementar, num decreto-lei, num decreto? A que lei obedecerá o pleito? (Diário Do Congresso Nacional, 1966, p. 5192).

Corrêa, em firme oposição ao governo Castelo Branco, denunciava que o Legislativo vinha sendo sistematicamente enfraquecido pelos “atos” do Executivo, que impunha “restrições ao poder de legislar” dos parlamentares e anulava suas iniciativas por meio de atos complementares ou decretos-leis.

No mesmo discurso, Corrêa contrasta o Poder Legislativo com o Poder Executivo. Vejamos:

E diga-se, Sr. Presidente, que nós somos oriundos da vontade popular, e o Sr. Presidente da República não o é. Nós fomos legitimados pelo povo, pelo voto popular, e o Sr. Presidente da República assumiu o poder à crista de uma Revolução, com a legitimação indireta deste Parlamento. Nós temos a fonte direta do poder, porque eleitos pelo povo (Diário Do Congresso Nacional, 1966, p. 5192).

Segundo Corrêa, o Poder Legislativo detinha uma legitimidade direta, assegurada pelo voto popular, sendo, portanto, o verdadeiro “representante do povo”. Já o Poder Executivo, personificado na figura do Presidente da República, possuía apenas uma legitimidade indireta, conferida pelo Parlamento. No entanto, ao suprimir o funcionamento do Legislativo, o Executivo comprometia a própria fonte de sua legitimidade, que passava a ser viciada. Dessa forma, instaurava-se um desequilíbrio entre os poderes, uma vez que o Parlamento, responsável por garantir tal legitimidade, deixava de exercer plenamente suas atribuições constitucionais.

Ademais, o contraste estabelecido por Corrêa entre Legislativo e Executivo — sendo o primeiro o verdadeiro “representante do povo brasileiro” — remete à crítica já formulada em 1963, quando sua oposição se dirigia aos sindicatos. Naquela ocasião, Corrêa argumentava que os sindicatos não representavam o povo em sua totalidade, mas apenas parcelas e segmentos específicos da sociedade, diferentemente do Parlamento, que, legitimado pelo voto, possuía alcance nacional.

Esse paralelo permite identificar uma das chaves centrais para compreender o pensamento político de Oscar Dias Corrêa: a centralidade e a proeminência do Parlamento. Como observa Laurindo Mekie Pereira (2023, p. 10), “em sua tese, o Legislativo é a principal instituição política”. Para Corrêa, o Congresso Nacional ocupava uma posição privilegiada justamente por ser a instância que conferia legitimidade ao sistema político e assegurava a representação do povo brasileiro em sua totalidade.

Sua ênfase no papel do Legislativo revela, assim, não apenas um apego institucional, mas também uma concepção de democracia estruturada no equilíbrio entre os poderes, com o Parlamento funcionando como eixo de sustentação da legalidade e da soberania popular. Nesse sentido, a crítica à concentração de poderes no Executivo — seja diante dos sindicatos no início da década de 1960, seja frente ao governo militar após 1964 — demonstra a coerência de sua visão política, marcada pela valorização constante do Legislativo como pilar fundamental da vida democrática.

Considerações Finais

Acerca do Poder Legislativo, em suas memórias, Oscar Dias Corrêa, político mineiro que, dentro dos quadros da UDN, poderia ser identificado como pertencente ao grupo dos liberais históricos ou bacharéis, conforme apontado por Vitor Lacerda (2017, p. 120-121), ressalta que:

Toda a vida defendi o Legislativo, porque fui homem do Legislativo durante 20 anos. [...] Acho que Legislativo existe para o seguinte: vem a oposição e mostra os erros do governo, o governo vai à tribuna e contesta a oposição. [...] Acho que o parlamento não pode nunca ser fechado. Se você não gosta de alguém ou de algum partido no parlamento, bote seus líderes para espinafrá-los (Minas Gerais, 2000, p.699).

Homem do Legislativo, Oscar Dias Corrêa sempre defendeu um parlamento forte, concebido como o espaço legítimo para os embates entre situação e oposição, ambos respaldados pelo voto popular. No entanto, passou a testemunhar um Congresso limitado, colocado sob a tutela do Poder Executivo e, em muitos momentos, atropelado pela força do presidente da República por meio de medidas que usurpavam suas funções constitucionais. Corrêa, assim, se via em desacordo — e mesmo em sofrimento — diante de um regime que ele próprio havia, em um primeiro momento, apoiado e defendido com entusiasmo.

Nesse sentido, buscou-se compreender o Poder Legislativo enquanto uma importante chave interpretativa na análise do pensamento político de Corrêa. Nota-se que, observando os seus discursos e memórias, sendo ele homem do parlamento, o Legislativo ocupa lugar central, sendo a principal instituição democrática, fato notório quando contrastado frente aos sindicatos e ao próprio Poder Executivo.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. História - **A arte de inventar o passado**: ensaios de teoria da história. Bauru: Edusc, 2007.

BENEVIDES, Maria Victoria Mesquita. **A UDN e o Udenismo**: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani, São Paulo: Editora UNESP, 2004.

DE MORAES FERREIRA, Marieta. A nova "velha história": o retorno da história política. **Revista Estudos Históricos**, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Capital Federal, Diário do Congresso Nacional, ano XVIII, n. 68, p. 3093, 8 jun. 1963. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD08JUN1963.pdf#page=>.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL. Capital Federal, Diário do Congresso Nacional, ano XXI, n. 115, p. 5192, 20 ago. 1966. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD20AGO1966.pdf#page=>.

FERREIRA, Jorge. **O imaginário trabalhista**: Getulismo, PTB e cultura política popular (1945–1964). Civilização Brasileira, 2024.

MINAS GERAIS. Assembleia Legislativa. **Oscar Dias Corrêa**. Belo Horizonte: ALMG, 2000. (Coleção Memória Política de Minas, 4, v. 1, 2).

ORLANDI, Eni P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2005.

PEREIRA, Laurindo Mekie. Democracia com limites: a trajetória de Oscar Dias Corrêa (1945-1966). In: **História (São Paulo)**, v. 42, p. e2023027, 2023.

PINTO, Julio Pimentel. Os muitos tempos da memória. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 17, 1998.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

VASCONCELOS, Cláudio Beserra de. Os militares e a legitimidade do regime ditatorial (1964-1968): a preservação do Legislativo. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 29, n. 49, p. 333-358, jan./abr. 2013.

VAZ, Alisson Mascarenhas. **Duas visões da política mineira**: depoimentos de Oscar Dias Corrêa e Pio Soares Canêdo. Belo Horizonte: BDMG, 1997.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

“O PROBLEMA DOS FLAGELADOS”: OS SUJEITOS MARGINALIZADOS NAS PÁGINAS DO GAZETA DO NORTE (1939-1944)

Thaissa Emanuelle Lima Duarte⁹⁵

Introdução

Montes Claros, é considerada uma das maiores cidades do norte de Minas Gerais, registrando em 2022 uma população de 414.240 no último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), constituindo um dos maiores centros urbanos no estado. O processo histórico de expansão da urbe e seu crescimento socioeconômico constitui objeto de diversas pesquisas sobre a cidade. Nesse sentido de transformação e expansão, podemos destacar o elemento da migração como um fator de explicação, sobretudo de sujeitos advindos do noroeste de Minas Gerais bem como dos estados do nordeste brasileiro; estes últimos dentro de um processo histórico macro de mobilidade nacional nordeste-sudeste (Cardoso Junior, 2008, p. 49).

Diversas gestões de prefeitos da cidade, em relatórios administrativos e outros documentos evidenciam a relevância deste fato social para o processo histórico da cidade. Destacamos dentro do nosso recorte temporal, o prefeito Antônio Teixeira Carvalho - o “Dr. Santos”, que se manifestou acerca de migrantes nordestinos que se encontravam em Montes Claros. Escreveu suas observações e preocupações em maio de 1939, em carta endereçada ao seu amigo, o escritor Cyro dos Anjos, atribuindo a este fato gravidade, buscando apoio. Para o prefeito, a presença dos migrantes, era um “problema”, com “tendência a aumentar” (Cardoso Junior, 2008, p. 60-61).

Atrelado a isso, desde o advento do Estado Novo de Getúlio Vargas, da sua política migratória, e a partir da Inspetoria de Trabalhadores Migrantes (ITM) - instituição vinculada à Secretaria Estadual da Agricultura de São Paulo, a cidade de Montes Claros se tornou um ponto importante de controle dos sujeitos migrantes que tinham como destino São Paulo. Através de postos de triagens médicas estabeleciam uma seleção dos trabalhadores que eram considerados aptos para seguir viagem. Concomitante, muitos sujeitos eram

⁹⁵ Mestranda em História na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: thaissaemanuells2@hotmail.com

impedidos e se encontravam retidos na cidade, o que causou descontentamento na elite local (Pereira, 2022, p. 70).

Os periódicos montesclarenses, sobretudo o *Gazeta do Norte*, estabeleciam qualificações no que tange aos migrantes, como “flagelados”, “nordestinos”, “baianos”, referências usadas de forma estereotipadas, atribuindo a esses sujeitos práticas de má conduta e violência, que se manifestavam contrárias ao ideal de cidade que era almejada pela elite de Montes Claros (Pereira, 2022, p. 73).

É a partir dessas primeiras referências que temos pensado nossa pesquisa. Nossas inquietações mediante a temática se afluíram ao acessar os periódicos do *Gazeta do Norte* no acervo do CEPEDOR- Centro de Pesquisa e Documentação Regional na Unimontes. Atrelado a leituras anteriores no que tange à categoria de memória e imprensa, ao realizar nossa pesquisa de trabalho de conclusão de curso, e as revisões bibliográficas que utilizamos acima, foram surgindo inquietações em relação à imprensa montesclarenses e sua linguagem no que tange aos sujeitos migrantes marginalizados retidos na cidade. A partir da leitura da tese da historiadora Rejane Rodrigues (2013), pensamos na categoria de cidade, atrelada à memória e a imprensa. Nesse sentido, elaboramos a problemática: como o jornal *Gazeta do Norte* (1939-1944) se posiciona em relação aos sujeitos migrantes marginalizados na cidade de Montes Claros? Entretanto, em nossos objetivos buscamos compreender o periódico enquanto prática social e construtor de memórias e disputas, com ênfase no enquadramento de uma memória ideal de cidade para Montes Claros, a partir dos referenciais teóricos como Michel Pollak (1992) e Pierre Nora (1993).

Nessa perspectiva, buscaremos também em nossa análise perceber os conflitos sociais implícitos nas páginas do *Gazeta do Norte* quando pensamos na categoria de cidade ideal contrastada com o “problema dos flagelados”. Assim, nossa pesquisa contribuirá com uma nova perspectiva à temática, com um novo olhar às fontes, a partir de novas categorias como, por exemplo, a de memórias.

Breve discussão sobre os estudos culturais

Para o desenvolvimento de nossa pesquisa, temos os conceitos de cidade e memória como centrais, para aplicarmos em nossa fonte. Como salienta Déa Fenelon (1993 p. 83), ao praticarmos História Social, a partir da historiografia de matriz inglesa, devemos compreender que os supostos teóricos-metodológicos são indicações para investigações, e não conceitos fechados para enquadrarmos.

Raymond Willians (1921-1988), foi figura central na fundação dos Estudos Culturais, disciplina que se constituiu primeiramente na Inglaterra nos anos 1950, que tinha como maior interesse examinar “cultura” de forma específica, diferente da concepção que vinha maximizada e definida pelas ciências humanas anteriormente. No contexto pós guerra, o debate sobre cultura se concentrava no sentido de mudança em uma sociedade que se reorganizava. Para o grupo dos Estudos Culturais, “cultura” como posse por parte de um grupo seletivo, dá lugar a concepção antropológica de “cultura” como modo de vida. Conforme Maria Elisa Cevalco:

Já na década de 1950, ficou claro para Raymond Williams a necessidade de tomar uma posição sobre a cultura e de intervir no debate para demonstrar as conexões entre as diversas esferas e salvaguardar o conceito para um uso democrático que contribuísse para a mudança social. O ponto de vista da inter-relação entre fenômenos culturais e socioeconômicos e o ímpeto da luta pela transformação do mundo são o impulso inicial de seu projeto intelectual (Cevalco, 2003, p. 12).

Como salienta a autora, Williams deu um impulso inicial do projeto intelectual, juntamente com autores como Edward Palmer Thompson, Richard Hoggart. Em 1964, Hoggart funda o Centro de Estudos Culturais Contemporâneos (CCCS) na Universidade de Birmingham, onde era professor de Literatura Inglesa Moderna. Esse foi um grande passo para a institucionalização da disciplina que posteriormente reuniu nomes como Stuart Hall, Dick Hebdige e Paul Gilroy.

Nesse sentido, de acordo com Raymond Williams (1979), devemos perceber que “os conceitos aos quais participamos não são conceitos, mas sim problemas, e não problemas analíticos, mas movimentos históricos ainda não definidos” (Williams, 1979, p.16). Partindo desses pressupostos, temos como ênfase em nossa pesquisa, abordar os conceitos de forma dialogada com o

contexto histórico a ser pesquisado e com a metodologia a ser aplicada a fonte, tendo como fio condutor os nossos problemas e inquietações mediante ao tema proposto, inserindo assim nosso objeto.

Referencial teórico da pesquisa

De acordo com Jacques Le Goff (1984), História e Memória tem algo em comum: ambos os termos possuem sentidos duplos. A história quer dizer, ao mesmo tempo, a experiência coletiva dos homens e a elaboração intelectual sobre ela; e memória significa tanto o registro e armazenamento como também evocação do que foi registrado e armazenado. Ambos se encontram entrelaçados nos discursos do cotidiano (Le Goff *apud* D'Alessio, 1998, p. 59). Entretanto, para Pierre Nora (1993), Memória e História estão longe de serem sinônimos, fazendo crítica a historiografia que as utiliza como binômio, salientando a distinção entre as duas. Assim, para o autor, encontra-se no estudo dos lugares:

Os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, noticiar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993, p. 8-9).

Atrelado a isso, Nora define os lugares de memória como restos, como “a forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora” (Nora, 1993, p. 8). Com essas afirmações, o autor nos traz um importante pressuposto: a memória ser construída, selecionada e silenciada, podendo ser assim utilizada enquanto instrumento e objeto de poder. Michel Pollak (1992) também discorre sobre isso quando elenca as características do fenômeno da memória: “A memória é seletiva, nem tudo fica gravado, nem tudo fica registrado” (Pollak, 1992, p. 203). Nesse sentido, o autor afirma que a memória sofre flutuações que são função do momento em que ela está sendo expressa, onde as preocupações do momento constituem um elemento de estruturação da memória (Pollak, 1992, p. 204). Nesse sentido que o autor define o enquadramento de memória, organização da memória com função e viés político. Pollak aborda o campo da História Social para análise utilizando esse conceito:

Por conseguinte, o trabalho de enquadramento da memória pode ser analisado em termos de investimento. Eu poderia dizer que, em certo sentido, uma história social da história seria a análise desse trabalho de enquadramento da memória. Tal análise pode ser feita em organizações políticas, sindicais, na Igreja, enfim, em tudo aquilo que leva os grupos a solidificarem o social (Pollak, 1992, p. 206).

Sendo a memória construída, organizada, selecionada e silenciada, esta também constitui um campo de disputas. A memória nacional, para Pollak, constitui a forma mais organizada de memória enquadrada, que o autor define como melhor exemplo das ditas memórias oficiais. Entretanto, há também as memórias ditas como subterrâneas, que operam seu trabalho subversivo no silêncio e afloram em momentos de crise. A partir disso as memórias entram em conflito.

Sobre os silêncios e não-ditos, Michel Pollak (1989) nos afirma que a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa, uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade ou o Estado desejam passar e impor (Pollak, 1989, p. 8). O autor continua nos alertando que distinguir entre conjunturas favoráveis e desfavoráveis às memórias marginalizadas é de saída reconhecer a que ponto o presente colore o passado.

O trabalho de enquadramento de memória definido por Pollak e a conceituação de lugares de memória de Nora, se aproximam quando pensamos na materialidade no qual a memória é “guardada e solidificada”. Monumentos, museus, bibliotecas, arquivos, acervos de jornais, são rastros de um processo de organização e controle de memória.

Nesse sentido, pensamos os jornais, como “lugares de memória” e “memória enquadrada”. Rejane Rodrigues (2013), em sua tese, entende a imprensa enquanto linguagem, composta de experiências sociais, propondo assim não somente entender a informação contida nos jornais, mas também problematizar o sentido de pertencimento e a concepção de cidade e sertão construída e desconstruída nos periódicos. Conforme Rodrigues:

A imprensa, ao realizar a operação “não natural” de criar lugares da memória, possibilita travar um diálogo com um determinado tempo, com modos de vida e com sujeitos que organizam e reorganizam suas vidas de formas distintas da contemporaneidade, porém com ações que ainda interferem diretamente com o cotidiano, na atualidade. Desta forma, a imprensa “seleciona” as notícias que veicula ao optar em publicar sobre um político ou um fato em detrimento de outro. Enfim, escolhe quais os valores que podem e que não podem virar memória. Entendo memória como elemento capaz de revitalizar a compreensão do passado (Rodrigues, 2013, p. 25).

Ao pensar a história por meio da imprensa, a tomamos como prática social, constituída de linguagem específica. Ainda segundo a autora, a imprensa se constitui de um ir e vir de informações, práticas, posturas e projetos (Rodrigues, 2013, p. 30). Nesse sentido, propõe uma reflexão a respeito de como a imprensa cunhou uma memória para a cidade de Montes Claros.

Nesse âmbito pensaremos em nossa pesquisa o conceito de cidade atrelada a imprensa montesclareense. Entretanto, é preciso salientar que os conceitos, assim como afirma Reinhart Koselleck (1992), articula-se a um certo contexto sobre o qual também pode atuar. Isto é, todo conceito está imbricado em um emaranhado de perguntas e respostas, textos/contextos. A palavra pode permanecer a mesma, mas o conteúdo por ela designado pode alterar-se substancialmente, dependendo do momento em que o termo é empregado. Assumimos então sua variação temporal (Koselleck, 1992, p. 138).

Raymond Williams (2007) historiciza o conceito de cidade, datando a partir do século XVI o seu uso moderno característico de distinção das áreas urbanas das áreas rurais. Entretanto, até início do século XIX o seu uso ficou restrito para referir-se a Londres, ampliando posteriormente a outras localidades da Inglaterra, quando o país se tornou a primeira sociedade da história mundial na qual a maioria da população vivia em cidades (Williams, 2007, p. 76).

Em *Campo e Cidade* (1990) o autor analisa as transformações e contrastes entre os dois “espaços” na Inglaterra do século XVI e XVII, a partir da história e literatura. Afirma que apesar de diferenças, persistem certas imagens e associações sobre ambos e que o objetivo em sua obra é descrevê-las e analisá-las, vê-las conectadas à experiência historicamente variada. Sendo

assim, para ele, a relação entre campo e cidade é não somente um problema objetivo e matéria de história, como também, para milhares de pessoas hoje e no passado, uma vivência direta e intensa, tendo assim diversos significados (Williams, 1990, p. 13).

Nessa seara, compreendemos cidade como um lugar de transformações, com contradições, experiência social, luta cultural para configuração de valores, hábitos, atitudes, comportamentos e crenças. Como Déa Fenelon (2000) nos lembra, devemos reafirmar a ideia de cidade para além de um conceito urbanístico ou político, a encarando também como um lugar de pluralidade e de diferenças. Fenelon escreve:

A cidade e suas instituições devem ser vistas como espaços de produção de conflituosas relações que historicamente podem exprimir-se em dominação, cooptação ou consenso, mas também em insubordinação e resistência. Neste sentido, a valorização da memória apresenta-se como oportunidade de trazer à tona outras histórias e outros olhares sobre o passado. Atentos às diferenças sociais que configuram o presente, é preciso refletir que tal aproximação a partir da categoria memória, sobretudo em se tratando de viveres urbanos, carrega sempre uma abordagem política de insurgir-se contra ideias e práticas que buscam destruir experiências de sujeitos históricos em nome de uma memória única e que, por isto mesmo, acaba por se tornar oficial na construção da unidade social e política, que sempre trabalha no interesse de suprimir a pluralidade e as diferenças do presente (Fenelon, 2000, p. 7-8).

Para isso a autora reforça a importância da memória e a sua valorização para pensarmos cidades, as disputas e o exercício de poder. Nesse sentido, o diálogo entre os autores acima referenciados, no que tange as categorias de memória e cidade, lançadas em nossa fonte nos possibilita pensar analisar no contexto histórico específico de nosso recorte, o nosso problema de pesquisa.

Considerações finais

É nessa perspectiva que insere a nossa problemática e objeto de pesquisa. A partir da categoria de memória, olharemos para a imprensa enquanto um enquadramento e lugar de memórias, um espaço de disputas onde fragmentos de memória se materializa e nos traz à tona conflitos e contradições. Pensamos a nossa problemática dos sujeitos migrantes

marginalizados nas páginas do Gazeta do Norte enquanto uma memória subterrânea numa construção de memória oficial nos jornais, que nos possibilita pensar o conflito existente entre o ideal de cidade e os seus “problemas” advindos da presença dos sujeitos migrantes, como coloca a imprensa montesclareense.

Nesse sentido, lançaremos um olhar atento ao periódico, com inquietações e problemáticas relacionadas com os sujeitos nela retratados, numa abordagem de ênfase em uma leitura que os coloque como foco em nossa análise, apesar de entendermos os jornais enquanto uma fonte que, em nosso recorte temporal e espacial, represente uma elite letrada.

Referências bibliográficas

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Falas de astúcia e de angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema à solução (1877-1922)**. Dissertação (Mestrado em História) Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 1988.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 5º ed., 2011.

ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun (orgs.). **Outras Histórias: Memórias e Linguagens**. São Paulo: Olho D'Água, 2006.

BARBOSA, Marta Emisia Jacinto. **Famintos do Ceará: imprensa e fotografia entre o final do século XIX e o início do século XX**. Tese (Doutorado em História Social) PUC. São Paulo. 2004

BRITO, Gy Reis Gomes. **Na terra dos coronéis: progresso para quem? Estrepes e Prelados na construção do progresso da cidade de Montes Claros (1917-1926)**. Dissertação (Mestrado em História-Culturas Políticas) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002

CARDOSO JÚNIOR, Edi de Freitas. **Expressão e poder na urbe em expansão: “cultura política” popular em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964**. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, UFMG. 2008.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre Estudos Culturais**. Boitempo Editorial: São Paulo. 2003

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre História e Imprensa. In: **Projeto História**, São Paulo, n. 35, p. 253-270, dezembro de 2007.

CRUZ, Heloisa de Faria. **São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)**. São Paulo: Ed. Educ.: Fapesp, Arquivo do Estado de São Paulo; Imprensa Oficial, 2000.

D'ALESSIO, M.M. Memória e historiografia: limites e possibilidades de uma aproximação. In: **História Oral**, 4, 2001, p. 55-71.

FENELON, Déa Ribeiro. Cidades. Pesquisa em História. **Programa Estudos Pós-Graduação em História PUC-SP**. São Paulo: Editora Olho-d'água, 1999.

FENELON, Déa Ribeiro. Cultura e História Social: Historiografia e pesquisa. In: **Projeto História**. São Paulo, (10) dez. 1993.

KOSELLECK, Reinhart. Uma História dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5. n. 10. 1992, p. 134-146.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. 5. ed. Campinas/SP: Editora da Unicamp, 2003.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Programa de Estudos Pós-Graduados em História da PUC/SP. **Projeto História**, São Paulo: Educ., n. 10, dez. 1993.

PEREIRA, Pedro Jardel Fonseca. "A legião dos rejeitados": trabalhadores migrantes retidos e marginalizados pela política de mão-de-obra em Montes Claros /MG, na década de 1930. **CANTAREIRA (UFF)**. v. 1, p. 267, 2021.

PEREIRA, Pedro Jardel Fonseca. Trabalhadores retidos no posto de triagem e agenciamento em montes claros: controle da mobilidade e insegurança estrutural no contexto da política migratória na Era Vargas (1930–1954). **Revista Ars Histórica**, nº 24, jul./dez. 2022, p. 69-87.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Revista de Estudos Históricos: teoria e história**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, pág. 200-212.

RODRIGUES, Rejane Meireles Amaral. **Memórias em disputas: transformando modos de vida no sertão e na cidade**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

Villa, Marco Antônio. **Quando eu vim-me embora: história da migração nordestina para São Paulo**. Leya, 2017.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

WILLIAMS, Raymond. Cidade. In: **Palavras-chaves**. São Paulo: Boitempo, 2007.

ZICMAN, René Barata. História através da imprensa. Algumas considerações metodológicas. **Projeto História**, n. 4, jun. 1985.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O PROFESSOR-HISTORIADOR E O PÚBLICO DIGITAL: DEBATES E CAMINHOS FRENTE AOS DESAFIOS ATUAIS

Daniel Ferreira da Silva⁹⁶

Se refletirmos sobre o caráter da divulgação da História à luz dos pressupostos defendidos pela História Pública no Brasil, é possível perceber, contundentemente, o desenvolvimento de uma prática historiográfica centrada no público, considerado elemento fundamental desse novo campo de estudos. O conceito de público constitui, portanto, o eixo estruturante da História Pública, marcando a diferença em relação a abordagens historiográficas tradicionais.

Nas últimas décadas, as concepções de público foram formuladas a partir de diferentes perspectivas. Hannah Arendt associa o público à esfera política e à ação coletiva, enquanto Jürgen Habermas o compreende como espaço de deliberação racional e crítica (Arendt, 1983; Habermas, 2002). Embora essas contribuições sejam relevantes como ponto de partida, o entendimento contemporâneo de público incorpora também os princípios da História do Tempo Presente, das abordagens social e cultural e do movimento da “história vista de baixo”, defendida pela Nova Esquerda Inglesa.

Todavia, a noção de público contemporâneo não se confunde com as concebidas por Arendt ou Habermas, pois se insere em um contexto marcado pelas tecnologias digitais e pelos fluxos de comunicação em rede, que transformam a relação entre historiador, sociedade e produção do conhecimento histórico. Nesse sentido, a divulgação da História constitui apenas um ponto de partida, não se esgotando como a única abordagem da História Pública (Silva, Pereira, 2025).

Um dos pressupostos centrais da História Pública refere-se à atuação do historiador em diálogo direto com o público, promovendo a construção de uma história compartilhada, colaborativa e socialmente significativa. A partir dessa perspectiva, fundamenta-se a experiência relatada neste trabalho, realizada em um colégio da cidade de Campo Mourão, Paraná, cujo objetivo foi observar

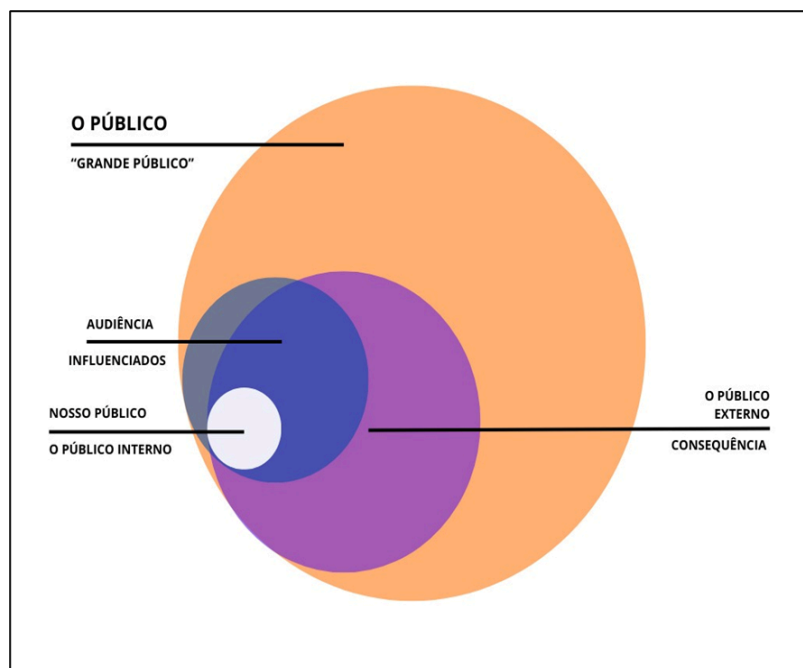
⁹⁶ Doutorando em História, UEM-Universidade Estadual de Maringá.

como a interação entre historiadores e público contribui para a consolidação de práticas de História Pública no contexto educacional.

Dentro dessas vivências, é possível observar que a História Pública não se constitui como um campo de atuação exclusivo do historiador, ao demandar uma relação estreita com o objeto de pesquisa. Dessa interação, surgem vínculos afetivos e colaborativos na construção de uma história compartilhada, constituindo novas formas de diálogo entre público e história (Silva, 2025).

A pesquisa de Daniel Silva (2025), desenvolvida no âmbito do mestrado em História Pública da Universidade Estadual do Paraná, apresenta uma concepção de público adaptada às demandas sociais contemporâneas. Ao comparar a esfera pública com a dinâmica de um shopping, Silva propõe compreender o consumo, a produção e a recepção de conteúdos históricos pelas pessoas envolvidas no processo de construção do conhecimento histórico. Essa analogia evidencia como os públicos atuais interagem de forma complexa e multifacetada com a História, influenciando e sendo influenciados por ela. Observe a seguir o diagrama para elucidação destas noções

Figura 1 — Diagrama do Público



FONTE: Silva (2025)

Com o diagrama podemos observar a expansão da noção de público, atrelada às formas de comunicação histórica mediadas por tecnologias digitais,

coloca o historiador diante de um novo contexto social, no qual é necessário ressignificar suas práticas historiográficas e construir novos modelos de relação com a sociedade. Partindo da filosofia de Hannah Arendt, o conceito de público assume duas dimensões fundamentais: a esfera política, relacionada ao espaço da polis grega, e o papel político das pessoas no exercício da cidadania (Arendt, 1983). Nesse horizonte, é possível afirmar que a História, como ciência do homem no tempo, segundo Marc Bloch (Bloch, 2002), é complementada pela noção de “experiência” elaborada por E. P. Thompson (Thompson, 1987), ampliando o debate sobre o papel do público na produção historiográfica.

Compreendido sob essa perspectiva, o público não é um dado homogêneo, mas um produto das dimensões políticas, sociais e culturais do tempo presente. A História, nesse cenário, não é produzida apenas por historiadores, mas também é transformada e reproduzida em múltiplas linguagens, muitas delas fora dos meios acadêmicos tradicionais (Silva, 2025). Todavia, a ideia de alcançar plenamente um “grande público” permanece utópica. Barreiras como a linguagem excessivamente técnica, o afastamento da literatura acadêmica em relação ao leitor comum e o isolamento dos historiadores em círculos restritos dificultam o diálogo com a sociedade.

Nesse sentido, a concepção de esfera pública proposta por Arendt pode ser contrastada com a formulação de Jürgen Habermas, que distingue o espaço público do privado, apresentando-os como esferas opostas e, portanto, excludentes (Habermas, 2002). Embora relevante, essa concepção limita-se a uma época específica e não dá conta das transformações proporcionadas pelo avanço exponencial da comunicação em rede. Jill Liddington (2011), ao dialogar com Habermas, demonstra como a mídia e os processos de consumo cultural moldam diferentes formas de públicos, reforçando a necessidade de pensarmos em públicos múltiplos e não em uma unidade homogênea.

Esse debate também se atualiza com a emergência das plataformas digitais. Como destaca Jurandir Malerba (2017), a internet produziu novas noções de audiência, cuja diversidade impede a concepção de um público comum. A participação colaborativa de usuários em plataformas como o YouTube, que deixou de ser apenas um espaço de consumo para tornar-se também de produção, ilustra essa nova realidade. Nela, os historiadores

disputam espaço com influenciadores digitais e criadores de conteúdo, enfrentando o desafio de negociar seu papel diante da difusão descentralizada da informação histórica, obviamente não podemos deixar de pontuar variados esforços de historiadores digitais em tentativas de combater essa desinformação em rede.

Autores como Serge Noiret (2020) e Olivier Dumoulin (2017) ressaltam que a História Pública, desde sua emergência como campo profissional, não pode mais ser dissociada do digital. Para Noiret, a comunicação digital não representa uma banalização do conhecimento, mas um meio necessário de diálogo com diferentes públicos, implicando o desenvolvimento de métodos e linguagens capazes de reduzir o abismo entre a universidade e a sociedade. Nesse mesmo sentido, Marta Rovai (2019) reforça que a divulgação histórica deve buscar a pluralidade de linguagens, distinguindo-se tanto da simplificação excessiva quanto da linguagem inacessível ao grande público.

Essas questões se articulam às reflexões de Michel de Certeau (1982) quando idealiza a operação historiográfica e mobiliza a materialidade da pesquisa histórica em relação ao fazer História, que analisam as fronteiras entre história e literatura, problematizando os limites da narrativa histórica. Sandra Pesavento (2003), ao discutir a História Cultural, também salienta como as práticas historiográficas se constroem a partir de técnicas e representações que diferenciam a história da ficção, mas não a isolam de seus aspectos discursivos.

Nesse contexto, a História Pública diferencia-se de outros campos, como a História Social, Cultural, Religiosa ou Política, ao colocar o público como núcleo da reflexão e da prática. Não se trata apenas de produzir conhecimento, mas também de pensar em sua circulação, consumo e impacto social. No caso específico deste trabalho, esse debate é aplicado à experiência realizada com adolescentes da cidade de Campo Mourão, Paraná, que participaram de atividades de reescrita e reconstrução colaborativa da memória do Holocausto. Tal prática evidencia como a História Pública pode aproximar públicos diversos de eventos históricos marcados pela violência e pelo esquecimento, ressignificando-os no tempo presente.

Contudo, a democratização da divulgação histórica, especialmente em plataformas digitais, apresenta riscos. Como observa Han, o ambiente virtual

pode gerar um “enxame” de informações, produzindo grande visibilidade e ruído, mas nem sempre oferecendo soluções concretas para o debate histórico (Han, 2019). Assim, embora a História Pública promova a participação social e a construção coletiva do conhecimento, é essencial refletir criticamente sobre os desafios impostos pela circulação de narrativas históricas em ambientes digitais.

Esse novo horizonte de perspectivas sintetiza nossas compreensões sobre o papel do ensino de História na formação histórica. Em primeiro lugar, destaca-se o conceito de público como a gênese dessa discussão. Em segundo lugar, evidencia-se o pressuposto da narrativa.

A narrativa é fundamental em nossos construtos, ao constituir um pilar basilar da História Pública, atuando no que Silva (2025) denomina “combates públicos pela história”. Reforça-se, assim, a ideia de que o historiador-docente, inserido em um universo múltiplo de abordagens, é um dos primeiros a experimentar as ressignificações e os embates gerados por diálogos excludentes e pela imposição de uma história única propaganda nas narrativas da internet.

Precisamos, portanto, compreender, como pontua Enconsteguy Filho (2018), que esse campo de batalhas públicas pela história atravessa diretamente o conhecimento acerca da narrativa. A narrativa, segundo Pasavento (2003), constitui-se, ao mesmo tempo, como lugar e não lugar de compreensão da história, configurando-se como espaço de disputa e de interpretação. Nos primeiros anos dos anos 2000, como escreve Pasavento, sua reflexão aborda a validação de uma história cultural emergente, evidenciando como as preocupações da história social e cultural se ressignificaram.

Já no âmbito da História Pública, ao se questionar o papel das narrativas do passado que constroem sentidos sobre o que é lembrado como próximo, ou mesmo diante de aspirantes a historiadores que deturpam a historiografia ao negar a existência de um lugar de fala do historiador, observa-se um processo que deslegitima a própria História como área de conhecimento. Nesse ensaio inicial, a autora faz ainda alusão a Clio, musa da História, que apresenta uma função de narradora do passado, muito similar à da sua mãe, a memória.

A História é, portanto, uma construção narrativa de sentidos, como reiterado por historiadores renomados como Paul Ricoeur (1997) e Paul Veyne (1982). A partir dessa compreensão, torna-se relevante mobilizar também a ideia do imaginário, mas nos instiga a repensar o papel do historiador como aquele que navega nesse vasto oceano de informações históricas. Assim, como na Idade Moderna, os navegadores enfrentavam mares desconhecidos e tempestades para alcançar novos pontos, hoje os historiadores precisam lidar com os “corsários históricos” que, amparados pela autoridade conferida pela influência digital, propagam reconfigurações mirabolantes da história, como pondera Barros.

Entre os influenciadores, surge até mesmo uma nova profissão: a dos youtubers. Há alguns extremamente competentes e habilidosos nas suas esferas de saber ou práticas mais específicas, mas há outros que parecem ter emergido de uma pequena multidão de aventureiros virtuais sem nenhum tipo de conhecimento específico ou talento que não a capacidade de encontrar o tom certo para cativar aqueles que se inscrevem nos seus canais. Eles discutem de tudo. Sem nenhuma exigência de especialização em nutrição, anunciam regimes, sem formação científica, falam sobre física quântica e, para preocupação dos historiadores, de História. A pseudociência também encontra entre eles os seus defensores, e os tempos recentes assistiram ao surpreendente retorno daquela crença que não se via já há alguns milênios: a Terra tornou-se novamente plana para uma parcela significativa. As vacinas tornaram-se nocivas e grassam as teorias da conspiração. Bobagens impressionantes são declamadas em tons solenes (Barros, 2022, p.79).

As indagações de Barros nos levam a revisitar a discursão feita por Bovo e Pinheiro (2019) sobre a aprendizagem híbrida, e o papel da história pública. Neste sentido Daniel Silva (2024) em seu capítulo, no livro organizado em parceria com Cyntia França e Marcelo Silva e Helena Granado, traz o complemento da informação histórica acerca dos gráficos demonstrados pelos dois primeiros autores elucidado abaixo:

Figura 1 — Dados de formadores de opinião no YouTube;



Fonte: Silva (2024)

Portanto, observa-se que, neste contexto, a figura dos professores não é destacada nos dados apresentados como principal formadora de opinião. Assim, podemos afirmar que, mesmo com a crescente utilização das mídias por parte dos docentes, ainda não há uma propensão consolidada à busca ativa pelo engajamento crítico em ambientes digitais.

O que podemos deduzir sobre a construção narrativa é que, em muitos casos, os historiadores-docentes não possuem as habilidades necessárias para enfrentar revisionismos e negacionismos veiculados na internet. Analisemos os parâmetros gerais da formação de professores de História no Brasil. Abaixo apresentamos os dados em que se verificou que existem 67 Universidades Federais oferecendo cursos de História, das quais 57 possuem licenciatura. Dessas 57, apenas 16 incluem em sua grade disciplinas que abordem História Pública, História Digital ou o uso de tecnologias aplicadas à sala de aula, preparando o docente para atuar em diferentes contextos e combater a desinformação histórica.

Quadro 01 -Universidades Federais com Curso de História

Estado	Nome	Sigla	Possui curso de História?	L	B
AC	Universidade Federal do Acre	UFAC	SIM	S	S
AL	Universidade Federal de Alagoas	UFAL	SIM	S	S
AP	Universidade Federal do Amapá	UNIFAP	SIM	S	N
AM	Universidade Federal do Amazonas	UFAM	SIM	S	N
BA	Universidade Federal da Bahia	UFBA	SIM	S	N

BA	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	UFRB	SIM	S	N
BA	Universidade Federal do Oeste da Bahia	UFOB	SIM	S	N
BA	Universidade Federal do Sul da Bahia	UFSB	SIM	S	N
CE	Universidade Federal do Ceará	UFC	SIM	S	N
CE	Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	UNILAB	SIM	S	N
DF	Universidade de Brasília	UnB	SIM	S	N
ES	Universidade Federal do Espírito Santo	UFES	SIM	S	N
GO	Universidade Federal de Goiás	UFG	SIM	S	S
GO	Universidade Federal de Catalão	UFCAT	SIM	S	S
GO	Universidade Federal de Jataí	UFJ	SIM	S	S
MA	Universidade Federal do Maranhão	UFMA	SIM	S	N
MT	Universidade Federal de Mato Grosso	UFMT	SIM	S	N
MT	Universidade Federal de Rondonópolis	UFR	SIM	S	N
MS	Universidade Federal de Mato Grosso do Sul	UFMS	SIM	S	N
MS	Universidade Federal da Grande Dourados	UFGD	SIM	S	N
MG	Universidade Federal de Alfenas	UNIFAL-MG	SIM	S	N
MG	Universidade Federal de Minas Gerais	UFMG	SIM	S	S
MG		UFSJ	SIM	S	
MG	Universidade Federal de São João del Rei				S
MG	Universidade Federal do Triângulo Mineiro	UFTM	SIM	S	N
MG	Univ. Fed. dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	UFVJM	SIM	S	N
MG	Universidade Federal de Uberlândia	UFU	SIM	S	S
MG	Universidade Federal de Juiz de Fora	UFJF	SIM	S	S
MG	Universidade Federal de Ouro Preto	UFOP	SIM	S	S
MG	Universidade Federal de Viçosa	UFV	SIM	S	S
MG	Universidade Federal de Lavras	UFLA	NÃO	N	N
PA	Universidade Federal do Pará	UFPA	SIM	S	S
PA	Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	UNIFESSPA	SIM	S	N
PA	Universidade Federal Rural da Amazônia	UFRA	NÃO	N	N
PA	Universidade Federal do Oeste do Pará	UFOPA	SIM	S	N
PB	Universidade Federal da Paraíba	UFPB	SIM	S	N
PB	Universidade Federal de Campina Grande	UFCG	SIM	S	N
PR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná	UTFPR	NÃO	N	N
PR	Universidade Federal do Paraná	UFPR	SIM	S	S
PR	Uni. Federal da Integração Latino-Americana	UNILA	SIM	S	S
PE	Universidade Federal de Pernambuco	UFPE	SIM	S	S
PE	Universidade Federal Rural de Pernambuco	UFRPE	SIM	S	N
PE	Universidade Federal do Vale do São Francisco	UNIVASF	SIM	S	N

PE	Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	UFAPE	NÃO	N	N
PI	Universidade Federal do Piauí	UFPI	SIM	S	N
PI	Universidade Federal do Delta do Parnaíba	UFDPAr	NÃO	N	N
RJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro	UFRJ	SIM	S	S
RJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	UFRRJ	SIM	S	S
RJ	Universidade Federal Fluminense	UFF	SIM	S	S
RJ	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro	UNIRIO	SIM	S	S
RN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte	UFRN	SIM	S	S
RN	Universidade Federal Rural do Semi-Árido	UFERSA	NÃO	N	N
RS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul	UFRGS	SIM	S	S
RS	Univ. F. de Ciências da Saúde de Porto Alegre	UFCSPA	NÃO	N	N
RS	Universidade Federal de Santa Maria	UFSM	SIM	S	S
RS	Universidade Federal de Pelotas	UFPeI	SIM	S	S
RS	Universidade Federal do Rio Grande	FURG	SIM	S	S
RS	Universidade Federal do Pampa	UNIPAMPA	SIM	S	N
RO	Universidade Federal de Rondônia	UNIR	SIM	S	N
RR	Universidade Federal de Roraima	UFRR	SIM	S	N
SC	Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC	SIM	S	S
SC	Universidade Federal da Fronteira Sul	UFFS	SIM	S	N
SP	Universidade Federal de São Carlos	UFSCar	NÃO	N	N
SP	Universidade Federal de São Paulo	UNIFESP	SIM	S	S
SP	Universidade Federal do ABC	UFABC	NÃO	N	N
SE	Universidade Federal de Sergipe	UFS	SIM	S	S
TO	Universidade Federal do Tocantins	UFT	SIM	S	N
TO	Universidade Federal do Norte do Tocantins	UFNT	SIM	S	N

FONTE: Quadro desenvolvido pelos autores (2024)

A partir dessa constatação, surge uma provocação: como construir espaços de atuação, dentro e fora da sala de aula, que efetivamente promovam o conhecimento histórico e a consciência histórica de nossos alunos e das comunidades externas, se não compreendermos as regras da construção narrativa e a necessidade de combater a desinformação presente em ambientes digitais?

Conclusão

Nesse sentido, a História Pública pode contribuir significativamente para a educação histórica, ao fornecer ferramentas para a compreensão do conceito

de público, associando-o à disseminação e interpretação das narrativas históricas. Esse processo não apenas promove uma melhor compreensão da consciência histórica na sala de aula, mas também no âmbito social mais amplo. O papel do historiador-docente, como mediador do conhecimento, torna-se, portanto, de extrema importância. Ele precisa se reinventar, se ressignificar e atuar colaborativamente na construção de um passado interpretado criticamente, sem, contudo, perder os rigores acadêmicos que definem a História como disciplina.

Referência bibliográfica

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 5. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

BARROS, José D.'Assunção. *História Digital: a historiografia diante dos recursos e demandas de um novo tempo*. Editora Vozes, 2022.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

BOVO, Cláudia Regina; PINHEIRO, Marcos Sorrilha. História pública e virtualidade: experiências de aprendizagem híbrida no ensino de História. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 16, p. 113-134, 2019.

CERTEAU, Michel de et al. *A escrita da história*, 1982. 1982.

CHARTIER, Roger et al. *A história cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, v. 1, p. 12, 1990.

DA SILVA, Daniel Ferreira; DE OLIVEIRA, Pedro Henrique Perassi. COMBATES PÚBLICOS E OS HISTORIADORES:: DO PROFISSIONAL AOS DIÁLOGOS PÚBLICOS DA HISTÓRIA. *Horizontes Históricos*, v. 5, n. 2, p. 46-60, 2022.

DUMOULIN, Olivier. *O papel social do historiador: da cátedra ao tribunal*. Autêntica, 2017.

ESCOSTEGUY FILHO, João Carlos. Batalhas públicas pela história nas redes sociais: articulações para uma educação histórica em direitos humanos. *Revista História Hoje*, v. 8, n. 15, p. 39-65, 2019.

HAN, Byung-Chul. *No exame: perspectivas do digital*. Editora Vozes Limitada, 2018..

JÜRGEN, HABERMAS; JÜRGEN, Habermas. Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

LIDDINGTON, Jill. O que é História Pública? Os públicos e seus passados. In: ALMEIDA, Juniele Rabêlo de; ROVAL, Marta Gouveia de Oliveira. Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

MALERBA, Jurandir. Os historiadores e seus públicos: desafios ao conhecimento histórico na era digital¹. Revista Brasileira de História, v. 37, p. 135-154, 2017

NOIRET, S. História Pública Digital | Digital Public History. Liinc em Revista, [S. l.], v. 11, n. 1, 2015. Disponível em: <https://revista.ibict.br/liinc/article/view/3634>. Acesso em: 12 set. 2023.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. História e história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

RICŒUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas : Papirus, 1994-1997. 3 v

ROVAL, Marta. Publicizar sem simplificar: o historiador como mediador ético. História Pública em debate: patrimônio, educação e mediações do passado. São Paulo: Letra e Voz, p. 185-196, 2018.

SILVA, Daniel Ferreira da; PEREIRA, Márcio José. Disputas de narrativas, ampliação de públicos e os desafios do Ensino de História e das linguagens históricas na História Pública brasileira. Boletim do Tempo Presente, [S. l.], v. 13, n. 4, p. 160–191, 2025. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/tempopresente/article/view/22382>. Acesso em: 5 set. 2025.

SILVA, Daniel Ferreira da. O vodcast como novo espaço para historiadores: a construção de uma história participativa em narrativas mais humanizadas no digital. In: FRANÇA, Cyntia; SILVA, Daniel; Silva, Marcelo; GRANADO, Helena; (orgs.). *História Pública e a arte de mediar o passado*. São Paulo: [editora], 2024.

THOMPSON, Edward. A formação da classe trabalhadora na Inglaterra. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. 3 v.

VEYNE, Paul. Como se escreve a História : Foucault revoluciona a História. Brasília : Editora da UnB, 1982.

WHITE, Hayden. Meta-História : a imaginação histórica no século XIX. São Paulo : EDUSP, 1992.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

O USO SELETIVO DA LITERATURA HELÊNICA NA FORMAÇÃO MORAL DOS JOVENS CRISTÃOS SEGUNDO BASÍLIO DE CESAREIA (SÉC. IV EC)

Vitória Paula Dias Cruz⁹⁷

São escassos os documentos que trabalham a formação de jovens cristãos no contexto de tensões entre a herança helênica e cristianismo no século IV como o discurso “*Aos jovens sobre a maneira como tirar proveito das letras helênicas*”, de Basílio de Cesareia. Datado em um período de disputas doutrinárias e redefinições culturais, o texto propõe orientações sobre o uso seletivo da literatura clássica no percurso de formação desses jovens.

Trata-se de uma obra relevante que apresenta incertezas cruciais que a posicionam como um objeto de estudo complexo para a crítica histórica. A sua datação não está bem estabelecida e é atribuída desde ao período entre 356 e 363, o que relaciona o texto ao Édito de Juliano, até a um período posterior a 370, já no episcopado de Basílio. No entanto, nenhuma dessas propostas é definitiva. O próprio estilo do texto, sem menções a eventos específicos, reforça a prudência, uma vez que não se ancora em dados que permitam uma datação segura.

O mesmo vale para o público-alvo do discurso. A uma primeira análise, o título “*Aos jovens*” sugere uma destinação direta à juventude cristã. Porém, o público-alvo também é algo bastante debatido. O termo *paides* (παιδες), utilizado no texto original pode indicar filhos espirituais, discípulos, sobrinhos, ou mesmo “jovens fictícios”, ou seja, figuras construídas retoricamente para viabilizar o discurso. O vínculo entre Basílio e esses jovens é estabelecido pela palavra *oikeiotês* (οἰκειότης), que sugere uma relação de familiaridade, mas não especifica sua natureza. Há, entretanto, a possibilidade de que se tratasse de um exercício de oralidade fictícia, com o objetivo de compor um discurso que simulasse a presença de um público, sem necessariamente tê-lo.

Tais incertezas se estendem também à matriz discursiva da obra. A ausência de referências eclesiais explícitas, o estilo e a cadência do texto também tornam improvável que se trate de um documento pastoral no sentido

⁹⁷ Graduanda em Licenciatura em História pela Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: vpauladiascruz@gmail.com

tradicional. Assim, quanto ao gênero literário, as incertezas também persistem. O texto já foi classificado como homilia, carta expandida, tratado, até mesmo como protréptico, ou seja, um discurso de incitação à filosofia. Essa variedade de definições mostra o quanto a obra escapa a rótulos fáceis. No entanto, a respeito do gênero discursivo, no momento atual da pesquisa, defendemos que se trata de uma parénese (ou logos parainetikos), um gênero caracterizado como “discurso de conselho”. Essa proposição é válida uma vez que logo no primeiro capítulo, nas primeiras linhas do texto, Basílio afirma: “Bons motivos me encorajam para dar-vos conselhos” (Basilio, 2012, p. 28). O uso da primeira e da segunda pessoas, as interpelações diretas ao público e a ausência de fórmulas típicas das epístolas sugerem fortemente que estamos diante de um “discurso” ainda que, possivelmente, de oralidade apenas simulada.

Por fim, a estrutura do documento merece destaque. O discurso “Aos Jovens” é um texto breve, mas cuidadosamente construído. A composição é simétrica, com jogos de espelhamento entre a abertura e o encerramento do texto. O uso de metáforas e comparações reforça a dimensão didática da obra e seu compromisso com uma educação ética, orientada pela virtude.

Diante dessas incertezas quanto à datação, ao público, ao gênero e à complexidade do texto, prevalece a percepção de que trata-se de uma obra que demanda uma leitura cuidadosa, atenta à tradição literária helênica, às nuances do discurso cristão e à habilidade retórica de um autor profundamente inserido em seu contexto cultural.

Seu autor, Basílio de Cesareia, foi uma figura de notável influência na construção dos preceitos do cristianismo niceno. Nasceu na cidade de Cesareia, por volta de 329 da era comum, em uma família da elite cristã da diocese do Ponto, que englobava a região da Província da Capadócia, parte oriental do Império Romano. Sua trajetória é caracterizada por um percurso educativo que marcava um jovem de sua posição social. Estudou em cidades importantes do Império como Cesareia, Constantinopla e Atenas, onde teve contato direto com a paideia, ou seja, com a formação baseada na literatura, na filosofia e na retórica da tradição greco-romana. Ao retornar para a Capadócia, abraçou a vida cristã, ingressou no movimento monástico e, posteriormente, tornou-se bispo de Cesareia e deixou uma obra vasta, que inclui homilias, tratados doutrinários, cartas e regras monásticas. Entre os textos que

chegaram até nós, destaca-se o documento objeto do nosso estudo, o discurso “*Aos jovens sobre a maneira como tirar proveito das letras helênicas*”, no qual ele orienta os jovens cristãos quanto ao uso dos autores clássicos no processo de formação intelectual e moral.

A preocupação de Basílio é relevante: como instruir jovens cristãos em um ambiente onde o saber ainda está profundamente ligado à tradição helênica? Como instruir jovens que estudam Homero, Platão ou outros considerados grandes nomes da Antiguidade sem que eles sejam influenciados por valores contrários à fé cristã? Para responder a essas tensões, ele propõe um critério: é possível e até desejável aproveitar a literatura helênica, desde que ela seja lida com discernimento e sirva à construção da virtude cristã.

Para abordar essa complexidade, este trabalho adota a metodologia da Análise de Conteúdo Qualitativa (Bardin, 2011) adicionada aos princípios sobre análise de documentos da antiguidade discutidos por Pedro Paulo Funari (2003), especialmente no que diz respeito ao uso de documentos como fontes históricas que revelam representações, práticas e disputas culturais. A partir da leitura do discurso *Aos Jovens*, foram estabelecidas, organizadas e nomeadas cinco categorias, que funcionarão como eixos temáticos e chaves de nossa análise: seleção correta da literatura helênica; formação moral e espiritual; sabedoria cristã versus sabedoria helênica; imitação de modelos clássicos; propósito final da educação cristã.

Entre essas categorias, nestes anais, nos dedicaremos às categorias “seleção correta da literatura helênica” e “formação moral e espiritual” como cerne da proposta pedagógica de Basílio, conforme defendemos nesta pesquisa.

Para o bispo, a educação não se limitava à aquisição de conhecimento ou ao refinamento intelectual. Sua finalidade última seria a transformação do caráter, a preparação para uma vida virtuosa, que oriente o jovem ao que ele considera ser o verdadeiro bem: a salvação da alma.

A literatura helênica, nesse sentido, tem uma função instrumental: não é um fim em si mesma, mas um meio para alcançar a virtude e deveria ser, segundo nossa interpretação a partir do discurso de Basílio, criteriosamente selecionada para o melhor proveito da juventude cristã.

A seguir, apresentamos excertos selecionados da obra que ajudam a esclarecer esse ponto. Inicialmente, destacamos aqueles que ilustram a categoria “seleção correta da literatura helênica” que, conforme estabelecido em nossa análise, evidencia a maneira como Basílio de Cesareia orienta os jovens cristãos a discernirem cuidadosamente o que deve ser preservado das obras clássicas.

“As Sagradas Escrituras nos ensinam essas verdades e nos instruem pelos Santos Mistérios. Mas sei que a juventude ainda não vos permite aprofundar nessas verdades, portanto, retenhamos os olhos sobre os livros que não são completamente contrários a elas, para que possamos, a partir deles, olhar para nossas próprias almas, como se estivéssemos defronte a um espelho” (Basílio, 2012, p. 28).

Nesse excerto, Basílio propõe um princípio claro: a leitura de autores helênicos deve ser feita com discernimento, de modo que o cristão preserve apenas aquilo que não esteja em contradição com a doutrina cristã. A metáfora do “espelho” sugere que a literatura helênica, quando corretamente selecionada, serve como instrumento de autoconhecimento e de formação moral. Ao reconhecer que a juventude ainda não possui maturidade para penetrar nas verdades mais profundas da fé, ele legitima o uso pedagógico de certas obras clássicas como preparação, mas sempre com prudência e crítica.

“Primeiro devemos aprender a ver o reflexo do sol nas águas cristalinas e, depois, com a visão fortalecida, olhar diretamente para a luz pura” (Basílio, 2012, p. 28).

Aqui, as metáforas do “reflexo do sol” e da “luz pura” revelam uma pedagogia gradual. O reflexo simboliza o conhecimento parcial que pode ser obtido pelo contato com a literatura helênica, enquanto a luz pura representa a verdade plena das Escrituras. Antes de alcançar essa visão direta, é necessário fortalecer o intelecto e o caráter, e é nesse sentido que a cultura clássica é valorizada: não como fim, mas como etapa preparatória na trajetória educativa do cristão.

Agora, na sequência, apresento dois excertos que se enquadram em “formação moral e espiritual”, outra categoria elaborada no âmbito da nossa

análise do conteúdo da obra. Nessa categoria, a educação é concebida como um processo de disciplina interior e cultivo das virtudes.

“Somente depois de muito exercício, de um árduo trabalho nos ginásios, aumentando suas forças e dedicando-se a combates particulares, é que os atletas estão preparados para a disputa. Ou seja, somente depois de muito se dedicar a um regime severo que lhes dê o preparo exigido para os combates decisivos é que podem tentar ser coroados vencedores. E nós, que nos propomos a receber prêmios tão admiráveis, de grandeza inexprimível, poderíamos adquiri-los sem qualquer esforço?” (Basílio, 2012, p. 37).

A analogia com a vida atlética evidencia a exigência de esforço e perseverança no caminho de formação. Tal como o atleta treina arduamente antes da competição, o cristão deve se submeter ao fortalecimento moral para alcançar o êxito espiritual. Essa imagem reforça a ideia de que a educação, para Basílio, vai muito além da instrução: ela prepara o indivíduo para combates éticos e espirituais que demandam um preparo rigoroso.

“É preciso que purifiquemos nossas almas, desprezando os prazeres dos sentidos, não alimentando os olhos com espetáculos vãos, evitando, enfim, coisas e pessoas que acendem o fogo da concupiscência” (Basílio, 2012, p. 40).

Nesse trecho, o autor enfatiza a vigilância sobre os sentidos e a necessidade de evitar estímulos que provoquem paixões desordenadas. Termos como “purificar”, “desprezar” e “evitar” expressam ação intencional e disciplina e evidenciam que, para ele, a verdadeira educação está intrinsecamente ligada à moralidade e ao domínio de si.

Assim, a partir desses excertos, percebe-se que Basílio de Cesareia articula, de maneira indissociável, o discernimento crítico na escolha da literatura helênica e a formação moral e espiritual do cristão. Ao utilizar a cultura clássica como degrau preparatório para a contemplação das verdades divinas e, ao enfatizar a disciplina como parte indissociável do aprendizado, ele propõe uma educação integral, voltada não apenas ao intelecto, mas à construção da virtude.

Referências

ALEXANDRE JUNIOR, Manuel. Hermenêutica retórica. Um código integrado de interpretação. **EVPHROSYNE. Revista de Filosofia Clássica**, Faculdade de Letras de Lisboa, v. 31, p. 99-114, 2003.

BASÍLIO DE CESAREIA. **Carta aos jovens sobre a utilidade da literatura pagã**. Campinas, SP: Ecclesiae, 2012.

CAMERON, Averil. **Christianity and the Rhetoric of Empire**. The development of Christian Discourse. Berkeley, Los Angeles, London: University of Califórnia Press, 1994.

CARVALHO, Margarida Maria de. **Paideia e Retórica no Século IV d.C.: A Construção da Imagem do Imperador Juliano Segundo Gregório Nazianzeno**. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A. Documentos: Análise tradicional e Hermenêutica Contemporânea. Análise Documental e Antiguidade Clássica. In: FUNARI, Pedro Paulo A. **A Antiguidade Clássica**: a história e a cultura a partir dos documentos. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003, p. 13-32.

JAEGER, Werner. **Paidéia**: a formação do homem grego. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MARROU, Henri Irénée. **História da educação na antiguidade**. São Paulo: Edusp, 1990.

PAPA, Helena Amália. **A Contenda entre Basílio de Cesareia e Eunômio de Cízico (Séc.: IV d.C.)**: uma análise político-religiosa. São Paulo: Annablume: FAPESP, 2013.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

"ORVIL" E AS DISPUTAS DE NARRATIVAS NO BRASIL PÓS-DITADURA MILITAR

Davi Emanuel Honório Fernandes⁹⁸

O presente projeto de pesquisa tem como objeto de análise o livro *Orvil: Tentativas de Tomada do Poder*, elaborado pelo então Ministro do Exército do governo de José Sarney ⁹⁹(1985-1990), o general Leônidas Pires Gonçalves. Concluído em 1988, planejado para ser inicialmente uma publicação oficial do Exército, acabou sendo arquivado pelo presidente em exercício e virou uma raridade disponível apenas para alguns poucos oficiais e simpatizantes. O *Orvil* se apresenta como uma narrativa alternativa da história do Brasil, fundamentada na perspectiva de que o país esteve sob ameaça de uma tomada de poder por setores comunistas e revolucionários.

Nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 2010, o livro passou a ser mobilizado por setores da extrema direita brasileira como um artefato ideológico, sustentando um discurso que busca reconfigurar a memória da ditadura e legitimar uma retórica autoritária. Essa ressignificação está diretamente conectada à ascensão do bolsonarismo e à lógica da chamada “guerra cultural”, que se articula por meio de uma retórica de ódio direcionada contra a democracia, os direitos humanos e os movimentos sociais progressistas.

Neste contexto, o livro *Orvil* tem ganhado destaque como matriz discursiva da nova direita brasileira. O título, *Orvil*, é o reverso da palavra “livro”, sugerindo, desde sua origem, uma tentativa de reescrever a história do período ditatorial sob a ótica dos militares. Foi articulado para ser uma resposta direta ao livro-denúncia “Brasil: Nunca mais”¹⁰⁰, buscando refutar argumentos e descrições desse livro, e demonstrar que os “subversivos” torturados, mortos e desaparecidos eram perigosos instrumentos de uma grande conspiração do comunismo internacional. A obra pretendia apresentar fatos relacionados à

⁹⁸Graduando do 8º Período de História, Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: davihonorio10@gmail.com

⁹⁹ Com a morte do presidente eleito, Tancredo Neves, assumiu o cargo seu vice José Sarney (1985-1990)

¹⁰⁰ Publicado em 1985 pela Editora Vozes, foi resultado de um grande e sigiloso projeto encabeçado pelo cardeal dom Paulo Evaristo Arns e pelo reverendo Jaime Wright.

repressão, de acordo com os arquivos das Forças Armadas, em particular do Centro de Informações do Exército (CIE), com base em provas de que os dissidentes políticos haviam morrido em combates com as forças da ordem. Trata-se de uma narrativa que acusa os movimentos de esquerda de promoverem a subversão da ordem nacional e apresenta as Forças Armadas como legítimas defensoras da pátria. Mais do que um documento histórico, o *Orvil* passou a ser utilizado como base argumentativa por figuras da nova direita, entre elas Jair Messias Bolsonaro ¹⁰¹ e Olavo de Carvalho¹⁰², em seus esforços de legitimar uma visão autoritária da política e da história.

“Se *Brasil: Nunca mais* elencou arbitrariedades da ditadura, *Orvil* enumerou os crimes atribuídos a guerrilha” (Rocha, 2023, p. 57).

De acordo com a obra, a partir de 1922, ano da criação do Partido Comunista do Brasil, a história da república brasileira foi de sucessivas tentativas de tomada do poder pelos comunistas.

“As três primeiras tentativas recorreram às armas e foram derrotadas militarmente, entretanto, nos termos do *Orvil*, a iniciativa “mais perigosa” iniciou-se em 1974, quando a esquerda realizou uma autocrítica e mudou de estratégia, abandonando os coturnos e abraçando os livros, a fim de conquistar corações e mentes por meio da infiltração lenta, porém segura, nas instituições do Estado e da sociedade civil” (Rocha, 2023, p. 57-58).

Aqui, a contribuição de Antonio Gramsci é central para a compreensão do *Orvil* enquanto artefato ideológico e instrumento de disputa simbólica. A obra pode ser interpretada como parte de uma estratégia de construção hegemônica, na medida em que busca consolidar uma narrativa específica sobre a ditadura militar, apresentando-a como uma reação necessária diante de uma suposta ameaça comunista. Trata-se, portanto, de um exemplo de “guerra cultural”, na qual se trava uma batalha pela memória e pela interpretação do passado, com vistas à legitimação de posições políticas no presente.

¹⁰¹ Na época, ainda deputado federal e candidato a presidência do Brasil.

¹⁰² Considerado o “Guru da família Bolsonaro”, o escritor Olavo de Carvalho contribuiu para a eleição de Jair Bolsonaro.

Para o professor João Cezar de Castro Rocha¹⁰³, em sua obra “Bolsonarismo: da Guerra cultural ao terrorismo doméstico” de 2023, a guerra cultural é a matriz de produção em série de narrativas polarizadoras cuja radicalização crescente engendra sem trégua inimigos imaginários, mantendo a militância em estado permanente de excitação. Tornando-se uma das mais eficientes máquinas eleitorais da atualidade.

Segundo o historiador Lucas Pedretti ¹⁰⁴(2021), décadas depois de municiar a inteligência do Exército, o vocabulário da “tomada do poder” aparece diretamente nas manifestações do então presidente Bolsonaro. Que meses após sua eleição em 2018, encerrou com os grupos responsáveis por identificar ossadas de vítimas da ditadura. Anos antes, quando ainda era parlamentar, posou para uma fotografia ao lado de um cartaz que ironizava a busca por desaparecidos políticos da ditadura.

Em 2016, ao declarar seu voto no processo de impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, ¹⁰⁵o deputado federal Jair Messias Bolsonaro fez uma homenagem ao à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra chamando-o de “o pavor de Dilma Rousseff” por ter comandado as sessões de tortura contra a ex-presidente, que foi presa durante a ditadura militar.

A exaltação de militares que participaram do golpe de 1964 e os negacionismos científicos fazem parte de uma gama de “ecos” deixados pelo discurso do *Orvil* na contemporaneidade. A perspectiva gramsciana permite compreender como a extrema direita brasileira ressignificou o documento, projetando-o como fundamento simbólico para a radicalização política contemporânea e para a sustentação de uma retórica de ódio que se ancora em disputas narrativas sobre identidade, democracia e poder.

“(...) ele é a bíblia da família Bolsonaro, a verdadeira fonte de sua visão de mundo bélica” (Rocha, 2023, p. 58).

Para Rocha (2023) Olavo de Carvalho teve papel decisivo para a ascensão da direita que “perdeu a vergonha de dizer seu nome”. Pois “faltava ao bolsonarismo uma linguagem, a fim propagar os princípios da arquitetura da

¹⁰³ Historiador e professor de Literatura Comparada na UERJ.

¹⁰⁴ Historiador e Doutor em Sociologia pela UERJ, responsável por grande parte dos estudos sobre o ORVIL.

¹⁰⁵ Presidente do Brasil por quase dois mandatos (2011-2016). Em 2016, sofreu processo de impeachment.

destruição para além dos círculos militares e do número até então ínfimo de militantes de extrema direita” (Rocha, 2023, p. 61).

O discurso da quarta tentativa de tomada do poder pelos comunistas ainda segue vigente nas falas de deputados e senadores da extrema-direita, uma revolução lenta e gradual em diversas camadas da sociedade, mas sobre tudo na educação. Objetivando a conquista de corações e mentes de adolescentes para uma adesão a ideologia comunista pela ferramenta da “doutrinação”.

Em vídeo disponível ¹⁰⁶ no YOUTUBE, Nikolas Ferreira, ainda um adolescente, faz uma entrevista ao “filosofo” Olavo de Carvalho. Ao ser perguntado sobre a doutrinação nas escola e universidades do Brasil, o entrevistado propõe que “(...) tem que desmascara 24 horas por dia, não pode sequer respeitar esses professores. Porque não são dignos de respeito, são vigaristas. Eles estão vencendo na base do engodo, da ocultação, da mentira, da manipulação. Eles não são intelectuais sérios”.¹⁰⁷

Entende-se que, desde a criação do *Orvil*, as disputas por narrativas históricas no Brasil seguem atuantes e seguem nos discursos dos políticos e dos apoiadores de Bolsonaro, afim de criar repetidamente inimigos internos e caos cognitivo. Para Rocha (2021)

“A parte do Exército que está no poder é a que vê como comunismo tudo que não é o seu anticomunismo (...) Para esses militares, o Orvil não é apenas uma narrativa, mas é a expressão fiel da realidade. É uma bíblia”.

Foi adota uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, situada no campo da História do Tempo Presente, voltada para a análise das disputas narrativas em torno da memória da ditadura militar e seus desdobramentos no Brasil contemporâneo. O objeto central do estudo é o livro *Orvil: Tentativas de Tomada do Poder*, compreendido não apenas como um documento histórico, mas como um artefato discursivo e ideológico mobilizado em estratégias de legitimação da extrema direita.

Para a análise do material, será empregada a perspectiva da Análise do Discurso, desenvolvida por Eni Orlandi, que entende o discurso como prática

¹⁰⁶ Disponível em [Bate-papo com Olavo de Carvalho](#) canal: Nikolas Ferreira.

¹⁰⁷ Disponível em [Bate-papo com Olavo de Carvalho](#) canal: Nikolas Ferreira.

social atravessada por ideologia, história e relações de poder. Tal abordagem possibilita investigar as condições de produção do *Orvil*, seus efeitos de sentido e os mecanismos de silenciamento e ocultamento que estruturam sua narrativa.

A metodologia também inclui o mapeamento de fontes digitais, midiáticas e políticas que retomam o *Orvil* ou reproduzem sua matriz narrativa, em especial no contexto da ascensão do bolsonarismo. Serão analisados discursos de atores políticos, conteúdos de redes sociais, entrevistas, reportagens e publicações que atualizam os sentidos do documento, situando-o como instrumento de memória e arma simbólica.

Dessa forma, a estratégia metodológica articula a análise discursiva do *Orvil* com o estudo de sua ressignificação, buscando compreender como um texto produzido nos anos finais da ditadura militar se tornou, no século XXI, referência para a formulação de projetos políticos autoritários e excludentes.

As fontes documentais que utilizaremos na pesquisa podem ser divididas em principais e auxiliares. A fonte primária, por sua vez, será a obra “*Orvil: Tentativas de tomadas de poder*”, organizada pelo General Leônidas Pires Gonçalves e pelo Coronel Agnaldo Del Nero, no período de redemocratização do Brasil durante o governo de José Sarney (1985-1990). O livro pretendia apresentar os fatos relacionados à repressão, mortes e desaparecimentos dos dissidentes políticos de acordo com os arquivos das Forças Armadas, em particular do Centro de Informações do Exército (CEI), com base em “provas” de que os chamados “subversivos” haviam morrido em confrontos com as forças do Estado.

Assim, de acordo com o *Orvil*, não teria havido torturas, ou, quando muito, alguns “excessos”, além de não haver desaparecidos políticos. A obra em questão conclui que, a história da república brasileira, desde 1922 – ano da criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – foi, se não, de sucessivas tentativas de tomadas de poder pelos comunistas.

Como fontes secundárias, ou seja, que nos auxiliarão numa análise ampla, as obras “*Olho por Olho: os Livros secretos da ditadura*” de Lucas Figueiredo 10e a obra “*Guerra cultura e Retórica do ódio: crônica de um Brasil pós-político*” de João Cezar de Castro Rocha, que contribuirão no

entendimento da (re)apropriação do *Orvil* como instrumento para a validação de um discurso autoritário, que visa a eliminação de um inimigo comum.

Ambos os autores escrevem e pesquisam sobre governos autoritários de épocas distintas, mas que estão conectadas pelo discurso apresentado pelo *Orvil*.

Referências

FIGUEIREDO, Lucas. **Olho por olho**: os livros secretos da ditadura / Lucas Figueiredo. – Rio de Janeiro : Record, 2011.

PEDRETTI, Lucas. **Os ecos do Orvil em 2021, o livro secreto da ditadura**. Agência Publica, 30 ago. 2021. Disponível em: www.apublica.org/2021/08/os-ecos-do-orvil-em-2021-o-livro-secreto-da-ditadura/. Acesso em 05 ago. 2025.

ROCHA, João Cezar de Castro. **Bolsonarismo: da guerra cultural ao terrorismo doméstico**: retórica do ódio e dissonância cognitiva coletiva / João Cezar de Castro Rocha. – 1. ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte: Autentica, 2024. – (v. 1.)

ROCHA, João Cezar de Castro. **Guerra Cultural e retórica do ódio**: crônicas de um Brasil pós-político. Goiânia: Editora e Livraria Caminhos, 2021.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

OS PROCESSOS TRABALHISTAS COMO FONTE PARA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NA FÁBRICA DE TECIDOS DE BIRIBIRI

Kamila Cristina de Souza¹⁰⁸

O presente trabalho constitui um recorte de pesquisa no campo da história social, que constitui um trabalho em andamento e tem como objetivo analisar os efeitos dos direitos trabalhistas na Fábrica de Tecidos de Biribiri, localizada em Diamantina (MG), entre os anos de 1943 e 1955. O recorte temporal justifica-se por se tratar do início dos direitos de trabalho no país até o final do governo Getúlio Vargas. Para isso, são utilizadas como fontes principais: fichas de informações pessoais dos operários e processos trabalhistas.

A análise neste trabalho dialoga com a perspectiva de Ângela de Castro Gomes, ao considerar a Justiça do Trabalho como espaço de construção da cidadania regulada, em que os trabalhadores negociavam direitos dentro de um modelo institucional que articulava o reconhecimento legal com o controle social. Assim, os documentos utilizados permitem compreender não apenas as demandas trabalhistas, mas também as relações entre o patronato e os operários, as dinâmicas de poder e as questões morais que permeavam o cotidiano da indústria.

Segundo Ângela de Castro Gomes, no dia 1º de Maio de 1943, Vargas anunciou que o país já possuía uma consolidação das leis de trabalho (CLT). A CLT, reunia e sistematizava toda legislação até então elaborada. Os direitos do trabalho no Brasil foram frutos de uma história de luta dos trabalhadores, resultado de greves e manifestações que foram fortemente reprimidas.

A Fábrica de Tecidos de Biribiri foi fundada entre os anos de 1876, em um contexto marcado pelo declínio da atividade mineradora na região de Diamantina -MG, e encerrou suas atividades em 1973. Por se tratar de um sistema de Vila Operária, a vida profissional e privada misturavam-se em certa medida.

¹⁰⁸ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).
E-mail: kamilacristina322@yahoo.com.br

Para Valéria Lobo (2012), A Justiça do Trabalho surge, no Brasil, em meio ao processo de constituição da legislação trabalhista e sindical, alcançando, no decorrer de sua história, um lugar crucial nas relações sociais, as quais se tornaram crescentemente judicializadas no país. A autora analisa e reflete sobre as potencialidades do processo trabalhista como fonte para a realização de análises quantitativas e qualitativas, voltadas à compreensão do papel desempenhado pela Justiça do Trabalho ao longo de sua trajetória.

Os processos trabalhistas constituem uma fonte rica para a pesquisa histórica, não apenas por revelarem as relações estabelecidas nos tribunais, mas também por permitirem ao pesquisador investigar as dinâmicas que ocorrem no interior do espaço fabril, locus privilegiado do confronto cotidiano entre patrões e empregados. Desse modo objetiva-se aqui, apresentar as dinâmicas que se estabeleceram na fábrica de tecidos de Biribiri numa época em que as relações de trabalho passaram a ser mediadas pelas leis trabalhistas (CLT).

As principais reclamações trabalhistas identificadas nos processos referentes à Fábrica de Tecidos de Biribiri concentram-se em questões como reintegração, indenizações por desligamento, não concessão do aviso prévio, além de contagem inferior de tempo de serviço na carteira profissional. Além disso, observa-se casos envolvendo demissões sem justa causa, contrariando os direitos assegurados aos trabalhadores pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), promulgada em 1943.

Tais práticas evidenciam a resistência patronal em cumprir integralmente a nova legislação trabalhista e revelam as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores para efetivar os direitos recentemente adquiridos e formalizados no ordenamento jurídico brasileiro. Todavia, a Justiça do Trabalho, criada em 1935, vem para deliberar conflitos entre patrões e empregados. Para além dessas observações, será concentrada aqui as relações de trabalho.

A maioria dos trabalhadores empregados em Biribiri concentrava-se nas atividades diretamente ligadas à produção têxtil, como a fiação e a tecelagem. No entanto, por se tratar de uma vila operária, foram identificados trabalhadores em outras funções de apoio à dinâmica fabril e à vida cotidiana local. Assim, além dos operários da produção, havia trabalhadores ocupando diferentes ofícios, como serventes, regentes, copeiras, cozinheiras,

engomadores, entre outros, evidenciando a diversidade de tarefas necessárias para o funcionamento da fábrica e da vila (Fábrica de São Roberto, 1943-1955).

A fábrica analisada foi criada no século XIX, inserida num modelo de vila operária. O sistema de vilas operárias, se constituía numa cidadela operária fechada, com escola, igreja, creche, clube, campo esportivo. Considerada um mundo autossuficiente e um prolongamento da fábrica, ordenava a vida dos operários pela disciplina e ordem através do controle social (Carvalho, *apud* De Decca, 1989, p. 26).

As vilas operárias tinham um caráter comum por sua ligação com a indústria, representando uma relação entre capital e trabalho. De fato, como prolongamento da fábrica, serviam de “função normativa e disciplinar sobre o comportamento operário no domínio privado e cotidiano fora da esfera de produção” (Carvalho, 2011, *apud* De Decca, 1989, p. 41).

Inicialmente as relações que se estabeleceram na vila operária de Biribiri podem ser entendidas como paternalistas¹⁰⁹, a presença do empregador nesses espaços constitui um indicativo dessa relação. Observa-se a partir de análises iniciais que o sistema de vila operária acarretava uma certa dependência do local de trabalho, além disso, questões pessoais e morais não ficavam apenas na individualidade do trabalhador, se confrontando com o profissional.

Por sugestão do responsável pelo acervo em que se encontram as fontes processuais, os nomes das pessoas envolvidas não serão divulgados nesta pesquisa. Para preservar sua identidade, serão utilizadas apenas as iniciais constantes nos processos analisados. Desse modo, serão apresentados aqui dois exemplos que trazem informações sobre o cotidiano da referida vila operária.

O primeiro registro de reclamação analisada será do operário S. G. L. admitido pela fábrica no dia 5 de janeiro de 1928, demitido em junho de 1959.

¹⁰⁹ O paternalismo por muito tempo foi, e por vezes ainda continua a ser, um dos sistemas mais importantes de relações do trabalho. Ele supõe pelo menos três elementos: 1) presença física do patrão nos locais de produção, e mesmo a moradia patronal, 2) linguagem e prática de tipo familiar entre patrões e operários; 3) adesão dos trabalhadores a esse modo de organização (Perrot, 2017, p.75).

S. G. L., reclamou seus direitos com 89 anos de idade, operário, residente de Diamantina, casado. Na época de sua demissão tinha 28 anos de serviço efetivo na fábrica, no cargo de tecelão-maquinista.

A reclamação foi solicitada após sua dispensa, quando não havia vínculo com a empresa em questão. S. G. L. foi desligado em 1959, sendo que, umas das reclamações pontuadas no processo contra a fábrica está relacionada ao pagamento inferior ao valor real de salários.

Ao analisar a contestação da reclamação trabalhista movida pelo operário, é possível perceber aspectos reveladores do universo fabril em Biribiri. Destaca-se, sobretudo, o caráter de dependência do local de moradia da fábrica, evidenciado nas justificativas apresentadas pelo empregador, que tende a enquadrar os vínculos laborais mais como relações de dependência pessoal e moral do que como contratos baseados em direitos e deveres recíprocos:

1. Que, de fato, o reclamante foi empregado da reclamada, há muitos anos, tendo sido admitido em janeiro de 1928, mas poucos anos depois, em 1934 ou 1935, retirou-se do estabelecimento fabril da reclamada por não permitir seu estado de saúde continuasse a trabalhar; 2 – Como tivesse filhos empregados da reclamada, continuou a residir em Biribiri, na companhia de seus familiares, vivendo à custa destes; 3 – Vários anos depois, posteriormente ao falecimento dos seus sogros, foi-lhe permitido prestar serviços na residência do gerente da fábrica, a fim de cuidar da horta, na qualidade de doméstico, tarefa que ele desempenhava sem obrigação de horário nem outra que lhe permitisse o seu avançado idade, bem como o seu precário estado de saúde (Brasil, 1961, Maço 216).

Além disso, as fontes fornecem importantes informações de como a CLT funcionava e as questões que permeiam as leis trabalhistas. Foi identificado assim, as principais reclamações e as leis de proteção que regem em favor do operário estável. Desse modo, para exemplificar, destaca-se a reclamação do operário O. G. B. Em 1950, o referido empregado recorreu ao aparato jurídico, apresentando uma reclamação trabalhista na qual reivindicava os seguintes direitos, buscando comprovar as irregularidades ocorridas em sua relação de trabalho:

1º que o reclamante entrou para os serviços da reclamada em 2 de agosto de 1935, com o ordenado inicial de CR\$ 8,00 por dia, como prova sua carteira profissional; 2º que o reclamante recebeu, como maior salário, na firma, a quantia de CR\$ 487,20, provado na caderneta de contribuição de I.A.P.I; 3º que, em 25 de outubro do ano de 1950, foi dispensado da sociedade, sob a alegação, não provada por nenhum meio legal, de haver “desencaminhado uma operária”, de nome J. C. I.; 4º que, tendo entrado para os serviços da reclamada, em 2 de agosto de 1935 e sido dispensado em 25 de outubro de 1950, e Reclamante, como se vê, está sob a proteção de instituto da estabilidade, contando 15 anos de serviço (Brasil, 1950, Maço 216).

Percebe-se que, além das reivindicações trabalhistas, o motivo da dispensa do operário esteve associado a questões de ordem moral. Ele foi desligado da sociedade, sob uma alegação não comprovada por nenhum meio legal, por ter desencaminhado uma operária.

Segundo Timm (2015), ao longo do século XX, foram realizados investimentos e concedidos incentivos para a instalação de vilas operárias no Brasil. Esses espaços, contudo, ultrapassavam a função de simples moradias destinadas aos trabalhadores. Constituíam-se em verdadeiros símbolos de controle social e moral, regulando não apenas a permanência do operário na fábrica, mas também seu cotidiano e suas relações pessoais:

As vilas operárias, também chamadas de núcleo fabril, surgiram como resposta às necessidades do capitalismo em formação no Brasil. Suas justificativas eram múltiplas: atrair mão de obra em um mercado ainda incipiente; reforçar uma imagem de filantropia patronal, que buscava harmonizar capital e trabalho; e, sobretudo, controlar a vida dos operários, direcionando seu tempo e comportamento de acordo com valores da ordem burguesa (Timm, 2015, p. 69).

É importante salientar que a referida indústria, ainda que criada no século XIX, manteve-se em funcionamento até seu encerramento, preservando modelos fabris típicos daquele período. O caso analisado exemplifica de forma significativa como o sistema de vila operária funcionava como instrumento de controle sobre os trabalhadores, ultrapassando os limites da fábrica e regulando também sua vida social e moral.

Portanto, esses dois casos são apresentados aqui para ilustrar como as fontes processuais fornecem informações relevantes para a compreensão das relações de trabalho, enquanto os demais casos estão em fase de estudo.

Considerações finais

O presente estudo encontra-se em fase de desenvolvimento e consiste em uma análise dos efeitos da legislação trabalhista sobre uma indústria têxtil do século XIX, situada em Diamantina, Minas Gerais. A Consolidação das Leis do Trabalho, CLT, como ficou conhecida, sistematizou um conjunto de normas já existentes, muitas delas reivindicadas pelos movimentos operários nos primeiros anos da Primeira República brasileira. A referida indústria, criada em 1876, portanto ainda antes da abolição da escravidão e do início do período republicano, manteve suas atividades até 1973, empregando um número expressivo de trabalhadores de Diamantina e de localidades vizinhas.

A partir do estudo dos processos trabalhistas é possível identificar diversas lacunas e limitações nas leis e nos direitos trabalhistas então vigentes. Além disso, os documentos revelam como as dimensões de ordem moral e social se entrelaçam profundamente no ambiente de trabalho, influenciando tanto as relações entre empregadores e empregados quanto à forma como os conflitos eram interpretados e encaminhados juridicamente.

Diante do exposto, estas constituem análises preliminares realizadas ao longo do desenvolvimento deste trabalho. Conforme mencionado, a pesquisa ainda se encontra em andamento, e este resumo tem como objetivo enfatizar a relevância das fontes processuais para a compreensão do cotidiano e dos múltiplos conflitos que marcaram o mundo do trabalho.

Referências bibliográficas:

CARVALHO, Rodrigo Janoni. Vida e trabalho dos operários brasileiros na passagem do século XIX para o XX. **Pergaminho**, n. 2, p. 95-103, 2011.

BORGES, Kátia Franciele Corrêa. **Fiar, tecer e rezar: a história das mulheres na Fábrica de Tecidos do Biribiri (1918-1959)**. 2019. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2019.

BRASIL. Justiça do Trabalho. BAT – Junta de Conciliação e Julgamento de Diamantina/MG. Reclamação trabalhista de O. G. B. contra Irmãos Duarte Têxtil. 1950. Maço 216.

BRASIL. Justiça do Trabalho. BAT – Junta de Conciliação e Julgamento de Diamantina/MG. Reclamação trabalhista de S. G. L. contra Irmãos Duarte Têxtil. 1961. Maço 216.

FÁBRICA DE SÃO ROBERTO. Fichas cadastrais de operários. São Roberto, 1943-1955. Acervo da Fábrica de São Roberto.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

LOBO, Valéria Marques. Memória do judiciário trabalhista: sobre as fontes e sua preservação. **Patrimônio e Memória**, v. 8, n. 2, p. 148-165, 2012.

MAURÍCIO, Kamila Brant de Araújo. **Desafiando o tempo: estudo do conjunto tombado da Vila do Biribiri em Diamantina**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2015.

PASSOS, Thais Mayrink Xavier. **Instrumentalidade e permeabilidade: uma análise conjuntural da formação da CLT no pensamento de Oliveira Vianna**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Editora Paz e Terra, 2017.

TIMM, Juliane Aimé. **Habitações operárias no Brasil: arquitetura e urbanismo da habitação social na primeira metade do século XX**. 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

OSCAR MICHEAUX E A CONTRA-NARRATIVA CINEMATOGRAFICA EM *WITHIN OUR GATES* (1920)

Evelyn Thaina Fernandes Aguiar¹¹⁰

A aceitação do filme *O Nascimento de Uma Nação* (1915) enquanto um marco da história do cinema estadunidense reflete o forte papel dentro da história do próprio país, pois a narrativa do filme legitima um período histórico que viu-se diretamente atravessada por discursos que procuravam moldar a história de sua nação no período pós Reconstrução, em que os debates públicos versavam identidade nacional, raça e representação. Dado a grande dimensão do filme na época do seu lançamento, ele se insere em um contexto em que sua constante exibição em todo país entrava dentro de uma lógica de um espetáculo grandioso exibido a partir de eventos de mídia diretamente associado à cultura de massa.

Nessa lógica, os primeiros filmes produzidos por Oscar Micheaux foram importantes por trazerem imagens de confronto, sobretudo ao cinema de Griffith, rompendo com a ideia que sua narrativa procurava passar da noção de uma unidade ideológica social que saltava às telas. Embora os filmes de Micheaux sejam caracterizados como uma narrativa de protesto diante da grande pompa de *O Nascimento de Uma Nação* (1915) - além de serem visto como inferiores no que diz sobre os padrões do cinema clássico - as imagens de Micheaux rompem com a noção de um filme histórico documental cuja narrativa seria única ao apresentar a perspectiva do outro - neste caso os negros - que vivenciaram a “causa perdida” e suas implicações.

A segregação por tanto assistida a partir das leis Jim Crow se estendia aos vários espaços dentro daquela sociedade, de modo que dentro da comunidade cinematográfica também existiam divisões entre brancos e negros, o que teria levado a precipitação do cinema negro, visto que caso a comunidade afro-americana assim desejasse inserir-se nesse espaço deveria fazê-la sozinha. Assim, ainda em 1910, enquanto David Wark Griffith

¹¹⁰ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista FAPEMIG. E-mail: evelyn.thaina.fa@gmail.com

trabalhava na *Biograph*¹¹¹, William Foster - considerado a primeira pessoa negra a fundar a primeira produtora cinematográfica totalmente afro-americana - funda a *The Foster Photoplay Company* na cidade de Chicago.

A pesquisadora em cinema Allysson Nadia Field salienta em suas discussões acerca do *uplift cinema*, que esse cinema não objetivava depender dos cineastas brancos para que estes então mudassem suas representações acerca das pessoas negras, mas visava ser um cinema de auto representação que vinha de um cinema negro ainda emergente que buscava evitar os problemas de representação tão evidentes nos filmes hegemônicos.

Já no ano de 1918, Oscar Micheaux então funda sua própria produtora, a *Micheaux Film and Book Company*, e inicia a adaptação de seu terceiro romance para um longa-metragem de oito rolos, o filme que então seria intitulado *The Homesteader* (1919) é atualmente considerado perdido. Posteriormente, Micheaux então produz e lança aquele que é considerado seu primeiro filme ainda existente, *Within Our Gates* (1920), inserindo-se assim na produção de filmes desafiadores com uma narrativa cuidadosamente pensada que rompiam com a visão de mundo maniqueísta aprimorada por Griffith.

O trabalho de Micheaux surge da necessidade de auto representação da comunidade afro-americana, além da necessidade de imagens que falassem das preocupações sociais que lhes eram cotidianas, ao mesmo tempo que conseguisse dialogar com o gosto popular. Assim, Bell Hooks (1991) argumenta que o cinema independente desenvolvido por Micheaux inseriu-se como uma produção cultural contra-hegemônica, no entanto as obras produzidas pelo então cineasta, eram projetos imbricados dentro de um modelo voltado ao público cinéfilo.

Trabalhando como diretor-produtor independente, as estratégias formais e narrativas de Micheaux, sem dúvida, encenam o que mais tarde [...] seria chamado de contra cinema: um cinema politicamente ativista que se esforça para desmistificar estruturas sociais dominantes e arraigadas, ao mesmo tempo em que apelo ao gosto popular (Geiger, 2022, p. 68, tradução nossa).

¹¹¹ Companhia cinematográfica

Apesar do caráter de protesto das obras de Micheaux, o historiador Donald Bogle (2003) em uma de suas obras acerca do cinema negro estadunidense também pontua o público alvo do qual às obras de Micheaux destinavam-se, de modo que ele destaca que uma das grandes críticas feitas pelo público negro contemporâneo ao cineasta está justamente no fato de que Micheaux direcionava seus filmes à burguesia negra, de modo que suas películas nunca se concentravam nos guetos, onde residia a maior parte da população negra marginalizada. De modo que a própria narrativa das obras do diretor focavam em problemas de protagonistas de classe média, nesse sentido, Bogle (2003) pontua que embora suas obras retratem a imagem de um negro sempre muito culto, rico e educado, de modo que chega a aproximar-se da América branca, seu trabalho foi um importante marco para o cinema negro e para a história social.

Dessa forma, Micheaux conseguiu unir desmistificação ideológica e entretenimento em suas primeiras produções, trabalhando habilidades que iam desde a produção, roteiro, direção, trabalho de câmera até distribuição, e apesar da sua capacidade diante do pouco recurso que possuía por estar inserido em uma lógica oposta ao cinema dominante, foi por muito tempo criticado por sua inferioridade em relação a nomes como Griffith, além de que suas obras não encontravam o mesmo apelo popular, permanecendo à margem da produção cinematográfica.

Ao mesmo tempo em que oferece elementos envolventes de ação, melodrama e espetáculo, o trabalho de Micheaux revela a cumplicidade do cinema convencional na propagação de falsidades sobre a história e a sociedade dos EUA, promovendo divisões e estereótipos racializados, o que James Baldwin via como “amnésia americana sobre a violência histórica, conquista e imperialismo” - práticas arraigadas e normalizadas em *Birth*¹¹² (Geiger ,2022, p.68, tradução nossa).

Jeffrei Geiger (2022) explica como a segregação cinematográfica dentro do cinema estadunidense não apenas eliminou a negritude, mas a confinou a espaços marginais seja nas telas do cinema onde os corpos negros estavam sempre as laterais, ou mesmo no cotidiano cujos diretores pouco apareciam e ainda precisavam lidar com a limitação de distribuição de suas obras.

¹¹² Em referência ao título original de *O Nascimento de Uma Nação* (1915), em inglês *The Birth of a Nation*

Embora Micheaux seja constantemente lembrado em associação à Griffith, sobretudo no que tange ao início da sua produção enquanto cineasta, seu legado estende-se muito além do que apenas ser colocado como inimigo de Griffith, seu fazer cinematográfico não restringe-se à uma resposta. Micheaux baseou-se em inovações formais e narrativas para a produção de suas obras, desafiando convenções impostas pelo cinema hegemônico. Sob os olhos do cinema clássico, Micheaux foi por muito tempo relegado ao esquecimento, mas sua prática artística desenvolveu-se sob amplas restrições, desde questões orçamentárias, de equipamentos, distribuição limitada e até mesmo censura. Assim, ele se inseria em um contexto que o potencial do cinema enquanto comunicação social e coletiva passava a ser percebido, e sua articulação com entretenimento e questões mais amplas da própria história dos Estados Unidos passava a ser cada vez mais apropriada pelas películas.

A segregação, a partir das leis Jim Crow também dificultava o acesso do público às salas de cinema, em que não apenas as cidades sulistas, mas também em grandes cidades do norte como Nova York. Ainda nos anos 1920 era comum encontrar cinemas com entradas separadas para brancos e negros, de modo que as pessoas de cor ficassem confinadas em espaços “invisíveis”.

A tentativa de Micheaux de confrontar divisões e hierarquias raciais reforçadas nas telas, mesmo com sucesso limitado, não se reflete somente à contrapor estereótipos, imagens e tipologias racializadas que tentaram ser naturalizadas pelo cinema hegemônico. Uma produção fílmica como *Within Our Gates* (1920) no contexto do seu lançamento criou dentro do universo cinematográfico, uma alternativa à ideologia e à estética reforçada por *O Nascimento de Uma Nação* (1915), ao mesmo tempo que contribuiu para a reivindicação da história do povo negro, dentro de uma realidade cuja narrativa nacional procurava negar as pessoas de cor, de modo que até mesmo legitimam o apagamento de sua história e passado, criando então armas para que não houvesse a valorização de uma imagem e de uma estética negra.

Ao produzir sua película Micheaux então expõe o fardo sofrido pelos oprimidos a partir da própria perspectiva daqueles que a sofriam, mesmo que

por vezes a tenha retratado de forma branda¹¹³, ele conseguiu exprimir o tipo de opressão sofrida pelos afro-americanos.

Ao dialogar com as questões raciais em suas primeiras películas, Micheaux construiu narrativas que dialogavam diretamente com a realidade que a população afro-americana vivia, em que sua visão de mundo era constantemente atravessada por notícias consumidas em jornais acerca de violências injustificadas contra pessoas negras, sobretudo contra homens acusados falsamente de estuprar mulheres brancas, cujo “julgamento” geralmente resultava em linchamentos absurdamente violentos por parte da população branca, sobretudo apoiado pela organização racista *Ku Klux Klan*, que havia sido reativada no mesmo momento de lançamento da obra de Griffith.

Histórias de linchamentos e torturas sádicas eram regularmente relatadas nos semanários negros, relatando queimaduras, mutilações e partes do corpo (incluindo genitais masculinos) sendo disputadas ou vendidas como souvenirs. Em 8 de setembro de 1917, o *Chicago Defender* publicou uma fotografia de primeira página de uma cabeça decepada, com orelhas, nariz e lábio superior mutilados [...]. Esta foto de Eli Person, que havia sido queimado vivo, havia sido reproduzida e vendida como souvenir em Memphis, apenas para brancos, por 25 centavos a cópia (Geiger, 2022, p. 78, tradução nossa).

Uma das cenas de maior destaque em *Within Our Gates* (1920) refere-se a montagem paralela que ocorre no clímax da narrativa, em um momento em que a família dos Landrys está prestes a ser linchada após uma falsa acusação de assassinato por parte do pai da família contra um homem branco. A temática do linchamento, por sua vez, também se faz presente na obra de Griffith, no entanto, em *O nascimento de Uma Nação* (1915), a cena de linchamento contra o personagem negro Gus pouco se estende, de modo que é dado maior ênfase sobre a justiça e minimização da extrema violência do ato-visto que, enquadrando-se no cinema hegemônico, não era recomendado que os filmes abordassem a violência de modo tão explícito.

¹¹³ A utilização do termo brando refere-se às dificuldades de aproximar o filme das práticas reais que o racismo impunha sobre os afro-americanos, mas também faz menção aos cortes exigidos pelo Conselho de Censura de Chicago sob as cenas de linchamentos e estupro, pois temiam reacender a violência ocorrida em um episódio de revoltas raciais entre brancos e negros conhecido como “Verão Vermelho” no ano de 1919.

Porém, Micheaux constrói a cena do linchamento em seu filme em paralelo a tentativa de estupro sofrida pela personagem principal, Sylvia, em que expõe o ataque selvagem sofrido pela família da jovem e mostra sua luta pela sobrevivência em cenas detalhadas e extensas que exibem a violência dos brancos contra os negros. Assim, valendo-se da montagem paralela utilizada por Griffith, Micheaux justapõe ações e enfatiza o negro como foco das cenas, como aquele que sofre a perseguição e espera a promessa de um resgate que não chega.

A construção de outros elementos feitos por Micheaux, como o encontro de Sylvia com um cachorro enquanto se esconde se associa com a cena da personagem Flora no filme de Griffith, em que a jovem branca brinca inocentemente com um esquilo, associando-a à presa a partir do momento que o personagem Gus aparece no fundo da cena como aquele que deseja capturá-la. No entanto, Flora percebe o potencial perigo e consegue fugir, já Sylvia e sua família são caçados como animais por uma multidão furiosa e armada de rifles.

Além disso, enquanto em *O Nascimento de Uma Nação* (1915), há um encontro entre imagens da branquitude rendida pelos negros com os esforços da *Ku Klux Klan* para “salvar seu povo”, em *Within Our Gates* (1920) somos levados a ver os Landrys em uma posição de vulnerabilidade, ao mesmo tempo que vemos o corpo de Sylvia sob constante ameaça, porém, nessa narrativa, não há uma terceira pessoa que venha ao resgate da família ou mesmo da personagem. “Os ataques de Sylvia e de seus pais adotivos são justapostos, sem meios de comunicação através das divisões espaciais e nenhum movimento em direção à libertação, reforçando a sensação de isolamento, desespero” (Geiger, 2022, p. 79, tradução nossa).

Ao fim da narrativa, os Landrys não são salvos, mostrando-se vítimas do racismo sistêmico aliado a uma corrente de mentiras legitimados pelos brancos resultando em uma extrema violência sobre os corpos negros. Já Sylvia, confinada em um espaço e enquadramento que reforça o sentimento de angústia de sua personagem, se vê ao fim “resgatada” dramaticamente não por alguém, mas sim por uma descoberta anunciada que afirma que aquele que estava prestes a violentá-la havia descoberto a partir da cicatriz da jovem negra, que aquela tratava-se na verdade de sua filha legítima, fruto de uma

relação anterior com uma mulher afro-americana, de modo que Micheaux constrói assim uma ligação entre o cultural e o biológico. Ao reconhecer seu passado mestiço, Sylvia é então encorajada a orgulhar-se de seu povo e seu país, subvertendo assim a visão de Griffith acerca de uma caráter nacional puro, ou seja, essencialmente, branco.

Embora o trabalho realizado por Micheaux tenha sido marginalizado, visto que ele se inseria em um mercado que segregava aquilo que não era considerado adequado à maioria branca, sua complexidade e estilo próprio foram capazes de reafirmar o papel do cineasta dentro da história do cinema, reforçando seu lugar alheio ao cinema que imperava, tecendo uma teia de discursos próprios que versavam sua comunidade e indo de encontro àqueles que procuravam suprimir suas obras para fora das telas.

Fontes

Within Our Gates. Diretor: O. Micheaux. EUA. 1920. Preto e branco. 80 min.

O Nascimento de Uma Nação. Diretor: D.W. Griffith. EUA. 1915. Preto e branco. 155min.

Referências

BOGLE, Donald. ***Toms, Coons, Mulattoes, Mammies, and Bucks: An Interpretive History of Blacks in American Films***. 4 ed. New York: Continuum: 2003.

BISPO, Juliana Oliveira. GOMES, Maria Isabela da Silva. **Cinema e História: “Dentro de nossos portões” (1920) como resposta cinematográfica ao “O Nascimento de Uma Nação” (1915).** Revista Ensaios de História, São Paulo, v. 24, n.1, p. 23-42, 2023.

DIAWARA, Manthia. ***Black American Cinema***. New York: Routledge, 1993.

GEIGER, Jeffrey. ***Desagregating the screen: Oscar Micheaux and the rise of activist cinema***. p. 65-90, ago. /2022.

GUERRERO, Ed. ***Framing Blackness: The African American Image in Film***. Philadelphia: Temple University Press, 1993.

JUNQUEIRA, Mary Anne. ***Estados Unidos: Estado Nacional e Narrativa da Nação (1776-1900)***. 2 ed. São Paulo: Edusp, 2018.

MARTIN, Michael T. (Org.). ***Cinemas of the Black Diaspora: Diversity, Dependence, and Oppositionality***. Detroit: Wayne State University Press, 1997.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

PATRIARCADO, DITADURA CIVIL-MILITAR E HISTÓRIA DAS MULHERES: ESTUDO DE PROCESSOS CRIMINAIS SOBRE MULHERES MILITANTES POLÍTICAS NO BRASIL – 1964 A 1985

Stephanie Oliveira Afonso¹¹⁴

Introdução

A ditadura civil-militar brasileira foi o período mais violento da história nacional, marcado pela edição constante de Atos Institucionais¹¹⁵ (AIs) que legitimaram práticas como censura, perseguição política, tortura, assassinatos, desaparecimentos forçados, exílios, prisões arbitrárias, supressão total dos direitos constitucionais e a repressão a todos que se manifestassem contrários ao regime ditatorial, conforme Silva e Stampa (2021).

Nesse contexto, a Justiça Militar, enquanto ramo especializado do Poder Judiciário, teve sua competência ampliada para julgar não apenas crimes de natureza militar, mas também delitos políticos, especialmente após a promulgação do Ato Institucional nº 2 (AI-2), conforme ensina Silva:

(...) a estrutura jurídica brasileira, organizada no interregno democrático 1946-1964, não estava apta para atender à demanda punitiva decorrente do expurgo praticado após o golpe de 1964, não se mostrando preparada para o arbítrio. Tampouco estava aparelhada a absorver os casos considerados como de natureza política, gerando sérios conflitos de jurisdição entre a Justiça Comum e a Militar. Como se pôde observar, o volume de trabalho do STM aumentou consideravelmente para abarcar os casos oriundos do rearranjo político, somando-se aqueles típicos da alçada da Justiça Militar (Silva, 2011, p. 78).

A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH-PR) estima que, pelo menos, 50 mil pessoas foram presas somente nos primeiros meses da ditadura civil-militar e cerca de 20 mil brasileiros passaram

¹¹⁴ Mestranda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista Capes. E-mail: stephanieoliveira027@gmail.com

¹¹⁵ Os Atos Institucionais foram editados durante a ditadura militar e tinham poder de Constituição Federal, não se submetiam ao Poder Legislativo ou Judiciário. Ver mais em: BRASIL. **Atos Institucionais**. Portal da Legislação. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 5 jun. 2025.

por sessões de tortura. Foram milhares de prisões políticas não registradas; quatro condenações oficiais à pena de morte; aproximadamente, 130 banidos; 4.862 cassados; e milhares de exilados e desaparecidos¹¹⁶.

Com o objetivo de resgatar a memória das vítimas da ditadura civil-militar, foi criada, em 2011, por meio da Lei nº 12.528/09, sancionada pela então presidenta Dilma Rousseff, a Comissão Nacional da Verdade (CNV). Seus estudos constituem base fundamental para a análise das violações de direitos humanos cometidas contra pessoas presas e processadas pela Justiça Militar brasileira, incluindo investigações específicas sobre gênero, que possibilitam reconstruir a memória e a trajetória de mulheres perseguidas pelo regime¹¹⁷.

A partir das pesquisas, percebemos que a repressão estatal atingiu muitas mulheres que, além de assumirem papéis de resistência contra o regime autoritário, enfrentaram a dominação patriarcal enraizada nas estruturas sociais e políticas brasileiras. Como afirma Saffioti (2001), o patriarcado constitui uma forma de dominação que subordina o feminino ao masculino, impondo padrões normativos rígidos às mulheres.

Este trabalho visa analisar, a partir de processos judiciais da Justiça Militar, de que forma a condição de gênero impactou o tratamento das mulheres militantes durante o regime ditatorial. Busca-se, ainda, compreender como o patriarcado atuou no interior do sistema repressivo, contribuindo para a desumanização das militantes e para a atribuição de rótulos como o de “puta comunista”, utilizados como forma de legitimar a violência e a exclusão.

A desqualificação moral das militantes e a construção do rótulo de “puta comunista” na ditadura militar brasileira

Para compreender a atuação da repressão estatal sobre as mulheres militantes, iremos levar em consideração a definição de gênero elaborada pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), que afirma:

¹¹⁶ Ver em: SÃO PAULO, Pontifícia Universidade Católica de. **Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos da SEDH-PR**. Disponível em: <https://www4.pucsp.br/comissaodaverdade/mortos-e-desaparecidos-contextualizacao.html>. Acesso em: 03 jun. 2025.

¹¹⁷ Ver em: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatórios Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>. Acesso em: 20 ago. 2023.

É possível dizer, portanto, que gênero se refere aos atributos, comportamentos, características de personalidade e expectativas associados ao sexo biológico de uma pessoa por determinada cultura, sendo construído e apreendido durante o processo de socialização ou, mais propriamente, representando uma combinação de determinantes biológicos e culturais. Gênero é, portanto, uma construção sociocultural que obedece às especificidades contextuais e temporais – o que equivale a dizer que as relações sociais de gênero criam normas de masculinidade e feminilidade que funcionam de forma compulsória sobre todos os indivíduos (Comissão Nacional da Verdade, 2011, vol. 01, p. 401).

Nesse sentido, Joffily (2005) aponta que, ao mesmo tempo em que a sociedade esperava que as mulheres se sujeitassem ao papel tradicional de mãe e esposa, houve um aumento da participação feminina em movimentos que se rebelavam contra a ditadura, alterando uma estrutura social pré-existente, como se vê:

As mulheres que optaram por participar ativamente da vida política do país, além de lutarem por um mundo mais justo do ponto de vista da distribuição de renda e da participação de amplos setores sociais, integravam o esforço no sentido de redimensionar o papel da participação das mulheres no mercado formal de trabalho, o crescimento do movimento feminista e a revolução de costumes, que se seguiram à disseminação da pílula anticoncepcional, começaram a alterar radicalmente o antigo quadro social (Joffily, 2005, p. 129).

Tais mulheres enfrentavam, assim, uma dupla transgressão: desobedeciam às normas políticas impostas pela ditadura e também contrariavam os papéis de gênero esperados socialmente, segundo Colling (1997).

Segundo registros do projeto *Brasil: Nunca Mais*, enquanto muitas mulheres optaram pelo silêncio sobre as violências sofridas nas prisões brasileiras, outras decidiram denunciar os abusos, tendo suas histórias resgatadas por elas mesmas, por familiares, companheiros de militância, pela CNV ou pelo próprio BNM.

Nesse contexto, Saffioti (2013) destaca que o patriarcado se estrutura como um sistema hierárquico de poder, legitimado pela ideologia e sustentado

pela violência simbólica, naturalizando a desigualdade de gênero ao associar às mulheres traços como delicadeza e, aos homens, autoridade e firmeza.

Com o fortalecimento do movimento feminista no Brasil entre as décadas de 1960 e 1970, as mulheres foram inseridas de forma mais ativa na sociedade e a desigualdade de gênero passou a ser questionada de forma pública, inclusive no meio acadêmico. Silva (2016) explica que o fato de as mulheres entrarem no meio universitário modificou o modo de pensar e possibilitou a questionar a produção científica predominantemente masculina, tornando-as detentoras do conhecimento.

Apesar dos avanços na inserção das mulheres na sociedade durante o período, as militantes políticas continuavam a ser percebidas pelos agentes do regime como duplamente inferiores, aparecendo como “transgressoras” em seus papéis sociais, ou seja, aqueles determinados pelo patriarcado, de esposas, mães, filhas e detentoras do lar. Tal transgressão fazia com que fossem tratadas como desviantes, conforme analisa Colling (2015), ao identificar o estigma “puta comunista” como estratégia de desqualificação moral e política dessas mulheres:

A maneira mais simplista de responder a questão é de que não se trata de uma mulher; a militante política é um desvio de mulher. A perplexidade dá lugar a uma caracterização necessária para enquadrá-la em uma categoria, já que ela não faz parte do modelo histórico feminino que povoa os sonhos e o imaginário masculino. A primeira medida que a polícia da repressão utiliza para tentar desqualificar a militante política é desmerecê-la em sua vontade própria, como um ser pensante que toma atitudes políticas. O passo seguinte, para a caracterização da mulher como um sujeito político desviante, é acusá-la de viver na promiscuidade. (...) A repressão caracteriza a mulher militante como “puta comunista”. Ambas são categorias desviantes dos padrões estabelecidos pela sociedade que enclausuram a mulher no mundo privado e doméstico (Colling, 2015, p. 378-379).

Essa perspectiva evidencia que as militantes já eram moralmente condenadas antes mesmo de sua prisão ou julgamento formal, o que reforça a compreensão da repressão como um mecanismo estruturado também pelo gênero.

Nesse sentido, Merlino e Ojeda (2010) demonstram como o corpo feminino se tornou alvo da dominação repressiva, sendo objeto de tortura como expressão de poder patriarcal e dominação:

O corpo da mulher, sempre objeto de curiosidade, tornou-se presa do desejo maligno do torturador e ficou à deriva em suas mãos. Autorizado por seus superiores e mandantes a torturar, o servidor torturador incorporou ingredientes próprios e piores ao ato que, por delegação, lhe foi solicitado e previamente permitido. Cumpria ordens. A tentativa de destituir a mulher de seu lugar feminino, de mulher, de mãe, não encontrou nos porões da ditadura qualquer trégua. O lugar de cuidadora e de mãe foi vulnerado com a ameaça permanente aos filhos também presos ou sob o risco de serem encontrados onde estivessem escondidos. O aviltamento da mulher que acalentava sonhos futuros de maternidade foi usado pelos torturadores com implacável vingança, questionando-lhe a fertilidade após sevícias e estupros. A devastação da tortura não tem parâmetros materiais (Merlino; Ojeda, 2010, p. 30).

O silenciamento dessas mulheres tem motivado diversos estudos, e esta pesquisa se insere nesse esforço. Buscamos analisar se nos documentos oficiais gerados pelos militares, especialmente nos processos contra as mulheres mortas pela ditadura ou consideradas desaparecidas políticas, há evidências de que a estrutura patriarcal no Brasil influenciou no tratamento dado a elas pela Justiça Militar durante a ditadura civil-militar.

Justiça Militar: O uso do Direito na repressão às Mulheres Militantes

A análise do acervo do projeto “Brasil: Nunca Mais” revelou que, dos 710 processos disponíveis, 280 envolvem mulheres denunciadas. Dentre esses, apenas seis foram sobrestados em razão do falecimento das acusadas durante o curso das ações penais. Já na lista oficial de mortos e desaparecidos políticos da ditadura, constam 46 mulheres.

Diante disso, a pesquisa cruzou os nomes das mulheres reconhecidas oficialmente como vítimas fatais da ditadura com os processos judiciais disponíveis no acervo do BNM, de forma que foi possível verificar que 13 mulheres figuram como investigadas em 19 processos, apesar de haver menção a várias outras mulheres que também constam na lista mencionada.

Dessa forma, o objetivo do estudo consistiu em analisar os processos

que tramitaram na Justiça Militar brasileira durante a ditadura civil-militar, verificando se o fato de a militante ser mulher impactou em sua caracterização como ré.

Como vimos, durante a ditadura, a repressão estendeu-se a todas as esferas institucionais, inclusive ao Judiciário, especialmente à Justiça Militar, cujo poder foi ampliado pelos Atos Institucionais. Esse aparato deixou de atuar apenas como defensor da legalidade, passando a promover ativamente os valores autoritários, conservadores e patriarcais do regime.

Nesse sentido, Cardoso (2019) destaca a importância de analisar os chamados “regimes de saber” que fundamentaram as práticas de tortura aplicadas às mulheres militantes. Segundo o autor:

(...) dar ênfase aos regimes de saber que recorrentemente fundamentaram as diferentes formas gendrificadas de tortura contra as mulheres militantes, traduz-se em problematizar a utilização sistemática e organizada de conhecimentos que propiciaram aos agentes-homens do regime a instituição de trajetos marcados pela captura de gênero. Ou seja, que instituíram um multifacetado regime de saber importado para o contexto dessas violências, a partir da subsunção extremamente organizada de requisitos de dominação e de subjugação da mulher, reforçados (e direcionados) a partir das questões de gênero (Cardoso, 2019, p. 197).

A violência contra as mulheres é uma das muitas consequências do machismo, conforme ensina Saffioti (2001, p. 79). Isso ocorre porque os homens que recebem educação machista pensam que as mulheres devem aderir e se submeter a ele a qualquer custo. Nesse sentido, homens e mulheres ainda enfrentam desigualdades e atrasos em relação aos direitos que lhes são atribuídos.

Arruzza, Bhattacharya e Fraser (2019, p. 51-52) reforçam a ideia de que o machismo estrutural ultrapassa atitudes individuais, estando presente nas estruturas sociais, políticas e econômicas:

(...) o machismo estrutural não se limita a atitudes discriminatórias e sexistas individuais; em vez disso, ele se refere a todas as concepções que influenciam e condicionam as estruturas sociais. Isso significa que as desigualdades entre homens e mulheres são a base de vários sistemas, incluindo o mercado de trabalho, os

espaços de poder, as relações familiares e a produção de conhecimento.

Diante disso, verifica-se que a subjetividade do julgador pode influenciar um julgamento, e, além disso, a aplicação das leis durante a ditadura militar perdeu o seu caráter objetivo, eis que o interesse do regime prevalecia, de forma que os julgadores possuíam mais liberdade para agir como desejavam, inclusive externando as suas concepções subjetivas.

Considerações Finais

Ao analisar os processos judiciais militares, as fontes documentais da CNV e do BNM, percebe-se que a mulher militante não era apenas uma opositora ao regime militar, mas também uma contradição ao papel da mulher ideal, cuja idealização tem seus fundamentos na sociedade patriarcal.

Tendo em vista a forma como os papéis de gênero se acentuam durante conflitos políticos e como a atuação política de mulheres causa desconforto, principalmente quando se instaura uma Ditadura com um contexto conservador e hierárquico como ocorreu no Brasil em 1964, a repressão tenta desconstruir o sujeito político feminino, atribuindo-lhe a condição de indivíduo desviante.

A desigualdade nas relações de gênero, as relações de poder que atravessam os sexos são visíveis em todas as instâncias sociais, inclusive na repressão. Ao romper com os papéis tradicionais de esposa, mãe e cuidadora, essas mulheres foram duplamente punidas: pela sua atuação política e por desafiar os valores de gênero impostos socialmente.

A ditadura civil-militar brasileira empregou o aparato jurídico e repressivo para controlar a dissidência política e reafirmar as hierarquias sociais de gênero. A Justiça Militar, nesse sentido, deixou de atuar como instrumento de legalidade e passou a desempenhar papel ativo na repressão, permitindo que julgadores agissem segundo valores subjetivos, muitas vezes sustentados por preconceitos de gênero e moralismos.

As práticas de tortura, perseguição e criminalização das militantes revelam um padrão de violência de gênero institucionalizada, que teve como objetivo desumanizar e deslegitimar a mulher enquanto sujeito político. A categoria “puta comunista”, amplamente empregada nos relatos e processos

analisados, simboliza essa tentativa de desqualificação moral e sexual, reduzindo o engajamento político feminino a uma suposta promiscuidade.

Portanto, o presente estudo evidencia que a interseccionalidade entre gênero, poder e repressão foi um elemento central na lógica de atuação do regime autoritário, e que a memória dessas mulheres, silenciadas ou apagadas, precisa ser constantemente resgatada para que se compreenda, em profundidade, a violência estrutural que permeou esse período histórico.

Referências

ARNS, Paulo Evaristo; SOBEL, Henry; WRIGHT, Jaime. **Brasil: nunca mais, um relato para a história**. 38 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL. **Atos Institucionais**. Portal da Legislação. Disponível em: <https://www4.planalto.gov.br/legislacao/portal-legis/legislacao-historica/atos-institucionais>. Acesso em: 5 jun. 2025.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade: relatório final**. Brasília: CNV, 2014. Disponível em: <https://www.gov.br/memoriasreveladas/pt-br/assuntos/comissoes-da-verdade/cnv>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Brasil: Nunca Mais Digital**. Recurso Eletrônico. Disponível em: <https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>. Acesso em: 14 jun. 2024.

CARDOSO, Fernando da Silva. **É isto uma mulher? Disputas narrativas sobre memória, testemunho e justiça a partir de experiências de mulheres-militantes contra a ditadura militar no Brasil**. 2019. Tese (Doutorado em Direito) – Departamento de Direito, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/46952/46952.PDF>. Acesso em: 19 maio 2025.

COLLING, Ana Maria. **50 anos da Ditadura no Brasil: questões feministas e de gênero**. Revista OPSIS, Catalão, v. 15. n. 2, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/Opsis/article/view/33836/20058>. Acesso em: 26 jun. 2024.

COLLING, Ana Maria. **A resistência da mulher à ditadura militar no Brasil**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.

JOFFILY, Olivia Rangel. **Esperança equilibrista: resistência feminina à**

ditadura militar no Brasil (1964-1985). 2005. Tese. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2005. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/3337>. Acesso em: 20 jun. 2024.

MERLINO, Tatiana; OJEDA, Igor. **Luta, substantivo feminino: mulheres torturadas, desaparecidas e mortas na resistência à ditadura.** São Paulo: Editora Caros Amigos, 2010.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes: o golpe de 1964 e a Ditadura Militar.** Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classes.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência.** São Paulo: Expressão Popular, 2004.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 2001.

SILVA, Angela Moreira Domingues da. **Ditadura e justiça militar no Brasil: a atuação do Superior Tribunal Militar (1964–1980).** 2011. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://repositorio.fgv.br/server/api/core/bitstreams/31667cae-c55c-47f9-84f0-8a7dfdd63b7c/content>. Acesso em: 30 maio 2025.

SILVA, Betânia Maria Ramos da; STAMPA, Inez. **Mulheres, Ditadura e Resistência.** In: Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2021, ISSN 2179-510X. Disponível em: https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1601315536_ARQUIVO_736ab8533f5a8756c43ce37502235818.pdf. Acesso em: 03 jul. 2024.

SILVA, Natanael de Freitas. **Ditadura civil-militar no Brasil e a ordem de gênero: masculinidades e feminilidades vigiadas.** Revista Mosaico. v. 7, n 11, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/mosaico/article/view/64778>. Acesso em: 20 jun. 2024.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

POR UM RESGATE DAS MEMÓRIAS: COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE EM PAVÃO - MG (1974-1996)

Hênon Sousa Cangussú¹¹⁸

Este trabalho apresenta uma proposta de investigação que será melhor desenvolvida em uma dissertação de mestrado em História. O estudo encontra-se em fase preliminar, sendo que as análises aqui discutidas têm caráter exploratório e visam contextualizar a problemática que orientará a pesquisa.

A presente pesquisa possui como objeto de estudo as Comunidades Eclesiais de Base (CEB's) em Pavão, no Vale do Mucuri, interior de Minas Gerais. O objetivo é compreender as experiências vivenciadas nas CEB's através das memórias de membros e simpatizantes do movimento, buscando responder se tais experiências tinham significado enquanto práticas de resistência à uma velha elite rural, que se alternou no poder até o ano de 1992 no município de Pavão.

Buscamos compreender as experiências políticas vividas nas CEB's por membros desse movimento social e pastoral na cidade de Pavão, do ano de 1974, quando tal pastoral foi instaurada na cidade, até o ano de 1996, quando se encerra o primeiro mandato de esquerda no município, em que o padre Leodônio Alves Martins é eleito pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e cumpre um mandato com ideais ligados à Teologia da Libertação. É Leodônio quem põe em prática pela primeira vez no município uma gestão participativa, o que representa uma quebra de paradigma em relação aos prefeitos anteriores.

A cidade de Pavão teve “uma sequência histórica de governos conservadores” (Cangussú, 2023, p. 21), com perfis mandonistas, desde sua emancipação no ano de 1962. Na nossa hipótese, a gestão de Leodônio representa uma ruptura com esse modelo de fazer política, pois, utiliza da gestão participativa para ouvir as comunidades locais, buscando alcançar justiça social e fortalecer a autonomia comunitária frente às estruturas de mandonismo local.

¹¹⁸ Mestrando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: henoncangussu@gmail.com

Entendemos mandonismo como “estruturas oligárquicas e personalizadas de poder. “O mandão, [...] é aquele que, em função do controle de algum recurso [...] exerce sobre a população um domínio pessoal e arbitrário que a impede de ter livre acesso [...] à sociedade política” (Carvalho, 1997, p. 2).

Desse modo, as ações de participação popular, inspiradas em gestões petistas de referência na época, representam a diminuição de poder dos antigos mandões que controlavam a política municipal. Através dos avanços de tal pesquisa, serão encontradas respostas sobre as memórias de tais eventos na cidade, incluindo relatos sobre qual o grau de participação dos moradores nas decisões locais e como funcionava na prática as assembleias deliberativas.

Entende-se nesta pesquisa que um modelo precursor para as assembleias municipais foram as CEB's. As Comunidades Eclesiais de Base configuraram-se como uma experiência pastoral que possibilitou a participação ativa dos leigos em um espaço tradicionalmente marcado pela rigidez institucional da Igreja. Organizadas em pequenos grupos, essas comunidades reuniam fiéis para o estudo coletivo das Escrituras e a prática da oração, favorecendo a reflexão bíblica em uma dinâmica comunitária.

Essas reflexões comunitárias, também estavam associadas com um movimento de trabalhos comunitários desenvolvidos nas Paróquias, considerando a abertura da Igreja Católica para o ecumenismo e para as ações sociais, com a função de servir determinado setor da sociedade e, assim, atender a alguma realidade específica.

Da prática de leitura popular da Bíblia surgem novas teorias de interpretação, uma dessas teorias se transformou na doutrina conhecida como Teologia da Libertação. Dessa forma, as CEB's são anteriores à sistematização dessa corrente de pensamento, que foi a diretriz de vários movimentos sociais a partir dos anos 1960 no interior do país. Essa prática só foi possível dentro da Igreja a partir do Concílio Vaticano II, pois, até aquele momento, nem a língua vernácula era permitida nos cultos da Igreja. As CEB's representaram então uma tentativa de descentralização da estrutura da Igreja Católica, iniciativa motivada pela Cúria Romana com o Vaticano II.

A partir das CEB's, os fiéis se engajavam politicamente em busca de justiça social. Em Pavão, diversos grupos de católicos, principalmente

trabalhadores rurais, considerando a incipiente urbanização da época, estavam inseridos na vivência da Teologia da Libertação nas décadas de 1970 e 1980, período de forte repressão aos trabalhadores e aos movimentos sociais por conta da Ditadura Militar no Brasil.

O historiador Márcio Achtschin Santos (2018) traça um panorama do enfrentamento do Estado de exceção vivido à época no Vale do Mucuri, citando a criação e reestruturação de movimentos sociais na década de 1970, respaldados pela atuação de padres na Diocese de Teófilo Otoni, adeptos à Teologia da Libertação. Tais padres formaram as CEB's no Mucuri, a partir da atuação religiosa vieram as formações políticas em movimentos sociais, sindicatos e partidos.

No município de Pavão, o padre italiano Domingos Domenico Burzio foi quem fundou as CEB's no ano de 1974. Padre Domingos, como era conhecido, foi um dos fundadores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) no estado de Minas Gerais. Ele incentivou a criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e também do Partido dos Trabalhadores em Pavão. A fundação do PT na cidade está inserida no contexto de formação de novas lideranças políticas de esquerda a partir das CEB's. Um exemplo de liderança local em Pavão, formada nesse contexto é Durval Barbosa.

Durval foi um trabalhador rural de Pavão, uma liderança do PT municipal e católico atuante nas CEB's, no período em que a cidade possuía grupos religiosos, políticos e pastorais sob forte influência da Teologia da Libertação. Durval construiu suas experiências e vivências e, mais tarde, incorporou um teor político à sua produção literária popular. Ele foi autor do livro Cantos de Comunhão (Barbosa, 2021), uma obra literária composta por uma série de poesias que têm como temática central a trajetória de vida do autor, quase sempre dotada de engajamento político e social, com temáticas voltadas para a luta de classes, o sofrimento e a salvação divina dos pobres, a justiça social, bem como a caridade.

As poesias foram escritas, em sua maioria, entre o início da década de 1990 e final da década de 2010. Logo, a obra em questão perpassa por diversas temporalidades e costura um enredo biográfico da vida de Barbosa. A criação literária do autor culmina na publicação tardia do livro, em 2021, quando ele já havia completado 100 anos de idade, pouco tempo antes do seu

falecimento. Consideramos o livro *Cantos de Comunhão* como uma obra passível de uma análise da crítica histórica, constituindo uma fonte literária.

Tal livro e o acervo de cadernos literários do autor em questão serão confrontados com fontes orais em busca das experiências dos membros e simpatizantes das CEB's no município de Pavão. Dessa forma, a análise documental de textos literários e a História Oral serão utilizados enquanto metodologias para a produção e análise de fontes.

No livro *Fontes Históricas* de Carla Bassanezi Pinsky, temos como definição para História Oral:

A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea [...]. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, [...] que destino será dado ao material produzido (Pinsky, 2005, p. 155).

Nesse sentido, foram escolhidos para entrevista ex-membros e simpatizantes das CEB's, sendo seis pessoas, quatro homens e duas mulheres, todos com mais de 65 anos, foram realizadas entrevistas em busca do resgate de suas memórias. Preferimos nesta pesquisa utilizar o anonimato dos entrevistados, como forma de preservá-los.

O recorte temporal da pesquisa se justifica por ter sido o ano de 1974 o marco de início da atuação do padre Domingos na cidade, momento esse de implementação das CEB's. Já na década de 1990, há um marco fundamental com o mandato do padre Leodônio (1993-1996), na primeira eleição vitoriosa de um partido de esquerda na cidade e a implementação de uma gestão de política participativa, concretizada a partir da direção de um prefeito ligado à Teologia da Libertação e às CEB's.

Tratamos tanto as fontes orais quanto as fontes literárias como testemunhos subjetivos e, por conta disso, privilegiamos o método de análise de Alessandro Portelli, pois, ao lidarmos com entrevistas, ou com textos semibiográficos, precisamos considerar o olhar sob o subjetivo, já que a constituição dos testemunhos ocorre a partir da subjetividade dos indivíduos.

Adotamos também como perspectiva de análise a teoria do materialismo cultural, provinda de obras de historiadores da Nova Esquerda Inglesa, como *A Formação da Classe Operária Inglesa* (1987), de Edward Palmer Thompson e *Marxismo e literatura* (1979), de Raymond Williams.

Cantos de Comunhão se advoga popular não só pelo fato de sua publicação, divulgação e circulação serem limitadas, como também por conta de sua temática que coloca a luta de classes como fator central. Dessa forma, a fonte é analisada a partir de um contexto de enfrentamento contra os clássicos e cânones literários, sem perder de vista o enfoque sobre o sujeito histórico, com a finalidade de compreender as práticas culturais, comportamentos, costumes e experiências de pessoas comuns, produtoras efetivas da vida social e portadoras de uma identidade e vivência de classe.

Como resultados iniciais da pesquisa, percebemos que além da força das CEB's, enquanto movimento social em Pavão, há também a implementação de direitos básicos dos cidadãos ainda em um período pré-Constituição de 1988, ou seja, uma rede socioassistencial com função de políticas públicas, já que no momento de chegada das CEB's na região, o Estado ainda representava interesses privados dos mandões que estavam no poder.

A História Oral e a literatura popular possibilitam evidenciar a experiência cotidiana de sujeitos, de pessoas comuns, muitas vezes, esquecidas e invisibilizadas por Narrativas Oficiais, mas que têm sido reconhecidas pela historiografia das últimas décadas como produtoras de Memória e História no local em que vivem. São essas pessoas que participam da disputa política por suas práticas culturais e resistem a processos de apagamento de suas manifestações artísticas. É preciso destacar e compreender tanto a vida social, quanto as práticas culturais de pessoas comuns. Um estudo das práticas culturais que ainda não foram incorporadas por uma cultura dominante é importante para evidenciar forças sociais subversivas à cultura capitalista hegemônica, forças essas que resistem à diferentes tentativas de apagamento cultural.

Espera-se que a dissertação completa forneça evidências mais detalhadas sobre as CEB's em Pavão, possibilitando a confirmação ou não das hipóteses iniciais e aprofundando a compreensão dos fenômenos discutidos.

Os resultados apresentados neste resumo devem ser entendidos como uma etapa inicial do trabalho em desenvolvimento, que será posteriormente consolidado na dissertação.

Referências

BARBOSA, Durval. **Cantos de Comunhão**. Belo Horizonte: Atafona – Casa Editorial dos Novos Autores, 2021.

CANGUSSÚ, Jandira Batista. **O Ponto de Cultura CEIA - Arte e Cultura para a Infância e a Adolescência em Pavão, Vale do Mucuri/MG**. 2023. 144f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Estado, Gobierno y Políticas Públicas, Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, Fundação Perseu Abramo, Pavão, 2023.

CARVALHO, José Murilo de. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro, n. 2, 1997. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>>. Acesso em: 30 ago. 2025.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Editora Contexto, 2005. 302 p. ISBN 978-85-7244-297-8.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, ago., 1996.

SANTOS, Márcio Achtschin. **A formação econômica, política, social e cultural do Vale do Mucuri**. Teófilo Otoni: UFVJM, 2018. 176 p.

THOMPSON, E. P. **A Formação da Classe Operária Inglesa, v. 1 (A árvore da liberdade)**, 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

WILLIAMS, Raymond. **Marxismo e literatura**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1979. 217 p. Tradução de Waltensir Dutra.

QIN EM PERSPECTIVA: NARRATIVAS HISTÓRICA E FICCIONAIS

Thaís Monise de Lima Xavier¹¹⁹

O ano era 221 a.C. Nas monções indianas, o Império Máuria estava em declínio. Nos desertos egípcios, Ptolomeu IV Filopator subia ao trono em meio ao declínio faraônico. No estreito Mediterrâneo, a República Romana se estendia cada vez mais pela Gália e Hispânia. Já no que viria a ser as pirâmides do continente americano, a civilização Maia iniciava seu alto desenvolvimento cultural e científico.

Todavia, era nas planícies centrais asiáticas que uma grande mudança ocorria, que viria a ser um modelo de não só uma, como várias civilizações das redondezas, por mais de dois milênios. O dragão, trajado de negro, havia decretado a unificação das terras outrora Xia, Shang e, posteriormente, Zhou, que tinham sido fragmentadas devido ao enfraquecimento do poder real das três sucessivas dinastias. A partir de então, Han, Zhao, Yan, Wei, Chu e Qi, Estados outrora independentes, tinham que responder a Xianyang, a nova capital do mundo civilizado conhecido pelos chineses.

A unificação do que hoje conhecemos como China foi o resultado de um processo que já durava séculos, como parte da característica expansão Qin. Ying Zheng realizou o sonho de seus antepassados e, com um poder nunca antes visto, chegou a criar até mesmo um novo título para si: Huang Di (皇帝), combinando dois caracteres antigos para governantes e entidades supremas, no que hoje conhecemos como o termo 'Imperador'. Embora infame ao longo da historiografia chinesa, Qin Shi Huang proporcionou as bases do milenar Império chinês, com sua característica forte soberania nas mãos de um poderoso Filho dos Céus, um sistema estabelecido de recompensas e punições e uma forte burocracia para administrar um maciço Império, ao invés de um poder fragmentado similar ao feudalismo.

Embora o período dos Estados Combatentes (475 - 221 a.C.) e a dinastia Qin (221 - 207 a.C.) sejam objetos de estudo há mais de dois milênios, ainda se nota uma ausência de trabalhos científicos acerca de como esse

¹¹⁹ Graduanda em História, Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: thaistmlx@gmail.com

particular período histórico se encontra com as novelas chinesas (*cdramas*), uma parte vital da indústria de entretenimento chinesa. Desde 1990, *cdramas* focados nas dinastias imperiais começaram a dominar a grade de programação dos canais chineses (Guo, 2015, p. 372); Ünal e Binark (2024, p. 180) destacam que as novelas trazem toda uma propaganda governamental consigo, para “promover nacionalismo e valores culturais” (Ünal, Binark, 2024, p. 180, tradução nossa) para os próprios chineses e a diáspora do povo Han chinês, além de ser um charme estrangeiro (*soft power*) para telespectadores internacionais. Dessa forma, esses *cdramas* carregam não só uma bagagem cultural e de tradição histórica, como também almejam promover uma certa imagem da China para o mundo, mesmo que o período representado não tenha valores compatíveis com o Partido Comunista Chinês.

Para fins desta pesquisa, será analisado o *cdrama The King's Woman* de 2017, que trata do começo do reinado de Ying Zheng, antes da unificação da China. Aproveitando o fato de Qin Shi Huang nunca ter apontado uma rainha ou, mais tarde, uma imperatriz, a novela criou a personagem feminina Gongsun Li, proveniente de um dos estados que Qin conquistou. Gongsun Li vem de uma família de artes marciais e é forçada a virar a concubina de Ying Zheng, que é apaixonado por ela, para salvar a vida do seu primeiro amor, Jing Ke (m. 227 a.C.), famoso por sua tentativa de assassinato contra o rei de Qin. A novela mistura ficção com os eventos históricos dos últimos momentos dos Estados Combatentes a fim de compreender uma figura tão complexa como Qin Shi Huang em meio ao cenário turbulento do crepúsculo da China fragmentada.

A abertura de *The King's Woman* já expõe de maneira irrefutável como Ying Zheng e Qin serão retratados, antes mesmo da história se iniciar. Enquanto Jing Ke, que o tentará matar no futuro e acaba assumindo a identidade de um assassino ao longo da trama, nunca aparece graficamente machucando alguém na abertura; Ying Zheng, cuja posição permite que ele não suje suas mãos, em contrapartida é várias vezes visto, em meros dois minutos, executando pessoas sem escrúpulos ou assistindo à destruição que causou, sua espada suja de sangue. Cortes de batalha também focam no sangue derramado e no caos consequente das guerras que rumam à unificação.

Após tamanha abertura, os primeiros capítulos lidam com duas rebeliões, uma por parte do “eunuco” Lao Ai, amante de sua mãe Zhao Ji, e outra pelo seu meio-irmão Cheng Jiao. Nelas, a influência do *Shiji*, incluindo suas possíveis adulterações, é clara. Ying Zheng é retratado como ilegítimo, filho do poderoso primeiro-ministro de Qin, Lu Buwei, e não do falecido rei Zhuangxiang, ademais, sua mãe, Zhao Ji, é representada como uma mulher promíscua, pois, para além de mentir sobre a paternidade do filho, ainda teve um caso com outro homem enquanto era viúva, algo que também não era permitido (Goldin, 2002). Em *The King's Woman*, a rebelião de Cheng Jiao parte de um suposto decreto de Zhuangxiang o apontando como o próximo rei e expondo a ilegitimidade de Ying Zheng. Dessa forma, a narrativa constrói a famosa personalidade do futuro Qin Shi Huang como um homem que suspeita de todos e que não possui escrúpulos, a exemplo da cena em que associados dos aliados de Lao Ai clamam por uma misericórdia que não é concedida, e perdura com a representação clássica dessa emblemática figura histórica.

Em meio às buscas por Lao Ai, Ying Zheng, disfarçado de um mero comerciante de Handan, acaba encontrando Gongsun Li e Jing Ke em Luoyang. O avô de Gongsun Li e o estado de Wey, sua terra natal, tinham sido brutalmente derrotados por Qin como um presente de maioridade para Ying Zheng, então eles o alertam contra comercializar em Qin e criticam sua política expansionista. Após Gongsun Li se machucar para salvar Ying Zheng de um ataque, ele a reconhece como a menina que o salvou em Zhao, junto a Jing Ke, quando ainda eram crianças. Naquele momento, ele prometeu que se tornaria um homem temido por todos para proteger seus entes queridos. De volta ao presente, o rei de Qin cuida dela enquanto pode e continua escondendo sua identidade. Quando forçado a voltar para Xianyang para tratar de assuntos de Estado, ele já estava decidido a tê-la ao seu lado.

Mesmo expondo o rosto de Gongsun Li por várias cidades para capturá-la, Ying Zheng teve que partir para um segundo plano: envenenar Jing Ke para que ela procurasse uma solução em Qin. Com a vida do seu primeiro amor em jogo, Gongsun Li se apresentou ao palácio de Xianyang e, chocada ao descobrir a verdadeira identidade do comerciante que conhecera há alguns meses, pediu três meses para cuidar de Jing Ke antes que voltasse ao palácio como concubina. Todavia, ao fim desse período, ela retorna a Qin grávida.

Quando Ying Zheng ordena que os médicos abortem o bebê, Gongsun Li ameaça se matar. O amor ou, talvez, a obsessão dele por ela ultrapassa sua humilhação por ter uma concubina grávida de outro: mesmo à contragosto, ele assume o bebê, Tian Ming, como seu.

Com o tempo, Gongsun Li acaba se apaixonando por Ying Zheng. Para além de outros problemas amorosos como ciúmes e desconfiança — afinal, estamos falando do futuro Qin Shi Huang —, o romance entre um rei tão infame e uma mulher idealista e magnânima sempre traz o questionamento: a unificação vale todo o sangue inocente derramado? Uma cena em particular revela não só os objetivos da unificação, como também a forma que o personagem se importa de ser lembrado na história. Ying Zheng e Gongsun Li, junto ao general Meng Wu e seus soldados, partem para uma expedição a fim de trazer o legalista Han Fei à Qin. Em uma tenda no acampamento militar, à luz de velas e envoltos pela fumaça do incenso, Ying Zheng explica para a sua amada os seus futuros planos:

Meu próximo passo é conquistar os Estados de Zhao e Han. Depois de conquistar esses dois Estados, eu serei capaz de me mover para o norte e ocupar a fronteira [com os povos bárbaros]. Eu quero construir uma grande muralha ao longo dessa fronteira. Com isso, o povo não terá que sofrer com invasões estrangeiras (*The King's Woman*, 2017, ep. 21, 34min, tradução nossa).

Quando Gongsun Li aponta que a unificação ocasionará guerras e, conseqüentemente, sangue inocente derramado, ele continua:

O povo irá preferir passar por isso de maneira rápida. Ao levar em conta a força do Estado de Qin agora, pelo menos as casualidades serão diminuídas enquanto ocorre a unificação dos seis países, em troca de uma paz maior. Mesmo que eu carregue a culpa por isso, eu nunca me arrependerei. As guerras sem fim nesse mundo só irão sacrificar mais pessoas inocentes (*The King's Woman*, 2017, ep. 21, 36min, tradução nossa).

Dias depois, Ying Zheng é o anfitrião de um banquete para comemorar a adição de Han Fei ao seu exército de ministros. Para além dos outros oficiais, generais importantes como Meng Wu e as concubinas de mais alto escalão,

incluindo Gongsun Li, participam do banquete. Han Fei questiona Ying Zheng porquê ele almeja tanto a unificação do mundo civilizado como visto pelos chineses. Ying Zheng usa o momento para justificar de forma clara o que planeja:

A separação de poderes de Zhou Oriental levou ao enfraquecimento do rei Zhou. O país estava cheio de trabalhadores e a guerra continuou. As pessoas nunca viveram em paz. Eu sou um herdeiro ao trono, então eu pensei, como faço com que o meu povo viva em paz? Existe somente um jeito, que é eliminar as diferenças entre os países. Compartilhar a mesma língua, moeda e locomoção — essa é a única forma para que o mundo seja unificado e vire uma grande família. Somente assim ficaremos livres da guerra e o povo poderá ter uma vida pacífica e agradável (The King's Woman, 2017, ep. 22, 34min, tradução nossa).

Após o fim do seu discurso, a reação da audiência é mista: Gongsun Li e seu irmão de artes marciais e guarda pessoal, Han Shen, ambos de um Estado conquistado por Qin, parecem cautelosos com a imensidão do projeto proposto por Ying Zheng. Outros, como o seu guarda pessoal Li Zhong, o general Meng Wu e Han Fei, se mostram empolgados com o futuro da China.

Não eram somente pessoas próximas a Ying Zheng que acreditavam no projeto da unificação. Wei Liao, que sugeriu subornar oficiais dos Seis Estados para desestabilizá-los por dentro (Qian, 1993, p. 54), afirma:

Eu só espero que o mundo seja pacífico sem guerras. Eu pratico táticas militares desde jovem, então eu viajei por todos os Estados para compartilhar o que eu aprendi. Eu pensei que um país próspero com um exército poderoso era o suficiente, mas nesses anos, meu filho e meus irmãos... todos morreram nas guerras. (...) Existe somente um jeito de acabar com o sofrimento e viver em paz, e esse jeito é unificar o mundo. Eu escolhi o estado de Qin [para compartilhar suas ideias]. No momento, somente Qin pode unificar o mundo, mas eu não escolhi Qin por causa de Sua Majestade. Espero que Sua Majestade não me entenda mal. Eu secretamente vim ao estado de Qin algumas vezes, as leis são rigorosas e os oficiais são leais. As pessoas vivem vidas simples, se conhece um país ao ver seu povo. Todos os reis anteriores se esforçaram para construir o Estado, portanto possui uma fundação sólida para unir o mundo. Por isso, depois de viajar para todos os países, eu decidi dar meu livro de guerra para Sua Majestade (*The King's Woman*, 2017, ep. 31, 25min, tradução nossa).

É interessante contrastar as falas de Ying Zheng com a forma que outros personagens em *The King's Woman* se referem a ele e ao seu Estado. Ele é chamado de tirano, demônio ou maligno incontáveis vezes por variados personagens. Uma senhora do Estado de Han, que estava sob ataque de Qin, e abrigou Ying Zheng e Gongsun Li sem saber de suas identidades reais, fala:

Você não tem ideia de quão cruel e brutal são os soldados de Qin. Eles não querem que tenhamos descendentes. Ao olhar para cada centímetro da sua terra deserta, ficará o rei de Qin satisfeito? (..) Unificar o mundo? Quantas vidas serão sacrificadas? (...) Se o rei de Qin estivesse na minha frente, eu mataria esse demônio com as minhas próprias mãos (*The King's Woman*, 2017, ep. 37, 29min, tradução nossa).

Anteriormente, o próprio rei de Han tinha chamado Ying Zheng de “rei maligno” durante a expedição militar para trazer Han Fei para Qin. O poderio de Qin quando comparado a um Estado pequeno como Han era evidente: Qin trouxe 100 mil homens somente para contratar um único homem como ministro. A capital de Han, Nanyang, só possuía 30 mil soldados dentro de seus muros. Ante a essa visão assustadora, os ministros se perguntavam se deveriam reforçar o número de tributos para Qin — afinal, até mesmo um Estado forte como Chu agora tentava agradar Qin com tributos raros. A submissão de Han era tamanha que o rei não esboçou nenhuma reação ao ser abertamente insultado pelo general de Qin, Meng Wu.

Entre as pessoas comuns de Estados conquistados, a percepção de Qin e Ying Zheng também não era das melhores. Antes de conhecê-lo como o rei de Qin, Gongsun Li chegou a comentar:

O exército de Qin é brutal e malvado. Qin está enviando batalhões para suprimir os outros Estados. Os cidadãos sequer tem o suficiente para se manter vivos devido a guerra contínua. Nosso país está arruinado e não podemos voltar para casa. Mas eu aprendi a como lutar com uma espada e irei usar minha vida para lutar contra Qin (*The King's Woman*, 2017, ep. 3, 14min, tradução nossa).

Já como uma concubina de Ying Zheng, Gongsun Li chega a fugir do palácio uma vez e, durante uma conversa com Jing Ke, Han Shen e sua irmã juramentada, Ge Lan, eles discutem as notícias de que Lu Buwei, ex-ministro

de Qin, faleceu e os rumores sobre o rei de Qin ser o responsável. Com a exceção de Gongsun Li, todo o grupo acredita que Ying Zheng envenenou seu próprio pai biológico — um rumor que corria solto pelos Seis Estados em *The King's Woman*. Jing Ke chega a comentar que “não importa o quão bom Lu Buwei era [no sentido de Ying Zheng não deixá-lo trabalhar para outros Estados], ele trabalhou muito à serviço de Qin. Mas foi morto mesmo assim” (*The King's Woman*, 2017, ep. 16, 09min, tradução nossa) e Ge Lan, nascida em Qin, confirma, “ele é cruel com os seus inimigos, não importa se são idosos, mulheres ou crianças” (*The King's Woman*, 2017, ep. 16, 10min, tradução nossa). Após Jing Ke afirmar que quem mata seus irmãos também pode matar o próprio pai, Gongsun Li o defende:

Apesar de que ele se sentiu desanimado e dolorido pela sua história [de ser um bastardo], Lu Buwei é seu pai biológico, Ying Zheng ainda teria consideração por ele. (...) Os meio-irmãos executados nunca viveram com Ying Zheng. Desde criança, ele vivia sob o controle da rainha viúva e de Lu Buwei. A rainha viúva Huayang também tem seus próprios motivos pessoais. Ninguém o trata sinceramente desde que ele era jovem. Ele não tem ninguém em quem confiar plenamente (*The King's Woman*, 2017, ep. 16, 11min, tradução nossa).

Curiosamente, anos depois dessa discussão, já nos dias anteriores à famosa tentativa de assassinato, Jing Ke essencialmente admite que a unificação pelas mãos de Qin é só questão de tempo. Ao andar pelas ruas de Xianyang e se admirar com a forma ordeira em que a cidade é gerida, Ge Lan fala sobre o legalismo, “as leis de Qin são as mais severas entre os sete Estados, (...) são muito duras, também existem veredictos injustos” (*The King's Woman*, 2017, ep. 46, 25min, tradução nossa). Jing Ke reflete:

Mas talvez justamente por causa dessas leis o governo consegue comandar bem o Estado e o povo é capaz de viver e trabalhar em paz. Sinceramente, somente depois de vir a Xianyang eu entendi o porquê os outros Estados não estão à altura de serem oponentes de Qin (*The King's Woman*, 2017, ep. 46, 26min, tradução nossa).

Em contrapartida, Han Shen ainda se mostra amedrontado pela unificação. Com Jing Ke se aproximando com a sua missão suicida, Han Shen tenta convencer Gongsun Li a deixar Ying Zheng a fim de se salvar e salvar

seu filho com Jing Ke, Tian Ming, por medo da represália, fosse o assassinato bem-sucedido ou não, por estarem conectados a Jing Ke. Ele apela para a bondade de Gongsun Li:

O rei de Qin continua dizendo que quer unificar o mundo e trazer paz para a nação, mas você já pensou que se a paz é construída com sangue e sacrifícios... Se é esse o tipo de paz que Ying Zheng quer, ele está transformando o mundo em um grande cemitério (*The King's Woman*, 2017, ep. 45, 12min, tradução nossa).

Ocorrem demasiadas tramas e eventos no *cdrama*, tornando impossível nos alongarmos sequer nos principais acontecimentos dos 48 capítulos. Todavia, a partir da visão de Gongsun Li, temos exemplos claros do alto custo humano da unificação do coração da civilização chinesa a qual conhecemos hoje. Gongsun Li, dividida entre seus ideais de paz e seu amor por um dos principais causadores das guerras ininterruptas, também não consegue resolver o quebra-cabeças se Ying Zheng seria um unificador ou carniceiro, mesmo que ela sempre tenha tentado guiá-lo para um caminho sem sangue derramado.

Tal paradoxo se explica na forma em que o próprio *cdrama* aponta a unificação como o único fim possível para o caos do período dos Estados Combatentes. Mesmo que alguns personagens se mostrem aterrorizados pela unificação que já estava em processo, eles entendem que ninguém é capaz de parar Qin. Até mesmo os Estados descritos pelo *cdrama* como fortes o suficiente em uma luta contra Qin são eventualmente derrotados após estratégias bem pensadas por Ying Zheng e seus oficiais. Assim, mesmo ao expor pontos de vista contrastantes em relação à unificação, *The King's Woman* concorda com sua necessidade, embora lamente pelo sangue derramado no processo.

A pessoa de Ying Zheng, entretanto, é representada de forma complexa. Somente nos primeiros capítulos já assistimos ele ordenar a execução de seus dois meio-irmãos pequenos, humilhar os pais, exilar outro meio-irmão e matar diversos rebeldes; já encaminhando para o final do *cdrama*, ele mata, com suas próprias mãos, seu pai biológico Lu Buwei, após acreditar ter sido traído por ele e, no seu remorso, começa a massacrar civis nas ruas. Sua

desconfiança contra tudo e todos é sua ruína: ele chega até mesmo a assassinar quem ele sempre disse ser o amor da sua vida, Gongsun Li. Certamente ele não se enquadra no arquétipo confuciano a qual o governo chinês prioriza nas narrativas, como ser filial e apreciar sábios (Ünal; Binark, 2024) — sua falta de piedade filial nos primeiros episódios seria horrorizante como ponto de partida. Todavia, é condizente com a sua representação ao longo dos milênios e essencialmente remove a persona messiânica a qual ele tentaria transmitir após estabelecer o seu império (Pines, 2014), revelando-o como um homem que possui méritos e falhas.

Referências

CLEMENTS, Jonathan. **The First Emperor of China**. Londres: Sutton Publishing, 2006.

GOLDIN, Paul Rakita. **The Culture of Sex in Ancient China**. Honolulu: University of Hawai'i Press, 2002.

GUO, George Dawei. **Contemporary Chinese historical television drama as a cultural genre**. In: RAWNSLEY, Gary D.; RAWNSLEY, Ming-yeh T. (Ed.). *Routledge Handbook of Chinese Media*. Londres: Routledge, 2015. p. 372-388.

HINSCH, Bret. **Women in Early Imperial China**. 2. ed. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2011.

LEWIS, Mark Edwards. **The Early Chinese Empires: Qin and Han**. Cambridge: Belknap Press, 2007..

NAPOLITANO, Marcos. **Fontes audiovisuais: a história depois do papel**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 235-290.

PINES, Yuri. **Introduction: The First Emperor of China and His Image**. In: YATES, Robin D. S. (Ed.). *Birth of an Empire: The State of Qin Revisited*. Berkeley: University of California Press, 2014, p. 227-238.

PINES, Yuri. **The Book of Lord Shang: Apologetics of State Power in Early China**. New York: Columbia University Press, 2017.

QIAN, Sima. **Records of the Grand Historian: Qin Dynasty**. Tradução de Burton Watson. New York: Columbia University Press, 1993.

THE KING'S WOMAN. Direção: Liu Xin. China: Zhejiang TV, Youku, 2017. 1 série televisiva (48 episódios).

ÜNAL, Selva; BINARK, Mutlu. **How past-present-future interconnect in China: CDramas as a tool of cultural governance and the possibility of a 'Chinese wave' in the case of GenZ.** Connectist: Istanbul University Journal of Communication Sciences, 2024, v. 67, p. 177-208.

WOOD, Michael. **História da China: o retrato de uma civilização e do seu povo.** São Paulo: Planeta do Brasil, 2022.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

REPRESENTAÇÕES DO MUNDO ÁRABE-ISLÂMICO EM GAMES DE AÇÃO-AVENTURA DO ORIENTE MÉDIO (2011-2024)

Luiz Gustavo Soares Silva¹²⁰

Os jogos eletrônicos, enquanto produtos culturais, desempenham papel relevante na construção e disseminação de discursos sobre identidades, alteridades, conflitos e ordens sociais. Longe de serem meros objetos de entretenimento, essas produções integram um circuito mais amplo de narrativas que, ao serem compartilhadas e consumidas, contribuem para a formação de imaginários e sensibilidades históricas. A linguagem dos jogos – articulando elementos visuais, sonoros e interativos – possibilita a criação de mensagens cuja recepção depende das estruturas internas da obra e dos contextos históricos e culturais nos quais são produzidas (Porto, Silva, 2015).

Entre os gêneros mais populares, os *shooters* influenciaram fortemente as representações do Oriente Médio, especialmente após os atentados de 11 de setembro de 2001. Nesses jogos, a região é frequentemente retratada como violenta e instável, em contraposição a agentes ocidentais que restauram a ordem. Essa lógica narrativa reflete distinções entre civilização e barbárie, progresso e atraso, racionalidade e irracionalidade – centrais à crítica ao Orientalismo de Edward Said (2007), que argumenta que o Oriente foi historicamente construído como alteridade subordinada à lógica de dominação ocidental.

Análises de produções culturais contemporâneas, como cinema e jogos digitais, indicam que personagens árabes e muçulmanos aparecem frequentemente como antagonistas genéricos, associados à violência ou fanatismo, enquanto protagonistas assumem identidades ocidentais, consolidando a oposição entre ameaça e segurança (Arjana, 2015; Porto, Silva, 2015). Os atentados de 2001 aprofundaram esse processo, ao reconfigurar a agenda política internacional e fortalecer a retórica da “guerra ao terror”, que associava o inimigo ao mundo árabe-islâmico, legitimando ações políticas e militares em termos simbólicos.

¹²⁰ Doutorando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: eugustavohistoriador@gmail.com

A comoção coletiva provocada pelos ataques reforçou narrativas maniqueístas exploradas por meios de comunicação e indústrias culturais, nas quais o mundo é rigidamente dividido entre forças do Bem e do Mal (Ouellette, 2008). Nos jogos eletrônicos, isso se manifesta na participação ativa do jogador na “retaliação”, assumindo o papel do herói ocidental enfrentando inimigos frequentemente representados com traços árabes ou muçulmanos (Arjana, 2015).

A perspectiva da *necropolítica* de Mbembe (2018), associando soberania à decisão sobre vida e morte, é útil para compreender como a violência nos jogos de combate é naturalizada como instrumento legítimo de controle. Inimigos são desumanizados e a eliminação se apresenta justificada pelo enredo, consolidando práticas de dominação absorvidas interativamente pelos jogadores (Arjana, 2015; Silva, 2021; Bezerra, 2024).

Rémond (2003) sugere que o político transcende instituições formais, permitindo compreender os jogos como espaços de disputas simbólicas. Escolhas narrativas, construção de personagens, ambientações e objetivos configuram uma gramática que expressa valores, visões de mundo e relações de poder, contribuindo para regimes de sensibilidade e consensos sociais mesmo quando não se pretende representar o real. A imersão oferecida pelos jogos torna determinadas visões de mundo naturalizadas, funcionando como instrumentos de produção de subjetividades.

Gramsci (2007) oferece referência útil para pensar a hegemonia nos jogos, evidenciando como produtoras globais, aceitação do público e difusão internacional consolidam visões sobre identidade, segurança e conflito. Após 2001, jogos ocidentais estruturaram tramas em oposição entre blocos culturais e políticos, reforçando leitura binária de conflitos, legitimando ações de certos sujeitos e invalidando outros. Bourdieu (1997) observa que desejos do público, mediado por estruturas de poder, orientam quais narrativas são produzidas e consumidas, reforçando convenções estéticas e interpretativas que moldam percepções históricas e simbólicas (Ouellette, 2008).

Um exemplo atípico é *Assassin's Creed* (2007), da Ubisoft Montreal, que desloca o protagonismo para o guerreiro árabe Altaïr Ibn-La'Ahad, ambientando sua narrativa na Terceira Cruzada em cidades como Jerusalém, Acre e Damasco. A obra propõe uma abordagem menos estereotipada,

explorando conflitos internos à região e evitando dicotomias simplistas entre civilização e barbárie (Porto, Silva, 2015; Silva, 2018).

Estudos acadêmicos sobre jogos produzidos no Oriente Médio são escassos. A indústria regional se expandiu no início do século XXI, enfrentando limitações técnicas, regulatórias, econômicas e censuras políticas e religiosas, enquanto o mercado global permanecia centrado em produções euro-americanas (Mordor Intelligence, 2024). Investimentos recentes, como os da Arábia Saudita, refletem estratégias de reposicionamento econômico e cultural, buscando influência global e diversificação econômica (CNN Brasil, 2023; Ebrahim, 2023).

A análise de produções da Arábia Saudita, Irã e Turquia permite observar como grupos sociais mobilizam narrativas e tecnologias para intervir em disputas de memória, pertencimento e soberania, oferecendo formas alternativas de autorrepresentação. Após 11 de setembro, jogos de ação-aventura regionais desafiam leituras homogêneas do mundo árabe-islâmico, mobilizando referências culturais, históricas e políticas locais para reconfigurar narrativas predominantes no Ocidente (Hall, 2006; Said, 2007).

Diante disso, a pesquisa busca responder: de que modo jogos de ação-aventura produzidos no Oriente Médio, entre 2011 e 2024, constroem representações culturais, políticas e sociais do mundo árabe-islâmico? O recorte considera o gênero ação-aventura, cujas estruturas narrativas favorecem análise de identidade, memória, território e agência, sem tratar necessariamente da guerra.

Os objetivos específicos são: mapear estruturas narrativas, personagens e ambientações; investigar a influência de acontecimentos históricos e políticos, especialmente 11 de setembro de 2001; e comparar representações locais com produções ocidentais, destacando estratégias de autorrepresentação. A hipótese central é que esses jogos subvertem estereótipos ocidentais, articulando narrativas próprias que dialogam com o contexto geopolítico global.

O referencial teórico se organiza em quatro eixos: representações do mundo árabe-islâmico nos jogos; circulação de imagens e símbolos em mídias contemporâneas; construção de identidade cultural em contextos globalizados;

e especificidades da linguagem dos jogos e sua inserção na indústria internacional. Conceitos-chave incluem orientalismo (Said, 2007), autorrepresentação, orientalidade (Porto, 2021), imaginário (Baczko, 1985) e identidade cultural (Hall, 2006; Silva, 2014). Noções de cultura midiática (Kellner, 2001; Jenkins, 2008; Thompson, 1998; Bourdieu, 1989) e estrutura lúdica (Huizinga, 2010; Caillois, 2017; Murray, 2003) contextualizam circulação, imersão e participação do jogador.

A pesquisa foca em três títulos: *Garshasp: The Monster Slayer* (Irã, 2011), *Unearthed: Trail of Ibn Battuta* (Arábia Saudita, 2013) e *The Land of the Magnates* (Turquia, 2024), escolhidos por origem geográfica, gênero e relação com referências culturais árabe-islâmicas. A investigação considera narrativas, mecânicas, elementos visuais e condições de produção e circulação no contexto global.

O acesso às fontes será feito via Steam, com complementação por registros de gameplay, entrevistas, vídeos promocionais e reportagens. A análise envolve catalogação detalhada de personagens, ambientações, mecânicas e narrativas, utilizando etnografia digital e diário de análise. Posteriormente, a interpretação será realizada à luz do referencial teórico, identificando reconfigurações culturais e posicionamento simbólico dos sujeitos.

Finalmente, representações nos jogos do Oriente Médio serão comparadas a produções ocidentais, como *Prince of Persia* (1989), permitindo observar diferenças na construção de agência cultural e estratégias de autorrepresentação. A experiência do jogador é considerada central, reconhecendo que decisões e interações constituem dimensões essenciais da construção de sentido e da experiência simbólica.

Referências

AL-RAWI, Ahmed. The Development of Video Game Representations of the Middle East. *Games and Culture*, v. 20, n. 4, 2024. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/15554120241255425>. Acesso em 18 abr. 2025.

ARJANA, S. R. *Muslims in the Western Imagination*. New York: Oxford University Press, 2015.

BACZKO, Bronislaw. Imaginação social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Antropos-Homem. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985. v. 5, p. 296-332.

BEZERRA, Mirelli Carvalho. *A necropolítica por trás do discurso da Guerra ao Terror*. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais) – Departamento de Economia e Relações Internacionais, Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2024.

BOBANY, Arthur. *Vídeo Game Arte*. Teresópolis, RJ: Novas Ideias, 2008.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

CAILLOIS, Roger. *Os Jogos e os Homens: A Máscara e a Vertigem*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Consumidores e cidadãos. Conflitos multiculturais da Globalização*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2005.

CARVALHO, Leonardo Dallacqua de. Game Studies: Duas décadas do principal periódico sobre jogos eletrônicos. In: RIBEIRO, Felipe Augusto; CARVALHO, Leonardo Dallacqua de (orgs.). *Videogames e jogos eletrônicos: caminhos teóricos e temáticos para a história*. São Luís: Editora UEMA, 2024. p. 202-239.

CNN BRASIL. *Arábia Saudita planeja investir mais de US\$ 38 bilhões para aumentar participação no mercado de jogos*. São Paulo: CNN Brasil, 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/economia/financas/arabia-saudita-busca-planeja-investir-mais-de-us-38-bilhoes-para-marcas-presenca-no-mercado-mundial-de-jogos/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

EBRAHIM, Nadeen. *Arábia Saudita quer ter mais influência no Oriente Médio – agora com diplomacia*. CNN Brasil, 7 maio 2023. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/arabia-saudita-quer-ter-mais-influencia-no-orientes-medio-agora-com-diplomacia/>. Acesso em: 10 mar. 2025.

FERRAZ, Cláudia Pereira. A etnografia digital e os fundamentos da Antropologia para estudos em redes on-line. *Aurora: revista de arte, mídia e política*, São Paulo, v. 12, n. 35, p. 46-69, jun.-set. 2019.

GALLAND, Antoine. *As Mil e Uma Noites*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*: v. 6: Literatura, política e história. São Paulo: Civilização Brasileira, 2007.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HAX, Fernando Cardoso; FERREIRA FILHO, Raymundo Carlos Machado. Jogos Eletrônicos na Educação. In: *Educação fora da caixa*. Pelotas: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense, 2015. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Raymundo-Filho-2/publication/283090894_Jogos_Eletronicos_na_Educacao/links/562a8fc808ae22b17031c966/Jogos-Eletronicos-na-Educacao.pdf Acesso em: 4 abr. 2025.

HUIZINGA, Johan. *Homo Ludens*: O jogo como elemento da cultura. São Paulo: Editora Perspectiva, 2010.

INSTITUTO METRÓPOLE DIGITAL. *Introdução a Jogos Digitais – Aula 02: Taxonomia para Jogos*. UFRN, disponível em: <https://materialpublic.imd.ufrn.br/curso/disciplina/5/18/2/5>. Acesso em: 13 abr. 2025.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia*. Bauru: Edusc, 2001.

LEITÃO, Débora K.; GOMES, Laura Graziela. Etnografia em ambientes digitais: perambulações, acompanhamentos e imersões. *Revista Antropolítica*, Niterói, n. 42, p. 41-65, 1º sem. 2017. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/86828298/pdf-libre.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MAHESWARA, Adhitya M.; FATWA, Nur. Representation of Middle Eastern Islamic Locality in Video Games. *IBDA: Jurnal Kajian Islam dan Budaya*, Jakarta, v. 19, n. 1, p. 141-151, jan.-jun. 2021.

MBEMBE, A. *Necropolítica*. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

MORDOR INTELLIGENCE. *Middle East Gaming Market Size & Share Analysis - Growth Trends & Forecasts (2024 - 2029)*. 2024. Disponível em: <https://www.mordorintelligence.com/industry-reports/middle-east-gaming-market>. Acesso em: 14 fev. 2025.

MURRAY, Janet H. *Hamlet no Holodeck*: O futuro da narrativa no ciberespaço. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

OLIVER, Martin Allebach. *A Thousand and one nights and the construction of Islam in the western imagination*. A dissertation submitted to the Graduate Faculty in partial fulfillment of requirements for degree of Doctor of Philosophy. Approved for the Department of Arts and Sciences. The Boston University. Boston. 2009.

OUELLETTE, Marc A. "I Hope You Never See Another Day Like This": Pedagogia e Alegoria nos Videogames "Pós 11/9". *Game Studies*, v. 57, n. 97, 2008. Disponível em: https://gamestudies.org/5797/articles/ouellette_m. Acesso em: 01 fev. 2025.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *A representação de árabes e muçulmanos na televisão brasileira*. Curitiba: Appris Editora, 2021.

PORTO, César Henrique de Queiroz; SILVA, Luiz Gustavo Soares. *Cultura da mídia e medievalidade*: uma análise do videogame Assassin's Creed. Domínios da Imagem, Londrina, v. 9, n. 17, p. 257-276, jan./jun. 2015.

RÉMOND, Rene. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

SAID, E. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SALEN, Katie; ZIMMERMAN, Eric. *Regras do Jogo*: Fundamentos do Design de Jogos (Volume 1). 1. ed. São Paulo: Blucher, 2012.

SALIBA, Elias Thomé. As imagens canônicas e a história. In: *História e cinema*: duas dimensões históricas do audiovisual. São Paulo: Alameda, 2007.

SILVA, Luiz Gustavo Soares. *Assassin's Creed e o imaginário ocidental acerca do homem muçulmano*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, 2018.

SILVA, Luiz Gustavo Soares. Uma breve história das representações dos povos árabes e muçulmanos no Ocidente. In: PORTO, César Henrique de Queiroz; SILVA, Luiz Gustavo Soares (orgs.). *Cultura política e Islã*: história e representações. São Paulo: Paco Editorial, 2022. p. 147-194.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença*: A perspectiva dos Estudos Culturais. 9. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014.

ŠISLER, Vit. Video game development in the Middle East: Iran, the Arab world, and beyond. In: HUNTEMANN, Nina B.; ASLINGER, Benjamin (org.). *Gaming globally*. New York: Palgrave Macmillan, 2013. (Critical Media Studies). Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1057/9781137006332_18. Acesso mar. 2025.

ŠISLER, Vít; ŠVELCH, Jaroslav; ŠLERKA, Josef. Video Games and the Asymmetry of Global Cultural Flows: The Game Industry and Game Culture in Iran and the Czech Republic. *International Journal of Communication*, v. 11, p. 3857–3879, 2017.

THOMPSON, John B. *A mídia e a modernidade*: uma teoria social da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

"SALVANDO O BRASIL DO COMUNISMO": ANÁLISE DE COMO O ANTICOMUNISMO CONTRIBUIU PARA A TENTATIVA DE GOLPE DE ESTADO (2019-2023)

Gabriel Lopes Silva¹²¹

Introdução

Este texto buscar conectar os eventos de 8 de janeiro de 2023 com transformações políticas globais, destacando seu papel simbólico na defesa da democracia. Essa abordagem reforça a relevância do ocorrido como um fenômeno político com repercussões além do ato em si. O anticomunismo atuou como espoleta ideológica para mobilizar apoiadores de Bolsonaro, estabelecendo noções de inimigo que reforçam a polarização.

A narrativa mostra como o bolsonarismo se amparou em lideranças carismáticas e discursos com retórica anticomunista para tonar o golpe plausível. Apesar da retórica inflamada, o texto destaca que os atos foram fruto de radicalização de base, não de um golpe militar estruturado. A caracterização do evento como o ápice de uma campanha de mobilização e desinformação institucionalizada traz à tona o nível de crise simbólico e institucional vivenciado.

O 8 de janeiro deve ser encarado não como um incidente isolado, mas como sintoma de tensões profundas na democracia brasileira. É importante entender que o anticomunismo não é apenas uma retórica do passado, mas um elemento estruturante e ainda ativo da cultura política brasileira. Sendo assim, podemos relacionar o 8 de janeiro de 2023 com a permanência de imaginários políticos autoritários e com o uso do “perigo vermelho” como categoria mobilizadora. A problematização central reside em compreender como o anticomunismo serviu, historicamente e no presente, para justificar práticas de exclusão, perseguição e mobilização de massas.

Assim, este trabalho poderá contribuir de forma significativa para a historiografia do presente, pois demonstra a centralidade do anticomunismo como operador simbólico nas tentativas de ruptura democrática no Brasil,

¹²¹ Graduado em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Email: gabriellopessilvamg@gmail.com

articulando de forma consistente teoria clássica e contexto contemporâneo, oferecendo subsídios importantes para o debate acadêmico sobre a permanência de discursos autoritários na política brasileira.

Anticomunismo enquanto elemento mobilizador no 8 de janeiro de 2023

O dia 8 de janeiro de 2023 marcou a história do Brasil. O Palácio do Planalto e os prédios do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF), que representam os três poderes da República, foram vandalizados por extremistas, que atacaram a democracia brasileira. Esses atos antidemocráticos não se resumem somente ao 8 de janeiro. Constituíram-se como um elemento da cultura política do governo de Jair Messias Bolsonaro, ganhando bastante força após a vitória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de outubro de 2022. Os bloqueios de estradas, ônibus queimados, uma bomba no aeroporto de Brasília, e, principalmente, os acampamentos em frente aos quartéis do Exército por todo o país, contribuíram de forma significativa para a tentativa de golpe.

Radicais da extrema direita brasileira pediram a intervenção militar durante os atos. Na percepção dos extremistas, caberia às Forças Armadas, por força do art. 142 da Constituição Federal de 1988, ser o poder moderador para arbitrar o desequilíbrio. Este é um entendimento equivocado, pois o artigo funcionaria como uma espécie de mecanismo de freios e contrapesos, atribuindo o controle recíproco entre o Executivo, Legislativo e Judiciário, marcando a interdependência e a cooperação, próprias da unidade estatal.

Aqueles que ficaram acampados em frente aos quartéis faziam parte de uma ala mais radical de apoiadores de Jair Bolsonaro, visto como uma espécie de líder messiânico, salvador da pátria, e que salvaria o país do comunismo. O filósofo Jason Stanley, aponta que uma característica recorrente de políticos de extrema-direita, especificamente fascistas, é o discurso do “nós contra eles”, sendo este, um elemento estratégico para mobilizar sua base de apoiadores. Outros elementos apontados pelo autor são: o passado mítico, propaganda, anti-intelectualismo, irreabilidade, hierarquia, vitimização, lei e ordem, ansiedade sexual, apelos à noção de pátria e desarticulação da união e do bem-estar público, ambos podem ser encontrados nos discursos de Bolsonaro e seu eleitorado.

Como nos regimes fascistas, o bolsonarismo revive o inimigo, que, nesse caso, seria o comunismo, para justificar uma tentativa de golpe de Estado, prática política reincidente no país desde o Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Mais do que qualquer agenda positiva, o comunismo é o principal antagonista que molda a identidade coletiva dos manifestantes.



Fonte: Daniel Arroyo. 2022.

Por meio da imagem acima, podemos notar que o bolsonarismo tem uma visão crítica e frequentemente hostil em relação a algumas das principais instituições democráticas do Brasil, como o Supremo Tribunal Federal (STF). Parte da base militante bolsonarista acredita que essas instituições estão ou estavam impedindo o avanço de políticas e decisões alinhadas com o governo de Jair Bolsonaro. A ideia de uma intervenção militar remete à Ditadura Militar (1964-1985), período que muitos radicais que estava atuando durante o 8 de janeiro, enxergam como um período de “ordem” e “autoridade”, em contraste com o que consideram ser a “anarquia” ou “descontrole” das instituições democráticas contemporâneas.

O discurso bolsonarista, muitas vezes, apoia-se na retórica do anticomunismo, uma ideia profundamente enraizada na história política do Brasil desde a Revolução Russa, em 1917. Durante o século XX, o anticomunismo foi utilizado enquanto elemento mobilizador, com a finalidade de criar um imaginário. Para o historiador José Murilo de Carvalho, “é por meio do imaginário que se pode atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o

coração, isto é, as aspirações e o medo de um povo” (Carvalho, 2017, p. 11). O comunismo era visto como algo a ser eliminado, e, na esteira de Carvalho, as sociedades utilizam-se do imaginário para definir “suas identidades e objetivos, definem seus inimigos e organizam seu passado, presente e futuro”.

Rodrigo Patto Sá Motta destaca que “as culturas políticas mais sólidas, como o comunismo, o republicanismo ou o fascismo, para ficar em apenas alguns exemplos, cruzam as diferentes classes sociais e atraem pessoas de origens diversas” (Motta, 2009, p. 14). Nesse sentido, podemos compreender parte do forte uso da retórica do combate ao comunismo utilizada veementemente por Bolsonaro, que geralmente recorre às estratégias de regimes autoritários.

O discurso anticomunista é frequentemente utilizado por bolsonaristas para se referirem a opositores e aos que são vistos como uma ameaça ao conservadorismo ou à visão de mundo deles. Acusar o STF de ser comunista é uma forma de deslegitimar as decisões da Corte, que, na visão deles, representam um obstáculo às pautas do Governo ou à liberdade de ação do presidente.

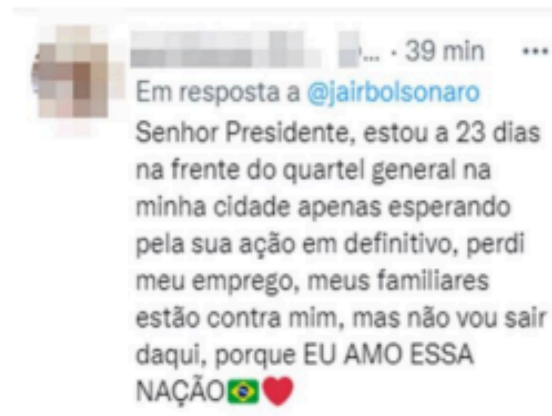
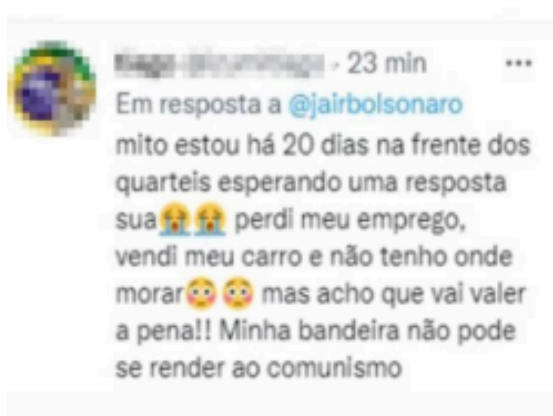
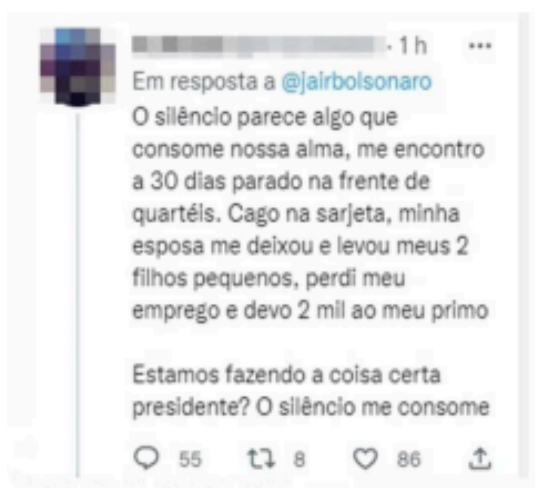
Ao chamar seus apoiadores para comparecerem ao movimento de 7 de setembro de 2021, o ex-presidente não poupou declarações que traziam consigo ameaças veladas, dando a entender que ele poderia tomar medidas drásticas. Com frases de efeito, como “as oportunidades aparecem”, “nunca outra oportunidade para o povo brasileiro foi tão importante ou será importante”, “creio que chegou a hora, de nós, no dia 7, nos tornarmos independentes para valer”, Bolsonaro antecede alguns atos retoricamente, como disseram Francisco Carlos Teixeira Silva e Karl Schurster (Silva; Schurster, 2023, p.129).

Não houve nenhuma ruptura. Mas a senha do golpe continuou rondando o país. De acordo com o Datafolha, em 2021, 50% dos brasileiros entrevistados acreditavam que Bolsonaro poderia dar um golpe de Estado. Através dos discursos do 7 de setembro, podemos ver, no entanto, uma tentativa de ruptura sem sucesso, talvez pela falta de apoio. É considerável analisar que tais discursos apresentaram um caráter autoritário e carismático. Houve bastante apoiadores no ato de Jair Bolsonaro, mostrando uma forma de submissão ao carisma do chefe, pessoa em que os súditos depositam fé e esperança, como

teorizou o sociólogo Max Weber ao analisar o líder político carismático. Podemos interpretar o 7 de setembro como uma espécie de mobilização, na qual o ex-presidente não buscava dar um golpe, mas ensaiar uma possível tentativa caso perdesse as eleições que ocorreram no ano de 2022.

Bolsonaro, estava deliberadamente fomentando um ambiente de tumulto e agitação política por meio de seus discursos, o que representa uma ameaça à democracia e pode ser considerado antidemocrático. É importante salientar que as demonstrações de apoio ao ex-presidente, como as ocorridas no 7 de setembro, visam reforçar a narrativa de que a presença do povo nessas manifestações seria a “prova definitiva” de que qualquer derrota do então presidente nas eleições só ocorreria por meio de fraude. Isto resultou na intensificação da agressividade desse grupo nas redes sociais, com ameaças de que não aceitariam outro resultado.

No *Relatório Final* da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de Janeiro de 2023, do Senado Federal, nota-se, através de capturas de tela da rede social “X”, antigo Twitter, que, inclusive, estão no documento do Senado Federal constituinte da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), como determinados bolsonaristas veneravam, e ainda veneram, de maneira fanática a figura de Jair Bolsonaro.



Capturas da rede social X, em que manifestantes bolsonaristas mostram apoio ao seu líder.

Fonte: CPMI, Senado Federal. 2023.

Esta narrativa foi amplificada por um ambiente de polarização e desinformação, principalmente nas redes sociais, onde discursos extremistas encontraram espaço para se proliferarem. Mensagens de ódio e teorias conspiratórias ajudaram a criar um clima de tensão crescente, no qual a ideia de que as eleições de 2022 seriam fraudadas tornou-se quase uma crença comum entre os setores mais radicais. Esses grupos passaram a interpretar qualquer derrota eleitoral como resultado de um complô, reforçando a desconfiança nas instituições democráticas, especialmente no STF e no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O discurso de intervenção militar, portanto, surgiu como uma solução “patriótica” na visão desses indivíduos, que acreditavam que as Forças Armadas deveriam “restaurar a ordem” e garantir a vitória de Bolsonaro, mesmo que à margem da legalidade. Esses grupos distorceram o papel constitucional das Forças Armadas, ignorando o fato de

que elas são subordinadas ao Estado democrático de direito e não podem ser utilizadas como instrumentos de rupturas institucionais.

O contexto dos atos de 8 de janeiro não significou uma simples tentativa de desestabilizar o governo eleito. Ele reflete o processo de radicalização política, que, ao longo do governo Bolsonaro, foi fomentado para criar uma base de apoio mobilizada contra as instituições democráticas. A retórica inflamada de Bolsonaro, combinada com a desinformação, cristalizou uma visão polarizada do mundo, na qual qualquer oposição ao seu governo era vista como uma ameaça existencial.

O 8 de janeiro foi o ápice de uma campanha antidemocrática e desestabilizadora, construída nos anos de seu governo, e que encontrou nas narrativas de fraude eleitoral, no anticomunismo e no culto à personalidade de Jair Bolsonaro seus principais pilares. Este ataque às instituições deve ser interpretado como um alerta sobre os perigos da erosão democrática e da manipulação política, que, quando alimentados por líderes com agendas autoritárias, podem resultar em crises institucionais de graves proporções.

Esse evento, ao mesmo tempo que expôs a fragilidade das instituições em lidar com uma base radicalizada, reforçou ser imperativo preservar a ordem democrática e a luta contínua pela construção de um debate público mais saudável, ancorado no respeito às regras do jogo democrático. Ao mesmo tempo, os atos de 8 de janeiro evidenciam o desafio de conter a radicalização de setores que se opõem à ordem democrática.

A adesão de uma parcela significativa da população a discursos que promovem a ruptura institucional revela a eficácia de uma estratégia política que explora vulnerabilidades sociais e desconfianças latentes, utilizando-se de mentiras e meias-verdades para atingir seus objetivos. Este fenômeno é amplificado pelo ambiente digital, onde algoritmos reforçam bolhas de pensamento e fomentam a circulação de informações falsas – as chamadas *Fake News* –, dificultando o acesso ao debate crítico e ao diálogo construtivo.

A resposta das instituições brasileiras a esse cenário, embora importante, exige uma atuação mais ampla e integrada, voltada não apenas para o combate aos atos de violência, mas para a mitigação das causas subjacentes da polarização. Em um contexto de profundas divisões sociais, a promoção de políticas públicas que fortaleçam a educação para a cidadania, a

transparência e a confiança institucional torna-se um pilar essencial para a preservação da democracia.

Assim, o episódio de 8 de janeiro deve ser encarado não apenas como um incidente isolado, mas como um sintoma de transformações políticas e sociais que afetam o Brasil e outras democracias ao redor do mundo. A luta contra a desinformação, a construção de pontes de diálogo e o fortalecimento dos valores democráticos são caminhos indispensáveis para prevenir que momentos como esse se repitam, assegurando que o sistema democrático se mantenha resiliente frente aos desafios impostos por ondas de autoritarismo e populismo extremista.

Conclusão

O anticomunismo, longe de ser um resquício do passado, permanece como um elemento central de mobilização política no Brasil contemporâneo. Os atos de 8 de janeiro de 2023 evidenciam como esse discurso, associado à retórica do “inimigo interno” e ao culto a lideranças carismáticas, foi instrumentalizado para justificar ataques às instituições democráticas. O episódio demonstra a capacidade do anticomunismo de se atualizar e de articular medos históricos a novas formas de radicalização, potencializadas pelas redes digitais e pelo ambiente de desinformação.

Nesse sentido, compreender o papel do anticomunismo na cultura política brasileira é fundamental para analisar as continuidades entre experiências autoritárias do século XX e os movimentos de contestação democrática no presente. O 8 de janeiro, mais do que um episódio isolado, deve ser interpretado como sintoma de um processo mais amplo de erosão democrática, no qual discursos excludentes e conspiratórios encontram terreno fértil em contextos de polarização e crise de confiança institucional.

Portanto, a análise desse fenômeno contribui não apenas para a historiografia sobre o anticomunismo e sua permanência, mas também para os debates atuais sobre os limites da democracia brasileira e os desafios de sua consolidação. A defesa de instituições sólidas, a promoção da educação crítica e o fortalecimento da esfera pública são condições indispensáveis para evitar que narrativas autoritárias, travestidas de defesa da pátria, voltem a colocar em risco o Estado democrático de direito.

Referências

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

GIELOW, Igor. Metade dos brasileiros diz acreditar que Bolsonaro pode dar golpe. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/09/datafolha-metade-dos-brasileiros-diz-acreditar-que-bolsonaro-pode-dar-golpe.shtml>. Acesso em: 14 nov. 2024.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. Niterói: Eduff, 2020.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A guerra cultural bolsonarista. **Contenciosa**, Santa Fe, n. 12, p. 1-16, 2022. DOI: 10.14409/rc.10.12.e0015. Disponível em: <https://bibliotecavirtual.unl.edu.ar/publicaciones/index.php/Contenciosa/article/view/11496>. Acesso em: 19 ago. 2025.

SENADO FEDERAL. **Relatório da CPMI - 8 de janeiro - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Atos de 8 de janeiro de 2023**. [Brasília: Senado Federal], 2023. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?codcol=2606>. Acesso em: 14 nov. 2024.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira; SCHURSTER, Karl. **Como (não) fazer um golpe de estado no Brasil: uma história interna do 8 de janeiro de 2023**. Recife: EDUPE, 2023.

STANLEY, Jason. **Como funciona o fascismo: a política do “nós” e “eles”**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

SETE VÉUS, SETE MARIDOS: GÊNERO, PODER E MATRIMÔNIO EM OS *SETE MARIDOS DE EVELYN HUGO*

Lucas Matheus Araújo Bicalho¹²²

Luís Fernando de Souza Alves¹²³

Introdução

A literatura tem sido, ao longo da história, se manifestou como uma das formas mais poderosas de expressão e registro das experiências humanas. Mais do que simples artefato estético, ela configura-se como um espelho das dinâmicas culturais, sociais e dos costumes de uma época. Ao retratar personagens, ambientes, conflitos e valores, a literatura proporciona não apenas entretenimento, mas também reflexão e crítica, permitindo ao leitor compreender os contextos históricos e sociais que a moldaram (Bicalho; Alves, 2025).

Consoante a Antonio Candido (2006), a literatura é uma forma de humanização, pois promove o desenvolvimento da sensibilidade e da empatia. Candido afirma que “a literatura cumpre uma função social indispensável ao humanizar o leitor, tornando-o mais apto a compreender os outros e a si mesmo” (Candido, 2006, p. 249). Assim, a perspectiva revela que a literatura ultrapassa a barreira do estético para tornar-se instrumento de formação ética e cultural.

Assim, a literatura escrita por mulheres ocupa um papel essencial na construção de representações plurais da cultura, dos costumes e da sociedade. Por muito tempo marginalizadas no cânone literário, as escritoras desenvolveram estratégias para inserir suas experiências e questionamentos no campo literário, abordando temas como opressão de gênero, maternidade, sexualidade, identidade e desigualdade social (Bicalho; Alves; Pereira, 2025). Ao fazê-lo, transformaram o romance em espaço de denúncia, resistência e imaginação crítica.

¹²² Mestrando em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: bicalholucas7@gmail.com

¹²³ Universidad de Jaén (UJA). E-mail: luisf3@gmail.com

À vista disso, o romance *Os Sete Maridos de Evelyn Hugo*, de Taylor Jenkins Reid, o casamento é apresentado como uma ferramenta multifacetada, marcada por estratégias de sobrevivência, manipulação da imagem pública e negociações entre desejo e poder (Reid, 2019). Evelyn Hugo, uma estrela do cinema clássico de Hollywood, não se casa sete vezes por ingenuidade ou romantismo, mas para atender a expectativas sociais, preservar sua carreira ou proteger segredos que, em sua época, poderiam arruiná-la (Reid, 2019). Ao narrar suas experiências matrimoniais, a protagonista revela como o matrimônio é menos um espaço de liberdade afetiva e mais um campo de disputas simbólicas, onde o corpo da mulher é constantemente regulado e performado conforme as exigências externas.

Diante das múltiplas formas pelas quais o casamento moldou, controlou e, por vezes, subverteu a trajetória das mulheres ao longo do tempo, esta pesquisa propõe-se a analisar como as experiências matrimoniais narradas na obra *Os Sete Maridos de Evelyn Hugo* refletem e tensionam as expectativas culturais construídas em torno do matrimônio. A partir do olhar dos Estudos Feministas e da História das Mulheres, busca-se compreender como a protagonista, uma mulher que se move entre as exigências da fama e os limites impostos ao feminino, reconfigura, em cada uma de suas uniões, os sentidos do casar, obedecer, calar e resistir.

Entende-se, aqui, que o casamento não como um simples contrato afetivo, mas como uma prática social profundamente enraizada em normas de gênero, estruturas de poder e convenções históricas que, ao longo dos séculos, regularam o corpo, os desejos e o destino das mulheres. Sendo assim, segundo Mary Del Priore (2011, 2020) o matrimônio foi, e continua sendo, espaço de negociações, tensões e estratégias de sobrevivência.

A abordagem metodológica adotada é qualitativa e interpretativa, com foco na análise textual e simbólica da narrativa. A leitura da trajetória de Evelyn Hugo privilegia os aspectos discursivos e culturais que emergem de suas vivências conjugais, atentando não apenas para o que os casamentos dizem sobre ela, mas também para o que silenciam, o que revelam sobre seu tempo, e como desestabilizam padrões sobre amor, lealdade, sexualidade e poder feminino.

O casamento como instituição de controle

Ao longo da história do Ocidente, o casamento consolidou-se como uma das mais importantes instituições voltadas à preservação da ordem social, cultural, econômica e política. Muito além de um pacto afetivo entre duas pessoas, o matrimônio desempenha uma função normativa ampla, articulando interesses coletivos e reafirmando as estruturas de poder que sustentam a organização social (Bicalho *et al.*, 2023; Bicalho *et al.*, 2025). Quando legitimado pelas instâncias jurídicas e religiosas, ele não apenas disciplina os afetos e regula as relações íntimas, mas também impõe modelos de comportamento e papéis sociais rigidamente definidos para homens e mulheres. Nesse sentido, o casamento atua como um dispositivo de controle simbólico e material, orientando a vida privada segundo valores e convenções historicamente construídos (Maia, 2011).

Historicamente, o casamento tem operado como um instrumento central na organização social, funcionando não apenas como expressão de afetos, mas, sobretudo, como mecanismo de legitimação de relações, definição de papéis e reforço das normas de gênero. Instituições como a família, com o casamento em seu núcleo, exercem um poder disciplinar sobre os corpos, naturalizando padrões afetivos e sexuais que se ajustam ao ideal dominante de cada época (Maia, 2011; Foucault, 1976).

Na esfera cultural, esse ritual consagra valores hegemônicos, promovendo a monogamia heterossexual como modelo normativo e excluindo outras formas de convivência. Autoras como Simone de Beauvoir (1970) e Mary Del Priore (2011) evidenciam como esse sistema restringiu historicamente as mulheres aos papéis de esposa, mãe e cuidadora, reafirmando a ordem patriarcal e limitando sua autonomia.

Diante disso, o casamento cumpre funções políticas e econômicas estratégicas. Surgido como forma de garantir a herança e o controle da propriedade privada (Samara, 1983), ele está ligado à reprodução da força de trabalho e à manutenção do capital. A legislação matrimonial, ao definir quem pode se casar, sob quais condições e com quais direitos, transforma o casamento em um instrumento de regulação social que segmenta o acesso à cidadania (Taylor; Fonseca, 2015). Nesse contexto, indivíduos e formas de união que escapam ao modelo tradicional, como casais homoafetivos ou

uniões informais, são historicamente marginalizados, reforçando a dimensão excludente dessa instituição

Desejo, fama e identidade na narrativa de Evelyn Hugo

Os casamentos de Evelyn Hugo, protagonista do romance *Os Sete Maridos de Evelyn Hugo*, funcionam como crítica contundente ao matrimônio tradicional, evidenciando suas implicações com as estruturas de gênero, sexualidade e poder. Nenhuma das sete uniões da personagem é motivada pelo amor romântico, mas por estratégias de sobrevivência, ascensão social ou proteção. Assim, o casamento torna-se, para Evelyn, um instrumento ambíguo: em que reforça estruturas patriarcais, oferece também brechas para a agência feminina em um sistema que historicamente subjuga as mulheres (Reid, 2019).

Desde o primeiro casamento com Ernie Diaz, o matrimônio é usado por Evelyn como via de mobilidade social. Essa união evidencia, conforme aponta Silvia Federici (2019), o papel econômico do casamento como instituição disciplinadora dos corpos femininos, ligada à lógica do trabalho reprodutivo sob dominação masculina. Já no segundo casamento, com Don Adler, a narrativa revela a face violenta do ideal romântico, naturalizando a submissão feminina e a violência conjugal, um ciclo que Evelyn rompe, recusando o sofrimento como prova de amor (Hooks, 2019).

Nos casamentos seguintes, como os com Mick Riva e Rex North, o matrimônio assume caráter performativo e utilitário. Com Mick, serve de disfarce para ocultar sua relação homoafetiva com Celia St. James, ilustrando o conceito de heterossexualidade compulsória de Judith Butler (2003). Com Rex, configura-se como um contrato de conveniência para preservar a imagem pública, o que remete à ideia de Gayle Rubin (2017) sobre o casamento como elemento de uma economia sexual, no qual mulheres circulam como capital simbólico e social.

O casamento com Harry Cameron rompe os padrões tradicionais, pois é marcado por afeto e solidariedade entre dois indivíduos *queer* que buscam proteção diante de um sistema opressor. Essa união representa uma forma alternativa de família, baseada no cuidado mútuo, alinhando-se ao pensamento de Adrienne Rich (2003) sobre alianças não heteronormativas (Reid, 2019). Já a relação com Max Gerard evidencia a objetificação da mulher como ideal

estético, o que Angela Davis (2016) analisa como parte das mitologias patriarcais que apagam a subjetividade feminina em nome da fantasia masculina.

O último casamento, com Robert Jamison, é puramente legal e estratégico, realizado para garantir a guarda da filha de Evelyn e Celia, revelando os limites legais impostos às famílias queer. Em todos esses casos, Evelyn subverte a função tradicional do casamento, transformando-o em um campo de negociação. Ainda que não rompa totalmente com a lógica patriarcal, sua trajetória expõe as contradições da normatividade conjugal e desafia a ideia de que o amor romântico é o destino inevitável das mulheres (Reid, 2019). No romance, o casamento não é um lugar de plenitude, mas um espaço de disputa simbólica entre desejo, identidade e poder.

Considerações finais

Ao analisar os casamentos de Evelyn Hugo sob a ótica dos estudos de gênero e da história das mulheres, compreende-se que o matrimônio, longe de ser um simples vínculo afetivo, atua como uma instituição carregada de normas, expectativas e dispositivos de controle. A protagonista do romance *Os Sete Maridos de Evelyn Hugo* expõe, por meio de suas escolhas, os mecanismos que historicamente regulam os corpos e as subjetividades femininas. Sua trajetória evidencia que o casamento é também um campo de disputas simbólicas, onde gênero, poder e sexualidade se entrelaçam, revelando as contradições entre os modelos sociais impostos e as experiências vividas pelas mulheres.

Referências

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo *et al.* “Ele me tratava como uma rainha... até eu querer minha liberdade”: análise narrativa e reflexões de Elize Matsunaga na Netflix. SANTOS, Ednan; GALVÃO, Karine (Org.). **Ciências Humanas e Sociedade**: estudos interdisciplinares. Ponta Grossa: Aya, 2025. p. 26-38.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo *et al.* A “SOLTEIRONA” NA SÉRIE BRIDGERTON DA NETFLIX: subversão e reinvenção de estereótipos no contexto social do século XIX. **Cadernos Zygmunt Bauman**, v. 13, n. 33, 1

Dez 2023 Disponível em:

<https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bauman/article/view/24920>.

Acesso em: 13 jul 2025.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís Fernando de Souza; PEREIRA, Maurício Alves de Souza. Entre Páginas e Cicatrizes: a violência contra a mulher em O Peso do Pássaro Morto e no cotidiano brasileiro. **História em Revista**, v. 30, n. 2, p. 76-91, 30 jul. 2025.

BICALHO, Lucas Matheus Araujo; ALVES, Luís. Fernando de Souza. A transfiguração do feminino na literatura brasileira: uma análise sobre a figura da Maria Moura (1992) como símbolo de resistência e subversão aos papéis de gênero. **Semina - Revista dos Pós-Graduandos em História da UPF**, [S. l.], v. 24, n. 1, p. 63-82, 2025. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/16804>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CANDIDO, Antonio. **A Literatura e a Formação do Homem**. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2006.

DEL PRIORE, Mary. **Histórias íntimas**: sexualidade e erotismo na história do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2011.

DEL PRIORE, Mary. **Sobreviventes e guerreiras**: uma breve história da mulher no Brasil de 1500 a 2000. São Paulo: Planeta, 2020.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução**: trabalho doméstico, reprodução e lutas feministas. São Paulo: Elefante, 2019.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1976.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo**: políticas arrebatadoras. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

MAIA, Cláudia. **A invenção da solteirona**: conjugalidade moderna e terror moral: Minas Gerais (1890-1948). Editora Mulheres, 2011.

REID, Taylor Jenkins. **Os sete maridos de Evelyn Hugo**. São Paulo: Editora Paralela, 2019.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. In: FACCHINI, Regina; PELÚCIO, Larissa (Orgs.). **Dissidências sexuais**. São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 17–36.

SAMARA, Eni de Mesquita. **A família brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

TAYLOR, Alice; FONSECA, Vanessa. O controle da sexualidade feminina e o casamento na infância e adolescência. **Revista Brasileira de Sexualidade Humana**, v. 26, n. 2, 2015.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

SILÊNCIOS QUE GRITAM: A EXPERIÊNCIA FEMININA EM O PESO DO PÁSSARO MORTO

Agnes Renne Barbosa Santos¹²⁴

Maria Tereza Silva Costa¹²⁵

Introdução

Em 2017, Aline Bei publicou *O peso do pássaro morto*, um romance curto, mas de enorme impacto, que rapidamente conquistou leitores e críticas. A obra acompanha a vida de uma mulher dos oito aos cinquenta e dois anos, em uma narrativa fragmentada, poética e profundamente sensível. Mais do que contar a história de uma personagem, Bei nos apresenta uma experiência coletiva: as dores, perdas e violências que marcam tantas mulheres no Brasil e no mundo.

Essa recepção imediata está ligada não apenas à força estética do livro, mas também ao momento histórico em que foi publicado. O Brasil da década de 2010 vivia intensos debates sobre desigualdade de gênero, feminicídio e violência doméstica. Nesse cenário, a escrita de Bei se inscreve como denúncia, mas também como testemunho literário.

Este artigo busca compreender de que forma a autora constrói, pela linguagem, temas como luto, violência e melancolia, transformando o silêncio e a fragmentação em um recurso de resistência. Para isso, dialogamos com pensadoras dos Estudos de Gênero e da História Social das Mulheres, como Joan Scott (1995), Teresa de Lauretis (1994), Rita Segato (2003) e Heleieth Saffioti (1995). O objetivo é mostrar como, ao romper com padrões tradicionais da literatura, Bei cria uma escrita que não apenas narra a dor, mas a sente e, assim, dá voz a histórias que por muito tempo foram caladas.

Objetivo Geral

¹²⁴ Graduanda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: agnesrenne889@gmail.com

¹²⁵ Graduanda em História, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: m.terezacosta8@gmail.com

Analisar, por meio de uma obra literária, a violência contra a mulher evidenciada pelo silêncio social e pelo apagamento simbólico, refletindo seus impactos na construção de valores sociais na contemporaneidade.

Objetivos Específicos

Identificar personagens femininas que representam diferentes formas de silenciamento e apagamento social; Examinar como a narrativa literária revela a violência estrutural e simbólica contra a mulher; Relacionar elementos da obra com valores sociais contemporâneos, evidenciando a reprodução cultural da desigualdade de gênero; Avaliar a contribuição da literatura para a compreensão crítica da violência de gênero na sociedade atual.

Metodologia

Este estudo é qualitativo e interpretativo, baseado na análise literária do romance “O peso do passado morto”(2017), de Aline Bei. O foco da análise são os recursos formais do texto, como fragmentação, pausas, repetições e o silêncio, representativos de dor, luto e resistência por parte da narradora.

Os trechos foram selecionados a partir de leitura integrativa da obra e organizado em categorias temáticas. A interpretação dialoga com o referencial teórico dos Estudos de Gênero e da História Social das Mulheres. Cuidados éticos foram adotados no tratamento de temas sensíveis, evitando generalização da e respeitando a complexidade das experiências narradas.

A linguagem como cicatriz

Uma dos primeiros elementos que chama atenção em O peso do pássaro morto é a forma. O texto não segue o padrão linear dos romances clássicos: frases curtas, silêncios, espaços em branco. É como se o próprio livro tivesse sido ferido junto com sua narradora. Essa escolha estilística evidencia que, mais do que contar uma história, Bei deseja fazer com que o leitor experimente, por meio da forma, a interrupção, a fragmentação e o trauma.

A protagonista nunca tem um nome. Essa ausência sugere que ela pode ser qualquer mulher ou todas as mulheres. Trata-se de uma estratégia narrativa poderosa: a personagem não é um indivíduo isolado, mas um espelho das

violências vividas por tantas. Como observa Teresa de Lauretis (1994), “a linguagem literária é um espaço de disputa da identidade feminina”. Bei coloca essa disputa em prática ao transformar os cortes no texto em cicatrizes visíveis.

Além disso, a estética fragmentada rompe com a expectativa de linearidade e continuidade que marca a tradição do romance ocidental. O texto de Bei convida o leitor a preencher os vazios, a escutar os silêncios, a lidar com aquilo que não pode ser dito. Dessa forma, a obra se aproxima da experiência real do trauma, em que as lembranças aparecem de modo descontínuo e muitas vezes incomunicável.

Luto e melancolia: perdas que atravessam

O luto acompanha a protagonista desde a infância. Aos oito anos, ela enfrenta a morte de sua melhor amiga em um acidente, experiência que se torna uma marca definitiva em sua trajetória. Ao questionar a mãe sobre o significado da morte, recebe uma explicação dura, que associa a perda da autonomia do corpo ao destino de um pedaço de carne (Bei, 2017, p. 23).

Esse trecho ilustra não apenas a dificuldade dos adultos em lidar com a dor da criança, mas também a forma como a morte é associada à perda de autonomia do corpo feminino. A metáfora do “bife” desumaniza a experiência e antecipa uma trajetória em que o corpo da protagonista será constantemente atravessado pela violência.

Na tradição psicanalítica, Freud diferencia luto de melancolia: enquanto o luto pode ser elaborado e superado, a melancolia permanece como ferida que não cicatriza. Em Bei, a narrativa ecoa essa distinção: a dor não é elaborada, mas reincide a cada etapa da vida. O ritmo da escrita, cheio de pausas e quebras, reforça esse estado de suspensão. Assim, o texto não apenas descreve a melancolia, mas a encena, transformando a leitura em experiência partilhada.

Violência como estrutura: o silêncio que pesa

Entre as experiências mais marcantes da protagonista está a violência sexual. Bei não descreve o episódio em detalhes, mas o cerca de silêncios e

ausências. Esse silêncio não é falta de narrativa: é a própria forma de narrar o trauma.

Rita Segato (2003) lembra que a violência contra a mulher não é um evento isolado, mas uma estrutura de poder que organiza a sociedade. O silêncio em torno do abuso sofrido pela personagem ecoa essa lógica, mostrando que a violência é sustentada não apenas pelo ato em si, mas também pelo não-dito, pela convivência social e pela ausência de acolhimento.

Heleieth Saffioti (1995) amplia essa reflexão ao demonstrar que a violência contra a mulher extrapola o espaço doméstico e se manifesta em diferentes esferas sociais. No romance, a falta de apoio da família e da comunidade reforça essa vulnerabilidade. A personagem não encontra lugar de proteção. O silêncio, nesse caso, é mecanismo de dominação: cala a vítima e protege o agressor.

Maternidade e desamparo

Outro eixo central do romance é a maternidade. Longe da idealização cultural que apresenta a mãe como símbolo de afeto e cuidado, Bei retrata uma maternidade marcada pelo desamparo. A narradora é rejeitada pelo filho, que, apesar de depender dela, nunca lhe oferece reconhecimento ou amor. Em uma cena dolorosa, ele pede comida, mas jamais diz “eu te amo” (Bei, 2017, p. 79).

Essa representação quebra um dos maiores tabus da cultura brasileira: a ideia de que a maternidade é naturalmente gratificante. Como observa Saffioti (1995), a imagem da mulher como cuidadora serve muitas vezes para legitimar opressões, invisibilizando o sofrimento materno. Em Bei, a maternidade aparece como continuidade do ciclo de abandono: a filha desamparada se torna uma mãe não reconhecida.

Essa desconstrução é fundamental, pois revela que o amor materno não é um instinto inato, mas uma relação social permeada por expectativas, desigualdades e violências simbólicas. Ao narrar essa maternidade ferida, Bei abre espaço para discutir as pressões sociais que recaem sobre as mulheres, muitas vezes ignorando suas dores.

Gênero e resistência pelo silêncio

Joan Scott (1995) argumenta que gênero é uma categoria útil de análise histórica, pois revela como as diferenças entre homens e mulheres são construções sociais e políticas que organizam o poder. E ao ler “O peso do pássaro morto” a partir dessa perspectiva é possível perceber como o romance desnaturaliza essas construções.

O silêncio, longe de ser ausência, é transformado em resistência. Bei recusa narrar de forma linear ou completa: seus vazios e cortes funcionam como denúncia. O leitor é obrigado a lidar com aquilo que não está dito, a reconhecer a dimensão coletiva das experiências silenciadas.

Assim, o livro não fala apenas da trajetória de uma mulher, mas de uma condição social. Ao unir forma e conteúdo, Bei transforma o romance em um espaço de memória e insurgência. A fragmentação não é fragilidade, mas estratégia política.

Conexões históricas: Violência contra a mulher no contexto contemporâneo

A violência contra a mulher se manifesta em nossa sociedade em inúmeros casos, apesar dos números alarmante ocorre uma percepção de apagamento estrutural o silenciamento opressivo também por partes institucionais, com processos burocráticos longos e difíceis a falta de preparo de profissionais de segurança e na saúde contribuem para a sensação de desamparo e impunidade para com as vítimas.

A implicação de normas sociais e morais, propagadas culturalmente, deslegitima as mulheres e suas denúncias. Muitas vezes, os crimes são minimizados e as vítimas acabam sendo culpabilizadas . Ao relacionar com o livro é perceptível que não se limita apenas ao nível físico, mas também se apresenta de forma psicológica. A negação em tornar o assunto público revela em todas as instâncias o impacto social de violências de gênero.

A narrativa utilizada por Aline, ao retratar situações que chocam justamente por expor condutas consideradas “normais” pelo social e pelo que é imposto, evidencia a aceitação e o encobrimento da violência que é exigida. Dessa forma, abre espaço para discussões, oferecendo voz, nome às marcas deixadas por essas experiências, elemento essencial para romper com ciclos

de obrigatoriedade histórica e possibilitar um caminho de escuta ativa, acolhimento e justiça.

Considerações finais

O peso do pássaro morto é um livro que dói, mas também resiste. Aline Bei constrói uma narrativa em que luto, violência e melancolia atravessam não apenas a vida de uma personagem, mas a experiência de tantas mulheres silenciadas pela sociedade patriarcal.

Ao dialogar com autoras como Scott, Segato e Saffioti, percebemos que a obra vai além do plano individual: ela denuncia estruturas sociais e transforma a literatura em espaço de resistência. A fragmentação da escrita, os silêncios e as pausas não são falhas, mas escolhas estéticas que performam o trauma e revelam a potência política da arte.

Em tempos em que as mulheres continuam sendo alvo de violências cotidianas e estruturais, a escrita de Bei se torna ainda mais urgente. Sua literatura mostra que narrar o silêncio é uma forma de fazer história. O peso do pássaro morto é também o peso das histórias não contadas e, ao escrevê-las, Aline Bei lhes dá a possibilidade de voar.

Referências

ARAUJO BICALHO, L.M.; SOUZA ALVES, L.F.; SOUZA PEREIRA, M.A. Entre páginas e cicatrizes: a violência contra a mulher em *O peso do pássaro morto* e no cotidiano brasileiro. **História em revista**, v.30,n.2, p.76-91, 30 jul.2025.

BEI, Aline. **O peso do pássaro morto**. São Paulo: Companhia das letras, 2017.

DE LAURETIS, Teresa. **A tecnologia do gênero**. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de (org.). *Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1995.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

SEGATO, Rita Laura. **Las estructuras elementales de la violencia**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2003.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

UMA DESCRIÇÃO Densa DA AMARELINHA: BOLSONARISMO E A DISPUTA SIMBÓLICA PELA CAMISA DA SELEÇÃO (2018 -2024)

Lucas de Lima Pinheiro¹²⁶

1.Introdução: O campo simbólico do futebol e a camisa como objeto político

No imaginário social brasileiro, poucos elementos condensam tantos significados quanto a camisa da Seleção Brasileira de Futebol. Mais do que um uniforme esportivo, a "Amarelinha"¹²⁷ se constituiu, ao longo do século XX, como um símbolo nacional-popular, associado ao orgulho patriótico, à celebração da diversidade cultural e ao mito de uma identidade nacional forjada no campo de futebol. No entanto, na segunda década do século XXI, especialmente durante os anos de ascensão e governo de Jair Bolsonaro, essa peça têxtil passou a operar também como uma bandeira política, visualmente associada a manifestações conservadoras, discursos autoritários e reivindicações antidemocráticas.

Este artigo parte da hipótese de que a eficácia simbólica dessa apropriação se deu não apenas pela potência imagética da camisa, mas também pelo vazio de disputa por parte de setores progressistas e democráticos. A Amarelinha, que poderia ser símbolo de unidade e pluralidade, foi gradualmente ressignificada como um marcador de pertencimento ideológico. A ausência de resistência ativa a esse processo de captura simbólica contribuiu para consolidar, ainda que artificialmente, a imagem de que "o Brasil" seria representado por um único projeto político.

Para compreender esse processo, propomos uma análise de cunho interpretativo, ancorada no pensamento de Clifford Geertz. Inspirados no conceito de *descrição densa*, tomamos a camisa como um artefato cultural que só pode ser compreendido em sua espessura simbólica, isto é, no

¹²⁶ Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). E-mail: lucaspinheiromov@gmail.com

¹²⁷ A "amarelinha" é o apelido popularmente atribuído à camisa principal da Seleção Brasileira de Futebol. O termo se refere à cor amarela predominante do uniforme, que, juntamente com o calção azul e os detalhes em verde e branco, compõem as cores da bandeira nacional. Essa denominação carinhosa e informal reflete a profunda identificação cultural e afetiva do povo brasileiro com o seu time de futebol, tornando a camisa um dos mais potentes símbolos de brasilidade e orgulho nacional.

entrelaçamento entre prática social, emoção coletiva e disputa de significados. Ao seguir esse caminho, buscamos contribuir para a reflexão sobre como os símbolos nacionais se tornam objetos centrais de disputa no campo da política e como a História do Tempo Presente pode iluminá-los enquanto arenas de conflito.

Nos próximos tópicos, exploraremos, em primeiro lugar, a trajetória simbólica da camisa da seleção, entendendo-a como parte do repertório afetivo e identitário da cultura brasileira. Em seguida, nos deteremos na instrumentalização dessa camisa pelo bolsonarismo¹²⁸, interrogando os motivos que levaram à sua eficácia simbólica e à omissão dos setores que poderiam tê-la disputado.

2. A camisa e o mito nacional: identidade, emoção e ritualidade simbólica

A camisa da Seleção Brasileira transcende o campo esportivo. Ela opera como signo de uma mitologia nacional que, embora construída historicamente, se apresenta ao senso comum como naturalizada. Em sua forma, cor e função, essa peça se inscreve no imaginário coletivo como representação da brasilidade, um artefato que mobiliza orgulho, pertencimento e emoção. O futebol, como bem notado por diversos autores, é no Brasil mais que um jogo: é um rito social, uma linguagem identitária, um palco onde o país se interpreta a si mesmo. É nesse sentido que se torna possível abordar a Amarelinha a partir do referencial teórico de Clifford Geertz.

Em sua obra *A Interpretação das Culturas*, Geertz propõe que a cultura deve ser entendida como um sistema de significações, um “tecido de significados que o próprio homem teceu” e que o pesquisador busca interpretar. Para isso, cunha o conceito de descrição densa, que consiste em captar, por meio da análise dos rituais, gestos, práticas e objetos simbólicos, os sentidos profundos que estruturam o agir social. Nas palavras do autor, “a cultura é pública porque o significado o é” (Geertz, 2008, p.09). Assim, compreender o

¹²⁸ Neste artigo, o termo *bolsonarismo* é utilizado para designar o conjunto de práticas, discursos, valores e identidades políticas associadas à figura de Jair Bolsonaro, especialmente durante e após sua ascensão à presidência da república em 2018. Mais do que a referência a um governo, o bolsonarismo configura-se como um movimento político e cultural de orientação conservadora, ancorado em pautas nacionalistas, moralistas, anti sistêmicas e de forte atuação nas redes sociais. Ela mobiliza uma base social heterogênea em torno de símbolos nacionais e discursos de rejeição às instituições tradicionais, apresentando-se como expressão legítima da vontade popular.

valor simbólico da camisa da seleção exige olhar para os contextos nos quais ela aparece, para os afetos que ela mobiliza e para os códigos sociais que lhe dão sentido.

Nesse quadro, a camisa funciona como uma linguagem não verbal de identidade nacional. Vestir a Amarelinha em uma final de Copa do Mundo, em um desfile de 7 de setembro ou em uma manifestação política carrega significados distintos e, ao mesmo tempo, interligados. A força da camisa reside justamente na sua polissemia, na sua capacidade de condensar múltiplas narrativas: vitória, sofrimento, união, exceção, pertencimento. Ela é, como diria Geertz, um “texto” que pode ser lido em camadas: ao mesmo tempo superfície e profundidade, corpo e metáfora.

Por isso, pensar a camisa da seleção como um objeto de disputa simbólica não é uma metáfora analítica, mas uma realidade cultural. Em cada uso público, ela comunica algo: pode ser o grito de um torcedor, mas também o gesto de um militante. Ela participa do que Geertz chamou de “drama social”¹²⁹, um espaço ritualizado em que os atores (cidadãos) expressam e negociam os sentidos que atribuem ao mundo em que vivem. Ao ser apropriada por um grupo político específico, a camisa é retirada de sua condição universal e passa a operar como marcador de fronteira: “quem veste, está conosco; quem não veste, é o outro”.

Essa leitura se articula à concepção de Roberto DaMatta (1982), para quem o futebol no Brasil é um espaço privilegiado de dramatização dos dilemas sociais, funcionando como arena simbólica onde a tensão entre regras universais e relações pessoais se manifesta. Tal como o carnaval ou a religiosidade popular, o futebol oferece ao brasileiro uma rara experiência de “igualdade por desempenho”, em oposição ao sistema hierárquico baseado em nome, relações e tradição familiar (Da Matta, 1982, p. 58).

Assim, é nesse processo de atribuição e redefinição de sentidos que reside a chave para compreender por que a camisa se tornou tão eficaz como

¹²⁹ O “drama social” é um conceito desenvolvido pelo antropólogo Victor Turner, que dialoga com a antropologia interpretativa de Clifford Geertz. Ele se refere a sequências de eventos públicos, muitas vezes de natureza ritualística ou cerimonial, onde conflitos ou desequilíbrios sociais são expostos, dramatizados e, por vezes, resolvidos ou transformados. Esses “dramas” são percebidos como espaços onde as tensões culturais emergem e onde os significados são negociados, expressos e experienciados pelos participantes, revelando as dinâmicas sociais e simbólicas de um grupo.

instrumento do bolsonarismo. A partir de uma estratégia comunicacional baseada em afetos, orgulho patriótico, indignação contra o “sistema”, desejo de pertencimento, o movimento se apropriou do que Geertz chamaria de “sistema cultural estabelecido”¹³⁰ para conferir legitimidade e familiaridade a sua narrativa política. Não se tratou apenas de vestir a camisa, mas de habitá-la com novos significados, de reinscrevê-la em um novo código político.

Desse modo, ao olhar para esse processo com os olhos de Geertz, compreendemos que não é possível separar os objetos culturais de seus usos sociais. A camisa da seleção é uma “piscadela”¹³¹, para usar a analogia clássica do autor: um gesto aparentemente simples, mas carregado de intenção, contexto e interpretação. E, como toda piscadela, ela pode ser autêntica, irônica, cínica, ou, como no caso que analisamos, apropriada e instrumentalizada.

3. A apropriação bolsonarista da Amarelinha: entre o silêncio e a convivência dos grupos opositores

A partir de 2018, a camisa da Seleção Brasileira tornou-se uma presença constante nas manifestações públicas de apoio a Jair Bolsonaro. Embora seja possível reconhecer que o processo de apropriação simbólica da Amarelinha pela direita brasileira tem raízes anteriores, especialmente nas Jornadas de Junho de 2013 e nas manifestações pelo impeachment de Dilma Rousseff entre 2015 e 2016, este artigo opta por concentrar sua análise no período em que o bolsonarismo se consolidou como força política organizada e dominante no cenário nacional. Reconhecemos que o bolsonarismo começou a

¹³⁰ O termo “sistema cultural estabelecido”, nesse contexto, refere-se aos padrões de significados, símbolos, valores e crenças amplamente compartilhados e reconhecidos dentro de uma sociedade, que conferem sentido à vida social e permitem a comunicação. Inspirado na obra de Clifford Geertz, que vê a cultura como um “teia de significados tecida pelo homem” e um “documento público” passível de leitura e interpretação, o conceito remete à estrutura preexistente de símbolos e códigos que podem ser mobilizados, ressignificados ou contestados por diferentes atores sociais ou movimentos políticos para legitimar suas próprias narrativas.

¹³¹ A “piscadela” é uma referência direta à analogia utilizada pelo antropólogo Clifford Geertz em seu ensaio seminal “Uma Descrição Densa: Por uma Teoria Interpretativa da Cultura” (publicado originalmente em 1973). Geertz emprega o exemplo da piscadela para ilustrar a natureza interpretativa e simbólica das ações humanas e a necessidade de uma “descrição densa” para compreendê-las. Para ele, uma piscadela não é meramente uma contração muscular (um “piscar”), mas um gesto carregado de múltiplos significados (conspiração, flerte, ironia, etc.), que só podem ser decifrados a partir do contexto cultural, das intenções do agente e da interpretação do observador. Nesse sentido, objetos culturais adquirem diferentes camadas de significado dependendo de como são usados e interpretados socialmente.

se articular antes da campanha presidencial, ainda como uma convergência difusa de insatisfações, conservadorismos e ressentimentos, mas é a partir de sua visibilidade pública, com força discursiva, mobilização em massa e ocupação simbólica de espaços, que a camisa da seleção passa a operar como um elemento central em sua estética política. Este recorte temporal permite aprofundar a análise da Amarelinha como artefato simbólico funcional ao projeto político bolsonarista, sem ignorar os antecedentes, mas priorizando o momento em que seu uso se tornou mais eficaz, sistemático e performativo.

Esse processo de resignificação não se deu de maneira espontânea, nem tão pouco apolítica. Ao contrário, foi cuidadosamente cultivado por uma série de estratégias de comunicação, tanto oficiais quanto informais, que buscaram atrelar a imagem do governo à ideia de “verdadeiro Brasil”. Ao fazer uso sistemático da camisa da seleção em eventos institucionais e momentos de tensão política, Bolsonaro apropriou-se do símbolo com o intuito de se colocar como representante legítimo da nação e de seus “valores originários”. A Amarelinha tornou-se, assim, uma extensão do corpo bolsonarista: um elemento performático e visual que ajudava a organizar os afetos e os sentidos mobilizados em torno da figura do líder.

Essa reificação da camisa como símbolo da “verdadeira pátria” remete à análise de Roberto DaMatta, para quem o futebol funciona como uma experiência de dramatização da nação, em que o povo se vê representado diretamente, sem intermediários institucionais. Como afirma o autor:

“É pelo futebol, então, que se permite à massa uma certa intimidade com os símbolos nacionais. E é só nos dias dos jogos da ‘seleção brasileira’ que se pode observar o povo vestido com as cores da bandeira nacional, vivendo uma experiência concreta da ‘união nacional’. Nestes momentos de ‘carnaval cívico’, criados pelo futebol, os símbolos sagrados da pátria [...] se disseminam pela massa anônima que com eles celebra uma relação de franca e desinibida intimidade” (Da Matta, 1982, p. 58).

Em contextos políticos marcados por distanciamento e desconfiança institucional, esse tipo de mediação simbólica assume ainda mais força emocional e identitária, o que em parte explica o sucesso da apropriação simbólica da Amarelinha pelo bolsonarismo. Dessa forma, utilizando o

referencial de Clifford Geertz, podemos afirmar que essa apropriação funcionou como um rito de intensificação social. Ao vestir a camisa, os participantes dos atos bolsonaristas não apenas “mostravam” apoio, mas sentiam-se parte de um corpo coletivo, de uma comunidade moral que se via como defensora da pátria contra seus inimigos internos, o “sistema”, a “velha política”, os “comunistas”, a “esquerda”. Trata-se de um exemplo claro de como os símbolos operam na vida pública: não apenas representam, mas produzem sentido. A camisa, nesse caso, serviu para performar uma determinada ideia de Brasil homogêneo, cristão, ordeiro, tradicional, em contraposição a outras interpretações possíveis.

Assim, Geertz ao tratar dos rituais e símbolos em culturas distintas, insiste na importância de compreendê-los em sua densidade contextual, afetiva e social. A descrição densa nos permite ver que o uso da Amarelinha não foi apenas um ato visual ou de moda política, mas uma prática cultural situada, construída em camadas e atravessada por conflitos de pertencimento. A camisa funcionou como texto social, como palco de representação de identidades em disputa, mas, nesse palco, apenas um ator atuou com protagonismo.

O mais significativo, no entanto, foi a ausência de disputa efetiva em torno dessa resignificação. Os grupos políticos progressistas, de oposição ou mesmo do campo democrático mais amplo, não reagiram à altura. Houve silêncio, hesitação ou até mesmo abandono do símbolo. A camisa passou a ser evitada em manifestações que defendiam pautas contrárias ao bolsonarismo, como se seu uso estivesse interditado ou contaminado. Essa desmobilização simbólica contribuiu para consolidar, no imaginário popular, a ideia de que a Amarelinha pertence a um único grupo político, uma ficção construída pela repetição performativa e pela inércia adversária.

Essa dissociação simbólica foi tão marcante que, durante as Copas do Mundo de 2018 e, sobretudo, de 2022, já sob a forte marca do bolsonarismo, observou-se um crescimento expressivo no uso da camisa azul da Seleção Brasileira por parte de torcedores que desejavam demonstrar apoio ao time sem, no entanto, se associarem às pautas do governo. A camisa azul, tradicionalmente secundária no imaginário nacional, passou a ser percebida como uma espécie de “neutralidade política” ou até como resistência silenciosa

à hegemonia da *Amarelinha* nas ruas e estádios. Reportagem publicada pelo *Correio Braziliense* mostrou que muitos torcedores optaram por camisas alternativas justamente para evitar a associação com o bolsonarismo, evidenciando como até mesmo o consumo de produtos oficiais da seleção foi afetado por esse simbolismo político (Correio Braziliense, 2022).

Esse fenômeno revela que a disputa simbólica não desapareceu, mas foi deslocada, em vez de enfrentar a captura da camisa amarela, optou-se por evitá-la. Tal gesto confirma o argumento de que houve, por parte dos grupos opositores, uma renúncia à disputa pelo símbolo nacional, o que acabou reforçando a associação entre bolsonarismo e brasilidade.

Desse modo, essa hegemonia simbólica não passou despercebida nem mesmo no cenário internacional. Segundo reportagem do *Poder360*, publicada em dezembro de 2022, a própria FIFA reconheceu que a camisa da Seleção Brasileira foi apropriada pela extrema-direita durante os anos de governo Bolsonaro, gerando reações e estranhamento no exterior. A Confederação Brasileira de Futebol (CBF), por sua vez, manteve-se omissa durante o período, tolerando e por vezes naturalizando essa associação explícita entre o uniforme da seleção e manifestações político-ideológicas.

Assim, apenas após a derrota eleitoral de Jair Bolsonaro e às vésperas da Copa do Mundo do Catar, a entidade passou a investir em campanhas publicitárias buscando “descontaminar” a imagem da *Amarelinha* e reconstruí-la como símbolo de unidade nacional (Poder360, 2022). Esse esforço tardio evidencia não só a eficácia da apropriação bolsonarista, mas também a passividade, ou mesmo conivência, de instituições que poderiam ter resistido à sua monopolização simbólica.

Em um país onde os símbolos populares, como o futebol e sua camisa, carregam significados profundos de pertencimento e identidade, abdicar da disputa por esses elementos é ceder terreno na construção do imaginário nacional. O caso da Amarelinha evidencia como a política contemporânea é travada também no campo dos afetos, das imagens e da cultura, e não apenas nas esferas institucionais. Reconhecer essa dimensão simbólica é um passo necessário para que setores democráticos e progressistas não apenas enfrentam o legado autoritário, mas também reconstruam vínculos com os elementos que compõem o repertório coletivo da nação. A história da camisa

da seleção não termina com a tentativa de revalorização institucional: ela seguirá como campo de disputa. A pergunta que permanece é: quem estará disposto a habitá-la com novos sentidos?

Considerações Finais

Ao longo deste artigo, procuramos demonstrar como a camisa da Seleção Brasileira de Futebol, a Amarelinha, foi apropriada de forma eficaz pelo bolsonarismo como um signo de identidade política, operando não apenas como vestuário, mas como artefato simbólico carregado de significados afetivos e nacionalistas. Com base no conceito de descrição densa, de Clifford Geertz, argumentamos que essa apropriação não pode ser compreendida apenas como um gesto estético ou casual, mas como um rito social performativo, inserido em um contexto de disputa de narrativas, pertencimentos e projetos de país.

A eficácia dessa operação simbólica não se explica apenas pela iniciativa bolsonarista em ocupar a imagem da camisa, mas também pela ausência de disputa por parte dos grupos progressistas e opositores. Em vez de enfrentar a reconfiguração simbólica da Amarelinha, muitos optaram por evitá-la, contribuindo involuntariamente para o monopólio visual e afetivo do símbolo. Esse processo ficou evidente até mesmo no consumo de camisas alternativas, como a azul, durante a Copa do Mundo de 2022, sinalizando uma tentativa de escapar da associação direta com o bolsonarismo, sem, no entanto, enfrentá-la diretamente.

Além da passividade dos setores sociais e políticos contrários ao governo, observamos também o silêncio conivente de instituições como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF), que durante os anos do governo Bolsonaro pouco ou nada fez para proteger a imagem da camisa como patrimônio simbólico coletivo. Apenas após a derrota eleitoral do ex-presidente, às vésperas do Mundial do Catar, a entidade esportiva passou a investir em campanhas buscando "descontaminar" a imagem da *Amarelinha*, reconhecendo, ainda que tardiamente, o grau de desgaste político do símbolo. A repercussão internacional do caso, com a própria FIFA identificando a apropriação da camisa pela extrema-direita brasileira, reforça a centralidade e o alcance dessa disputa simbólica.

Com isso, o artigo contribui para os estudos da História do Tempo Presente e da cultura política brasileira ao evidenciar que os conflitos ideológicos contemporâneos extrapolam o campo discursivo e institucional e se projetam sobre os signos culturais mais cotidianos, como uma camisa de futebol. No Brasil, onde símbolos populares frequentemente substituem as referências institucionais como mediadores de identidade, a luta pelo sentido da *Amarelinha* não é trivial: ela é parte da disputa mais ampla por aquilo que se entende por “Brasil” e por quem tem o direito de representá-lo.

Referências

CORREIO BRAZILIENSE. Uso político da camisa da seleção faz torcedor buscar outras cores. *Correio Braziliense*, Brasília, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2022/11/5051711-uso-politico-da-camisa-da-selecao-faz-torcedor-buscar-outras-cores.html>. Acesso em: 26 jul. 2025.

DA MATTA, Roberto. *Carnavais, malandros e heróis: para uma sociologia do dilema brasileiro*. 7. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

DA MATTA, Roberto. Futebol: ópio do povo ou drama de justiça social? *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, n. 4, p. 54–60, nov. 1982. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cebrap/article/view/8636752>. Acesso em: 26 jul. 2025.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

PODER360. Fifa diz que extrema-direita se apropriou de camisa do Brasil. *Poder360*, Brasília, 5 dez. 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/fifa-diz-que-extrema-direita-se-apropriou-de-camisa-do-brasil/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

UMA HISTÓRIA SOCIAL DAS MÍDIAS ATRAVÉS DA REPRESENTAÇÃO FEMININA NA HQ DA MARVEL - “GUERRA CIVIL”: PESQUISA E ENSINO DE HISTÓRIA SOCIAL

Júlia Evangelino dos Santos¹³²

Introdução

O trabalho tem parte da reflexão sobre influência midiática e sua potência para analisar as visões da sociedade em relação a assuntos diversos da cultura pop, especificamente a representação feminina utilizando a HQ “Guerra Civil” (2006), da Marvel Comics, para demonstrar os pontos de consolidação e também de inflexão à respeito da hiperssexualização de personagens femininos. Ao passo em que evoca nessa área de pesquisa uma possibilidade para o ensino da História Social como desconstrução de narrativas que tendem a reforçar a misoginia.

A comunicação esteve presente em todos os momentos do desenvolvimento da humanidade, perpassando por atualizações pensadas nas especificidades que cada período exigia. Inicialmente, aparecendo verbalmente para, posteriormente, ser impressa, até o momento em que vários registros começaram a fundir-se para produzir novas versões (Briggs; Burke, 2006). A escrita, imagem e oralidade conseguiram se reformular e se adequar ao movimento da história. Assim, a influência da mídia persistiu em alta, com o consumo desses produtos para entretenimento, facilitando a sua disseminação na vida privada das pessoas.

Dessa forma, torna-se mais enraizada a influência da mídia sobre os seus consumidores, visto que, são adquiridas por aqueles que demonstram interesse nesse tipo de produção. Porém, existem problemas acerca dos conteúdos. No momento em que estereótipos são utilizados como ferramenta de elucidação e manutenção de pensamentos sociais capazes de interferir na decisão de quais cidadãos serão capazes de participar efetivamente de espaços consideráveis na sociedade. Por exemplo, a definição de personagens de áreas menosprezadas do mundo, vistos como atrasados ou objetos de

¹³² Graduanda em História, Universidade Federal de Sergipe (UFS). E-mail: profjulia16@gmail.com

preenchimento da personalidade de países influentes, reforça uma ideia de que não foram pensados para espaços de poder que valorizem a sua singularidade, sendo considerados dependentes de outros para sua existência.

Nesse sentido, a parte da produção e da recepção estão interligadas, havendo a produção da cultura e sua disseminação em ambos os momentos, ponto debatido pelo historiador José d'Assunção Barros na obra “História Cultural: um panorama teórico e historiográfico” (2003) quando afirma que:

Ao escrever um livro, o seu autor está incorporando o papel de um produtor cultural. Isto todos reconhecem. O que foi acrescentado pelas mais modernas teorias da comunicação é que, ao ler este livro, um leitor comum também está produzindo cultura. A leitura, enfim, é prática criadora — tão importante quanto o gesto da escritura do livro. Pode-se dizer, ainda, que cada leitor recria o texto original de uma nova maneira - isto de acordo com os seus âmbitos de 'competência textual' e com as suas especificidades (inclusive a sua capacidade de comparar o texto com outros que leu, e que podem não ter sido previstos ou sequer conhecidos pelo autor do texto original que está se prestando à leitura). Desta forma, uma prática cultural não é constituída apenas no momento da produção de um texto ou de qualquer outro objeto cultural, ela também se constitui no momento da recepção (Barros, 2003, p. 146).

Com isso, a produção de cultura encontra-se vinculada diretamente à formação social. No momento em que há o compartilhamento e a união de interesses em torno de assuntos e produções, é possível a normalização e a produção de controle em massa por meio da manutenção realizada na abordagem de determinados assuntos. Isso preconiza um exercício de poder, onde a cultura é uma fôrma capaz de moldar comportamentos sociais e pensamentos de aceitação ou rejeição.

Representação feminina

Por muitos anos, as mulheres não recebiam espaço de destaque ou uma inclusão que valorizasse a sua existência e os seus saberes, possuindo um papel subjugado pela imagem masculina para a qual se voltavam os veículos midiáticos. A promoção de seu ser, algo visível nos âmbitos sociais, permanecia inexistente fora dos papéis performáticos.

Contudo, as HQ possuem uma condição híbrida (texto/literatura; Arte Visual/transmidiática) que lhes permite transitar por formatos tão diversos –

entre a tira de jornal e a *webcomic*, passando pela revista ou livro – abordando em temas difíceis com rara sensibilidade (Gomes, 2020).

No século XX, a difusão das mídias e da indústria do entretenimento ampliou o uso de representações femininas em discursos publicitários e culturais, consolidando estereótipos que vinculavam a mulher à aparência e à função de complemento da identidade masculina. Esse processo não apenas reforçou práticas de objetificação e submissão, mas também contribuiu para a naturalização de hierarquias de gênero, legitimando desigualdades sociais e culturais que atravessam o imaginário coletivo até a contemporaneidade. Assim,

Essas características apontadas pelos estudos culturais e pela sociologia da cultura influenciam definições como as de feminilidade, domesticidade e beleza, que passaram a ser tratadas como parâmetros de avaliação da mulher a si mesma, aos seus relacionamentos, às suas necessidades e às suas aspirações. (Lopes, 2017).

Ao analisar as mídias de entretenimento, se encontra um abrangente número de obras que reforçam o viés performático, sensível e doméstico da mulher. Porém, um outro ponto em destaque, que surge ao passo em que mulheres conquistam espaços minimamente consideráveis, é da sexualização do corpo feminino como ferramenta de atração para o público. Vende-se a imagem da mulher em posições inadequadas e roupas que não condizem com as cenas dispostas na narrativa de ação/aventura nas HQ, apenas para torná-las atrativas e interessantes, insistindo no reforço da indiferença diante da necessidade da formação de uma personalidade e história que expresse seus poderes e contribuições efetivas no enredo do universo dos super-heróis.

Histórias em quadrinhos como mídia influente

A produção de histórias em quadrinhos tornou-se popular nos anos 1960. Apesar da sua produção acontecer há décadas, nesse período, iniciou a tentativa de escritores de relacionarem as histórias de super-humanos com o cotidiano de seus consumidores, na tentativa de atrair o público ao se sentirem representados pelos personagens, destacando duas grandes empresas: a Marvel Comics e a DC Comics (Kovacs; Marshall, 2011).

E, exatamente nesse espaço, surgem problemáticas que reforçam a imagem feminina como inferior. As HQs apresentam narrativas nas quais as heroínas demonstram fragilidade, pouco espaço para aparições e falas, redução dos interesses heróicos, cuja visibilidade é direcionada principalmente para destacar o seu corpo irreal e inalcançável em uma estética de posições de lutas incoerentes.

Entre 2006 e 2007, foi lançada uma coleção de revistas que contemplam “Guerra Civil”, escrito por Mark Millar, Steve Mcniven, Dexter Vines e Morry Hollowell. A história aborda um momento traumático após uma tragédia com grande número de mortos que incentivou a criação de um acordo divulgado pelo governo, pedindo a assinatura de heróis e incentivando seu compromisso e exposição da sua imagem para maior segurança populacional, o que foi exigido pelos próprios cidadãos, dividindo o mundo heróico entre aqueles que concordavam e os que discordavam das medidas de fiscalização, controle que os mantinha filiados e responsivos aos interesses governamentais.

A sua popularização aconteceu com o lançamento do filme “Capitão América: Guerra Civil” (2016), dirigido por Anthony Russo e Joe Russo. No Brasil, tornou-se uma das produções mais consumidas do ano (Melo, 2016), demonstrando a força e o aumento de consumidores dessas obras envolvendo ficção vinculada à realidade.

Da imagem estática das HQ à imagem em movimento na tela grande do cinema, o fascínio levou multidões aos cinemas, inaugurando uma nova era de adaptações de heróis capazes de mobilizar sentimentos e pensamentos na sociedade.

Embora a temática envolva política e assuntos que necessitam de uma posição firme e séria, a expressão corporal das personagens femininas continuam sendo expostas em poses sexualizadas, em formatos curvilíneos, com aproximação em regiões específicas do corpo feminino e, mesmo quando dialogam, o seu corpo continua sendo o objeto de destaque na caracterização das cenas, algumas vezes com uso de uniformes que são incoerentes para os papéis que devem exercer.

Imagem 1: Cena de luta envolvendo dois personagens.



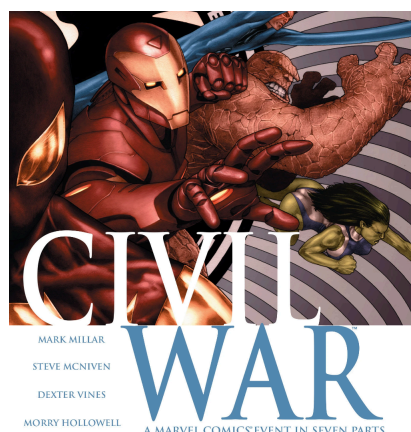
Fonte: Guerra Civil, Marvel Comics (2016).

Em ambas as representações ilustradas (imagens 1 e 2), as personagens femininas foram utilizadas para demonstrar os seus físicos inalcançáveis. Desse modo, a personagem da imagem 1, surge em uma breve cena na HQ 1 da coletânea, aparecendo para lutar, com cenas dimensionadas com ênfase em seu corpo.

A produção da noção de “feminilidade” exorbitante estilizou graficamente os corpos das personagens, ressaltando a volúpia de seios fartos, cinturas minúsculas, pouca roupa (que as deixava vulneráveis) e pernas desproporcionais (quase um terço de seus corpos) (Dantas, 2006, p. 53).

Mesmo de posse de grandes poderes, às vezes superiores ao *status* de muitos heróis masculinos, as mulheres continuavam sendo retratadas como “objeto de cobiça masculina” pois isso vendia revistas, popularizava as histórias e reafirmava a posição de dominação da sociedade patriarcal.

Imagem 2: Ilustração da capa de “Guerra Civil 2”.



2

Fonte: Guerra Civil 2, Marvel Comics (2006).

Na cena posterior (imagem 2), pertencente à capa da HQ 2, a Mulher-Hulk aparece como uma das pessoas de destaque do embate, mas priorizando, novamente, sua exibição utilizando roupas curtas e desprotegidas, demarcando a incoerência visual adotada para as personagens.

História Social presente na mídia

As HQs tornam-se um espaço para refletir a existência da misoginia existente na sociedade no momento em que reproduz a manutenção do direcionamento do corpo feminino para interesses masculinos, mesmo com o consumo feminino aumentando nos ambientes *nerds* (Leal, 2021).

Os seus consumidores refletem a misoginia explícita em suas obras, visto que, esses ambientes são hostis à inclusão da diversidade e tornam-se palco para a presença do preconceito, revelando-se um desafio para grupos minorizados historicamente que desejam adentrar e existir. Desse modo,

É então comum que as mulheres sejam tratadas como não pertencentes a este mundo de nerds, definição de alguns, é masculino exclusivamente. Também há as críticas às mulheres que não apenas consomem, mas buscam por uma melhor representatividade dentro das produções, que são chamadas de “lacradoras”, em referência ao jargão popular que significa

“arrasar”, mas que neste sentido assume uma conotação de deboche, insinuando que elas só buscam essa representatividade para aparecer e tomar o lugar masculino (Castro; Pereira; Carvalho, 2022).

A comunicação visual das super-heroínas, fortemente marcada pelo machismo estrutural, reflete a hegemonia masculina na produção de quadrinhos e filmes, onde ilustradores e figurinistas, em sua maioria homens, constroem personagens femininas a partir de padrões estéticos irreais e hipersexualizados. Essa prática não apenas reforça a objetificação da mulher como corpo a ser exibido, mas também reproduz estereótipos de gênero que subordinam a relevância das personagens à sua aparência. Ao naturalizar tais representações, a cultura pop contribui para a manutenção de desigualdades simbólicas, afetando a forma como as mulheres são percebidas socialmente e limitando as possibilidades de identificação com figuras de poder e protagonismo (Silva, 2024, p. 11).

Refletir sobre essas questões na sala de aula da Educação Básica, levando a juventude (recorrentemente tendo que lidar com problemáticas de bullying e adoecimento da saúde mental) a questionar tais imagens, buscando subvertê-las, elaborando outras possibilidades de enxergar as personagens femininas nas HQ, através de desenhos autorais, relacionados à linha do tempo (lutas e conquistas femininas, das mulheres do mundo real) pode ser uma possibilidade didática de conferir criticidade ao diálogo propositivo em direção à mudança do olhar social.

Considerações Finais

A mídia através da elaboração de paradigmas sedutores, exemplificadamente das Histórias em Quadrinhos, proporciona um ambiente vasto para estudar as questões sociais e realizar uma ligação com o período de sua produção, por seguirem opiniões e ideias, principalmente sobre a mulher em suas manifestações a partir do que é ser uma mulher (real) e seu pólo antagônico - uma “mulher idealizada”, reforçando estereótipos que excluem e dificultam a sua introdução em ambientes que valorizem a sua personalidade e conhecimento.

Seu protagonismo termina associado à forma física em tom “padronizado”, gerando desigualdade e humilhações às mulheres reais que não se sentem representadas naquele padrão estabelecido. Assim, se a TV, as revistas de moda, já carregavam esse tom de subalternização feminina, as HQ aderem aos discursos imagético-textuais que oprimem as mulheres.

Referências

BRIGGS, Asa; BURKE, Peter. **Uma história social da mídia: de Gutenberg à internet**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2006, 329p.

BARROS, José D’Assunção. História Cultural: um panorama teórico e historiográfico. **T.E.X.T.O.S DE H.I.S.TÓ.R.I.A**, Revista do Programa de Pós-graduação Em História da UnB, Brasília, vol. 11, n. 1/2, p. 145-171, 2003.

CASTRO, Flávia Lages de; PEREIRA, Stephany Lins; CARVALHO, Luiza. ‘I am no man’: a presença feminina no universo nerd e geek. **Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura**, 22, p. 425-442, mar. 2022.

DANTAS, Daiany Ferreira. **Sexo, Mentiras e HQ: Representação e autorepresentação das mulheres nos quadrinhos**. Dissertação de Mestrado em Comunicação. Recife: UFPE, 2006.

DIEMINGER, Carlise Clerici; OLIVEIRA, Rafael Santos de. Protagonismo Ascendente: o ativismo online nas lutas feministas. **Derecho y Cambio Social**, n. 39, a. XII, 2015, 18p.

GOMES, Ivan Lima. Mulheres e(m) quadrinhos: caminhos e perspectivas historiográficas. **Revista Tempo e Argumento**, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, vol. 12, núm. 31, e0107, 2020.

KOVACS, George; MARSHALL, C. W. **Classics and Comics**. [S.l.]: Oxford University Press, 2011.

LEAL, Lara. Ascensão das mulheres no universo geek: 51,5% do público gamer é feminino. **Correio Braziliense**, 28 set. 2021. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/diversao-e-arte/2021/09/4952058-a-asce-nsao-das-mulheres-no-universo-geek.html>. Acesso em: 01 set. 2025.

LOPES, Amanda Rezende. **Representação da mulher na mídia: um estudo sobre poder e felicidade femininos**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Comunicação (Jornalismo). Rio de Janeiro: UFRJ, 2017.

MELO, Luísa. Os 10 filmes de maior bilheteria no Brasil em 2016 – até agora. **Exame.com**, 29 dez. 2016. Disponível em:

<https://exame.com/negocios/os-10-filmes-de-maior-bilheteria-no-brasil-em-2016-ate-agora/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

MILLAR, Mark *et al.* **Guerra Civil 1**. EUA: Marvel Comics, vol. 1, n. 1, 2006.

MILLAR, Mark *et al.* **Guerra Civil 2**. EUA: Marvel Comics, vol.1, n. 2, 2006.

SILVA, Kiara Cristinan Ferreira. **Moda e design de personagens: a hipersexualização de heroínas em quadrinhos e filmes de super-heróis**. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Design de Moda). Trindade: UEG, 2024.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

“VOCÊ CONSEGUE SENTIR O CAOS DENTRO DE MIM?”: UMA ANÁLISE DA CONSTRUÇÃO DO EU-LÍRICO DO “*PRINCEPS*” NERO POR MEIO DO “*DEATH METAL*”

Pablo Vinicius Ferreira Silva¹³³

Introdução

Ao voltarmos nossas reflexões para o mundo antigo, é possível notar a presença de heranças e legados da Antiguidade, que constituem parte de nosso imaginário social. Assim, as memórias daquele mundo, sejam elas por meio de elementos culturais, eventos e/ou personas, foram consolidadas e circulam no imaginário daqueles que se interessam sobre determinado período.

Nessa perspectiva, nos concentramos na figura de Nero, uma vez que, ao olharmos para o presente, é possível notar que o *princeps* compõe um repertório de imaginação político-cultural acerca da antiguidade, de modo consciente ou não, para atender diversos fins. Cabe aqui ressaltar, que em seu contexto histórico, Nero foi o último membro da dinastia Júlio-Claudiana, que governou o Império Romano entre 54 EC - 68 EC.

Ao analisarmos a figura neroniana, é possível notar que, as retomadas e utilizações do *princeps* ao longo dos séculos, evidenciam a sua familiarização, mesmo entre aqueles que nunca tiveram grande contato com a literatura clássica, como apontado pela pesquisadora Ana Lucia Santos Coelho (2021).

Nessa perspectiva, com o intuito de compreender a forma como os discursos, heranças e legados da antiguidade chegam até nós, recorreremos ao estudo das recepções, que podem ocorrer de formas plurais, sejam elas por meio de filmes, quadros, músicas e outros. Para esta apresentação, selecionamos uma música, uma vez que elas podem ser utilizadas para refletir contextos políticos, culturais e econômicos, como apontado pela pesquisadora Ana Maria da Cunha Rosado (Rosado, 2024). Por essa razão, abordaremos a música visando entender de que forma a figura do *princeps* tem sido recepcionada e instrumentalizada.

¹³³ Graduando em História. Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes). Bolsista de Iniciação Científica BIC/Uni - Proinic. E-mail: pablovini625@gmail.com

Nesta apresentação analisaremos a canção *What Artist Dies In Me*, que versada para o português ganha o significado de: “Que artista morre em mim”. A canção selecionada, faz parte do subgênero musical *death metal*, do gênero *heavy metal* e compõe o álbum *The Thirteen Years of Nero*, lançado pela banda canadense *Ex Deo*, no ano de 2021. Numa perspectiva geral, o álbum da banda diz respeito aos treze anos de governo de Nero, trazendo nas faixas de sua composição, associações e estereótipos construídos e consolidados acerca da persona do Imperador desde a antiguidade.

Desse modo, objetivamos com este estudo, analisar a recepção e apropriação dos estereótipos da figura do *princeps*, que acreditamos serem alicerces que resultaram na canção. Para nós, a canção trata-se de uma instrumentalização, fruto das (re)interpretações das narrativas construídas e moldadas sobre Nero, desde a antiguidade.

Para alcançarmos os objetivos propostos nesta pesquisa, utilizaremos de uma metodologia de análise de conteúdo qualitativa, para investigarmos os excertos da canção selecionada. Após a escolha da música abordada, realizaremos o exercício de análise da construção de um “eu-lírico” dentro da canção, a partir do diálogo entre os conceitos “recepção, apropriação e instrumentalização” ao conceito de *allelopoiesis*. Partiremos da hipótese de que, ao empregarmos o diálogo entre estes conceitos e processos, conseguiremos entender como a figura de Nero, é ainda nos dias de hoje, retomada e utilizada em conformidade com os múltiplos interesses daqueles que o evocam, bem como pode ser utilizada para construir “novas personificações”.

Uma Integração do Lirismo na Música

Neste momento, faz-se necessário refletirmos sobre a utilização do eu-lírico neste estudo. No entanto, é importante ressaltar que, na etapa de desenvolvimento em que este recorte da pesquisa se encontra, não pretendemos discutir profundamente as complexidades que permeiam este conceito, nem definir o tipo empregado na canção. O que seguiremos é a tentativa de utilizar e justificar o tratamento do gênero Lírico na letra da canção.

Conforme apontado por Alexandra Dantas Oliveira Andrade, a tentativa de definição do texto lírico, é complexa. É fundamental ressaltar que, ao

realizarmos este esforço conceitual, há uma podagem de sua natureza vasta, constituída de múltiplos significados, o que gera uma limitação no alcance de suas perspectivas e abordagens (Andrade, 2015).

A autora Nathalia Arantes Urzedo (2024), aborda em sua obra que são múltiplas as tentativas de conceituação do eu-lírico. Conforme a autora:

A própria nomenclatura deste elemento literário remete à música, ao instrumento musical lira. Ora, o próprio termo carrega a essência musical em si, o que, por si só, já justifica sua aplicação na análise literária de uma canção (Urzedo, 2024, subcapítulo 2.3).

Ao demonstrar que a nomenclatura do lírico, nasce associado a lira, instrumento musical utilizado para acompanhar cantos, a autora reforça que o termo sempre carregou a essência musical em si, mesmo que com o decurso histórico, tenha havido um distanciamento entre os textos versados e o acompanhamento musical.

Nesta pesquisa, pretendemos dar seguimento a um processo de pesquisa literário e historiográfico, que voltou a se debruçar e a indagar a relação entre versos poéticos e a música, num esforço contínuo de demonstrar a aplicabilidade do lirismo em letras musicais.

Conforme elaborado por Maria Aparecida Mucci Brandão, “a partir das possibilidades interdiscursivas, a música, como outras formas de arte, tem participado do processo de auto-reflexividade (esse virar-se para dentro), numa postura autolegitimadora, refletindo sobre sua constituição” (Brandão, 1996).

A Expressão: as manifestações neronianas corporificadas no lirismo

A partir dessa perspectiva, lançamos mão do emprego do lírico na análise da canção, uma vez que este, “se refere a expressão de um eu dentro da poesia, sendo fictício ou real. Este eu pode ou não expressar os sentimentos do próprio autor, a depender de sua intenção ou da construção literária a ser desenvolvida” (Urzedo, 2024, subcapítulo 2.3).

Deste modo, compreendemos que a composição *What Artist Dies In Me* da banda *Ex Deo*, apresenta em seus versos metálicos a construção do que compreendemos enquanto um eu-lírico. Conforme destacado por Brandão (1996), a manifestação lírica pode-se dar em 2 principais perspectivas, a forma

clássica onde a dimensão do “eu” se concentra nos sentimentos e ideias do poeta, ou na dimensão do “eu” de caráter amplo,, manifestando-se como uma “voz comum da alma coletiva”.

Em nosso entendimento, a música manifesta os ideais e sentimentos do compositor da banda, mas não somente. A partir das análises realizadas, inferimos que retoma aspectos e elementos acerca do *princeps* num processo de recepção das heranças e legados sobre Nero, utilizando dos estereótipos negativos e complexos a respeito do Imperador na construção de sua letra. Entretanto, os estereótipos utilizados na letra não partem de uma dimensão unicamente individual. As narrativas evocadas, fazem parte de um imaginário social, já consolidado sobre o imperador, onde este é frequentemente lembrado enquanto louco, tirânico, matricida, para alguns complexo e até mesmo um artista incompreendido.

Assim, em nossa percepção, a construção da composição musical envolve um processo de recepção das narrativas da antiguidade, que se perpetuaram no decurso histórico. Para nós, o processo de recepção inclui três etapas, sendo elas: “recepção, apropriação e instrumentalização”. A recepção trata-se do ato de receber uma narrativa, informação ou conteúdo. Acreditamos que essa etapa não ocorre em uma perspectiva passiva e simplória, pois mesmo que essa parte do processo se realize inconscientemente, ao receber tais narrativas, há uma apropriação destas, que serão interpretadas e compreendidas de várias maneiras a depender do tempo e o meio vivido por quem está (re)interpretando esses acontecimentos e após isso, ocorre então a instrumentalização, que trata-se da etapa final que tem como resultado as apropriações realizadas, o que leva a compreensão de como as narrativas recebidas e interpretadas, são e serão repassadas ou não.

Conforme nos é apontado por Silva, Funari e Garraffoni, Charles Martindale infere que, a recepção “é a materialização de um diálogo entre presente e passado em uma perspectiva bidirecional, para trás e para a frente, iluminando tanto a Antiguidade quanto a modernidade” (Silva; Funari; Garraffoni, 2020, p. 45).

Ademais, acreditamos que esse diálogo não só modifica o passado e o presente, mas vai além, ele cria algo novo, que é resultado dessa mesclagem entre o passado e o presente. Por isso, acreditamos ao mesmo tempo haver

um processo de *allelupoiesis*, de “criação mútua ou uma geração recíproca”. O termo é utilizado no Brasil fortemente pelo pesquisador Fábio Fav ersani, professor de História Antiga da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), e pelos membros de seu grupo de pesquisa. Fav ersani, juntamente ao antiquista Fábio Duarte Joly, também professor da UFOP, abordam o conceito igualmente enquanto um processo, onde seu ênfase se dá na construção mútua entre o passado e o presente.

Conforme Joly e Fav ersani (2021), o processo de *allelupoiesis* teria seu ênfase nas mesclagens realizadas entre o presente e o passado. Para eles, não é suficiente identificar os polos deste processo, é necessário ir além, num esforço de compreensão dos elementos que criam a conexão entre os legados do passado retomados e aqueles que os evocam no presente.

Nesse sentido utilizamos do conceito para enfatizar que as apropriações do Imperador na canção, são uma mesclagem das questões do presente, mas também das narrativas do Imperador que começaram a ser moldadas desde a antiguidade.

Sendo assim, conforme o exposto até aqui, consideramos que a canção constroi um eu-lírico que é resultado deste processo, surgindo enquanto uma instrumentalização da figura neroniana, expressa nos versos da canção que analisaremos a seguir, versadas na Língua Portuguesa. Segue alguns excertos da canção selecionada:

Que artista morre em mim ...

Você não tem ideia de quem eu sou
Você pode sentir a confusão por dentro?
Em meu domínio, eu torturo os sãos
Para o êxtase eterno

Sacrifique o sangue dos céus
Destrua o mundo dos abutres
E cante comigo para sempre

Um por um esfolá-los vivos
Avalie seus olhos para que não possam ver [...]

[...] Eles não podem ver os talentos em mim
Oh que tragédia
O mundo me concedeu
O Deus Sol brilhará em mim?
Em mim [...]

[..] Toda a glória do mundo
Não pode ser suficiente para entender minha filosofia
Você traiu a própria essência da minha existência
Oh, que artista morre em mim
Que artista morre em mim ("What Artist Dies In Me (Tradução) -
Ex Deo", 2021).

O eu-lírico da canção começa a ser construído e ganha contorno desde os dois primeiros versos, ao nos depararmos com os excertos: "Você não tem ideia de quem eu sou" e "Você consegue sentir o caos dentro de mim?". Os excertos destacados, moldam a ideia de um "eu" complexo, e incompreendido, utilizando das complexidades e múltiplas visões que circulam sobre a persona de Nero, que ainda divide as opiniões entre aqueles que conhecem quaisquer discursos ou legados sobre o mesmo.

Posteriormente, temos trechos como: "Em meu domínio, eu torturo os sãoos" e "Para o êxtase eterno" que abordam uma ideia de provocação ou violência ao que é considerado "padrão" no seu âmbito de domínio, podendo ser físico ou mental. A construção em questão, faz referência ao legado de Nero enquanto um imperador subversivo e contrário aos padrões da sociedade da época, por querer agir de acordo com seus desejos e ambições internas.

Em versos posteriores como "Sacrifique o sangue dos céus, destrua o mundo dos abutres e cante comigo para sempre"; "Um por um, esfole-os vivos, avalie seus olhos para que não possam ver" e "Esses pensamentos sinistros invadem minha mente", o eu-lírico remete a um desejo compulsivo pela violência, destruição e sadismo. Ao trazer esses elementos, a composição parte da conjectura de identificação do eu-lírico enquanto um eu com pensamentos distorcidos e cruéis assim como Nero, cristalizado enquanto uma figura capaz de atos cruéis.

Ademais, o próprio nome da canção "Que artista morre em mim" e o verso "; "Eles não conseguem ver os talentos em mim" e "Toda a glória do mundo não pode ser suficiente para entender minha filosofia", trazem para esse "eu" uma concepção que vai além da visão maléfica e vilanesca. O eu-lírico utiliza da concepção artística e filosófica atribuída a Nero para se projetar enquanto uma figura que sente que suas habilidades não são vislumbradas, bem como a crença de que sua filosofia e / ou mentalidade, são incompreensíveis para todos.

Por fim, destacamos os excertos: “O mundo me concedeu” e “O Deus Sol brilhará em mim?”, que em nosso entendimento, projetam e constroem a ligação e a ascendência ao divino na personificação do eu-lírico, enquanto uma questão que se apresenta vinculado ao seu status imperial. Essa utilização provavelmente encontrou seu respaldo na atribuição da dimensão divina ao status imperial.

Considerações Finais

Por fim, destacamos que neste momento, não nos debruçamos em discutir o caráter ficcional ou não dos elementos imaginativos atribuídos a Nero, mas sim em compreender que eles foram utilizados na construção de um “eu” que expressa as ambivalências atribuídas ao princeps, resultando de uma mesclagem do passado e do presente, projetando uma nova personificação e ao mesmo tempo uma nova (re)leitura de Nero.

Para nós, o eu-lírico dessa canção esboça sentimentos e complexidades levantadas pelo compositor e pela banda, onde se apropriaram de legados construídos a partir de um imaginário coletivo sobre Nero, que vem sendo cada vez mais retomado e caracterizado pela ambiguidade de um poder quase que absoluto, fornecido pelo seu *status* imperial, mas preso aos seus desejos mortais e comuns, revelando o que consideramos uma mesclagem complexa entre o divino, a arte e a violência, para atender os mais diversos fins políticos-culturais.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Alexsandra Dantas Oliveira. A canção como instrumento para o letramento lírico. 2015. 160 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Letras) - Universidade Federal de Sergipe, Itabaiana, SE, 2015.

BRANDÃO, Maria Aparecida Mucci. A Lírica Contemporânea na sua condição Ex-Cêntrica: Estudo sobre a obra musical de João Bosco. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 1996.

COELHO, Ana Lucia Santos. As Metamorfoses de Nero: um estudo da construção da tradição literária sobre o último Júlio-Cláudio e o seu Principado (I-III d.C.). 2021. 403 f. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2021.

FAVERSANI, Fábio; JOLY, Fábio Duarte. ALEXANDRE EM QUINTO CÚRCIO E O PRINCIPADO ROMANO: UM ESTUDO DE ALLELOPOIESIS. PHOÏNIX, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 97–110, 2021. DOI: 10.26770/phoenix.v27n2a5. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/phoenix/article/view/49099>. Acesso em: 16 ago. 2024.

ROSADO, Ana Maria da Cunha. IDENTIDADE CULTURAL E ABORDAGENS HISTÓRICAS: O HEAVY METAL COMO VETOR DE ENSINO NA ERA DIGITAL. Convergências: estudos em Humanidades Digitais, [S. l.], v. 1, n. 6, p. 29–44, 2024. DOI: 10.59616/cehc.v1i6.1400. Disponível em: <https://periodicos.ifg.edu.br/cehd/article/view/1400>. Acesso em: 13 fev. 2025.

SILVA, G. J. DA; FUNARI, P. P.; GARRAFFONI, R. S. Recepções da Antiguidade e usos do passado: estabelecimento dos campos e sua presença na realidade brasileira. Revista Brasileira de História, v. 40, p. 43-66, 21 ago. 2020.

URZEDO, Nathalia Arantes. Análise do eu lírico autobiográfico na canção BZRP MUSIC SESSIONS, Vol. 53. 2024. 25f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras: Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, MG, 2024.

WHAT ARTIST DIES IN ME (TRADUÇÃO) - EX DEO. Disponível em: <https://www.sombrabo.com/ex-deo/traducao/what-artist-dies-in-me.html>. Acesso em: 02 set. 2025.

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)

ÍNDICES



ÍNDICE DE AUTORES / COAUTORES

AFONSO, Stephanie Oliveira.....	p. 371
AGUIAR, Evelyn Thaina Fernandes.....	p. 364
AGUIAR, Gabriel Castro.....	p. 24
ALBUQUERQUE, Letícia Xavier Barbosa.....	p. 42
ALMEIDA, Thaisa Maria Fonseca.....	p. 32
ALVES, Luís Fernando de Souza.....	p. 226; p. 412
BARBOSA, Nicole Cristine Furtado.....	p. 262
BARBOSA, Nicolle Oliveira.....	p. 216
BICALHO, Lucas Matheus Araújo.....	p. 226; p. 412
CANGUSSÚ, Hênon Sousa.....	p. 380
CARDOSO, Aparecido Pereira.....	p. 51
CARDOSO, José Adalberto.....	p. 138
CARDOSO, Kárem de Castro.....	p. 294
CARDOSO, Stéfane Marta Ferreira.....	p. 161
CARVALHO, Jumara Carla Azevedo Ramos.....	p. 146
COSTA, Maria Tereza Silva.....	p. 418
CRUZ, Joyce Mariane de Araújo.....	p. 76
CRUZ, Vitória Paula Dias.....	p. 345
DIAS, Danyele Nayara Santos.....	p. 131
DUARTE, Thaissa Emanuelle Lima.....	p. 324
FARIA, Áquila Mylena.....	p. 66
FEITOSA, Fabyo Henrique Rabelo.....	p. 15
FERNANDES, Davi Emanuel Honório.....	p. 351
FREITAS, George Saymon Silva de.....	p. 15
FRÓES, Luís Gustavo Souza.....	p. 93; p. 209

GOMES, Lucas Santos.....	p. 151
MACEDO NETO, Valdir.....	p. 83
MAIA, Paulo Roberto de Azevedo.....	p. 124; p. 268
MARQUES, Henrique Petrucci.....	p. 56
MATRANGOLO, Manuel Henrique Vieira.....	p. 248
MELLO, Janaina Cardoso de.....	p. 199
MONTES, Gustavo Elian Siqueira.....	p. 161
OLIVEIRA, Rômulo Júnior Cardoso.....	p. 256
PEREIRA, Pedro Jardel Fonseca.....	p. 171
PINHEIRO, Lucas de Lima.....	p. 424
PINTO, Giovana Ribeiro.....	p. 180
PIRES, Yasmim Antunes.....	p. 304
QUEIROZ, Ana Vitória Barbosa.....	p. 100
REIS, João Olímpio Soares dos.....	p. 209
SANTOS, Agnes Renne Barbosa.....	p. 418
SANTOS, Júlia Evangelino dos.....	p. 433
SANTOS, Samuel Davi Rocha.....	p. 314
SANTOS, Vitória Neres Teixeira.....	p. 100; p. 287
SILVA, Amanda Afonso da.....	p. 231
SILVA, Cíntia Aparecida Amaral da.....	p. 239
SILVA, Daniel Ferreira da.....	p. 334
SILVA, Elza Elisa Pereira da.....	p. 115
SILVA, Gabriel Lopes.....	p. 403
SILVA, Luiz Gustavo Soares.....	p. 396
SILVA, Marcelo de Souza.....	p. 199
SILVA, Pablo Vinicius Ferreira.....	p. 442

SILVA, Vitória Kaylany dos Santos.....	p. 278
SOUSA, Elvano Caires.....	p. 106
SOUZA, Kamila Cristina de.....	p. 357
VELOSO, Mellissa Martins.....	p. 189
XAVIER, Thaís Monise de Lima.....	p. 268; p. 386

ÍNDICE DE INSTITUIÇÕES

UEM	Universidade Estadual de Maringá
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFPB	Universidade Federal da Paraíba
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFTM	Universidade Federal do Triângulo Mineiro
UJA	Universidad de Jaén
UnB	Universidade de Brasília
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNIA	Universidad Internacional de Andalucía
Unimontes	Universidade Estadual de Montes Claros
Uniube	Universidade de Uberaba

[VOLTAR AO SUMÁRIO](#)